

REVISTA

DE DIREITO

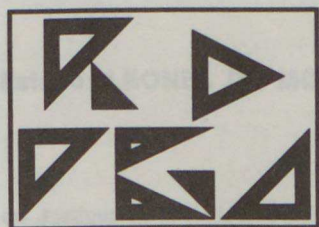
24



1986

Da Procuradoria-Geral da Justiça do
Estado do Rio de Janeiro

REVISTA DE DIREITO
DA
PROCURADORIA-GERAL
DE JUSTIÇA
DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Tiragem: 3.000 exemplares



Revista de Direito da Procuradoria-Geral de Justiça.
Vol. 1, n.º 1 (mar./jul. 1975) — Rio de Janeiro: A
Procuradoria, 1976

v.: il.; 23cm

Semestral.

Continua: Revista de Direito do Ministério Público do
Estado da Guanabara.

1. Direito-Periódicos.

REVISTA DE DIREITO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(Decreto-Lei n.º 11, de 15 de março de 1975)

Governador do Estado: LEONEL DE MOURA BRIZOLA

Procurador-Geral de Justiça: LUIZ ROLDÃO DE FREITAS GOMES

FUNDADORES:

Governador do Estado: FLORIANO PEIXOTO FARIA LIMA

Procurador-Geral da Justiça: RAPHAEL CIRIGLIANO FILHO

Ex-Diretores da Revista

Simão Isaac Benjó

Sergio Demoro Hamilton

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

Valneide Serrão Vieira

Diretora da Revista

Maria Cristina Palhares dos Anjos

Comissão de Redação: Hortêncio Catunda de Medeiros, Jorge Guedes, Marcelo

Maria Domingues de Oliveira, Martinho da Rocha Doyle, Sergio Demoro Hamilton e

Simão Isaac Benjó

Chefe da Seção de Publicação e Distribuição: Janice Lopes Ferreira e Silva

Secretária: Marilene Vieira Macedo Rodrigues

A responsabilidade dos trabalhos publicados é exclusivamente de seus autores

Pede-se permuta

We ask for exchange

On demande l'échange

Um Austausch wird gebeten

Redação e Administração: Av. Nilo Peçanha, 12, 3.º andar, sala 308, 20.020, Rio

de Janeiro - RJ, para onde deve ser dirigida toda
correspondência.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(Em 31.12.1986)

Procurador-Geral de Justiça

LUIZ ROLDÃO DE FREITAS GOMES

1.º Subprocurador-Geral de Justiça

SÁVIO SOARES DE SOUSA

2.º Subprocurador-Geral de Justiça

ROBERTO BERNARDES BARROSO

Corregedor do Ministério Público

FRANCISCO MASSÁ FILHO

Chefe do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

José Augusto Pereira dos Santos

Consultores

Assuntos Cíveis

Gastão Lobão da Costa Araújo

Assuntos Criminais

Antonio José Azevedo Pinto

Direitos Humanos e Interesses Coletivos

Elio Gitelman Fischberg

Assuntos Institucionais e de Direito Público

Jacyr Villar de Oliveira

Diretor-Geral da Secretaria

Denise Souza Soares

Assistentes

Afonso Alípio Pernet de Aguiar

Antonio Paiva Filho

Brazilmar Moraes Pinheiro

Cezar Romero de Oliveira Soares

Dário Michéli Gadêlha

Edson Afonso Guimarães

Eduardo Valle de Menezes Côrtes

Elio Gitelman Fischberg

Elisabeth de Moraes Cassar Ferraz

Alves

Helcio Alves de Assumpção

Jarcléa Pereira Gomes

José dos Santos Carvalho Filho

**Luiz Carlos Humbert de Albuquerque
Maranhão**

Maria Cristina Palhares dos Anjos

Maria Teresa Moreira Lima

Maurício Caldas Lopes

Sídali João de Moraes Guimarães

Ulysses Leocádio

Vanda Menezes Rocha

MINISTÉRIO PÚBLICO

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

(ÓRGÃO ESPECIAL)

LUIZ ROLDÃO DE FREITAS GOMES (Presidente)

Titulares Natos

Emerson Luiz de Lima
Amaro Cavalcanti Linhares
Paulo Chermont de Araújo
Jorge Guedes
Marcelo Maria Domingues de Oliveira
Laudelino Freire Junior
Raul Caneco de Araújo Jorge
Mário Tobias Figueira de Mello
Carlos Dodsworth Machado
Francisco Habib Otoch

Titulares Eleitos

Mauro Campello
Armando de Oliveira Marinho
Everardo Moreira Lima
Waldy Genuíno de Oliveira
Luiz Sérgio Wigderowitz
Sávio Soares de Sousa
José da Silveira Lobo
José Augusto Pereira dos Santos
Ellis Hermydio Figueira
Ulysses Leocádio

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LUIZ ROLDÃO DE FREITAS GOMES (Presidente)

TITULARES

Membros Natos

Luiz Roldão de Freitas Gomes (Procurador-Geral de Justiça)
Sávio Soares de Souza (1.º Subprocurador-Geral de Justiça)
Roberto Bernardes Barroso (2.º Subprocurador-Geral de Justiça)
Francisco Massá Filho (Corregedor do Ministério Público)

Membros Eleitos

Pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça

Titular: Francisco Habib Otoch

Suplente: José da Silveira Lobo

Pelos Promotores de Justiça

Titular: Waldy Genuíno de Oliveira

Suplente: Ulysses Leocádio

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Adolpho Lerner
 Albânzio Pinheiro Rangel
 Alberto Canellas
 Alberto de Almeida e Albuquerque
 Albino Angelo Santa Rossa
 Alvaro Duncan Ferreira Pinto
 Amaro Cavalcanti Linhares
 Antonio Carlos Silva Biscaia
 Antônio Cláudio Bocayuva Cunha
 Antonio Francisco Feteira Gonçalves
 Armando de Oliveira Marinho
 Arthur Pontes Teixeira
 Atamir Quadros Mercês
 Carlos Augusto Vianna de Albuquerque
 Carlos de Mello Porto
 Carlos Dodsworth Machado
 Carlos Eduardo Bernardi Montauray
 Pimenta
 Cezar Augusto de Farias
 Cezar Romero de Oliveira Soares
 Cyro de Carvalho Santos
 Danilo Domingues de Carvalho
 David Milech
 Eládio de Carvalho Werneck
 Ellis Hermydio Figueira
 Emerson Luiz de Lima
 Eugênio Carvalho do Nascimento Filho
 Everardo Moreira Lima
 Ferdinando José Bianchini Latgé
 Fernando José Pessoa da Silva
 Fernando Paciello
 Francisco Habib Otoch
 Francisco Massá Filho
 Gastão Lobão da Costa Araújo
 Hamilton Carvalho
 Heitor Pedrosa Filho
 Hélio Cezar Penna e Costa
 Hortêncio Catunda de Medeiros
 Ivan Anatócles da Silva Ferreira
 Jarcléa Pereira Gomes
 Jefferson Machado de Góes Soares
 João Baptista Storduto de Carvalho
 Jorge Guedes
 José Augusto Pereira dos Santos
 José da Silveira Lobo

José Ivanir Gussen
 Júlio Agostinho Horta Barbosa de
 Bergallo
 Laudelino Freire Júnior
 Luiz Brandão Gatti
 Luiz Roldão de Freitas Gomes
 Luiz Sérgio Wigderowitz
 Marcelo Maria Domingues de Oliveira
 Mário Portugal Fernandes Pinheiro
 Mário Tobias Figueira de Mello
 Mariza Clotilde Villela Perigault
 Martinho da Rocha Doyle
 Maurício Ruas Pereira
 Mauro Campello
 Nader Couri Raad
 Newton Lourenço Jorge
 Nicanor Médici Fischer
 Octávio Freitas
 Omar Gama Ben Kauss
 Otto Frederico Campean
 Paulo Chermont de Araújo
 Paulo de Salles Guerra
 Paulo Frederico Bandeira de Mello
 Thedim Lobo
 Paulo Roberto Pinheiro Torres
 Pedro Nogueira Fontoura
 Pedro Paulo Geraldo Pires de Mello
 Raphael Carneiro da Rocha
 Raul Caneco de Araújo Jorge
 Regina Maria Corrêa Parisot
 Roberto Bernardes Barroso
 Rodolpho Antônio Avena
 Sálua Bunahum
 Sávio Soares de Sousa
 Sérgio de Andréa Ferreira
 Sergio Demoro Hamilton
 Simão Isaac Benjó
 Ulysses Leocádio
 Virgílio Augusto da Costa Val
 Vitor André de Soveral Junqueira
 Ayres
 Waldy Genuíno de Oliveira
 Wilson Cavalcanti de Farias
 Wilson de Andrade Campello

PROMOTORES DE JUSTIÇA

Adelângela Saggioro Garcia
 Adélia Barboza de Carvalho
 Adilse de Oliveira Ramos
 Adir Maria de Andrade Barros Corrêa
 Adolfo Borges Filho
 Affonso Alípio Pernet de Aguiar
 Afranio Silva Jardim
 Alberto Henrique de Pinho Canella
 Alda Santarosa Freire Oliveira e Silva
 Aidegy do Nascimento

Aldney Zacharias Peixoto
 Alexandre Araripe Marinho
 Alexandre Arbach
 Alma Rubens Alvim de Carvalho
 Alvaro Homero de Brito Martins Baptista
 Alvaro Hungria Ferreira Pinto
 Amadeu Mendes Campanati
 Ana Alice de Belli Antony
 Ana Cristina Augusto Gentil da Silva
 Ana Lúcia Abeid

Ana Maria da Silva Gonçalves
 Ana Maria de Almeida Nogueira
 Ana Maria de Andrade Pinheiro
 Ana Maria de Resende Chaves
 Ana Maria Gattás Bara
 Ana Maria Goldemberg
 Ana Maria Schmidt
 Anamaria de Luna Borges Saraiva
 Anatólio Wainstok
 Anderson Albuquerque de Souza Lima
 André Gustavo Corrêa de Andrade
 Ângela da Rocha Pombo
 Ângela Maria Castro Leite de Andrade
 Cordeiro de Matos
 Angela Maria dos Reis Parise
 Ângelo Moreira Glioche
 Anna Affonso Delecave
 Annabella Vera Grazia Herczog
 Anthero da Silva Gaspar
 Antonio Augusto Chaves Meireles
 Antonio Borromeu Fernandez
 Antonio Carlos Coelho dos Santos
 Antonio Carlos da Fonseca Passos
 Antonio Carlos da Graça Mesquita
 Antonio Carlos Martins
 Antonio José Azevedo Pinto
 Antonio José Martins Gabriel
 Antônio Paiva Filho
 Antonio Ricardo Binato de Castro
 Aquilino Pinto Figueiredo
 Arci Cavalcanti de Albuquerque
 Figueiredo
 Ariadne Mitropoulos Esteves Dias
 Arilda Sandra da Silva Nunes
 Arion Sayão Romita
 Arthur Leonardo de Sá Earp
 Assy Mirza Abraham
 Augusta Vitória Piclum
 Augusto Dourado
 Avelino Gomes Moreira Neto
 Beatriz Marilda Alves Campos
 Bernardo Buarque Schiller
 Bonni dos Santos
 Branca Maria Moreira Alves
 Brazilmar Moraes Pinheiro
 Cairo Italo França David
 Carlos Alberto Firmo Oliveira
 Carlos Alberto Perlingeiro dos Santos
 Carlos Alberto Pires de Carvalho e
 Albuquerque
 Carlos Antonio da Silva Navega
 Carlos Domingues da Venda
 Carlos Eduardo Costa Silva
 Carlos Eduardo de Miranda Ferraz
 Carlos Machado Vianna
 Carlos Magno Maia Przewodowski
 Célia Costa Moreira de Souza
 Celma Pinto Duarte de Carvalho Alves
 Celso Benjô
 Celso Fernando de Barros
 Ceres Feijó
 Charles van Hombeeck Júnior
 Cláudia Maria Oliveira dos Santos
 Claudio Luís Braga dell'Orto
 Cláudio Ramos
 Conceição Aparecida Mousnier Teixeira
 de Araujo
 Cristiano Cullen de Sampaio Vianna
 Cristina Maria dos Santos Caetano da
 Silva
 Cristina Tereza Gaulia Borrmann
 Cypriano Lopes Feijó
 Daisy Monnerat dos Santos Silva
 Daisy Palmieri da Costa
 Dalva Pieri Nunes
 Dário Michéli Gadélha
 David Borensztajn
 Déa Araújo de Azeredo
 Décio Luiz Gomes
 Delma Eyer Harris
 Demóstenes Garcia
 Denise Camolez
 Denise Pereira Freitas
 Denise Souza Soares
 Diamantino Ferreira
 Dilmo Solon Valadares do Lago
 Dilson Neves Chagas
 Dirce Ribeiro de Abreu
 Domingos Henrique Leal Braune
 Dóris de Sá Manzini
 Dráusio Rodrigues Lourenço
 Duval Vianna
 Ecknea Antonia de Andrade
 Édila Davies de Moura
 Edilma Raposo dos Santos
 Edilon Miranda de Oliveira
 Edmo Rodrigues Lutterbach
 Edmundo José Anjo Coutinho
 Edson Affonso Guimarães
 Edson Pereira da Silva
 Eduardo da Silva Lima Neto
 Eduardo Luiz Peixoto Martins Silveira
 Eduardo Othelo Gonçalves Fernandes
 Eduardo Pinto Martins
 Eduardo Portella
 Eduardo Valle de Menezes Côrtes
 Ekel Luiz Sêrvio de Souza
 Elaine Costa da Silva
 Eliane Bahiense de Albuquerque
 Elio Gitelman Fischberg
 Elisabeth de Moraes Cassar Ferraz Alves
 Elizabeth Carneiro de Lima
 Elizabeth José Barreto
 Elizabeth Regina Gomes de Oliveira
 Melo
 Eloysio Vieira de Almeida
 Elso Vaz

Emanuel Roberto de Nora Serra
 Enos da Costa Palma
 Ertulei Laureano Matos
 Eunice Ferreira Caldas
 Evandro Barbosa Steele
 Evandro Ramos Lourenço
 Evangelina Fontelas Rosado Spinelli
 Everardo de Góes Fischer
 Fátima Maria Ferreira Melo
 Fátima Pacca Dias de Araújo
 Ferdinando do Nascimento
 Fernanda Moreira Jorgensen
 Fernando Araripe de Moraes Quadros
 Fernando Chaves da Costa
 Fernando Fernandy Fernandes
 Fernando Lúcio Lagoeiro de Magalhães
 Flavia Pereira Novoa
 Flávio Cunha Monteiro de Carvalho
 Flávio Curi Vitari
 Francisco Antonio Souto e Faria
 Francisco Baptista de Oliveira
 Francisco Chagas Bruno
 Francisco das Neves Baptista
 Francisco Eduardo Marcondes Nabuco
 Francisco José Vaz
 Frederico Alberto Ribeiro Canellas
 Gabriel Villela Júnior
 Gelcy Migon Pinto
 Geraldo Antonio Rangel de Azeredo
 Coutinho
 Geraldo de Freitas Caldas
 Geraldo Luiz Mascarenhas Prado
 Geraldo Mattos Maia
 Gerardo Rangel dos Santos
 Gerson Nicácio Garcia
 Gevan de Carvalho Almeida
 Gilberto Machado Simões
 Gilmar Augusto Teixeira
 Giuseppe Ítalo Brasilino Vitagliano
 Gisele Lobão Salgado
 Gizelda Leitão Teixeira
 Gladys Mary Licínio Holanda
 Guilherme Couto de Castro
 Guilherme Novis Dias
 Guy Benigno Brasil
 Hédel Luiz Nara Ramos
 Heitor Costa Junior
 Helcio Alves de Assumpção
 Helda Meireles Penna Franca
 Helio José Ferreira Rocha
 Hélio Zaghetto Gama
 Heloisa Helena Gomes Barboza
 Heloisa Helena Pires dos Santos
 Heloisa Maria Alcofra Miguel
 Heloisa Maria Daltro Leite Guanaes
 de Miranda
 Hevelise Scheer
 Henrique Ernesto Cláudio Dagna
 Henrique Nogueira da Costa

Hermesinda Oliveira Cavalcanti da
 Rocha
 Hisashi Kataoka
 Homero das Neves Freitas
 Huascar de Castro
 Hugo Gonçalves Roma
 Hugo Jerke
 Ida Moulin Alledi
 Inácio Nunes
 Inês da Trindade Chaves de Melo
 Irenice Nunes Azevedo Lima
 Israel Stoliar
 Ítala Cremer
 Ivonildes Luiz Altino de Lima
 Jackson Lopes Corrêa
 Jacyr Villar de Oliveira
 Jayme Duarte Vieira
 João Baptista Lopes de Assis Filho
 João Batista Filgueiras
 João Batista Petersen Mendes
 João Marcello de Araújo Júnior
 João Martins Freitas
 Joaquim Armindo Thomaz
 Joaquim Domingos de Almeida Neto
 Jocymar Dias de Azevedo
 Joel Teixeira de Araújo
 Jorge Euclydes Pereira Ninho
 Jorge Joaquim Lobo
 Jorge Vacite Filho
 José Antonio Costa Gonçalves
 José Antonio Leal Pereira
 José Araújo dos Santos
 José Avelino Atalla
 José Augusto de Araújo Neto
 José Bianchini
 José Carlos da Cruz Ribeiro
 João Carlos Miranda Freire
 José Carlos Paes
 José Dias Barroso
 José Diniz Pinto Bravo
 José dos Santos Carvalho Filho
 José Francisco Basílio de Oliveira
 José Francisco de Martino
 José Geraldo Antonio
 José Maria Leoni Lopes de Oliveira
 José Muiños Piñero Filho
 José Ricardo de Siqueira Regueira
 José Ricardo Lopes Guimarães
 José Roberto Paredes
 José Rodrigues Pinheiro
 Juary Silva
 Julieta Raila Bernstein Seixas
 Júlio César de Sousa Oliveira
 Julio Cezar Souza Baltharejo
 Kátia Maria da Cruz Carvalho
 Kátia Costa Marques de Faria
 Kleber Couto Pinto
 Laércio Guarçoni
 Lafredo Lisboa Vieira Lopes

Laíza de Paula Rossi
 Leila Maria Rodrigues Pinto
 Leny Costa de Assis
 Leonardo Cavalcanti Cerqueira
 Leonardo de Souza Chaves
 Leôncio de Aguiar Vasconcellos
 Leonel dos Santos
 Levy de Azevedo Quaresma
 Ligia Portes Santos
 Lília Izaguirre de Toledo Malta
 Lilliane Magalhães Lustosa
 Lourdes Gamba
 Lourineide de Arruda Xavier
 Lúcia Glória Bastos Alves
 Lúcia Maria Cuinhas da Cunha
 Lucia Maria Lacerda
 Lucia Neves de Oliveira
 Lucia Ramos Serão de Sant'Anna
 Lucy Lopes Kratz
 Luís Fernando Ribeiro Matos
 Luiz Antônio Ferreira de Araujo
 Luiz Antônio Pacca Campos Mello
 Luiz Carlos de Araújo
 Luiz Carlos de Oliveira Lopes
 Luiz Carlos Humbert de Albuquerque
 Maranhão
 Luiz Carlos Motta Machado
 Luiz Carlos Rodrigues da Costa
 Luiz Carlos Silva
 Luiz Carlos Vivas Vieira
 Luiz Fabião Guasque
 Luiz Gonzaga de Lima Costa Júnior
 Luiz Gonzaga de Noronha Luz Neto
 Luiz Otávio de Freitas
 Luiz Roberto Saraiva Salgado
 Luíza Thereza Baptista de Mattos
 Manoel Ciridião Buarque
 Manoel Geraldo Areunete
 Marcelo Antônio de Menezes Oliveira
 Marcelo de Lyra Filho
 Marcia Álvares Pires Rodrigues
 Marcia Paiva Arellano
 Marcia Rodrigues de Oliveira
 Marcio Klang
 Marco Antonio Ibrahim
 Marcos Mizrahl
 Marcus Quaresma Ferraz
 Marfan Martins Vieira
 Margarida Maria de Barcelos Nogueira
 Maria Alexandra Bastos Malheiro de
 Oliveira da Silva Tonim
 Maria Amélia Couto Carvalho
 Maria Aparecida de Araújo Monteiro
 de Barros
 Maria Celeste Cardoso de Brito Pereira
 Maria Cristina da Silva Gaertner
 Maria Cristina Menezes de Azevedo
 Maria Cristina Pacini de Medeiros e
 Albuquerque
 Maria Cristina Palhares dos Anjos
 Maria Cristina Pasquinelli Bacha de
 Almeida
 Maria da Conceição Lopes de Souza
 Santos
 Maria da Conceição Pereira Cardoso
 Maria da Glória Franco
 Maria de Fátima da Rocha Novais
 Maria de Lourdes de Oliveira Ribeiro
 Maria de Nazaré Martins Guimarães
 Maria Dionfzila Freire Gonçalves
 Maria do Carmo Alves Garcia
 Maria do Carmo dos Santos Casa Nova
 Maria Elisa Hingst Manzollilo
 Maria Elizabeth Riente Lima
 Maria Eugênia de Macedo Florio
 Maria Eugênia Monteiro Cavalcanti
 Maria Helena Pereira da Cunha
 Maria Helena Rodrigues da Silva
 Maria Henriqueta do Amaral Fonseca
 Lobo
 Maria Lenígia Rocha Pires de Carvalho
 Maria Lucia das Chagas Gomes de Sá
 Maria Luíza Cabral Vieira
 Maria Teresa de Andrade Ramos Ferraz
 Maria Teresa Moreira Lima
 Maria Thereza Kezen Vieira
 Mariana de Oliveira
 Marija Yrneh Rodrigues de Moura
 Marilene Gomes Fernandes
 Marília Bulhões dos Santos Carneiro
 Marília de Castro Neves Vieira
 Marilza Matos Mendes
 Mário Antonio de Carvalho
 Mário Ferreira dos Reis
 Mario Robert Mannheimer
 Mário Tobias Figueira de Mello Filho
 Marlene Cardoso Gonzalez
 Marli Ribeiro
 Marly de Almeida Leite Perorazio
 Tavares
 Marly Macedônio
 Martha Pires da Rocha Hisse
 Mary Virgínia Norrthrup
 Mauricio Assayag
 Maurício Caldas Lopes
 Maurício Helayel
 Mauro José Ferraz Lopes
 Mauro Silva Guedes
 Max Fontes Perlingeiro
 Maximino Gonçalves Fontes Neto
 Miriam Cristina Mendonça Real
 Miriam Rocha Mello
 Mônica da Silveira França
 Murillo Bernardes Miguel
 Nádia de Araújo
 Naudila Teresinha Honorato Neves
 Necisia Maia dos Santos Carvalho
 Arce dos Santos
 Neida Mirna Dalcolmo

Neje Hamaty
 Nélia Nahid de Carvalho
 Nelma Glória Trindade de Lima
 Nélson de Sá
 Nélson José Martins
 Newton Campos de Medeiros
 Nilda Maria Benevides de Miranda
 Nildson Araújo da Cruz
 Nilo Cairo Lamarão Branta
 Norton Esteves Pereira de Mattos
 Olegário Maciel Cólly
 Onélio Francisco Gonçalves
 Paolina Leone Candia Hryniewicz
 Patrícia Silveira da Rosa
 Paula Andrade Mello
 Paulo Bouçada Tassara
 Paulo Cezar Pinheiro Carneiro
 Paulo Ferreira Rodrigues
 Paulo Ivan de Oliveira Teixeira
 Paulo Monteiro Barbosa
 Paulo Rodolfo Maximiliano de Gomes
 Tostes
 Pedro Elias Sanglard
 Paulo Sergio Prestes dos Santos
 Pedro Moreira Alves de Brito
 Poul Erik Dyrhund
 Raphael Cesário
 Regina Buaiz
 Regina Celi Silva Machado
 Regina Célia de Oliveira Calmon
 Regina Lúcia Natal de Carvalho
 Regina Machado Tedesco
 Regina Olívia da Rocha Werneck
 Reinaldo Moreira Glioche
 Renato Gonçalves Pereira
 Renato Pereira França
 Ricardo Canellas Rinaldi
 Ricardo Hungria Ferreira Pinto
 Ricardo Sevalho Gonçalves
 Ricardo Ribeiro Martins
 Ricardo Zouein
 Roberto Abranches
 Roberto Mendonça de Andrade
 Roberto Moura Costa Soares
 Roberto Pontes Dias
 Roberto Ribeiro França
 Rodolpho Carmelo Ceglia
 Rogério de Oliveira Souza
 Ronaldo de Medeiros e Albuquerque
 Ronaldo Simão
 Rosa Déa Veiga da Silva

Rosa Maria dos Reis Parise
 Rosana Orichio de Siqueira Mello
 Rosângela Carrozzino
 Ruth Sarah Hirschfeldt
 Ruy Soares Barbosa Júnior
 Sandra Muniz Melo Ramos de Castro
 Santos Levy
 Sebastião Fador Sampaio
 Sergina Mello
 Sérgio Antonio de Carvalho
 Sérgio Bastos Vianna de Souza
 Sérgio Castanheira
 Sérgio Zettermann
 Sídali João de Moraes Guimarães
 Silvia Liz Xavier Dell'Ome
 Silvio Ambrosi de Miranda Valverde
 Sonia Maria Moret Freire Lourenço
 Sonia Maria Rocha e Silva
 Sonia Simões Corrêa Fortes
 Sueli Carreira da Silva
 Suely da Silva Jardim Marinho
 Sylvio Tito Carvalho Coelho
 Tânia Maria Salles Moreira
 Tellius Alonso Avelino Memória
 Telma Musse Diuana
 Themístocles de Faria Lima
 Theobaldo Lisboa
 Thereza de Paula Tavares Henriques
 Ugo Soares Pinheiro Chagas
 Valneide Serrão Vieira
 Vanda Menezes Rocha
 Vania Maria Carrano Benjó
 Vera de Souza Leite
 Vera Lúcia de Sant'Anna Gomes
 Vera Maria Barreira Jatahy
 Vera Maria Florêncio Berto
 Vera Maria José Rollas
 Verônica Elisa Rosa Aguiar
 Vicente Silvio Ferreira do Nascimento
 Victória Siqueiros Soares Le Coq
 d'Oliveira
 Virgínia de Barros Moreira
 Vitória Abi Rihan
 Waldir Novelino
 Wander Cezar Moreira
 Wanderley de Andrade Monteiro
 Wilney Magno de Azevedo Silva
 Wilsea Gaspar Fernandes
 Wilson de Pontes Cardoso
 Zélia Salles de Vasconcelos
 Zilma de Castro Cunha Almeida

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Waldy Genuíno de Oliveira

APOSENTADOS

Ada Bucksman
 Adhemar Luiz Pereira
 Agenor Teixeira de Magalhães

Alcírio Dardeau de Carvalho
 Amílcar Furtado de Vasconcellos
 Antonio Augusto de Vasconcellos Neto

Antonio da Costa Marques Filho
 Antônio de Pádua Chagas Freitas
 Antônio Ricardo dos Santos Neto
 Antônio Luiz Guimarães de Oliveira
 Benjamin Haman
 Caetano Pinto de Miranda Montenegro
 Neto
 Carlos Alberto Ponzo
 Carlos de Novaes Vianna
 Carlos Octávio da Veiga Lima
 Celso de Barros Franco
 Christino Almeida do Valle
 Cláudio Anthero de Almeida
 Dídimo Amaral Agapito da Veiga
 Edgardo Tenório
 Elcio de Souza Chrysóstomo
 Francisco Eugênio Freire de Moraes
 Francisco Gil Castelo Branco
 Franklin Silva Araújo
 Gastão Menescal Carneiro
 Geraldo Nicola Ferreira Pitta Faillace
 Gilberto Ubaldo da Silva
 Hermenegildo de Barros Filho
 Hilton Massa
 Iris Gameiro Seiffert
 Jerônimo Macário Figueira de Melo
 João Lopes Esteves
 João Ramos Torres de Melo
 Joaquim Alfredo Ribeiro Mariano
 Joaquim Borges Valadão Filho
 Jorge Armando de Figueiredo Enne
 Jorge Ibrahim Salluh
 José Cândido Brasil
 José Moreira Bastos Filho
 José Murad Lasmar
 José Perelmiter

José Sertã Camões
 José Vicente Ferreira
 José Vicente Pereira
 Lindolpho Fernandes Filho
 Luiz Almeida do Valle
 Luiz Carlos Fernandes Modesto
 Luiz Facca
 Luiz Polli
 Manoel Vidal Barbosa Lage Filho
 Mário Carrilho da Fonseca e Silva
 Mário de Carvalho Pereira
 Marly Martin Mazzucchelli
 Maurício Parreiras Horta
 Maurílio Bruno de Oliveira Firmo
 Mauro Azevedo
 Myriam Steinbruch Roisman
 Nancy Mendes de Aragão
 Nerval Cardoso
 Newton Marques Cruz
 Oswaldo Soares Monteiro
 Ovídio Silva
 Oziel Esmeriz Miranda
 Pamphilo Andrade da Silva Freire
 Paulo Antunes de Oliveira
 Paulo Domingos Galindo
 Pedro Henrique de Miranda Rosa
 Remy Barbosa Viana
 René de Souza Coelho
 Ricardo de Almeida Rego Filho
 Rubinstein Rolando Duarte
 Sebastião de Almeida Parente
 Sebastião Mário Miguel Panza
 Stênio Lutgardes Neves
 Theodoro Arthou
 Walter de Souza Homena
 Yolando Cardoso

INTEGRANTES DOS TRIBUNAIS

SUPERIORES ORIUNDOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

João Baptista Cordeiro Guerra

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Jorge Alberto Romeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Antônio Joaquim Pires de Carvalho e	Mário Neiva de Lima Rocha
Albuquerque Júnior	(aposentado)
(aposentado)	Nelson Pecegheiro do Amaral
Arnaldo Rodrigues Duarte	Newton Quintella
(aposentado)	(aposentado)
Décio Meirelles Góes	Paulo Dourado de Gusmão
Eugênio de Vasconcelos Sigaud	Raphael Cirigliano Filho
Hermano Odilon dos Anjos	Roberval Clementino Costa do Monte
(aposentado)	Synésio de Aquino Pinheiro

TRIBUNAL DE ALÇADA CÍVEL

Carlos Alberto Torres de Mello
Fabiano de Barros Franco
(aposentado)

Humberto Paschoal Perri
Luiz Eduardo Guimarães Rabello
Manoel Carpena Amorim

TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL

Ferdinando de Vasconcellos Peixoto
(aposentado)

Jorge Alberto Romeiro Júnior
Paulo Gomes da Silva Filho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(Em 31.12.1986)

Paulo Dourado de Gusmão
Presidente

Ivânio da Costa Carvalho Caiuby
1.º Vice-Presidente

Jésus Antunes de Siqueira
2.º Vice-Presidente

Hermano Duncan Ferreira Pinto
3.º Vice-Presidente

Synésio de Aquino Pinheiro
Corregedor-Geral da Justiça

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Paulo Dourado de Gusmão
Ivânio da Costa Carvalho Caiuby
Jésus Antunes de Siqueira
Hermano Duncan Ferreira Pinto
Synésio de Aquino Pinheiro
Paulo Joaquim da Silva Pinto

Felippe Augusto de Miranda Rosa
Joaquim Antônio de Vizeu Penalva
Santos
José Domingos Moledo Sartori
Hélio Mariante da Fonseca

DESEMBARGADORES

Enéas Marzano
Synésio de Aquino Pinheiro
Ebert Vianna Chamoun
Raphael Cirigliano Filho
Paulo Dourado de Gusmão
Basileu Ribeiro Filho
José Carlos Barbosa Moreira
Paulo Joaquim da Silva Pinto
Ivânio da Costa Carvalho Caiuby
Antônio de Castro Assumpção
Wellington Moreira Pimentel
Hermano Duncan Ferreira Pinto
Cláudio Vianna de Lima
Newton Doreste Baptista
José Joaquim da Fonseca Passos

Nicolau Mary Junior
Pedro Américo Rios Gonçalves
Antônio Carlos Amorim
Jorge Fernando Loretti
Edgar Maria Teixeira
Eugenio de Vasconcellos Sigaud
Fabiano de Barros Franco
Polinício Buarque de Amorim
Felippe Augusto de Miranda Rosa
Décio Itabaiana Gomes da Silva
Fernando Celso Guimarães
Gustavo Almeida do Valle
Geraldo Arruda Guerreiro
Jésus Antunes de Siqueira
Luciano Humberto de Mendonça Belém

Nelson Pecegheiro do Amaral	Américo Augusto Guimarães Canabarro
João Francisco	Reichardt
Sérgio Mariano	Áureo Bernardes Carneiro
Enéas Machado Cotta	Thiago Ribas Filho
Joaquim Antônio de Vizeu Penalva Santos	Oswaldo Portella de Oliveira
Alberto de Azevedo Costa Garcia	Raul de San Tiago Dantas Barbosa
Waldemar Zveiter	Quental
Maria Stella Villela Souto Lopes Rodrigues	Rui Octavio Domingues
Renato de Lemos Maneschy	Dilson Gomes Navarro Dias
Emerson Santos Parente	Astrogildo de Freitas
Hyrton Xavier da Matta	Paulo Roberto de Azevedo Freitas
Antônio Sampaio Peres	Youssif Salim Saker
Luiz Fernando Whitaker Tavares da Cunha	José Rodriguez Lema
José Domingos Moledo Sartori	Décio Meirelles Góes
Hélio Mariante da Fonseca	José Edvaldo Tavares
Narcizo Arlindo Teixeira Pinto	Hélio Trindade
Aurea Pimentel Pereira	Dalmo Silva
José Lisboa da Gama Malcher	Darcy Lizardo de Lima
Flávio Luiz Pinaud	Hilário Duarte de Alencar
Francisco Eugênio Rezende de Faria	João Carlos Pestana de Aguiar
	Silva
	Roberval Clementino Costa do Monte

TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(Em 31.12.1986)

Genarino Carvalho
Presidente

Adolphino Alberto Ribeiro
Vice-Presidente

JUIZES

1.ª Câmara

José Lucas M. Alves de Brito	Alfredo José Marinho Filho
Álvaro José Mayrink da Costa	Estênio Cantarino Cardozo
Wilson Santiago Mesquita de Mello	

2.ª Câmara

Paulo Gomes da Silva Filho	Ulysses Valladares Salgado
João de Deus L. Menna Barreto	José Carlos Schmidt Murta Ribeiro
Mário Rebello de Mendonça Filho	

3.ª Câmara

Jorge Alberto Romeiro Junior	Bias Francisco Gonçalves
Mário Batista de Magalhães	Egberto de Barros Tostes
Weber Martins Batista	

4.ª Câmara

Luiz Cesar A. Bittencourt Silva	José Carlos Nogueira dos Santos
Emílio Carmo	Ruy Monteiro de Carvalho
Alyrio Cavallieri	

TRIBUNAL DE ALÇADA CÍVEL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(Em 31.12.1986)

Caetano José da Fonseca Costa
Presidente

Humberto Paschoal Perri
Vice-Presidente

JUIZES

1.ª Câmara

Manoel Carpena Amorim
Francisco Dower Perlingeiro Lovisi
Semy Glanz

Edil Pereira da Silva
Laerson Mauro

2.ª Câmara

Celso Muniz Guedes Pinto
Ederson de Mello Serra
João Carlos Pestana de Aguiar Silva

Luiz Carlos Motta
Luiz Carlos Salles Guimarães

3.ª Câmara

Carlos Alberto Torres de Mello
Helvio Perorázio Tavares
Itamar Barbalho

João Wehbi Dib
Hudson Bastos Lourenço

4.ª Câmara

Miguel Pachá
Humberto de Mendonça Manes
Marden Gomes

Marcus Antônio de Souza Faver
Luiz Murillo Fábregas da Costa

5.ª Câmara

Elmo Guedes Arueira
Antônio Lindberg Montenegro

Dalton Jesus Castro de Oliveira Costa
Geraldo da Silva Batista

6.ª Câmara

Luiz Eduardo Guimarães Rabello
Martinho Alvares da Silva
Campos

Pedro José Alexandre Arruda Pinto
de França
Ralph Lopes Pinheiro

7.ª Câmara

Roberto Maron
Pedro Fernando Ligiero
Hugo Barcellos

Amaury Arruda de Souza
Carlos Antônio dos Santos

8.ª Câmara

Amyntor Villela
Gustavo Alberto Itabaiana Gomes da
Silva

Ivo de Carvalho Werneck
Décio Xavier Gama
Wilson Marques

SUMÁRIO

DOCTRINA

AFRANIO SILVA JARDIM — Notas sobre a Teoria da Jurisdição	27
CELSO BENJÓ — O Ministério Público segundo nossa proposta de enquadramento	47
JOÃO MARCELLO DE ARAÚJO JÚNIOR — Os grandes movimentos de política criminal de nosso tempo	57
MÁRIO SIERCA JR. — A informação privilegiada — <i>Insider trading</i> — nas bolsas de valores e o estelionato	69
PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO — O Ministério Público nos Estados Unidos da América do Norte e na Inglaterra — Sistema da <i>Common Law</i>	73
SERGIO DE ANDRÉA FERREIRA — Competência dos Tribunais Estaduais: Inconstitucionalidade da LOMAN	80

PARECERES

— Livramento Condicional. Desconstituição da decisão concessiva (Adolpho Lerner)	88
— Arguição de inconstitucionalidade de lei (Carlos de Mello Porto) ..	92
— <i>Reformatio in pejus</i> . Inadmissibilidade (Cezar Augusto de Farias) ..	95
— Carta Testemunhável. Recurso do Ministério Público contra decisão com que concordara o antecessor (Dalva Pieri Nunes)	97
— Responsabilidade Civil. Ação do sacado que honrou o pagamento de cheque contra a emitente (Eduardo Valle de Menezes Côrtes) ..	101
— Nulidade insanável (Elisabeth de Moraes Cassar Ferraz Alves)	107
— Estágio experimental. Expectativa de direito (Ellis Hermydio Figueira)	109
— Revogação de mandato conferido por instrumento público (Everardo Moreira Lima)	112
— Liquidação extrajudicial. Arresto (Helcio Alves de Assumpção) ...	115
— Contrato de <i>leasing</i> (Luiz Otávio de Freitas)	124
— Reclamação Correicional (Maurício Caldas Lopes)	133
— Crime comum praticado por Vereador. Inexistência de foro especial por prerrogativa de função (Neje Hamaty)	136
— Nulidade de Testamento (Paulo Ferreira Rodrigues)	140
— Imposto sobre Serviços. Limite temporal da eficácia do julgado executando (Ronaldo de Medeiros e Albuquerque)	147
— Recurso em sentido estrito. Impossibilidade de integração analógica (Sergio Demoro Hamilton)	159
— Retificação de sentença. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil (Sílvio Ambrosi de Miranda Valverde)	162
— Benefícios previdenciários de prestação continuada. Revisão e reajuste (Wilney Magno de Azevedo Silva)	165

JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA CÍVEL

Supremo Tribunal Federal

- *Investigação de paternidade, cumulada com ação anulatória de atos jurídicos e petição de herança.*

I. O argumento da doação simulada foi desautorizado na origem e não há como aboná-lo em instância extrema sem o revolver da prova.

II. Os efeitos da sentença que reconhece a paternidade *post mortem* não atingem a situação já consolidada dos descendentes, em favor de pessoas, na época, desvestidas dessa qualidade jurídica. Inocorrência de afronta ao art. 1.132 do Código Civil.

Recurso extraordinário não conhecido (STF — Segunda Turma) ..

178

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

- O casamento realizado *in articulo mortis* por ministro religioso competente pode ser inscrito no registro público mediante requerimento do nubente sobrevivente (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro — 1.ª Câmara Cível)

187

Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro

- Reclamação. Dela não se conhece, quando do ato impugnado cabe recurso específico (Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro — 4.ª Câmara Cível)

189

JURISPRUDÊNCIA CRIMINAL

Supremo Tribunal Federal

- *Penal.*

Reformatio in pejus indireta.

Prescrição. Aplicação da Lei n.º 7.902/84.

Se a sentença condenatória é anulada em virtude de recurso do réu, a nova sentença não lhe pode impor pena superior àquela anteriormente fixada. Precedentes.

E não podendo ser aumentada a pena imposta na sentença anulada, é de ter-se como de logo incidente a prescrição — que atinge a própria ação penal, segundo resulta da nova Parte Geral do Código Penal (Lei n.º 7.209/84, art. 110, § 1.º) — sem necessidade, em consequência, de ser o réu submetido a novo julgamento (STF — Segunda Turma)

190

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

- Imputação inicial de corrupção, ativa e passiva, de que resulta a condenação de um dos acusados, policial civil, pelo delito definido no art. 317, *caput*, do Código Penal. Quadro probatório que induz à tipificação do crime de *concussão*. Impossibilidade, contudo, da capitulação dada na denúncia e admitida na sentença, diante do princípio que veda a *reformatio in pejus*. Confirmação da absolvição no que toca aos acusados de corrupção ativa, visto que os mesmos agiram por *metu publicae potestatis*, cedendo à exigência do concussionário. Impossibilidade processual de exclusão da interdição de direito aplicada ao réu condenado e traduzida na interdição temporária de exercer cargo público, com a substituição da pena privativa da liberdade, imposta de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, visto que a defesa, no recurso, não

pleiteia tal extinção que, na verdade, só prejudicaria ao sentenciado, que ficaria sujeito ao cumprimento da pena reclusiva, pois não merecedor do respectivo <i>sursis</i> (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro — 3. ^a Câmara Criminal)	194
Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro	
— Recurso do Ministério Público contra decisão com que concordara o antecessor. Possibilidade. A unidade do Ministério Público não implica em ficar o Promotor vinculado às opiniões do antecessor. Assim, pode ele recorrer contra decisão favorável ao réu, com que o antecessor concordara expressamente (Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro — 3. ^a Câmara Criminal)	196
BIOGRAFIAS	
— Roberto Lyra Filho (João Marcello de Araújo Júnior)	197
ESTUDOS	
— Notas sobre a Correção Monetária (Carlos Magno Maia Przewodowski)	203
— O Empréstimo Compulsório previsto no Decreto-Lei n.º 2.288, de 23.07.1966. Diversos aspectos de inconstitucionalidade (Marcio Klant)	217
— A Influência do Direito Canônico no Código Civil Brasileiro (Osvaldo Hamilton Tavares)	220
ATUALIDADES	
— Novos Procuradores de Justiça	227
— Novos Promotores de Justiça	227
— Eleição dos Novos Membros do Órgão Especial do Colégio de Procuradores e do Conselho Superior do Ministério Público	230
— Confirmados na Carreira os Novos Promotores de Justiça	231
— VII Encontro do Ministério Público Fluminense	231
— Solenidades Comemorativas ao Dia Nacional do Ministério Público	232
— Procurador-Geral de Justiça Dr. Luiz Roldão de Freitas Gomes agraciado com o "Colar do Mérito Judiciário"	232
— Procurador de Justiça Hamilton Carvalhido nomeado Vice-Presidente do Conselho Penitenciário	233
— Promotor de Justiça Aldney Zacharias Peixoto nomeado Diretor do Instituto Penal Vieira Ferreira Neto	233
— Procurador de Justiça Ulysses Leocádio e Promotores de Justiça Brazilmar Moraes Pinheiro e Maria Cristina Palhares dos Anjos designados Coordenadores	233
— Procurador de Justiça Gastão Lobão da Costa Araújo e Promotor de Justiça João Batista Petersen Mendes designados para Simpósio Internacional	233
— Procurador de Justiça Homero das Neves Freitas agraciado com o título de Benemérito do Estado do Rio de Janeiro	233

— Convênio celebrado entre o Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro e a Procuradoria-Geral de Justiça	234
— Criação de Grupo de Recurso Extraordinário	234
— Nova Diretoria da Associação do Ministério Público	234
— Procurador de Justiça Roberval Clementino Costa do Monte nomeado Desembargador	235
— Aposentadorias: Promotor de Justiça Dr. José Perelmiter, Promotora de Justiça Dra. Nancy Mendes de Aragão e Procurador de Justiça Dr. Antonio Augusto de Vasconcellos Neto	238
— Falecimentos: Promotor de Justiça Dr. João de Almeida Barbosa Ribeiro; Promotor de Justiça Dr. Raul de Figueiredo Meireles; Procurador de Justiça Dr. Arnóbio Tenório Wanderley; Procurador de Justiça Dr. Mozart Mattos; Procurador de Justiça Dr. Roberto Frederico Sanchez e Promotor de Justiça Dr. José Francisco de Oliveira Diniz	240

BIBLIOGRAFIA

— Julita Lemgruber — Cemitério dos Vivos (Gisele Cantuária Seixas)	244
---	-----

LEGISLAÇÃO

Leis Federais

— Lei Complementar n.º 54, de 22 de dezembro de 1986 (Dispõe sobre nova redação e revogação de artigos da Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979)	246
— Lei n.º 7.510, de 4 de julho de 1986 (Dá nova redação a dispositivos da Lei n.º 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, com as alterações posteriores, que estabelecem normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados)	247
— Lei n.º 7.511, de 7 de julho de 1986 (Altera dispositivos da Lei n.º 4.711, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal)	248
— Lei n.º 7.513, de 9 de julho de 1986 (Modifica o artigo 649 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, acrescentando dispositivo que torna impenhorável o imóvel rural até um módulo)	249
— Lei n.º 7.514, de 9 de julho de 1986 (Assegura aos partidos políticos e candidatos o direito de usar os números a eles atribuídos na eleição anterior e dá outras providências)	249
— Lei n.º 7.533, de 2 de setembro de 1986 (Autoriza o Governo do Distrito Federal a constituir uma Fundação com a finalidade de amparar o trabalhador preso e dá outras providências)	249
— Lei n.º 7.538, de 24 de setembro de 1986 (Suspende a execução de sentença em ações de despejo e dá outras providências)	252
— Decreto-Lei n.º 2.287, de 23 de julho de 1986 (Altera dispositivos da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985 e dá outras providências)	253
— Decreto-Lei n.º 2.290, de 21 de novembro de 1986 (Estabelece normas sobre a desindexação da economia e dá outras providências)	259

— Decreto-Lei n.º 2.291, de 21 de novembro de 1986 (Extingue o Banco Nacional da Habitação — BNH e dá outras providências) ..	261
— Decreto-Lei n.º 2.297, de 21 de novembro de 1986 (Isenta do Imposto sobre a Renda o ganho auferido, por pessoas físicas, na alienação de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação)	263
— Decreto-Lei n.º 2.298, de 21 de novembro de 1986 (Dispõe sobre mercado de títulos e valores mobiliários incentivados)	264
— Decreto-Lei n.º 2.299, de 21 de novembro de 1986 (Altera o Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 e dá outras providências)	266
— Decreto-Lei n.º 2.301, de 21 de novembro de 1986 (Institui caderneta de poupança do tipo pecúlio)	267
— Decreto-Lei n.º 2.302, de 21 de novembro de 1986 (Dispõe sobre escala móvel de salário e dá outras providências)	267
— Decreto-Lei n.º 2.303, de 21 de novembro de 1986 (Altera a legislação tributária federal e dá outras providências)	268
— Decreto-Lei n.º 2.313, de 23 de dezembro de 1986 (Altera a redação do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2.303, de 21 de novembro de 1986 e dá outras providências)	275
— Decreto-Lei n.º 2.314, de 23 de dezembro de 1986 (Altera a legislação do Imposto sobre a Renda)	276
— Decreto n.º 93.200, de 1.º de setembro de 1986 (Dá nova redação ao § 8.º do artigo 9.º do Decreto n.º 78.276, de 17 de agosto de 1976)	276
— Decreto n.º 93.217, de 5 de setembro de 1986 (Dispõe sobre a competência para autorização de viagens de servidores ao exterior e dá outras providências)	276
— Decreto n.º 93.237, de 8 de setembro de 1986 (Regula as atividades de Advocacia Consultiva da União no Poder Executivo) ...	277
— Decreto n.º 93.240, de 9 de setembro de 1986 (Regulamenta a Lei n.º 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências)	281
— Decreto n.º 93.253, de 12 de setembro de 1986 (Regulamenta o artigo 7.º da Lei n.º 7.508, de 4 de julho de 1986, que institui normas para a propaganda eleitoral)	282
— Decreto n.º 93.630, de 28 de novembro de 1986 (Altera dispositivos do Decreto n.º 88.351, de 1.º de junho de 1983, modificado pelo Decreto n.º 91.305, de 3 de junho de 1985, que regulamentou as leis que dispõem sobre a Política Nacional do Meio-Ambiente e a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências)	283

Leis Estaduais

— Lei Complementar n.º 49, de 15 de julho de 1986 (Acrescenta um parágrafo ao artigo 22 da Lei Complementar n.º 6, de 12 de maio de 1977)	285
— Lei Complementar n.º 50, de 17 de julho de 1986 (Altera a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (Lei Complementar n.º 3, de 22 de setembro de 1976) dispondo sobre a concessão do direito real de uso de Bens Públicos Municipais)	285

— Lei Complementar n.º 51, de 5 de agosto de 1986 (Regulamenta o artigo 227 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro)	286
— Lei n.º 1.010, de 2 de julho de 1986 (Aprova o Regimento de Custas Judiciais)	286
— Lei n.º 1.012, de 15 de julho de 1986 (Dispõe sobre a inscrição, como Dívida Ativa, dos créditos não tributários do Estado e de suas Autarquias e estabelece normas relativas ao lançamento) ..	308
— Lei n.º 1.020, de 17 de julho de 1986 (Altera dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias, criando o Cartório da Dívida Ativa do Estado e o 7.º Contador e dá outras providências)	310
— Lei n.º 1.034, de 8 de setembro de 1986 (Dispõe sobre a entrada em vigor da Lei n.º 1.010, de 2 de julho de 1986, e prorroga o prazo para a instalação das Serventias Judiciais criadas pela Lei n.º 1.020, de 17 de julho de 1986)	312
— Lei n.º 1.037, de 1.º de outubro de 1986 (Altera a redação do artigo 115 da Resolução n.º 5, de 24 de março de 1977 (Livro III do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro)	312
— Lei n.º 1.049, de 20 de outubro de 1986 (Altera o Regimento de Custas Judiciais)	313
— Lei n.º 1.053, de 23 de outubro de 1986 (Cria os Juizados Especiais de Pequenas Causas na Justiça do Estado e dá outras providências)	316
— Lei n.º 1.054, de 5 de novembro de 1986 (Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço anteriormente prestado sob o regime da CLT, para efeito de concessão de licença-prêmio)	317
— Lei n.º 1.060, de 10 de novembro de 1986 (Institui o Fundo Especial de Controle Ambiental — FECAM e dá outras providências)	317
— Lei n.º 1.063, de 11 de novembro de 1986 (Revigora o prazo de opção do regime celetista para o regime estatutário de que trata a Lei n.º 612, de 30 de novembro de 1982)	319
— Lei n.º 1.084, de 3 de dezembro de 1986 (Dispõe sobre a concessão de pensão especial à viúva de servidor público acometida de moléstia grave, pela forma que especifica e dá outras providências)	320
— Decreto n.º 9.064, de 16 de julho de 1986 (Estabelece a competência, aprova a Estrutura Básica da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais e dá outras providências)	321
— Decreto n.º 9.109, de 29 de julho de 1986 (Estabelece condições para a realização de operações de arrendamento mercantil- <i>leasing</i>)	325
— Decreto n.º 9.113, de 31 de julho de 1986 (Estabelece condições especiais para a prestação de serviços de produção e veiculação de matéria publicitária de interesse do Estado e de seus entes da Administração Indireta, inclusive Fundações, e dá outras providências)	326
— Decreto n.º 9.310, de 22 de outubro de 1986 (Antecipa para o dia 27 de outubro de 1986 as comemorações do Dia do Funcionário Público)	327

— Decreto n.º 9.345, de 12 de novembro de 1986 (Estabelece critérios para a concessão das gratificações de lotação prioritária e adicional de insalubridade, instituídas pela Lei n.º 720, de 30 de dezembro de 1983, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 961, de 27 de dezembro de 1985)	327
— Decreto n.º 9.430, de 26 de novembro de 1986 (Dispõe sobre os órgãos de atuação da Assistência Judiciária e dá outras providências)	328
— Decreto n.º 9.453, de 5 de dezembro de 1986 (Cria a Ordem do Ministério Público Fluminense, dispõe sobre sua regulamentação e dá outras providências)	329
— Decreto n.º 9.524, de 15 de dezembro de 1986 (Dota, sem aumento de despesa, o Ministério Público de condições efetivas para o desempenho de suas atribuições, especialmente aquelas pertinentes à defesa das garantias constitucionais e dos direitos humanos)	343

Leis Municipais

— Decreto n.º 6.293, de 14 de novembro de 1986 (Reorganiza o Sistema de Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências)	345
---	-----

Atos do Procurador-Geral de Justiça

— Resolução n.º 217, de 11 de julho de 1986	349
— Resolução n.º 218, de 04 de agosto de 1986	355
— Resolução n.º 219, de 05 de agosto de 1986	356
— Resolução n.º 220, de 12 de agosto de 1986	357
— Resolução n.º 222, de 10 de setembro de 1986	357
— Resolução n.º 223, em 15 de setembro de 1986	358
— Resolução n.º 226, de 22 de setembro de 1986	363
— Resolução n.º 227, de 25 de setembro de 1986	364
— Resolução n.º 229, de 29 de setembro de 1986	364
— Resolução n.º 230, de 29 de setembro de 1986	365
— Resolução n.º 231, de 29 de outubro de 1986	367
— Resolução n.º 232, de 31 de outubro de 1986	367
— Resolução n.º 233, de 31 de outubro de 1986	370
— Resolução n.º 234, de 11 de novembro de 1986	371
— Resolução n.º 235, de 11 de novembro de 1986	371
— Resolução n.º 236, de 13 de novembro de 1986	372
— Resolução n.º 237, de 13 de novembro de 1986	373
— Resolução n.º 239, de 28 de novembro de 1986	374
— Resolução n.º 240, de 10 de dezembro de 1986	375

LISTA DE ANTIGÜIDADE DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	377
---	-----

ÍNDICE DE AUTORES	383
--------------------------------	-----

ÍNDICE DE ASSUNTOS	385
---------------------------------	-----



DOUTRINA

COLABORAM NESTE NÚMERO

AFRANIO SILVA JARDIM — Promotor de Justiça no Estado do Rio de Janeiro, Professor de Direito Processual Penal da Faculdade Cândido Mendes (Centro), da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas (SUESC) e das Faculdades Integradas Estácio de Sá (Curso de Especialização), Mestre em Direito e Professor do Instituto de Direito Público da Fundação Getúlio Vargas, Assistente da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Professor de Teoria Geral do Processo da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ.

CELSO BENJÓ — Promotor de Justiça no Estado do Rio de Janeiro e Professor de Direito Administrativo das Faculdades de Direito Estácio de Sá e da Universidade Santa Úrsula.

JOÃO MARCELLO DE ARAÚJO JÚNIOR — Procurador de Justiça no Estado do Rio de Janeiro, Professor Titular de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ e de Criminologia da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, Membro do Conselho de Direção da Associação Internacional de Direito Penal (Paris) e do CIRGIS (Milão).

MÁRIO SLERCA JR. — Ex-Professor Adjunto de Direito Comercial da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e Membro do Ministério Público do Estado da Guanabara, Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros e Advogado no Rio de Janeiro.

PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO — Promotor de Justiça no Estado do Rio de Janeiro, Professor Adjunto (Livre Docente) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Membro do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB).

SERGIO DE ANDRÉA FERREIRA — Procurador de Justiça no Estado do Rio de Janeiro e Professor Titular de Direito Administrativo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro — UERJ.

NOTAS SOBRE A TEORIA DA JURISDIÇÃO

Afranio Silva Jardim

Capítulo primeiro: O Estado

§ 1.º — O Estado como criação do homem

Assim como o Direito, é o Estado uma criação do homem, ser eminentemente social. O Estado é uma instituição necessária e natural, instrumento utilizado pelo homem para alcançar fins de seu interesse, em determinada etapa do processo civilizatório.

Sem desejarmos tomar partido entre as diversas teorias que procuram explicar a origem do Estado, somos que uma multiplicidade de fatores interferiram em conjunto na sua gênese. Sendo ele uma instituição complexa, é evidente que condições diversas se congregaram para naturalidade de sua formação (Pinto Ferreira, *Teoria Geral do Estado*, S. Paulo, Saraiva, 1975, p. 144).

O Estado, além de ser um centro de imputação de normas, como o quer com exclusividade *Hans Kelsen*, é também uma entidade agregadora dos homens que vivem em determinada sociedade. A coerção que exerce sobre os seus súditos não é um fim em si mesma, mas meio para que consiga, o quanto possível, a paz e a justiça social. Este é o Estado verdadeiramente democrático, síntese a que chegará, após o inevitável choque dialético das posições extremamente opostas.

Se é verdade, ao menos em parte, que historicamente o Estado tem servido de instrumento da classe dominante para a manutenção de situações de privilégio, em detrimento das classes menos favorecidas, não menos verdade é que tal fato decorre mais de uma situação patológica do que da própria estrutura da instituição. O Estado do futuro, temos a certeza, perderá esta característica marcante, decorrente também da falta de legitimidade e representatividade dos detentores do poder político.

De uma forma ou de outra, com pessimismos ou otimismo, não nos resta outra saída, senão o fortalecimento do Estado democrático, único instrumental de que dispomos para combater a injustiça social e proporcionar um melhor nível de vida aos homens. Não importa o gigantismo do Estado moderno, importa sim que ele esteja voltado para os interesses coletivos e sinceros da maioria da população; ganhando, destarte, foros de legitimidade social.

§ 2.º — O escopo do Estado

Se o Estado não é um fim em si mesmo, mas um meio, parece-nos inevitável a conclusão de que serve ele de instrumento para objetivos colimados pelo homem.

Autores há que, inclusive, admitem o elemento finalístico como sendo mais um dos elementos constitutivos do Estado. A população, território e poder político se juntaria a finalidade, todos como necessários à sua própria existência. Neste sentido se manifestaram Alexandre Gropalli, José Afonso da Silva e Dalmo de Abreu Dallari, dentre outros.

Também a respeito de tão sedutora questão passaremos ao largo, em face dos objetivos deste trabalho. De uma forma ou de outra, sendo elemento constitutivo ou extrínseco, o fato é que a finalidade do Estado há de merecer o devido destaque, vez que justificadora mesmo da instituição.

Acima dos chamados fins particulares e fins universais do Estado, colocamos a realização do bem comum como escopo primordial desta instituição. Sem esta configuração teleológica, o Estado não se justifica e passa a ser uma consequência da divisão da sociedade em classes, destinando-se a subjugar as classes inferiores. Sobre tal verdade relativa já nos manifestamos antes, mostrando que tal circunstância decorre de um desvio do processo social e do poder. É certo que o Estado, por assim dizer, pode ser comparado a uma "camisa-de-força" que impede uma ampla mobilidade social, sendo fator de reação às mudanças de ordem infra-estrutural. Nada obstante, se voltado para o bem comum da população, passa a ser o único instrumento com capacidade de fazer frente ao avanço do indesejado liberal-individualismo.

Assim sendo, ficamos com um novo problema: como definir o que venha a ser "bem comum". Na realidade, tal expressão é daquelas que, muito embora todos sintam o seu significado, torna-se de difícil definição e objetivação. Diante desta dificuldade, aceitamos o posicionamento de Dalmo de Abreu Dallari, que vai buscar nos conceitos emitidos pela Igreja Católica o seu ponto de apoio. Para o jurista paulista, "o fim do Estado é o bem comum, entendido este como o conceituou o Papa João XXIII, ou seja, o conjunto de todas as condições de vida social que consintam e favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana" (*Elementos de teoria geral do Estado*, S. Paulo, Saraiva, 1975, p. 95).

§ 3.º — O Estado e o Direito como instrumentos para a realização do bem comum

Não é apenas o Estado o instrumento de que se vale o homem para tornar possível a vida em sociedade. O Estado, a par de sua realidade como ente social, é uma instituição normativa e organizadora. Sem o Direito, de nada valeria o Estado como meio para realização do bem comum.

Também o Direito sofre, em face de uma interpretação crítica da história, os ataques agudos de diversas correntes do pensamento

moderno. Através de uma concepção dialética das forças sociais, *Karl Marx* agitou o pensamento clássico do século passado quando afirmou em síntese: "na produção da sua existência, os homens estabelecem relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, base sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o ser social que, inversamente, determina sua consciência" (*Contribuição à crítica da economia política*, São Paulo, Martins Fontes, 1977, trad. Maria Helena B. Alves, prefácio).

Assim, diante da teoria marxista, o jurídico e o político, vale dizer, o Direito e o Estado, seriam elementos da superestrutura cultural da sociedade, condicionada pelas relações econômicas. Como vemos, *Marx* desnuda o social, reduz o direito a uma mera projeção da ordem econômica, manipulada pela classe capitalista, detentora da riqueza social.

Em que pese a fecundidade do grande pensador alemão do século passado, somos obrigados a reconhecer com *Freud* e *Max Weber* que outros fatores importantes, além do econômico, atuam sobre a formação da consciência individual e sobre a própria sociedade como um todo. A chamada superestrutura da sociedade atua fortemente sobre a sua infra-estrutura econômica, em um verdadeiro processo dialético. O Direito é fruto também de outros fatores e pode influir na estrutura de uma determinada sociedade. É um instrumento, tal como o Estado, que se pode voltar contra as injustiças do grupo e possibilitar o bem-estar social de seus componentes. Cabe aqui a constatação que fizemos em face da realidade histórica, no que concerne à utilização do Estado como instrumento de opressão das classes privilegiadas. Trata-se de um desvio no processo civilizatório. A própria concepção que hoje temos do Direito e, de certa forma, de sua realidade prática, é a prova de que as conquistas éticas a ele são incorporadas, o que lhe dá nova perspectiva no mundo atual.

Desta maneira, utiliza-se o homem de engenhoso instrumental — Estado e Direito — para o seu aprimoramento na vida societária, criando as necessárias condições materiais e espirituais para o desenvolvimento integral da personalidade humana.

O chamado Estado de Direito moderno reparte, para a consecução de seus fins, a sua atividade em três campos diversos, porém harmônicos. As três funções estatais idealizadas por *Montesquieu* — legislativa, executiva e jurisdicional — são formas técnicas para

a realização pelo Estado do bem comum, através do controle recíproco de poderes, chamado de sistema de freios e contrapesos.

A seguir, em capítulo destacado, estudaremos estas três funções públicas, especialmente a jurisdicional que, mais de perto, diz respeito ao tema objeto deste estudo, sempre lembrando que "é facilmente verificável que há, de fato, uma estreita relação entre os fins do Estado e as funções que ele desempenha" (Dalmo Abreu Dallari, *ob. cit.*, p. 90).

Capítulo segundo: *As funções do Estado*

§ 1.º — *Considerações de ordem geral*

Como de todos é sabido, o princípio da separação de poderes, ou melhor, das funções estatais, remonta ao século XVIII, quando o gênio de *Montesquieu* (*Do Espírito das leis*) sistematizou cientificamente a estrutura política do Estado moderno.

São suas estas palavras, colhidas alhures: "A liberdade política somente existe nos governos modernos. Mas nem sempre ela existe nos governos modernos. Só existe quando não se abusa do poder, mas é uma experiência eterna, que todo o homem, que detém o poder, é levado a dele abusar e vai até onde encontra limites. Quem o diria? A própria virtude precisa de limites. Para que não se abuse do poder é necessário que pela disposição da coisa o poder limite o poder".

Vemos aí esboçada a doutrina norte-americana do sistema de "freios e contrapesos", já anteriormente mencionada e tão a gosto dos constitucionalistas modernos.

É verdade que juristas de escol, como *Burdeau* (*Traité de Science Politique*) e *Maurice Duverger* (*Droit Constitutionnel et Institutions Politiques*), questionam seriamente tal divisão de poderes, chegando até mesmo a negar a sua natureza científica e utilidade prática. Entretanto, deixemos de lado esta questão para nos mantermos nos exatos limites deste trabalho, ficando tão-somente consignada a sedutora discussão doutrinária.

Por uma questão de justiça, não se pode deixar de fazer referência ao fato de que a lúcida teoria da separação de poderes em exame, embora de forma rudimentar, já se encontrava delineada na obra de *Aristóteles* (*Política*) e de *John Locke* (*Treatise on Civil Government*). Entretanto, é em *Montesquieu* que encontramos a doutrina apresentada de forma esboçada, completa e sistemática, bem como formulada em bases científicas, fazendo-o o arauto do Estado liberal que a seguir se implantou.

Seja como for, não nos ocuparemos de enfocar o tema da separação ou divisão dos poderes do Estado sob o prisma político-cons-

titucional. Cabe-nos, precipuamente, à luz da melhor doutrina, distinguir claramente as diversas funções estatais entre si. Mais especificamente, tentaremos isolar a função jurisdicional das demais, definindo-a e examinando o seu escopo e natureza.

§ 2.º — Função legislativa e administrativa — Distinção

É curial que a diferenciação das funções estatais não pode ter por base um critério meramente orgânico-subjetivo, mas sim um seguro critério material, substancial ou ontológico. Em nenhum Estado tal divisão se apresenta de molde tão rígido que cada Poder desempenhe sua função com absoluta exclusividade. Pelo contrário, o que encontramos é a prevalência de uma atividade funcional cometida a um determinado Poder, sem que isto impeça que outro a desempenhe de forma mais particular. Assim, temos o Poder Executivo criando regras de conduta, gerais e abstratas, através dos diversos atos normativo que edita; temos o Poder Legislativo julgando os chefes políticos da nação e o Judiciário administrando os seus serviços e baixando atos gerais vinculativos, como os regimentos internos dos tribunais etc.

Na falta de elementos materialmente diferenciadores, outrora os autores sentiam enorme dificuldade de bem delinear e estreimar as três funções do estado. O próprio *Chiovenda* nos dá notícia deste tormentoso problema (*Principii di diritto processuale civile*, Napoli, Jovene, 3.ª ed., 1923).

Também *Couture* faz referência a esta postura negativista, especialmente na Alemanha. São suas as seguintes palavras: "*La doctrina alemana no ha prestado a este tema particular atención, pues autores más representativos consideran que la jurisdicción integra la administración. Para ella no hay distinción sino meramente formal e externa, entre la función administrativa y la función jurisdiccional*" (*Fundamentos de Derecho Procesal Civil*, Buenos Aires, Depálma, 1976, p. 32).

Apesar das apontadas dificuldades, somos que a doutrina moderna logrou vencer o desafio, principalmente pelo labor científico dos grandes processualistas italianos deste século, como veremos adiante.

O Estado, embora seja uma criação natural da sociedade, atua sobre ela com a finalidade de ordená-la e disciplinar as diversas relações que o homem social trava entre si, tudo no desiderato de realizar o bem comum da população. Vale dizer, cria normas gerais e abstratas de conduta e as impõe imperativamente. Por outro lado, a tais normas se submete também, delimitando a sua atuação concreta e garantindo direitos subjetivos individuais, até mesmo contra o próprio Poder público.

Criando regras jurídicas e atuando concretamente na sociedade como pessoa, o Estado está exercendo duas importantes funções: a legislativa e a administrativa ou executiva. Como vimos no limiar deste trabalho, a legitimidade ou justificação destas atuações dependerá da maior ou menor representatividade popular dos detentores do poder político. Mas, isso é questão para a Ciência Política e não para o estudo do direito.

Assim, através da função legislativa, de caráter eminentemente constitutivo, o Estado cria regras de conduta gerais e abstratas que são impostas a todos de forma indistinta, regulando e possibilitando o convívio social. Já a função administrativa é desempenhada de forma concreta, agindo o Estado no seu interesse e tendo a lei como baliza da sua atuação. São bem nítidos os caracteres de cada uma destas funções, embora ambas sejam informadas pelo indispensável interesse público. Ainda ficarão melhor delineadas quando, no parágrafo seguinte, as confrontarmos com a função jurisdicional.

§ 3.º — *Função jurisdicional: conceito e distinções*

Na vida em sociedade, trava o homem múltiplas relações tendentes à satisfação de suas necessidades materiais e espirituais. Em sendo assim, torna-se natural que delas surjam conflitos de interesses os quais, o mais das vezes, são solvidos pelas próprias partes em litígio, através de transações, renúncias e demais formas de auto-composição.

Sucede, porém, que, em havendo resistência de uma das partes à pretensão da outra, vedada que está a autotutela, surge a necessidade de que o Estado, através do processo, resolva este conflito de interesses opostos, trazido à sua apreciação, dando a cada um o que é seu e reintegrando a ordem e a paz no grupo. De tal importante tarefa se desincumbe o Estado através da jurisdição, poder-dever, reflexo da sua soberania, através do qual, substituindo-se à atividade das partes, coativamente age em prol da ordem ou segurança jurídica. Trata-se de uma função pública de capital importância para o bom convívio dos homens na sociedade complexa e tensa em que vivemos.

Manuel Ibañez Frocham, em monografia inteiramente destinada ao tema que ora nos ocupa, traz à colação inúmeras definições de renomados autores modernos (*La Jurisdicción*, Buenos Aires, Depalma, 1972, pp. 42/44). Porém, destacamos duas que dão o necessário relevo ao caráter substitutivo da jurisdição, importante para separá-la da função administrativa, como se verá oportunamente.

Para *Chiovenda*, jurisdição "é a função do Estado que tem por escopo a atuação da vontade concreta da lei por meio da substituição, pela atividade de órgãos públicos, da atividade de parti-

culares ou de outros órgãos públicos, já no afirmar a existência da vontade da lei, já no torná-la, praticamente, efetiva" (*Instituições de Direito Processual Civil*, S. Paulo, Saraiva, 1969, *passim*).

Análoga é a definição de Piero Calamandrei, citada por Ibañez Froncham, *in verbis*: "Es la función mediante la cual un órgano del Estado sustituye la propia actividad a la actividad ajena al actuar concretas voluntades de ley ya nacidas antes del proceso, las cuales no se dirigen a ese órgano sino a los sujetos de la relación jurídica sometida a decisión" (*ob. cit.*, p. 43).

Em resumo, como dissemos anteriormente, jurisdição é o poder-dever que cabe ao Estado de, substituindo-se às partes, resolver o conflito de interesses que lhe é apresentado a fim de que, tutelando o ordenamento jurídico, dê a cada um o que efetivamente é seu. Em poucas palavras: é o poder de julgar. Este seria o conceito preferido pela doutrina majoritária, baseado na chamada "teoria do conflito" e na "teoria da atuação do direito".

Entretanto, consoante sustentamos no trabalho intitulado "Reflexão teórica sobre o Processo Penal", ⁽¹⁾ em abono aos ensinamentos do grande mestre espanhol Jaime Guasp, tais teorias, senão errôneas, modernamente se mostram ora materialmente excessivas, ora formalmente insuficientes (*Derecho Procesal Civil*, Madrid, 1968, *Inst. de Estudios Políticos*, 3.^a edição, 1.^o volume, pp. 13/18).

Destarte, somos que a teoria da jurisdição e a teoria do processo devem ter como pólo metodológico a *pretensão*, concebida como sendo a exigência de subordinação do interesse alheio ao próprio, manifestada em juízo através da demanda.

Embora longo, vale a pena transcrever, neste passo, os valiosos ensinamentos do professor Jaime Guasp, por nós endossados expressamente:

"De aquí que, para obtener una noción precisa de la función jurisdiccional haya que renunciar a toda idea que no parta de la congruencia que existe entre Jurisdicción y proceso, pues ambos conceptos son correlativos y cualquiera de ellos implica necesariamente el otro. En virtud de la definición del proceso, la Jurisdicción habrá de considerarse como la función específica estatal que tiende a la satisfacción de pretensiones. El Estado asume esta función no porque si no lo hiciera quedaría sin resolver un conflicto o lesionado un derecho, sino porque, al no reconocer la figura de la pretensión procesal, quedaría estimulada por el abandono público la satisfacción privada de otras pretensiones de análogo contenido. Así, aunque

(1) *Direito Processual Penal, Estudos e Pareceres*, Rio, Forense, 1986, pp. 5/23.

al Estado interesa indudablemente eliminar los conflictos sociales y dar efectividad a los derechos subjetivos que la ley reconoce, o, aún en mayor grado, realizar prácticamente las normas que él mismo ha puesto en vigor, ninguna de las funciones que inmediatamente se dirigen a este fin se basta en supuestos de estricto carácter jurisdiccional. Por el contrario, en fundamento de la jurisdicción se halla en la idea de que, por el peligro que supone para la paz y la justicia de la comunidad una abstención en este punto, se ha de concebir como función del Estado la de la satisfacción de las pretensiones que las partes puedan formular ante él" (ob. cit., pp. 102/103).

Cabe ressaltar, por derradeiro, que a expressão "satisfação de pretensões" deve ser concebida no sentido estritamente jurídico, não supondo o reconhecimento sempre da postulação do autor, mas apenas examiná-la e decidi-la. Para melhor compreensão deste tema, remetemos o leitor ao nosso trabalho acima referido sobre a teoria do processo penal.

Urge agora que distingamos precisamente a atividade jurisdiccional do Estado das duas outras, levando-se em conta o critério material e não o orgânico-subjetivo. Desde logo, três idéias precisam ficar bem nítidas: a atividade jurisdiccional pressupõe sempre uma pretensão determinada e é substitutiva à atividade das partes. Por outro lado, ao inverso da legislativa, não é constitutiva.

A função legislativa liga-se aos fenômenos de formação das normas jurídicas, porquanto, através da legislação, o Estado estabelece regras gerais e obrigatórias que se impõem coativamente à obediência de todos (Frederico Marques, *Instituições de Direito Processual Civil*, Rio, Forense, 1962, 2.^a ed., 1.^o vol., p. 290).

Desta maneira, a função jurisdiccional bem se distingue da legislativa, pois, ainda no dizer de *Frederico Marques*, "na legislação, os interesses em conflito são compostos e regulados através de relações jurídicas e normas de conduta. Na jurisdição, esse conflito está qualificado por uma pretensão resistida ou insatisfeita, sobre a qual deve recair o pronunciamento do órgão estatal, mediante atividade processual, substituindo-se esse órgão como terceiro imparcial, aos titulares em contenda" (ob. cit., p. 282).

Lapidar é o ensinamento de *Georg Jellinek*, não só pela sua precisão, como também em face da época em que foi exposto, motivo pelo que não podemos deixar de transcrevê-lo:

"La legislación establece una norma jurídica abstracta que regula una pluralidad de casos o un hecho individual. La jurisdicción fija en los casos individuales el

derecho incerto o cuestionable o las situaciones e intereses jurídicos. La administración resuelve problemas concretos de acuerdo con las normas jurídicas o dentro de los límites de ésta, valiéndose de medios que ante una investigación honda aparecen como sistema complejo" (Teoría General del Estado, Buenos Aires, Ed. Albatros, 1973, trad. Fernando de los Ríos, p. 462).

Neste autor já se nota um critério firme de distinção entre a função jurisdicional e as demais.

Porém, foi o grande *Chiovenda* quem traçou os precisos contornos das três funções do Estado. Demonstrou ele ser a função jurisdicional uma atividade secundária enquanto que a administração é primária, no mesmo sentido que o é a atividade do particular em negociar. Naquela, o Estado se substitui à vontade das partes, resolvendo os litígios e fazendo valer o direito objetivo. Nesta, a administração tem o ordenamento jurídico como limite à sua atuação, sempre voltada para o bem comum, qual seu escopo. Em outras palavras, age para satisfação de seus interesses, tendo a lei como parâmetro.

Com a clareza e segurança que bem o distinguem, o professor *José Frederico Marques* traça o marco distintivo entre a jurisdição e a atividade administrativa do Estado. Vamos às suas palavras:

"Na atividade administrativa, ao revés, o órgão estatal não tem na lei o objeto material de suas funções. A lei não é para a administração, como acontece na jurisdição, o objetivo, a finalidade, a razão de ser da própria função. O juiz opera com a lei e a administração segundo a lei. O juiz procura na lei o conteúdo da sentença; o administrador nela vai buscar os limites de sua atividade, para que, no campo assim desenhado, possa executar suas funções" (ob. cit., p. 189).

É importante, outrossim, dar o indispensável relevo a duas outras características peculiares da função jurisdicional, quais sejam, a sua definitividade e ser ela, em regra, inerte, ou seja, depender de provocação. Como corolário da primeira característica ora citada, temos o instituto da coisa julgada e, no concernente à segunda, temos o princípio da demanda, *ne procedat iudex ex-officio*.

Absolutamente clara nos parece a distinção da jurisdição das demais funções do Estado formulada por *Jaime Guasp*, lastreada na sua teoria sobre a pretensão processual, *in verbis*:

"La diferencia fundamental que existe entre Legislación y Jurisdicción consiste en que ambas operan sobre realidades en absoluto desemejantes. La función legis-

lativa se propone dirigir la vida de la comunidad mediante la producción de normas jurídicas nuevas; la función jurisdiccional se propone la satisfacción de una pretensión comparándola, generalmente, con norma ya existente".

"De la misma manera puede resolverse el problema de la distinción entre la función administrativa y la función jurisdiccional, **vexata quaestio** de la doutrina de una y otra ciencia. La diferencia entre Jurisdicción y Administración debe buscarse en la existencia en el primer caso y la ausencia en el segundo de una pretensión que constituya el objeto de cada una de aquellas actividades. La función jurisdiccional está basada en la dualidad fundamental de personas que piden y personas que conceden, se mueve siempre en torno al problema de la satisfacción de una pretensión; la función administrativa no exige, conceptualmente, para su desarrollo, esta iniciativa o impulso exterior a sí misma, puede obtener la realización de sus fines mediante una conducta espontánea de los órganos a quienes está encomendada. Así, mientras la Jurisdicción es función estatal de satisfacción de pretensiones, la Administración es función estatal de cumplimiento de los fines de interés general" (Derecho Procesal Civil, pp.103/104).

§ 4.º — Função jurisdiccional: princípios

Após conceituarmos a função jurisdiccional, distingui-la das demais funções estatais, através de suas características marcantes, passemos ao exame de seus princípios e de sua finalidade, louvando-nos em os ensinamentos da moderna doutrina de direito processual.

As divergências terminológicas, tão comuns nas ciências jurídicas mais recentes, também aqui se fazem sentir. Ao elencar os princípios que informam a função jurisdiccional, os autores apresentam classificações aparentemente dispares. Porém, se as examinarmos, com maior atenção, veremos que tais divergências são mais de natureza semântica do que substancial.

Em face desta constatação, levando-se em conta que qualquer contribuição pessoal neste particular somente iria agravar esta diversificação e prejudicar a forma didática e simples que pretendemos imprimir a este estudo, utilizamo-nos da terminologia mais aceita modernamente, procurando, contudo, uma classificação mais ampla, vez que alguns dos princípios, normalmente apresentados, autonomamente, estão abrangidos por um outro mais amplo.

Assim, o chamado princípio da regular investidura do juiz está abrangido pelo princípio do juiz natural, sendo certo, outrossim, que

está ele afeto a toda atividade pública e não particularmente à atividade jurisdicional. Por outro lado, não consideramos como princípio da inevitabilidade; c) princípio da indeclinabilidade. das suas características, consoante ficou afirmado no parágrafo anterior.

Pelo exposto, reduzimos a três os mais salientes princípios informativos desta função pública: a) princípio do juiz natural; b) princípio da inevitabilidade; c) princípio da indeclinabilidade.

O primeiro princípio referido diz respeito à garantia individual consagrada em quase todas as constituições dos povos cultos que mais de perto reflete a preocupação do Estado na proteção e manutenção de uma ordem verdadeiramente democrática. Vem ele consagrado no artigo 153, § 15, da Constituição Federal de 1969: "não haverá foro privilegiado nem tribunal de exceção". Quer dizer, ninguém será processado ou julgado senão por órgão judicial previamente consagrado em nosso sistema constitucional. Em outras palavras, não se criará órgão algum para julgar este ou aquele caso específico já ocorrido. Os órgãos judiciais têm sua competência regulada previamente na lei, de forma genérica e abstrata.

A toda evidência, tal garantia nada tem a ver com o foro por prerrogativa de função, consoante bem ficou demonstrado pelos professores *Hélio Bastos Tornaghi* e *José Frederico Marques* em suas obras sobre o Direito Processual Penal. O foro decorrente do exercício de uma função pública relevante não pode ser confundido com um privilégio pessoal, vez que abrange toda uma classe de cargos públicos, de forma genérica. Não é outorgado em razão das pessoas, individualmente, mas sim da relevância das funções desempenhadas, motivo pelo qual não pode ser renunciado. Tutela-se o prestígio do cargo e evita-se qualquer suspeita de que seja ele utilizado em prol do funcionário denunciado.

Somos que o chamado princípio de indelegabilidade está compreendido também no princípio do juiz natural. Se a própria lei não pode criar "juizes encomendados", com maior razão o juiz natural não pode delegar sua jurisdição a outro órgão, pois estaria, por via indireta, atingindo a garantia do prévio juiz constitucional.

O segundo princípio, o da inevitabilidade, é uma afirmação do caráter público da função jurisdicional. Em sendo ela um reflexo da própria soberania do Estado, impõe-se a todos os seus súditos de forma inafastável. A todos sujeita. A ninguém é lícito se furtar ao poder imperativo do Estado que monopolizou a justiça e proibiu a composição privada coativa dos conflitos de interesses.

Por derradeiro, temos o princípio da indeclinabilidade que garante eficazmente a tutela do processo como instrumento de satisfação de pretensões. A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual, diz a primeira parte

do art. 153, § 4.º, da Constituição Federal. O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei, está expresso na primeira parte do art. 126 do Código de Processo Civil. Tais regras jurídicas são a consagração do princípio em exame.

De outro modo não poderia ser, pois, se o legislador pudesse excluir a garantia do processo ou o juiz negar a prestação jurisdicional, teríamos como único instrumento para a satisfação de pretensões a atividade privada das partes, ou seja, a desagregadora autotutela, incriminada pelo nosso Código Penal através do tipo do art. 345.

§ 5.º — *Função jurisdicional: escopo*

A finalidade da função jurisdicional, sob certo ângulo, é a mesma do processo, pois este é instrumento daquela. Nada obstante, isso não nos impede de admitir que ele, como meio de uma atividade fim, tenha o seu próprio escopo. Vale dizer, o meio utilizado para o alcance de determinado objetivo também é produto de um juízo de valor na sua escolha, vindo ele atender aos fins colimados nesta opção.

De suma importância para o desenvolvimento deste trabalho é a fixação do escopo do processo. Conjugando-se os princípios informativos, já estudados, com a finalidade principal da função jurisdicional, teremos elementos seguros para a conclusão sobre a sua natureza pública ou privada.

Três são as correntes doutrinárias que disputam a simpatia e preferência da grande maioria dos autores do direito processual. Uma, de cunho privatístico; outras, que permitem seja dado maior caráter público à função jurisdicional e ao processo de forma geral.

A teoria que primeiro agradou aos cultores do direito processual civil no século passado e início deste século é a que sustenta que a finalidade da jurisdição é tutelar os direitos subjetivos das pessoas. No entender desta teoria, o Estado estruturaria toda uma complexa atividade, por si monopolizada, para pôr à disposição da vontade dos particulares o exercício da faculdade de invocar a composição coativa de seus conflitos de interesses.

Não é esta a nossa posição. Tivesse o Estado, como fim precípua, ao organizar-se para prestar jurisdição, proteger os direitos subjetivos das pessoas, consectários do princípio da autonomia da vontade, não poderíamos deixar de reconhecer a natureza quase que privada desta importante função do Estado. Não se pode negar que o desempenho desta atividade vem em socorro também dos direitos subjetivos alegados em Juízo, porém, esta não é a finalidade principal do Estado, que visa principalmente fazer atuar a vontade abstrata da lei nos casos concretos (*Chiovenda*), ou satisfazer pretensões (*Guasp*).

Protegem-se os direitos subjetivos, mas não como escopo primeiro. Caso contrário, não poderíamos explicar a atividade jurisdicional no campo do direito penal, circunstância esta que impediria a desejada formulação de uma teoria unitária da jurisdição. Vejam-se a este respeito os agudos ensinamentos de Calamandrei (*Inst. de Derecho Proc. Civil*, Buenos Aires, E.J.E.A., 1973, p. 176 do 1.º vol., trad. Sentis Melendo).

Na verdade, tem razão Calamandrei quando diz que "*el Estado defiende con la jurisdicción su autoridad de legislador*". A finalidade da jurisdição é "*garantizar la observancia práctica de derecho objetivo*" (ob. cit., p. 175).

José Frederico Marques, citando Liebman, afirma que o "escopo da jurisdição é o tornar efetiva a ordem jurídica e impor, através dos órgãos estatais do Poder Judiciário, a regra jurídica concreta que, por força do direito vigente, deve regular determinada situação" (*Instituições*, p. 279 do 1.º volume).

Na própria definição de Leo Rosenberg está explicitada a finalidade da jurisdição. São suas estas palavras: "*la jurisdicción llamada también de función de justicia, poder judicial, es la actividad del Estado dirigida a la realización del ordenamiento jurídico*" (*Tratado de Derecho Procesal Civil*, Buenos Aires, E.J.E.A., 1955, trad. Angela Romera Vera, p. 54 do 1.º volume).

Valemo-nos ainda da autoridade indiscutível de Pontes de Miranda: "A finalidade preponderante, hoje, do processo é realizar o Direito, o direito objetivo; e não só, menos ainda precipuamente, os direitos subjetivos. Na parte do direito público, tende subordinar os fatos da vida social à ordem jurídica, uma das funções é a atividade jurisdicional" (*Com. ao Cód. Proc. Civil*, Rio, Forense, 1974, p. 99 do 1.º volume).

Destarte, a atividade jurisdicional é eminentemente pública, tutelando o ordenamento jurídico estabelecido como fator de segurança e paz social. Porém, por questão de política legislativa, em sendo disponível a relação litigiosa, o Estado deixa aos titulares desta relação jurídico-material a iniciativa exclusiva, pois a autocomposição é o meio natural de resolução dos conflitos de interesses. Neste particular, cabe trazer à baila as belas palavras do professor Joaquim Cinuto Mendes de Almeida:

"O poder público, cujo interesse no conflito é resolvê-lo para realizar a paz jurídica de que depende a sociedade para viver e progredir, desmentiria essa finalidade precípua se pretendesse restaurar sobre o acordo parcial ou total dos particulares interessados, a luta dirimida, é só para, afinal, dirimi-la pela força pública. O juiz, que é pacificador, não deve funcionar onde a paz se restaurou

pelas vontades dos contra-interessados" (Princípios Fundamentais do Processo Penal, S. Paulo, Rev. dos Tribunais, 1973, p. 85).

Admitindo, como fazemos, que o fim primeiro da jurisdição é a satisfação de uma determinada pretensão manifestada perante o Poder Judiciário, conforme lição do eminente processualista espanhol *Jaime Guasp*, exposta no item anterior deste trabalho, podemos melhor explicar a atividade jurisdicional em sede penal, conforme deixamos escapar momentos antes. Na realidade, tendo o crime violado o preceito primário da norma penal incriminadora, o Estado reage através de uma pretensão punitiva a fim de restaurar a ordem jurídica. Não o faz para proteger direitos subjetivos, que não existem. Mesmo na impropriamente chamada ação penal privada não há direitos subjetivos a serem atendidos, apenas o Estado, por questão de política legislativa, outorga legitimação para agir ao sujeito passivo da infração penal, exclusivamente em atenção à sua privacidade que, fatalmente, será atingida pelo *strepitus iudicii*.

A jurisdição terá a natureza penal se a pretensão deduzida pelo autor tiver que ser decidida através da aplicação do Direito Penal ou de alguma norma do Direito Processual Penal.

§ 6.^a — *Função jurisdicional e processo de conhecimento*

Por inúmeras vezes, no curso deste trabalho, temos evidenciado algumas idéias básicas para o estudo do Direito Processual. Cumpre agora defini-las com maior precisão. Para tanto, valemo-nos dos conceitos formulados pelo grande *Carnelutti*, ainda válidos para os dias de hoje.

Entende-se por *lide* o conflito de interesses qualificado pela pretensão de um dos interessados e pela resistência do outro (*Sistema de Derecho Procesal Civil*, Buenos Aires, *Unión Tipográfica*, ed. *Hispano Americana*, p. 44 do 1.^o volume, trad. *Alcalá-Zamora e Sentis Melendo*).

Interesse é a posição favorável à satisfação de uma necessidade (*ob. cit.*, p. 11), e pretensão é a exigência de subordinação de interesse alheio ao interesse próprio (*ob. cit.*, p. 44).

Liebman e Calamandrei restringem o conceito de *lide* cunhado por *Carnelutti*, que apanha o conflito de interesse tal qual ele se apresenta no plano social. Limitam o próprio conteúdo material do processo, tendo em vista a prestação jurisdicional invocada pelo autor, através de seu pedido. Para *Liebman*, *lide* é aquele conflito depois de moldado pelas partes e vasado nos pedidos formulados ao juiz (*Estudos sobre o processo civil brasileiro*, São Paulo, *Bushatsky*, 1976, p. 117).

Para o desenvolvimento de nossas idéias, por ora, bastam estes conceitos em sua forma mais simples. Caminhemos de maneira segura e didática.

Como diz o professor Frederico Marques, a atuação da lei, pelas vias jurisdicionais, não se opera de uma única forma (*Instituições*, p. 284 do 1.º volume). Em verdade, conforme a natureza da pretensão deduzida em Juízo, teremos três espécies de processos a serem utilizados na atividade jurisdicional. *Chiovenda*, quando afirma que a jurisdição destina-se a fazer atuar a vontade da lei ou torná-la praticamente efetiva, está sabiamente discriminando a atividade cognitiva da executória do juiz, respectivamente.

Hoje já não mais se põe em dúvida o caráter jurisdicional da execução, como bem o demonstrou o professor Cândido Dinamarco (*Execução Civil*, São Paulo, Ed. Rev. dos Tribunais, 1973, pp. 66/70). Os estudos de *Liebman* também neste particular foram decisivos.

Em verdade, na execução, o juiz também desenvolve uma atividade substitutiva à das partes, realizando atos materiais tendentes a tornar efetiva a satisfação prática da pretensão acolhida no processo de conhecimento ou expressa em um título executivo extrajudicial, independentemente da vontade do devedor da obrigação, que a tudo fica sujeito.

Execução é a atividade desenvolvida pelos órgãos judiciais que tem por finalidade conseguir, por meio do processo, e sem o concurso da vontade do obrigado, o resultado prático a que tendia a regra jurídica que não foi obedecida (*Enrico Tullio Liebman, Processo de Execução*, S. Paulo, Saraiva, 3.ª ed., 1968, p. 4).

A atividade jurisdicional no processo de conhecimento destina-se a "descobrir e formular a regra jurídica concreta que deve regular o caso". Já, através do processo de execução, "realizam-se operações práticas necessárias para efetivar o conteúdo daquela regra, para modificar os fatos da realidade de modo a que se realize a coincidência entre a regra e os fatos" (*Liebman, ob. cit.*, p. 38).

Ainda é o mesmo jurista italiano quem diz: "na cognição, a atividade do juiz é prevalentemente de caráter lógico: ele deve estudar o caso, investigar os fatos, escolher, interpretar e aplicar as normas legais adequadas, fazendo um trabalho intelectual, que se assemelha, sob certo ponto de vista, ao de um historiador quando reconstrói e avalia os fatos do passado. O resultado de todas estas atividades é de caráter ideal, porque consiste na enunciação de uma regra jurídica que, reunindo certas condições, se torna imutável (coisa julgada)" (*ob. cit.*, p. 37).

Mas não são só estas duas as formas de atuar o Estado no desempenho da sua função jurisdicional. Os processos de conhecimento e de execução podem ter a sua eficácia, em casos especiais

de urgência, dependente de uma atuação estatal mais célere. "Diante de uma situação contenciosa proveniente de pretensão contestada, pode haver necessidade de atuação preliminar e rápida dos órgãos jurisdicionais, em processo cautelar, para evitar as consequências do *periculum in mora*. Em tal hipótese, funciona a jurisdição em caráter instrumental, pois tem por escopo garantir a eficácia do processo de conhecimento, ou de execução" (Frederico Marques, *Instituições de Direito Processual Civil*, Rio, Forense, p. 284, 1.º volume).

Vale a pena, neste passo, transcrever trecho magistral do professor e desembargador José Carlos Barbosa Moreira. Posto que seja longa a citação, sua clareza e objetividade nos encorajam a transcrevê-la:

"O processo de conhecimento, tendente à formulação da norma jurídica concreta que deve reger determinada situação, e o processo de execução, por meio do qual se atua praticamente essa norma jurídica concreta, tem um denominador comum: visam um e outro à tomada de providência capaz de, conforme o caso, preservar ou reintegrar em termos definitivos a ordem jurídica e o direito subjetivo ameaçado ou lesado. Por isso, se diz que constituem modalidades de tutela jurisdicional imediata ou satisfativa".

"A ambos se contrapõe, em tal perspectiva, o processo cautelar, cuja finalidade consiste apenas em assegurar, na medida do possível, a eficácia prática de providências quer cognitivas, quer executivas. Tem ele, assim, função meramente instrumental em relação as duas outras espécies de processo, e por seu intermédio exerce o Estado uma tutela jurisdicional mediata ou preventiva".

"A necessidade do processo cautelar, que lhe justifica a existência, resulta da possibilidade de ocorrerem situações em que a ordem jurídica se vê posta em perigo iminente, de tal sorte que o emprego das outras formas de atividade jurisdicional provavelmente não se revelaria eficaz, seja para impedir a consumação da ofensa, seja mesmo para repará-la de modo satisfatório" (O Novo Processo Civil Brasileiro, Rio, Forense, 1976, p. 173 do 2.º vol.).

Destarte, são bem distintas as três formas utilizadas pelo Estado no desempenho da sua função jurisdicional: o processo de conhecimento, de execução e o cautelar.

§ 7.º — *Jurisdição voluntária*

A doutrina está assente em que nem todos os atos praticados no âmbito do Poder Judiciário podem ser considerados como atos jurisdicionais, ou ainda, de forma mais restrita, nem todos os atos praticados pelo juiz no desempenho de sua atividade concreta é ato jurisdicional. Aliás, momentos antes já advertíamos que o critério orgânico-subjetivo não é o mais adequado para a compreensão da ontologia dos atos e funções estatais. O critério há de ser o material ou substancial.

Pode-se afirmar que o ato judicial em sentido *lato* é gênero de duas espécies: o ato jurisdicional e o ato judicial em sentido estrito. "Tudo quanto é atribuído ao Poder Judiciário tem o caráter de função judiciária, mas só se considera função jurisdicional a aplicação do direito objetivo a casos concretos, em razão de uma pretensão", seja resistida, insatisfeita ou instrumental (*Frederico Marques, ob. cit.*, p. 38).

Ainda na esteira do renomado mestre paulista, podemos afirmar que "os atos de jurisdição voluntária não traduzem qualquer imposição do direito objetivo relativamente a uma pretensão, nem se destinam a dissipar incertezas e dúvidas a respeito da existência de relações de vida disciplinadas pela ordem jurídica. Na jurisdição voluntária, a intervenção do juiz se faz imprescindível para que uma relação jurídica possa constituir-se ou modificar-se. O órgão judiciário presta sua assistência, integrando um negócio jurídico, e isto porque o Estado, apesar de tratar-se de relações de interesse individual, entende de tutelá-las a fim de garantir melhor os preceitos legais que regem essas relações de vida" (*ob. cit.*, p. 76).

José Alberto dos Reis, o mais festejado dos processualistas de origem portuguesa, assim se expressou com relação à natureza da impropriamente chamada jurisdição voluntária:

"Os atos de jurisdição voluntária não são, pela sua natureza, atos de Poder Jurisdicional, visto que o magistrado, ao realizar esses atos, não se propõe eliminar o contraste entre duas vontades individuais relativamente à aplicação de uma regra objetiva ou, por outras palavras, não se propõe definir e declarar o direito, adaptando a norma abstrata a um caso concreto; são atos de natureza administrativa ou político-administrativa, como diz Galante, que ainda estão confiados aos magistrados oficiais pela força de tradição" (apud Frederico Marques, ob. cit., p. 77).

Também assim entende Calamandrei, asseverando que a natureza administrativa da jurisdição voluntária ou graciosa:

“Por su contenido, la jurisdicción entra en la rama más vasta de la función administrativa que suele llamar administración pública del derecho privado y que comprende todas aquellas actividades con las cuales, en formas múltiples y a través de órganos variados, el Estado interviene para integrar la actividad de los particulares dirigida a la satisfacción de sus interés mediante desarrollo de las relaciones jurídicas” (Instituciones, p. 192 do 1.º volume).

Desta maneira, através da jurisdição voluntária, administração pública de interesses privados, o Estado não acolhe ou rejeita pretensões, mas tão-somente atua conjuntamente com os interessados para a realização de negócios jurídicos, dando-lhes maior segurança e submetendo-os a maior fiscalização estatal. Na jurisdição voluntária — que não é nem jurisdição e nem voluntária — não há processo, mas simplesmente procedimento. Não há pretensão, mas interesses comuns ou paralelos. Não há pedido, mas requerimento. Não há partes, mas pessoas interessadas.

Sob o aspecto ontológico, nada impede que tenhamos procedimentos de jurisdição voluntária no processo penal, sejam vinculados, de alguma forma, à ação penal condenatória, sejam vinculados às ações penais não condenatórias. Com inteira razão e propriedade, o ilustre prof. Sergio Demoro Hamilton vislumbra a existência de jurisdição voluntária nos procedimentos regulados nos artigos 33, 35, § único, e 53 do Cód. Proc. Penal (“Vestígios da jurisdição voluntária no processo penal”, “Rev. de Direito Penal”, Ed. Forense, n.º 30, pp. 55/59). Este também é o nosso entendimento.

§ 8.º — *Considerações de ordem conclusiva.*

O caráter público da função jurisdicional

Bem delimitado o campo de nosso estudo ao processo de conhecimento, cumpre tecer algumas considerações conclusivas sobre tudo o que foi objeto de exame até o presente momento.

Demonstrado como ficou que o Estado, como criação natural do meio social, é uma instituição necessária e voltada para a realização do bem comum, não pode restar dúvida de que a sua atuação em todos os setores está impregnada por este escopo, não importando a forma pela qual ela é desempenhada, ou seja, através da função legislativa, administrativa ou jurisdicional.

O Estado, que regula as relações sociais por meio de normas permissivas ou proibitivas, genéricas e abstratas, impondo-as coercitivamente a todos os seus súditos, tem interesse em que tais regras

de convivência social harmônica e pacífica sejam eficazes, tenham plena aplicabilidade nas relações inter-subjetivas, como fator de segurança e estabilidade.

Por outro, a par de também ser sujeito no universo jurídico que criou, o Estado se aparelha de forma lógica e técnica para fazer atuar a vontade das normas por ele concebidas, a fim de julgar pretensões que não puderam ser objeto de autocomposição pelas partes. Isto porque a autotutela é condenada, vez que fator de desagregação social e de enormes injustiças, na medida em que a "razão" sempre ficaria com o que fosse mais poderoso ou mais hábil.

Ora, se assim o é, não há razão para se pôr em dúvida o caráter público da função jurisdicional, concretizada através do "devido processo legal", pois, como deixou dito *Ugo Rocco*, "o interesse do Estado no exercício da jurisdição é, indubitavelmente, um interesse de caráter público e geral, dirigindo-se à satisfação dos interesses individuais ou coletivos, tutelados pelo direito objetivo" (*Tratado de Derecho Procesal Civil*, Buenos Aires, Depalma, 1976, trad. *Sentis Melendo e Marino Ayerra Redin*).

O interesse do Estado não se limita a criar as regras de comportamento desejáveis na sociedade. Também o seu interesse vai além de pôr à disposição dos indivíduos o seu aparato judicial. "O Estado tem interesse em que a sua função jurisdicional seja desenvolvida da maneira mais correta e rápida, pondo termo ao litígio, com a atuação da lei, restabelecendo a paz social perturbada pela divergência entre os demandantes" (*Celso Agrícola Barbi, Comentários ao Cód. Proc. Civil*, Rio, Forense, 1975, 1.º volume, 2.º tomo, pp. 513 514).

Na primorosa exposição de motivos que acompanhou o projeto de lei que, posteriormente, se tornou o ab-rogado Cód. Proc. Civil de 1939, o Ministro Francisco Campos foi bastante incisivo em afirmar a natureza pública da função jurisdicional, mostrando a tendência irreversível da publicização do processo. Assim se expressou o jurista:

"A transformação social elevou, porém, a Justiça à categoria de um bem geral, e isso não apenas no sentido de que ela se acha à disposição de todos, mas no de que a comunidade inteira está interessada na sua boa distribuição, a ponto de tomar sobre si mesma, através dos seus órgãos de governo, o encargo de torná-la pronta e acessível a cada um. Responsável pelos bens públicos, o Estado não poderá deixar de responder pelo maior deles, que é precisamente a Justiça. Na sua organização e no seu processo, não poderia deixar de imprimir traços de autoridade".

Ora, a assimilação da natureza pública da função jurisdicional, que vai refletir em todo o seu instrumental, é de suma importância para a boa compreensão do sistema processual e extração de seus princípios informativos, os quais permitem operar com os institutos e categorias processuais de forma lógica e coerente.

Ademais, é uma tendência indelével e inarredável tal publicização. Ela se faz sentir na própria evolução das teorias sobre a natureza da ação que, ultrapassadas as concepções imanentistas ou civilistas, atingem foros de cientificidade e de explicação da realidade jurídica. A ação é concebida modernamente como um direito subjetivo ou poder jurídico de exigir do Estado, em face de uma situação concreta, a prestação jurisdicional prometida em sede constitucional. A ação é movida contra o Estado, em face do réu. O Estado, que monopolizou a jurisdição, se torna devedor de uma atuação coativa e eficaz necessária ao julgamento das pretensões que lhe são apresentadas pelas partes, exteriorizadas através do pedido. As relações jurídicas decorrentes do processo são públicas.

Também esta publicização aparece na evolução das diversas teorias que procuraram explicar a ontologia jurídica do processo, consoante se demonstra no trabalho denominado "Reflexão teórica sobre o Processo Penal". (2)

(2) Nosso livro, *Direito Processual Penal, Estudos e Pareceres*, Rio, Forense, 1988.

O MINISTÉRIO PÚBLICO SEGUNDO NOSSA PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO (*)

Celso Benjô

A Doutrina da Separação de Poderes como Cerne da Democracia

O Prof. Darcy Azambuja definiu com grande sensibilidade a democracia como "sistema político em que, para promover o bem público, uma constituição assegura os direitos individuais fundamentais, a eleição periódica dos governantes por sufrágio universal, a divisão e limitação dos poderes e a pluralidade de partidos" (em *Teoria Geral do Estado*, Ed. Globo, 6.^a ed., Porto Alegre, 1976, pág. 331).

Sem divisão e limitação de poderes não há democracia. Afirma o autor acima, com propriedade (*ob. cit.*, pág. 324), que nem mesmo o povo possui todo o poder, pois existem direitos inalienáveis da pessoa humana que não podem ser desrespeitados pelo governo da maioria. O governo é da e para a pessoa humana.

Tal realidade, entretanto, não é de hoje sentida. Como bem observou Sahid Maluf, Platão e Aristóteles doutrinaram:

"não se deve estabelecer jamais uma autoridade demasiado poderosa e sem freio nem paliativos". E Aristóteles, em sua obra Política, chegou a esboçar a tríplice divisão do poder em "legislativo, executivo e administrativo" (Teoria Geral do Estado, Ed. Sugestões Literárias S/A, SP, 1974, 8.^a ed., pág. 219).

Posteriormente estes ideais caíram no obscurantismo dos tempos absolutistas. Não foi com *Locke* nem com *Montesquieu*, como muitos costumam afirmar, que nasceu a separação de poderes. A mesma foi resultado de um processo de desgaste do poder e da evolução da sociedade. Foi com o *Bill of Rights* de 1689 que se deu autoridade ao parlamento inglês, forçando o Rei a dividir o poder com o parlamento e outorgando independência aos Magistrados.

Foi *Locke*, no Segundo Tratado do Governo Civil, quem primeiro sistematizou esta separação e foi com *Montesquieu*, autor do *Espírito das Leis*, que tal doutrina atingiu seu ápice. Defendia, assim, este último jurisconsulto e doutrinador político a tríplice separação de poderes na obra retromencionada:

"Quando, na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistrados, o Poder Legislativo está unido ao Poder Exe-

(*) Trabalho apresentado no VII Encontro do Ministério Público Fluminense, realizado em Teresópolis, de 06 a 09 de novembro de 1986.

cutivo, não há liberdade, pois é de esperar que o mesmo monarca ou assembléia faça leis tirânicas e as execute tiranicamente. Não há também liberdade, se o poder de julgar não está separado do Poder Legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos será arbitrário, pois o juiz será também legislador. Se o poder de julgar estiver unido ao Poder Executivo, o juiz terá a força de um opressor. Tudo estará perdido se o mesmo homem ou a mesma assembléia de notáveis, ou de nobres ou do povo exerce os três poderes, o de fazer as leis, o de executar as resoluções e o de julgar os crimes ou dissídios dos particulares" (*apud* Darcy Azambuja, ob. cit. pág. 179).

O sistema imaginado por Charles de Sécondat (Barão de Montesquieu), acolhido por grande parte das constituições modernas, também se baseia na harmonia e na coordenação dos poderes a fim de que o Estado, como nação politicamente organizada, cumpra suas funções.

A separação de poderes constituiu de tal forma um ideal de democracia e de respeito aos direitos individuais que o artigo 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão já consagrara tal princípio.

Não há Base Científica para a Separação de Poderes Imaginada por Montesquieu

As funções de administrar, de legislar e de julgar não são exclusivas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Em nosso ordenamento constitucional o Executivo legisla quando regulamenta, edita decretos-leis; julga sem força de definitividade nos Tribunais administrativos. O Legislativo julga o Presidente da República e Ministros em crimes de responsabilidades conexos e se auto-administra em parte. O Judiciário também pratica atos administrativos e ora até mesmo legisla, valendo citar, v.g., o poder legiferante que a Constituição outorgou ao STF.

Assim, a separação de poderes não é verdadeira separação, mas mera preponderância de uma função em relação as demais. O seu valor, como visto acima, não é científico, mas sim de tentar limitar o poder pelo poder, gerando a democracia.

A Doutrina de Loewenstein

A Doutrina de Loewenstein em *Political Power and Governmental Process*, na visão de Manoel Gonçalves Ferreira Filho em *Curso de Direito Constitucional*, Ed. Saraiva, 1981, 10.^a ed., págs. 79 e 80,

espelha um novo critério de separação de poderes em um regime parlamentarista. O autor sugere uma nova tripartição de funções (*policy determination, policy execution e policy control*).

O poder de determinação consistiria em introduzir uma questão nova no mundo jurídico, só condicionada à Constituição. O poder de execução era o de tomar decisões consoante àquela, onde se inseriria o Poder Judiciário clássico e o Poder Executivo, pois que ambos estão jungidos ao princípio da legalidade. O terceiro poder seria o de controle político feito pelo parlamento e formal pelo judiciário. Não há aí separação de funções, consoante os diferentes poderes. O grande mérito da doutrina de *Loewenstein* foi de identificar uma função que não vinha sendo prestigiada: a função de controle.

O controle da atividade legislativa, da atividade administrativa e da jurisdicional tem que ser promovido. Parece tímida a doutrina de *Montesquieu* acolhida por nosso país sobre o assunto. Vejamos: o Legislativo controla as contas públicas pelo Tribunal de Contas. Mas veja-se: na esfera federal é o Presidente da República quem nomeia os Ministros dos Tribunais de Contas, condicionada a aprovação da indicação pelo Senado Federal (art. 72, § 3.º da Constituição Federal). Aí reside um dos pilares básicos da moralidade administrativa. Entretanto, o que se vê é um certo constrangimento que existe nesta fiscalização pela indicação ou pela aprovação pelo Partido majoritário do nome indicado que, de certa forma, gera uma falta de independência. No controle da atividade legislativa o Ministério Público tem grande atuação pela representação por inconstitucionalidade, que, mesmo assim, ainda é tímida, pois tal ação de controle não é prevista para todos os casos de inconstitucionalidade das leis, não havendo a contemplação, por exemplo, em lei federal, da representação por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal não só frente à Constituição Federal, como também em face da Constituição Estadual.

No controle da atividade judiciária igualmente há uma timidez. Funciona o Ministério Público como um apêndice do Executivo junto ao Judiciário. Normalmente mais mal remunerado e pior aparelhado.

Breve Notícia Sobre a Instituição do Ministério Público na Itália, França e Portugal

O Ministério Público na Itália

Na Itália o *pubblico ministero* integra a Magistratura com toda a literalidade que esta frase traduz. Os *procuratore della Repubblica* (Promotor de Justiça em primeira instância) compõem, ao lado dos outros membros da instituição, a Magistratura requerente, ao passo que os Juízes integram a chamada Magistratura judicante.

Pela organização judiciária de tal país, como bem observa J. Cabral Netto (*ob. cit.*, pág. 113), as funções inerentes ao Ministério Público podem ser reexercidas pela Magistratura, como também as destas pelo Ministério Público. É questão de atribuição.

A Carta Magna Italiana também não é pródiga em dispositivos sobre o Ministério Público. Tratou desta instituição no *Titolo IV* da constituição que trata de *La Magistratura*, assegurando a sua independência (art. 108) e fazendo compor obrigatoriamente o *Consiglio Superiore della Magistratura* o *Procuratore generale della corte di cassazione* (art. 104).

O Ministério Público na França

A constituição francesa atual, de 1958, não tratou especificamente do Ministério Público, estando a legislação ordinária a disciplinar tal matéria.

Na França, a direção geral do *Parquet* é feita pelo Ministro da Justiça. Este tem prerrogativas de dar ordens, mas somente em trabalhos escritos e não nos orais, eis que segundo a tradição francesa *la plume est serve, mais la parole est libre*.

Observa, não obstante, J. Cabral Netto que, embora agentes do Poder Executivo junto aos Tribunais, o Ministério Público constitui uma magistratura pois, como afirma o autor:

"a) o tratamento dos chefes de Parquet é igual ao dos chefes de jurisdição. Essa igualdade, dizem Robert Vouin e Jacques Léauté, favorece a independência das duas magistraturas uma em face da outra;

b) o magistrado do M.P. pode ficar de chapéu à cabeça e não se levantar, quando o presidente lê a sentença, enquanto que nesse momento solene todos os demais devem estar descobertos e de pé;

c) quando do desfile solene da Corte, com o primeiro Presidente à frente, o Procurador-Geral vai após o mesmo, a fim de lembrar que isso não é para ele senão uma questão de presença;

d) o presidente não pode nem recusar e nem retirar a palavra ao M.P.

A partir da Constituição de 27 de outubro de 1946, uma grande diferença existe, no que se refere à nomeação, promoção e disciplina, entre as duas magistraturas. A nomeação dos da judicial é feita pelo Presidente da Re-

pública, diante da proposta feita pelo Conselho Superior da Magistratura, enquanto que a do Ministério Público é feita por decreto do Ministro da Justiça, dentre os nomes inscritos como aptos.

Em face de seu caráter de agente do Poder Executivo, não se deve, diz H. Solus, perder à vista a sua qualidade de magistrado. E justamente essa sua qualidade vem explicar o fato de que um mesmo magistrado possa passar da magistratura debout (ou du Parquet), à magistratura du siège (ou d'assise), e reciprocamente. Esta possibilidade tem sido, por vezes, criticada, continua aquele autor, porquanto existem entre essas duas magistraturas tais diferenças de caracteres, que alguns pensam que seria possível fazer duas carreiras distintas. Todavia, é ele defensor da interpenetração das carreiras pois, com a separação de ambas **"le prestige des membres du ministère public ne pourrait qu'y perdre"** (O Ministério Público na Europa Latina, BH, 1974).

Cumpra ultimar este breve relato, trazendo a brilhante síntese de Francisque Goyet, em *Le Ministère Public, Recueil Sirey, Paris, Troisième édition, 1953*:

"Le ministère public est une magistrature spéciale établie auprès de certaines juridictions à l'effet de représenter la Société, et, en son nom, de faire observer dans les jugements à rendre les lois qui intéressent l'ordre général et de faire exécuter les jugements rendus (loi du 16-24 août 1790, t. VIII, art. 1er). Cette magistrature est en même temps chargée d'exercer l'action publique (loi du 20 avril 1810, art. 45; C. IC., art. 21 et 22). Mais ceux de ses représentants qui sont établis auprès des tribunaux de première instance et des Cours d'appel, les procureurs de la République et les procureurs généraux, ne se bornent pas à concourir à la distribution de la justice par leurs conclusions ou réquisitions d'audience, et, en matière pénale, ils ne voient pas leurs attributions limitées à l'exercice de l'action publique. Ils ont encore, en dehors de l'audience, en matière civile, pénale, commerciale, disciplinaire et en matière d'administration judiciaire, de nombreuses attributions, si variées que toute définition d'ensemble en est impossible, et dont la moins belle n'est certes pas celle d'assurer la protection des incapables et des personnes sans défense."

O Ministério Público em Portugal

A atual constituição reservou um capítulo próprio para o Ministério Público. Sua disciplina vem assim tratada:

"Art. 224 — 1. Ao Ministério Público compete representar o Estado, exercer a acção penal, defender a legalidade democrática e os interesses que a lei determinar.

2. O Ministério Público goza de estatuto próprio."

"Art. 225 — 1. Os agentes do Ministério Público são magistrados responsáveis hierarquicamente subordinados, e não podem ser transferidos, suspensos, aposentados ou demitidos senão nos casos previstos na lei.

2. A nomeação, colocação, transferência e promoção dos agentes do Ministério Público e o exercício da acção disciplinar competem à Procuradoria-Geral da República."

"Art. 226 — 1. A Procuradoria-Geral da República é o órgão superior do Ministério Público e é presidida pelo Procurador-Geral da República.

2. A lei determina as regras da organização e competência da Procuradoria-Geral da República, a qual compreende um órgão colegial que inclui membros de entre si eleitos pelos magistrados do Ministério Público."

Como bem observa J. J. Gomes Carneiro, em *Constituição Portuguesa Anotada*, Ed. Vital Ferreira, 2.^a ed., vol. II, Coimbra Editora, 1985, pág. 347, a nova constituição determinou "a separação entre a magistratura judicial e a do Ministério Público, implicando na separação dos respectivos corpos e também a existência de carreiras autônomas. No sistema pré-constitucional, o Ministério Público funcionava no escalão inferior como início da carreira judicial, sendo os escalões superiores preenchidos por Juízes. Havia, pois, e apenas, separação funcional".

Como prerrogativas a constituição portuguesa também não foi das mais felizes. No artigo 221, n.º 2, outorgou aos magistrados a irresponsabilidade por suas decisões, salvo as exceções consignadas em lei, e a independência (art. 208.º), ao passo que, como visto acima, os agentes do Ministério Público são responsáveis e hierarquicamente subordinados. É certo que conferem o direito à inamovibilidade, mas não se fez uma equiparação total.

Vale trazer à baila, no que tange à subordinação hierárquica, a precisa lição de J.J. Gomes Carneiro, *ob. cit.*, pág. 348, *verbis*:

"A subordinação hierárquica — que supõe entre outras coisas a subordinação dos agentes do MP a ordens ou instruções — levanta fundamentalmente dois problemas: (a) relações entre o Governo e o MP; (b) configuração da cadeia hierárquica entre os vários níveis da estrutura do MP. Quanto ao primeiro problema, parece estar afastada a possibilidade de o Governo dar ordens ou instruções ao MP, uma vez que, nos termos constitucionais, o órgão superior do MP é a PGR (art. 226.^o-1); o Governo só pode influir sobre o MP indirectamente, através do PGR — cuja nomeação e exoneração lhe cabe propor — e na medida em que a lei preveja a participação de representantes do Governo na composição da PGR. Quanto ao segundo problema, a subordinação hierárquica tanto pode consistir numa cadeia hierárquica uniforme desde a base à cúpula, como num sistema que inclua formas de desconcentração por degraus."

Dentro da Procuradoria-Geral da República existe ainda um órgão diretivo, colegiado, em cuja composição entram Magistrados do Ministério Público eleitos pela própria classe o que dá ao *Parquet*, nas palavras de J.J. Gomes Carneiro: "uma certa medida de auto-governo desta magistratura" (*ob. cit.*, págs. 349/350).

O Ministério Público é, assim, instituição essencial de um regime democrático. Não há Estado que prescindia da Instituição e tanto mais democracia haverá quanto maiores forem seus poderes.

Conclusões

Dos países em que analisamos o Ministério Público, à luz do direito comparado, observamos que foi na Itália que a instituição do Ministério Público ganhou mais prestígio.

Não é, pois, coincidência que é nesse país que mais aparecem os grandes escândalos de políticos, que grandes personalidades acabam por ser responsabilizadas, onde os chamados crimes de colarinho branco não ficam sem punição, enfim, onde a legalidade é melhor preservada. O homem italiano não é pior, não é menos honesto que o francês, o português ou o brasileiro. A diferença está na Instituição do Ministério Público, que ali é prestigiada, é independente, é uma magistratura com todas as garantias.

É momento de grande reflexão nacional. Só teremos a moralidade administrativa salvaguardada com uma fiscalização eficaz, com um Ministério Público forte, com garantias, instrumentos e prerrogativas

Vamos dar um basta. Vamos criar um país sério e honesto em que os ricos e poderosos também sofram por seus atos vilipendia-

dores do povo e da sociedade. Tal só se fará com instituições fortes, com um poder fiscalizador.

Nossa Proposta de Enquadramento

Da idéia de *Loewenstein*, identificando uma função fiscalizadora, bem como de todos os defensores da tese do Ministério Público como quarto poder, surgem luzes que devem ser objeto de reflexão por todos nós.

Vale observar que a nossa Constituição de 1934, talvez a mais ousada e democrática que já tivemos, consagrava o Ministério Público em título autônomo, sem vinculá-lo a qualquer poder, eis que tal instituição é essencial e não pode estar sujeita ou hierarquizada a qualquer das demais.

Talvez o equívoco das demais propostas de enquadramento tivesse sido o de tornar o Ministério Público isoladamente um quarto poder. Nossa proposta envolve também o Tribunal de Contas que também exerce uma função fiscalizadora, e da simbiose desses dois órgãos nasceria o quarto poder.

Analiticamente, podemos assim resumir tais propostas:

1.^a — Criar um quarto poder, poder de controle e atribuí-lo ao Ministério Público e aos Tribunais de Contas.

Para unificar terminologias, denominaríamos os hoje chamados Tribunais de Contas de Ministério Público administrativo e do hoje denominado simplesmente Ministério Público de Ministério Público judicial. Tal se justifica pois a atuação do primeiro Ministério Público se fará precipuamente junto ao Poder Executivo e o segundo, em grande parte, junto ao Judiciário.

2.^a — Os membros do quarto poder, seja do Ministério Público administrativo, ou seja do Ministério Público judicial, seriam concursados, vitalícios, com prerrogativas de fazer diligências próprias, com vencimentos de Magistrados, requisitando força pública e diligências, sendo seus atos auto-executórios.

Assim, no quarto poder haveria dois órgãos autônomos entre si, ambos com estrutura administrativa prevista em lei complementar.

3.^a — O Ministério Público judicial promoveria o controle da legalidade da atividade administrativa junto ao poder judiciário. Seria uma magistratura requerente, semelhante à italiana, que pudesse resgatar os direitos sociais, os difusos, os dos incapazes e desvalidos, preservando o interesse público.

Tal não é uma necessidade sentida por este brasileiro. O grande jurista pátrio Alfredo Valladão, citado por Roberto Lyra em *Teoria e Prática da Promotoria Pública*, pág. 17, lecionava:

*"O Ministério Público se apresenta com a figura de um verdadeiro poder do Estado. Se Montesquieu tivesse escrito hoje o **Espírito das Leis**, por certo não seria tríplice, mas quádrupla, a Divisão dos Poderes. Ao órgão que legisla, ao que executa, ao que julga, um outro órgão acrescentaria ele — o que defende a Sociedade e a Lei, perante a Justiça, parta a ofensa de onde partir, isto é, dos indivíduos ou dos próprios poderes do Estado."*

4.^a — Atribuir ao Ministério Público administrativo o poder de fazer auditorias internas a qualquer momento nos órgãos públicos e autarquias, sem prejuízo da verificação de suas contas, a final.

5.^a — Atribuir ao Ministério Público administrativo o poder de representar ao Ministério Público judicial para que este promova junto ao legislativo o *impeachment* do chefe do executivo.

6.^a — Atribuir ao Ministério Público judicial a representação por inconstitucionalidade de leis e atos normativos Federais, Estaduais e Municipais.

7.^a — Num sistema de Freios e Contrapesos imaginado por *Montesquieu* um poder controla o outro. Não imaginamos jamais um poder controlador que não fosse controlado.

O Ministério Público administrativo sofreria controle de sua atuação através de uma Procuradoria do Executivo junto a tal órgão, quiçá exercida pelo chamado hoje de Ministério Público especial, que dentre outras tem funções de emitir parecer nos procedimentos submetidos ao Tribunal de Contas. A seu turno, as decisões do Ministério Público administrativo poderiam ser revistas pelo Tribunal de Justiça Estadual ou pelo STF.

Responderia o Ministério Público judicial por abuso de poder perante o judiciário.

8.^a — Separar as funções de defesa da União e de qualquer pessoa jurídica de direito público das funções fiscalizadoras. Criar uma procuradoria da República independente do Ministério Público judicial atuante a nível federal, que só teria as funções da instituição em si. Não se coadunam as funções de defesa incondicional com as fiscalizatórias.

Assim, por exemplo, se o Ministério Público judicial federal pedisse a interdição de uma usina nuclear que pudesse afetar a atividade administrativa da União. Como faria um membro do Ministério Público judicial federal? Um ingressaria em juízo e outro defenderia os interesses da União? Nem sempre os interesses imediatos da pessoa jurídica de direito público se coadunam com os direitos almejados pela sociedade.

9.^a — Atribuir ao Ministério Público judicial a ação civil pública para salvaguardar a defesa do regime democrático, da ordem jurídica, dos interesses sociais e individuais indisponíveis sempre que entender, a seu juízo de valor, que tais direitos estão sendo vilipendiados e independentemente de previsão legislativa, consagrando sua faculdade de agir.

10.^a — Atribuir ao chefe do Ministério Público judicial federal o poder de pedir esclarecimentos ao Presidente da República e Ministros de Estado sobre certos fatos e ao Ministério Público judicial estadual tal poder em relação a governadores e prefeitos.

11.^a — Fazer do Procurador designado pelo chefe do Ministério Público judicial membro nato do conselho da magistratura, com direito a voto nos procedimentos administrativos não iniciados pelo quarto poder.

Cumpre ultimar, advertindo que, com um poder fiscalizador, haverá órgãos do Ministério Público requerendo e quando os mesmos postularem será a própria Nação Brasileira que estará clamando por justiça.

OS GRANDES MOVIMENTOS DE POLÍTICA CRIMINAL DE NOSSO TEMPO (*)

João Marcello de Araújo Júnior

A história do Direito Penal caracteriza-se por uma evolução constante. Cada época possui sua marca, porém, por mais completa que pareça estar a construção doutrinária de um tempo, sempre algo novo surge para agitar, ainda mais, as águas revoltas do oceano criminal. É o que ocorre no Brasil, hoje.

Estamos vivendo um momento de renovação político-institucional, de importantes conseqüências na esfera do Direito Penal, pois este, de todos os ramos do Direito, é o mais sensível às modificações políticas⁽¹⁾. Estamos na antemã de uma nova Constituição, que almejamos moderna, contendo os contornos de uma sadia política criminal.

Por isso torna-se oportuno trazer ao debate, na Universidade, os grandes movimentos de política criminal do nosso tempo, especialmente porque sabemos que o tema é aquele que domina, hoje, a preocupação dos especialistas, que, de há muito, abandonaram a estéril e histérica discussão sobre estar o dolo no tipo ou na culpabilidade. Iremos analisar aspectos das questões mais complexas e dos problemas mais importantes que preocupam a humanidade no âmbito da ciência punitiva⁽²⁾.

Assim sendo, passemos ao exame dessas correntes de pensamento.

I — O final da Segunda Grande Guerra viu surgir o movimento de maior destaque e permanência de quantos temos conhecido. Iniciado em 1945, graças à incansável atividade de *Felippo Gramática*, recebeu inicialmente o nome de *Defesa Social*, sendo, posteriormente, em 1954, rebatizado como *Nova Defesa Social*, cuja bíblia é o livro de *Marc Ancel*⁽³⁾, do mesmo ano, *La Défense Sociale Nouvelle*, do qual deriva sua denominação⁽⁴⁾.

A *Nova Defesa Social* não se caracteriza como um programa técnico de modificações regulamentares⁽⁵⁾, mas, sim, como um verdadeiro estado de espírito, ou, nas palavras de *Ancel*, “por uma tomada de consciência acerca de necessidades sociais e éticas novas, em face das antigas estruturas, e de tradições obsoletas”⁽⁶⁾.

(*) Trabalho agraciado com o “Prêmio Aníbal Bruno”, no VII Encontro do Ministério Público Fluminense, Teresópolis, nov. 1986. Constitui ele o texto complementar, com ulterior bibliografia, do artigo “Bases Político-Criminais para a Reforma Penal, inclusive a Econômica” (SBCRJ nº 334, 1986), estando publicado sob o título “Los Grandes Movimientos Actuales de Política Criminal (Aspectos)”, in “Boletín de Información del Ministerio de Justicia”, ano XL, nº 1.439, p. 2.207, em 5-12-86, Madri.

As idéias fundamentais da *Nova Defesa Social* estão consubstanciadas no chamado "*Programa Mínimo*"⁽⁷⁾, estabelecido pela Sociedade Internacional da Defesa Social, fundada em 1949. O "*Programa Mínimo*", elaborado por uma Comissão formada por *Ancel, Hurwitz e Strail*, foi aprovado em 1954, quando se realizou o III Congresso Internacional de Defesa Social (*Anvers*), mantendo-se inalterado até 26 de agosto de 1985, quando foi complementado por um *Adendo*, adotado pela Assembléia-Geral da Sociedade, reunida em Milão.

Tal *Adendo* resultou dos trabalhos da Comissão instituída em Tessalonica (1981) pela Assembléia-Geral da Sociedade e composta pelos Professores: *Beiderman* (Argentina), *Barbero Santos* (Espanha), *Dra. Rozes* (França), *Voyoucas* (Grécia), *Hulmans* (Holanda), *McClintock* (Inglaterra), *Nuvolone* (Itália), *Rostad* (Noruega), *Jescheck* (R.F.A.) e *Bolle* (Suíça), que apresentou a proposta do *Adendo* na reunião de Milão, de 15 de dezembro de 1984, sendo este definitivamente aprovado em agosto de 1985.

O *Programa*, em sua versão original, representou a vitória do pensamento moderado sobre as idéias extremadas de Gramática e seus seguidores, que pugnavam pela abolição do Direito Penal, o qual deveria ser substituído por outros meios, não punitivos, de garantia da ordem social⁽⁸⁾.

Cumprе destacar, entretanto, que o *Programa Mínimo* não é uma espécie de "*breviário imposto aos adeptos da Sociedade Internacional de Defesa Social*"⁽⁹⁾, mas, sim, o repositório de um conjunto de regras fundamentais que poderão ser admitidas por todos os partidários da *Defesa Social*"⁽¹⁰⁾. Esta, por seu turno, constitui-se numa frente, na qual se reúnem as mais diversas tendências pessoais. Por isso, a *Nova Defesa Social* não deve ser tida como uma *Escola*, mas, tão-somente, como uma conjugação de aspirações humanistas e democráticas, em matéria penal, a cuja atuação se "*vinculam não poucas das reformas mais progressistas operadas nas legislações penais de todo o mundo, nos últimos quarenta anos*"⁽¹¹⁾.

Fixados estes pontos relevantes, vejamos, em linhas gerais, as características e os postulados básicos da *Nova Defesa Social*, que, hoje, depois do *addendum*, já podemos, parodiando *Roberto Lyra*⁽¹²⁾, denominar: *Novíssima Defesa Social*.

Três são as suas características fundamentais:

a) Em primeiro lugar, como já deixamos entrever, estamos diante de um *movimento* e não de um corpo de doutrina estável, lógico, acabado, tendente ao estabelecimento de dogmas. Ao contrário, é notório o seu antidogmatismo, especialmente em relação ao neoclássico, que, desde o final da Guerra, vem tentando restaurar a doutrina

na que vai de *Binding*, na Alemanha, a *Carrara*, na Itália⁽¹³⁾. Além disso, tem caráter multidisciplinar, razão pela qual abriga em suas linhas as mais diversas posições.

b) Sua segunda característica é a mutabilidade. Suas concepções variam no tempo, acompanhando as mudanças nas necessidades sociais, isto porque se trata de um movimento prático, destinado a provocar a reforma das instituições jurídico-penais e da própria estrutura social. Daí, não ser especulativo, nem procurar se acrisolar através de abstrações.

c) Finalmente, tem a marca da universalidade. Por sua concepção crítica, multidisciplinar e pluridimensional do fenômeno criminal, está acima e além das peculiaridades das legislações nacionais.

Vejamos, agora, os postulados da *Novíssima Defesa Social*:

a) Realizar permanente exame crítico das instituições vigentes, buscando atualizar, melhorar e humanizar a atividade punitiva, bem como reformar ou, até mesmo, abolir essas instituições. É, portanto, um movimento preterpenal.

b) Outra posição básica é a vinculação a todos os ramos do conhecimento humano, capazes de contribuir para uma visão total e completa do fenômeno criminal. Adota tal posição por entender que a simples política penal⁽¹⁴⁾ é incabível, porque o Direito Penal não é o único instrumento no combate à criminalidade. Aliás, reconhece, expressamente, que o Direito Penal, além de não ser a única, não é, também, a melhor arma a ser empregada nessa luta⁽¹⁵⁾. Da visão multidisciplinar decorre sua aproximação com a Criminologia, sem que, entretanto, se confunda com ela, como, aliás, também não se identifica com o Direito Penal. A Criminologia é, por assim dizer, uma *preliminar* da Defesa Social, que nela recolhe as informações necessárias ao estabelecimento de uma estratégia, coerente e firme, de combate à delinquência.

c) Desses postulados decorre o terceiro. Através da crítica científica das instituições e dos conhecimentos hauridos nas fontes das ciências humanas, a *Novíssima Defesa Social* arquiteta um sistema de política criminal que garanta os direitos do homem e promova os valores essenciais da humanidade. Esta a razão porque rejeita o sistema neoclássico, que é punitivo-retributivo.

A trilogia dos princípios básicos que acabamos de apontar permite, ainda, a elaboração de outras aspirações do Movimento. Sendo ele, como o é, uma expressão do Estado de Direito, não pode, por isso, prescindir do *nullum crimen, nulla poena sine lege*, da responsabilidade individual, da legalidade do processo e da independência da magistratura. Chama atenção, ainda, para o fenômeno da vitimização, preconizando a proteção à pessoa da vítima, aos

grupos marginalizados e aos indivíduos em *perigo*, este um conceito novo, de amplas possibilidades para o futuro⁽¹⁶⁾.

Sustenta, também, a necessidade de um tratamento bifronte para a criminalidade. Assim, para os ilícitos de pequena monta, estabelece o caminho da descriminalização, enquanto que, para as novas e graves infrações à economia e contra os demais *direitos difusos*, bem como para a criminalidade estatal (abuso de poder, corrupção etc.), recomenda a via oposta, isto é, a da criminalização, destacando, entretanto, que os Estados não deverão recorrer a leis de emergência, que importem naquele terrorismo penal a que se referiu *Heleno Fragoso*⁽¹⁷⁾ e possam violar as conquistas do Direito Penal liberal, como, por exemplo, o princípio da legalidade.

No que concerne à reação jurídica contra o crime, repudia a pena de morte, o uso indiscriminado das penas privativas de liberdade e da prisão preventiva, além do pampenalismo. A despenalização é indicada como remédio contra os efeitos nocivos da privação de liberdade. Quanto aos objetivos da execução penal, reconhece o fracasso da *ideologia do tratamento* e de seu *mito médico*, garantindo ao delinqüente o direito de *ser diferente*, ou seja, o de querer continuar sendo criminoso, sem que, entretanto, abandone a preocupação socializadora.

A atividade socializadora consiste na colocação, à disposição do condenado, do maior número possível de condições que permitam a este, *voluntariamente*, não voltar a delinqüir⁽¹⁸⁾.

Como acabamos de ver, a *Novíssima Defesa Social* adotou um caminho moderado para promoção das reformas penais, preferindo não correr os riscos das mudanças bruscas, que podem conduzir, em caso de insucesso, à perda das grandes conquistas já obtidas ou à interrupção de sua evolução. Evidentemente, não se trata de um movimento revolucionário, mas, sim, de uma política criminal humanista, ancorada em profundas bases científicas, que dá ao Direito Penal caráter preventivo e protetor da dignidade humana.

II — A reação ao fenômeno da criminalidade pode, entretanto, ser orientada em outro sentido, diametralmente oposto ao da Defesa Social. Trata-se dos chamados *movimentos de lei e ordem*.

Nos últimos anos, especialmente, a partir da guerra do Vietnã, o mundo vem assistindo a um progressivo aumento da criminalidade, embora, algumas vezes, apenas aparente. Tal fato e, especificamente, os crimes atrozes são apresentados pelos *mass media* e por alguns políticos como um fenômeno terrificante, gerador de insegurança, e conseqüente do tratamento benigno dispensado pela lei aos criminosos, que, por isso, não lhe têm respeito. Essa propaganda maciça de fatos assustadores provoca na população um verdadeiro estado de pânico, do qual se aproveitam movimentos políticos, geralmente autoritários, para se apresentar como detentores da fór-

mula infalível contra a onda criminoso, que querem inculcar existir. O remédio milagroso outro não é senão a ideologia da repressão, fulcrada no velho regime punitivo-retributivo, que recebe, agora, o enganoso nome de *Movimento de Lei e Ordem*⁽¹⁹⁾.

Alegam seus defensores que os espetaculares atentados terroristas, o gangsterismo e a violência urbana somente poderão ser controlados através de leis severas, que imponham a pena de morte e longas penas privativas de liberdade. Estes seriam os únicos meios eficazes para intimidar e neutralizar os criminosos e, além disso, capazes de fazer justiça às vítimas e aos *homens de bem*, ou seja, aos que não delinquentes.

Afirma-se, ainda, que a política criminal deve ser orientada no sentido de justificar a pena através das idéias de retribuição e castigo. A pena, assim fundamentada, seria aquela que é conhecida pelo povo, que a respeita, teme e considera justa, pois sua execução é igual para todos, sendo proporcional à gravidade objetiva do crime cometido.

Essas idéias, que são rechaçadas pelos intelectuais liberais, são tentadoras para o povo, que reclama, sem muita racionalidade, solução imediata para o angustiante problema da segurança pública. Por outro lado, o reconhecimento do fracasso da política do tratamento reeducador deixou em todos, especialistas ou não, uma sensação de frustração, que colabora para a aceitação das idéias repressivas.

A prática mostrou que a atividade penitenciária, cientificamente voltada para o tratamento do delinquentes, executada, até mesmo, em sofisticados estabelecimentos especialmente construídos para este fim (estabelecimentos sociais terapêuticos), além de importar numa sutil violação dos direitos humanos, por impedir o indivíduo de ser aquilo que ele quer ser⁽²⁰⁾, é, também, imoral, na proporção em que constrange o homem condenado a aceitar os valores de uma sociedade injusta, que o marginaliza e oprime. Por outro lado, as estatísticas informam que o tratamento reeducativo não alcançou os resultados desejados, uma vez que os índices de reincidência não baixaram⁽²¹⁾. Este fracasso da *ideologia do tratamento* deixou um espaço vazio, que, como dissemos, pode vir a ser ocupado pelos Movimentos de Lei e Ordem.

Não bastasse tudo isso, para assustar a quantos lutam por garantir o primado dos direitos humanos, há a mencionar, ainda, que essas idéias têm sido alimentadas por regimes políticos autoritários, baseados na ideologia da segurança, como foi o caso brasileiro, durante a ditadura. As nossas leis de segurança nacional e a existência tolerada de esquadrões de extermínio são um bom exemplo dos efeitos dos Movimentos de Lei e Ordem.

Estes Movimentos ditam uma Política Criminal em que:

a) A pena se justifica como castigo e retribuição, no velho sentido, não devendo a expressão ser confundida com o que, hoje, denominamos: *retribuição jurídica*;

b) Os chamados crimes atrozes sejam punidos com penas severas e duradouras (morte e privação longa de liberdade);

c) As penas privativas de liberdade, impostas por crimes violentos, sejam cumpridas em estabelecimentos penais de segurança máxima, sendo o condenado submetido a um excepcional regime de severidade, diverso daquele destinado aos demais condenados;

d) A prisão provisória tenha o seu espectro ampliado, de maneira a representar uma resposta imediata ao crime;

e) Haja diminuição dos poderes de individualização do juiz e menor controle judicial da execução, que deverá ficar a cargo, quase exclusivamente, das autoridades penitenciárias.

Os efeitos dos Movimentos de Lei e Ordem já se fazem sentir na esfera legislativa. É o caso, por exemplo, das leis norte-americanas, que tornaram opcionais determinadas formas ou técnicas de tratamento penitenciário e, ainda, o da lei francesa de *Segurança e Liberdade*, de 2 de fevereiro de 1981. Outro sintoma da orientação político-criminal de que estamos tratando está na tendência de abandono, nos Estados Unidos, do tradicional sistema de sentenças indeterminadas e do regime de *parole*, denunciada por *Peter Lejins* no III Congresso Internacional de Política Criminal, reunido em Paris, 1979⁽²²⁾, e que *Ancel* informa já ter sido adotada pelo Estado da Califórnia⁽²³⁾. Também na Suécia, que é o modelo penitenciário padrão da Europa, repudia-se, hoje, a ideologia do tratamento, retornando-se ao chamado *sistema de penas legais*⁽²⁴⁾.

No Brasil, salvante o período da ditadura, essas idéias não encontraram eco na legislação, pelo menos formalmente. Entretanto, num livro recente⁽²⁵⁾, encontramos afirmações como estas: "*Estamos em pleno combate e não podemos perder tempo. Enquanto discutimos qual a melhor solução para combater o crime, o inimigo, sem vacilar e usando todas as armas, continua avançando. Temos que agir imediatamente e acionar armas mais fortes. A maioria dos brasileiros, às vezes comovida, outras vezes revoltada pelo sangue dos inocentes, derramado a todo o instante, exige a pena de morte...*" Sobre o tema, recomendamos a leitura do livro de *Barbero Santos: Pena de Muerte (el ocaso de un mito)*, no qual o autor estuda, em profundidade, os argumentos contrários e favoráveis à pena de morte, faz o exame histórico e atual das legislações e examina as diversas formas pelas quais o carrasco a executa. Finaliza, afirmando que *ao jurista incumbe demonstrar não só a sua*

falta de fundamento, mas, também, que o remédio ministrado agrava o mal que pretende curar⁽²⁶⁾.

III — Vejamos, agora, a terceira corrente político-criminal de nossos dias: a *Política Criminal Alternativa*.

Sob a denominação *Nova Criminologia*, encontramos um outro movimento que, à semelhança da *Novíssima Defesa Social* se constitui numa espécie de *frente ampla* que abriga em suas fileiras tendências diversas⁽²⁷⁾.

Tal qual fizemos em relação as duas correntes anteriormente estudadas, não trataremos, aqui, das características de cada uma das posições pessoais que a compõem, limitando-nos a apontar as linhas comuns sobre as quais se apóia.

Nova Criminologia é expressão genérica, na qual se subsumem denominações específicas, como *Criminologia Crítica*, *Criminologia Radical*, *Criminologia da Reação Social*, *Economia Política do Delito* (denominação proposta na Inglaterra) e outras, cada uma, a seu modo, importando em reação à chamada *Criminologia Tradicional*, que, fulcrada no pensamento positivista, preocupa-se, apenas, com a etiologia do crime e com os aspectos psicológicos da passagem ao ato, a partir de conceitos estratificados na lei⁽²⁸⁾. Todas essas *Criminologias* contribuem para a formação, no campo da política criminal, de um movimento conhecido por *Política Criminal Alternativa*, cujo principal veículo de divulgação foi a revista "*La Questione Criminale*", que se editava em Bolonha, sob a orientação do denominado *Grupo de Bolonha*^(29/30).

Como lembra Baratta⁽³¹⁾, a Revista "*La Questione Criminale*" destinava-se à divulgação das idéias do *Grupo*, objetivando contribuir para a construção de uma teoria materialista do "desvio" e da "criminalização", isto é, de uma criminologia de inspiração marxista e elaborar as linhas de uma política criminal alternativa de caráter socialista.

Antes de examinarmos as concepções dessa corrente, dita simplesmente, *esquerdista*, convém, para maior facilidade de entendimento, que façamos um breve histórico de sua origem e evolução⁽³²⁾.

Segundo Nagel⁽³³⁾, de cuja opinião também compartilha Ancel⁽³⁴⁾, a *Criminologia Crítica* tem seu marco imediato no movimento estudantil de 1968, de rebelião contra a sucumbência universitária aos interesses e preceitos do neocapitalismo. Da mesma forma que a *Nova Defesa Social*, que extraiu seu nome do livro de Marc Ancel, a *Nova Criminologia* passou a ser assim conhecida a partir da obra coletiva de Taylor, Walton e Young, *The New Criminology* (1973), livro que, na opinião de Juarez Cirino⁽³⁵⁾, foi um dos primeiros estudos sistemáticos de desenvolvimento da teoria criminológica sob o

método dialético, aplicando categorias de materialismo histórico. No Brasil, o trabalho pioneiro o devemos a *Roberto Lyra Filho*, que em 1972 publicou o seu *Criminologia Dialética*, no qual reformulou suas posições, liberando-se da influência de certas correntes formalistas⁽³⁶⁾.

Os trabalhos vanguardistas do *Grupo Europeu para o estudo da conduta desviada e do controle social*, de *Nagel*, *Taylor* e toda a elaboração científica desenvolvida a partir daí, constituem um conjunto de iniciativas político-culturais que levou a extremos as indicações metodológicas dos teóricos da reação social e do conflito, chegando à superação desses mesmos conceitos^(37/38).

Realmente, o caminho pelo qual enveredou a *Criminologia Crítica* foi inicialmente aberto pelas correntes mais progressistas da criminologia liberal: a teoria organizacional, a teoria interacionista ou da rotulação (*labelling approach*), a teoria da reação social e outras⁽³⁹⁾. Hoje, porém, a *Nova Criminologia* desbrava suas rotas, com suas próprias forças. Ela parte da idéia de sociedade de classes, entendendo que o sistema punitivo está organizado ideologicamente, ou seja, com o objetivo de proteger os conceitos e interesses que são próprios da classe dominante. Os instrumentos de controle social, por isso, estão dispostos opressivamente, de modo a manter dóceis os prestadores de força de trabalho, em benefício daqueles que detêm os meios de produção. O Direito Penal é, assim, elitista e seletivo, fazendo cair fragorosamente seu peso sobre as classes sociais mais débeis, evitando atuar sobre aquelas que detêm o poder de fazer as leis. O sistema destina-se a conservar a estrutura vertical de dominação e poder, que existe na sociedade, a um tempo desigual e provocadora de desigualdade. Isso se demonstra pelo caráter fragmentário do Direito Penal, que pune intensamente condutas que são típicas dos grupos marginalizados e deixa livre de pena comportamentos gravíssimos e socialmente onerosos, como, por exemplo, a criminalidade econômica, só porque seus autores pertencem à classe hegemônica e, por isso, devem ficar imunes ao processo de criminalização. Quando a atividade repressiva se orienta contra comportamentos individuais e irracionais que importam numa contradição às relações de produção capitalista, a punição é imediata e implacável, não o sendo, porém, em relação às chamadas *disfunções do sistema*, pouco importando o prejuízo social que possam provocar.

A *Nova Criminologia* demonstra que o Direito Penal não é igualitário, nem protege o bem comum e, também, que sua aplicação não é *isonômica* (que me seja permitido o neologismo).

Inspirada nessas concepções, a *Política Criminal Alternativa* pugna pelas seguintes medidas:

a) Abolição da pena privativa de liberdade. Este é o seu carro-chefe⁽⁴⁰⁾. Ela declara a sua inutilidade, seja como instrumento de

controle social, seja como meio de promover a reintegração social do condenado. Além disso, vê na prisão um simples *ferro de marcar*, utilizado para oprimir e marginalizar. Para alcançar seu objetivo principal, propõe uma estratégia gradual, através de um intenso programa de descriminalização⁽⁴¹⁾, de despenalização⁽⁴²⁾ e desjudicialização⁽⁴³⁾. Para neutralizar os efeitos do sentimento de separação entre *honestos e condenados*, recomenda que seja incentivado e facilitado o acesso do público às prisões, de molde a promover a integração e a cooperação entre os presos e suas organizações de classe.

b) A Política Criminal deve ser orientada em um duplo sentido, ou seja, deverá considerar a criminalidade de forma a agrupá-la segundo a classe social de onde provém. A das classes proletárias será interpretada à luz dos conflitos que se instalam em razão do sistema de produção capitalista, ao passo que a atividade criminosa oriunda das classes dominantes, como a criminalidade organizada, a corrupção política e administrativa e a econômica, segundo a *relação funcional que existe entre os processos legais e ilegais da acumulação e circulação de capital, e entre esses processos e a esfera política*⁽⁴⁴⁾.

d) Enquanto o objetivo final de abolição do sistema penal não for alcançado, como já dissemos, impõe-se a realização de um largo projeto de descriminalização, despenalização e desjudicialização, sendo que neste, que a *Política Criminal Alternativa* chama de *processo de socialização alternativo*, o objetivo é transferir do Estado para a comunidade a função de controle em relação às condutas desviadas de natureza leve.

c) Ao lado dessa ampla redução de atividade punitiva do Estado, o Movimento recomenda a criminalização dos comportamentos que importem em dano ou ameaça aos fundamentais interesses das maiorias, tais como a criminalidade ecológica, a econômica, as violações à qualidade de vida, as infrações à saúde pública, à segurança e higiene no trabalho, e outras do mesmo gênero.

f) Todo esse trabalho deve ser acompanhado de maciça propaganda, não só para denunciar à opinião pública as desigualdades do sistema vigente, como para obter o apoio popular aos métodos e à ideologia da Política Criminal Alternativa. Os *mass media* devem ser empregados no sentido inverso do atual.

Eis aqui, numa síntese, alguns aspectos do Movimento de Política Criminal Alternativa. Ele traz, sem dúvida, uma proposta revolucionária e encantadora, a despeito de sua manifesta conotação política.

De tudo quanto ficou exposto, concluímos que, mais uma vez, a regra segundo a qual os extremos se tocam está confirmada.

Em verdade, através de caminhos antagônicos, as posições extremadas dos Movimentos de Lei e Ordem e as de Política Criminal

Alternativa findam por tentar alcançar o mesmo resultado prático, qual seja, o de atentar contra as conquistas de garantia alcançadas pelo Movimento de Defesa Social. Este é um dos paradoxos do nosso tempo.

Da exposição que acabamos de fazer, verificamos que a política criminal está em crise, se entendermos como tal a situação de quem se encontra diante de diversas opções e precisa se decidir por uma.

Não podemos deixar de reconhecer que o Movimento de Política Criminal Alternativa nos apaixona, não só pelas perspectivas que oferece, como pelas idéias de igualdade e fraternidade que inspira; entretanto, tememos por sua exeqüibilidade, principalmente no que diz respeito à abolição da pena privativa de liberdade.

Por maiores que sejam as contradições que a pena privativa de liberdade encerre, por mais negativos que sejam seus efeitos sobre o indivíduo e a sociedade, por mais altos que sejam os seus custos sociais, não cremos que, nos dias de hoje, algum legislador tenha coragem e poder para aboli-la do arsenal punitivo. Isso porque, no seio do povo, não desapareceu, ainda, a crença segundo a qual a prisão é, ainda, a melhor resposta que a coletividade pode dar aos comportamentos selecionados como criminosos⁽⁴⁵⁾.

O desejo ardente de uma sociedade sem crimes e sem penas é nobre e deve empolgar todas as consciências que amam a liberdade e lutam pela igualdade e fraternidade entre os homens. Tal aspiração, entretanto, não nos deve impedir de reconhecer a realidade, e esta, infelizmente, ainda não se identificou com o sonho. Por isso, ao mesmo tempo em que lutamos pelo progresso, devemos nos manter na defesa das conquistas já alcançadas, pois se nos dedicarmos ao devaneio, gozando a antevisão de sua concretização, poderão ocorrer retrocessos que nos façam acordar diante de uma sociedade mais cruel que a atual.

Por isso, sem que nos oponhamos às aspirações da Política Criminal Alternativa, preferimos adotar uma atitude realística, que parece ser a da *Novíssima Defesa Social*, embora saibamos que, com isso, poderemos estar retardando o futuro. Imaginamos uma Defesa Social que incorpore ao seu ideário, como parece já ter ocorrido, as propostas exeqüíveis da Política Criminal Alternativa, para continuarmos lutando pelo aprimoramento das instituições e pela garantia do homem, porém com os olhos fitos no futuro, tudo fazendo para que a sociedade do amanhã seja outra, fraterna e justa, onde os homens se distingam uns dos outros apenas pela capacidade que tiveram de amar e de criar e possam desenvolver, livremente, a sua personalidade. Nesse momento, o homem terá alcançado a felicidade e o Direito Penal terá cumprido a sua missão.

Notas

1. Barbero Santos, Marino: "La reforma penal espanola en la transición a la democracia", in "Revue Internationale de Droit Pénal", vol. 49, n.º 1, 1978, pág. 57.
2. Barbero Santos, Marino: "A Nova Defesa Social ao aprovar-se o Addendum ao "Programa Minimum", in *A Reforma Penal - Ilícitos Penais Econômicos*, Forense, Rio, 1987.
3. Há edição brasileira, Forense, Rio, 1979. Tradução feita a partir da segunda edição francesa, com excelente prefácio do Professor Heleno Fragoso. A terceira edição francesa foi refundida e aumentada (1981) e representa notável esforço para o repensamento dos principais temas de política criminal.
4. Medauar, Odete: "Defesa Social", in *Enciclopédia Saraiva de Direito*, vol. 23, pág. 95. A autora critica a doutrina brasileira pelo pouco interesse demonstrado no Estudo do Movimento de Defesa Social.
5. Ancel, Marc: *La défense sociale*, Presses Universitaires de France, Paris, 1985, pág. 29.
6. Ancel, Marc: *idem*, pág. 29.
7. O "Programa Mínimo" está publicado na *Revue de science criminelle et de droit penal comparé*, Paris, 1954, pág. 807.
8. Veja-se a respeito o livro de gramática: *Principi de Difesa Sociale*, Pádua, 1961, e, ainda, do mesmo autor: "La Lotta contro la pena, Nozione dell'antisocialità" e "L'indice di antisocialità nei suoi elementi di voluntazione", publicados na "Revista di Difesa Sociale", de 1947. Essa revista circulou até 1957.
10. Ancel, Marc: *A Nova Defesa Social*, Forense, Rio, 1979, pág. 123.
11. Barbero Santos, Marino: *ob. cit.* na nota n.º 2.
12. Lyra, Roberto: *Novísimas Escolas Penais*, Borsoi, Rio, 1956.
13. Ancel, Marc: *ob. cit.* na nota n.º 4, pág. 32.
14. Sobre a diferença entre os conceitos de "política penal" e "política criminal", veja-se Franco Bricola, "Política Criminal y Derecho Penal", in "Revue Internationale de Droit Pénal", vol. 49, n.º 1, pág. 49, 1978.
15. Fragoso, Heleno Cláudio: "A reforma da legislação penal", in "Revista de Direito Penal e Criminologia", n.º 35, pág. 10, Rio, 1983. No mesmo sentido, Marino Barbero Santos: *ob. cit.* na nota n.º 2.
16. Barbero Santos, Marino: *ob. cit.* na nota n.º 2.
17. Fragoso, Heleno Cláudio: *ob. cit.*, pág. 10.
18. Figueiredo Dias, Jorge: "As tendências recentes da política Criminal e O Novo Código Penal Português de 1982", in "Revista de Direito Penal e Criminologia", n.º 34, pág. 16, 1982.
19. Fragoso, Heleno Cláudio: *ob. cit.*, pág. 12.
20. Lejins, Peter P.: "A atual crise da política criminal nos Estados Unidos", in "Revista de Direito Penal", n.º 28, pág. 32, 1972.
21. Figueiredo Dias, Jorge: *ob. cit.*, pág. 14.
22. Lejins, Peter P.: *ob. cit.*, pág. 26.
23. Ancel, Marc: *ob. cit.* na nota n.º 4, pág. 59.
24. Del Olmo, Rosa: *Ruptura Criminológica*, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 1979, pág. 183.

25. Dutra Barreto, Augusto: *Pena de Morte - remédio social urgente*, EUD, São Paulo, segunda edição, 1984, pág. 71.
26. Barbero Santos, Marino: *Pena de Muerte (el ocaso de un mito)*, Depalma, Buenos Aires, 1985, pág. 260.
27. Taylor, Ian; Walton, Paul; Young, Jack e outros: *Criminologia Crítica*, Rio, Graal, 1980, pág. XXI.
28. Del Olmo, Rosa: *ob. cit.*, pág. 167.
29. Anilyar de Castro, Lola: *Criminologia da Reação Social*, Rio, Forense, 1983, pág. 198. Franco Bricola: "Política Criminal y Derecho Penal", in "Revue Internationale de Droit Pénal", vol. 49, 1.º, pág. 109.
30. Desde 1983 existe uma nova "Revista Dei Delitti e Delle Pene", que expressa a nova orientação dos antigos mentores de "La Questione Criminale". O editorial de lançamento da nova revista está publicado na "Revista de Direito Penal e Criminologia", n.º 35, pág. 137, Rio, 1983. Existem, ainda, as seguintes revistas especializadas: "Crime and Social Justice" (Estados Unidos), "Kriminologisches Journal" (R.F.A.) e "Dénance et Société" (França).
31. Baratta, Alessandro: "Criminologia Crítica e Política Penal Alternativa", in "Revue Internationale de Droit Pénal", vol. 49, 1.º, 1978, pág. 43.
32. Para complementação, veja-se Rosa Del Olmo, *ob. cit.*, págs. 179 e 198.
33. Nagel, W.H.: "Criminologia Crítica", in "Revista de Direito Penal", n.º 1, pág. 73, Rio, 1971.
34. Ancel, Marc: *ob. cit.* na nota n.º 4, pág. 57.
35. Cirino dos Santos, Juarez: "Criminologia Radical", Rio, Forense, 1981, pág. 4.
36. Lyra Filho, Roberto: "Criminologia Dialética", Borsoi, Rio, 1972, pág. 26.
37. Pavarini, Massimo: *Control y Dominación*, Siglo Veintiuno Editores, Madri, México e Bogotá, 1983, pág. 155.
38. O primeiro manifesto do "grupo europeu para o estudo do comportamento desviado e do controle social" apareceu em 1972. Do segundo, que data de 1975, consta: "O compromisso é com um programa teórico e prático, que se preocupe em relacionar os sistemas de dominação e controle com as estruturas de produção e divisão do trabalho".
39. Anilyar de Castro, Lola: *ob. cit.*, págs. 52/61 e Alessandro Baratta: *ob. cit.*, págs. 42/55.
40. Hulsman, Louk e De Celis, Jacqueline Bernal: "Peines perdues Le Système pénal en question", Paris, Centurion, 1982, pág. 104.
41. Sobre descriminalização indicamos a leitura de Hulsman: "Descriminalização" in "Revista de Direito Penal", vol. 9/10, pág. 7; Nilo Batista: "Algumas palavras sobre descriminalização", Rio Liber Juris, pág. 123 e René Ariel Dctti: "Descriminalização e Criminalização. Duas tendências no âmbito da Reforma", in "Revista Forense", vol. 371, pág. 9.
42. Versele, Severin Carlos: "Procedimentos judiciais e outras formas de controle social na prevenção do crime", in "Revista de Direito Penal", vol. 24, pág. 42, Rio, 1977.
43. Sobre desjudicialização ou como preferem outros: "desjudiciarização" ou "desjudicialização", é recomendável a leitura dos atos do Colóquio Internacional de Direito Penal de Tóquio, realizado em 1983, publicado na "Revue Internationale de Droit Pénal", vol. 54, 1983.
44. Baratta, Alessandro: *ob. cit.*, pág. 49.
45. Lejins, Peter P.: *ob. cit.*, pág. 30.

A INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA (INSIDER TRADING) NAS BOLSAS DE VALORES E O ESTELIONATO

Mário Slerca Jr.

1. Nos países desenvolvidos que adotam o regime capitalista, torna-se cada vez mais severa a cobrança de responsabilidade daqueles que atuam ilicitamente nas bolsas de valores. Recentemente, a mídia internacional deu grande destaque ao escândalo *Ivan Boesky*. Impressionou a todos ver um dos grandes financistas da Bolsa de N.Y. ser arrastado algemado de seu luxuoso escritório como se fora um *gangster*. *Principal* acusação que lhe foi imputada: ter operado nas bolsas americanas com informação privilegiada (*insider trading*). Nos E.U.A., como ocorre em diversos outros países desenvolvidos, a prática é punida com penas semelhantes a de assalto a banco. *Boesky* sujeitou-se à prisão e ao pagamento de uma multa de 100 milhões de dólares.

2. Por que, no Brasil, a mesma conduta nunca chega ao foro criminal, e sequer enseja no plano civil significativas responsabilizações? Ausência de leis? Parece-nos que não: mais correto talvez atribuir-se o fato à falta de uma compreensão não jurídica, mas fática, concernente à mecânica das operações nas bolsas de valores.

3. Com essa finalidade, detenhamo-nos em caso típico de informação privilegiada: administrador de companhia aberta, no exercício de suas funções, participa dos entendimentos em que uma concorrente irá fazer uma oferta pública para compra de ações da sociedade da qual é diretor, por um preço muito acima da cotação de mercado. De posse dessa informação, arquiteta um plano: adquirir o maior número possível dessas ações, antes que o público saiba da oferta, para, em seguida, repassá-las, com lucro. De se ver que o agente, detentor da informação privilegiada, não exaure a ação em um único ato. Muitas são as iniciativas que ele deve ter, a fim de lograr êxito nos seus inescrupulosos intentos. As principais: I) impedir o aparecimento de vazamentos a respeito da iminente oferta pública, neutralizando os que eventualmente surgirem com contra-informações junto do mercado; II) induzir o público investidor a vender as ações cobiçadas mediante táticos aumentos nos preços das ofertas de compra ou até a venda destes mesmos papéis em certos momentos especiais para desencadear um desejo coletivo de venda; III) ocultar, da forma mais absoluta, a sua condição de administrador, pois se o público souber que a pressão compradora parte do diretor da companhia envolvida na operação, ninguém mais vende as ações desejadas. Por esse motivo, testas de ferro são utilizados. Essas várias e contínuas providências são executadas no mercado através de corretoras, que não são cientificadas do plano global;

são até confundidas com instruções conflitantes, para dificultar a percepção do verdadeiro desígnio do agente.

4. A aquisição antecipada dessas ações pelo detentor da informação, para imediata posterior revenda, mesmo pagando um prêmio ao mercado, para incitá-lo a aumentar as vendas, representa um ganho certo. Ao enriquecimento do possuidor da informação privilegiada corresponde uma diminuição patrimonial do público. Se fossem divulgados os termos da oferta pública já programada, é óbvio que o detentor da informação privilegiada não iria conseguir apoderar-se da vantagem patrimonial.

5. A transparência com a publicidade de todos os atos e fatos que possam afetar os títulos negociados nas bolsas de valores, aqui e fora do País, é o principal instrumento de segurança dos investidores. Nesse sentido o art. 22, § único, V e VI da Lei n.º 6.385 — de 7-12-76 e art. 3.º, X, da Lei n.º 4.728 — de 14-7-65. Nos Estatutos das Bolsas, inclusive, há que se dar especial atenção a esses pontos, para “evitar e reprimir manipulações de preço e transações fraudulentas” (art. 15, I, da Resolução BCB n.º 39 — de 20-10-66). Ademais, ao administrador é “vedado valer-se de informações para obter, para si ou para outrem, vantagem mediante compra e venda de valores mobiliários” (art. 155, III, § 1.º da Lei n.º 6.404/76 e Instrução n.º 31 da CVM — de 8-2-84).

6. Na trama em apreciação, não há que se falar, à evidência, em *dolus bonus* (utilizado habitualmente por comerciantes para obtenção de melhor preço nas suas mercadorias). O que foi dolosamente ocultado do público, através da hábil maquinação, levando-o a erro, concerne a aspecto fundamental para a formação de preço na venda. Este, máxime nas bolsas, constitui elemento primordial da decisão. Inquestionavelmente, o público tem o direito de conhecê-lo, por força de princípio estrutural vigorante em todas as bolsas de valores, a saber: aos seus participantes, sem qualquer distinção, cabe igual acesso às informações. Por outro lado, o administrador está sujeito a rigoroso impedimento nas operações de bolsa baseadas em informações privilegiadas (*cf. n.º 5 in fine*).

7. A fraude em exame é tão eficiente que não permite ao lesado evitar o prejuízo: caso alguém decida alienar suas ações, enquanto perdurar a ignorância do mercado sobre o fato capaz de alterar a cotação na bolsa, o preço do pregão não poderá ser o correto. Nessas circunstâncias, ele estará apenas latente. Surgirá, posteriormente, por ocasião da oferta pública. Mas, tardiamente para o prejudicado, uma vez que quem, no final, receberá o preço justo, verdadeiro, será o detentor da informação privilegiada.

8. As teorias que se esforçaram em identificar os elementos constitutivos da fraude penal em contraposição aos da fraude civil, apesar de hoje terem perdido muito da sua importância, merecem ser recordadas, para mostrar que encontraremos na essência da

informação privilegiada praticada pelo administrador, justamente, as características mais marcantes apontadas por aqueles doutrinadores como identificadoras da fraude penal.

9. Enfoquemos algumas delas: a teoria da *mise-en-scène* poderia aproveitar, como exemplo vivo de engenhosa montagem, toda a urdidura elaborada pelo agente da hipótese em estudo. Ele, teatralmente, mascarando tudo, inclusive a sua própria identidade, em um ambiente de profissionais, após manter o mercado iludido por falsos preços e motivações, consegue transferir patrimônio do público para o seu bolso.

10. Apoiados em *Geib*, muito utilizado pela nossa jurisprudência, localizaríamos, no caso em tela, um investidor lesado que, a despeito de usar todo o cuidado e precaução nas suas operações de bolsa, é enganado pela fraude e sofre o prejuízo material.

11. A impraticabilidade da reparação do dano, que sensibilizou *Merkel e Puglia*, é também uma realidade fática encontrada na informação privilegiada, já que, devido ao largo leque de lesados (muitos milhares), há impossibilidade material de identificação de todos para a reparação do dano (cf. n.º 18).

12. A fraude praticada em estudo não é, em absoluto, a do tipo civil, "não perigosa, a fraude que não suscita o alarma social, a fraude que é um pouco mais que a solécia natural dos contratantes e afaristas, mas que não chega a ter o caráter de excepcional gravidade que justifica a sanção penal, bastando que seja escarmentada no juízo cível". (¹)

13. Muito pelo contrário: sob essa ótica, forçoso reconhecer-se que raras são as fraudes provocadoras de tanto alarma social como a do *insider trading*: muitos milhares de pessoas, sem possibilidade de defesa (cf. n.ºs 7 e 11), são espoliadas em seu patrimônio. Não se mencionando a necessidade de proteger a credibilidade da Bolsa de Valores, que é um dos alicerces da economia de mercado, adotada pelo Estado e que fica seriamente afetada com esses escândalos. É tão forte o trauma na economia popular provocado por essa fraude financeira que, em muitos países, se elaborou legislação penal específica, não prevalecendo até o famoso sigilo bancário suíço quando se trata de *insider trading*. (²)

14. Oportuno registrar-se, conforme o magistério de Alvaro Mayrink da Costa (³), que até "o silêncio pode constituir-se em comportamento determinante da manutenção do erro quando o autor tem o dever de falar. Encontramos o caráter do ardil do silêncio neste atuar omissivo, pois o agente teria o dever jurídico de dizer a verdade. Os doutrinadores repetem o caso do colecionador Caio que adquire de Tício uma preciosa peça de coleção por preço vil".

15. E é claro que no caso em discussão houve infinitamente mais do que mero silêncio. Estamos diante de moderna e sofisticada con-

duta anti-social que atinge em cheio a poupança popular. O público investidor não tem como se defender (*cf.* n.ºs 7 e 17), sendo certo que as peculiaridades da fraude (*cf.* n.ºs 5, 11 e 18) apontam ser a repressão pelo Direito Civil totalmente ineficaz; um motivo a mais, de acordo com alguns autores, para a utilização da norma penal.

16. Favorável ao enquadramento penal também é o moderno critério de avaliação da fraude, que enfatiza "o transigente e oportunístico ponto de vista da política criminal". (4)

17. Note-se que essa massa de prejudicados, de ordinário, devido à insignificância de sua participação acionária, não tem suficiente interesse para recorrer à Justiça. Haja vista a extrema raridade destes procedimentos nos nossos Tribunais.

18. Sem dúvida, o autor dirigiu sua ação dolosa à pessoa incerta. Dessa maneira, como não pode haver estelionato sem lesado conhecido, imprescindível, para a tipificação penal determinar-se quem concretamente sofreu o dano, embora seja apenas uma pessoa, dentre milhares.

19. No Brasil — diferentemente do que ocorre, por exemplo, na França, Inglaterra e E.U.A. — inexiste norma penal expressa capitulando o crime de *insider trading*. No entanto, não obstante a ausência de dispositivo penal específico, o *caput* do art. 171 do C.P. permite a incriminação, já que, segundo vimos, todos os elementos constitutivos do estelionato, na sua configuração básica, (5) estão presentes na informação privilegiada descrita no item n.º 3. *Legem habemus...*

Notas

1. *Comentários ao Código Penal*, Nelson Hungria, vol. VII, Forense, 1980, pág. 180.
2. *Meier, Henry B., The Swiss Equity Market*, Ed. Woodhead - Faulkner Ltd., 1985, pág. 116.
3. Alvaro Mayrink da Costa, *Direito Penal, Parte Especial*, vol. II, pág. 520, Forense, 1986.
4. Obra citada na nota n.º 1 *supra*, pág. 189.
5. A favor da qualificação penal: Norma Jonssen Parente, *Legis Bancos, Informativo CVM*, Parte 4, pág. 48, vol. IV, ano III, 1980. Contra: Nelson Eizirik, *Questões de Direito Societário e Mercado de Capitais*, Ed. Forense, 1987, pág. 74, sob o fundamento de que "não há dispositivo penal tratando expressamente do *insider trading*. As minuciosas análises elaboradas pelos autores pátrios preferem desenvolver o tema exclusivamente sob o prisma da repressão civil: Francisco Antunes Maciel Mussnick, "A Utilização Desleal de Informações Privilegiadas - *Insider Trading* no Brasil e nos Estados Unidos", "Revista de Direito Mercantil", n.º 34/1979, pág. 42; LG Paes de Barros Leões, *Mercado de Capitais & Insider Trading*, Ed. Revista dos Tribunais, 1982, págs. 176 e seguintes; Fábio Konder Comparato, "Insider Trading: Sugestões Para Uma Moralização do Nosso Mercado de Capitais", "Revista de Direito Mercantil", n.º 2, ano X, 1971, pág. 41.

O MINISTÉRIO PÚBLICO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE E NA INGLATERRA — SISTEMA DA COMMON LAW (*)

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

1 — O Ministério Público nos Estados Unidos da América do Norte

O desenvolvimento do estudo do Ministério Público dos Estados Unidos será feito em dois planos: federal⁽¹⁾ e estadual, considerando que os mesmos têm forma diversa de provimento do cargo de Procurador-Geral e, portanto, importantes conseqüências do ponto de vista da independência de cada *Parquet*.

O Procurador-Geral em nível federal (*Attorney General*) é indicado pelo Presidente da República ao Senado, que aprovará ou não a escolha, sendo ele o Ministro da Justiça (*Head of the Department of Justice*).

O *Attorney General*, em regra, pode exercer (e delegar) toda e qualquer das atribuições dos membros do Departamento de Justiça, inclusive dos membros do Ministério Público Federal, excetuadas determinadas funções específicas, como aquelas relativas às prisões federais e do seu respectivo corpo diretor. Ele funciona, também, como uma espécie de conselheiro do Presidente da República em questões legais, bem como pode ser consultado pelos demais Ministros de Estado sobre questões legais que envolvam o respectivo Ministério.

O Presidente da República indica, também, para aprovação no Senado os seguintes órgãos do M.P.: *Deputy Attorney General* (Vice-Ministro da Justiça), *Solicitor General* (Assistente de grau mais elevado) e os *Assistant Attorneys General* (Assistentes).

O *Deputy Attorney General* tem muita importância na estrutura do M.P., pois é ele quem, na prática, seleciona o pessoal do Departamento de Justiça e, normalmente, indica ao Procurador-Geral os

(*) Este trabalho inicia o estudo sobre o Ministério Público nos três grandes sistemas legais preconizados por René David, na sua obra *Les Grands Systèmes de Droit Contemporains*, 7ª edição, Ed. Dalloz, Paris.

Os trabalhos sobre os sistemas: romano-germânico, compreendendo a França e a Itália, e direitos socialistas, compreendendo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas serão publicados, provavelmente, nas 'Revistas' nºs 25 e 26, respectivamente, da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

(1) Especificamente sobre o Ministério Público Federal, veja-se o título 28 do *Judiciary and Judicial Procedure* §§ 1 a 170 — *Organization of Courts*. Veja-se também o trabalho de Renato Guimarães Junior, "Magistratura e Ministério Público nos Estados Unidos Segundo Seus Líderes e Um Olhar no Futuro", publicado na "*Revista Justitia*", do M. P. de São Paulo, nº 98, 1977, pp. 121/152.

nomes a serem levados ao Presidente para as funções de "Promotores Distritais". Por outro lado, substitui o Procurador-Geral nas suas férias e impedimentos.

O *Solicitor General* tem relevantes funções nos procedimentos criminais no segundo grau de jurisdição e junto à Suprema Corte Americana, cabendo a ele todas as medidas relativas aos recursos que envolvam casos cíveis e penais de interesse dos Estados Unidos.

Os *Assistant Attorneys General*, em número de nove, exercem as funções de assistência ao Procurador-Geral e de substituição, precedentemente ao *Solicitor General*, quando houver impedimento, também, do *Deputy Attorney General*.

Encontramos, também, na estrutura do escritório central do M.P. federal, o *Assistant Attorney General for Administration*, uma espécie de Assistente do Procurador-Geral para assuntos administrativos, que exerce funções delegadas. Este assistente é indicado, diretamente, pelo Procurador-Geral ao Presidente da República para aprovação, não passando pelo Senado.

Ao lado do escritório central do M.P. Federal (o Departamento de Justiça), existem os Promotores Distritais (*United States Attorneys*), em número de 94, que correspondem ao número de Tribunais Federais de 1.^a instância, cada um com o seu respectivo escritório. São indicados pelo Presidente da República ao Senado para a devida aprovação para um mandato de 4 anos, podendo, todavia, ser substituídos pelo próprio Presidente, fato que não costuma ocorrer na prática. A rigor, como já examinado, o *Deputy Attorney General* é quem seleciona, com grande influência das forças políticas locais, notadamente os Senadores, os nomes das pessoas para a função de Promotor Distrital, em regra pertencentes ao mesmo Partido do Presidente da República, a serem indicados pelo Procurador-Geral a este último, para posterior aprovação do Senado. Costumeiramente, sempre que termina o mandato do Presidente da República, os Promotores Distritais entregam os cargos.

Quando o interesse público exigir, o Procurador-Geral poderá indicar um ou mais assistentes para o Promotor Distrital (*Assistant United States Attorneys*) inclusive especiais (*Special Attorneys*), os quais poderão ser substituídos, a qualquer momento, por determinação do Procurador-Geral. Na prática, os Promotores Distritais indicam ao Procurador-Geral tais nomes.

Dentre as atribuições do Promotor Distrital temos: procedimento penal relativamente aos delitos inseridos na competência federal: promover ou defender o governo federal em todas as ações cíveis de interesse dos Estados Unidos.

Os Promotores Distritais devem residir na sede do Distrito, com exceção dos Distritos de Colúmbia e Nova Iorque, nos quais se admi-

te que a residência esteja num raio de até 20 milhas. Por outro lado, os vencimentos dos Promotores Distritais e dos Assistentes são fixados pelo Procurador-Geral, não podendo exceder limites fixados em lei.

Apesar de, legalmente, o Procurador-Geral poder designar um funcionário do Departamento de Justiça (espécie de Promotor Especial) para promover qualquer procedimento criminal ou cível de atribuição do Promotor Distrital, inclusive causas em curso, com poder de arquivamento, na prática, tal fenômeno não ocorre. Os Promotores Distritais gozam, de fato, de certa independência no exercício de suas funções, até porque, em regra, são qualificados advogados que a qualquer momento poderão voltar ao exercício da advocacia. Por outro lado, não costumam seguir as instruções do Procurador-Geral que vão de encontro às suas convicções relativas aos procedimentos criminais contidos na esfera de suas atribuições. De toda sorte, como examinado anteriormente, a atribuição recursal no segundo grau de jurisdição e junto à Suprema Corte é do Departamento de Justiça.

Os Promotores Distritais organizam seus escritórios, selecionam pessoal e indicam aqueles que devem acompanhar as causas, exercendo amplo poder hierárquico e funcional. O controle do Departamento de Justiça, na prática, é muito difícil, sendo que existem, em determinados distritos, escritórios periféricos do Departamento de Justiça para este assunto funcional.

O Ministério Público Estadual Americano é autônomo e independente do federal e tem atribuições penais para os delitos não compreendidos no âmbito da competência federal.

Na grande maioria dos Estados, os Promotores Distritais Estaduais são eleitos pelas respectivas comunidades para um mandato de 2 a 4 anos, o mesmo se dando em determinados condados. Em alguns Estados isolados, são nomeados pelo Governador (*New Jersey*), pelo Procurador-Geral do Estado (*Alaska*), (*Delaware*, *Rhode Island*) ou até mesmo pelo Tribunal local (*Connecticut*)⁽²⁾.

Os Promotores Distritais Estaduais controlam seus escritórios recrutando seu próprio pessoal e exercem amplos poderes administrativos e funcionais. Nomeiam seus assistentes, os quais não gozam de nenhum tipo de estabilidade.

Do ponto de vista da independência, os Promotores Distritais não estão hierarquicamente nem funcionalmente subordinados aos

(2) Conforme Carlos Guarnieri, in *Pubblico Ministero e o Sistema Politico*, publicado pela casa Editrice Antonio Milani, 1984, pp. 71/72.

Procuradores-Gerais dos respectivos Estados, podendo somente estes últimos exercer influência política nos procedimentos penais. A atribuição recursal também é do Promotor Distrital, podendo o Procurador-Geral do Estado exercer certo tipo de intervenção para possibilitar maior êxito. Na realidade, a organização do M.P. estadual é bastante descentralizada e independente, ao contrário da Federal, na qual existe maior centralização de poder nas mãos do Procurador-Geral e menor independência funcional, do ponto de vista da lei.

Tanto no plano federal, como no estadual, os Promotores americanos têm notáveis poderes, pois, apesar do monopólio estatal da acusação pública, gozam de ampla discricionariedade quanto a promover ou não a ação penal, vez que vige, neste país, o princípio da oportunidade da ação penal. Não existe, na prática, controle judicial, a não ser quando a ação é movida por "intentos persecutórios" ou de modo discriminatório. O juiz evita, de todo modo, qualquer tipo de intervenção, vez que a atribuição da persecução criminal cabe ao poder executivo, através do Ministério Público, e não ao judiciário, ressaltando-se que lá o sistema de separação de poderes funciona na teoria e na prática.

Esse poder do M.P. pode ser medido, segundo a lição de Reiss⁽³⁾, dentre outros, pelos seguintes fatores:

- (a) *ampla discricionariedade para promover ou não a ação penal;*
- (b) *amplo arbítrio na qualificação do crime;*
- (c) *contratar com o acusado a admissão de culpa em troca de uma atitude mais benevolente.*

Relativamente ao item (c), o poder de barganha do Promotor de Justiça (*plea bargaining*) enfraquece sobremaneira a autoridade do Juiz. Através desse processo, o Promotor negocia com o acusado para que este aceite a culpabilidade em troca, dependendo do caso, de um pedido de clemência para o Tribunal, ou desclassificação da infração para que a pena seja menos grave etc. Feito o "acordo", o Juiz que não participa das negociações, se limita a aceitar a culpabilidade e a apenar, se for o caso, conforme o estabelecido entre as partes. Ele não intervém, sob pena até de nulidade do processo, ao mesmo tempo em que perde o controle da distribuição da justiça em favor do Promotor⁽⁴⁾.

(3) Carlos Guarnieri, obra citada na nota (2), p. 81.

(4) Conforme Waldir Rolim, in *A Supervisão da Investigação Criminal pelo Ministério Público no Direito Comparado*, Belo Horizonte, 1987 (ainda não publicado), p. 34.

2 — O Ministério Público na Inglaterra

O sistema judiciário inglês compreende o País de Gales, sendo que a Escócia e a Irlanda do Norte possuem sistemas próprios.

O Ministério Público, na Inglaterra, somente em parte se encontra estruturado, não existindo um sistema unificado de acusação pública. Esta, em princípio, é deixada para os cidadãos e para a polícia, cabendo, na prática, a esta última, 90% dos processos penais.

No topo da pirâmide, desta pequena organização do Ministério Público, temos o *Attorney General*, espécie de Procurador-Geral em nível nacional, que é membro do Parlamento (Ministro) e responde perante este órgão relativamente ao desenvolvimento da acusação pública, em geral. Ele é escolhido pelo 1.º Ministro entre os *barristers*⁽⁵⁾ e chefia a instituição que congrega esta classe de advogados conhecida como *Bar*.

As atribuições do *Attorney General* não estão, em regra, compreendidas em estatuto próprio, eis que os fundamentos das funções que exerce provêm de prerrogativas reais e da *common law*.

Funciona como conselheiro legal do Governo e às vezes o representa nas cortes civil e criminal. Existem algumas leis que impõem certos deveres ao *Attorney General*, como, por exemplo, a *Public Prosecution of Offences Act 1979*, que determina ao Procurador-Geral a supervisão da atividade do Diretor de Persecuções Públicas (*Director of Public Prosecutions*). Outras leis exigem que o início de certos procedimentos penais tenham a prévia aprovação do *Attorney General*, como a *Suppression of Terrorism Act 1978*.

Outro importante poder do *Attorney General* é o de sustar ao seu pleno arbítrio qualquer procedimento penal, em curso, nos Tribunais Superiores.

(5) A Inglaterra possuiu duas classes de advogados: *solicitors* e *barristers*, sendo um dos poucos países, juntamente com a África do Sul e a Austrália, que tem este sistema. Em princípio, o *solicitor* que é encontrado em todas as cidades, constituindo atualmente um corpo aproximadamente de 22 mil na Inglaterra, trata dos pequenos delitos, de questões matrimoniais nas pequenas cortes (*Magistrates Courts*), e outros assuntos menos graves, como consultoria para compra de casa, bem como aconselhamento preventivo (advocacia extrajudicial). Os *barristers* são considerados especialistas na interpretação da lei e são chamados para resolver assuntos de real importância. Eles são considerados experientes advogados na arte de apresentar casos nos Tribunais, com exceção das Cortes Menores (*Magistrates Courts*), nas quais costumam atuar os *solicitors*. Os *barristers* não têm escritórios em ruas e podem ser encontrados nos lugares conhecidos como *chambers*, normalmente com sede em Londres. Eles pertencem a instituições que funcionam como uma espécie de clube exclusivo, chamados *Inns of Court*. Para que um *solicitor* possa passar a *barrister* ele deve se submeter a exames no *Bar Council* (Conselho da Classe dos *Barristers*). Existem, atualmente, 2.000 *barristers* na Inglaterra e somente eles podem vir a ser juizes nas cortes inglesas.

Na hierarquia do Ministério Público inglês, além do *Solicitor General*, que é um coadjuvante da atividade do *Attorney General*, quem, efetivamente, na prática, tem um maior controle sobre a acusação pública é o *Director of Public Prosecutions*, que é escolhido pelo Ministro do Interior dentre os componentes da classe dos *Barristers* com mais de dez anos de prática, depois de ouvir o *Attorney General*.

O *Director of Public Prosecutions*, "DPP", não tem mandato, é nomeado por tempo indefinido e, na prática, costuma ficar no cargo até a aposentadoria ou morte, sendo que, no período de 1879 até 1984, somente nove pessoas preencheram este cargo, com uma média de 12 anos cada uma⁽⁶⁾.

A estrutura do escritório do "DPP" é dividida em dois departamentos: um para Londres e outro para o resto da Inglaterra e para o País de Gales, dirigidos por um Diretor-Assistente. Por seu turno, os departamentos se subdividem em divisões por territórios ou matéria especializada.

Na realidade, a persecução criminal, somente em determinadas hipóteses especiais, é iniciada pelo escritório do "DPP", apesar de, em tese, ter, o mesmo, poder para iniciar aquela que entenda importante, sendo, todavia, consultado naqueles casos considerados mais graves. Quando o escritório do "DPP" atua, o ofício é realizado normalmente por advogados escolhidos pelo próprio "DPP"⁽⁷⁾.

Entre os poderes do "DPP" está o de avocar ou determinar o arquivamento de qualquer processo na fase em que estiver, desde que não tenha ainda havido sentença. Por outro lado, o escritório do "DPP" organiza, regularmente, uma lista contendo os crimes que a polícia deve comunicar a ocorrência. Apesar de ser autoridade encarregada de investigar o comportamento das forças policiais, na prática, o "DPP" dificilmente usa do seu poder de avocação, só o fazendo quando a acusação é motivada por "intentos persecutórios" (necessidade de iniciar e ultimar rapidamente o processo).

Os escritórios das forças policiais, ao lado de exercerem atividade investigatória, promovem o procedimento penal nos Tribunais particularmente nos chamados "Tribunais menores". A ação penal pode ser iniciada por um funcionário do escritório que atua como "Promotor" ou por profissionais liberais (advogados) ou ainda, o que

(6) Conforme Carlos Guarnieri, in *Pubblico Ministero e o Sistema Politico*, publicado pela casa Editrice Antonio Milani, 1984, p. 50.

(7) A propósito, Waldir Rolim coloca as atribuições do "DPP" da seguinte forma: "1) ele aconselha as partes que intentam as perseguições; 2) ele faz a polícia lhe render contas das infrações mais graves; e enfim, ele se encarrega, ele mesmo, de perseguir os casos mais importantes e difíceis"; obra citada na nota (4), p. 26 (in *A Supervisão da Investigação Criminal pelo Ministério Público no Direito Comparado*, Belo Horizonte, 1987 (ainda não publicado), p. 26).

é mais freqüente, através de escritórios especializados, notadamente no interior, no exercício da função de acusação.

A organização das forças policiais, exceção de Londres, é feita regionalmente, é independente do governo e responde perante um comitê formado por autoridades judiciárias e políticas da região.

A concentração da atividade investigatória e persecutória, nas mãos da polícia, sempre foi objeto de constantes críticas, uma vez que tal situação poderia comprometer a independência e a imparcialidade da acusação. Recentemente, foi criado o Serviço Real de Persecução (*Crown Prosecution Service*), composto por advogados contratados pelo Estado e pelos Departamentos do Governo, para exercer a atividade persecutória em lugar da polícia.

A independência do *Attorney General* funciona desde o ano de 1924, após o famoso caso *Campbell*⁽⁸⁾, sendo considerado inconstitucional qualquer interferência do gabinete no exercício das funções de acusação. O *Attorney General*, em determinados casos, pode consultar o Gabinete, mas decide sozinho. Uma vez que o processo se encerra, ele pode ser interrogado, na qualidade de Ministro, pelo Parlamento, sobre encaminhamento que foi dado a certa ação penal. Daí a importância do fato do "DPP" comunicar ao *Attorney General* o andamento dos casos de maior repercussão e, também, a comunicação que a polícia deve fazer ao "DPP" de determinados crimes considerados graves.

O controle sobre a polícia é bom: *Attorney General*, "DPP", *Home Office* e o Chefe da Polícia, podendo este intervir quando considerar que a discricionariedade da polícia, relativamente ao início de procedimentos penais, em determinados casos, se choca com os princípios que informam o sistema inglês.

Todavia, como examinado, o sistema adotado para a ação penal é o da oportunidade e não o da obrigatoriedade, e, ainda não existe qualquer monopólio pelo Governo da ação penal. O princípio que de fato se põe, quanto ao início da ação penal se baseia, de um lado, na probabilidade da condenação e, de outro, que ela não se mostre contraproducente no que toca às suas conseqüências.

(8) *Campbell*, diretor de um jornal comunista, foi acusado de incitamento à rebelião quando escreveu um artigo no sentido de que os soldados não reprimissem a greve com tiros, mas, sim, que desertassem. O "DPP" após consultar e ter a autorização do *Attorney General* promoveu a ação penal, vindo mais tarde a constar que *Campbell*, além de ser inválido de guerra, era possuidor de condecoração de alto valor militar. Provavelmente, em função deste problema político, o *Attorney General* resolveu determinar o arquivamento do procedimento penal, causando grande discussão nos partidos políticos sobre a política penal do governo, notadamente quanto à interferência política do Gabinete, fato que veio a determinar a queda não só do Procurador-Geral, mas do próprio Gabinete. Veja-se com riqueza de detalhes: *Carlos Guarnieri*, na obra citada na nota (6), pp. 56/58.

COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS: INCONSTITUCIONALIDADE DA LOMAN

Sergio de Andréa Ferreira

1. O art. 1.º da Constituição Federal estabelece como forma do Estado Brasileiro a Federação, o que se traduz no próprio nome do País, República Federativa do Brasil.

O Estado Federal, como espécie de Estado composto, é um Estado (a União Federal) constituído de Estados (os Estados-membros).

Soberano o primeiro (o Estado Nacional), reveste-se ele da tríplice capacidade de autodeterminação, auto-organização e autogoverno.

Politicamente autônomos os últimos, ostentam as duas últimas, que são as que interferem com a questão em pauta.

2. A capacidade de auto-organização envolve a competência de estruturar-se a si mesmo político-juridicamente, dotando-se de uma Constituição que defina a composição dos respectivos Poderes Públicos; configure suas atribuições; e disponha sobre o inter-relacionamento de governantes e governados (cuja distinção é o núcleo do fato político) dentro de cada conjunto e dos integrantes de um deles com os dos outros.

Essa Constituição será o ápice da hierarquia de normas cujo complexo formará o *ordenamento jurídico* do Estado, próprio dele, eis que tal aspecto também se insere na capacidade em foco.

Assim organizado, o Estado estará integrado por um Governo só seu, que exercerá as funções estatais típicas da legislação, da administração e da jurisdição, traduzindo todo esse complexo sua capacidade de autogoverno.

3. A União Federal, soberana, auto-organiza-se com liberdade, eis que, conforme salientado, pode autodeterminar-se, encontrando limites, no Mundo Civilizado e no Estado de Direito, nos princípios básicos da ordem internacional — pela ótica contemporânea da interdependência entre os Estados Nacionais, ainda que soberanos —; do respeito aos direitos humanos; da legalidade e da auto-vinculação; da responsabilidade, enfim, do que os publicistas costumam chamar de um veraz direito natural social.

Os Estados-membros, não soberanos, têm sua capacidade de auto-organização limitada pelo que dispõe a Constituição Federal, que, mais do que isso, é Nacional, ao tratar de aspectos daquela capacidade e da de autogoverno dos Estados-membros.

Não deixa de se ter, porém, no caso, uma forma de auto-vinculação, na medida em que, da formulação e reforma de uma

Constituição democrática participam os representantes dos Estados-membros de uma Federação e de sua população.

4. Sob o ângulo do relacionamento Governo Federal—Estado-membro, é ponto básico a taxatividade da competência do primeiro, a abranger os poderes expressos, enunciativamente elencados no texto formalmente constitucional, e os poderes e faculdades instrumentais, implícitos, e estritamente necessários — sempre numa relação meio-fim com os primeiros — à consecução desses, como no exemplo clássico da competência — implícita — de instituição da Casa da Moeda, para a viabilização do exercício da atribuição — expressa (art. 8.º, IX) — de emissão de dinheiro.

Em termos, no entanto, de conteúdo de poderes, de seus limites, das limitações do correspondente exercício, tudo é taxativa e expressamente previsto na Carta Magna Federal.

Qualquer extravasamento, qualquer extrapolação constituirá ilicitude a macular irremediavelmente o ato público federal praticado, por excesso de poder, incompetência, invasão de atribuições federativas.

É de lembrar-se que a Federação é uma forma, político-social, de divisão de poderes — e, por isso, essencialmente democrática —, que leva em conta — e, daí, sua pertinência total com um País de dimensões continentais como o nosso — as inerentes diversidades naturais e sociais, as peculiaridades regionais.

Em decorrência, capítulo essencial do Direito Federativo é o da *repartição de competências* entre suas unidades.

5. Há de gizar-se, igualmente, que os Estados-membros — seja numa Federação centripetamente, seja numa centrifugamente formada — são o centro do Estado Federal, entidades necessárias à sua existência.

Por isso mesmo é que — seja Federação de formação centripeta, como a norte-americana, seja de constituição centrífuga, como a nossa — o princípio básico é o da retenção, pelos Estados-membros, dos poderes remanescentes ou residuais. Em outras palavras: todos os poderes, numa Federação, são dos Estados-membros, poderes esses que são limitados ou restringidos, em seu conteúdo ou exercício, pelo que taxativamente dispõe a Constituição Federal.

É o princípio feito norma na disposição contida no art. 13, § 1.º, da Constituição Federal, *ipsis verbis*:

“Aos Estados são conferidos os poderes que, explícita ou implicitamente, não lhes sejam vedados por esta Constituição”.

6. Salientou-se, já, que a autonomia dos Estados-membros é uma autonomia política, como instituições federativas imprescindíveis e

nucleares que são. Não se trata, conseqüentemente, de mera autonomia administrativa, delegada.

Autonomia política essa para cuja configuração é essencial a prevalência dos princípios da auto-organização e do autogoverno.

7. Aliás, em matéria de estruturação do Poder Público, a Constituição Brasileira vigente, não obstante seus vícios de origem e de conteúdo, foi bastante incisiva e explícita na consagração, na autonomia nos vários níveis federativos, e na independência, no mesmo nível, de um dos Poderes Políticos em relação ao outro.

É o que se lê, quanto ao primeiro tópico, no art. 13 ("os Estados organizar-se-ão e reger-se-ão pelas Constituições e leis que adotarem"); e, no que concerne ao segundo, nos arts. 30; 40, III; 42, IX; 115, II e III; e 144, §§ 5.º e 6.º.

Alguns excessos autocráticos e centralizadores nas limitações impostas já foram expungidos pela Emenda Constitucional n.º 25, de 15-5-85.

Resta, no entanto, ainda, o acerto na parte da organização judiciária, área em que a Lei Orgânica da Magistratura Nacional extravasou os limites devidos.

Sobre um desses pontos de extrapolação — ponto de suma importância à boa administração da Justiça, que é aspecto fundamental da redemocratização nacional — é que versa esta representação.

8. Dentro do quadro traçado, a CF, conforme já sublinhado, reconheceu (art. 13) a capacidade de auto-organização e a reserva de todos os poderes federativos, salvo o que funciona como ostensiva exceção — os vedados pelo diploma normativo formalmente constitucional.

Em termos específicos de *organização judiciária* (que a CF distingue, expressamente, do Direito Processual: cf. arts. 8.º, XVII, b, e f; e 144, § 5.º; cf. arts. 91 e 93 do CPC), a Magna Carta Federal reiterou o princípio da auto-organização estadual, ao dispor, expressamente, em seu art. 144, que

"os Estados organizarão a sua Justiça".

Mais ainda: conferiu, também de maneira explícita, ao Tribunal de Justiça de cada Estado-membro, a iniciativa da deflagração do processo legislativo na matéria: art. 144, § 5.º.

9. Como é próprio de uma Constituição Federal, essa estabelece limites a essa faceta da capacidade de auto-organização política dos Estados-membros, limitações essas, em sua parte fundamental, tradicionais no Direito Constitucional Brasileiro, eis que repetição — com algumas alterações — do contido em Constituições anteriores.

A grande novidade foi a previsão (art. 112, parágrafo único) de uma Lei Complementar Federal — a Lei Orgânica da Magistratura Nacional — que estabeleceria (parágrafo único do art. 112) “normas relativas à organização, ao funcionamento, à disciplina, às vantagens, aos direitos e aos deveres da magistratura”, isto é, do corpo de juizes, da respectiva carreira, do seu estatuto funcional — o que difere da organização judiciária —, isto é, da estruturação do Judiciário como Poder.

É, a propósito, expressa a Constituição, como não poderia deixar de ser, sobre a sujeição da LOMAN (que veio a consubstanciar-se na Lei Complementar n.º 35, de 14-3-1979, modificada pela Lei Complementar n.º 37, de 13-11-1979) às normas constitucionais federais, eis que lhe impõe, na matéria funcional, o respeito às “garantias e proibições previstas” na Constituição “ou dela decorrentes”, ou seja, com a preservação daquilo que, explícita ou implicitamente, fizer parte jurídico-lógica do sistema constitucional.

10. Cumpre, a propósito, acentuar que a Lei Complementar está situada, na hierarquia normativa do Direito Objetivo Brasileiro, abaixo da Constituição: ela *não a completa* (função reservada às emendas à Constituição Federal), mas apenas a *complementa*, isto é, regula, com submissão consoante o gizado, às normas expressas e aos princípios implícitos, virtuais e decorrentes, do ordenamento constitucional.

Pontes de Miranda (Comentários à Constituição de 1967, RT, São Paulo, III: 612) ensina que “à diferença da emenda”, a Lei Complementar “não se insere na Constituição. Uma vez que somente complementa, não é conteúdo da Constituição. Daí não poder ser tida como texto constitucional.”

11. Outrossim, dado político-histórico fundamental — que jamais poderia ser impunemente desprezado pelo intérprete, pelo executor e pelo aplicador da LOMAN — é que ela teve assento na Emenda Constitucional n.º 7, promulgada pelo Presidente da República, no uso de atribuição de exceção contemplada no § 1.º do art. 2.º do famigerado Ato Institucional n.º 5, de 13-12-68, e em período de recesso compulsório do Congresso Nacional, decretado para a efetivação daquela promulgação, diante da resistência manifestada pelo Parlamento Nacional.

Por essa origem comprometida, aliada à revogação dos Atos Institucionais e Complementares conflitantes com a Constituição, os próprios dispositivos constitucionais que se referem à LOMAN devem ser, num momento de inauguração de um novo regime democrático no País, interpretados e vivenciados, dentro da ótica da chamada *construction* do Direito Constitucional, da exegese que acompanha a evolução histórica e à nova realidade social, sob pena de fatal descompasso entre o Direito e os fatos, dissonância essa sempre de conseqüências comunitárias imprevisíveis.

A ilustrada Procuradoria-Geral da República, como guardiã e provedora do respeito aos postulados constitucionais básicos, e ao Egrégio Supremo Tribunal Federal, como intérprete e aplicador máximo da Constituição, tais fatores jamais poderiam passar despercebidos, na aferição das regras contidas na LOMAN.

É oportuno, aliás, recordar que publicistas sustentam a importância maior de certas regras constitucionais, em relação a outras, o que é de suma relevância na interpretação, execução e aplicação dessas últimas.

Os conflitos constitucionais intracontextuais ou de normas de hierarquia inferior às constitucionais (inclusive de leis complementares) com essas devem, ademais, como se depreende da parte final do parágrafo único do art. 112 da CF, ser aferidos quer em relação à letra, quer com referência ao espírito e aos princípios decorrentes daquela no exame da própria constitucionalidade das Emendas Constitucionais.

José Afonso da Silva (*Curso de Direito Constitucional Positivo*, RT, São Paulo, 1976, 1:25 e s.), com base no ensinamento de Nelson de Souza Sampaio (*O Poder de Reforma Constitucional*, Livraria Progresso Editora, Salvador, 1954, pp. 93 e s.), distingue, em termos de poder de emenda constitucional, entre os limites materiais explícitos e os limites materiais inerentes.

Exemplo típico dos primeiros está na disposição contida no § 1.º do art. 47, que veda a deliberação sobre proposta de emenda tendente a abolir a Federação ou a República.

Os autores falam, com efeito, em “espírito da Constituição”, em “legitimidade constitucional” (*Hauriou*).

As emendas constitucionais experimentam um limite quanto à extensão da própria alteração introduzida, eis que, a pretexto de alterar, não poderão substituir a própria estrutura constitucional. O poder constituinte derivado não pode transmutar-se em poder constituinte originário.

Por isso, outros princípios constitucionais são, igualmente, intocáveis, além dos vários aspectos que se relacionam com a Federação e a República.

Esses outros aspectos inatingíveis são os da separação dos Poderes (art. 6.º); os chamados princípios constitucionais sensíveis (art. 10, VII); os direitos fundamentais (art. 153, *caput*); o regime representativo e democrático (arts. 151, I e 152, § 1.º, I), por seu turno traduzido no preceito da isonomia (art. 153, § 1.º, art. 97); os ligados ao Estado de Direito, consistentes no princípio da legalidade e moralidade públicas (arts. 82, V, 151, II e 153, § 2.º), do controle e responsabilidade do Poder Público (art. 153, § 4.º).

O art. 178 da Constituição do Império do Brasil erigia em princípio e regras materialmente constitucionais — e, portanto, acima de outras também formalmente inseridas no texto constitucional — os que dizem respeito

“aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos”,

o que vale, certamente, tanto no plano horizontal — poderes políticos de um mesmo Governo —, como no vertical, no escalonamento governamental inerente à Federação.

Daí, sustentar-se que o *poder constituinte, originário ou derivado*, como todo *poder jurídico*, tem *limites*, quanto ao seu conteúdo, e *limitações*, quanto ao seu exercício.

A distinção estabelecida pelo art. 178 da Carta do Império permanece, não com o sentido de distinção entre *rigidez e flexibilidade*, mas de discriminações entre as normas constitucionais superiores básicas, normas por natureza constitucionais e que tratam da forma de Estado, regime e sistema de governo, forma de associação político-social, direitos e garantias individuais e sociais, conformação do Estado de Direito (*Constituição material*); e as demais, que são constitucionais, em razão da espécie de fonte que as veicula (*Constituição formal*). No confronto das últimas com as primeiras, essas devem prevalecer: “Há princípios constitucionais tão elementares, e expressão tão evidente de um direito anterior mesmo à Constituição, que obrigam o próprio legislador constitucional, de maneira que, por infração deles, outras disposições da Constituição sem a mesma dignidade podem ser inválidas...” (*Normas Constitucionais Inconstitucionais?*, de Otto Bachof, trad. port. de José Manoel M. Cardoso da Costa, Atlântida, Coimbra, 1977, pág. 23).

Há normas constitucionais de grau superior. Inferiores, por exemplo, são as de Direito Transitório, em que, muitas vezes, o constituinte trai o espírito e a letra da parte permanente da Constituição Federal.

São, por outro lado, inválidas as normas constitucionais arbitrárias, caracterizadoras do abuso de poder constituinte.

Otto Bachof, citado por José Luiz de Anhaia Mello (*Da Separação de Poderes à Guarda da Constituição*, RT, São Paulo, 1968, p. 98), admite “inconstitucionalidade de normas constitucionais que contradizem normas constitucionais de grau superior” e “inconstitucionalidade por contrariar normas de direito natural.”

Se não reconhecermos a existência de limites e delimitações ao poder constituinte, mesmo o originário, estaremos admitindo que um Estado de Direito possa nascer com o arbítrio.

Em conseqüência, todas essas lições não podem deixar de ser consideradas na verificação da validade, e na interpretação, exe-

cução e aplicação das normas constitucionais inseridas pela Emenda Constitucional n.º 7, e da LOMAN, lei complementar que dela resultou.

E tudo isso, de modo muito especial, no que tange ao respeito ao princípio federativo básico das limitações dos poderes da União, no que tange à ingerência na organização dos Estados-membros, o que é o reverso da face principal da moeda da Federação: o princípio de que aos Estados-membros cabem os poderes de auto-organização.

12. É diante de todo esse panorama que tem de ser considerada a disposição constante do artigo 144, *caput*, da CF, que estatui que "os Estados organizarão a sua justiça, observados os artigos 113 a 117 desta Constituição, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e os dispositivos seguintes", constantes dos seus incisos e parágrafos correspondentes.

Nesta matéria, que é de *organização judiciária* (e não, do estatuto funcional da Magistratura), a LOMAN só pode dispor nos estritos termos previstos na Constituição Federal, isto é, no tocante aos assuntos os quais aquela indicou que seriam objeto de tratamento pela referida Lei Complementar.

Qualquer outro tópico é de abordagem vedada pela LOMAN, por inversão de competência, já que se estaria interferindo, indevidamente, no princípio da autonomia na auto-organização do Poder Público estadual.

Não se coloca, portanto, no caso, a questão de se saber se matérias que poderiam ser objeto de lei ordinária, podem sê-lo de lei complementar, ou, apenas as que a CF prevê, imperativamente, como tendo de ser regulada através da última fonte formal citada.

É que, nessa questão, a competência que está em jogo é sempre da União Federal, e o problema passa a ser, apenas, de licitude, ou não, do objeto, enquanto, no caso ora em análise, cuida-se de incompetência da União.

O que está em jogo aqui é o poder estadual em confronto diretamente com a norma constitucional federal, cabendo à LOMAN atuar, tão-somente, nos estritos limites explícitos e implícitos da CF.

O Código de Processo Civil reconhece, expressamente, em seu art. 93, que a matéria referente à "competência dos tribunais" é de "organização judiciária", e, portanto, estadual, sobre a qual prevalecem, apenas, "as normas da Constituição da República."

13. No tocante aos *Tribunais de Alçada*, que a CF chama de "tribunais inferiores de segunda instância", o § 1.º do artigo 144 reconhece aos Estados liberdade para criá-los, através de lei, por proposta do Tribunal de Justiça.

A LOMAN a Constituição reservou o papel de estabelecer os "requisitos" dessa criação.

Ora, *requisitos* são os *pressupostos*, e estão estabelecidos nos incisos I e II do art. 108 da LOMAN.

Mas o inciso III do mesmo artigo, quer em sua redação primitiva, quer na de acordo com o disposto na Lei Complementar 37/79, extrapolou os limites da atuação da LOMAN, no particular, porquanto trata das matérias de competência dos Tribunais de Alçada, o que nada tem a ver com o estabelecimento de *requisitos de sua criação*, única atribuição dada pela CF àquela legislação complementar no setor.

Trata-se, evidentemente, de matéria de *organização judiciária*, da competência estadual, nos termos já vistos, e que tem por limite, em termos de legislação federal, o que se contém no Direito Processual (cf. art. 6.º da Lei n.º 5.621, de 4-11-70).

Pontes de Miranda (Comentários à Constituição de 1967, RT, São Paulo, 2.ª ed., 1970, II: 61 e s.) é claro na preocupação de que o legislador federal, inclusive sob a invocação da centralização do Direito Processual, invada a competência do Estado-membro, a que cabe dispor sobre a organização e divisão judiciárias, e destaca, de modo expressivo, a questão da fixação da competência, que é local; o legislador federal trata de *processo*, e não da competência de *juiz* ou *juízos* nem, conseqüentemente, de *Tribunais*.

Nem se argumente com que, pelo disposto no inciso III do art. 115 da CF, a LOMAN pode interferir no conteúdo dos regimentos internos dos Tribunais em matéria de competência de seus órgãos.

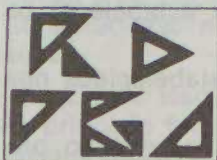
É que, assim como a *organização judiciária* não se confunde com o Direito Processual, distingue-se, também, da elaboração de regimentos internos, como está expresso no inciso II do art. 6.º da citada Lei 5.621/70.

De qualquer modo, não se trata de atuação da LOMAN na competência *ratione materiae*, mas na discriminação dos tipos de ações e recursos, e, de qualquer modo, com futuro constitucional expresso.

Muito pelo contrário, a Emenda Constitucional n.º 7 veio a retirar do texto da alínea "a" do § 1.º do art. 144 da CF, a referência à competência (a que chama de *alçada*) qualitativa ou quantitativa, como o fazia o texto anterior do dispositivo, para cuidar, apenas, de atribuir à LOMAN competência para tratar dos *requisitos* de criação daqueles tribunais.

14. Não se poderia deixar de referir um aspecto, que, embora fático, não é desprezível.

É que a disciplina da matéria pela LOMAN foi desastrosa, na medida em que, na limitação que impôs às atribuições cíveis dos Tribunais de Alçada, sobrecarregou e congestionou os Tribunais de Justiça, cujo agigantamento, outrossim, não é desejável.



PARECERES

LIVRAMENTO CONDICIONAL

Tribunal de Alçada Criminal

2.^a Câmara

Agravo n.º 11

Agravante: O Ministério Público

Agravado: Nelson Cândido da Cruz Neto

EMENTA: Agravo. Livramento condicional. Decisão concessiva do benefício a sentenciado cujo prontuário registra várias punições aplicadas ao longo de sua vida carcerária em virtude de apuradas práticas de graves transgressões disciplinares. Referências que necessariamente induzem à conclusão consistente em que o condenado não ostenta comportamento satisfatório durante a execução da pena. Inteligência do disposto no artigo 83, III, 1.^a parte do Código Penal. Sentenciado que, assim, não faz jus à liberalizada medida, cujo deferimento em seu caso específico há de ser precedido de redobradas cautelas e comedimento, tratando-se de delinqüente averbado de perigoso. Parecer no sentido do conhecimento e acolhimento da súplica ministerial para o objetivado fim de ser desconstituída a impugnada decisão concessiva do livramento condicional, com o conseqüente retorno do condenado ao primitivo regime de cumprimento das penas.

PARECER

Egrégia 2.^a Câmara:

1. O sentenciado Nelson Cândido da Cruz Neto pleiteou e obteve do nobre Juiz da Vara de Execuções Criminais da Capital a liberalização de livramento condicional (fls. 203 e 225). A postulação foi regular e previamente submetida à audiência da ilustrada Promotoria de Justiça, mas esta, por considerá-la insatisfatoriamente instruída, antes de manifestar-se quanto ao mérito, preferiu previamente sugerir a adoção das providências que especificou em promoção de fls.

224/224v. Tais diligências, não obstante, foram implicitamente afastadas pelo digno Magistrado, diante da apresentação que lhe foi a seguir feita em caráter de urgência do próprio interessado, então noticiadamente em voluntária greve de fome em sinal de protesto pela demora do Judiciário na apreciação do pedido. É o que se colhe dos termos da deliberação do MM. Dr. Juiz, vazada nos seguintes termos:

"Greve de fome. Paciente apresentado pelo Diretor-Geral do DESIPE. O documento de fls. 217 demonstra que o interno não praticou crime. Defiro o livramento condicional sob a condição de reexame após parecer do MP."

Irresignada com esse desfecho, a zelosa Promotora de Justiça Maria do Carmo Alves Garcia interpôs em tempo hábil o cabível agravo, na forma prevista no artigo 197 da vigente Lei de Execução Penal, provido do arrazoado de fls. 230/232 em que conclui que, a seu ver, o condenado não exibia condições pessoais e comportamento carcerário que o intitulassem a ser favorecido com a medida impugnada. Oferecida a resposta de fls. 234/235, o MM. Dr. Juiz proferiu singelo despacho de manutenção (fls. 23). É o que se pode alinhar de útil à guisa de breve relatório.

2. Para evitar inútil repetição de argumentos, reporto-me às razões de inconformidade externadas em bem lançada dissertação pela excelente Promotora de Justiça signatária da peça de fls. 230/232. Com efeito, causa espécie que os mais perigosos delinquentes sejam sempre alvo dos mais rasgados elogios por parte de diretores, assistentes sociais e psicólogos do Sistema Penitenciário do Estado, cuja adjetivação, por isso mesmo, já não mais convence. Veja-se o caso específico do agravado, que fez anexar exame criminológico em que se atesta possuir ele condições de retornar ao convívio social (fls. 219, 220, 221, 222 e 223).

Sem prejuízo de tais opiniões certamente aligeiradas, o certo é que o interno apresentava prontuário contendo referências desabonadoras que não foram sequer levadas em linha de conta na avaliação social, avaliação psicológica, pela diretora da penitenciária ou mesmo pelo nobre Dr. Juiz. Todos eles simplesmente ignoraram que o interessado em 15-10-1980 foi punido com 90 dias de isolamento por haver infringido o artigo 158, III (incitar movimentos coletivos de subversão à ordem ou à disciplina), XIV (desobediência à ordem de funcionário no exercício da função), XVII (calúnia, difamação ou injúria a funcionário ou companheiro), XX (formular reclamação com improcedência, reveladora de motivo reprovável) e XXI (fomentar discórdia entre funcionários ou internos). Outrossim, não consideraram todas aquelas ilustradas autoridades que o agravado foi novamente punido em 30-04-1981 com 90 dias de isolamento

por haver então infringido o mesmo dispositivo regulamentar nos incisos XV (desacato a funcionário), XIX (faltar à verdade com o fim de eximir-se de responsabilidade), XXX (desobediência aos horários) e XVII (calúnia, difamação ou injúria a funcionário ou companheiro). Finalmente, segundo consta, foi ele punido mais recentemente com 10 dias de cela de segurança especial, 20 dias de cela de segurança e 40 dias de reclusão em sua própria cela por transgressão ao mesmo artigo 158 do Regulamento Disciplinar em seus incisos VII (aquisição, uso ou fornecimento de tóxico), XII (rebeldia contra ordens não manifestamente ilegais da autoridade administrativa competente), XIII (resistência à execução de ordem ou ato administrativo), XIV (desobediência à ordem de funcionário no exercício da função), XIX (faltar com a verdade), XXIII (ocultar fato para dificultar averigüações) e LIII (retardar o cumprimento de ordem).

Sem quebra do respeito e admiração devidos ao eminente Juiz da Vara de Execuções Criminais da Capital, cujo esforço verdadeiramente hercúleo no desempenho de sua penosíssima e difícilíssima missão deve ser sempre proclamado, não se justificava, na espécie, o deferimento do livramento condicional, nem mesmo sob a peculiar condição de seu reexame após o parecer do Ministério Público. Aliás, anote-se sob esse último enfoque que o digno Magistrado não veio a reconsiderar sua decisão após a interposição deste recurso e nem fez melhor explicitar as razões que informaram seu pessoal convencimento em torno do cabimento da medida.

No caso do agravado, este, salvo melhor juízo da douta Câmara, desatende flagrantemente o requisito exigido no artigo 83, III, 1.^a parte do Código Penal. Não se ignora que a eventual existência de faltas disciplinares de escassa gravidade que possam manchar o prontuário não devam ser tidas como obstáculo para a libertação antecipada, como bem advertem Miguel Reale Júnior, René Ariel Dotti, Ricardo Antunes Andreucci e Sérgio M. de Moraes Pitombo com a autoridade de integrantes da comissão elaboradora do projeto transformado na Lei de Execução Penal em vigor (v. *Penas e Medidas de Segurança no Novo Código*, Editora Forense, 1985, pág. 233). Mas esse não é certamente o caso do agravado, impermeável aos esforços empreendidos no sentido de sua recuperação e incurso-nando através dos diversos dispositivos do regulamento disciplinar, inclusive os referentes as mais graves faltas que o indicam como inabilitado ao convívio em sociedade livre. Ademais, no caso específico do agravado, o livramento condicional deveria com mais razão ser precedido de redobradas cautelas e comedimento. Nesse ponto louve-se mais uma vez o cuidado demonstrado pela excelente Promotora de Justiça Maria do Carmo Alves Garcia. Trata-se de delinqüente cuja temibilidade acentuada foi reconhecida por sentença do Juiz Dr. Eduardo Mayr ao condená-lo pela prática de gravíssimo latrocínio, aplicando-lhe medida de segurança detentiva em reco-

nhecimento desse estado (fls. 94/97 do Processo n.º 669/79). Registre-se ainda a respeito da personalidade desfavorável do agravado que este submeteu-se a exame de verificação de ausência de periculosidade no Instituto de Classificação Nelson Hungria, em 1-03-1983, com resultado negativo (fls. 176/177).

A liberação antecipada do agravado, por conseguinte, traduziu-se em imerecido benefício concedido apressadamente a criminoso perigoso, que se mostrou rebelde e inadaptado à disciplina carcerária, e, por sua péssima conduta prisional, não infunde a menor segurança de que irá fazer bom uso de sua liberdade.

Coerente com o exposto, opino no sentido do conhecimento e provimento do recurso para o objetivado fim de desconstituição da decisão concessiva do livramento condicional de que se trata.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 1986.

ADOLPHO LERNER

Procurador de Justiça

ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI

Processo n.º 52.121/86

1.ª Câmara Cível do T.A.

PARECER

Egrégia Câmara:

Trata-se de argüição de inconstitucionalidade de lei, formulada em razões de apelação, contra sentença que julgou procedente ação de consignação em pagamento.

O M.P. é intimado a opinar sobre a prejudicial (fls. 107v. e 108), na forma do artigo 481 do CPC c/c o artigo 115 do Regimento Interno do Tribunal.

O argüente pretende ver declarada a inconstitucionalidade da *parte final, inciso I, e tabela III do artigo 7.º do Decreto 92.592/86*, por incompatibilidade com o inciso III, *in fine*, do artigo 81, da Constituição Federal.

Sustenta que teria o preceito regulamentar, aplicado pela sentença para julgar procedente o pedido, inovado a regra do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 2.284/86, segundo a qual as *"obrigações pecuniárias anteriores a 28 de fevereiro de 1986 e expressas com cláusula de correção monetária"* deveriam ser reajustadas *"até aquela data, pro rata, nas bases pactuadas"*, para sua conversão na recém-criada moeda, a partir de 1.º de março de 1986.

Afirma ainda que, não obstante o disposto no Decreto-Lei, a questionada regulamentação determinou que os alugueres das *locações de prédios urbanos não-residenciais, com correção monetária ajustada pela variação da ORTN* (como no caso de que se trata), fossem atualizados e convertidos *pela média*, segundo uma tabela de correção que editou, em desacordo com o critério *pro rata temporis* consagrado pelo texto legal regulamentado.

Em outras palavras: ao disciplinar a *execução* do reajustamento *pro rata*, previsto no Decreto-Lei, a disposição regulamentar mandou corrigir o aluguel pelo *valor real médio*, ao invés de aplicar a correção plena, *pro rata temporis*, ou seja, em proporção ao tempo decorrido entre o último reajuste (*dies a quo*) e 28 de fevereiro de 1986 (*dies ad quem*).

Ora, o recente Plano de Estabilização Econômica, aprovado pelo precitado Decreto-Lei, que instituiu a moeda atual em curso no país, teve em mira acabar com a inflação, que já atingia índices insupportáveis e ameaçava seriamente a ordem pública. Para isso adotou

duas providências: *extinguiu* a correção monetária, que funcionava como fator não só de realimentação do processo inflacionário, como também de estímulo às atividades financeiras especulativas, e *congelou* os preços e salários, ordenando o prévio reajuste destes até 28 de fevereiro de 1986, para sua posterior conversão em cruzados.

Na atualização desses valores recorreu, em alguns casos, ao critério da correção *pela média*, na pressuposição de que as perdas iniciais nos ganhos resultantes da aplicação de tal fórmula seriam compensadas com o uso do novo padrão monetário, isto é, de uma moeda forte, que manteria o seu poder de compra na medida em que se conservassem estáveis, pelo congelamento, os preços dos bens e serviços.

Assim ocorreu com os *alugueres residenciais*, as *prestações do sistema financeiro habitacional* e as *mensalidades escolares*, reajustados pelos valores reais médios dos últimos 12 (doze) meses (art. 10).

Igualmente se deu com os *salários e remunerações dos servidores públicos e empregados da empresa privada*, os *proventos de aposentadoria* e as *pensões*, cujos valores foram convertidos na moeda nova, a 01-03-86, pela média da remuneração real dos últimos seis meses (arts. 18 e 19).

Quanto aos *preços dos produtos*, decretou-se o seu *congelamento* pelos valores vigentes em 27 de fevereiro de 1986 (art. 35), donde resultou que alguns não sofreram qualquer prejuízo com a medida, porque já atualizados naquele mês ou pouco antes, enquanto outros permaneceram defasados, porque há muito mais tempo careciam de reajuste.

Não se referiu o diploma legal particularmente às *locações não-residenciais*. Dispôs, todavia, no seu artigo 9.º, *verbis*:

"Art. 9.º — As obrigações pecuniárias anteriores a 28 de fevereiro de 1986 e expressas em cruzeiros, com cláusula de correção monetária serão naquela data reajustadas pro rata, nas bases pactuadas e em seguida convertidas em cruzados na forma do § 1.º do artigo 1.º" (sem grifo no original).

Excluídas as hipóteses excepcionais nele contempladas, às quais dispensou tratamento especial, *incide*, a nosso ver, sobre as demais, incluída entre estas a das *locações não-residenciais*, ou comerciais, a regra geral do seu artigo 9.º, supratranscrito, que estabeleceu o critério de atualização *pro rata* das obrigações pecuniárias, com cláusula de correção monetária, assumidas anteriormente a 28-02-86, de acordo com as bases constantes dos respectivos contratos. *In casu*, o contrato previa o reajuste pela ORTN, ou correção plena.

Não poderia, portanto, o artigo 7.º, inciso I, do Decreto 92.592, a pretexto de regulamentar o artigo 9.º do Decreto-Lei 2.284, precorrigir a correção dos alugueres dos imóveis *não-residenciais* pela média dos últimos 6 (seis) ou 12 (doze) meses, conforme fosse semestral ou anual o modo de reajuste previsto pelos interessados.

Assim agindo, feriu o ato regulamentar o artigo 81, inciso III, *fine*, da Constituição Federal, que circunscreve o poder regulamentar do Presidente da República à função exclusiva de dispor *para a fiel execução* das leis.

Não se nos afiguram *inconciliáveis* as disposições do Decreto-Lei enfocadas. No artigo 9.º está inserta a regra geral, aplicável a todas as situações não reguladas pela lei de modo especial.

O tratamento à parte das locações *não-residenciais*, ou comerciais, não destoa, aliás, do nosso ordenamento jurídico positivo, que, de longa data, as distingue, pela sua natureza e finalidade, das *residenciais*, prescrevendo disciplina própria para cada uma delas.

Não vislumbramos também, à luz da *ratio legis*, como faz a douda sentença, que a intenção do legislador fosse "congelar salários e preços pela média", segundo um critério uniforme de atualização, porque, como vimos, reajustou uns pela média dos últimos seis meses, outros pela média ponderada anual e alguns simplesmente *congelou*, sem prévia correção, nos valores que vigoravam na data da edição do diploma legal.

A prevalecer a tese defendida pelo ilustrado dr. juiz sentenciante, *ter-se-ia que fazer tabula rasa* do artigo 9.º do Decreto-Lei 2.284, instituidor da regra geral, na qual se enfeixam todas as situações que não mereceram disciplina especial do legislador. *A lei não contém palavras ou expressões inúteis*, segundo reza conhecido princípio de hermenêutica invocado pelo argüente.

Ademais, o que nela se estatuiu, só por outra lei poderá ser revogado. Nunca por simples ato regulamentar, sob pena de subversão do princípio regulador da hierarquia das leis.

Por esses motivos, opinamos pela admissibilidade da argüição e, no mérito, por que seja ela julgada procedente, a fim de ser a questão prejudicial submetida à decisão do "órgão especial" do Tribunal, a quem compete julgar da inconstitucionalidade dos dispositivos legais argüidos de inconstitucionais.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 1986.

CARLOS DE MELLO PORTO
Procurador de Justiça

REFORMATIO IN PEJUS. INADMISSIBILIDADE (*)

Apelação Criminal n.º 173/86

Comarca da Capital

27.^a Vara Criminal

Apelantes: Júpiter de Oliveira Lopes da Silva e Ministério Público
Apelados: José Adriano Torres Pais, Serafim Pais e Ministério Público

Imputação inicial de corrupção, ativa e passiva, de que resulta a condenação de um dos acusados, policial civil, pelo delito definido, no artigo 317, caput, do Código Penal. Quadro probatório que induz à tipificação do crime de concussão. Impossibilidade, contudo, da capitulação dada na denúncia e admitida na sentença, diante do princípio que veda a reformatio in pejus. Confirmação da absolvição no que toca aos acusados de corrupção ativa, visto que os mesmos agiram por metu publicae potestatis, cedendo à exigência do concussionário. Impossibilidade processual de exclusão da interdição de direito aplicada ao réu condenado e traduzida na interdição temporária de exercer o cargo público, com a substituição da pena privativa da liberdade imposta de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, visto que a defesa, no recurso, não pleiteia tal extinção, que, na verdade, só prejudicaria ao sentenciado, que ficaria sujeito ao cumprimento da pena reclusiva, pois não merecedor do respectivo sursis.

PARECER

A hipótese é curiosa, pois mereceria outro desfecho se correta tivesse sido a imputação delitiva feita na denúncia.

O dr. Promotor de Justiça atribuiu a dois acusados, pai e filho, o crime de corrupção ativa, em co-autoria, e a um policial civil o delito de corrupção passiva.

O processo culminou na sentença condenatória do funcionário público, apenas, sendo, pois, os apontados corruptores absolvidos.

Recorre o acusado condenado e o Ministério Público, este em relação aos réus absolvidos. Ambos os apelos são tempestivos.

Examinada a sentença, vemos que o fundamento jurídico e fático de que se utilizou a dra. juíza é de que, na hipótese, os denun-

(*) O Acórdão da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro encontra-se publicado, na íntegra, na Seção de Jurisprudência, p. 194.

ciados por crime de corrupção, ativa "foram encostados à parede, constrangidos a atuar sob pressão psicológica esmagadora", fls. 155.

Já anteriormente, fls. 154, afirmara a digna prolatora que ambos foram quase vítimas de *extorsão (sic)*, levada a cabo, fria e calculadamente, pelo segundo réu, Júpiter de Oliveira.

Logo, a configuração típica do evento, e o quadro probatório o demonstra, é de *concussão* definida no artigo 316, *caput*, do Código Penal, sendo o seu autor o policial civil, ora 1.º apelante, e suas vítimas os acusados de corrupção ativa.

Tal situação, no que toca ao *concussionário*, não pode, contudo, prevalecer nessa fase recursal, visto que o seu acolhimento implicaria em prejuízo do condenado, diante da cominação da pena mais grave do que a aplicada.

Assim, o quadro é irreversível, subsistindo a imputação do crime de corrupção passiva.

Efetivamente, tal como se vê do auto de prisão em flagrante de fls. 7 a 20, no que toca aos interrogatórios dos acusados, ora apelados, estes agiram por *metu publicae potestatis*, cedendo à exigência do policial, entregando a este dois cheques, no valor total de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros).

Pelo visto, não temos condição de propugnar pela alteração do julgado nos pontos indicados, ainda que discordemos dos seus fundamentos que conduziram às conclusões absolutórias e condenatória.

Ainda no concernente à substituição da pena privativa da liberdade pela interdição de proibição do exercício do cargo público, também nos parece ser irreparável a equivocada determinação judicial.

O réu, que veio a ser assim beneficiado, visto que livrou-se da imposição da pena reclusiva, e teria de cumpri-la, em razão de não ser merecedor do *sursis*, a nosso ver, não pode ser prejudicado com a cassação dessa substituição indevida.

Teríamos, no caso, *reformatio in pejus*, novamente.

Por todas estas considerações, opinamos pelo não provimento de ambos os apelos.

É o parecer.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1986.

CEZAR AUGUSTO DE FARIAS

Procurador de Justiça

CARTA TESTEMUNHÁVEL (*)

Vara de Execuções Criminais

Proc. 4.602/80 — M. 318/80

Proc. 3.940/80 — M. 275/80

Proc. 5.455

Proc. 2.525

Apenado: Antônio Monteiro Filho

Ilm.^a Sr.^a Escrivã da Vara de Execuções Criminais

A Promotora de Justiça em exercício neste Juízo, tendo tomado ciência, nesta data, do despacho que denegou o recurso em sentido estrito interposto pela signatária desta contra a r. decisão que concedeu o benefício da prisão-albergue domiciliar a *Antonio Monteiro Filho*, vem, com fulcro no art. 639, I, do Código de Processo Penal, requerer *Carta Testemunhável*, indicando as seguintes peças, para a formação do traslado:

Proc. 4.602/80 — denúncia, e mais: fls. 116/117, 137, 137v, 138, 145, 146, 151, 152, 156 e 156v;

Proc. 3.940/80 — denúncia, e mais: fls. 96, 96v, 119 e 120;

Proc. 5.455 — fls. 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11;

Proc. 2.525 — fls. 3, 4, 10, 11, 12, 13.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1984.

DALVA PIERI NUNES

Promotora de Justiça

(*) O Acórdão da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro encontra-se publicado, na íntegra, na Seção de Jurisprudência, p. 196.

Proc. 4.602/80 — M. 318/80

Proc. 3.940/80 — M. 275/80

Proc. 5.455

Proc. 2.525

Apenado: Antônio Monteiro Filho

Carta Testemunhável — Razões do Ministério Público

Egrégia Câmara

Merece reforma o r. despacho que denegou o recurso em sentido estrito interposto por esta Promotoria contra a r. decisão que concedeu o benefício da prisão-albergue domiciliar a Antônio Monteiro Filho.

1) Da Admissibilidade da Carta Testemunhável

Embora pareça despiciendo, não custa salientar sobre o cabimento da presente carta testemunhável. A Lei 175/77, com as modificações introduzidas pela Lei 660, de 1983, dispõe, em seu art. 19, que "o Ministério Público e a parte interessada poderão interpor recursos, no prazo de 5 dias, ao Órgão Judiciário competente, da decisão que concedeu ou negou o benefício". E este recurso, sem dúvida, é o recurso em sentido estrito.

Conforme ensina Magalhães Noronha, "comumente se diz que a matéria é de direito estrito. Sem dúvida, porém, cremos com Borges da Rosa que a numeração feita no art. 581 é taxativa quanto ao espírito do texto legal, mas não quanto às suas expressões literais, quanto à sua forma. De sorte que, embora o novo caso não se identifique, por suas expressões literais, com os enumerados no texto legal, deve ser contemplado na enumeração taxativa, quando se identifique pelo seu espírito, tanto vale dizer pelos seus fins e efeitos, com qualquer um dos casos contemplados no texto legal" (*Curso de Direito Processual*, pág. 340).

É claro que o Código de Processo Penal não poderia prever a hipótese da prisão-albergue, dada a sua anterioridade a ela. Mas o instituto apresenta similitude com o *sursis* e o livramento condicional, como individualizadores da execução da pena, cabendo, assim, tal qual para a denegação ou concessão de tais benefícios, o recurso em sentido estrito. Nesse sentido, tranqüila é a Jurisprudência de nossos Tribunais, podendo-se citar, dentre muitíssimos outros, arestos publicados na "Revista dos Tribunais", 454/422, 470/337, 474/342 e 488/381.

II) Do Interesse do Ministério Público

Alegou o digno Dr. Juiz *a quo*, para denegar o recurso, a ausência de interesse do Ministério Público, pelo fato de um de seus membros haver concordado com a concessão do benefício, em cota lacônica, sem qualquer fundamentação, e com assinatura ilegível.

Ora, o pronunciamento de um representante do Ministério Público não tem o condão de vincular todos os integrantes do *Parquet*, mormente quando manifestamente eivada de erro, e sem qualquer suporte jurídico.

O art. 257 do C.P.P. determina que o Ministério Público promova a fiscalização e a execução da Lei. Sua função no processo penal consiste, basicamente, em *velar*, devendo usar de todos os meios possíveis para a correta aplicação da lei. Assim, tem ele, *sempre*, interesse em recorrer para pugnar pela exata aplicação do texto legal, em prol do interesse público.

Como observa Espínola Filho (*Código de Processo Penal Brasileiro*, vol. VI), citando Manzini:

"Em relação ao Ministério Público, o requisito do interesse em recorrer deve ser considerado com maior largueza do que respeito às outras partes, porque ele tem, sempre, na esfera própria de sua função, interesse em que a Lei seja exatamente aplicada".

E parece óbvio, *data venia*, que tal interesse não possa desaparecer, num passe de mágica, tão-somente em virtude de anterior pronunciamento de um de seus membros *em total dissonância com o que a lei prescreve*.

III) Das Razões do Recurso em Sentido Estrito

O penitente Antônio Monteiro Filho está condenado a um total de 23 anos e 8 meses de reclusão, pela prática de crimes contra o patrimônio, havendo iniciado o resgate do débito penal em 26-2-74. As condenações foram impostas por Juízos de Comarcas deste Estado e de Minas Gerais, constando, ainda, de sua ficha de término de pena, que em relação à condenação imposta pela Comarca de Osasco, São Paulo, teria sido julgada extinta a punibilidade.

Foi *expressamente declarado perigoso* nas sentenças condenatórias proferidas nos Procs. 4.602/80, 3.940/80 e 5.455, sendo-lhe, por este motivo, impostas *três* medidas de segurança detentivas.

Ora, a condição primeira para a obtenção da prisão-albergue domiciliar consiste em não apresentar o apenado nenhuma perigosidade. Em sendo *expressamente considerado perigoso*, não pode

ele obter o benefício, salvo se, submetido a exame de cessação de perigosidade, ficar constatada a cessação do estado perigoso. O exame, na espécie, é *obrigatório* (art. 13, § 1.º, "a", da Lei 175/77, com a nova redação dada pela Lei 660/83).

Paradoxalmente, o Dr. Juiz Titular da V.E.C. fez letra morta do citado dispositivo legal, concedendo o benefício ao réu, declaradamente perigoso, sem submetê-lo ao indispensável exame, legalmente exigido.

Também não teve o digno Dr. Juiz o cuidado de requisitar folha penal atualizada ao Instituto Félix Pacheco e aos órgãos de identificação dos Estados de São Paulo e Minas Gerais (o penitente tem condenações impostas naqueles Estados). E o mencionado art. 13 da Lei 175/77 exige, *também*, para a concessão da prisão-albergue, que o sentenciado tenha situação jurídica definida, *sem processos pendentes*, o que deve ser perquirido em cada caso, com a atualização dos antecedentes penais. No caso em tela, nem essa elementar providência foi tomada.

Igualmente, não veio aos autos a ficha disciplinar do réu. Como se comportou ele no cárcere de 1974 até hoje? Seria um réu de bom comportamento? Teria sofrido punições? Ignora-se, pois tamanha a pressa em libertá-lo, que sequer cuidou-se de avaliar sua conduta carcerária.

Por estas razões, pede e espera a Promotoria de Justiça que essa Egrégia Câmara, tomando conhecimento da carta testemunhável, decida logo *de meritis*, cassando o benefício da prisão-albergue domiciliar irregularmente concedida.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1984.

DALVA PIERI NUNES
Promotora de Justiça

RESPONSABILIDADE CIVIL

Tribunal de Justiça

Recurso Extraordinário

Apelação Cível n.º 25.915

Recorrente: Rio Financeira S.A. — Crédito, Financiamento e Investimento

Recorrido: Banco Econômico

Responsabilidade civil de indenização decorrente de emissão de cheque sem provisão de fundos. Ação do sacado que honrou o pagamento do cheque contra a emitente. Possibilidade. Interpretação do artigo 159 C. Civil. Súmula 400. Transação em outro pleito do sacado com terceiros, devedores solidários da emitente. Art. 1.031, § 3.º, Cód Civil. Extinção da dívida desta. Chamamento no processo pela ré dos devedores solidários. Direito negado. Violação ao artigo 77, III, CPC. Dissídio pretoriano configurado na exegese deste dispositivo. Admissão do recurso extraordinário.

PARECER

1. Ação ordinária proposta pelo Banco Econômico S.A. contra Rio Financeira S.A. objetivando ressarcimento de prejuízos que lhe foram causados em razão de saque, por Rio Financeira em conluio com outros partícipes e, sem provisão de fundos, na conta corrente que mantinha na "Agência Ouvidor", cheque no valor de Cr\$ 193.500.000.

Asseverou o Banco autor que o aludido cheque foi entregue à Proinvest S.A., também correntista da agência, que o depositou para servir de suporte à emissão de dois cheques administrativos — um no valor de Cr\$ 102.619.500, entregue ao diretor da indigitada Proinvest que o endossou à distribuidora de valores Intercontinental; outro entregue a determinado corretor que também o endossou à Socopa S.A.

Alegou ainda o Banco autor que, apurada a artificiosa e fraudulenta manobra, sustou o pagamento dos cheques administrativos tendo, em meio a procedimento aforado contra Intercontinental e Socopa, celebrado transação pondo termo às demandas.

Finalmente, sustenta o Banco que a lesão patrimonial sofrida especialmente com despesas que teve de fazer e desembolso a que

foi obrigado em favor dos endossatários dos cheques deve ser composta pela Rio Financeira S.A., tanto mais quanto por 52 vezes repetira esta o mesmo procedimento, fls. 2/12.

2. O v. acórdão da Eg. 2.^a Câmara Cível, fls. 2005/2010, confirmou a procedência da ação decretada em primeiro grau de jurisdição conquanto haja reduzido a taxa dos juros moratórios. Disse a ementa:

“Emissão de cheque sem provisão de fundos. Indenização por perdas e danos decorrentes desse ato ilícito.

O processo de liquidação extrajudicial (Lei 6.024, de 1973) não se presta à obtenção de indenização dessa natureza, franqueada ao interessado a via judicial no prazo da lei comum. Transação não produz efeito além dos específicos e estritos limites da avença, mormente em relação a terceiros. O indeferimento do pedido de chamamento ao processo de devedores solidários (art. 77, III, do CPC) não anula o feito nem priva o chamador pagante de haver de cada um deles a parcela correspondente. O emissor de cheque sem provisão de fundos é responsável pela reparação das perdas e danos decorrentes do ilícito. Juros legais da mora não podem ser arbitrados em mais de 6% (seis por cento) ao ano.”

3. A ré, vencida nas instâncias ordinárias e ainda irresignada, trouxe tempestivo recurso extraordinário, fls. 2013/2032, arrimando-o nas letras a e d da Constituição Federal para sustentar denegação de vigência pelo v. acórdão hostilizado aos artigos 159 e 1.031 § 3.º do Código Civil e artigo 77, III, do Código de Processo Civil e dissídio pretoriano quanto aos indigitados dispositivos legais.

4. O parecer da Procuradoria-Geral da Justiça é pela admissão do recurso por quaisquer de seus pressupostos.

4.1 *Quanto à alegação de dissídio pretoriano (letra d)*

4.1.1 A recorrente não logrou demonstrar sua ocorrência em relação ao dever de indenizar prejuízos causados ao Banco autor. À tese esposada pelo v. acórdão no sentido de que:

“O emissor de cheque sem provisão de fundos é responsável pela reparação das perdas e danos decorrentes do ilícito”

não trouxe a recorrente à colação qualquer julgado discrepante. A Súmula 291 e a norma regimental, artigo 322, vedam, assim, no particular, o conhecimento do apelo.

4.1.2 Relativamente à interpretação conferida pelo julgado guereado à letra do artigo 1031 da lei substantiva civil, trouxe a recor-

rente como paradigma típico de v. aresto prolatado pela 1.^a Turma do Excelso Pretório, e relatado pelo Min. Luiz Galloti. O vetusto (1963) julgado não parece também testilhar com o v. aresto atacado. Enquanto o acórdão paragonado proclama:

"Julgo prejudicados os recursos, em face das transações realizadas.

É que, conforme dispõe o § 3.º do artigo 1031 do Código Civil, a transação, entre um dos devedores solidários e seu credor, extingue a dívida em relação aos co-devedores"

a decisão recorrida finca entendimento:

"Transação não produz efeito além dos específicos e estritos limites da avença, mormente em relação a terceiros.

.....

Coisa julgada não existe. A transação ocorreu entre o Banco Econômico e terceiros. É cediço que os acordos são interpretados restritivamente. Só produzem efeito entre os participantes (art. 1031 do Cód. Civil).

Registre-se, ademais, que a transação instrumentada a fls. 68 e 71 não envolveu o direito aqui postulado — de ser o autor indenizado pelos danos resultantes do ato ilícito. Esse direito não foi renunciado nem transacionado. A composição pôs fim, apenas, à cobrança dos cheques pelos endossatários e às ações declaratórias da inexistência da obrigação cambial proposta pelo Banco Econômico. Inaplicáveis, conseqüentemente, os princípios e disposições legais invocadas pela agravante com fulcro em solidariedade passiva."

A meu pensar, *data venia*, não há assemelhação entre as hipóteses confrontadas, sendo certo que a decisão combatida resultou da interpretação de cláusula inserta em instrumento de transação. Súmulas 291 e 454.

4.1.3 Finalmente, invoca a recorrente testilha da decisão recorrida com julgado do Tribunal de Justiça de São Paulo segundo o qual não pode o Juiz indeferir o chamamento ao processo, pedido pelo réu, que visa à obtenção de título executivo contra o devedor ou demais devedores solidários.

A decisão combatida e o próprio Banco recorrido, impende destacar, reconheceram que Socopa e Intercontinental eram solidariamente responsáveis com a ré pela prática do ilícito cuja reparação

é objetivada, mas profligou a tese de que a admissibilidade do chamamento não induz sua obrigatoriedade.

Há aqui, comprovada assemelhação das hipóteses com decisões díspares a permitir, s.m.j., a admissão do apelo extremo pela caracterizada divergência jurisprudencial.

4.2 *Quanto à alegação de negativa de vigência a dispositivos das leis substantiva e adjetiva civil (letra a)*

4.2.1 Entende a recorrente que o v. acórdão, ao lhe impor a obrigação de indenizar o Banco ora recorrido pela emissão de cheque sem provisão de fundos, denegou vigência ao artigo 159 do Código Civil. É que o malsinado dispositivo exigiria como pressuposto de direito à reparação a relação de causalidade entre a ação e o resultado danoso, pressuposto a seu juízo inexistente. Discorre a recorrente que o prejuízo pelo recebimento de cheque sem provisão de fundos em poder do sacado pode advir para o tomador do cheque, não para o estabelecimento bancário. Assim, conclui, se este honrou o cheque emitido por ela recorrente ao invés de recusá-lo é porque ao Banco convinha a manutenção do procedimento, aliás reiterado (53 vezes), e que lhe proporcionara rendosos rendimentos.

Remata a recorrente que o prejuízo sofrido pelo Banco recorrido adveio ou teve como *causa* não o cheque emitido sem provisão de fundos por ela, recorrente, e honrado pelo estabelecimento, mas a decorrente da recusa deste em honrar os cheques administrativos que emitiu em favor de terceiros com quem teve de firmar posterior transação. Ao honrar cheque da recorrente, que teria de recusar por ausência de fundos, o Banco recorrido teria estabelecido com ela relação de credor e devedor *tout court*.

O v. acórdão combatido, para julgar procedente a ação, no particular, assentou:

“No que diz respeito ao mérito, apesar das bem formuladas ponderações da apelante através de seus talentosos e cultos patronos, uma verdade apresenta-se extensiva e dominante: — os cheques, até hoje não resgatados, foram emitidos e usados sem provisão de fundos. Esse ato ilícito, praticado e confessado pela ré, determinou a cadeia de fatos causadores dos prejuízos suportados pelo autor.

É o que basta, ao sentir unânime da Câmara para impor a procedência da ação.

O labirinto de negócios, operações e “jogadas bancárias”, de difícil compreensão pelos leigos no assunto, anunciadas nas razões da ré, não podem encobrir, em que pese a mestria dos seus defensores, a gravidade daquele che-

que sem fundos que a ré não honrou, desencadeador de escândalo e de prejuízos.

Admitir, ao fim de tudo isso, como sustenta a ré, que a operação não passou de prática corriqueira e que o Banco autor não foi lesado, é que nos parece inaceitável.

O ilícito, que já colocou no banco dos réus, em ação penal, os co-autores, está exuberantemente provado nestes autos.

Os argumentos da sentença não foram desmentidos quanto à predominante e confessada participação da ré na prática do ato ilícito."

Ora, não parece razoável a alegação de denegação de vigência ao questionado diploma legal.

Saliente-se que se a própria recorrente reconhece admissível sua responsabilidade pelo ilícito perante o beneficiário do cheque, qual a razão jurídica e até mesmo moral que a desonera dessa responsabilidade perante o Banco que solveu a dívida, como terceiro não interessado (aquele que nenhuma ligação tem com as partes, nem pode ser afetado pelo pagamento da obrigação se o devedor se tornar inadimplente?)

4.2.2 Argúi a recorrente que o v. julgado atacado contrariou a letra do artigo 1.031 § 3.º do C. Civil, porque, reconhecendo, às expressas, a solidariedade da ré com Socopa S.A. e Intercontinental S.A., entre outros, como referido inclusive na peça exordial, lícito não era admitir a presente ação e declará-la procedente quando o Banco recorrido firmou transação com aquelas sociedades anônimas pondo termo a litígios instaurados.

A alegação é aqui razoável e se acha fundadamente deduzida, *data venia*, merecendo processamento o recurso. Entendo que, proclamada a solidariedade entre os transatores (Intercontinental e Socopa) e a recorrente e tendo o Banco liquidado o litígio com aqueles, legítimo não era acionar a recorrente. É certo que o credor pode renunciar à solidariedade em favor de um ou todos os devedores (C. Civ., art. 912). Mas se celebrou transação com alguns devedores solidários com o fito de

"encerrar em definitivo os aludidos pleitos e toda a pendência aberta ou que se pudesse suscitar, no terreno cível ou comercial, em torno do mencionado cheque administrativo" (fls: 68 e 72)

não poderia, sem infrigência à letra do artigo 1031 § 3.º da lei civil, demandar a recorrente, co-devedora solidária. A dívida, acaso existente, restará extinta.

4.2.3 Igualmente parece ponderada a alegação de violação pelo julgado à letra do artigo 77 III do Código de Processo Civil, ao negar à recorrente, peremptoriamente, o chamamento de terceiros (devedores solidários) ao processo. A argumentação bem lançada reflete ainda a opinião jurisprudencial, cumprindo assentar que o argumento lançado pelo aresto a embasar a dispersa do chamamento se entremostra equivocado. Efetivamente a ré, ora recorrente, jamais poderia ulteriormente demandar os co-devedores na forma do artigo 913 do Código Civil (*ut*, fls. 2008) para haver destes o que viesse a pagar ao Banco recorrido, especialmente diante dos termos incisivos da transação celebrada pelo Banco com aqueles.

5. Estas as razões pelas quais entende a Procuradoria-Geral da Justiça deva o recurso extraordinário ser admitido pelas alíneas *a* e *d* do permissivo constitucional.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1986.

EDUARDO VALLE DE MENEZES CÔRTEZ

PJ 1, por designação

Aprovo.

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA

Procurador-Geral de Justiça

NULIDADE INSANÁVEL

Tribunal de Justiça

4.ª Câmara Criminal

Recurso Extraordinário na

Apelação Criminal n.º 12.676

Recorrente: Délio Aguiar da Silva

Recorrida: A Justiça Pública

Recurso Extraordinário admitido pela alínea "d" do art. 119, inciso III, da Constituição Federal. Dissídio Jurisprudencial demonstrado. Conselho de Sentença no qual tomou parte jurado menor de 21 anos. Nulidade insanável. Inexistência do ato. Parecer pelo conhecimento e desprovemento do recurso.

PARECER

1. Cuida-se de Recurso Extraordinário admitido pela alínea "d" do art. 119, inciso III, da Constituição Federal, tendo o recorrente demonstrado convenientemente o dissídio jurisprudencial.
2. Todavia, a hipótese importa em nulidade insanável, sendo descabida, malgrado as decisões apontadas pelo recorrente, qualquer tentativa no sentido de convalidá-la.
3. Com efeito, trata-se de julgamento pelo Tribunal do Júri, do qual participou no Conselho de Sentença menor de 21 anos de idade.
4. Ora, diante da expressa determinação contida no art. 434 do Código de Processo Penal, tal Conselho não se completou, e, portanto, não teve existência legal, já que, entre os sete jurados que o compõem, encontrava-se um menor de 21 anos, e, pois, um não-jurado. Assim, o julgamento não é apenas nulo, mas verdadeiramente inexistente, eis que promanado de órgão que, pelo vício de sua formação, não chegou a investir-se do poder jurisdicional. Outra não pode ser a interpretação do art. 564, inciso III, letra "j", da Lei Penal Instrumental, valendo, ainda uma vez, ressaltar a lição do mestre Nelson Hungria, apontada a fls. 409.
5. Inexistente o ato, não há que se falar em prejuízo, cujo questionamento só é possível em casos de nulidade. Inaplicáveis, portanto, na espécie, os arts. 563 e 565 do Estatuto Processual Penal, não sendo demais lembrar que ato inexistente é o não-ato, incapaz de

produzir efeitos, não se podendo falar em nulidade, pois não se anula o que não existe (cf. *Fernando da Costa Tourinho Filho, Processo Penal*, vol. 3, Saraiva - SP - 8.^a edição, 1986, págs. 104/105).

6. Ante o exposto, é o parecer pelo *conhecimento e desprovemento* do Recurso Extraordinário, mantida, por seus acertados fundamentos, a R. decisão do Egrégio Tribunal local.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 1986.

ELISABETH M. CASSAR FERRAZ ALVES

Promotora de Justiça, por designação

Aprovo.

SERGIO DE ANDRÉA FERREIRA

2.^o Subprocurador-Geral de Justiça

ESTÁGIO EXPERIMENTAL. EXPECTATIVA DE DIREITO

Tribunal de Justiça

Segundo Grupo de Câmaras Cíveis

Mandado de Segurança n.º 425/86 — Capital

Impetrante: Margareth da Silva Jesus

Impetrado: Exm.º Sr. Secretário de Estado de Justiça e do Interior
do Estado do Rio de Janeiro

Relator: Exm.º Sr. Des. Waldemar Zveiter

Estágio experimental alça-se como instituto diverso do **estágio probatório**, adotado aquele como critério jurídico de aferição de aptidão prévia ao processo de provimento de cargo no serviço público estadual, segundo disposição legislada. A eficácia jurídica só nasce se há incidência de lei sobre fato e a incidência só cabe no mundo das realidades objetivas. Expectativa de direito sem agasalho na rígida linha do **mandamus**.

PARECER

A Impetrante alveja ato de sua dispensa do estágio experimental, por ela denominado de estágio probatório, em que se encontrava após prestação de provas escritas para Agente de Segurança Penitenciário "A", do Q-1, da Secretaria de Estado de Justiça e do Interior, acoimando-o de ilegal, à uma, por tê-lo concluído, à outra, por ausência de procedimento administrativo que lhe assegurasse um mínimo de defesa.

A segurança visa desvalidação da dispensa (fls. 2/5).

Liminar não alcançada (fls. 63).

Informações da Autoridade-Impetrada pondo em destaque o equívoco da Impetrante quanto ao instituto do estágio experimental, diverso do probatório, dispensando aquele inquérito administrativo por ser precedente ao provimento do cargo, jungido à aferição de aptidão do candidato à função, segundo critérios avaliativos por uma Comissão Especial (fls. 31/41), coadjuvando os informes à legislação aplicável à espécie (fls. 42/62).

Estruturou-se a dd. Representação Judicial do Estado aos informes (fls. 64).

A dd. Impetrante, a nosso vislumbrar, carece do direito rogado porque ao disputar uma vaga ao cargo de Agente Penitenciário ostentava mera expectativa, e não direito subjetivo líquido e certo.

Efetivamente.

Ao Estado, dentro da sua autonomia constitucional, no que permite ao recrutamento de seus servidores, pela maneira e conveniência própria, goza de poderes para, em caráter genérico, sem romper as diretrizes da Carta Federal, ditar as regras de valoração profissionalizante através de critérios analíticos, na esfera dos requisitos pré-concursais e da própria competição, erigindo-o num autêntico ato condicional.

Dentro dessa equação fáctica-jurídica, moldurou-se a nova unidade federativa, tracejando diretrizes para provimento de servidores em seus quadros permanentes, parte integrante da competição pública, não restringindo apenas as provas intelectuais e de títulos, como primeira etapa, mas também uma outra condicionante ao estágio experimental, visando aferição do "desempenho das atividades do cargo, inclusive condições psicológicas" (art. 2.º, § 1.º, item 3, e § 2.º, do DL n.º 220, de 18-07-1975 — fls. 43).

Por sua disciplinação, o respectivo Regulamento dos Funcionários Públicos Cíveis se houve por fixar o prazo de duração desse estágio experimental de seis meses, no mínimo, a um ano, no máximo (art. 8.º, V — fls. 45).

No curso do aludido estágio, di-lo o § 2.º, do art. 12, da Norma Regulamentar (fls. 46), "quando a autoridade competente para a avaliação concluir desfavoravelmente ao estagiário, fará publicar sua imediata dispensa".

Só após a conclusão do estágio, com indicação dos aptos, completa-se o concurso, seguindo-se da sua homologação pela precisa indicação dos aprovados, fixando a lei o prazo de noventa dias para nomeação dos aprovados (§ 3.º, *caput* - fls. 46).

Esse sistema se afeiçoa a novos métodos e técnica no peculiar interesse público, visando o recrutamento através de captação profissionalizante, tanto mais que sua missão é de servir a causa pública e não a si próprio na conquista de um emprego.

Na Inglaterra, há o "Civil Service", cujo *training* impõe persistente aperfeiçoamento do servidor no curso de toda a sua carreira. Nos EE.UU., há por igual o *in service training*, visando sempre a melhoria da capacidade das funções públicas. Na Itália, hoje, há a Escola Superior de Administração Pública, destinada ao preparo para ingresso nos quadros do funcionalismo e atualização, após, dos seus servidores. Entre nós, já se cogita da Escola da Magistratura como antecedente à função judicante, e o Estado, no pertinente

ao Executivo, deu um avançado passo com a instituição do "estágio experimental", parte integrante da competição, condição *sine qua non* ao provimento.

No caso, a Impetrante não venceu essa derradeira etapa da competição, segundo se confere dos boletins de avaliação trazidos à colação no corrimão dos informes do ilustrado Secretário de Estado (fls. 49/55), coadjuvado pelas atas da Comissão em que registram os candidatos aprovados (fls. 56/62).

A inicial bem escrita enveredou-se por pressupostos fácticos que não se acomodam à realidade, quando afirma que a Impetrante teria concluído o estágio experimental, o que não sói ser exato.

Palmilhou por vereda jurídica que delira às linhas básicas da legislação estadual que define uma política rígida de provimento de cargos no serviço público, calcando-se em enunciados que a sabedoria pretoriana construiu à luz de institutos diversificantes e ultrapasados, pelo menos no Estado do Rio de Janeiro.

A eficácia jurídica só nasce se há incidência de lei sobre fatos e a incidência se dá no mundo das realidades objetivas.

É a lei que dá o *tonus* fundamental dos direitos subjetivos.

Inexiste, assim, na moldura da legalidade, direito subjetivo da Impetrante, senão uma mera expectativa na fase experimental, que afinal se diluiu.

Não se acoime de ilegal o critério apreciativo das condições profissionalizantes para o cargo, eis que, pela sua natureza subjetiva, enfeixa-se na área do discricionarismo da Pública Administração insuscetível de incursão do *judicial control*, precipuamente na estreita bitola do *writ of mandamus*.

Não há, em suma, ilegalidade a ser coarctada, o que nos conduz opinar pela denegação da ordem.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1986.

ELLIS HERMYDIO FIGUEIRA

Procurador de Justiça

**REVOGAÇÃO DE MANDATO CONFERIDO
POR INSTRUMENTO PÚBLICO**

Tribunal de Justiça

Seção Cível

Uniformização de Jurisprudência n.º 38/85

na Apelação Cível n.º 24.390/82

Objeto: Competência do Juízo de Registros Públicos para o procedimento de revogação de mandato conferido por instrumento público

Interessados: Ministério Público × *Newton Swiwerd* e s/mulher

1. *Uniformização de jurisprudência requerida pelo Curador de Registros Públicos em face da controvérsia sobre a competência do juiz de Registros Públicos para o procedimento de revogação de mandatos conferidos por instrumento público.*
2. *Prevê o artigo 84 "a" do CODJRJ a competência privativa dos juizes de direito em matéria cível para os feitos de jurisdição voluntária de natureza civil.*
3. *O procedimento de revogação de mandato conferido por instrumento público constitui feito de jurisdição voluntária de natureza civil (art. 1.318 C.C.).*
4. *Opinião pela incompetência absoluta do Juiz de Registros Públicos.*

PARECER

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência requerido pelo Ministério Público (fls. 56), em face da controvérsia sobre a competência do Juízo de Registros Públicos para o procedimento de revogação de mandato por instrumento público, tendo sido reconhecida a divergência pela Egrégia Quarta Câmara Cível (fls. 100).

2. De fato, a divergência jurisprudencial está fartamente comprovada pelas cópias reprográficas de fls. 57, 59, 61 e 74, de arestos pela incompetência do Juízo de Registros Públicos, e de fls. 66, 67, 70, 77 e 78, pela competência desse Juízo.

3. A doutrina e a jurisprudência têm reconhecido a possibilidade de o MP suscitar o incidente de uniformização em casos como o presente ("RP" 3/127, "RT" 564/113).

4. São dois atos distintos: a revogação do mandato conferido por instrumento público e o seu (impropriamente chamado) cancelamento.

5. O primeiro é declaração receptícia da vontade do mandante; o segundo é averbação feita pelo tabelião à margem do primitivo assentamento.

6. A revogação tanto pode ser judicial quanto extrajudicial. O mandante pode comunicar ao mandatário sua vontade através do Cartório de Registros de Títulos e Documentos e levar ao Ofício de Notas a respectiva certidão, a fim de que ali seja averbada. Generalizou-se, entretanto, a prática da intervenção judicial a partir de pedidos de cancelamento de procurações em causa própria nas transferências de imóveis, bem como de revogação de mandatos com poderes irrevogáveis, relacionados com negócios imobiliários, em que essa intervenção se justificava plenamente (art. 89, I, a, CODJRJ).

7. A revogação pura e simples dos mandatos é regulada pelos artigos 1.316, I; 1.318 e 1.319 do Código Civil. Por conseguinte, o seu procedimento administrativo é de natureza civil.

8. Ora, o art. 84 do Código de Organização e Divisão Judiciárias estabelece que "compete aos juizes de direito em matéria cível processar e julgar os feitos de jurisdição voluntária de natureza civil".

9. Logo, compete aos juizes de direito em matéria cível o processamento dos pedidos de revogação de mandatos conferidos por instrumento público.

10. Por outro lado, é inderrogável a competência em razão da matéria, fixada pelas normas de organização judiciária (arts. 91 e 111 CPC). Não é, portanto, ortodoxa a interpretação segundo a qual a competência do Juízo de Registros Públicos se prorrogaria nesses casos, por se tratar de jurisdição voluntária. A incompetência é absoluta e, conquanto a rigor não haja "partes" nem "atos decisórios" em tal procedimento, é incontornável nesses casos o reconhecimento da nulidade dos atos praticados pelo Juiz de Registros Públicos.

11. Concluído o procedimento da revogação, cumpre realizar o cancelamento, ou seja, o registro da revogação à margem do assento da procuração, para efeito de oponibilidade a terceiros (art. 1318 CC). Ato do Tabelião do Ofício de Notas.

12. Tem-se afirmado que a competência para determinar ao Oficial de Notas essa averbação é privativa do Juiz de Registros Públicos. Mas não se indica o dispositivo legal ou norma da organização judiciária em que esteja prevista essa competência; ela é inferida do art. 89, VI, do CODJRJ, *in verbis*: “prover quanto à autenticação, inclusive por meios mecânicos, os livros dos tabeliães e oficiais de registro público *que ficarão sob sua imediata inspeção*”. Todavia, a parte que grifamos do dispositivo, combinada com o art. 47 do citado diploma legal, somente autoriza a compreensão de que ao Juiz da Vara de Registros Públicos compete a correção dessas serventias. Nada mais.

13. Assim, obediente ao que preceitua o art. 84, I, “a”, do CODJRJ, no tocante à competência dos juízes de direito em matéria cível para processar e julgar os feitos de jurisdição voluntária de natureza civil, e em obséquio ao princípio da economia processual, estamos em que é também dos juízes de direito em matéria cível a competência para determinar aos oficiais de Notas que averbem as revogações de mandatos perante eles processadas, como, aliás, fazem em relação a outros processos de jurisdição contenciosa. Nessa hipótese, se o Oficial tiver alguma dúvida quanto ao cumprimento do mandado, deverá suscitá-la perante esse mesmo Juiz, como se ressalva no art. 89, III, do CODJRJ.

14. Diga-se, para varrer a testada, que a Lei dos Registros Públicos (Lei n.º 6.015, de 31-12-73) nada provê quanto a esse assunto; os arts. 164, 165 e 166 dessa lei, subordinados ao Capítulo V, Do Cancelamento, dizem respeito ao Título IV, Do Registro de Títulos e Documentos. Os atos dos tabeliães e oficiais de Notas são regulados em magna parte pelas normas de organização judiciária e provimentos da Corregedoria da Justiça.

15. Nessas condições, opinamos no sentido de que deve prevalecer a interpretação que dá pela incompetência absoluta do Juiz da Vara de Registros Públicos para o procedimento administrativo das revogações de mandatos, uma vez que o art. 84, I, “a”, do CODJRJ prevê expressamente a competência dos juízes de direito em matéria cível para os efeitos de jurisdição voluntária de natureza civil, previsão em que desenganadamente se subsume a hipótese.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1985.

EVERARDO MOREIRA LIMA
Procurador de Justiça

LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. ARRESTO

Tribunal de Justiça

Mandado de Segurança n.º 95

Impetrantes: Cleto Campelo Meirelles e outros

Impetrado: Juízo da 1.ª Vara de Falências e Concordatas

1. *Mandado de Segurança contra decisão judicial concessiva de arresto fundado na Lei 6024/74. Inadmissibilidade, ante a falta de demonstração da tempestividade da impetração e do oferecimento do recurso cabível.*

2. *Improcedência. O arresto previsto na Lei 6024/74, que disciplina a intervenção e liquidação extrajudicial, pode alcançar bens que se tenham tornado indisponíveis por força do artigo 36 do aludido diploma. Não é ilegal a concessão liminar do arresto, se se reputam presentes os respectivos requisitos. A indisponibilidade e ao arresto se sujeitam os membros do Conselho de Administração da sociedade sob intervenção ou liquidação extrajudicial. Não sendo ilegal o ato atacado, não há motivo para atribuir-se ao recurso efeito suspensivo, expressamente negado pela lei.*

PARECER

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra a r. decisão judicial (fls. 64-v), proferida pelo Juízo de Direito da 1.ª Vara de Falências e Concordatas da Comarca da Capital, que deferiu liminarmente arresto de bens dos Impetrantes, requerido pelo Ministério Público com fundamento no artigo 45 da Lei 6.024/74, que disciplina a intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

Na inicial alegam, em síntese, os Impetrantes: a) que o arresto não poderia ter-se realizado, uma vez que os bens por ela atingidos já se haviam tornado indisponíveis por força do artigo 36 da Lei 6.024/74, só podendo ser alcançados pela medida cautelar, de acordo com o artigo 45 da citada Lei, "bens dos ex-administradores que não tenham sido atingidos pela indisponibilidade"; b) que contra a viabilidade do arresto militava, de qualquer sorte, a circunstância de não poder ter como objeto bens inalienáveis e, por isso, impenhoráveis; c) que a medida cautelar não poderia ter sido decretada liminarmente, sem a presença de causas que autorizassem sua concessão *initio litis*, antes da citação dos Impetrantes; d) que a indisponibilidade prevista na Lei 6.024/74 não é suscetível de atingir

membros dos Conselhos de Administração das entidades sob intervenção ou liquidação, mas tão-somente os respectivos diretores, não tendo ela alcançado, dessarte, o 1.º e o 3.º Impetrantes.

Diante do que expõem, pedem os Impetrantes, além da concessão de liminar: a) que "seja julgada extinta a medida cautelar de arresto requerida, pela evidente falta de interesse processual"; b) que, quando menos, se determine sejam excluídos do arresto o 1.º e o 3.º Impetrantes, "por serem apenas membros do Conselho de Administração"; c) que, na pior das hipóteses, se atribua efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto contra a decisão judicial aqui atacada.

2. Solicitadas, foram as informações prestadas através do ofício de fls. 70/2, onde se noticia o processamento de medida cautelar, tal como se acha documentado nas cópias anexadas à inicial pelos Impetrantes.

3. Indeferida a liminar, por ausência dos respectivos pressupostos (fls. 73), foram remetidos os autos à Procuradoria-Geral de Justiça.

4. Parece *inadmissível o writ*.

A primeira razão que se contrapõe a seu conhecimento deriva do fato de, impetrado contra decisão judicial passiva de recurso, não haverem demonstrado os Impetrantes a *efetiva interposição do agravo de instrumento*, que se limitam a mencionar.

Superando-se a letra do artigo 5.º, II, da Lei 1.533/51 e do enunciado n.º 267 da Súmula, não se tem considerado obstáculo à apreciação do mandado de segurança a circunstância de comportar recurso e decisão judicial, desde que aquele, não possuindo efeito suspensivo, não impeça que de execução imediata do ato decorram danos irreparáveis ou de difícil reparação.

A situação retratada nos autos, em princípio, se ajusta à moldura descrita.

Parece indispensável em tais casos, todavia, a interposição do meio de impugnação adequado, apto a impedir, no processo, o trânsito em julgado (Súmula n.º 268), sob pena de substituir-se pura e simplesmente o recurso próprio, previsto na lei processual, pelo mandado de segurança, com graves transtornos para a boa marcha dos processos.

Necessária que se repute a interposição do recurso adequado, daí se extrai constituir ônus do impetrante do *writ* demonstrar-lhe a ocorrência com a inicial, integrando, com isso, a comprovação de liquidez e certeza de seu alegado direito e acarretando sua falta — que se manifesta *in casu* — a impossibilidade de vir a ser julgado o pedido.

5. Contra a admissão da segurança milita ainda, na espécie, outra razão.

É que não demonstraram os Impetrantes a *tempestividade* da impetração.

Das peças juntadas à inicial se infere que a decisão impugnada foi proferida em 20-09-85 e publicada no D.O. de 24-09-85 (fls. 64-verso) e que a inicial do *writ* foi protocolada em 17-03-86 (fls. 2). Nada mais.

Afirmam os Impetrantes que do ato tiveram ciência em 18-11-85 (fls. 3) — o que, a ser verdade, situaria em 18-03-86 o *dies a quo* do prazo de 120 dias previstos no artigo 18 da Lei 1.533/51 e tornaria legítima a propositura da ação.

A afirmação dos Impetrantes não corresponde, contudo, prova nos autos — que a eles competia produzir, devendo-se-lhes imputar as consequências da dúvida gerada por sua omissão.

6. Ultrapassada que seja a admissibilidade, cumpre considerar que o mandado de segurança é *infundado*.

Não procede o primeiro fundamento invocado pelos Impetrantes concernente a uma suposta *impossibilidade de serem acumulados, em relação aos mesmos bens, a indisponibilidade e o arresto*.

Um exame atento da Lei 6.024/74, que analise em conjunto suas disposições, confrontando umas com as outras, e considere os fins a que se propõe, sem a preocupação exclusiva de ater-se à letra de certas regras ali enunciadas, não pode, *data venia*, conduzir à conclusão diversa.

A indisponibilidade e o arresto são medidas distintas, que surgem em momentos diferentes e desempenham funções diversas, podendo e devendo somar-se, ao longo da intervenção ou liquidação, no propósito de assegurar, na maior extensão possível, a efetiva satisfação dos créditos apurados.

Uma sumária exposição da forma pela qual as duas medidas se manifestam põe em evidência o que se acaba de afirmar.

Decretada a intervenção ou a liquidação, tornam-se desde logo indisponíveis, por intuitivas razões, todos os bens de todos os administradores e de certos ex-administradores da instituição (art. 36, *caput* e § 1.º; excepcionalmente, também os bens de outras pessoas, enumeradas no § 2.º), que sobre seus patrimônios passam a não mais poder validamente praticar “sob qualquer forma, direta ou indireta”, atos de alienação e oneração. A indisponibilidade perdura “até apuração e liquidação final da responsabilidade dos que são por ela alcançados” (art. 36, *caput*, parte final).

É a primeira providência que a lei adota, na salvaguarda dos interesses dos credores.

Mas não é a única, ou a derradeira.

A decretação da intervenção ou liquidação se segue a instauração de inquérito administrativo pelo Banco Central, no curso do qual lhe cabe, fundamentalmente, apurar quem, dentre os administradores e ex-administradores, é responsável por prejuízos.

Concluído o inquérito, uma de duas: ou nele não foram constatados prejuízos e definidas responsabilidades, ou o foram.

No primeiro caso, aplica-se o disposto no artigo 44, com o levantamento, inclusive, da indisponibilidade imposta inicialmente pela Lei.

Na segunda hipótese — que interessa aqui considerar —, os autos do inquérito são remetidos ao órgão judicial competente, perante o qual tem o Ministério Público o dever de pleitear o arresto dos bens de todos aqueles cuja responsabilidade, ao seu ver, tiver ficado evidenciada no inquérito administrativo (art. 45), e de propor ação tendente à “efetivação da responsabilidade” (art. 46, parágrafo único).

7. Não está o arresto circunscrito, todavia, a bens não atingidos até então pela indisponibilidade, diversamente do que poderia inferir-se da consideração isolada da letra do artigo 45, nem se restringe, por outro lado, a bens alcançados pela indisponibilidade. Como medida cautelar, destinada a assegurar por antecipação a eficácia prática do resultado do processo que só vai instaurar para “efetivação da responsabilidade”, dirige-se o arresto aos bens de todos aqueles que serão, na ação principal, responsabilizados, nela figurando como réus.

A conclusão logicamente se impõe.

A uma, porque o arresto é chamado a exercer a essa altura, já apurada administrativamente, a responsabilidade, função própria, que a mera indisponibilidade não é suscetível de desempenhar: propicia o depósito e a administração dos bens pelo interventor ou liquidante (art. 46, § 2.º) — providência cuja conveniência ou necessidade, mormente em relação a móveis, não é preciso aqui enfatizar. É de notar-se, inclusive, que a atribuição ao interventor ou liquidante da incumbência de receber os rendimentos dos bens arrestados contribuirá em certa medida para assegurar o pagamento dos credores — resultado que a indisponibilidade não permitiria alcançar.

A duas, porque não faria sentido que no arresto só ficassem sujeitos, como defluiria de uma exegese obsessivamente gramatical do artigo 45, os “ex-administradores” não alcançados pela indisponibilidade: por que motivo só estes, e não os demais, igualmente responsáveis, teriam seus bens apreendidos judicialmente, depositados e submetidos à administração do interventor ou do liquidante,

que lhes perceberia os rendimentos? Seria no mínimo desconcertante que o legislador tivesse desse modo premiado, livrando-se do arresto, justamente aqueles que desde o primeiro momento despontavam como prováveis responsáveis, forem por isso, alcançados pela indisponibilidade e viram sua responsabilidade definida no inquérito administrativo. O resultado envolveria claro absurdo que, na interpretação das leis, cumpre evitar.

8. Inexiste qualquer incompatibilidade, portanto, entre indisponibilidade e arresto, que podem e devem suceder-se, desde este perfeitamente decretável em relação a bens indisponíveis e permanecendo a indisponibilidade da ré, nos termos do artigo 38, "até apuração e liquidação final" da responsabilidade.

Talvez convenha assinalar que, concedido o arresto, se torna naturalmente supérflua, no tocante aos bens arrestados, a indisponibilidade, já que serão, no mínimo, ineficazes, em relação aos credores em proveito dos quais se decretou a medida, os atos de alienação ou oneração que sobre os bens vierem a ser praticados (cf., a propósito, a lição de Liebman, *Processo de Execução*, 4.^a ed., Rio de Janeiro, 1981, n.º 48, p. 109, a que adere, nos termos expostos, Humberto Theodoro Junior, *Curso de Direito Processual Civil*, II, Rio de Janeiro, 1985, n.º 1070, p. 1205; assinalando que a alienação ou oneração não constitui fraude à execução, considera-o inexistente, de José Frederico Marques, *Manual de Direito Processual Civil*, IV, 4.^a ed., São Paulo, 1981, n.º 788, p. 49).

Não se ajustaria, contudo, aos termos do artigo 35 e não pareceria correto dizer-se que a indisponibilidade cesse com o arresto. A subsistência da indisponibilidade em relação a outros bens, que não os arrestados, se impõe, não só em respeito à Lei, mas também diante da necessidade de assegurar que não sejam subtraídos à possível e futura execução forçada bens que não tenham sido alcançados pela medida constritiva, em virtude, v.g., não serem na época conhecidos, ou não integrarem então o patrimônio dos administradores e ex-administradores, ou não se haver logrado demonstrar a presença dos pressupostos de providência cautelar.

9. Para a tese defendida pelos Impetrantes não concorre, por fim, a regra constante do artigo 49: "Passada em julgado a sentença que declarar a responsabilidade dos ex-administradores, o arresto e a indisponibilidade de bens se convolarão em penhora, seguindo-se o processo de execução".

O dispositivo, formulado sem o menor apuro técnico, carece obviamente de interpretação corretiva. Não é evidentemente declaratória a ação a ser proposta pelo Ministério Público para "efetivação da responsabilidade", nem é declaratória a sentença que, aí, acolhe o pedido: como revela qualquer manual elementar de direito processual civil, sentenças meramente declaratórias não são passíveis

de execução. A transformação de qualquer providência em penhora não pode dar-se, por outro lado, fora e antes da execução: a penhora constitui ato executivo, que — passe o truísmo — só na execução se concede. Não se imagina, do mesmo modo, a convolação de indisponibilidade em penhora — até porque aquela alcança indistintamente todo o patrimônio dos administradores e ex-administradores, e não podem reputar-se penhorados bens em relação aos quais talvez se ignore até mesmo a existência.

Antes de assinalar que a Lei 6.024 está “repleta de pequenos equívocos em matéria processual, que hão de ser pacientemente depurados pela jurisprudência”, observa com a autoridade que lhe é peculiar — e fazendo-se aqui ressalva ao entendimento de que a indisponibilidade cesse com o arresto — *Rubens Requião*.

“O artigo 49 dispõe que, passada em julgado a sentença que declarar a responsabilidade dos ex-administradores, “o arresto e a indisponibilidade de bens se convolarão em penhora, seguindo-se o processo de execução”. Há aqui uma incoerência do legislador, pois a indisponibilidade de bens já se teria transformado em arresto, desde que a ação de responsabilidade foi proposta. Com essa convolação, extingue-se a indisponibilidade e se firma o arresto, que perdura por todo o curso da ação de responsabilidade. Finda esta com a sentença favorável ao credor, o arresto (e não a indisponibilidade dos Bens) é que se convola em penhora” (Curso de Direito Falimentar, II, 8.^a ed., São Paulo, 1986, n.º 519, p. 229).

10. Não se revela igualmente merecedora de acolhida a alegação dos Impetrantes, de que, tornados indisponíveis os bens, sobre eles, por isso, não poderia recair o arresto, só suscetível de alcançar *bens sobre os quais incidir penhora e alienação judicial*.

A objeção não reclama maiores considerações, tamanha a inconsistência da tese aventurada pelos Impetrantes.

A indisponibilidade estatuída no artigo 36 da Lei 6.024/74 não constitui obviamente medida destinada a preservar, a salvo dos credores, o patrimônio de administradores e ex-administradores de instituições sob intervenção ou liquidação, senão, ao contrário, a salvaguardar os credores de ações fraudulentas que por aquelas pudessem ser praticadas, frustrando a efetivação da responsabilidade que lhes toque.

Soa, assim, inteiramente despropositado — para dizer o mínimo — asseverar-se que os bens, porque indisponíveis, são impenhoráveis e, por isso, insuscetíveis de arresto — quando foi justamente para assegurar a penhora, e, antes dela, o arresto, que se instituiu a indisponibilidade.

11. Não procede, por fim, a impugnação à legalidade do arresto que se baseia na alegada ausência de pressupostos que autorizassem sua concessão liminar.

Não está evidentemente sujeito o arresto previsto na Lei 6.024/74 à rígida disciplina estabelecida para a medida pelo Código de Processo Civil. O *fumus boni iuris*, requisito genérico das providências cautelares, não precisa apresentar-se, ali, sob as restritas formas contempladas no art. 814 do estatuto processual, que sequer se conceberiam em tais casos. Dispensável se faz, do mesmo modo, a presença de qualquer das *causas arresti* contempladas no art. 813, I, II e III do Código, sendo desnecessária, por isso mesmo, a respectiva prova, através de documentos ou de "justificação". Necessária e suficiente para a concessão do arresto a que alude a Lei 6.024/74 é a mera possibilidade, aferida sumariamente pelo órgão judicial, de vir a ser proferida condenação na ação tendente à "efetivação da responsabilidade", a ser proposta em face de administradores e ex-administradores da sociedade sob intervenção ou liquidação. Ora, se assim é, defrontando-se o juiz *initio litis* com elementos capazes de formar-lhe razoavelmente a convicção, não se vê impedimento à concessão liminar do arresto, sem prejuízo da citação e da defesa dos requeridos, realizadas nos momentos processuais adequados — escapando naturalmente aos limites do *writ*, que há de cingir-se à legalidade da decisão, o exame aprofundado de estar ou não presente *in casu* material probatório suficiente.

12. Impõe-se repelir, ademais, a pretensão dos 1.º e 3.º Imptes. de não terem seus bens arrestados, por não haverem integrado a Diretoria, mas o Conselho de Administração da sociedade sob liquidação extrajudicial.

Vale observar preliminarmente, no ponto, que admite-se como procedente a argumentação deduzida pelos Impetrantes, do *writ* não *poderia conhecer-se*: não há prova nos autos de só haverem os 1.º e 3.º Impetrantes ocupado os cargos que mencionam.

O entendimento defendido na impetração parece, como quer que seja, *infundado*.

O que se sustenta na inicial é que a circunstância de comporem os 1.º e 3.º Impetrantes órgão colegiado, que desempenhava atividade deliberativa e não executiva, seria suficiente para afastá-los do alcance do artigo 36, *caput*, da Lei 6.024/74, tornando-se imunes à indisponibilidade — que só poderia atingi-los por força de ato do Conselho Monetário Nacional (art. 36, § 2.º) — e isentos, igualmente, do arresto. Seria parcialmente ilegítima, diante de tais considerações, a medida decretada.

Não assiste razão aos Impetrantes.

É curioso notar, antes de mais nada, que, nesse passo, os Impetrantes, empenhados em demonstrar que a indisponibilidade afas-

ta a possibilidade do arresto, terminam incoerentemente, embora às avessas, por estabelecer correlação entre as duas figuras. Sustentam equivocadamente — e nem sequer a letra do artigo 45 os ampara — que, inexistindo indisponibilidade, não poderia decretar-se o arresto.

Como quer que seja, cabe considerar que a tese dos Impetrantes não apresenta, *data venia*, condições de prosperar.

O Conselho de Administração constitui órgão de administração das sociedades anônimas, como expressamente dispõe o artigo 138 da Lei 6.404/76, competindo-lhe, entre outras obrigações relevantes, "fixar a orientação geral dos negócios da companhia", eleger e destituir diretores, definir-lhes as funções, fiscalizar-lhes a gestão, examinar-lhes as contas e manifestar-se previamente sobre os atos da sociedade, quando o exigir o estatuto (Lei 6.404/76, art. 142). Trata-se, como visto, de uma participação ativa e da maior importância para a vida da empresa, superposta à atividade da própria Diretoria que, até certo ponto, não deixa de estar subordinada ao Conselho.

Como integrantes de órgão de administração da sociedade, são certamente os membros do Conselho de Administração administradores e, nesta qualidade, responsáveis, tais como os diretores, pelos atos que praticarem e pelas omissões em que incorrerem.

Como negar-se, diante desse quadro, que lhes seja aplicável a indisponibilidade prevista no artigo 36, *caput*, ou o arresto, constante do artigo 45 da Lei 6.024/74?

A tal resultado certamente não conduz a consideração de que o Conselho de Administração configura órgão colegiado, que não representa a sociedade. Nenhuma das circunstâncias se revela apta a excluir dos membros do Conselho de Administração a condição de administradores ou a isentá-los de responsabilidade pelos atos de administração realizados.

E a ele tampouco se chega através de observação de que a Lei 6.024/74 foi editada em época na qual o direito positivo não previa outros órgãos de administração da sociedade anônima diversos da Diretoria, de modo que, ao mencionar administradores, somente a diretores se estaria (e se estará) referindo.

Aludindo a administradores está a Lei 6.024/74, mencionando obviamente órgãos que exerçam a função de administração da companhia. E se hoje — como, aliás, de fato, já ocorria antes da Lei 6.404/76, embora não houvesse a respeito previsão legal expressa — o exercício da função, em diferentes níveis, está distribuído entre órgãos distintos, não há razão para negar aos membros de qualquer deles a qualidade de administradores, inclusive para os efeitos de aplicação da Lei 6.024/74.

É de notar-se, aliás, que a própria Lei 6.404/76 não se furta de empregar o termo "administrador" em seu sentido adequado, abrangendo corretamente os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, como se apura, por exemplo, de forma inequívoca, pela leitura do artigo 156, *caput* — sendo até por isso despropositada a restrição que se quer introduzir em relação à Lei 6.024/74.

13. É improcedente, por fim, o pedido de que, através do *writ* se confira efeito *suspensivo* ao agravo de instrumento que se diz interposto.

É de notar-se, antes de mais nada, que o oferecimento do recurso não foi comprovado — o que por si só inviabilizaria o pedido.

Não há mais.

Além de inadmissível, como se procurou demonstrar nos itens precedentes, o mandado de segurança é infundado. Não contém ilegalidade alguma à decisão judicial aqui impugnada, nem tiveram os Impetrantes lesados ou ameaçados direitos subjetivos de que fossem titulares. Não faria qualquer sentido, em tais circunstâncias, determinar-se a suspensão dos efeitos do ato concessivo do arresto, que podem e devem legitimamente produzir-se de imediato.

Há que considerar, finalmente, que à própria suspensão postulada não tem direito os Impetrantes: nega-a expressamente a lei ao retirar efeito *suspensivo* ao agravo de instrumento, sendo de observar-se que, em relação a liminares, que pressupõem urgência, é coerente a postura do legislador com o tratamento que confere à própria apelação, destituída excepcionalmente, também ela, de efeito *suspensivo* (CPC, art. 520, 2.^a parte, IV).

14. Em face do exposto, é o parecer no sentido de que não se admite o mandado de segurança impetrado, julgando-se improcedentes os pedidos, caso venham a ser apreciados.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1986.

HELICIO ALVES DE ASSUMPÇÃO

PJ-1 — Assistente

Aprovo.

SÁVIO SOARES DE SOUSA

1.^o Subprocurador-Geral de Justiça

CONTRATO DE LEASING

Ação de Habilitação de Crédito

Autor: Unibanco *Leasing* S/A. Arrendamento Mercantil

Réu: Massa Falida de Polyarm S/A. Indústria e Comércio

PARECER

I — Introdução

Trata-se de ação de habilitação de crédito em que o Autor pede a sua inclusão no Quadro Geral de Credores da Ré, por força de saldo devedor decorrente de contrato de *leasing*.

Em sendo relação jurídica derivada de um contrato de arrendamento mercantil, ao Ministério Público causou espécie a ação de habilitação de crédito, preferida à tutela possessória do bem arrendado, consistente no pedido de restituição do mesmo. Ademais, não havia nos autos prova de que o arrendante houvesse procedido conforme a regra do artigo 43 da Lei Falitária. Em face disso, o Ministério Público ofereceu a promoção preliminar de fls. 26v e 27.

A Ré, através de seu ilustre Síndico, impugnou o pedido, a fls. 26. Os representantes da empresa falida e demais credores, por seu turno, não se pronunciaram.

A fls. 35 o Autor, em abono de sua pretensão, aduziu que o inadimplemento da Ré ocorreu antes da decretação da falência, daí decorrendo o *vencimento antecipado da dívida (sic)* por força de cláusula contratual. Com base nesses argumentos, arguiu a inaplicação à espécie do artigo 43 da lei de falências e insistiu no pedido vestibular.

II — O Contrato de *leasing*

Não há hoje mais dúvida de que o *leasing* constitui uma *operação financeira complexa*, privativa das instituições financeiras autorizadas a operar pelas autoridades monetárias do país. Essa operação financeira complexa incorpora institutos da compra e venda, do arrendamento mercantil e do financiamento. Embora não se trate simplesmente do somatório dos três contratos num só instrumento, constitui, na verdade, uma quarta modalidade, inobstante atípica, com qualidades próprias. Não é puramente compra e venda, arrendamento ou financiamento, mas contém elementos dessas entidades contratuais.

Envolve, a rigor, três sujeitos: o arrendatário-adquirente, a instituição financeira e o fornecedor do bem objeto do negócio jurídico.

A compra e venda inicial se perfaz entre a instituição financeira e o fornecedor, mas as negociações envolvendo a escolha do bem, suas especificações e preço, se desenvolvem entre a arrendatária-adquirente e o fornecedor. Daí porque, em regra, as relações decorrentes da compra e venda, como, por exemplo, o frete, a tradição ou os casos de vício redibitório, se colocam entre o arrendatário-adquirente e o fornecedor. Normalmente, a instituição financeira fica a salvo destas questões, na medida que o arrendatário-adquirente escolhe o bem e o fornecedor, apenas cumprindo à instituição financeira entrar com os recursos para a aquisição do bem e dá-lo em locação ao arrendatário-adquirente.

É comum, nos contratos de *leasing*, que o arrendatário-adquirente receba outorga de mandato por parte da instituição financeira, para agir como procurador seu contra o fornecedor, havendo vícios oriundos da compra e venda. Há que se entender, porém, tratar-se de mandato *sui generis*, posto que inerente à natureza do negócio jurídico e, portanto, com características de mandato necessário e em causa própria, defluindo daí ser irrevogável e impostergável.

Pelas mesmas razões, é impositiva ao arrendatário-adquirente a obrigação de conservar e manter o bem de molde a eventualmente devolvê-lo à instituição financeira nas condições declaradas no contrato.

Não é preciso enfatizar que essas obrigações do arrendatário-adquirente, quer diante do fornecedor, quer em face de terceiros, são para ele irrelutáveis, pena de responder frente à instituição financeira pela perda, deterioração ou desvalorização do bem.

De outro lado, à instituição financeira, depois de comprar o bem por indicação do arrendatário-adquirente e dá-lo em locação ao mesmo, cabe garantir, fundamentalmente, à contraparte os direitos (ou opções) seguintes:

a) de comprar o bem arrendado, ao final do prazo locatício, desde que pague o preço residual, fixado no contrato;

b) de devolver, simplesmente, o bem arrendado à instituição financeira locadora, finda a vigência da locação, observadas as condições de conservação adequadas, ressalvado o uso normal;

c) de prorrogar o prazo locatício em condições financeiras mais brandas, ou seja, por aluguel menor.

Esses três requisitos básicos é que qualificam, por excelência, o contrato de *leasing* como negócio jurídico autônomo, embora atípico. Faltando quaisquer dessas condições, estaremos diante de um simples arrendamento ou de uma compra e venda com preço

financiado. Dada a importância daqueles três pressupostos principais que caracterizam a operação de *leasing*, cumpre tecer maiores considerações sobre cada um deles.

A primeira condição afigura-se como a principal, eis que garante ao arrendatário — a seu talante — a opção unilateral de comprar o bem arrendado, desde que pague o preço residual, contratualmente estipulado.

Essa opção ensejada ao arrendatário-adquirente, por constituir o âmago, a *pretensão objetiva final do negócio jurídico*, não há de sofrer qualquer restrição ou mitigação, propiciando, sempre, ao optante o direito incondicional e irrestrito de manifestar-se no sentido positivo ou negativo diante das alternativas que se lhe abrem.

A opção livre de compra do bem por parte do arrendatário-adquirente constitui condição que a vontade das partes não pode arredar da operação de *leasing*. Não se há cogitar, é óbvio, de norma de ordem pública. O problema está em que a opção livre de compra do bem arrendado se insere na natureza do contrato de *leasing*, enquanto ente autônomo do direito contratual comercial. Sem opção livre, não há *leasing*; há outro contrato, seja arrendamento puro e simples, seja compra e venda financiada, em função da interpretação da vontade subjacente das partes. Vê-se, pois, que se trata de terreno referente à interpretação dos contratos.

Quanto a isso não basta que a opção livre conste apenas formalmente do contrato de *leasing*: ela precisa existir na realidade, no mundo dos fatos. Assim não se há de considerar opção livre aquela correspondente a um valor residual ínfimo, sem qualquer significado patrimonial. Não se caracterizará opção livre quando a expressão econômica do valor residual da opção de compra for irrelevante a ponto de, na prática, ficar subtraída a alternativa de comprar ou não comprar. O arrendatário sempre se verá na contingência de exercer a opção de compra, por inexistir, no mundo real dos negócios a alternativa. Em ocorrendo essa hipótese estaremos diante não de uma operação de *leasing*, mas certamente de um contrato de compra e venda com preço financiado.

A segunda característica fundamental do *leasing* nada mais é senão que uma consequência da opção de compra. Consiste na faculdade de o arrendatário-adquirente devolver, simplesmente, o bem arrendado ao fim do prazo do contrato, exercendo negativamente a opção de compra.

Da mesma forma que não se pode obstar ou mitigar a opção livre de compra do bem arrendado, a aquisição forçada ou imposta contratualmente desnatura o instituto do *leasing*. A compra obrigatória, ao fim do prazo contratual, transforma a avença em compra e venda com preço financiado.

Nesse sentido, entende-se como frustrante da alternativa de devolver o bem a cláusula que obriga o arrendatário a garantir o valor residual do bem, se não optar pela compra.

Esse tipo de cláusula obriga o arrendatário a caucionar importância equivalente ao valor residual do bem, se não quiser efetivar a compra. A instituição financeira, então, vende o bem a terceiros e, se não conseguir o valor residual, fica autorizada a fazer uso da caução para obter a complementação.

Conclui-se, pois, que essa cláusula afasta a opção negativa de compra do bem. É certo que, por força desse tipo de ajuste, o arrendatário, se não compra, garante a compra do bem por terceiros, cujas obrigações se equivalem, em termos substantivos. Então, não há opção; há obrigação, a qual pode materializar-se direta ou indiretamente.

Finalmente, a terceira condição natural da operação de *leasing* consiste na possibilidade de o arrendatário prorrogar a locação, com custo financeiro menor. Em modalidade variante desse pressuposto, admite-se a renovação do contrato, substituindo-se o bem objeto do *leasing*. Trata-se de flexibilidade importante para as empresas, destinando-se a possibilitar o acompanhamento da renovação tecnológica, fugindo à obsolescência dos equipamentos.

Esse, em breves linhas, o tracejado básico formulado pela doutrina para as operações de *leasing*.

III — A legislação sobre *leasing*

Exposta a posição da doutrina em matéria de *leasing*, cumpre passar às manifestações legislativas nesse campo, entre nós.

Antes do mais, indispensável registrar que o direito positivo consagrou a orientação técnica já dominante, no sentido de que o *leasing* constitui, na realidade, uma *operação financeira*.

Operação financeira complexa, é verdade, com matizes de vários institutos do direito comercial, mas, no fundo, uma modalidade típica de negócio bancário ou financeiro.

Tal conclusão se extrai da Lei n.º 6.099, de 12-9-74, com a redação da Lei n.º 7.132, de 26-10-83 que, no seu artigo 7.º, estipula:

"Art. 7.º — Todas as operações de arrendamento mercantil subordinam-se ao controle e fiscalização do Banco Central do Brasil, segundo normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, a elas se aplicando, no que couber, as disposições da Lei n.º 4.595, de 31-12-64 e legislação posterior relativa ao Sistema Financeiro Nacional."

Corolário desse princípio, o artigo 23, alínea a da mesma lei autoriza o Conselho Monetário Nacional a:

"expedir normas que visem a estabelecer mecanismos reguladores das atividades previstas nesta lei, inclusive excluir modalidades de operações do tratamento nela previsto e limitar ou proibir sua prática por determinadas categorias de pessoas físicas ou jurídicas."

Se bem que a Lei n.º 6.099/74, com as alterações da Lei n.º 7.132/83, tenha por escopo o tratamento tributário *leasing*, o que se fez na verdade, foi caracterizar o arrendamento mercantil como operação financeira, para enquadrá-lo como atividade privativa de instituição financeira, nos termos do artigo 17 da Lei n.º 4.595/64.

Por força do poder regulamentar decorrente do aludido artigo 23, letra a da Lei n.º 6.099/74 e das próprias atribuições naturais do Conselho Monetário Nacional diante das operações e instituições financeiras, decorrentes dos princípios induzidos da Lei n.º 4.595/64, foi baixada a Resolução n.º 980, de 13-12-84, do Banco Central do Brasil, disciplinando, de forma minuciosa e completa, a prática do arrendamento mercantil pelos organismos financeiros autorizados a operar no país.

A Resolução n.º 980, embora prescreva, em linhas gerais, as regras definidas pela doutrina para o contrato de *leasing*, admite, expressamente, no artigo 9.º, alínea g, inciso I, que se introduza nos contratos de arrendamento mercantil cláusula estabelecendo

"a obrigação da arrendatária de pagar, no final do prazo de arrendamento, um valor residual garantido, sempre que optar pelo não exercício da opção de compra."

Ademais, a Resolução n.º 980, ao lado de estatuir uma série de condições e limitações obrigatórias nas operações de arrendamento mercantil, não impõe qualquer regra que venha a restringir a estipulação de valor residual mínimo, para fins do exercício da opção de compra pelo arrendatário.

Assim, é fácil concluir que as autoridades do mercado financeiro nacional, com o objetivo de fortalecer o arsenal de garantias das instituições financeiras autorizadas a efetuar arrendamentos mercantis, romperam com a orientação jurídica adequada, no concernente à livre opção de compra por parte do arrendatário-adquirente. Destarte, as instituições financeiras podem, ao abrigo do CMN, retirar a opção de compra que naturalmente competiria ao arrendatário,

a) *quer estipulando valor residual íntimo, sem qualquer expressão econômica;*

b) *quer impondo sanção financeira ao não exercício da opção de compra pelo arrendatário, consistente no pagamento de valor residual garantido.*

IV — O alcance e a validade da Resolução 980 do Banco Central do Brasil

Parece lícito iniciar este capítulo com a premissa de que, sem dúvida, a opção livre de compra do bem objeto do *leasing*, pelo arrendatário, ao final do contrato, constitui um *risco* para a instituição financeira.

O produto do negócio da instituição financeira é a *intermediação* de recursos financeiros e não a compra e venda de bens, móveis ou imóveis. Para a instituição financeira há indistigável incômodo no caso de o arrendatário não exercer a opção de compra. Além de não receber a prestação contratual na moeda mais condizente com seus objetivos sociais (recursos financeiros), ainda se vê às voltas com a devolução do bem, sua guarda, despesas com a revenda, além de possíveis dificuldades de colocação do bem no mercado, em virtude de sua eventual peculiaridade, a suscitar interesse de aquisição apenas em grupos reduzidos de indivíduos ou empresas.

Entretanto, tem cabimento lembrar, agora, do princípio de que onde estão os ônus devem estar as vantagens, diretriz essa que transcende o Direito para dizer respeito à própria Justiça.

Ao lado daquele incontestável risco — ou gravame — decorrente da natureza do contrato de *leasing*, as instituições financeiras que operam com arrendamento mercantil desfrutam de duas vantagens significativas:

- a) remuneração financeira superior à média dos financiamentos;
- b) garantias da tutela possessória sobre o bem arrendado, pondo o credor a salvo de procedimentos concursais.

Se a segunda vantagem também está presente no instituto da alienação fiduciária, a primeira só encontra justificativa no terreno dos *riscos* do *leasing*. Enquanto no financiamento garantido por alienação fiduciária o credor está, em tese, coberto pela totalidade da quantia mutuada, no *leasing* o credor corre sempre o risco do não exercício da opção de compra, com todas as dificuldades daí decorrentes. Daí ser razoável e compreensível que o custo e as taxas do *leasing* sejam superiores às dos empréstimos ordinários, de molde a cobrir os riscos naturais do arrendamento mercantil.

Do lado do arrendatário, é, outrossim, válido o princípio da equivalência de ônus e vantagens. Para justificar o pagamento mais gravoso de encargos financeiros, abrem-se-lhe duas ordens fundamentais de compensação:

- a) tratamento tributário privilegiado, nos termos, por exemplo, do artigo 11 da já citada Lei 6.099/74;

b) opção livre de compra, a se traduzir, inclusive, pela negativa, conforme indicar o seu interesse empresarial.

Esse o equilíbrio jurídico, o sinalagma contratual do instituto do *leasing* que foi quebrado por força da Resolução 980 do Banco Central, em nome do fortalecimento de apenas um dos vértices da relação contratual de arrendamento mercantil.

Poder-se-ia até discutir a validade hierárquica do artigo 9.º, letra g, item I da Resolução 980, em face da norma superior do artigo 5.º, alínea c da Lei 6.099/74, com as alterações da Lei 7.132/83, onde se torna cogente a opção de compra como faculdade do arrendatário nos contratos de *leasing*.

Dir-se-ia, nesse sentido, que o regulamento não pode, evidentemente, revogar a lei, ou *reduzir seus efeitos, retirando o seu conteúdo econômico mediante limitações não previstas*.

Se a lei não restringe a faculdade do arrendatário de exercer livremente a opção de compra, não seria lícito ao regulamento fazê-lo.

Não se quer, porém, ir tão longe, porque há caminhos mais fáceis a trilhar para o desate da questão.

Se não há dúvidas quanto ao poder do Conselho Monetário Nacional de regulamentar o mercado financeiro, suas operações e instituições, parece também que ninguém ousaria afirmar que o CMN tem poderes de criar, modificar ou extinguir institutos jurídicos de direito civil e comercial.

A partir desses pressupostos, as conclusões fluem com naturalidade. As operações financeiras de *leasing*, mesmo com valor residual ínfimo ou com garantia de pagamento do valor residual pelo arrendatário, são válidas *enquanto operações financeiras*. Assim não são questionáveis a taxa de juros, condições de pagamento e outras cláusulas atinentes ao aspecto financeiro do contrato.

O que não parece válido é considerar essa operação financeira como *leasing*. Na interpretação dos contratos — e isso constitui regra primordial, tanto do Código Civil, como do Código Comercial — é preciso atender ao espírito do contrato, mais do que às suas disposições literais.

Um contrato que as partes nominam de arrendamento com opção de compra, mas, de fato, estipulam *obrigação de compra*, não pode, em hipótese alguma, constituir um *leasing*, para os fins do Direito Civil ou Comercial.

Tratar-se-á, nessa hipótese, sem dúvida, de contrato de compra e venda com preço financiado. A operação financeira, então, que resulta consiste no mero *financiamento do preço ao adquirente*. Logo,

essas condições financeiras do financiamento do preço têm de ser atendidas pelo devedor, não só porque suas bases estão autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional (conforme Lei 4.595/64), mas também porque seu desatendimento propiciaria um enriquecimento indevido do devedor.

O que, contudo, não se pode aceitar são as cláusulas que procuram disfarçar uma relação jurídica de arrendamento, que só existe no papel, mas não corresponde à vontade das partes nem à verdadeira natureza do ajuste. O que as partes contrataram, repita-se, embora sob envólucro equívoco, foi um financiamento de preço de compra e venda. O escrito que formalizaram é desimportante, diante da clareza meridiana da relação jurídica substancial.

Não sendo válida ou, melhor dizendo, *não existindo relação locatícia*, resulta que, nesses casos, o Judiciário haverá sempre de *negar a tutela* possessória ao credor, abrindo-se-lhe a via da cobrança ordinária ou da ação executória, conforme lhe facultar o seu título.

No campo do Direito Falimentar, a exteriorização da tutela possessória do credor *leasing*, consubstanciada, via de regra, em pedido de restituição, terá de ser vedada, por inexistência da locação, considerando-se o bem já integrante do patrimônio da massa e enviando o credor aos meios ordinários de habilitação de crédito, pelo saldo do financiamento.

V — O caso concreto

Exposto o posicionamento desta Curadoria em termos genéricos, cumpre descer à espécie vertente, para examinar o contrato objeto desta habilitação de crédito.

Examinando o contrato de fls. 18 e seguintes, verifica-se, sem dificuldades, que se trata justamente de um caso de financiamento de preço de compra e venda oculto pelo manto do *leasing*.

Está presente a *garantia de valor residual* (Cláusula XXII, item 3 — fls. 19v), que transforma a opção em obrigação de compra. O valor residual é ínfimo (1%, conforme fls. 18).

Aliás, o próprio contrato, num prenúncio de autoconsciência da invalidade da tutela possessória, já prevê que, em casos de inadimplemento, o credor pode cobrar a totalidade do saldo devedor — vencido e vincendo — prevendo, outrossim, que nessa hipótese a *propriedade do bem arrendado será transferida à arrendatária* (Cláusula XVII, parágrafo único, fls. 19).

Vê-se, mais uma vez, pela sistemática contratual de *venda forçada pelo inadimplemento*, que as partes nunca tiveram em mente realizar negócio de arrendamento mercantil. Quiseram, de fato, contratar um financiamento de preço de compra e venda.

Por isso que o credor, ora Autor, sequer admitiu valer-se da tutela possessória que, em tese, lhe seria facultada pelo contrato de *leasing*. Por isso também o Autor chegou a se espantar quando o Curador de Massas, numa visão ainda perfunctória do processo, cogitou de exigir o procedimento previsto no artigo 43 da Lei de Falências.

Concluindo, parece que o Autor andou certo ao optar pela presente ação de habilitação de crédito, renunciando à ação de restituição de bem arrecadado. Não estamos diante de contrato de *leasing*, mas de simples relação obrigacional de débito e crédito.

Quanto à impugnação do Síndico, entendo que não procede, eis que fundamentada, tão-somente, na ausência de escrituração da dívida. Ora, já é de pleno conhecimento do Juízo que a escrituração dos livros obrigatórios da Massa Falida Polyarm estava paralisada de há muito, ainda antes da quebra. Logo, não se pode transferir essa conduta — que, a rigor, tipifica crime falimentar — a prejuízo dos credores, que não são responsáveis pelos desmandos administrativos da falida.

A certeza, liquidez e exigibilidade do crédito estão, em princípio, estampadas na letra de câmbio de fls. 17. Tais presunções, contudo, poderiam ceder terreno ante evidências que trouxesse a Ré para provar que não deve ou que o *quantum* não está correto. Tal prova não foi feita pelo Síndico, que sequer protestou pela produção de alguma outra instrução, o que, decerto, a nada chegaria, ante o atraso e as lacunas insuperáveis da contabilidade da falida. Nada existe, por conseguinte, no processo que venha a ilidir a pretensão do Autor, deduzida com base em prova documental suficiente.

Estas as razões por que o Ministério Público se inclina no sentido de que o pedido seja julgado procedente, para incluir o crédito habilitado pelo Autor no Quadro Geral de Credores da Massa Falida da Polyarm, na categoria de quirografário.

Duque de Caxias, 24 de novembro de 1986.

LUIZ OTÁVIO DE FREITAS

Curador de Massas Falidas

RECLAMAÇÃO CORREICIONAL (*)

Reclamação n.º 1.407

4.ª Câmara Cível do I Tribunal de Alçada

Relator: Exm.º Sr. Juiz Humberto Manes

Reclamação. Dela não se conhece quando recorrível o despacho vergastado, de que, ademais, não decorre dano irreparável ou de difícil composição.

PARECER

Acoimando de subverterdor da ordem processual, a par de abusivo poder, ato do MM. Juiz de Direito da 7.ª Vara Cível de Niterói, que lhe denegou a formação de litisconsórcio passivo, a AMITA (Associação dos Moradores de Itaipu) busca, nesta vereda correicional, a emenda daquele despacho para o fim de ver deferida a seu pró a citação, em um mesmo processo, de trinta e oito (38) devedores seus, compradores de lotes naquela região que, na firmatura do compromisso respectivo, cada um de per si, aderiram ao estatuto daquela entidade.

Inicialmente deferido, o despacho vergastado, em verdade, chamando o feito à ordem, revogou o chamamento judicial coletivo, pelos motivos que alinha (fls. 20). No substancial entende inexistente o litisconsórcio acenado.

Instado a informar, fê-lo o Dr. Juiz reclamado, como se pode ver de fls. 32/34, onde Sua Excelência reitera o que lhe parecera e fora reafirmado em Juízo de retrato (fls. 22).

A vereda correicional, no entanto, segundo penso, não tem, na espécie, a menor cabida. Mostra-se, isto sim, absolutamente inidônea ao fim perseguido: revisão de ato judicial **típico**, lançado nos estritos limites da competência de seu prolator, sem quaisquer desvios ou abusos de poder, mas consistindo, antes, em exercício normal de atividade jurisdicional, *atacável por remédio próprio!*

A medida, verdadeiro “aleijão” no pensar de *Frederico Marques*; “... uma carunchosa medida que coloca o Juiz com um fiscal por cima a lhe acompanhar os passos...” — como assinala *Philadelfo Azevedo (Um Triênio de Judicatura)* é, na verdade, norma para-

(*) O Acórdão da 4ª Câmara Cível do I Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro se encontra publicado, na íntegra, na Seção de Jurisprudência, p. 261.

processual quando para o caso de **evidente e manifesto** abuso de poder ou erronias dos Juizes, não haja recurso específico previsto nas Leis Processuais.

Decorreu, como assinalam os Doutores pátrios, da necessidade de romper o angustiante *numerus clausus* do art. 842, do CPC de 1.939, que só facultava o agravo de instrumento nas hipóteses ali taxativamente enumeradas, hoje superado pela abrangência que o Foral em vigor atribui a tal recurso.

Derivou, sem dúvidas, da *supplicatio romana*, reservada por Justiniano a casos extraordinários de *evidente denegação de justiça* (uma das *preces principi oblatae*) mantida, com o mesmo caráter excepcional na *sopricação* portuguesa e trazida para o nosso direito pelas Ordenações Filipinas como "agravo por ordenação não guardada", mais tarde ressurgido no Regulamento n.º 737, de 25-11-32, como *agravo por dano irreparável*.

Já se vê da breve notícia histórica que a medida, hoje indiscutivelmente inconstitucional ante a privacidade que a União se atribuiu para legislar sobre direito processual, exigia como pressupostos de sua excepcional admissibilidade, até agora guardados, a existência de despacho judicial de *evidente* erronia ou abuso de poder — s.m. evidente porque não pode ultrapassar dos *lindes* do exame *prima facie* nessa fase — desde que não atacável por recurso processual próprio, a que a moderna doutrina acrescentou equivocado requisito da não suspensividade do ato pelo recurso acaso interponível.

O que justificaria tão criticada medida seria a irreparabilidade do dano pela pronta execução do julgado — não recorrível; não passível de revisão regular. E, nos casos em que caiba recurso, a justificativa, é óbvio, e isto se vê de sua própria origem, se desloca, hoje, para a não suspensividade do ato — "... agravo por dano irreparável..." — para o que se denomina *periculum in mora*...

No caso dos autos, não há como, qualquer a angularidade de que se o contemple, admitir-se-lhe a cabida!

Não há processo formado e o despacho, indeferindo o postulado litisconsórcio, atacável por agravo de instrumento, não traz qualquer lesividade à reclamante — que não possa ser reparado por aquele recurso.

Não há *periculum in mora* a justificar o excepcional conhecimento da medida. Há, isto sim, preclusão ajuntada ao despacho, por isso que não me atrevo a conhecer da pretensão correicional como agravo de instrumento.

Sou, pois, pelo não conhecimento da pretensão reclamatória. O adentramento do mérito da porfia, ademais, não reservaria melhor sorte à reclamante, por isso que o despacho, sobre não re-

velar erronia constatável *prima facie* a olho desarmado, como o exige a reclamação, se mostra, em verdade, acertado porque a hipótese não é mesmo de litisconsórcio facultativo, tal como assinalado pelo despacho profligado, por isso que cada filiação de cada um dos réus é ato jurídico novo e isolado, que não estabelece a pretendida comunhão de direitos e obrigações e muito menos permite a conclusão de ser uno o fundamento de direito gerador dos direitos e obrigações.

O parecer, pois, repito, é pelo não conhecimento do anseio reclamatório, cujo merecimento, apenas perquirido em homenagem ao esforço do ilustre patrono da reclamante, não se entremostra favorável a seus reclamos.

Rio, 15 de agosto de 1983.

MAURICIO CALDAS LOPES

Promotor de Justiça de 1.^a Categoria

CRIME COMUM PRATICADO POR VEREADOR

Processo n.º E-15/1389/81

Procedência: Promotoria de Justiça da Comarca de Miguel Pereira

Crime comum praticado por Vereador. Inexistência de foro especial por prerrogativa de função. Inconstitucionalidade da Emenda n.º 6 e n.º 13 à Constituição Estadual, em face da competência exclusiva da União para legislar sobre processo. Ineficácia erga omnes da lei inconstitucional. Disparos de arma de fogo constitutivos de crime, em tese, a ser apurado em inquérito. Necessidade de pesquisa do elemento subjetivo para fixação da competência do Júri ou do Juízo singular.

PARECER

No dia 25 de novembro de 1980, em Miguel Pereira, o Vereador Roberto Ricardo Pires Vieira disparou arma de fogo contra Renato Barreiros da Silva, na residência deste, sem, contudo, atingi-lo.

Registrada a ocorrência, entendeu o Dr. Delegado que deveria determinar algumas diligências antes de instaurar o inquérito. Entretanto, no curso destas investigações, a Câmara dos Vereadores reuniu-se extraordinariamente e decidiu negar licença para abertura de inquérito e comunicou a decisão ao Dr. Delegado. Logo que informada sobre a decisão a Dra. Promotora da Comarca deu ciência dela à PGJ.

O Exmo. Sr. Procurador-Geral da Justiça de então, Dr. Nerval Cardoso, argüiu perante o Tribunal de Justiça a inconstitucionalidade dos §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do artigo 178 da Constituição Estadual, pois entendeu — aliás, acertadamente — que, ao atribuir ao Vereador foro especial por prerrogativa de função, o Estado invadiu a competência exclusiva da União para legislar sobre processo, tendo em vista o disposto no artigo 8.º, XVII, b, da Constituição Federal.

Nada obstante, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça não conheceu da representação por duplo fundamento: ilegitimidade ativa da parte e incompetência do Órgão Especial, não sem antes determinar que se corrigisse a autuação para ação direta de inconstitucionalidade, pois a inexistência de feito em curso perante órgão fracionário do Tribunal impedia a arguição *incidenter tantum*. Aduziu, ainda, o acórdão, que compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente “a representação do Procurador-Geral da República por inconstitucionalidade ou para interpretação de lei ou ato normativo federal ou estadual” (artigo 119, X, I, da Constituição Federal). Acrescenta, por fim, que cabe ao Procurador-Geral de Justiça, querendo, provocar a atuação do Chefe do Minis-

tério Público Federal, mas os presentes autos não registram este desdobramento.

Ocorre, todavia, que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro já decidira pela inconstitucionalidade da Emenda Constitucional n.º 6, na Ação Penal n.º 22, em que são partes a Justiça Pública e o Prefeito de Silva Jardim, Arão Lopes da Cunha, incidentalmente, e justo por considerar que o Estado invadiu a competência da União para legislar sobre processo.

No particular, a Emenda n.º 13 só fez repetir a de n.º 6.

Ora, é sabido que um Poder não revoga lei editada por outro Poder e, destarte, o dispositivo da Constituição Estadual continua a ter vigência e validade, embora não se lhe reconheça eficácia. O Judiciário Estadual, diante da manifesta inconstitucionalidade do dispositivo, nega-lhe o condão de produzir efeitos, ignora e faz ignorar, desconhece e faz desconhecer a lei aberrante da Magna Carta. Eis a precisa lição de Buzaid:

"A sentença que decreta a inconstitucionalidade não revoga os atos dos demais poderes submetidos ao controle do Judiciário: "os tribunais", escreveu Rui Barbosa, "só revogam sentenças de tribunais. O que eles fazem aos atos inconstitucionais de outros poderes é coisa tecnicamente diversa. Não revogam: desconhecem-nos".

.....
"A função do Judiciário, ao apreciar a lei ou o ato eivado de inconstitucionalidade, limita-se a negar-lhe obediência, liberando o ofendido do dever de se sujeitar à sua autoridade. Essa autoridade consiste não tanto em anular ou revogar, quanto em deixar de aplicar a lei, incompatível com outra hierarquicamente superior ou com a Constituição" (Alfredo Buzaid, Da Ação Direta de Declaração de Inconstitucionalidade no Direito Brasileiro, São Paulo, 1958).

No que concerne ao alcance da decisão do Tribunal que dá pela inconstitucionalidade da lei, ou seja, se produz efeitos apenas **inter partes**, o entendimento de quantos, entre nós, estudaram o tema, é de que todos os súditos são alcançados pela decisão fulminante. Lúcio Bittencourt, que partilha da opinião de Buzaid a respeito da ineficácia da lei julgada inconstitucional, desta forma leciona sobre a sua abrangência:

"Verdade seja — diz Rui — que suposto não expressamente revogada, a lei recebeu golpe mortal, e desde então se considerará inexecutável, na expectativa de que a

sua aplicação não obteria mais o concurso da Justiça" (Lúcio Bittencourt, **O Controle Jurisdicional da Constitucionalidade das leis**).

Prossegue o Mestre:

"Certo é que, destarte, **indiretamente**, se vem operar a anulação. Mas, precisamente no **indireto** da ação atribuída aos tribunais sobre a existência das leis é que reside, na opinião unânime dos autores, o meio, tão natural quanto profundo e eficaz, de não reduzir o Poder Judiciário a uma situação de rivalidade, antagonismo e conflito com o Poder Legislativo, assistindo a um o privilégio de cassar os atos de outros."

É bem verdade que o tema apresenta algumas dificuldades, mas que são satisfatoriamente enfrentadas na doutrina racional e peregrina. É na diversidade conceitual entre coisa julgada e eficácia da sentença, entrevista por Liebman, que o mesmo Lúcio Bittencourt vai solucionar a questão:

"A coisa julgada não é o efeito ou um dos efeitos da sentença, e sim, uma qualidade, uma qualificação particular de tais efeitos, isto é, sua imutabilidade. Independentemente da coisa julgada, a sentença tem sua eficácia "natural", obrigatória e imperativa, que deriva simplesmente de sua natureza de ato da autoridade, de ato do Estado, mas que está destinada a desaparecer, quando se demonstra que a sentença é injusta: a coisa julgada reforça esta eficácia porque torna impassível ou inoperante a demonstração da injustiça da sentença."

E arremata o festejado autor:

"A eficácia natural da sentença atua com relação a todos; por outro lado, a coisa julgada só vale entre as partes." "É justamente por força da eficácia natural da sentença declaratória da inconstitucionalidade, que esta passa a atuar com relação a **todos**, sem distinção, tenham ou não sido partes do processo, atingindo em cheio o ato visado, que se torna, pela força do decreto judiciário, irritado, insubsistente, inoperante, ineficaz para todos os efeitos. É como se não fosse lei, diz Black, não confere direitos; não impõe deveres; não fornece proteção — **It confers no rights; It imposes no duties; It affords no protection.**

Por todo o exposto, permitimo-nos considerar demonstrado que, nada obstante o Tribunal de Justiça não haver conhecido da Repre-

sentação por inconstitucionalidade; nada obstante a inércia em provocar a atuação da Chefia do Ministério Público Federal; nada obstante o julgado do Tribunal de Justiça referir-se a partes diversas das que, eventualmente, integrarão a ação a ser proposta em Miguel Pereira, este julgado que deu pela inconstitucionalidade da Emenda Constitucional n.º 6 tem eficácia natural com relação a todos e, em particular, ao Vereador de Miguel Pereira, que pode ser processado e julgado sem licença da sua Câmara.

No concernente aos fatos, os autos dão conta de que o Vereador foi à casa da vítima, com esta altercou e produziu disparos de arma de fogo, sem contudo anti-la.

Há várias circunstâncias objetivas e subjetivas que estão a exigir elucidação através do inquérito criminal, a exemplo da quantidade de disparos, o tipo de arma e munição disponível, a localização dos projéteis disparados, o motivo, eventual repulsa à ofensa ou à agressão, o local ter sido a casa da vítima etc. Reclama pesquisa aprofundada, sobretudo o dolo, que poderá firmar a competência do Tribunal do Júri, pois seria despidiendo aludir, aqui, à possibilidade de configuração, em tese, de tentativa de homicídio incruenta.

É o parecer.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1983.

NEJE HAMATY

Assistente

Aprovo.

NICANOR MÉDICI FISCHER

Procurador-Geral de Justiça

NULIDADE DE TESTAMENTO

Tribunal de Justiça

1.^a Câmara Cível

Agravo de Instrumento n.º 906

Comarca de Niterói

Agravantes: Laudegardo Travassos e outros

Agravado: Luiz Thomaz Travassos de Medeiros

Agravo de Instrumento. Testamento apresentado e mandado cumprir. Juntada e impugnação nos autos do inventário. Alegação de nulidade do testamento. Decisão que remeteu os agravantes para o procedimento próprio, entendendo não caracterizada a hipótese do art. 146, C. Civil.

Cabimento do apelo instrumental.

*Nulidade do testamento que se percebe da simples leitura. Testamentum ad interrogationem: impossibilidade. Inadmissível que o testamento seja lavrado mediante respostas às perguntas feitas ao disponente pelo tabelião. O testador deverá **ditar** as suas declarações — **de viva voz** —, quer a lei.*

Nulidade flagrante ensejando o reconhecimento e decretação da nulidade pelo Tribunal.

Provimento do agravo.

PARECER

Cuida-se de agravo instrumental interposto por *Laudegardo Travassos e Outros*, nos autos do Inventário por falecimento de *Aurélio do Nascimento Travassos*, insurgindo-se contra decisão do Emérito Juízo da 1.^a Vara Cível da Comarca de Niterói, que entendeu de remetê-los para a “ação própria”, a fim de perseguir a nulidade do testamento apresentado, registrado e mandado cumprir, não vislumbrando o Magistrado de Niterói a hipótese do art. 146 do Código Civil para a decretação da nulidade *ex-officio* (*sic* — fls. 37).

A Hipótese:

Luiz Thomaz Travassos de Medeiros (fls. 15) apresentou o testamento de *Aurélio do Nascimento Travassos*, lavrado no CTI do Hospital São Paulo, em Niterói, no dia 18 de novembro de 1985, vindo a falecer o testador no dia imediato, ou seja, 19 de novembro de 1985, nomeando o apresentante, ora agravado, testamenteiro.

Certidão de óbito às fls. 11, acusando a morte no dia referido, às 14:40 horas.

A cédula encontra-se por cópias às fls. 18/19, instituindo seu único beneficiário, no que pertine aos bens apurados por ocasião de sua morte, o seu sobrinho, o apresentante e testamenteiro, *Luiz Thomaz Travassos de Medeiros* — ora agravado.

O Ministério Público, do exame que fez, concluiu estarem presentes os requisitos formais extrínsecos, opinando pelo registro, cumprimento e posterior juntada aos autos do inventário (fls. 20) e assim fez o Dr. Juiz (fls. 21).

Apresentado o testamento nos autos do inventário, veio a impugnação (fls. 23), erigindo a nulidade do testamento, por ter sido lavrado por mímica e não de viva voz (art. 1.635 C. Civil), entendendo os impugnantes, fortes na doutrina de *Pontes de Miranda*, ser aplicável o art. 146 do C. Civil.

A decisão veio contrária, na linha do pensamento do Ministério Público (fls. 36v.º e 37/37v.º), remetendo os agravantes para a ação própria.

Daí o agravo, que é tempestivo (fls. 40) e cabível.

Há contraminuta às fls. 42/44, sustentando a decisão, entendendo ser incabível o agravo porque o Juízo não “cerceou o direito dos agravantes de virem em ação própria para tentar anular o testamento” (*sic* — fls. 42). Entra o agravado em considerações outras, juntando atestado do médico que assistiu o testador, afirmando estar aquele “em pleno gozo das faculdades mentais”, tendo o atestado a data de 18-11-1985.

Não se abriu vista ao Ministério Público no primeiro grau para dizer sobre o recurso.

Despacho de manutenção às fls. 49.

Como sabido, o testamento tem formalidades extrínsecas e intrínsecas. Aquelas, elencadas no art. 1632, exigem que seja escrito por oficial público, de acordo com o ditado ou as declarações do testador, em presença de cinco testemunhas, que deverão estar presentes e assistirem a todo o ato, na presença das quais o testamento, após lavrado, será lido pelo oficial ao testador, ou por este se o desejar, assinando todos, em seguida, declarações que deverão ser feitas na língua nacional.

As outras, dizem com a capacidade do testador, como por exemplo, a sua impossibilidade de fazer de viva voz as suas declarações. Daí porque o indivíduo surdo-mudo não pode fazer testamento público: não pode ditar e nem ouvir a leitura depois. Também o mudo, porque não pode fazer de viva voz as declarações.

Ou, como melhor define José da Silva Pacheco, in *Inventários e Partilhas na Sucessão Legítima e Testamentária* — Forense, 1980, p. 309:

“O testamento, como, aliás, todo ato jurídico, pode ser nulo por falta de capacidade do testador, por ser ilícito ou impossível o seu objeto, por não ser feito pela forma prescrita, que for de sua substância, por preterição de formalidade essencial e por declaração expressa de lei.

Pode a nulidade ser absoluta ou relativa, mas de qualquer modo ela vicia o ato, desde o seu início, ainda que somente decretável pelo juiz, cuja sentença faz retroagir a sua eficácia até a constituição do ato.

Qualquer interessado ou os órgãos do Ministério Público podem alegar a nulidade, no momento em que tiver conhecimento dela. Ao juiz cabe decretá-la, quando conhecer do ato ou dos seus efeitos e as encontrar comprovadas. Não lhe é lícito supri-la ainda que a requerimento ou com o assentimento das partes”.

E, mais adiante (p. 312), arremata:

“A nulidade, quer seja por causa intrínseca ou extrínseca, é absoluta e deve ser pronunciada ex-officio pelo juiz, quando conhecer do ato. Não pode supri-la.”

Logo, de início, afasta-se a necessidade de remeter os interessados, impugnantes do testamento na primeira oportunidade que dele tomaram conhecimento, quando da sua apresentação no inventário, para a ação ordinária.

O Juiz deveria ter decretado a nulidade quando provocado.
Não o fez.

Pode fazê-lo, a nosso pensar, o Tribunal, porque o testamento é nulo *ex-radice*, como se demonstrará.

Duas são as nulidades, a nosso entender: a primeira, extrínseca, diz respeito à testemunha que teria firmado a rogo do testador, impossibilitado de fazê-lo.

Quer a lei:

"Art. 1.633 — Se o testador não souber, ou não puder assinar, o oficial assim o declarará, assinando, neste caso, pelo testador, e a seu rogo, uma das testemunhas instrumentárias".

Frise-se: uma das testemunhas instrumentárias.

Pelo que se observa do testamento lavrado (fls. 18v.^o) foram testemunhas instrumentárias: 1) — Antonio Soares Guilherme; 2) — Ismar Guimarães Sardenberg; 3) — Eliza Costa do Nascimento; 4) — José Eduardo Scisionio Vieira; 5) — Pedro Ramos Filhos.

Entretanto, a rogo do testador assinou *Celina Campos Carvalhaes*, que não está arrolada dentre as testemunhas testamentárias.

Isso não foi pronunciado pelo Juízo quando da apresentação do testamento, nem mesmo tendo o Ministério Público, pela ilustrada Curadora, apontado tal nulidade, de causa extrínseca.

Induz, portanto, tal preterição de forma prescrita em lei em nulidade absoluta, pronunciável *ex-officio* pelo Juiz. Se não o fez o juiz da instância primária, deve fazê-lo o Colegiado.

Esse o primeiro aspecto.

Mas, *d. venia*, o pior, o inadmissível, vem agora.

Está escrito isso no testamento:

"... Então, na presença das testemunhas, o outorgante testador, Aurelio do Nascimento Travassos que se encontrava no pleno exercício de suas faculdades intelectuais, segundo o meu e o parecer das testemunhas, livre de todo e qualquer induzimento ou coação, com gesto no olhar e usando o aperto de mão resolveu fazer o seu como manifestação de última vontade, revogatório de qualquer outro anterior. Respondendo as perguntas formuladas, respondendo com o gesto da maneira seguinte: que tem 65 anos de idade

..... Assim o disse e me pediu que lhes lavrasse este testamento que lido em voz alta a ele outorgante testador que em tudo dava impressão nitida de entender, como manifestação de última vontade,

(fls. 18/v.^o)

Diz o Código Civil, no seu art. 1.635, que "considera-se habilitado a testar publicamente aquele que puder fazer de viva voz as suas

declarações, e verificar, pela sua leitura, haverem sido fielmente exaradas”.

Isso é de clareza tão pura, é tão indiscutível que a doutrina não discrepa.

Clóvis Bevilacqua, in *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*, 1933, Livraria Fco. Alves, Vol. II, terceira edição, p. 96, em observação, ensina:

“O surdo-mudo, por isso que não pode ditar as suas disposições ao oficial, nem, depois, ouvir-lhes a leitura, não pode usar desta forma de testamento, embora saiba ler e escrever. É necessário que o testador possa de viva voz, fazer as suas declarações, e verificar depois, pela leitura, se foram fielmente exaradas. O mudo também se acha privado da faculdade de testar publicamente, por isso mesmo não pode fazer as suas declarações de viva voz”.

(os gritos são do original)

Clóvis Bevilacqua, agora in *Direito das Sucessões*, terceira edição, 1936, Freitas Bastos, p. 214, vai mais além, luvra à dextra no caso em exame, para demonstrar a nulidade absoluta:

“O testador deve fazer as suas declarações, direta e espontaneamente, podendo recorrer a apontamentos, que o orientem, ou limitar-se a ler o que traga escrito. Mas não é admissível que se restrinja a responder às perguntas que lhe faça o tabelião, e muito menos que substitua a linguagem falada, por acenos ou sinais, por mais expressivos que sejam. As disposições devem ser proferidas de viva voz, para que sejam ouvidas pelo tabelião e pelas testemunhas.”

Na mesma linha:

Orlando Gomes, *Sucessões*, Forense, 2.^a Edição, p. 129;
Arnoldo Wald, *Direito Civil Brasileiro. Direito das Sucessões*, Ed. Lux, 1962, pp. 108/110;

Caio Mario da Silva Pereira, *Instituições de Direito Civil*, vol. VI, Forense, 2.^a ed., 1976, p. 159:

“O testador deverá ditar suas declarações, podendo valer-se de notas ou mesmo de minuta inteiramente redigida; ... é essencial a declaração oralmente feita pelo testador.”

"Não se admite seja o testamento escrito mediante respostas às perguntas feitas ao disponente pelo tabelião ou por outra pessoa (testamentum ad interrogationem), esccrando-se nos ensinamentos de:

Carlos Maximiliano, Direito das Sucessões, volume I, p. 379;

Walter D'Avanzo, Delle Sucessioni, vol. II, n.º 815.

Na *Excelsa Corte*, consoante se encarregou de juntar o agravante (fls. 11/12), o pensamento é o de que a forma prescrita em lei como essencial há de ser considerada o mínimo indispensável à validade do ato.

"RTJ" 75/954

Nesta Eg. 6.^a Câmara Cível, em acórdão unânime, capitaneado pelo Em. Des. *Pedro Américo*, confere-se a seguinte orientação:

"... A lei não dispensa que o testamento seja lavrado na presença do testador de acordo com as suas declarações verbais. Pode valer-se de apontamentos ou de minuta, mas é formalidade essencial a manifestação de sua inteligência volitiva em presença das testemunhas."
(Ementário — Ano 2 / 1981, n.º 3.041)

Em suma, a inteligência pretoriana e doutrinária não discrepa. O testamento há de ser de viva voz (testamento público), pelo testador. Se não o foi, nulo é o testamento, nulidade absoluta, decretável *ex-officio*...

É o caso dos autos, a nosso pensar.

É verdade que, no que pertine à formalidade (causa extrínseca), encontram-se julgados mais liberais, dando pela validade do testamento. Na *"Revista Brasileira de Jurisprudência"*, vol. 81, p. 59, há um julgado do S.T. Federal nesse sentido, num caso em que, como este sob exame, além das cinco testemunhas instrumentárias, uma sexta figura assinando o rogo do testador.

Nessa linha, seria de relevar-se a primeira nulidade apontada. Quanto à segunda, contudo, parece-nos intransponível.

E, finalmente, pode ser decretada a nulidade nos autos do inventário, porque a matéria não carece de alta indagação, de molde a remeter às vias ordinárias. Aliás, dos próprios termos do testamento, vê-se que o testador não ditou, de viva voz, o seu testamento.

Fez um testamento por interrogatório, o que seria suficiente para sua nulidade, mas, pior, obtidas as respostas do testador por acenos, por gestos, por apertos de mão. Isso, *d. venia*, é impossível de prevalecer e o juiz não pode suprir nulidades.

Como se cuida de nulidade absoluta, somos pelo provimento do agravo para que se declare, desde logo, a nulidade do testamento, pelas razões expostas.

Assim opinamos.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1986.

PAULO FERREIRA RODRIGUES

Promotor de Justiça

Aprovo.

SIMÃO ISAAC BENJÓ

Procurador de Justiça

LIMITE TEMPORAL DA EFICÁCIA DO JULGADO EXEQÜENDO

Processo n.º 1.276 — 8.ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Cia. União de Transportes e Abastecimento de Água

Apelado: Município do Rio de Janeiro

PARECER

Na r. sentença de fls. 316/319 dos autos em apenso, houve por bem seu ilustre prolator, num dos tópicos do respectivo dispositivo:

*“reconhecer a não-incidência do ISS com relação à atividade da autora de suprimento de água potável a embarcações do Porto do Rio de Janeiro e no **hinterland** da Baía de Guanabara, bem assim na prestação de qualquer outro serviço correlato na mesma área e para fins portuários ou de navegação interior ou de transporte no Porto ou no **hinterland**” (alínea a).*

Noutro item foi imposta ao réu, ora apelado, a restituição das quantias indevidamente recebidas como pagamento daquele imposto, na forma que fosse apurada em execução, com juros e correção contados a partir dos indébitos recebimentos (alínea c).

Através do V. Acórdão de fls. 364/371 dos mesmos autos, a r. sentença em apreço viu-se confirmada, salvo no tocante ao termo inicial do cômputo dos juros e correção monetária incidentes.

Especificamente sobre os questionados itens, foi interposto, pela autora, ora recorrente, apelo extremo que mereceu provimento parcial, para, no tocante à atualização da moeda, restabelecer-se o decisório de primeiro grau (fls. 482).

Assim, não só restou íntegro o tópico da sentença que tivemos a oportunidade de transcrever, como subsistiu a obrigação do apelado de restituir quantias, na forma que viesse a ser apurada em execução.

Promovida inicialmente a liquidação da parte desta dependente (fls. 505), os cálculos de fls. 627/629 foram homologados pela r. decisão de fls. 638, que transitou em julgado.

A ora apelante, então, promoveu a execução da sentença exclusivamente no que respeita ao objeto da liquidação (fls. 641/642), do que resultou a expedição do precatório de fls. 655/656.

Ultteriormente, intentou a apelante a execução da alínea a do dispositivo do decisório, assim como requereu a retificação dos cálculos homologados, sob o fundamento de que os mesmos conte-

riam erro, pleiteando, em consequência, a expedição de precatório complementar (fls. 658/662).

Determinada a citação do apelado (fls. 663), opôs ele os embargos de fls. 2/3 destes autos, nos quais pretende limitar a eficácia do julgado ao exercício financeiro com referência ao qual o decisório foi proferido, nos termos da Súmula n.º 239, rebelando-se ainda contra a retificação dos cálculos, sob invocação da coisa julgada.

A r. decisão de fls. 22 reabriu a liquidação, tendo sido anexado aos autos, em decorrência, o cálculo complementar de fls. 27.

Mediante a r. sentença de fls. 35/37, os embargos foram parcialmente acolhidos para o fim de estabelecer-se a limitação temporal da eficácia do julgado exequendo, como postulado na inicial.

Foi ordenado, por outro lado, o desentranhamento da petição de fls. 29, na qual a ora apelante manifestava concordância com o cálculo de fls. 27 e pedia a extração do precatório complementar, ao fundamento de que o pedido em apreço deveria ter sido feito nos autos da execução.

Da aludida decisão, interpôs a embargada a apelação de fls. 39/49, na qual reivindica sejam os embargos julgados improcedentes para o fim de reconhecer-se em definitivo a não-incidência de ISS enquanto persistirem as características dos serviços por ela prestados, e busca, outrossim, explicitar ser desnecessária nova liquidação nos autos da execução.

Recebido o apelo às fls. 50, respondeu o recorrido às fls. 52/55.

No tocante à questão da limitação temporal da eficácia do julgado na parte correspondente à alínea a do respectivo dispositivo, assinala que a sentença, nesse passo, tinha caráter meramente declaratório, não comportando, pois, execução. Acrescenta que, no fundo, ambas as partes sustentam que a manutenção da eficácia deve durar enquanto permanecerem os pressupostos fáticos e jurídicos que informaram a r. sentença proferida no processo de conhecimento, tese essa que mereceu acolhida na decisão apelada, pelo que carece o recorrente de interesse processual.

No que diz respeito ao outro tópico do recurso, observa que a discussão que o apelante quer travar deve ter lugar nos autos da execução. Nota ainda que, com o trânsito em julgado da sentença prolatada na liquidação, a matéria ficou preclusa. Reaberto, porém, que fosse o debate, nova liquidação haveria de ser levada a efeito.

Começemos por enfrentar a tese do apelado de que o *decisum*, em sua alínea a, seria de natureza meramente declaratória, afirmando essa que deixa no ar a insinuação de que o processo de execução, no particular, seja nulo *ab initio*. É certo que se poderia ponderar que o deslinde da questão, no julgamento, em grau de apelação, de embargos que não a versaram, revela-se inoportuna. Não

seria, porém, absurdo pensar-se que matéria de tal realce poderia ser conhecida de ofício em qualquer tempo e, pois, pelo Tribunal na oportunidade que se oferece. Daí a necessidade de não passar-se ao largo do tema.

Na longa inicial foram formulados vários pedidos. Entre eles, o da alínea a, no qual se postula a "decretação da ilegalidade da cobrança do Imposto Sobre Serviços" com relação às atividades descritas, e o da alínea e, em que se pleiteia a conseqüente "suspensão da cobrança do ISS".

Na alínea a do dispositivo da sentença, o ilustre Dr. Juiz, mediante a fórmula do *reconhecimento* da não-incidência, expressou o atendimento aos dois pedidos, como resulta claro de tudo o que se contém no ato judicial em pauta.

Possivelmente, seu douto prolator valeu-se, no *decisum*, de terminologia de certo modo ambígua, por isso que poder-se-ia ver aí mera tutela declaratória.

Parece-nos, no entanto, que a sentença, em tese considerada, conquanto de regra seja suficientemente clara para dispensar a análise do respectivo alcance, não é imune a esse tipo de investigação.

E nessa linha, se na inicial rão se restringiu o pedido à mera declaração, tendo havido expressa postulação de caráter condenatório, não se afigura razoável pretender-se dar ao decisório um sentido que ele, à evidência, não quis ter, embora no mesmo não figurassem os mais adequados termos. Sem adentrar-se no debate sobre a possibilidade de, ante o prescrito no artigo 460 do CPC, ser dado ao juiz limitar-se à declaração quando se produz pleito condenatório, é ostensivo que o douto prolator do r. ato sob exame julgou, no caso, procedentes *in totum* todos os pedidos postos na petição vestibular. Induvidosamente, pois, o réu, ora apelado, foi *condenado* a abster-se de cobrar ISS nas circunstâncias apontadas.

Por outro lado, a alusão, na r. sentença recorrida, à *declaração* contida na decisão final do processo de conhecimento não conduz por certo à conclusão de que a essa declaração não se some o título executório. É que, em certas ocasiões, o elemento declaratório se mostra mais sensível que o *plus* consistente na condenação e certamente por isso mereceu referência da ilustrada Dra. Juíza a *quo*.

Não bastasse a clareza da conotação condenatória dessa parte do dispositivo do decisório, o apelado, citado na execução do julgado, opôs embargos de devedor em que *não argúi a ausência de título*.

Permitimo-nos trazer magistério de Pontes de Miranda que se revela de relevo para a solução da espécie (*Comentários ao Código de Processo Civil*, Forense, Rio, 1976, 1.^a ed., XI, pp. 111/112):

"O Código de 1973, artigo 741, II, fala da eficácia suspensiva dos embargos fundados em falta de executabilidade. Atendeu às considerações que fizéramos nos **Comentários ao Código de Processo Civil** anterior (tomo XIV, 2.^a ed., 154/156). Temos, agora, de apreciar o artigo 741, II, para que a sua aplicação coincida com as concepções científicas. Começemos por aludir à **inexecutabilidade**, em vez de à **inexigibilidade**: o título pode ser exigível (e.g., em ação condenatória) e não ser executável. A **executividade** falta, por exemplo, desde o início, ao título sentencial: g) quando a sentença não tem eficácia executiva, por sua natureza, ou por tê-la perdido;" (Grifos do original)

As conseqüências da falta do título foram objeto de considerações do saudoso jurista à luz do Código anterior (ob. cit., v. cit., pp. 110/111):

"Tudo se reduzia a saber se: (a) a preclusão do prazo para se alegar a falta do título executivo se dava com a terminação do prazo para os embargos; ou (b) ela se operava com a preclusão do prazo do artigo 1.011; ou (c) não havia preclusão de prazo, porque não havia prazo (alegabilidade a qualquer tempo); ou (d) se, além de não haver prazo, como em (c), a nulidade resistia à passagem em julgado da sentença nos embargos. A solução (d) era de riscar-se, porque os embargos do devedor revel somente concerniam à falta ou à nulidade da citação (art. 1.010, I) e a sentença nos embargos já não é sentença contra revel, e sim contra o embargante, autor nos embargos. A solução (c) também o era, porque não havia razão para se excluir da matéria dos embargos a apreciação definitiva da nulidade do processo, segundo a conclusão acima, contra (d). Restavam as soluções (a) e (b). A lei deu a resposta: As nulidades da execução até a penhora, de que falava o artigo 1.010, III, eram as nulidades do processo executivo, diferentes das nulidades a que se referia o artigo 1.010, I, concernentes ao processo de cognição cuja sentença se estava a executar. Nessas nulidades estava incluída a de falta ou de nulidade do título executivo, que seria, assim, matéria de embargos alegável nos prazos contados segundo a lei. As nulidades que resistiam ao prazo dos embargos eram as derivadas da falta ou nulidade da citação no processo de execução (arg. ao art. 1.010, I, do Código de 1939, que, referente ao processo de cognição, se havia de aplicar também ao de execução), bem como a inexistência das sentenças cu a nulidade *ipso iure* das senten-

ças que acaso se reputassem passadas em julgado, proferidas na execução". (Grifamos)

Certo, pois, que no regime anterior a nulidade decorrente da falta de título não sobrevivia ao prazo de embargos, observa ele (*ob. cit.*, v. cit., p. 112), no que concerne ao ordenamento vigente, sobre os casos em que falta executividade (cf. a citação feita às fls. 6 deste pronunciamento):

"Todas as matérias referidas de (a) a (l) são de exceção litis ingressum impeditentes; mas também tratáveis como de embargos do devedor."

Parece fora de dúvida, assim, que o tratamento a ser dispensado à questão no sistema atual seja o mesmo que ela tinha frente ao estatuto revogado. Conseqüentemente, a matéria da falta de título preclui com a passagem, sem correspondente alegação, do prazo dos embargos oponíveis na oportunidade do artigo 738 do CPC, ou, no caso específico de execução contra a Fazenda, na do artigo 730.

A questão em tela está, pois, definitivamente sepultada.

Outro tema prévio a merecer atenção é aquele suscitado pelo apelado da falta de interesse do apelante para recorrer (da parte do decisório na qual foi afirmada a limitação temporal da eficácia do julgado exequendo).

Bem ao reverso do que se assevera na resposta ao apelo, é manifesta a controvérsia estabelecida.

De acordo com o alegado na inicial dos embargos, a eficácia temporal do julgado restringe-se, para o futuro, ao exercício no qual foi proferida a sentença.

Já o embargado, ora apelante, sustenta não existir tal limitação.

Na r. sentença recorrida foi vitorioso o primeiro ponto de vista.

O interesse da apelante na manifestação de irresignação contra o principal tópico do *decisum* é, assim, cristalino.

Esse interesse parece faltar justamente na outra parte do apelo, que se endereça ao mandamento contido no subitem 3.3 do dispositivo da r. sentença de fls. 35/37.

Na verdade, o inconformismo da recorrente parece dirigir-se mais ao que ela subenterde da ordem ali contida do que propriamente à ordem mesma.

Pensa a apelante que lhe teria sido imposta a renovação, nos autos da execução, da liquidação complementar, que acabou por realizar-se, com exceção de seu ato inicial, nestes autos.

Não nos parece tenha sido essa a intenção da ilustrada Dra. Juíza a quo.

Nada, aliás, pode impedir a apelante de extrair cópias das peças pertinentes à liquidação e anexá-las àqueles autos.

Se, então, vier a ser determinada a repetição dos atos, estará configurado o prejuízo da recorrente, a tornar admissível a interposição de recurso.

Por enquanto, não vemos presente oração capaz de autorizar a súplica endereçada ao Tribunal.

No mérito, como já se viu, são feridos dois temas pela apelante.

No principal capítulo, insurge-se ela contra o limite temporal da eficácia do julgado exequendo que, com apoio na Súmula n.º 239, foi reconhecido pela r. sentença de fls. 35/37, restringindo dita eficácia, para o futuro, ao exercício com referência ao qual o decisório foi prolatado. Sustenta a recorrente que a mesma eficácia não deve sofrer, para o porvir, qualquer limitação.

Principiemos por atentar à lição simples, mas precisa, de José Frederico Marques (*Manual de Direito Processual Civil*, Saraiva, São Paulo, 1975, 1.ª ed., III, p. 237):

"A coisa julgada material tem como limites objetivos a lide e as questões pertinentes a esta, que foram decididas no processo. A situação litigiosa, que foi composta, constitui a área em que incidem os efeitos imutáveis do julgamento. O que individualiza a lide, objetivamente, são o pedido e a causa petendi, isto é, o pedido e o fato constitutivo que fundamenta a pretensão". (Grifamos)

Para estabelecer-se, pois, o contorno objetivo da coisa julgada devem ser identificados o pedido e a causa petendi.

O elemento causal da ação, define José Carlos Barbosa Moreira (*O Novo Processo Civil*, Forense, Rio—São Paulo, 1975, 1.ª ed., I, p. 30), é o

"Fato ou conjunto de fatos a que o autor atribui a produção do efeito jurídico por ele afirmado."

O notável processualista acrescenta adiante (*ob. cit.*, p. cit.):

"Cada fato ou conjunto de fatos suscetível de produzir, por si, o efeito jurídico pretendido pelo autor constitui uma causa petendi. Haverá, portanto, pluralidade de causas petendi, sempre que se invoquem dois ou mais fatos ou conjunto de fatos distintos, pouco importando que se trate:

a) de fatos ou conjunto de fatos distintos e **homogêneos**, isto é, de igual estrutura, com repercussão na esfera jurídica da **mesma** pessoa; por exemplo, A propõe contra E ação de resolução de contrato, com fundamento em supostas infrações reiteradas da mesma cláusula contratual: cada infração alegada é uma **causa petendi**;

.....

Assim, no caso concreto, em que há pedido de declaração negativa (ao qual se acrescenta pedido de caráter condenatório), constitui *causa petendi* cada fato que se quis demonstrar que não produziu o efeito jurídico em cogitação, ou seja, cada serviço do qual não nasceu a obrigação de pagar ISS.

Cumpra-se ressaltar, em seguida, que cada fato que fundamenta o pedido há de ser *narrado* na inicial (CPC, art. 282, III) e *provado* no curso do processo.

Conseqüentemente, a *causa petendi* tem de ser constituída de fato *passado*.

Quando muito, e por exceção, algum componente dela pode ser futuro.

A *causa petendi*, às mais das vezes, compreende o fato constitutivo do direito invocado e o fato lesivo desse direito.

Tem-se apontado hipóteses em que o fato lesivo seja futuro. O fato constitutivo, porém, há de ser passado.

A profunda ligação da *causa petendi* com o passado levou *Carnelutti* a produzir essa bela reflexão (*Derecho y Proceso*, EJE, Buenos Aires, 1971, trad. de S. Sentis Melendo, p. 107):

"Sabemos que el primer cometido para juzgar es el de reconstruir el hecho; no podría el juez proceder a la comparación del hecho con la hipótesis antes de haberlo reconstruido.

.....

El concepto de hecho está ligado al del tiempo; hecho (participio pasivo del verbo hacer) es lo que se hace considerado, precisamente, como pasado; lo que acaece, después de haber acaecido; visto, en suma, a posteriori. Por eso el hecho pertenece al pasado" (Grifamos).

Certamente a ação declaratória negativa não traz insita qualquer característica que autorize, em relação a ela, alcançar-se confusão diversa.

Nela, o fato que se afirma não ter produzido o efeito em discussão (equivalente ao fato constitutivo na ação positiva) há de ser, no rigor dos princípios, *passado*.

Temos sentido, contudo, ultimamente, uma certa disposição de juízes e tribunais no sentido de, em matéria fiscal, temperar esse princípio processual. É que os fatos postos à base do debate (sobre incidência, isenção etc.) são todos componentes de uma mesma atividade, o que, em tese, lhes permite serem apresentados com a imagem da homogeneidade. Os órgãos judiciários atendem desse modo, sem dúvida, a reclamos de ordem prática, uma vez que a propagação dos efeitos do julgado para o futuro, dentro, naturalmente, de certos limites, diminui sensivelmente o número de processos, evitando um atravancamento da Justiça.

O temperamento imposto ao princípio em apreço não pode significar, no entanto, sua pura e simples supressão.

As conseqüências seriam demasiado graves.

É comezinho saber-se que a função primacial da coisa julgada é a de pacificação.

Ora, a projeção da eficácia do julgado para o futuro, indefinidamente, sem limitação temporal, fará com que ele atue como se lei fosse (e não apenas lei para o caso concreto).

Da mesma forma que se discute se a lei incidiu aqui ou ali, discutir-se-á se o julgado se aplica a esse ou àquele fato, verificados depois de proferido. E não se argumente com a identidade de situações, pois uma e outra parte sempre encontrarão argumentos para fazer acreditar que o fato novo se amolda à regra emergente, se este for o seu interesse, ou não se amolda, se não o for.

Pior a'nda, podem surgir fatos que ao ver de uma das partes altere substancialmente a situação detectada pela sentença e o litígio *incontinenti* se reacenderá.

Também é possível que sobrevenha alguma nova disposição de lei em face da qual surjam controvérsias sobre sua incidência à espécie.

Como se vê, estar-se-á, após o julgado, em situação não muito diversa daquela em que se acham os que ainda não dirimiram suas contendas através do organismo criado especificamente para realizar esse mister.

Portanto, não há como não convir que a indefinida propagação dos efeitos da sentença no tempo importa na própria negação do sentido da coisa julgada.

Mas, se pelo ângulo da conveniência, o resultado é desalentador, pelo enfoque da juridicidade alcançam-se conclusões que aconselham o pronto abandono desse posicionamento.

Na verdade, o que anima o protraimento de efeitos no tempo é a idéia de que seria inútil julgar tão-só fatos passados se em relação aos futuros a solução terá de ser necessariamente igual.

Traga-se à colação a palavra sempre autorizada de José Carlos Barbosa Moreira, que, em trabalho inserto no volume n.º 246 da Revista Forense, volume dedicado a estudos sobre o Código de Processo Civil que começava a vigor, formula, a propósito dos efeitos objetivos da coisa julgada, exemplo que se ajusta como uma luva ao caso dos autos (*Os Limites da Coisa Julgada no Sistema do novo Código de Processo Civil*, in "RF", 246/31):

"O contribuinte X propõe contra o Fisco ação declaratória negativa de dívida tributária, em relação a determinado exercício, argüindo a inconstitucionalidade da lei que instituiu o tributo. O juiz acolhe o pedido, por entender que tal lei era realmente inconstitucional. A solução dessa questão de direito constitui motivo da decisão: sobre ela não se forma a coisa julgada. Com referência a outro exercício — e portanto a outra dívida —, é lícito ao órgão judicial reapreciar a questão, eventualmente, para considerar constitucional a mesma lei e julgar, por isso, que o tributo é devido por X."

Essa mesma orientação, à época do antigo estatuto processual, já havia sido erigida pela Corte Maior à categoria de Súmula, sob o n.º 239, enunciada nos seguintes termos:

"Decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores."

É preciso acentuar ainda que o V. Aresto transcrito pela apelante em suas razões de recurso, no qual a aludida proposição foi entendida de modo restritivo, está inteiramente isolado frente à própria jurisprudência daquele Alto Tribunal, como se verifica dos três V. Acórdãos que nos permitimos citar, dois deles mais recentes que o apontado pela recorrente:

"Coisa julgada. Decisão que julga indevido tributo cobrado em determinados exercícios não faz coisa julgada quanto a ser indevido o tributo em exercícios ulteriores. Recurso extraordinário conhecido e provido". (RE n.º 83.225-SP; 1.ª Turma; Rel.: Min. Rodrigues Alkmin; "RTJ", 83/439).

"Coisa julgada. Matéria tributária."

Sentença proferida em execução fiscal não faz coisa julgada quanto à ilegitimidade, em tese, da cobrança de certo tributo, visto que, por sua natureza, esse processo diz respeito estrito aos exercícios discutidos nos próprios autos" (RE n.º 99.458-SP, 2.ª Turma; Rel.: Min. Francisco Rezek; "RTJ", 107/1235).

"ICM. Coisa julgada. Não a faz decisão que julga indevidos o lançamento e a cobrança do tributo em determinados exercícios, não podendo, portanto, ser invocada contra lançamentos e cobranças relativas a exercícios posteriores. Súmula 239.

Recurso extraordinário conhecido e provido". (RE n.º 100.126-PR; 2.ª Turma; Rel.: Min. Moreira Alves; "RTJ", 108/406).

Destarte, nova sentença que venha a apreciar fatos análogos aos narrados na inicial da ação declaratória poderá enxergar neles efeitos negados na decisão prolatada, ainda que sem qualquer alteração dos pressupostos fáticos e jurídicos.

Superado esse equívoco, cumpre-se responder a um argumento que resta implícito nestes autos. É o de que a aludida sentença, isto é, aquela proferida no processo de conhecimento, se afeçaria a certas decisões, cogitadas no art. 471, I, do CPC, cujos efeitos perduram no tempo. Constitui-se em clássico exemplo das mesmas a que resolve ação de alimentos.

A ser correto o argumento, o reconhecimento, na r. sentença apelada, da existência de um limite temporal à eficácia do julgado exequendo estaria em conflito com a própria natureza desse julgado, de produzir efeitos até que circunstância nova alterasse a situação fática ou jurídica em face da qual foi proferido o julgamento.

Tais atos judiciais, que a doutrina denomina de *sentenças com cláusula rebus sic stantibus* ou *decisões instáveis*, são aqueles que apreciam situações que podem sofrer, no correr do tempo, modificações juridicamente relevantes, por força da *continuidade* da relação jurídica objeto do julgamento.

Ora, na sentença prolatada no processo de conhecimento, foi decidido que *inexiste* relação jurídica entre apelado e apelante, o que evidencia a inaplicabilidade do prescrito no art. 471, I, do CPC ao ato judicial em alusão.

Advirta-se ainda o apelado de que, se a mesma sentença se adaptasse ao molde do dispositivo em referência, ele estaria obrigado a observar a resolução até que sentença prolatada em ação de

modificação alterasse a resolução precedente. É o que reza o art. 471, I. Não lhe bastaria, pois, entender, a seu alvedrio, que estavam modificados os pressupostos fáticos ou jurídicos do julgado para subtrair-se dos respectivos efeitos, como parece ele acreditar, segundo se colhe de trecho da resposta ao recurso.

Toda essa sorte de considerações convergiram sempre para um mesmo ponto: o da impossibilidade jurídica, frente aos princípios de direito processual, de dar à r. sentença exequênda a dimensão que lhe quer emprestar a apelante, fazendo-a, à semelhança da lei, pro-trair seus efeitos no tempo, sem qualquer limitação.

E foram por certo as reflexões expostas talvez um tanto alongadamente neste pronunciamento que levaram a eminente prolatora da douda sentença recorrida a revelar, no r. ato exequendo, a implícita cláusula da limitação temporal dos efeitos ao exercício em curso quando foi o mesmo proferido.

Sim, porque da mesma forma que a sentença que decide a lide entre o Fisco e o contribuinte, com relação expressamente aos tributos de um determinado exercício, tem sua eficácia limitada ao dito exercício, aquela que não restringe expressamente seus efeitos contém, de modo implícito, idêntica limitação.

Alcançou-se, assim, o temperamento das regras processuais pertinentes, ligando-se de algum modo a duração da eficácia do julgado à aplicação do princípio da anualidade (CF, art. 153 § 29) e — o que é mais relevante — evitando-se a pura e simples supressão das aludidas normas.

Por tudo, inatacável a conclusão do decisório.

No capítulo secundário do recurso, busca a apelante esterilizar a ordem que a seu aviso exsurgiria da r. sentença de fls. 35/37 no sentido de que a liquidação complementar seja repetida nos autos da execução.

Já notamos, em preliminar argüida, que em nosso enfoque a decisão impugnada não contém mandamento dessa natureza.

Se, no entanto, a questão prévia que pusemos for rechaçada, entendendo-se que de fato se determinou a renovação dos atos, acreditamos que, nesse passo, o apelo mereça ser provido, para cassar-se o questionado mandamento, pois a repetição afigurar-se-ia desnecessária, além de ter sido o recorrente quem menos contribuiu para que a liquidação se desenvolvesse no lugar equivocado. Traslados para os autos da execução os elementos próprios, estará o Magistrado de primeiro grau em condições de decidir se cabe ou não a complementação do anterior processo liquidatório.

Isto posto, manifesta-se a Curadoria de Fazenda no sentido de que:

a) se desacolha a preliminar suscitada pelo apelado no sentido de que não se conheça, em parte, do recurso, por carecer a apelante de interesse em recorrer;

b) não se conheça do recurso, na parte contida no item 12 das respectivas razões, por ausência de interesse em recorrer;

c) seja o apelo, no mérito, desprovido em seu principal capítulo (itens 3 a 11 das razões de recurso);

d) superada a preliminar posta na alínea *b*, *supra*, se dê provimento parcial ao apelo para cassar-se a determinação de que se repitam os atos tendentes à liquidação praticados nos autos dos embargos, os quais devem ser trasladados, em original ou por cópia, para os autos pertinentes.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1986.

RONALDO DE MEDEIROS E ALBUQUERQUE

Curador de Fazenda

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

II Tribunal de Alçada

Primeira Câmara

Recurso Criminal n.º 759

Recorrente: Roberto Ferreira Pacheco

Recorrido: Ministério Público

— *Não se sabendo ao certo a data em que o advogado do réu tomou conhecimento da decisão, o recurso por ele interposto deve ser havido como tempestivo.*

— *Determinação do Juiz-Relator no sentido da juntada da procuração outorgada ao advogado pelo sentenciado, pena de não-conhecimento de manifestação recursal.*

— *No regime anterior, o recurso cabível de decisão que determinava ou não a aplicação da lei nova a fato julgado por sentença condenatória trânsito era o recurso em sentido estrito (art. 13 § 1.º LICPP). Desnecessidade de invocação analógica para o caso, até porque as hipóteses de recurso no sentido estrito estão, taxativamente, previstas em lei. Impossibilidade de integração analógica. Conhecimento do recurso como agravo (art. 197 LEP). Aplicação do princípio da fungibilidade (art. 579 CPP).*

— *A atenuante da confissão da autoria, no regime atual, não exige, para seu reconhecimento, que a autoria seja ignorada ou atribuída a outrem. A lei nova dispensou esses requisitos. Aplicação da lei mais favorável (art. 2.º parágrafo único CP). Diminuição da pena-base, mantendo-se os demais cálculos da sentença não atingidos pela lei nova.*

PARECER

Egrégia Câmara:

1. Inconformado com a decisão do Dr. Juiz da VEC que desacolheu seu pedido no sentido de ver reduzida a pena em um terço, por força da lei nova (art. 88 III "d" CPP), o sentenciado interpõe o presente recurso em sentido estrito (art. 581 XVII), invocando a integração analógica da lei (art. 3.º CPP). O Dr. Promotor de Justiça entende que o recurso não merece ser conhecido e, caso conhecido, impro-

vido. O Dr. Juiz, em nova apreciação da hipótese, manteve a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos. Que fundamentos? Os da promoção do MP de fls. 238. É o relatório.

2. Não assiste razão ao MP quando argúi a intempestividade do recurso. É que, mesmo que se admita o recurso em sentido estrito como sendo o cabível, os autos não indicam a data em que o advogado do réu foi *intimado* da decisão. Assim, entende-se como tempestivo o recurso interposto.

3. Impõe-se que o advogado do recorrente junte ao processo a devida procuração. Para tanto, deverá o Juiz-Relator determinar a intimação do patrono do réu, assinalando o prazo de 10 dias para o atendimento da diligência pena de não conhecimento do recurso. Juntada a procuração, protesto por nova vista.

4. No regime anterior, o recurso cabível seria o recurso em sentido estrito. Não o invocado, por analogia, isto é, o do artigo 581 XVII CPP, de vez que os casos de recurso em sentido estrito são aqueles taxativamente previstos em lei, não comportando integração analógica. No caso, havia previsão legal expressa: art. 13 § 1.º LICPP.

Agora, com o advento da LEP, o procedimento judicial dos incidentes de execução ganhou tratamento diverso, havendo, somente, o recurso de agravo sem efeito suspensivo das decisões proferidas pelo juiz da execução (art. 197 LEP). É um recurso esdrúxulo, de vez que a lei não lhe fixou procedimento, deixando, inclusive, de indicar o prazo em que deva ser interposto. Penso, porém, que o recorrente não pode ser prejudicado pela interposição de um recurso pelo outro, tanto mais que vivemos um período de adaptação à lei nova. É, pois, caso de aplicar-se a regra do artigo 579 CPP.

5. Finalmente, chegamos ao mérito do recurso.

O sentenciado, efetivamente, prestou confissão judicial (fls. 60). Merece, assim, a atenuante do artigo 65, III, "d", CP. Analisando o aludido dispositivo, salienta Celso Delmanto:

"Antes da reforma penal de 84, esta atenuante exigia, como requisito, que a confissão fosse referente a delito cuja autoria era ignorada ou atribuída a outrem. Agora foi dispensado esse requisito. Basta para a atenuante a simples confissão da autoria. Tal confissão deve ser espontânea, embora não se exija voluntariedade. Pode ocorrer tanto na fase policial como em Juízo". E observa: "a exclusão do antigo requisito é mais favorável. Por isso, deve retroagir" (Cf. CP Comentado, p. 185, Freitas Bastos, 1986).

Faço, aপর, uma ressalva ao ensinamento do ilustre professor paulista: é a de que, no caso da chamada "confissão policial", quan-

do não confirmada em Juízo, deixa de valer como confissão. Confissão é a judicial. A outra, se renegada em Juízo, vale como mero indício, não lhe proveitando, assim, a atenuante.

No caso, a confissão foi judicial.

Portanto, o réu merece desfrutar da atenuante.

A diminuição não pode ser de um terço, como pretende o recorrente. Não se trata de causa de diminuição prevista na parte geral ou na parte especial do CP, mas de mera circunstância legal obrigatória a ser cogitada após a fixação da pena-base (art. 59 CP), na forma indicada pelo artigo 68 CP.

Portanto, vamos ao cálculo da pena.

A pena-base foi fixada em 04 anos e 08 meses de reclusão e multa de Cr\$ 4.800.

Proponho que ela seja diminuída, agora, para 04 anos e 05 meses de reclusão e multa de Cr\$ 4.500, em razão da atenuante ora reconhecida.

Sobre a pena passam a incidir as três causas de aumento consideradas na sentença (fls. 191) a serem apuradas em cálculo de execução a ser efetuado na VEC.

6. Posto isso, proponho:

a) que não se acolha a preliminar de intempestividade do recurso argüida pela Promotoria de Justiça (2);

b) que se assinale ao advogado do réu o prazo de 10 dias para juntar a procuração, pena de não-conhecimento do recurso (3);

c) que se conheça do recurso como agravo (4);

d) que se dê provimento *parcial* ao recurso, na forma indicada (5).

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1986.

SERGIO DEMORO HAMILTON
Procurador de Justiça

RETIFICAÇÃO DE SENTENÇA

Juízo da 3.^a Vara Criminal

Comarca de Duque de Caxias

Processo n.º 6.334

Autor: O Ministério Público

Réu: Jorge Correa Mendes

Nome do réu equivocadamente constante da denúncia e da sentença de primeiro grau. Prova do desacerto vinda aos autos após a publicação do veredicto, que transitou em julgado para o Ministério Público. Inadmissibilidade de o Juiz vir a anular a própria sentença. Regra do artigo 463, I, do Código de Processo Civil, que se revela, face à lacuna do texto processual penal.

PARECER

MM. Dr. Juiz:

Singular hipótese em que o indigitado transgressor foi indiciado, depois denunciado e, finalmente, condenado como se tratando de Jorge Correa Nunes, quando, na verdade, se veio a saber, somente agora, após a publicação da sentença condenatória, que a sua genuína identidade é Jorge Correa Mendes. Ou seja, ao invés de seu nome ser Correa Nunes, como equivocadamente sempre foi lançado, o acertado é Correa Mendes, havendo indubitosa prova do engano acontecido (certidões do Registro Civil às fls. 81 e 82).

Ocorrência que assume maior relevância na ocasião em que se verifica a decretação da revelia do acusado, que, citado por edital (fls. 47), deixou de atender ao chamamento judicial (fls. 47v e 48).

Descoberta do erro quando da intimação pessoal do veredicto de censura ao réu, que, prontamente, apontou a desconformidade (fls. 71), inclusive fazendo prova do alegado (fls. 75).

Decisum que ainda não passou em julgado, apenas, para o acusado.

Examinados.

Diz o artigo 41, da Lei de Ritos, dentre outras formulações, que a denúncia conterà a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo.

Denota asseverar que o legislador optou por nem sempre reclamar do Ministério Público, para o oferecimento da denúncia, ciência integral dos qualificativos daquele contra quem é interposta a prefacial, cuja exata identidade admite seja desconhecida. Apenas, à evidência, frente a tal hipótese, exige, como não poderia deixar de ocorrer, estejam presentes certas características do personagem em desfavor de quem a medida é apresentada, a fim de que os informes pessoais enunciados facultem a possibilidade de se diferenciar este dos demais.

Portanto, presentes junto à petição inicial determinados predicados que distingam o imputado da generalidade, satisfeito estará o requisito legal, sendo que a justificativa deste permissório encontra respaldo no fato de a individuação não se dar estritamente através do nome ou prenome. Para tanto, concorrem a filiação, cor, idade, sinais característicos, profissão ou ocupação, estado civil, alcunha, local de residência, naturalidade, etc.

Assim, investigado aquele dispositivo do artigo 41, do CPP, força convir que o questionamento que agora se impõe, com vista à solução da controvérsia, é o seguinte: o engano no lançamento do nome do acusado tornou inacessível a sua particularização, ou, apesar do desacerto constatado, ainda assim, certas características próprias presentes tornavam possível a personalização daquele contra quem a ação penal foi instaurada?

Cotejando o auto de qualificação de fls. 32, que informou a denúncia, com a certidão de fls. 81, que esclareceu o equívoco, torna-se indubitado admitir tratar-se da mesma pessoa, inclusive concorrendo para tal certeza a ascendência paterna observada (Pedro Correa Nunes), sem olvidar que aquela que aparece como vítima nos autos e assegura ser o cônjuge do acusado (Eleonora da Cruz Mendes — fls. 10 e 54), realmente tem seu nome lançado na certidão de fls. 81, que atesta o casamento da mesma com o réu.

Por conseguinte, com relação à denúncia, *concessa venia*, nada existe a contrariar a sua judiciosidade, razão por que não há falar estar o presente processo nulo *ab initio*.

Resta, pois, saber o que fazer para corrigir o nome do acusado junto à sentença.

Muito embora a lei adjetiva penal seja omissa a respeito, nenhuma injuricidade haverá, *ex-vi* do artigo 3.º do CPP, acaso a solução provenha a partir do artigo 463, I, do Código de Processo Civil, que permite a alteração da sentença após a sua publicação, dês que a corrigenda seja limitada a inexactidões materiais.

No caso, *permissa maxima venia*, manifesta-se como remédio mais convinável o doto juízo desta 3.^a Vara Criminal proceder à errata da sentença de fls. 62/63, tendo como amparo o mencionado dispositivo consolidado na lei processual civil, deferindo, por derradeiro, após a providência de correção, seja novamente intimado o réu da decisão que lhe foi desfavorável (desta feita com o seu autêntico nome), facultando, assim, ao mesmo de *per si* ou através de defensor dativo, a instauração das vias recursais, oportunidade em que a *quaestio* poderá ser reexaminada pelos insígnis julgadores do segundo grau, eis que ao publicar a sentença de mérito de fls. 62/63, V. Exa. findou a sua missão jurisdicional, nada mais podendo ser feito, salvante aquela natural providência reparadora postulada.

É o entendimento.

Duque de Caxias, 11 de novembro de 1986.

SILVIO A. DE MIRANDA VALVERDE

Promotor de Justiça

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Revisão e Reajuste

Juízo da 4.^a Vara Cível da Comarca de São Gonçalo

Processo n.º 24.849

PARECER

MM. Dr. Juiz

Trata-se de Ação Comum, rito Ordinário, proposta por Ary Lemos e Outros contra o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Tem por objeto a revisão dos cálculos do primeiro e dos posteriores reajustes dos benefícios previdenciários de prestação continuada de que os AA. são titulares (aposentadorias e pensões previdenciárias). Nela se pleiteia, igualmente, o pagamento das importâncias resultantes da diferença entre a renda mensal assim obtida e os valores efetivamente pagos pela Autarquia-Ré, calculadas desde a concessão dos aludidos benefícios e acrescidas de juros de mora e correção monetária.

Os feitos, conquanto confusos, apresentam o seguinte andamento:

1. Ação proposta em 19-12-85 (fls. 02);
2. INPS citado em 30-01-86 (fls. 245);
3. Contestação do INPS em 20-03-86 (fls. 772);
4. Réplica dos Litisconsortes AA. em 17-04-86 (fls. 807);
5. Intervenção Litisconsorcial ulterior em 28-01-86 (fls. 247);
6. INPS citado para esta intervenção em 05-05-86 (fls. 824);
7. Impugnação do INPS aos argumentos dos Litisconsortes ulteriores em 18-06-86 (fls. 825);
8. Réplica dos Litisconsortes ulteriores em 15-09-86 (fls. 849).

A presente Ação, s.m.j., já se encontra suficientemente instruída, uma vez que, no que tange a seu mérito, nela se cogita de questões de direito e de fato cuja prova já foi produzida. Prescinde-se, assim, de Audiência de Instrução e Julgamento. Logo, em face dos termos do inciso I do artigo 330 do CPC, e por ser o momento próprio, o MP opina:

1. Por que V. Ex.^a, no exercício do poder-dever de velar pela ordem e pelo regular andamento do processo (art. 125, II do CPC), julgue

inoportuna e imprópria a intervenção litisconsorcial ocorrida nos presentes feitos, e determine a exclusão processual de Clerio Claro da Costa e dos outros litisconsortes ulteriores qualificados a fls. 247/259. O Código de Processo Civil é expreso ao elencar as hipóteses de formação do Litisconsórcio ulterior. Este é possível, tão-somente, nas seguintes situações:

- A. Hipótese de litisconsórcio necessário regulada pelo parágrafo único do art. 47 do CPC.
- B. Situação de Assistência Litisconsorcial, prevista nos termos do art. 54 do CPC.

Em nenhuma das hipóteses processuais indicadas *supra* se enquadra a situação dos litisconsortes intervenientes.

Não são eles litisconsortes necessários dos AA. originários da Ação. O litisconsórcio que entre os dois grupos (o inicial e o interveniente) poderia existir não derivaria de imposições legais, nem se fundaria em uma mesma relação jurídica, una e indivisível, para com a Autarquia-Ré, no plano do direito material. Não se lhes aplica, assim, a regra do art. 47 do CPC.

Não podem eles, tampouco, formar um litisconsórcio ulterior pela via do art. 54 do CPC. De acordo com a melhor doutrina, essa modalidade de assistência só ocorre em dois casos: A) quando o direito em discussão pertence *também* ao assistente, de modo que ele teria legitimação para agir sozinho em defesa daquele; e B) quando o direito que se pleiteia pertence ao assistente, mas está sendo discutido por um substituto processual. Em outras palavras, a Assistência Qualificada é possível, unicamente, quando o direito por que se luta é *também* do Assistente, ou é só deste. Esta não é a hipótese dos autos. Cada um dos litisconsortes na presente Ação pleiteia direito exclusivamente seu. Não há qualquer co-titularidade de direito ou substituição processual nos presentes autos. Não há que se aplicar, por conseguinte, o art. 54 do CPC.

O único litisconsórcio possível que se poderia estabelecer entre os AA. originários e os intervenientes na Ação é um litisconsórcio facultativo simples com fulcro na permissão constante do inciso IV do art. 46 do CPC. Mas, desde que se o fizesse *antes* da propositura da Ação. Isso porque as hipóteses de firmação de litisconsórcio ulterior facultadas pelo CPC — além de se esgotarem com as duas acima referidas — não trazem qualquer modificação à demanda já proposta. Ao permiti-las, o Código não cogita, *v.g.*, de *modificação do valor da causa*, decorrente desta intervenção. E nem poderia. A entrada da esposa nos feitos em que o marido defende (ou pleiteia) direito real sobre bem imóvel (art. 47 do CPC), ou a vinda do condômino para prestar auxílio em Ação proposta pelo co-proprietário

para reivindicar coisa comum (art. 54 do CPC) não trarão, jamais, qualquer modificação ao valor atribuído à causa. E isso porque o direito em jogo é *um só, e não vários*, como os que se vêem nos presentes autos. A intervenção litisconsorcial ocorrida no processo *mudou* a situação da demanda, pois acresceu diversos outros direitos aos já defendidos na Ação; *modificou* o valor da causa, em face do acréscimo das prestações pecuniárias que agora foram incluídas; *tumultuou* o processo, pois trouxe três e meio novos volumes aos autos principais; e *atentou* contra a sistemática do CPC, que não admite mudanças na demanda, oriundas da intervenção litisconsorcial.

Eis por que o MP pede a exclusão dos litisconsortes intervenientes, qualificados a fls. 247/259, e o desentranhamento das peças de fls. 247 a 770 e 824 a 897, já que o *munus* de prestar Justiça não é atividade de *halterofilismo jurídico*.

2. Pela concessão do benefício da gratuidade de Justiça aos AA. originários, por sua condição de juridicamente necessitados, nos termos da Lei 1.060/60.

3. Pela rejeição da preliminar de Incompetência absoluta deste douto Juízo — argüida pela Autarquia-Ré —, com fulcro nos termos do parágrafo 3.º do art. 125 da Constituição Federal, já que se cogita, nos presentes autos, de Ação em que instituição de previdência social é parte; demanda cujo objeto é benefício de natureza pecuniária; e comarca que não é sede de Seção Judiciária federal.

4. Pela rejeição da preliminar de ilegitimidade da parte passiva da relação processual. A pertinência subjetiva — tanto ativa, quanto passiva — da lide proposta é evidente, uma vez que a relação previdenciária (de direito material) se estabelece entre o segurado e a Autarquia-Ré, em conformidade com os termos dos arts. 6.º, 179, II “a” e 180, I do Decreto n.º 89.312/84 (CLPS).

5. Pela rejeição da preliminar de impossibilidade jurídica da Ação (*rectius*, do pedido), uma vez que, em tese, a pretensão é possível em face dos termos do art. 183 e do Título VII do Dec. n.º 89.312/84 — (CLPS), que se instruem na permissão legal mais abrangente do parágrafo 30 do art. 153 da CF.

6. Pelo acolhimento parcial da *questão de mérito* (e não prejudicial, como quer a Ré) da prescrição. Os termos dos arts. 98 do Decreto n.º 89.312/84 (CLPS) e 272, *caput* e parágrafo único, do Decreto n.º 83.080/79 — (RBPS) são claros: O direito ao benefício previdenciário é imprescritível, mas o pagamento da mensalidade não reclamada prescreve em 05 (cinco) anos contados da data em que esta se torna devida. Esta última é a modalidade de prescrição que o MP entende como ocorrida nos presentes autos.

7. Quanto ao *Mérito*, o MP se vê na contingência de alongar seu parecer ante a complexidade da matéria que envolve a lide.

A previdência social inaugurou seus arrebóis através da *Lei Eloy Chaves, Decreto 4.682, de 24 jan. 23*, criando as antigas CAP's (*Caixas de Aposentadorias e Pensões*), sendo pioneiras na espécie a CAPEFL (*Cap da Estrada de Ferro Leopoldina*) — jan 23 — e a CAPEFCB (*Caixa de Aposentadorias e Pensões da Estrada de Ferro Central do Brasil*) — mar 28. Por volta de 1933/34, comprovado o êxito da idéia, começaram a multiplicar-se as CAP's, pelas mais diversas categorias profissionais e, como não bastasse, surgiram verdadeiros conglomerados previdenciários fulcrados em associações de CAP's de categorias profissionais congêneres, tais como navegação marítima, serviços públicos de telefonia, gás, eletricidade, ferroviários, navegação aérea, atividades portuárias e aeroviárias, bancária, comercial, etc., evoluindo, então, para a era dos IAP's (*Institutos de Aposentadorias e Pensões*), aglutinando-se em grupos de 06 (seis) grandes órgãos de seguridade social, excluído o Ipase.

No período de existência das CAP's, e posterior transição para os IAP's, os reajustamentos dos benefícios de manutenção continuada (aposentadorias e pensões) obedeciam a parâmetros fixados, ora por Portarias do DNPS / MTPS, ora por coeficientes atuariais internos, ou, ainda, por legislação extravagante.

A grande alteração unificadora dessa ocorrência resultou da publicação da Lei 3.807, de 26 de ago 60, LOPS, a *Lei Orgânica da Previdência Social*, regulamentada pelo Dec. 48.959 A, de 19 set 60, que, no seu art. 67, assim definia:

"Lei 3.807/60.

Art. 67 — Os valores das aposentadorias e pensões em vigor serão reajustados sempre que se verificar, na forma do § 1.º deste artigo, que os índices dos segurados ativos ultrapassem em mais de 15% (quinze por cento) os do ano em que tenha sido realizado o último reajustamento desses benefícios.

§ 1.º — O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio mandará proceder, de dois em dois anos, à apuração dos índices referidos neste artigo e promoverá, quando for o caso, as medidas necessárias à concessão do reajustamento.

§ 2.º — O reajustamento consistirá em acréscimo determinado de conformidade com os índices, levando-se em conta o tempo de duração do benefício, contado a partir do último reajustamento ou da data da concessão quando posterior.

§ 3.º — Para o fim do reajustamento, as aposentadorias ou pensões, serão consideradas sem as majorações de-

correntes de lei especial ou de elevação dos níveis de salário-mínimo, prevalecendo porém os valores desses benefícios, assim majorados sempre que forem mais elevados que os resultantes do reajustamento de acordo com este artigo" (grifei).

Infere-se daí que os índices de reajustamentos persistiram, e com base no tempo de duração do benefício (§ 2.º), servindo o salário-mínimo, apenas, como paradigma para reajustamento daqueles benefícios contidos nesse valor mínimo (§ 3.º), caso fosse mais benéfico do que o produto resultante do emprego do índice.

Como uma mancha ácida a corromper a seguridade social, persiste até hoje essa filosofia de fixar-se coeficientes segundo o tempo de manutenção dos benefícios, apesar de que, com o advento do *Dec.-Lei n.º 66*, de 21 nov 66, essa situação é insustentável, *data venia*.

Com efeito, ao alterar dispositivos contidos na *Lei n.º 3.807/60*, via direta, o *Decreto n.º 48.959 A/60*, o novel *Dec.-Lei n.º 66/66* e seu diploma regulador, o *Decreto n.º 60.501*, de 14 mar 67, deram redação excêntrica ao entendimento antes festejado, sepultando de vez aquele anacronismo jurídico, que, pretensiosamente, sustentava a tese de que estaria fazendo justiça aos segurados, quando, na realidade, aviltava-lhes o Direito. Cairam, finalmente, os índices com lastro no *tempo de manutenção dos benefícios*; passava a prevalecer a filosofia dos índices com base na *Política Salarial do Governo*, o que, *intelligenti pauca*, desembocava no índice do próprio aumento do salário-mínimo ou quase.

O artigo 67 da *Lei 3.807/60*, na nova redação dada pelo artigo 17 do *Decreto-Lei 66/66*, ficou assim:

"Decreto-Lei 66/66.

Art. 17 — O artigo 67 e seus parágrafos da *Lei 3.807* passam a ter a seguinte redação:

Art. 67 — Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados sempre que for alterado o salário-mínimo.

§ 1.º — O reajustamento de que trata este artigo vigorará sessenta dias após o término do mês em que entrar em vigor o novo salário-mínimo, arredondando o total obtido para a unidade de milhar de cruzeiros imediatamente superior.

§ 2.º — Os índices de reajustamento serão os mesmos da política salarial estabelecida no artigo 1.º do *Decreto-*

Lei n.º 15, de 29 de junho de 1966, considerado como mês básico o de vigência do novo salário-mínimo" (grifei).

Emergem disto as seguintes constantes:

1. O índice de reajustamento dos benefícios passou a obedecer à Política Salarial segundo o **artigo 1.º do Decreto-Lei 15/66**; logo, o mesmo que rege o aumento do custo econômico-financeiro do mercado;

2. A data do reajustamento foi tixada para 60 (sessenta) dias após ao término do mês em que vigorar o novo salário-mínimo, fato que resulta na real data de 90 (noventa) dias após a vigência do salário-mínimo; prejudicando, sensivelmente, os segurados em benefício.

3. **Inexiste qualquer referência à malfadada filosofia de vinculação do índice de reajustamento ao tempo de manutenção do benefício.** Houve, pura e simplesmente, a revogação do dispositivo anterior pela **nova redação** implantada nesse Decreto-Lei 66/66.

Falar em "índice de reajustamento segundo o tempo e manutenção do benefício" ou "fatores de redução", a partir do Decreto-Lei 66/66, data venia, é heresia jurídica.

Entretanto, o Supdo. continuou a usar tabelas escalonadas cujos percentuais de reajustamentos eram montados na razão direta do tempo de manutenção dos benefícios, ou seja, quanto mais a concessão do benefício se aproximava (menos tempo) da data de vigência do novo salário-mínimo, menores percentuais de coeficiente de reajustamento auferia.

Promulgada nova alteração da LOPS (Lei n.º 3.807/60), através da Lei n.º 5.890, de 08 jun 73, e regulamento, o Decreto 72.771, de 06 set 73, teve-se a correção da data do início do pagamento dos reajustamentos dos benefícios, que, invés de 90 (noventa) dias após o salário-mínimo (Decreto-Lei 66/66), passou a vigor na mesma data que esse, *in verbis*:

"Lei 5.890/73.

Art. 67 — Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados sempre que for alterado o salário-mínimo.

§ 1.º — O reajustamento de que trata este artigo será devido a partir da data em que entrar em vigor o novo salário

mínimo, arredondado o total obtido para a unidade de cruzeiro imediatamente superior.

§ 2.º — *Os índices do reajustamento serão os mesmos da política salarial estabelecida no artigo 1.º do Decreto-Lei 15, de 29 de julho de 1966, considerado como mês básico o da vigência do novo salário-mínimo" (grifei).*

Assim, exsurge dessa legislação o entendimento de que o índice de reajustamento dos benefícios seria a Política Salarial do Governo e fixado no mês de vigência do novo salário-mínimo. Manteve a regência do Decreto-Lei 15/66 sobre os índices de reajustamento, e não fala sobre os tais fatores de redução segundo o tempo de manutenção dos benefícios.

Ressalta aos olhos dos menos avisados que o legislador quis deixar patenteada a salutar diretriz de que o salário-mínimo representava o **quantum** piso estimado pela Política Salarial do Governo e que os aumentos dos benefícios em manutenção teriam que acompanhar esse **quantum** no que tange ao coeficiente indicial dos reajustamentos gerais, paralelamente.

Só não vinculou os valores dos benefícios em manutenção ao salário-mínimo, diretamente; isto, por temor fóbico ao "fantasma" da paridade quantitativa entre estes (salários-mínimos) e aqueles (benefícios de prestação continuada). Preferiu usar a fórmula indireta da fixação dos índices apurados na efetiva data do aumento salarial mínimo, que, sem muito esforço, espelham os próprios índices que impulsionaram o novo salário-mínimo.

A única disritmia com raciocínio *supra* unge-se à deletéria utilização, pelo Suplicado, das escalas percentuais baseadas no tempo de manutenção dos benefícios, ilegalmente, o que faz com que somente os mais antigos alcancem o real índice de alteração do salário-mínimo.

Bem, logo a seguir despontou no cenário jurídico a Lei 6.205, de 29 abr 75, vetando a utilização do salário-mínimo como *paradigma* proporcional a qualquer forma de reajustamento ou oneração negocial, salvo, específicas exceções. Esta legislação ordinária nenhum notável efeito ocasionou no mundo previdenciário, a não ser quanto às contribuições de segurados e categorias minoritárias de pagamentos de benefícios de prestação única e algumas contidas nesse nível salarial.

Lembra-se que, para a previdência social, principalmente, o salário-mínimo, de *per si*, é uma "sarna" que urge evitar em qualquer ocasião que se apresente. Usá-lo(?), só para cobrar contribuições e deveres; na ocasião de pagar, utiliza-se figuras retóricas, tais como:

“índice de reajustamento”, “salário de contribuição”, “valor referência”, “salário estimativo”, etc.

Entrementes, ao aproximar-se a época dos reajustamentos dos benefícios, que se confunde com as datas-bases dos aumentos dos Salários-mínimos, *ex-vi Lei 5.890/73*, antefalada, ejeta-se outro ordenamento legal, a *Lei 6.708, de 30 out 79*, que, como a figura da dramaturgia grega — *Phenix* — traz das cinzas o salário-mínimo, não como *paridade quantitativa de aumento*, positivo, mas, como *paridade quantitativa de redução*, negativo. Invertia-se, portanto, a essência desse salário. O “fantasma”, que sempre assustou o sono dos técnicos *atuariais* da Previdência Social, passava a integrar seus quadros como fiel escudeiro.

Foram criadas *faixas salariais* medidas em *salários-mínimos* de maneira que *quanto mais salários-mínimos recebia o aposentado, cu pensionista, menos colheria de índice de reajustamento, aumento*. Trocou-se a aberração filosófica dos índices *por faixas de tempo de manutenção dos benefícios*, — que houvera sido decapitada pelo *Decreto-Lei 66/66*, mas, que continuava a vagar pelos corredores do INPS, Suplicado, *ilegalmente*, — pela aberração da *faixa de valor do benefício em manutenção*. Achatava-se, vergonhosamente, os melhores benefícios em manutenção, sem que se melhorasse, em contrapartida, os de menores condições financeiras, uma vez que, se estes estavam nas *faixas menores*, medidas em salários-mínimos, ao receberem o *real coeficiente* (máximo) de reajustamento, continuavam a pertencer a essa mesma *faixa menor*, segundo o *novo* salário-mínimo. O mérito *consistiria* em não serem “achatados” como seus colegas viajores dessa “canoa furadá”. Quem estava em “baixo”, permaneceria em “baixo” — quem estava em “cima”, despencaria para “baixo”. O resultado financeiro desse rearranjo sobriaria para os cofres do órgão previdenciário, Supdo.

Diz a Filosofia que a alegria do Professor é ser ultrapassado pelos seus discípulos, pois, quando isto acontece, o mister foi atingido plenamente, o professor cumpriu sua missão.

Tratando-se de previdência social, matéria aqui enfocada, *Maquiavel* exulta na tumba, eis que seus discípulos transformaram-se em mestres, fazendo-o mediocre discípulo...

E para provar o que se afirma, eis que o INPS, insatisfeito com a utilização negativa das *faixas de valor*, ainda, *arrematou por empregar o “velho” salário-mínimo, ultrapassado, vencido*. Com isso *defasou duas vezes os valores dos benefícios em manutenção*, infelicitando a “gregos e troianos”, pois, ao mesmo tempo em que desvalorizava (despencava) os benefícios de melhores rendas mensais de manutenção, atribuindo-lhes índice menor, ainda desvalorizava (despencava) os benefícios de menores rendas mensais de manu-

tenção, e, outra vez, ós de melhores rendas mensais em *relação* ao novo salário-mínimo.

Chamava-se a isso “efeito cascata”, sem dúvida, a levar de roldão montanha abaixo o direito de todos os aposentados e pensionistas da LOPS...

Transcreverei, *in verbis*, alguns tópicos da *Lei 6.708, de 30 out 79*, que, *permissa venia*, podem definir o choque de interesses na lide:

“Lei 6.708/79

Art. 1.º — O valor monetário dos salários será corrigido semestralmente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, variando o fator de aplicação na forma desta lei.

Art. 2.º — A correção efetuar-se-á segundo a diversidade das faixas salariais e cumulativamente, observados os seguintes critérios:

I — até três vezes o valor do maior salário-mínimo, multiplicando-se o salário ajustado por um fator correspondente a 1.1 da variação semestral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor;

II — de três a dez salários-mínimos aplicar-se-á, até o limite do inciso anterior, a regra nele contida e, no que exceder, o fator 1.00;

III — acima de dez salários-mínimos aplicar-se-ão as regras dos incisos anteriores até os respectivos limites e, no que exceder, o fator 0.8.

§ 1.º — Para os fins deste artigo, o Poder Executivo publicará, mensalmente, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ocorrida nos seis meses anteriores.

§ 2.º — O Poder Executivo colocará à disposição da Justiça do Trabalho e das entidades sindicais os elementos básicos utilizados para a fixação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

.....
.....
Art. 14 — O § 3.º do artigo 1.º da Lei 6.205, de 29 de abril de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3.º — Para efeitos do disposto no artigo 5.º da Lei n.º 5.890, de 1973, os montantes atualmente correspondentes a 10 e 20 vezes o maior salário-mínimo vigente serão corrigidos de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.”

.....

.....

Art. 22 — Esta lei entrará em vigor no dia 1.º de novembro de 1979, independentemente de sua regulamentação pelo Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da sua publicação” (destaquei, grifei).

Ressaltada a Lei 6.708/79, passa-se ao Decreto n.º 84.135, de 31 out 79, que instituiu o NOVO salário-mínimo, *ipsis litteris*:

“Dec. 84.135/79

Art. 1.º — A tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto n.º 83.375, de 30 de abril de 1979, fica alterada na forma da nova tabela que acompanha o presente decreto e vigorará pelo prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe o § 1.º do artigo 116 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

.....

.....

Art. 5.º — O presente Decreto entra em vigor em 1.º de novembro de 1979, revogadas as disposições em contrário” (destaquei, grifei).

A tabela que acompanha esse Decreto n.º 135/79 atribui à 15.ª Região — Estado do Rio de Janeiro — o salário-mínimo de Cr\$ 2.932,83 (dois mil, novecentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta e três centavos), à época.

Ora, do cotejo desses dois ordenamentos legais chega-se à plena conclusão de que, ao entrar em vigor a Lei 6.708/79, a 1.º nov 79, o salário-mínimo já era de Cr\$ 2.932,83, pois, também, o Decreto 84.135/79 entrou em vigor na mesma data, 1.º de nov 79 e alterou a tabela instituída pelo anterior Dec. 83.375/79. Portanto, as faixas salariais indicadas no art. 2.º, na Lei 6.708/79 não poderiam expressar salários-mínimos revogados, vencidos, salvo, se o novo Decreto 84.135/79 fizesse expressa remessa àqueles salários, eis que pacífico o entendimento doutrinário, filosófico e jurisprudencial, que a lei nova, ao conflitar, frontalmente, com a anterior, revoga-a na plenitude

Daí, ao entrar em vigência a *Lei 6.708/79*, legalmente, *inexistia o valor escolhido pelo INPS, Supdo.*, pois o salário-mínimo era de Cr\$ 2.932,83, por força do artigo n.º 5 do Decreto 84.135/79, e de acordo com a tabela instituída pelo artigo 1.º, do mesmo comando legal. Inocorreu a figura da *vacatio legis*, único reduto, *permissa venia*, no qual poder-se-ia acastelar o Suplicado.

Há que se observar, por outro lado, que o artigo 2.º, inciso I, da *Lei 6.708/79*, se refere diretamente à "multiplicação do salário ajustado por um fator" de aplicação. Pergunta-se: Qual é o salário ajustado?

Sem dúvida, o vigente à data de 1.º nov 79, o novo salário-mínimo; o antigo salário-mínimo, na verdade, era o salário inajustado, *data venia*.

Ciente de que praticara uma série de irregularidades, fato que avultou com a *Lei 6.708/79*, tentou a Previdência Social torcer a rota da verdade, e, através do *Decreto-Lei 2.087/83, publicado em dezembro de 83 consolidado no artigo 25 da mais recente CLPS, o Decreto 89.312, de 22 jan 84*, implantou diretrizes tão draconianas, que, finalmente organizados em entidades de representação jurídica (associações), os aposentados e pensionistas saíram do peculiar mutismo e passaram a invectivar a previdência social com tal veemência que os "ouvidos de mercador" dos Atuários não resistiram e trataram de retornar à antiga rota.

O caviloso *Decreto-Lei 2.087/83 ementava* legislar sobre recolhimentos de contribuições. Contudo, fugindo à sua finalidade, no artigo 2.º, dizia:

"Art. 2.º — Os benefícios da prestação continuada da Previdência Social serão reajustados quando for alterado o salário-mínimo, de acordo com a evolução da folha de salários de contribuição dos segurados ativos, não podendo o reajustamento ser inferior, proporcionalmente, ao incremento verificado.

Parág. Único — O Ministro da Previdência Social expedirá as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo" (grifei).

O malévolo encarte esmagaria, mais uma vez, os aposentados e pensionistas.

Da enérgica atitude dos prejudicados segurados resultou o recuo da Previdência Social, Supdo., que, na pessoa do *Ministro de Estado do MPAS, em Exposição de Motivos* encaminhando projeto de legislação ao Exmo. Presidente da República, projeto esse que originou o *Decreto-Lei 2.171, de 13 nov 84*, confessa que a aplicação

incorreta do "velho" salário-mínimo, em detrimento do *novo salário-mínimo*, ao definir as faixas salariais, era de total conhecimento da Previdência Social, *in verbis*:

"O enquadramento do valor do benefício nas faixas salariais será feito, doravante, com base no novo salário-mínimo, diversamente do que até agora vinha sendo observado, que era considerar o salário-mínimo em vigor até a data do reajustamento" (grifei).

Uma bela desculpa, tentando tornar justificável um procedimento espúrio, ao desencanto da lei, enquanto que, ao mesmo tempo, pretendia envolver a todos com a "benesse" de uma legislação mais justa, "doravante" (SIC).

Essa "pedra de toque" da absurdez, foi lapidada assim:

"Art. 2.º — Os índices do reajustamento serão os mesmos da política salarial, considerando-se como mês básico o do início da vigência do novo salário-mínimo."

A efêmera vigência do *Decreto-Lei 2.087/79*, durante o lapso de dez 83 a 18 abr 84, nenhum efeito danoso causou aos segurados, sendo revogada *in tempore* pelo *Decreto-Lei n.º 2.113/84*.

Sem embargo, exceção feita à ausência de indicação do *Decreto-Lei 15/66*, o *Decreto-Lei 2.171/84*, nada mais fez do que revigorar e repetir o artigo 17, do *Decreto-Lei 66/66*, retro transcrito, que, ainda, foi consolidado nas sucessivas CLPS, na ordem: artigo 30, § 2.º, do *Decreto 77.077*, de 24 jan 76, e no artigo 153, § 1.º, do *Decreto 83.080*, de 24 jan. 79, e que haviam sido revogados pelo *Decreto-Lei 2.087/83*. A *Exposição de Motivos* do Ministro de Estado do MPAS vinculando a utilização do *novo salário-mínimo* a uma ordenação jurídica, que nada mais fez do que repetir a anterior, vale como confissão em prol dos AA.

O que se sobressai do cotejo entre a antiga legislação e a proposta pela Previdência Social, inarredavelmente, é que, desde o advento do *Decreto-Lei 66/66*, de 21 nov 79, a linha de atuação da Previdência Social girou sempre em torno do *novo salário-mínimo*, e a *Lei 6.708/79* não fugiu à regra. Em assim sendo, a cabulosa utilização do "antigo" salário-mínimo espancou direitos solidamente embasados.

Diga-se, *en passant*, que assim é até a presente data.

Por tudo isso, opina o MP pelo *Acolhimento* da inicial, parcialmente, no que concerne ao reajustamento das mensalidades de manutenção dos benefícios dos AA. a fim de:

1. Garantir-lhes a revisão dos valores mensais, utilizando-se os índices de reajustamento máximo cominado em lei, alijada qualquer forma de índices diferenciais com base no tempo de concessão (manutenção) dos seus benefícios, isto, a partir do Decreto-Lei n.º 66/66, de 24 nov. até 31 out. 79.

2. Para efeitos das faixas salariais ordenadas na Lei 6.708, de 30 out 79, seja computado o Salário-Mínimo implantado na data de 01 nov 79, o novo salário-mínimo, estabelecido por força dos artigos 1.º e 5.º, do Decreto 84.135, de 31 out. 79.

3. Negue-se aos AA a correção financeira que seria advinda do atraso dos pagamentos reajustados, e já cobertos, pelo Supdo., com atraso de 90 dias, aproximadamente, oriundo de problemas administrativos, pois, prejudicado o item frente ao que se segue.

4. Acolhimento do pedido inicial quanto à correção monetária e juros incidentes sobre as prestações vencidas, na forma da Súmula 71/TFR e Lei 6.899/80, sucessivamente, cujo montante deverá respeitar a prescrição quinquenal a contar da distribuição do feito, *ex vi legis*, e, também, os efeitos anuais do Dec.-Lei 2.284, de 10 mar 86, que instituiu o chamado Plano Cruzado, além das custas e honorários advocatícios, estes segundo estimativa do honorável Juízo da 4.ª Vara Cível da Comarca de São Gonçalo.

São Gonçalo, 31 de dezembro de 1986.

WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
Promotor de Justiça



JURISPRUDÊNCIA (*)

JURISPRUDÊNCIA CÍVEL

Supremo Tribunal Federal (*)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N.º 103.513 — MG

(Segunda Turma)

Relator: O Sr. Ministro Francisco Rezek

Recorrentes: Márcia Lima Gomes e outra — Recorridos: Afonso Arinos Andrade Faissol, s/mulher e outros.

Investigação de paternidade, cumulada com ação anulatória de atos jurídicos e petição de herança.

I. O argumento da doação simulada foi desautorizado na origem, e não há como aboná-lo em instância extrema sem o revolver da prova.

II. Os efeitos da sentença que reconhece a paternidade post mortem não atingem a situação já consolidada dos descendentes em favor de pessoas, na época, desvestidas dessa qualidade jurídica. Inocorrência de afronta ao art. 1.132 do Código Civil.

Recurso extraordinário não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, não conhecer do recurso.

Brasília, 18 de fevereiro de 1986.

Djaci Falcão
Presidente

Francisco Rezek
Relator

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Francisco Rezek: A controvérsia vem descrita no despacho com que, na origem, o Desembargador Hélio Costa negou trânsito ao recurso extremo:

(*) Nos acórdãos do Egrégio Supremo Tribunal Federal, em obediência ao Ofício GDG nº 234, de 20-11-80, do Sr. Diretor-Geral do STF, os nomes das partes interessadas sairão publicados na íntegra.

"Márcia Lima Gomes e Mariza Lima Gomes ajuizaram ação investigatória de paternidade, cumulada com demanda anulatória de atos jurídicos e petição de herança.

Na demanda anulatória alegaram que, depois do nascimento delas, o pretenso pai Napoleão Faissol incorporou, como parte de integralização do capital que subscreveu à "Agro Pastoril J. Moreno Ltda." uma área de terrenos, que posteriormente, através de duas escrituras, foram vendidos a Samir Tannus e sua mulher, esta filha de Napoleão Faissol.

E, ao fundamento de que vendas se fizeram em infração ao artigo 1.132 do Código Civil, pois que sem o consentimento das Autoras, pediram estas que se decretasse a nulidade daquelas vendas e se determinasse que a parte dos terrenos, recebida por Afonso Arinos Andrade Faissol, na ocasião de sua incorporação à sociedade referida, integrada por Napoleão Faissol e por seu filho, o referido Afonso Arinos Andrade Faissol, fosse levada a colação por configurar-se em adiantamento da legítima

A sentença julgou procedente as ações de investigação de paternidade e de petição de herança. Mas julgou improcedente a anulatória dos atos de compra e venda, aos fundamentos de que não foram alcançados pela retroação dos efeitos de reconhecimento forçado da paternidade das Autoras e porque não se provou que fossem doação com simulação de venda, com a finalidade de lesar alguém.

Confirmada, em grau de apelação, esta sentença, recorrem extraordinariamente as Autoras Márcia Lima Gomes e Mariza, com alicerce no artigo 119, III, letras a e d e o argumento de que o julgado recorrido, além de malferir o artigo 1.132 do Código Civil, conflitou com a jurisprudência da Excelsa Corte..

O recurso foi impugnado a três fundamentos: o valor cumulado dado às três ações não permite a apuração do valor da causa em que se manifestou o recurso extraordinário pelo que este não pode ser admitido; não houve negativa de vigência ao artigo 1.132 do Código Civil, impertinência da jurisprudência invocada para justificar o dissídio pretoriano.

Inadmito o recurso.

Primeiro, porque é procedente a meu parecer, o argumento dos recorridos. alicerçado em aresto do Supremo Tribunal Federal, de que, não se sabendo qual o valor da causa em que é manifestado o recurso extraordinário (a demanda anulatória), satisfeita não resta a exigência da norma regimental que fixa o valor da alçada para o recurso

Segundo, porque um dos fundamentos pelos quais foi rejeitada a demanda anulatória é a tese de que as vendas que se quer anular não são alcançadas pela retroação dos efeitos do reconhecimento forçado da paternidade das recorrentes. Ora, à evidência, esse fundamento não entra em liça com o artigo 1.132 do Código Civil, pelo que, no acórdão recorrido, nem se pode reconhecer a negativa de sua vigência, nem se pode admitir dissídio com os acórdãos do Supremo Tribunal Federal, fixadores da inteligência daquela norma" (fls. 413/415).

Para melhor exame, provi agravo de instrumento. Então, com vista dos autos, opinou pelo Ministério Público a Procuradora Anadyr Rodrigues:

"Trata-se de "ação de investigação de paternidade, cumulada com ação anulatória de atos jurídicos e ação de petição de herança" que, em primeira instância, mereceu decisão que:

- a) julgou procedente a ação de investigação de paternidade;
- b) declarou as Autoras carecedoras da ação de anulação de ato jurídico; e
- c) reconheceu as Autoras como herdeiras do investigado, para concorrer à herança em igualdade de condições com os demais herdeiros.

O E. Tribunal a quo houve por bem confirmar, na íntegra, a r. sentença e, no tocante ao artigo 1.132 do Código Civil, assim se pronunciou:

"Ao mérito: a apelação das Autoras procura nulificar a venda que a sociedade comercial "Agro Pastoril J. Moreno Ltda." fez a Samir Tannus e sua esposa, por infringência do artigo 1.132 do Código Civil. E entende nula a incorporação de bens que à sociedade fez Napoleão Faissol por haver nela um adiantamento de legítima em favor de Afonso Arinos Andrade Faissol, filho de Napoleão, e seu único sócio. A meu ver, faltou um exame perfeito da espécie e a sentença, por isto mesmo, deixou passar ao largo de qualquer cogitação o fundamento principal da decisão. Ao contrário do que se afirma, não há venda feita de ascendente a descendente. A incorporação difere da venda, como é óbvio, principalmente no sentido genérico em que é usada, para significar a integração de bens imóveis para perfazerem o patrimônio de uma sociedade comercial. Há realmente uma alienação do bem, mas nunca à imagem da compra e venda porque a destinatária dos bens é uma pessoa jurídica que não compra, que não paga nenhum preço. A lei não poderia ter a abrangência que se lhe quer dar, na exegese do art. 1.132 do Código Civil. E para que se fuja à incidência deste, basta lembrar que há a interposição de uma pessoa jurídica que nunca poderia ser descendente física de uma pessoa natural. As AA. pretendem identificar aí uma *fraus legis*, alienação por interposta pessoa. No caso do "presta nome", embora seja a final caso de nulidade, não é prescindível a prova da simulação como instrumento da fraude. E a prova desta fraude não se limita à transferência dos bens em si. *In casu* especificamente, era necessária a prova de que a sociedade "Agro Pastoril J. Moreno Ltda." não passava de um simulacro, *umbra sine effectu* criação sem conteúdo e destinada tão-só, a capear a transferência ilegal de bens. Esta prova não se fez e não foi, sequer, precedida de uma argumentação que a viabilizasse. Até prova em contrário, há que se ter por existente a pessoa jurídica (sociedade comercial), regularmente registrada na Junta Comercial, com vasto patrimônio, depois dissolvida. Esta pessoa jurídica, perfeitamente distinta da pessoa de seus sócios, recebeu os bens em incorporação (*sic*) e depois vendeu parte deles aos terceiros apelantes. Nem se argumente com a intervenção na escritura do segundo apelante, filho de Napoleão Faissol, o outro sócio na "Agro Pastoril". A intervenção se fez *ad cautelam*, mas não tem expressão jurídica. Não havia necessidade dela. Sem a prova de que a sociedade comercial inexistisse, vale dizer, de que sua constituição não tenha passado de um instrumento, de um expediente simulado para propiciar a alienação ilegítima — não se pode admitir que a venda incidisse na proibição do artigo 1.132. A prova demonstra que a sociedade comercial "Agro Pastoril J. Moreno Ltda." tinha existência jurídica. Nada conspira contra sua atuação de direito e de fato, sendo de notar-se, em particular, que ela celebrou contratos de penhores e financiamentos com estabelecimentos bancários. Se não foi demonstrada a simulação ou que a Sociedade apenas servisse de "ponte" para a alienação proibida, não se pode anular a venda que ela fez ao terceiro apelante. As primeiras apelantes, por seu douto procurador, revidaram com vantagem a argumentação da sentença no que se refere à retroação dos efeitos do reconhecimento da paternidade, mormente se a filiação, como circunstância de fato, era amplamente conhecida pelos intervenientes no negócio jurídico. A meu ver, entretanto, o primeiro e grande óbice não foi superado: a venda foi feita por uma sociedade comercial juridicamente existente e contra a qual nada se argüiu" (fls. 387/388).

Irresignaram-se extraordinariamente as Autoras, argüindo, em síntese, que o v. acórdão recorrido negou a vigência do artigo 1.132 do Código Civil, ao

"...entender que não foram satisfeitas as condições para a sua incidência, faltando às investigantes legitimidade por não terem sido, ainda, reconhecidas como filhas à época em que ocorreram os atos impugnados" (fls. 403).

Afigura-se procedente a inconformação.

Com efeito, os fatos, como assentados pela Colenda Corte a quo — soberana na sua apreciação, a teor da Súmula n.º 279 —, resumem-se no seguinte: Napoleão Faissol, o investigado, incorporou bens imóveis à sociedade comercial *Agro Pastoral J. Moreno Ltda.*, cujos únicos sócios, em partes iguais, eram o próprio investigado e seu filho legítimo Afonso Arinos Andrade Faissol; posteriormente, *Agro Pastoral J. Moreno Ltda.*, alienou os mesmos bens a *Samir Tannus* e sua esposa, *Maria Luiza Faissol Tannus*, aliás, também filha legítima do investigado.

Entendeu o v. acórdão recorrido, não obstante, que a venda não foi feita de ascendente a descendente, porque a incorporação difere da venda, eis que

“... a destinatária dos bens é uma pessoa jurídica que não compra, que não paga nenhum preço. A lei não tem a abrangência que se lhe quer dar, na exegese do art. 1.132 do Código Civil. E para que se fuja à incidência deste, basta lembrar que há a interposição de uma pessoa jurídica que nunca poderia ser descendente física de uma pessoa natural” (fls. 387).

A interpretação literal conferida ao art. 1.132 do Código Civil, todavia, desfigura-lhe o conteúdo, porque, como já ensinava Clóvis:

“O que se diz da venda procede, igualmente, a respeito da permuta desigual (art. 1.164, n.º II), da dação em pagamento, e de todos os contratos que tenham por fim fraudar as legítimas” (Código Civil, ed. 1955, vol. IV, pág. 245).

Dir-se-á que, não sendo legalmente reconhecidas como filhas do *de cujus* as recorrentes, à época da incorporação dos bens, não se poderia vislumbrar, no contrato respectivo, a insita finalidade de “fraudar as legítimas”.

Veja-se, no entanto, que, tratando-se de caso típico de nulidade e não de anulabilidade, o desfalque da legítima, ainda que por interposta pessoa — física ou jurídica —, é de nenhum efeito.

Por outro lado, a natureza intrinsecamente declaratória da sentença que reconhece a paternidade faz com que a mesma produza efeitos *ex tunc*, de sorte a conferir aos filhos ilegítimos de paternidade reconhecida os mesmos direitos assegurados aos legítimos, como se legítimos também fossem.

Ora, a “incorporação” levada a efeito veio a beneficiar dois dos quatro herdeiros, sem o consentimento destes. Como, então, negar-lhe a peca de nulidade, tão-só porque, solertes, o ascendente e os descendentes favorecidos se utilizaram de interposta pessoa jurídica, muito a propósito controlada exclusivamente pelo ascendente e por um dos descendentes beneficiados?

Bem por isso, parece que realmente o v. acórdão sob exame afrontou a norma contida no art. 1.132 do Código Civil, resultando admissível o apelo extremo, à luz da alínea a da autorização constitucional.

Pela alínea d, o mesmo ocorre.

O aresto cotejado a fls. 402 (RE 19.739), embora vetusto, consagrou entendimento ainda atual e contrário ao acolhimento pelo Colendo Tribunal de origem.

“Não há indagar se houve, ou não, simulação: a venda tem de ser declarada nula, se qualquer dos demais descendentes não conscientes o pleiteia em Juízo. Dizer-se que o art. 1.132 encerra apenas uma presunção *juris* de simulação, elidível pela prova em contrário, é, *data venia* dos que opinam diversamente, construir inteiramente à margem da letra categórica e incontornável da lei” (RE n.º 19.739, Rel. Min. Nelson Hungria, Arq. Judic. 102/267).

O parecer é, por conseguinte, de que o Recurso Extraordinário comporta conhecimento e provimento” (fls. 451/457).

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Francisco Rezek (Relator): O acórdão recorrido entendeu que os atos praticados pelo investigado em vida não se podiam agora anular por falta de consentimento das autoras, eis que estas não apareciam então, ante o direito, como suas filhas, mas como filhas naturais de Maria José de Lima Gomes. Estimou, ainda, que as circunstâncias circundantes da celebração dos negócios que a ação pretendia nulos, em nome do art. 1.132 do Código Civil, conduzia à convicção de que não houvera doação simulada, mas atos jurídicos lisos e perfeitos. Cada um desses argumentos teria bastado, isoladamente, para rejeitar a ação no ponto único em que resultou rejeitada, qual fosse a tangente à anulação dos referidos atos.

Sem embargo pois, de que não tenha havido absoluta sintonia na argumentação dos desembargadores que julgaram o feito em segunda instância, é certo que ficou confirmada a sentença de primeiro grau, onde o magistrado singular também fizera emprego de duplo argumento no concernente ao aspecto anulatório da demanda. Diz a sentença:

"Não resta dúvida que a investigatória declara e reconhece direitos à sucessão, a alimentos e a relações providas do pátrio poder, mas não envolve, nem imprime o efeito de anular atos jurídicos perfeitos, realizados quando ainda não havia a declaração da paternidade, criando novos impedimentos inexistentes à época em que se concretizou o ato.

Na lavratura do contrato não se tinha conhecimento da existência do filho reconhecido, nem os irmãos consencientes ou o adquirente sabiam ou conheciam o novo coirmão. Tudo veio após o ato declaratório.

Adverte Francisco Morato: "Quando prescreve, no art. 1.132, não poderem os ascendentes vender aos descendentes, sem que expressamente consintam na venda os outros descendentes, refere-se o Código Civil aos descendentes existentes, aos que se acharem no uso e gozo desse estado. Não se refere nem pode referir-se aos que ainda não nasceram, nem tampouco aos que, embora nascidos, não estiverem de fato e de direito na posse do estado de descendentes, pelo que os atos regularmente consumados com a anuência dos descendentes existentes não se invalidam pela superveniência de filhos ilegítimos ou reconhecimento posterior de filhos ilegítimos, por ato espontâneo dos pais ou por sentença judicial em ação de investigação de paternidade. Não seria possível exigir, como requisito formal de um ato, o consentimento de filhos que ainda não eram filhos em face do direito e que, portanto, não podiam ser chamados a se manifestar".

"Os descendentes — afirma Caio Mário — cujo consentimento se requer, são os herdeiros necessários ao tempo do contrato, vale dizer, os mais próximos em grau, salvo o direito de representação; e não se excluem os legitimados nem os ilegítimos, reconhecidos, que, para os efeitos sucessórios, aos legítimos se equiparam. Os naturais não reconhecidos no momento da venda não têm de ser ouvidos porque somente o ato de reconhecimento tem o efeito de converter uma situação fática em *status* jurídico.

A surpresa provida de um fato novo não pode operar nulidade do contrato encetado de boa fé em ocasião em que se desconhecia aquela circunstância.

A evolução da doutrina, tendenciando dar ao filho reconhecido ou legitimado as mesmas prerrogativas do legítimo, com leves exceções, veio favorecer-lhe, inclusive, no uso do cognome paterno, bem assim, nivelando aos legítimos a quota hereditária em igualdade de condições. São direitos que provêm de fonte declaratória da paternidade sem retrotrair em ginástica golpeante de rabo-de-arraia, para invalidar situações de direito consolidadas em ocasião em que as prerrogativas nascidas do reconhecimento gravitavam. Em poucas palavras Caio

Mário põe em destaque a tese: "A regra geral de retroação dos efeitos do reconhecimento encontra, entretanto, um limite intransponível: o respeito às situações jurídicas definitivamente constituídas. Desta sorte, sempre que o efeito retrooperante do reconhecimento encontrar permeio, esta barreira não a poderá transpor, para alcançar os efeitos passados das situações de direito."

Sendo assim, a conclusão a que chegaram o autor citado e todos aqueles que por ele foram referidos não é muito alentadora. Logo se vê que o caso não é de anulação, o que nos levaria a julgar improcedente a pretendida ação anulatória, pois na ocasião da venda a paternidade ainda não era reconhecida.

Mas, teria havido uma doação com simulação de venda, com a finalidade de lesar alguém?

A resposta rápida pode ser não.

As pessoas visadas no caso seriam as autoras. Só elas seriam as prejudicadas.

No entanto, podemos afirmar que não era essa a intenção de Napoleão. Ficou mais que provado nos autos que Napoleão amava suas filhas, dedicando-lhes atenção especial, tanto que nos últimos tempos propôs até melhorar a situação de Mariza para que esta pudesse cursar escola superior (testemunho de Germana Maria (fls. 259). Se era assim, por que faria uma venda simulada para lesá-las? Pouco importa no caso a situação de Maria José, mãe das autoras. Napoleão nada mais tinha com ela. Tinha, sim, com Mariza e Márcia.

Os documentos de fls. 241/245, embora tenham vindo tardiamente para os autos, são documentos públicos. Neles as fls. 242 verso, cláusula terceira, Napoleão se diz pago, nada havendo nos autos que desmereça a fé que em tal ato havemos de depositar.

Nestas condições, tenho a transação lícita, venda real, não simulada, com anuência dos descendentes conhecidos, não sujeita à anulação" (fls. 291/293).

Sobre o tema dos limites da retroação dos efeitos do reconhecimento judiciário da paternidade, já neste Tribunal, há décadas, no RE n.º 4.367, ensinava o Ministro Orosimbo Nonato:

"A ação que visa obter o reconhecimento de filiação tem natureza declarativa; a sentença retroage ao dia do nascimento; mas seus efeitos não atingem a situação dos herdeiros que, únicos no regime da lei anterior, receberam a herança de acordo com essa Lei; a virtude retrooperante da sentença tem natural limite no direito adquirido" ("RT" 147, pág. 303).

Está claro que dois fundamentos autônomos e suficientes serviram de suporte ao acórdão. O recurso extremo faz a crítica de ambos, não havendo como repudiá-lo em nome da Súmula n.º 283. Sucede que devem prevalecer, contudo, aqueles fundamentos. O primeiro não poderia, aqui, ver-se desautorizado sem novo revolver da prova, cujo exame conduziu as instâncias ordinárias à conclusão de que não houve doação simulada, mas um conjunto de operações legítimas, tanto na forma quanto na motivação e no ânimo das partes. O segundo, ao que entendo, é de uma exatidão transparente. Se se houvesse cuidado, portanto, de uma compra e venda alcançada, em princípio, pelo art. 1.132 do Código Civil, os descendentes cujo consentimento se deveria buscar eram as pessoas que, naquele momento histórico, apareciam, em bom direito, como descendentes do vendedor; e não pessoas que, desvestidas, na época, dessa qualidade jurídica, viram-na anos mais tarde proclamada pelo Poder Judiciário.

Não vejo, pois, no caso, afronta alguma ao art. 1.132 da Lei Civil. O dissídio pretoriano, a seu turno, incorre, eis que as decisões colacionadas só dizem respeito ao incontroverso; ou seja, à nulidade de operações certas de compra e

venda, entre ascendente e descendente, sem o consentimento de outros descendentes certos.

Tais as circunstâncias, não conheço do recurso extraordinário.

EXTRATO DA ATA

RE n.º 103.513-MG — Rel.: Ministro Francisco Rezek. Rectes.: Márcia Lima Gomes e outra (Advs.: Aristóteles Atheniense, José Guilherme Villela e outro). Recdos.: Afonso Arinos Andrade Faissol, sua mulher e outros (Advs.: Luiz Fernando Melo de Lemos e outro).

Decisão: Adiado o julgamento por haver pedido vista o Ministro Carlos Madeira, depois do voto do Relator que não conhecia do recurso. Falou pelos Rectes. o Dr. José Guilherme Villela.

Presidência do Senhor Ministro Djaci Falcão. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Cordeiro Guerra, Aldir Passarinho, Francisco Rezek e Carlos Madeira. Subprocurador-Geral da República, o Dr. Mauro Leite Soares.

Brasília, 13 de dezembro de 1985.

Hélio Francisco Marques
Secretário

VOTO

O Sr. Ministro Carlos Madeira: Relembro os fatos: Do concubinato de Napoleão Faissol e Maria José de Lima Gomes nasceram Mariza e Márcia Lima Gomes, em 1954 e 1955, respectivamente.

Napoleão enviuvou por volta de 1965, mas não reconheceu as filhas do outro leito, apesar de alimentá-las e educá-las. Vindo a falecer em agosto de 1980, não deixou bens.

Entretanto, por morte de sua mulher, recebera, em 1967, uma área de terras de cultura, cerrado e campo, da qual vendeu a maior parte, incorporando o remanescente de 1.799.32.00ha, ao capital da firma Agro Pastoril J. Moreno Ltda., que organizou com um filho, como parte da integralização de sua participação no mesmo. Essa incorporação se deu em novembro de 1972.

Em 1980, morto Napoleão, as filhas legítimas moveram ação de investigação de paternidade cumulada com ação anulatória de atos jurídicos e ação de petição de herança, para que, reconhecidas como suas filhas, seja decretada a nulidade da incorporação do bem à firma, e dos negócios jurídicos posteriores, de modo a vir o mesmo à colação, declarando-se o seu direito de participarem da herança em igualdade de condições com seus irmãos legítimos.

O Juiz de Direito de Ituiutaba - MG julgou procedente a ação de investigação de paternidade, mas julgou as autoras carecedoras da ação de anulação de atos jurídicos, embora reconheça a qualidade delas de herdeiras de Napoleão Faissol (fls. 296).

As partes apelaram, e a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais negou provimento aos recursos, confirmando, assim, *in totum*, a sentença de primeiro grau.

O recurso extraordinário se fundamenta na negativa de vigência do art. 1.132 do Código Civil e dissídio pretoriano.

Não conhecendo o recurso, o eminente Ministro Francisco Rezek assim concluiu seu voto:

"Está claro que dois fundamentos autônomos e suficientes serviram de suporte ao acórdão. O recurso extremo faz a crítica de ambos, não havendo como repudiá-lo em nome da Súmula n.º 283. Sucede que devem prevalecer, contudo, aqueles fundamentos. O primeiro não poderia, aqui, ver-se desautorizado sem novo revolver da prova, cujo exame conduziu as instâncias ordinárias à conclusão de que não houve doação simulada, mas um conjunto de operações legítimas, tanto na forma quanto na motivação e no ânimo das partes. O segundo, ao que entendo, é de uma exatidão transparente.

Se se houvesse cuidado, portanto, de uma compra e venda alcançada, em princípio, pelo art. 1.132 do Código Civil, os descendentes cujo consentimento se deveria buscar eram as pessoas que, naquele momento histórico, apareciam, em bom direito, como descendentes do vendedor; e não pessoas que, desvestidas, na época, dessa qualidade jurídica, viram-na anos mais tarde proclamada pelo Poder Judiciário.

Não vejo, pois, no caso, afronta alguma ao art. 1.132 da Lei Civil. O dissídio pretoriano, a seu turno, incorre, eis que as decisões colacionadas só dizem respeito ao incontroverso; ou seja, à nulidade de operações certas de compra e venda, entre ascendente e descendente, sem o consentimento de outros descendentes certos."

A ação de nulidade de venda a descendente é subsidiária da ação de herança. Se as recorridas foram reconhecidas como descendentes, estabeleceu-se a proponibilidade da ação de nulidade.

Entretanto, não creio tenha havido a fraude alegada.

O ônus de demonstrá-la decorria do fato de que não houve, propriamente, venda do pai para o filho. Houve incorporação do bem para integralização da parte do capital da firma de que o pai era sócio.

Cunha Gonçalves bem examinou esse aspecto ao escrever:

"Mas não é extensiva esta proibição a toda e qualquer alienação, por exemplo, o contrato de sociedade entre pais e filhos, já porque o pai não transmite por completo a sua propriedade, mas somente põe em comum os bens, já porque o pai também adquire direitos nos bens postos em comum pelos filhos, já enfim porque, nas sociedades dotadas de personalidade, a transmissão é feita à sociedade e não pelo pai aos filhos ou por estes ao pai" (*apud* Adahyl Lourenço Dias, *Venda a Descendente*, Konfino editor, 1976, pág. 170).

Na monografia citada, o festejado autor patricio anota que "a lei civil, realmente, proíbe venda de bens aos descendentes sem assentimento dos outros interessados. Mas entre venda de bens e organização ou dissolução de sociedade há largo espaço, que nem de leve sequer se pode dizer haja similitude de elementos formadores de suas figuras".

E aduz:

"Há uma disposição restritiva dentro do artigo 1.132 e por ser de direito limitativo, deve ser assim mesmo entendido, sem os extremos largos de aplicação disparatada.

É exceção a uma regra ampla e quando há na lei uma coacção a essa regra, figura como parêntese, somente atinge o que especifica e interpreta-se magrelamente".

Na formação da sociedade há interesses recíprocos, há exploração e rendas e tanto aproveita um sócio como outro" (*ob. cit.*, págs. 168/169).

O voto do ilustre Desembargador Oliveira Leite, à fl. 387, desenvolve a mesma argumentação, e dele vale ser reproduzido o seguinte trecho:

"A incorporação difere da venda, como é óbvio, principalmente no sentido genérico em que é usada, para significar a integração de bens imóveis para perfazerem o patrimônio de uma sociedade comercial"... "A lei não poderia ter a abrangência que se lhe quer dar, na exegese do art. 1.132 do Código Civil" (fls. 387).

Ante o exposto, e com a vênia do Ministro Relator, conheço do recurso, por considerar que o reconhecimento da filiação da legitimidade para proporem a ação, mas lhe nego provimento, porque, na espécie, não se configurou a hipótese prevista no artigo 1.132 do Código Civil.

EXTRATO DA ATA

RE n.º 103.513-MG — Rel.: Ministro Francisco Rezek. Rectes.: Márcia Lima Gomes e outra (Advs.: Aristóteles Atheniense, José Guilherme Villela e outros). Recdos.: Afonso Arinos Andrade Faissol, sua mulher e outros (Advs.: Luiz Fernando Melo de Lemos e outro).

Decisão: Não conhecido, vencido o Ministro Carlos Madeira, que conhecia, mas negava provimento.

Presidência do Senhor Ministro Djaci Falcão. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Cordeiro Guerra, Aldir Passarinho, Francisco Rezek e Carlos Madeira. Subprocurador-Geral da República, o Dr. Mauro Leite Soares.

Brasília, 18 de fevereiro de 1986.

Hélio Francisco Marques
Secretário

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

1.ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 33.905

Apelante: Maria Dy Lima Mascarenhas

Apelado : Ministério Público

O casamento realizado in articulo mortis por ministro religioso competente pode ser inscrito no registro público mediante requerimento do nubente sobrevivente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos, estes autos de Apelação Cível n.º 33.905, da Comarca da Capital, sendo apelante *Maria Dy Lima Mascarenhas* e apelado *Ministério Público*, *Acordam* os Desembargadores que integram a 1.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, à unanimidade, em prover o recurso para deferir o registro.

Relatório a fls. 91, integrando o acórdão.

Trata-se de requerimento de inscrição de casamento religioso indeferido por não estar subscrito por ambos os nubentes e por não ter havido habilitação prévia.

O casamento foi celebrado *in articulo mortis* e perante seis testemunhas, observadas as normas eclesiais católicas.

Nos termos do art. 199 do Código Civil, o casamento em iminente risco de vida dispensa os proclamas e pode ser meramente nuncupativo, sendo suficiente que os nubentes declarem sua vontade perante seis testemunhas.

Não há prazo fatal para o comparecimento dessas testemunhas em juízo. Poderiam elas ter sido convocadas para depor, se o Dr. Juiz considerasse incompetente o ministro celebrante.

Mas, na verdade, a autoridade competente para celebrar o casamento *in extremis* não será, necessariamente, a civil.

Sendo o casamento religioso constitucionalmente equiparado ao civil, a autoridade referida no § único do art. 199 do Código Civil compreende tanto a civil como a eclesiástica, pois a ambas "incumbe presidir o ato".

Os autos não tratam, portanto, de simples casamento religioso sem habilitação prévia.

Trata-se de casamento *in extremis*, celebrado por autoridade competente na forma da lei.

A hipótese enquadra-se no § 2.º, não no § 3.º do art. 175 da Constituição.

O ato tanto poderia ter sido presidido pelo juiz de casamentos, como por um ministro religioso. Ou poderia, simplesmente, ter sido presenciado por seis testemunhas.

Em qualquer caso, para a inscrição, é suficiente o requerimento do cônjuge sobrevivente, não tendo sentido que o casamento realizado *in articulo mortis* fique prejudicado pelo falecimento efetivo daquele cujo estado justificou a celebração excepcional.

Custas *ex lege*.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1984.

Des. Pedro Américo Rios Gonçalves
Presidente

Des. Geraldo Arruda Guerreiro
Relator

Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro

4.ª CÂMARA CÍVEL

RECLAMAÇÃO N.º 1.407

Relator: Juiz Humberto Manes

Reclamação. Dela não se conhece, quando do ato impugnado cabe recurso específico.

ACÓRDÃO (*)

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Reclamação n.º 1.407, em que é Reclamante: AMITA — Associação de Moradores de Itaipu e Reclamado: Juízo da 7.ª Vara Cível da Comarca de Niterói;

Acordam os Juízes da Quarta Câmara do 1.º Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro, à unanimidade, em não se conhecer da reclamação.

Em suas informações de fls. 32/4, o eminente Juiz Doutor Miguel Ângelo Barros esclarece que a reclamante ajuizou, pelo procedimento sumaríssimo, ação de cobrança contra 38 réus, e o magistrado, antes da data em que a audiência deveria realizar-se, proteriu decisão (fls. 10) em que, a pretexto de chamar o processo à ordem, suspendeu a determinação da citação e determinou que a autora prosseguisse na demanda apenas contra um dos réus por ela a ser escolhido.

A decisão foi justificada pelo ilustre Juiz: cada condômino é tratado nos seus direitos e nas suas obrigações como pessoa diferente, sem que um tenha o menor interesse no litígio, em relação aos outros réus.

Após em vão pleitear reconsideração desse ato, a autora ofereceu reclamação, em que sustenta a viabilidade, no caso, do litisconsórcio passivo-facultativo e requer, por fim, a suspensão dos efeitos da decisão reclamada, de modo que possa o Senhor Oficial de Justiça prosseguir em seu trabalho de citação dos demais réus, para que a audiência designada não seja adiada e prosseguindo o feito com a pluralidade de réus, na forma da pretensão inicial.

Oficiando a fls. 36/9, o doutor Procurador da Justiça opina pelo não conhecimento da reclamação.

E o faz com acerto, mercê de fundamentação que passa a integrar o presente: de fato, cuida-se de decisão que negou a formação de litisconsórcio, e a própria reclamante (fls. 2) reconhece que o ato impugnado possui natureza interlocutória com força de decisão. Apenas — acrescenta — não se sujeita a qualquer dos recursos ordinários que possam suspender os seus efeitos.

Está reconhecido implicitamente, pois, o cabimento de recurso específico (o agravo de instrumento), de que se não valeu, contudo, a reclamante.

E é quanto basta para que se não conheça da reclamação, nos termos do Regimento Interno deste Tribunal, art. 152.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1983.

Raul Quental
Presidente sem voto

Humberto Manes
Relator

(*) O parecer da Procuradoria de Justiça junto a 4ª Câmara Cível do I Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro encontra-se publicado, na íntegra, na Seção de Pareceres, p. 133.

JURISPRUDÊNCIA CRIMINAL

Supremo Tribunal Federal

RECURSO EXTRAORDINÁRIO CRIMINAL N.º 106.846 — SP

(Segunda Turma)

Relator: O Sr. Ministro Aldir Passarinho

Recorrente: Ministério Público Estadual — Recorrido: José Rezende do Prado Penal.

Reformatio in pejus Indireta.

Prescrição. Aplicação da Lei n.º 7.902/84.

Se a sentença condenatória é anulada em virtude de recurso do réu, a nova sentença não lhe pode impor pena superior àquela anteriormente fixada. Precedentes.

E não podendo ser aumentada a pena imposta na sentença anulada, é de ter-se como de logo incidente a prescrição — que atinge a própria ação penal, segundo resulta da nova Parte Geral do Código Penal (Lei n.º 7.209/84, art. 110, § 1.º) — sem necessidade, em consequência de ser o réu submetido a novo julgamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, por sua Segunda Turma, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso mas negar-lhe provimento.

Brasília, 10 de dezembro de 1985.

Djaci Falcão
Presidente

Aldir Passarinho
Relator

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Aldir Passarinho (Relator): O ilustre Presidente do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, Dr. Carlos Osório de Andrade Calvacanti, para admitir o apelo último da Procuradoria-Geral da Justiça, assim se manifestou:

“José Rezende do Prado, por incurso no art. 155, § 4.º, n.ºs III e IV, do Código Penal, foi condenado, na Quinta Vara Criminal de São Paulo, a 2 anos de reclusão e a Cr\$ 10.000 de multa.

Desta decisão apelou a defesa tendo, concomitantemente, impetrado o *Ha-beas-corpus* n.º 137.526-0, que a E. Décima Segunda Câmara desta Corte, por maioria de votos, acolheu para anular o processo a partir da citação editalícia e declarar de ofício, extinta a punibilidade do paciente pela prescrição da pretensão punitiva.

Com apoio no art. 119, n.º III, letras a e d, da Constituição Federal, recorre extraordinariamente a douta Procuradoria-Geral da Justiça. Alega, em síntese, que o ven. acórdão atacado — ao decretar a prescrição da pretensão punitiva com base na pena fixada em processo anulado, entendendo que a nova reprimenda a ser imposta não poderia ser agravada pela nova sentença sob pena de ocorrer a *reformatio in pejus* — negou vigência aos artigos 652 do Código de Processo Penal e 109, n.º III, do Código Penal, além de dar à lei federal interpretação diversa da adotada pelo Colendo Supremo Tribunal Federal no RHC n.º 56.866, ES (2.ª Turma, Rel.: Min. Djaci Falcão, "RTJ" 92/111).

Não apresentada a impugnação.

A argüida negativa de vigência da lei federal não procede, já que a turma julgadora adotou tese razoável, o que impede a instauração do procedimento recursal pela letra a do inciso III do art. 119 da Constituição Federal (Súmula n.º 400 do Excelso Pretório).

Manifesto, no entanto, o dissídio jurisprudencial. É que, para o julgado trazido à colação, decretada a nulidade do processo por vício de citação e ainda não se operando o novo julgamento, a prescrição se regula pela pena *in abstracto* enquanto que o ven. acórdão recorrido espousa tese divergente.

Pelo exposto, defiro o processamento do recurso pela letra d do inciso III do art. 119 da Carta Magna".

Aqui, propugnou a douta Procuradoria-Geral da República pelo conhecimento e provimento do recurso.

É este o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Aldir Passarinho (Relator): É este o parecer da douta Procuradoria-Geral da República, na sua parte conclusiva:

"O conhecimento do apelo extremo se mostra viável por ambas as alíneas. A negativa de vigência à lei federal está caracterizada pelo fato do acórdão recorrido, proferido em *habeas-corpus*, ter anulado o processo, mas impedido sua renovação como determina o art. 652 da Lei de Ritos, ao decretar extinta a punibilidade pela pena *in concreto* fixada em sentença nula.

Por outro lado, o dissídio jurisprudencial acha-se plenamente demonstrado.

No mérito, o recurso deve ser provido.

A questão federal versada neste apelo excepcional se identifica plenamente com a do precedente invocado — RHC n.º 56.866, Relator Sr. Ministro Djaci Falcão, "RTJ" 92/111 — ficando assentado neste julgado o entendimento de que, tendo sido reconhecida nulidade do processo, por vício de citação, descabe a decretação de extinção da punibilidade pela pena concretizada na sentença anulada, porquanto não há se cogitar de *reformatio in pejus* a impedir agravamento da apenação em nova sentença.

Assim, no caso, o prazo prescricional regular-se-ia pela pena *in abstracto* e, não, como considerou o acórdão recorrido, pelo *quantum* da pena estabelecido em sentença nula.

Trazemos para ilustrar aresto mais recente deste Excelso Pretório, relatado pelo eminente Ministro Néri da Silveira, com idêntica posição. Eis a sua ementa:

"*Habeas-Corpus*. Extinção da punibilidade pela prescrição da ação penal. Sentença anulada. Não é possível, antes de proferida nova decisão, decretar a extinção da punibilidade pretendida, em face da pena que se concretizou na

decisão anulada, tendo em conta que, em novo julgamento, a pena não poderá exceder à anterior. Antes de proferida a sentença, no caso, a prescrição há de considerar a pena em abstrato. Inexistência de sentença condenatória" (HC 61.272-5, DJ de 1-6-84, pág. 8726).

No voto do Ministro Nêri da Silveira, ao ensejo do julgamento do *habeas corpus* por último transcrito no parecer da ilustrada Procuradoria-Geral da República, declarou o ilustre Ministro Relator, em voto acolhido unanimemente, na C. 1.^a Turma que, no novo julgamento a que fosse submetido o réu, a pena não poderia ser superior àquela a que anteriormente fora condenado pela sentença que ele conseguira anular, mas não poderia ser de logo declarada a prescrição, pois, para tanto haveria necessidade de sentença condenatória (o réu até poderia vir a ser absolvido) e, havendo condenação, a prescrição apenas importaria em renúncia do Estado à execução da pena e não em prescrição da ação penal.

Ocorre, porém, que, na hipótese dos autos, já há de considerar-se — o que não ocorria quando daquele julgamento referido (HC 61.272) — a vigência da Lei n.º 7.209, de 11-7-84, que alterou a Parte Geral do Código Penal, passando a ser admitida não só a retroação do prazo prescricional à data do crime, levada em conta a pena *in concreto*, como esta, igualmente, considerando-se o prazo entre o recebimento da denúncia e a sentença condenatória de 1.º grau.

Deste modo, dois aspectos devem ser observados: o primeiro, que não permite, sendo a sentença condenatória anulada em face de recurso do réu, que a pena porventura imposta no segundo julgamento seja superior àquela cominada na decisão anulada; o segundo, que a pena *in concreto* é considerada para fins de prescrição tendo em vista o lapso de tempo decorrido entre o crime e o recebimento da denúncia ou entre esta e a sentença condenatória.

Quanto ao primeiro ponto, a jurisprudência desta Corte realmente firmou-se no sentido de que, na hipótese figurada — e que é a dos autos — a nova sentença, se condenatória, não pode fixar pena superior àquela imposta na sentença anulada por provocação do réu, pois haveria *reformatio in pejus* indireta. Como exemplos: RHC n.º 53.933 — PR (1.^a Turma) cujo acórdão assim ficou ementado: "Recurso de *habeas corpus*. **Reformatio in pejus**. Sentença condenatória anulada, em recurso do réu. Impossibilidade de agravamento da pena em a nova sentença. Recurso provido parcialmente" "RTJ" 79, pág. 820). No seu voto, referia-se o ilustre Relator a precedentes: no RHC 53.441 (acórdão publicado na "RTJ" 74, pág. 654), e no voto deste último há, ainda, menção ao RHC 48.998 (acórdão na "RTJ" 60/348).

Posteriormente, e ainda na C. 1.^a Turma, o mesmo entendimento foi reiterado no RCr 87.394-3-RJ, Relator para o acórdão o Ministro Xavier de Albuquerque, quando o tema foi amplamente debatido ("RTJ" 88/1018), sendo esta a ementa do respectivo aresto:

"1. *Reformatio in pejus* indireta. Anulado por vício formal o processo penal, e com ele a sentença condenatória transitada em julgado para a acusação, não pode o acusado, na renovação do processo, vir a ser condenado à pena maior do que aquela que lhe impusera a sentença anulada. Ressalva, em termos, da hipótese de incompetência absoluta. Votos vencidos.

2. Nulidade parcial do acórdão, limitada ao ponto no qual impôs pena com excesso indevido. Provimento, em parte, do recurso, para o fim de ser a pena reduzida ao limite permitido".

Ainda da C. 1.^a Turma, o decidido no HC 59.634-7 — Goiás ("RTJ" 101, pág. 1010); e desta C. 2.^a Turma, entre outros, o decidido no RHC 55.042.

Tem-se deste modo, que o novo julgamento do ora recorrido não poderia implicar em pena superior àquela que antes lhe fora imposta, na sentença anulada, ou seja, a de dois anos de reclusão.

No caso dos autos, e como acentuado no v. acórdão impugnado, o lapso prescricional é de 4 anos, e já havia ele transcorrido entre o recebimento da denúncia e o julgamento da apelação interposta pelo réu, em face do que, de fato, incidiu a prescrição, considerando-se que a pena não poderia ser mais elevada que a de dois anos antes aplicada.

No julgamento do RE 104.500-1-SP, na sessão do dia 15-5-85, o Plenário deste Tribunal decidiu, examinando as diversas hipóteses de incidência da prescrição, que ela extinguiu a própria ação penal se ainda não transitara em julgado a sentença condenatória, em virtude de recurso do réu, e entre a data da decisão do primeiro grau e a do julgamento da apelação já transcorrer o prazo prescricional.

Ainda recentemente, assim foi igualmente decidido nesta Turma, Relator o Sr. Ministro Carlos Madeira, considerando o disposto no § 1.º do art. 110 do Código Penal, alterado pela Lei n.º 7.209, de 1984.

A consequência é a mesma que a do § 2.º do mesmo artigo 110, do Código Penal, na sua atual redação, isto é, igualmente se extingue a própria ação penal, e não apenas a pretensão à execução da pena, quando, ante a pena *in abstracto*, foi atingido o lapso prescricional considerando-se o espaço de tempo transcorrido entre o crime e o recebimento da denúncia, como a propósito decidiu a C. 1.ª Turma no Recurso Extraordinário Criminal n.º 104.163-SP (*in* "RTJ" 113, pág. 1.360).

Desta modo, no caso, e diferentemente do que ocorria antes do evento da Lei n.º 7.209/84, atingindo a prescrição à própria ação penal, não há como — se a condenação que porventura viesse a ser imposta não poderia ser superior àquela anteriormente cominada, ou seja, a da sentença anulada — pretender-se que seja o réu, ora recorrido, submetido a novo julgamento.

Pelo exposto, conheço do recurso pela letra d, mas lhe nego provimento.

É o meu voto.

EXTRATO DA ATA

RECr. 106.846-SP — Rel.: Ministro Aldir Passarinho. Recte.: Ministério Público Estadual. Recdo.: José Rezende do Prado (Adv.: Edenan Matinez Bastos).

Decisão: Conheceram do recurso, mas lhe negaram provimento. Unânime.

Presidência do Senhor Ministro Djaci Falcão. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Cordeiro Guerra, Aldir Passarinho, Francisco Rezek e Carlos Madeira. Subprocurador-Geral da República, o Dr. Mauro Leite Soares.

Brasília, 10 de dezembro de 1985.

Hélio Francisco Marques
Secretário

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

3.ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL N.º 173/86

Relator: Dilson Navarro

Imputação inicial de corrupção, ativa e passiva, de que resulta a condenação de um dos acusados, policial civil, pelo delito definido no artigo 317, caput, do Código Penal. Quadro probatório que induz à tipificação do crime de concussão. Impossibilidade, contudo, da capitulação dada na denúncia e admitida na sentença, diante do princípio que veda a reformatio in pejus. Confirmação da absolvição no que toca aos acusados de corrupção ativa, visto que os mesmos agiram por metu publicae potestatis, cedendo à exigência do concussionário. Impossibilidade processual de exclusão da interdição de direito aplicada ao réu condenado e traduzida na interdição temporária de exercer cargo público, com a substituição da pena privativa da liberdade imposta de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, visto que a defesa, no recurso, não pleiteia tal extinção, que, na verdade, só prejudicaria o sentenciado, que ficaria sujeito ao cumprimento da pena reclusiva, pois não merecedor do respectivo sursis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 173/86, em que são Apelantes: 1) Júpiter de Oliveira e Silva; 2) Ministério Público e Apelados 1) Ministério Público, 2) José Adriano Torres Pais e Serafim Pais.

Acordam os Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, negar provimento a ambos os recursos.

Júpiter de Oliveira e Silva, José Adriano Torres Pais e Serafim Pais foram presos em flagrante quando o primeiro, detetive de polícia, aceitava vantagem indevida oferecida pelos demais, a fim de relaxar prisão por porte ilegal de arma. A denúncia enquadrou o primeiro acusado no artigo 317, e os demais no artigo 333, ambos do Código Penal.

(*) O parecer do Procurador de Justiça junto à 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro encontra-se publicado, na íntegra, na Seção de Pareceres, p. 95.

A sentença de fl. 149 condenou o detetive Júpiter a um ano e quatro meses de reclusão, substituindo a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito (proibição temporária de exercer cargo público).

Os demais réus foram absolvidos porque teriam sofrido coação irresistível, que não lhes permitiu conduta diversa.

O Dr. Promotor apelou à fl. 167, insistindo na condenação dos réus absolvidos, mas não se insurgiu quanto ao decidido em relação ao detetive.

Júpiter de Oliveira e Silva também apelou à fl. 173, pleiteando a absolvição. Salientou que o Juiz da 33ª Vara Criminal absolveu o acusado da contravenção por porte de arma e, dessa forma, nem haveria motivo para eventual corrupção.

O Dr. Procurador de Justiça opinou à fl. 182 pelo desprovemento de ambas apelações.

Realmente, conforme acentuou o Dr. Procurador de Justiça, houve neste processo uma sucessão de erros, que não podem ser reparados por força do princípio da reformatio in pejus, uma vez que houve recurso do Ministério Público quanto ao decidido em relação a Júpiter de Oliveira e Silva.

Em consequência, nega-se provimento às duas apelações, acolhendo-se integralmente o Parecer de fl. 182, cujos fundamentos passam a integrar o presente acórdão, na forma regimental.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1986.

Des. Raphael Cirigliano
Presidente e Revisor

Des. Dilson Navarro
Relator

Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

CARTA TESTEMUNHÁVEL N.º 07

CAPITAL — VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS

Requerente: O Ministério Público

Requerido: Antonio Monteiro Filho

Relator: Juiz Weber Batista

EMENTA: Recurso do Ministério Público contra decisão com que concordara o antecessor. Possibilidade. A unidade do Ministério Público não implica em ficar o Promotor vinculado às opiniões do antecessor. Assim, pode ele recorrer contra decisão favorável ao réu, com que o antecessor concordara expressamente.

ACÓRDÃO (*)

Vistos, relatados e discutidos estes autos, *Acordam* os Juizes da Terceira Câmara do Segundo Tribunal de Alçada em prover a carta para o fim de receber o recurso denegado e determinar que, processado, suba ao Tribunal. Decisão unânime.

1. A Dra. Promotora de Justiça em exercício na Vara de Execuções Criminais interpôs recurso da decisão que concedeu o benefício de prisão-albergue domiciliar a Antonio Monteiro Filho, que não foi recebido pelo nobre Magistrado, sobre o fundamento de que seu antecessor, ouvido antecipadamente, concordara com a medida (fls. 12v).

Inconformada com esta decisão, requereu a presente carta testemunhável e, formado o instrumento (fls. 2/33), juntou suas razões, sustentando que o parecer do colega não vincula a posição do Ministério Público no processo (fls. 35/37). Contra-razões a fls. 40/41, igualmente com documentos.

2. *Data venia* do douto prolator da decisão recorrida, a unidade do Ministério Público não implica na impossibilidade de seus representantes discordarem da opinião um do outro, no mesmo processo. Se nem os superiores hierárquicos podem impor suas opiniões em detrimento das convicções pessoais do subordinado, como admitir que possa fazê-lo o colega do mesmo grau?

E esta a lição da doutrina, como se vê em Tourinho Filho: "O Promotor que substitui outro no curso do processo não fica vinculado ao entendimento do antecessor" (*Processo Penal*, 2.233). Este o entendimento dos Tribunais (Damásio, *Código de Processo Penal Anot.*, 354).

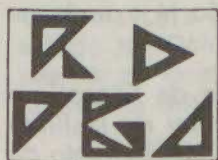
Assim, a Câmara provê esta carta para receber o recurso denegado no Juízo de primeiro grau e determinar que, processado regularmente, seja remetido a este Tribunal.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1984.

Juiz Romeiro Junior
Presidente

Juiz Weber Batista
Relator

(*) O parecer do Procurador de Justiça junto à 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro encontra-se publicado, na *Íntegra*, na Seção de Pareceres, p. 97.



BIOGRAFIAS

ROBERTO LYRA FILHO

Pequenas Notas Biográficas

Nascido no Rio de Janeiro em 13 de outubro de 1926, filho de Roberto de Lyra Tavares e de Sophia Augusta de Lyra Tavares, diplomou-se pela então Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, atual UERJ (fundada por seu pai), em 5 de novembro de 1949.

Ainda estudante, começou a trabalhar na imprensa dedicando-se à crítica musical e à resenha literária. Tinha grande pendor pelo estudo de línguas, que iniciou aos cinco anos de idade pelo inglês. Em sua maturidade, falava e escrevia fluentemente o inglês (era diplomado por *Cambridge*), o francês, o italiano, o espanhol, o russo, o húngaro, o alemão e o esperanto, além de ler e escrever, com facilidade, o grego e o latim.

Na cerimônia de sua formatura, comemorativa, também, do centenário de Rui Barbosa, recebeu das mãos do Prof. Ary Franco, então Diretor da Faculdade, os prêmios de "melhor aluno da Turma" e "Sociedade Brasileira de Criminologia".

Recém-formado, começou logo a lecionar. Em 1950 foi Assistente do Prof. Ary Franco. Depois foi contratado para a Cátedra de Direito Judiciário Penal e durante a viagem de seu pai à Europa, o substituiu na cadeira de Direito Penal. Em 1951, além das aulas que ministrava na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, lecionava, na Escola de Polícia, Direito Penal e Direito Judiciário Penal. Mais tarde, ministrou, também, aulas de Direito Processual Penal na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas.

Era um amante da boa música, conhecendo e criticando os clássicos e os românticos. Integrou comissões julgadoras de partituras em concursos de obras sinfônicas ao lado de *Serge Koussevitzki*, Eleazar de Carvalho, Guarnieri e outros. Num deles, sagrou-se vencedor o então, quase desconhecido, compositor Cláudio Santoro. Na literatura usava, geralmente, o pseudônimo Noel Delamare, como na tradução do húngaro *Endre Ady — Canção do Jacobino Húngaro* e da russa *Ana Armatova* (1978).

No Rio de Janeiro, além do magistério e do jornalismo, foi advogado e membro do Conselho Penitenciário.

Em 1963 transferiu-se para Brasília e, por ele mesmo relatadas em carta de 2-7-71, eram estas as funções que então já exercia na Universidade de Brasília, como Professor Titular:

"Professor Titular. Chefe do Departamento de Filosofia e História. Membro do Conselho Departamental do Instituto de Ciências Humanas. Representante do Departamento de Filosofia e História nas Congregações das carreiras das quais participa o Departamento (Ciências Sociais e Econômicas; Filosofia e História; Biblioteconomia; Música; Área de Humanidade: 1.º Ciclo; Direito; Licenciatura. Membro da Câmara de Extensão. Membro do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. Membro do Conselho Editorial. Membro da Comissão Permanente de Dedicção Exclusiva e Membro do Conselho Universitário."

Na Universidade de Brasília, cujo Centro Acadêmico da Faculdade de Direito tem o seu nome, lecionou as seguintes disciplinas:

Departamento de Direito — *Graduação: Introdução ao Direito. História das Idéias Jurídicas. Filosofia Jurídica e Social. Filosofia do Direito. Sociologia Jurídica. Teoria Geral do Direito Público. Direito Penal I. Direito Penal II. Direito Judiciário Penal I. Direito Judiciário Penal II. Criminologia e História do Direito Criminal. Pós-Graduação: Filosofia do Direito II. Sociologia Jurídica II e Direito Penal Especial. Departamento de Ciências Sociais: Metodologia da Sociologia e Sociologia do Conhecimento. Departamento de Geografia e História: Teoria da Ciência. Antropologia Filosófica. Ética. Filosofia da História. Introdução à Filosofia e Introdução ao Estudo da História.*

Seu interesse pela Filosofia levou-o a doutorar-se, *cum laude*, em Filosofia do Direito, em 1966, pela Universidade de Brasília.

Foi Presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia, seção do Distrito Federal. Membro do Conselho Consultivo Internacional do Seminário de Vitimologia, Membro do Conselho de Administração da *Société Internationale de Prophylaxie Criminelle*, Coordenador do XIV Congresso Interamericano de Filosofia, Relator do V Congresso Internacional de Direito Processual (México).

Ministrou curso, a convite do Prof. Denis Szabo, no Departamento de Criminologia da Universidade de Montreal e no Centro Internacional de Criminologia Comparada, que funciona naquela cidade canadense. Por convocação do Prof. Israel Drapkin foi *visiting professor* na Universidade Hebraica de Jerusalém.

Como lembra Inocêncio M. Coelho, seu antigo aluno, em *A Obra Científica e Filosófica de Roberto Lyra Filho*, Belém, Pará, 1971,

"a Comissão *Fullbright*, depois da aprovação do plano de pesquisas do Prof. Lyra por *Walter C. Reckless*, professor emérito da Universidade de *Ohio*, concedeu-lhe um *grant* para *senior advanced research* ao qual ele renunciou por excepcional dedicação às suas tarefas na UnB" (pág. 120).

Aposentando-se, em 1985, com 35 anos de magistério superior, disse o seguinte, em conferência que pronunciou sobre "Constituinte e a Reforma Universitária:

"Aposento-me e sigo para São Paulo; mas a aposentadoria não é o ócio, nem a abdicação. Lutarei pelos nossos ideais com os jovens companheiros paulistas e até que chegue o momento final, de fechar os olhos e ser enterrado sob os pinheiros do meu adotivo Paraná.

O coração, porém, é grande, mesmo nesse cardiopata. Ele vai bater noutras plagas, mas deixa aqui um pedacinho de si mesmo para vocês.

Obrigado pela paciência com que me ouviram. E disponham sempre deste velho que os ama."

Em São Paulo, no pouco tempo em que lá viveu, sua atividade intelectual foi profícua, a ponto de receber da cidade a homenagem "por sua contribuição à Cultura e à Democracia nos últimos 21 anos". Roberto Lyra Filho, por ato do então Prefeito de São Paulo, Mario Covas e do Secretário Municipal de Cultura, *Gianfrancesco Guarnieri*, foi designado membro nato do colegiado, que, anualmente durante a "Semana da Cultura e Democracia", seleciona os indicados para o Prêmio Tancredo Neves.

Incansável combatente pela Democracia e pela liberdade real, escreveu este versos, com os quais, nas festas de fim de ano de 1985, cumprimentava os amigos; num singelo cartão:

*"Não esquecer que a liberdade
Para cada um
É o limite da luta
Felos espaços coletivos.
De nada vale o sol,
Buscado no horizonte,
Se não vem aquecer
O íntimo rastro da Verdade
Num corpo solto e feliz.
Escravos doam sua vida,
Não para render a guarda do Tesouro,
Mas para distribuí-lo
E dançar sem algemas
De nova Majestade
Por que trocar apenas
de prisão?"*

No campo do Direito Penal e da Criminologia adquiriu respeito nacional e nomeada internacional, a ponto de Heleno Fragoso o haver considerado "o mais notável professor universitário de sua geração", destacando-se como Secretário da Sociedade Internacional de Profilaxia Criminal, dirigida por Stanciu. Desde que, como afirmou em *Criminologia Dialética*, com as orientações conservadoras, tornou-se um líder do pensamento crítico e progressista. Nessa direção, tornou-se um filósofo do direito estudado e citado no estrangeiro por mestres da estatura intelectual de Recaséans Siches, no México, ou Luigi Bagolini, na Itália. Na Espanha, Elías Díaz, Manuel Atienza e Antonio Beristain são seus maiores divulgadores. À sua criminologia dialética não lhe poupam louvores Franco Ferracuti, na Itália e Lloyd Ohlin, da Universidade de Harvard, que afirma: "Your conception of a dialectical criminology is far more comprehensive and explicitly grounded in philosophical studies than Cloward and I were attempting. You have, however, more clearly understood what we were about than perhaps we ourselves did at the time".

De formação positivista penal, logo rompe com os postulados da Escola, sem que entretanto se alie ao "tecnicismo jurídico", isto a despeito de suas posições em *A Motivação da Sentença* e em *Novo Direito Penal Alemão*. Sua construção foi sempre livre e original, jamais se prendendo a qualquer posição prefixada. Sua criatividade original se revela, com toda sua pujança, em *A classificação das infrações penais pela autoridade policial*, trabalho publicado no volume em homenagem a Nelson Hungria. Essa mesma originalidade se manifesta nas *Postilas de Direito Penal*, obra com a qual encerra a sua fase "técnica". Desse trabalho dissemos em conferência pronunciada na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e publicada na "*Revista Doctrina Penal*" (Buenos Aires) tratar-se de "uma construção peculiar, digna dos maiores elogios. Em poucas linhas, estes dois grandes professores escreveram uma das melhores obras da nossa literatura específica".

Em Criminologia, sua contribuição foi inigualável, tendo ido além dos limites do pai. Toda a obra desenvolvida a partir de Criminologia Dialética é pioneira. Cumpre deixar claro, que esse trabalho de rigorosa informação científica, aparece no mesmo momento em que se esboçavam no mundo as primeiras linhas da chamada "Nova Criminologia" ou "Criminologia Crítica", que hoje informa os modernos princípios de política criminal. Daí sua importância e atualidade. O trabalho de Lyra Filho é contemporâneo ao de Nagel e anterior ao de Baratta e ao de Pavarini, aos de Lola e de Rosa del Olmo. É anterior inclusive ao movimento de Bolonha.

Com a morte de Roberto Lyra Filho o Brasil perdeu o seu mais importante criminólogo e filósofo do Direito Penal.

A seguir apresentamos uma relação, muito incompleta e desordenada, dos principais trabalhos do Professor Roberto Lyra Filho:

- 1 — *Para um Direito sem Dogmas*, 1978;
- 2 — *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 1977;
- 3 — *Direito, Retórica e Comunicação*, 1978;
- 4 — *Para uma Visão Dialética do Direito*, 1972;
- 5 — *Sofrologia com abordagem de Análise Transacional de Adolfo Clusella* (Exposição e crítica do autor), 1978;
- 6 — *História das Idéias Penais — Curso de Mestrado*, 1968;
- 7 — *Os Males da Criminologia Brasileira*, 1978;
- 8 — *Prescrição e Cômputo Retroativo*, 1950;
- 9 — *Relatório sobre Drogas e Criminalidade*, 1976;
- 10 — *Filosofia Jurídica nos Estados Unidos*, 1977;
- 11 — *As Propostas do Prof. Mangabeira Unger*, 1979;
- 12 — *A Filosofia Jurídica nos Estados Unidos da América*, 1977;
- 13 — *Criminologia e Direito Criminal, Separação e Reencontro*, 1979;
- 14 — *Modelos Tradicionais de Doutrina Jurídico-Penal: Como Superá-los*, 1979;
- 15 — *Dos Crimes Falimentares: Novas Diretrizes da Dogmática Jurídica*, 1960;
- 16 — *Criminalidade e Desenvolvimento*, 1976;
- 17 — *O Livramento Condicional e as Interferências Interdisciplinares*, 1964;
- 18 — *Filosofia Jurídica*, s/d;
- 19 — *Problemas Atuais do Ensino Jurídico*, 1981;
- 20 — *Perspectivas Atuais da Criminologia*, 1967;
- 21 — *Lei, Democracia e Liberdade*, 1948;
- 22 — *Panorama da Criminologia*, 1971;
- 23 — *Compêndio de Direito Penal*, 1973;
- 24 — *Criminogênese à Luz da Criminologia Dialética*, 1976;
- 25 — *Filosofia, Teologia e Experiência Mística*, 1976;
- 26 — *Esquemas de Direito Processual Penal*, 1961;
- 27 — *Direito, Teoria do Direito e Direito Penal*, 1972;
- 28 — *Criminologia Dialética*, 1972;
- 29 — *Postilas de Direito Penal*, 1969;
- 30 — *Prefácio do Livro, Como e Porque Sou e não Sou Sociólogo*, de Gilberto Freire;
- 31 — *O que é Direito*, 1982;
- 32 — *Carta Aberta a um Jovem Criminólogo: Teoria, Práxis e Táticas Atuais*, 1982;

- 33 — *Karl, meu amigo: Diálogo com Marx sobre o Direito*, 1983;
- 34 — *Pesquisa em que Direito?*, 1984;
- 35 — *Por que Estudar Direito Hoje?*, 1984;
- 36 — “A Nova Escola Jurídica Brasileira”, in *Direito e Avesso*,
pág. 13, 1982.

O livro *Criminologia Dialética* foi traduzido para o inglês por Lloyd Ohlin, para o italiano por Franco Ferracuti, para o alemão por Alfons Noll e conta com duas traduções para o castelhano, uma de Francisco Jiménez Jiménez, Madri, 1972 e outra de Manuel Atienza.

JOÃO MARCELLO DE ARAÚJO JÚNIOR

Promotor de Justiça
no Estado do Rio de Janeiro



ESTUDOS

A CORREÇÃO MONETÁRIA

I — Natureza

1. "A correção monetária não é fruto do capital, mas é o próprio capital atualizado através de sua aplicação. Através da atuação da correção monetária o capital se dinamiza, para atualizar o seu valor na medida em que a moeda se inflaciona, evitando, assim, o aviltamento do débito pelo simples transcurso do tempo.

Por isso, não significa penalização do devedor nem expressa compensação pelo prejuízo, razão pela qual não pode ser vinculada a esse ou aquele procedimento da pessoa que deve resgatar o débito" (Trecho de Acórdão Unânime da 9.^a Câmara do 2.^o Tribunal de Alçada Cível de São Paulo, proferido nos Embargos Infringentes n.^o 162.620, em 14-3-84).

2. Como se vê, a CM não é acréscimo, gravame ou acessório. Visa apenas salvaguardar o poder aquisitivo da moeda. Faz o débito pago no futuro ser idêntico ao débito original, tal como surgiu. É o mero reajuste do valor histórico, ou nominal, ao valor presente, atual ou real. Isto é: a preservação do valor real contra os efeitos corrosivos da inflação, como definido por *Rubens Limonge França*, in *Tratado de Locação Predial Urbana*, 2.^o vol., pág. 440:

"Correção monetária é, em suma, a atualização do valor real da moeda, tendo-se em vista a data do entabulamento do vínculo e a da execução da prestação."

3. Por outro lado, segundo Álvaro Villaça Azevedo, também citado no aresto acima referido,

"A correção monetária corresponde a um corretivo, que tem por objeto manter atualizada, no tempo, em seu valor, determinada espécie de moeda."

4. Desta forma, a aplicação da CM não significa acréscimo como os juros, nem encargos como a multa moratória.

5. Enfocada sob outro ângulo, a CM mantém no tempo o equilíbrio da relação jurídica de direito obrigacional, fazendo permanecer a

proporcionalidade de valor entre o débito e o crédito, entre o passivo e o ativo. E, nesse ponto, convém ressaltar, não importa apenas cuidar-se do conflito de interesses entre o credor e o devedor, mas sobretudo, atender-se ao interesse público na estabilidade das relações jurídicas.

II — A Correção Monetária Processual

6. A primeira elaboração legislativa admitindo expressamente a correção monetária processual parece mesmo ter sido aquela atinente aos processos de desapropriação através da Lei n.º 4.686, de 21-06-65, que acrescentou ao artigo 26 do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21-06-41, o seguinte parágrafo:

"§ 2.º — Decorrido prazo superior a um ano, a partir da avaliação, o Juiz ou Tribunal, antes da decisão final, determinará a correção monetária do valor apurado, conforme índice que será fixado, trimestralmente, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República."

7. Ocorria que o Poder Público editava decretos de desapropriação e quando estavam estes prestes a caducar, distribuía, apressadamente, ações expropriatórias para todos os imóveis atingidos, oferecendo pelos mesmos uma determinada quantia. Depois, o Poder Expropriante deixava aquele enorme volume de processos paralisados até que efetivamente se interessasse pela imissão de posse nos ditos imóveis ou para tal obtivesse liberação das necessárias verbas. Isto, invariavelmente, acontecia mediante o simples depósito da quantia oferecida muitos anos antes, evidentemente aviltada e corroída pela inflação.

8. Sensíveis ao problema e responsáveis pelas decisões sobre bens de vida de tamanha relevância, mesmo na inexistência de expressa previsão legal, levantaram-se notáveis e pioneiros magistrados contra aquele absurdo e, paulatinamente, foram sendo acompanhados por seus pares até que a aplicação da CM em processos de desapropriação se consolidou na Jurisprudência.

9. Todavia, foram vultosos e irrecuperáveis os prejuízos causados e a injustiça social verificada no período da vacilação jurisprudencial decorrente da submissão ao rigorismo formal e da insegurança decorrente da inexistência de previsão legal, com postergação da realização do direito.

10. Diversos outros dispositivos legais vieram posteriormente a contemplar especificamente a correção monetária, a saber:

a) Lei 4.537/64: CM em favor do crédito fiscal e previdenciário (na falência);

b) *Lei 4.380/64 e DL 19/66: CM nos créditos hipotecários do SFH;*

c) *Decreto-Lei 75/66: CM nos créditos trabalhistas;*

d) *Decreto-Lei 858/69: CM nos débitos fiscais do falido;*

e) *Decreto-Lei 1 477/76: CM dos créditos do BACEN e do BNH;*

f) *Lei 6.830/80: CM da dívida ativa da Fazenda Pública;*

g) *Decreto-Lei 2.015/83: CM nos débitos das Instituições Financeiras.*

11. Não deve ser esquecida, também, a profícua elaboração jurisprudencial realizada simultaneamente por nossos Tribunais.

12. Com efeito, a CM foi ganhando espaço e sendo admitida, cada vez com maior amplitude, mesmo sem previsão legal nas dívidas de valor, nas decorrentes de atos ilícitos e nas decorrentes de ilícitos contratuais.

13. Contra as conquistas jurisprudenciais não se tem oposto, sequer a própria Lei 6.899, de 08-04-81, diploma legal que, finalmente, universalizou a CM processual. É que continua sendo determinada a CM decorrente de decisão judicial contada a partir de data anterior à da Lei 6.899, quando se trata de dívida de valor ou das demais hipóteses acolhidas pela Jurisprudência.

14. Captando e transmitindo com fidelidade a verdadeira natureza da CM, o Professor Lauro Paiva Restiffe enfoca-a como instrumento processual de equilíbrio e leciona:

"Desde que a desvalorização da moeda no tempo se tornou uma constante, a inevitável duração do processo judicial passou a ser um sério fator de desequilíbrio em desfavor do credor, que se vê obrigado a demandar para receber em Juízo o que lhe é devido, e que de modo espontâneo se recusa a pagar-lhe o devedor. Entretanto, como processo existe para restaurar o equilíbrio afetado pela lesão ao direito do demandante que a final demonstre ter razão, não pode constituir nenhuma novidade ele vir dotado de mecanismo que assegure ao vencedor o resultado que, de modo real, corresponda à justa composição da lide. Trata-se de exigência elementar, contra a qual nenhum reclamo sério poderá dirigir o vencido, mesmo porque o obter o vencedor a reparação integral de lesão sofrida não é favor que se lhe faça; muito menos lucro.

Esse é o ponto: a correção monetária processual não é pena, nem multa, nem cominação de mora, nem prejuízo, nem lucro. É simples instrumento de equilíbrio relacionado à técnica interna do processo. Sua função mecânica, por assim dizer, é neutralizar o fator de desequilíbrio decorrente da inevitável duração do processo judicial, em cuja pendência deve permanecer garantida a atualização do valor da moeda até efetiva satisfação da obrigação por parte do devedor, se vencido for" (in Tratado da Correção Monetária Processual, Editora Revista dos Tribunais, pág. 22).

15. Neste entendimento, a CM tem sido concedida na fase executória, mesmo quando não reclamada na petição inicial.

16. Trata-se, também, de repercussão processual da indexação geral da economia. Diante da instabilidade do cruzeiro, cuja desvalorização em face do dólar a partir do mês de abril é diária, novos padrões monetários são adotados, tais como o próprio dólar, o MVR (Maior Valor de Referência), a UPC (Unidade Padrão de Capital), a UFERJ (Unidade Fiscal do Estado do Rio de Janeiro) e a popular ORTN (Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional). O cruzeiro deixou de ser a moeda fiscal, financeira, contratual e processual.

17. Inegavelmente está superada a época em que a Justiça (entenda-se, o processo) servia como instrumento de locupletamento ilícito do devedor, em detrimento do seu legítimo credor, que sofria injusto prejuízo.

III — A Lei 6.899, de 08-04-81

18. Esta Lei, como se disse, universalizou a aplicação da correção monetária processual e discute-se sua aplicabilidade em tema falimentar.

19. Os dois argumentos contrários mais encontrados na doutrina e na jurisprudência dizem respeito a (1) ser a Lei de Falências lei especial não alcançada pela Lei n.º 6.899/81, que é geral; e (2) não ter esta última referido expressamente que se aplicaria em matéria falimentar.

20. Entretanto, a argumentação favorável à aplicação é, incontestavelmente, muito mais forte e sólida. Senão vejamos.

21. A Lei de Falências foi editada em junho de 1945 quando o País era economicamente estável, não representando os reduzidos índices de inflação, que sequer eram divulgados, motivo de preocupação para o legislador. Cumpre, obviamente, ao aplicador interpretar as

normas vigentes segundo o sistema global, acomodando o Direito Positivo aos novos fatos sociais.

22. A Lei de Quebras, por outro lado, admite até a remuneração do capital credor, desde que suficiente o ativo da massa, com o pagamento de juros na forma do artigo 26:

"Contra a massa não correm juros, ainda que estipulados forem, se o ativo apurado não bastar para o pagamento do principal."

23. Com mais razão se deve admitir a CM que, como se viu, não é acréscimo.

24. Ademais, o interesse na estabilidade das relações jurídicas, repete-se, é público. E também público é o interesse em não se permitir sirva o processo de instrumento de ilícito locupletamento.

25. Segundo a teoria do equilíbrio processual, não deve este ensejar, através do moroso desenrolar de seus atos, que ao seu término se verifique ter o falido, que no início era insolvente, pelo simples decurso do tempo, sua posição fundamentalmente invertida.

26. Não se deve permitir, negando-se a CM, que o ativo, sempre corrigível, atenda ao passivo congelado e dê sobras ao falido (art. 129, da Lei de Falências), em prejuízo dos seus credores. Se o falido começou o processo insolvente, assim deve terminá-lo, ajustando-se contabilmente sua situação através da CM do ativo e também do passivo. Este enfoque é perfeitamente compatível com o espírito da Lei de Quebras, cujos artigos 26 e 163, parágrafo único, ao prever o pagamento de juros, demonstram a disposição do legislador de impor um justo equilíbrio para os credores.

27. Assim, sob a ótica econômico-financeira e moral não parece correto que, ao cabo da liquidação do ativo da pessoa jurídica falida (que evidentemente é sempre corrigido), do montante apurado, após deduzidos os pagamentos do passivo (salvo algumas exceções congelado pela inaplicação do fator de atualização), à pessoa física dos falidos — isentos das responsabilidades previstas nos artigos 5.º e 6.º da Lei de Quebras — remanesça saldo positivo em detrimento dos credores prejudicados, terceiros inocentes e não culpados de má gerência ou administração empresarial.

28. A Lei 6.899/81 estabelece em seu artigo 1.º:

"A correção monetária incide sobre qualquer débito resultante de decisão judicial, inclusive sobre custas e honorários advocatícios" (Grifamos).

29. Desta forma, não excepciona as falências e concordatas.

30. E onde a lei não distingue não é dado ao intérprete fazê-lo.

31. É também lei especial, relativamente à matéria (CM) e geral quanto à esfera de aplicação. Se o fato de ser o tema falimentar tratado por lei especial fosse razão suficiente para afastar a aplicação da Lei 6.899/81, também ela não incidiria com referência a duplicatas, notas promissórias, cheques, cédulas e notas de crédito industrial, comercial e à exportação, eis que são títulos de crédito regulados por leis especiais que não estabelecem a CM.

32. Acresce ainda, que a Lei 6.899 tem o nítido objetivo (*vis legis*) de proteger o crédito contra os efeitos da perda do poder aquisitivo da moeda, não comportando, destarte, interpretação restritiva. Visa, também, a Lei 6.899/81 a desestimular os maus pagadores que só pagavam suas dívidas em Juízo.

33. A interpretação da especialidade da Lei de Falências para subtraí-la é esfera de aplicação da Lei 6.899/81, conduz ao seguinte absurdo: se por não se referir expressamente à Lei de Quebras, a Lei 6.899/81 a ela não se aplica, e assim não é possível a CM em processos falimentares; estão totalmente revogadas as leis anteriores que concediam CM em falências, privilegiando certos créditos como os tributários, trabalhistas, do BNH, do Banco Central, etc.

34. De outra parte, a Lei 6.899/81 revigora o princípio da *par conditio creditorum*, pondo fim à desigualdade entre os credores contemplados pelas leis anteriores e os demais, por ela agora considerados.

IV — A Posição do Supremo Tribunal Federal

35. Conquanto não se tenha conhecimento de decisão de mérito sobre a matéria pela 2.^a Turma da Suprema Corte, é notório o entendimento da 1.^a, que evoluiu de uma decisão por maioria (RE 108-9 MG, de 16-03-84) para uma de unanimidade (RE 101.466-1, "DJU" de 15-06-84).

36. Em ambos os casos, a propósito de concordatas preventivas, foi conduzida pelo Relator, Ministro Oscar Correa, a discussão da aplicabilidade da CM em processos não só de concordata como também de falência, formando o Egrégio Supremo Tribunal Federal um Juízo positivo e assim decidido: aplica-se a Lei 6.899/81 aos processos falimentares.

V — Questões secundárias

37. Partindo-se do pressuposto de que é admitida a correção monetária em processos falimentares, cumpre enfrentar-se algumas questões secundárias, tais como: o **dies a quo** de sua aferição e a oportunidade de seu pagamento.

38. Relativamente aos requerimentos de falência elididos pelos requeridos é singela a solução, inexistindo na Jurisprudência as divergências que anteriormente a atormentavam no concernente às concordatas e às falências declaradas.

39. Com efeito, nessa hipótese, a lide se esgota na fase preliminar e a decisão é proferida em procedimento pré-falimentar, sem aplicação do regime das quebras, disciplinando-a, tão-somente, o artigo 11, §§ 2.º e 3.º. A execução coletiva transforma-se em singular, eis que a falência não mais poderá ser decretada.

40. Este é entendimento de Rubens Requião, no seu *Curso de Direito Falimentar*, vol. I, pág. 100, 1.ª ed.

"A Lei Falimentar, todavia, não tranca o processo, com o depósito da importância reclamada pelo credor. O Juiz deverá decidir: se for verificada a improcedência das alegações do devedor, ordenará, em favor do requerente da falência, o levantamento da quantia depositada, ou da que tiver reconhecido como legitimamente devida. O processo de falência, com o depósito elisivo, transforma-se em processo de cobrança. Acresce mais, que se as razões do devedor forem provadas, indeferindo o pedido do credor, pode o Juiz condená-lo a indenizar as perdas e danos, uma vez evidenciado o seu dolo."

41. Deste modo, aplicam-se na sua plenitude não só a CM, como também os ônus da sucumbência (custas e honorários advocatícios).

42. Nesse sentido os seguintes julgados: TJ-RJ, 5.ª C.C., na Apelação 31.638/84, unânime, em 12-06-84; TJ-SP, 4.ª C.C., na Apelação 50.357.1, unânime, em 06-09-84; TJ-BA, 1.ª C.C., na Apelação 451/84, unânime, em 09-10-84.

43. O termo inicial da fluência da CM tem sido fixado com estrita observância da Lei 6.899/81 na data do vencimento do título ou na da distribuição do pedido.

44. O pagamento da CM, a nosso ver, deve ser feito depois de satisfeitos todos os créditos por seu valor histórico ou nominal, e por rateio.

45. Por conveniência operacional o Quadro Geral de Credores deve contemplar apenas os valores de origem, ficando a CM para a época da liquidação do ativo e pagamentos das dívidas da massa.

46. Se insuficiente o valor apurado pela liquidação do ativo, devem os falidos permanecer responsáveis com seus patrimônios particulares, pelo saldo negativo remanescente, em face da permanente correção do passivo, na forma dos artigos 5.º e 6.º da Lei de Quebras.

VI — Aplicações Específicas

VI.1. — Nas Restituições em Dinheiro

47. A aplicação da CM sobre as importâncias correspondentes às mercadorias consumidas ou transformadas, entregues na quinzena legal, encontra fundamento no fato de ter o legislador falimentar excluído-as dos efeitos de concordata ou de falência, conforme Uniformização de Jurisprudência n.º 21.792-1, de São Paulo, noticiada no Acórdão proferido em 27-06-84, na Apelação Cível n.º 46.570-1, pela 7.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo que, inclusive, cita inúmeros outros julgados e argumenta no sentido de que a atualização possibilita a reposição das mercadorias, decidindo, ainda, ser cabível a imposição dos ônus da sucumbência. Fixa mencionado Aresto a data da distribuição da reivindicação como *dies a quo* para aferição da CM nos termos da Lei n.º 6.899/81.

VI.11 — Nos Adiantamentos de Câmbio

48. A propósito dos adiantamentos realizados por conta de contratos de câmbio, além de cabível a sua restituição, deve a dívida sofrer correção cambial nos termos da Lei n.º 4.728, de 14-07-65, *verbis*:

“Art. 75 — O contrato de câmbio, desde que protestado por oficial competente para o protesto de títulos, constitui instrumento bastante para requerer a ação executiva.

§ 1.º — Por esta via, o credor haverá a diferença entre a taxa de câmbio do contrato e a data em que se efetuar o pagamento conforme cotação fornecida pelo Banco Central, acrescida dos juros de mora.

§ 2.º — Pelo mesmo rito serão processadas as ações para cobrança dos adiantamentos feitos pelas instituições financeiras aos exportadores, por conta do valor do contrato de câmbio, desde que as importâncias correspondentes estejam averbadas no contrato, com anuência do vendedor.

§ 3.º — No caso de falência ou concordata, o credor poderá pedir a restituição das importâncias adiantadas, a que se refere o parágrafo anterior.”

49. Tem entendido parte da Jurisprudência que a Lei de Mercado de Capitais (4.728) por ser lei especial e posterior tornou inaplicável à hipótese o disposto no artigo 213 da Lei de Falências (TJ-SP, 2.ª Câmara Cível, Ac. unânime proferido na Apelação n.º 29.218, em 24-04-84, e TJ-SP, 1.ª Câmara Cível, Ac. unânime prolatado na Ag. Pet. n.º 221.757, em 07-08-73).

50. Compreende-se que as maiores facilidades concedidas aos exportadores correspondam as adequadas garantias às instituições financeiras, suas credoras.

51. Contudo, o mencionado dispositivo de lei considera a inadimplência em geral, esbarrando sua aplicação à espécie no que concerne ao *dies ad quem* da aferição da correção cambial, no óbice do artigo 213 da Lei de Quebras:

"Art. 213 — Os créditos em moeda estrangeira serão convertidos em moeda do País, pelo câmbio do dia em que for declarada a falência ou mandada processar a concordata preventiva, e só pelo valor assim estabelecido serão considerados para todos os efeitos desta lei."

52. Tal norma cria uma exceção pessoal em favor da massa falida, sendo predominante o entendimento diverso no sentido de que a correção cambial só é calculável até o efetivo pagamento se o *devedor não é falido* (Acórdão do STF no RE 94.203-3, proferido pela 1.^a Turma, em 20-09-83, sendo Relator o Ministro Oscar Correa).

VI.III — Repasse de Empréstimos Contraídos no Exterior

53. Atendendo a interesses de ordem política macro-econômica ligados ao balanço de pagamentos, adotou o Governo as medidas necessárias ao estímulo da captação de recursos no exterior.

54. Tais recursos geralmente são captados para mútuos de capital de giro e para arrendamento mercantil de bens de capital nos termos das Resoluções n.ºs 63, de 21-08-1967 e 980, de 13-12-1984, do Conselho Monetário Nacional.

55. Em ambas as hipóteses é autorizada a contratação da paridade cambial, com respaldo na aplicabilidade das exceções previstas nos incisos IV e V, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 857, de 11 de setembro de 1969:

"Art. 1.º — São nulos de pleno direito os contratos, títulos e quaisquer documentos, bem como as obrigações que, exeqüíveis no Brasil, estipulem pagamento em ouro, em moeda estrangeira, ou por alguma forma, restrinjam ou recusem, nos seus efeitos, o curso legal do cruzeiro."

Art. 2.º — Não se aplicam as disposições do artigo anterior:

IV — Aos empréstimos e quaisquer outras obrigações cujo credor ou devedor seja pessoa residente ou domi-

ciliada no exterior, excetuados os contratos de locação de imóveis situados no território nacional;

V — Aos contratos que tenham por objeto a cessão, transferência, delegação, assunção ou modificação das obrigações referidas no item anterior, ainda que ambas as partes contratantes sejam pessoas residentes ou domiciliadas no País."

56. Assim, embora em princípio a correção cambial devesse ser apurada até a data do vencimento da obrigação, opera, como exposto nos itens 51 e 52 acima, a exceção pessoal do artigo 213 da Lei de Quebras em favor da massa.

57. Esta é a lição de José da Silva Pacheco, *in Processo de Falência e Concordata (Comentário à Lei de Falências)*, Borsoi, 1972, que também interpreta literalmente o artigo 213:

"Os créditos em moeda estrangeira serão convertidos em moeda do País, pelo câmbio do dia em que for declarada a falência" (V. III, pág. 1.251).

58. E esta continua sendo a posição predominante no STF, conforme recente julgado publicado no "DJ" de 22-03-85, pág. 3.624:

Ementa — Falência da Panair do Brasil S/A. Créditos contratuais da União, oriundos de sua coobrigação por dívidas contraídas no exterior pela falida. Inadmissibilidade de sua conversão, em moeda nacional, à taxa de câmbio diversa daquela que vigia na data da declaração da falência. Natureza falencial do Decreto-Lei n.º 496, de 11-03-69. Ação executiva proposta contra a massa falida pela União, da qual, todavia, é carecedora, pelo que deve retornar à falência e à declaração do seu crédito, nela oferecida. Recurso extraordinário da falida, conhecido e provido, prejudicado o da massa" (ERE 92.347-1-RJ, Ac. unânime, Rel. Min. Djaci Falcão).

59. Em verdade, o repassador não pode alegar ao mutuante do exterior situações de fato ou de direito que venham a desonerá-lo da obrigação assumida fora do Brasil: deve pagar. E, uma vez pagos os dólares, fica o tomador do repasse devendo os cruzeiros que foram necessários para a compra dos dólares remetidos.

60. Destarte, na data pactuada ou na data legal, havendo aceleração do vencimento (dia em que for declarada a falência ou mandada processar a concordata) é feita a conversão e daí em diante

passa a fluir a correção monetária segundo os índices de atualização das ORTNs, na forma da Lei 6.899/81.

61. Deste modo são interpretados os dispositivos legais atinentes em consonância com o princípio da *par conditio creditorum*.

VI.IV — A Lei n.º 7.274, de 10-12-84

62. Lamentavelmente, ao apagar das luzes da Velha República, foi elaborada a Lei n.º 7.274/84, diploma visivelmente casuístico, eis que em flagrante contrariedade a todo o processo evolutivo da Doutrina, da Jurisprudência e da Legislação.

63. Com efeito, segundo o melhor entendimento, o benefício da concordata é a concessão de prazo ao comerciante em dificuldades temporárias para que solva suas obrigações.

64. Evidentemente, inconcebível se afigura a edição de um diploma legal tendente a modificar a moeda da concordata para, além da concessão do prazo, agraciar a concordatária com a anistia parcial de seus débitos às custas dos legítimos credores, através do congelamento temporário de seu passivo em época de elevados índices inflacionários.

65. Contudo, a nova redação estabelece no § 3.º, do artigo 175, da Lei de Falências, a seguinte restrição:

“§ 3.º — Na hipótese do § 1.º deste artigo, a correção monetária não incidirá sobre período anterior às datas dos depósitos.”

66. A Lei n.º 7.274/84, todavia, nos demais casos institucionaliza a correção monetária nos procedimentos falimentares.

67. Ass'im, é assegurado no mesmo artigo o seu cálculo se o concordatário não efetua dentro do prazo o depósito, *verbis*:

“§ 6.º — Não efetuado o depósito no prazo e na forma prevista no inciso I do § 1.º, sem prejuízo do disposto no § 7.º, ambos deste artigo, incidirá correção monetária, que será contada a partir do dia imediato ao do vencimento da prestação, se for a prazo; se for à vista, a partir do 31.º (trigésimo primeiro) dia subsequente ao do ingresso do pedido em Juízo.

§ 7.º — A correção monetária incidirá nos créditos que, por qualquer motivo, não forem incluídos no depósito, observado o parágrafo anterior.”

68. Como se vê, ao dizer que a correção monetária não fluirá nos mencionados períodos e só na hipótese exclusiva da concordata preventiva, a Lei n.º 7.274/84, partiu do reconhecimento prévio implícito de que deve ser ela calculada em todos os outros casos, tais como falências e concordatas suspensivas.

69. Na falência incidente a aferição da correção monetária se impõe pelos termos dos parágrafos 3.º, 6.º, 7.º e 8.º, do artigo 175, conjugados com os dos artigos 150 e seguintes e 176.

70. Por outro lado, ao estabelecer tal restrição à larga aplicação da Lei n.º 6.899/81, a Lei n.º 7.274/84, obviamente, *só alcança as concordatas preventivas cujo processamento foi deferido após sua vigência.*

VI.V — Em Liquidações Extrajudiciais

71. A Lei n.º 6.024, de 13 de março de 1974, que trata dos procedimentos de intervenção e liquidação extrajudicial, dispõe:

“Art. 18 — A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos:

a) ...

f) não reclamação de correção monetária de quaisquer dívidas passivas, nem de penas pecuniárias por infração de leis penais ou administrativas.”

72. Tal dispositivo vigorou até a data da publicação da Lei n.º 6.899, de 08-04-81, a partir de quando tornou-se incompatível com o instituto introduzido (a correção monetária geral) e, conseqüentemente, foi revogado na forma do artigo 2.º, da Lei de Introdução ao Código Civil, *verbis*:

“Art. 2.º — Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1.º — A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior” (Os grifos não são do original).

73. A antítese é flagrante: a lei anterior diz ser inaplicável a correção monetária, enquanto a posterior, ao contrário, a impõe.

74. Este é o entendimento lucidamente exposto em recentíssimo Aresto (Agravo de Instrumento n.º 7.597/84, registro em 31-5-85), datado de 07 de maio de 1985, pela festejada *Egrégia Quinta Câmara do Tribunal de Justiça* deste Estado, cuja Ementa foi redigida nos seguintes termos:

*"Correção Monetária em liquidação extrajudicial.
Agravo com fundamento na letra "f", do artigo 18, da Lei
6.024, de 13 de maio de 1974.
Revogação do referido dispositivo pela Lei 6.899/81.
Recurso não provido."*

75. Da mencionada Decisão cumpre transcrever-se o seguinte trecho:

"A correção monetária, como se entende, é aplicável, tanto em relação à falência, como no que se relaciona à liquidação extrajudicial. Não é de esquecer-se que são similares, a se complementarem. Há, no direito brasileiro, um só sistema falimentar. Não é possível admitir-se tratamento legal diverso, relativamente aos direitos subjetivos dos credores, sejam os das instituições financeiras, sejam os de empresas comerciais não definidas como financeiras. Aliás, o artigo 34 da Lei 6.024, de 1974, impõe a aplicação supletiva da Lei Falimentar às liquidações das instituições financeiras.

É bem verdade que a letra "f" do artigo 18, da Lei 6.024, de 1974, prevê a não reclamação de correção monetária de qualquer dívida passiva e que o artigo 26, parágrafo único, da Lei Falimentar, não abre exceção, relativamente àquela atualização.

Mas a realidade é que a Lei Geral, pertinente à correção, não prescreve sua não utilização em casos como o dos autos.

E não é justo permitir-se verdadeiro enriquecimento ilícito dos devedores, como no caso sucederá, em detrimento dos que de boa fé investiram suas economias em entidades financeiras, aliás, de triste memória.

E se o sistema falimentar é um só, não é justo que se apliquem, com distinções, idênticos princípios, todos concernentes à atualização monetária; nem é razoável que se estabeleçam privilégios a beneficiar as Instituições Financeiras.

Aliás, a matéria se torna mais simples se considerar-se as características da Lei 6.899, de 1981, que visa, primordial-

mente, impedir enriquecimentos sem causa, como sucederia com integrantes das sociedades financeiras que, surpreendentemente, passaram a ostentar estranhas riquezas, em prejuízo de investidores, reduzidos, muitas vezes, à perda total de suas economias, amealhadas com imensos esforços, ao largo de sofridas existências. Isso não é ético. E muito menos jurídico.

A Lei 6.899, de 1981, nada mais quer do que manter o valor da moeda aviltada” (Grifamos)

Como se vê, é *irreversível* a tendência jurisprudencial no sentido de aplicar a correção monetária processual sem qualquer restrição, mesmo até diante de expresse dispositivo de lei em contrário.

CARLOS MAGNO MAIA PRZEWODOWSKI
Curador de Massas Falidas

1. *Da natureza tributária do empréstimo compulsório*

1.1. Já em 1980, em trabalho publicado na "Forense Atualidades" n.º 35, páginas 11/13, intitulado "Dos Princípios Constitucionais da Legalidade Tributária e da Anterioridade Tributária e o Tributo Restituível instituído pelo Decreto-Lei 1782, de 16-04-1980", sustentávamos que o chamado *empréstimo compulsório* é um *tributo* disfarçado com a denominação de empréstimo, por várias razões que tentaremos demonstrar.

1.2. Em primeiro lugar, não há falar em *empréstimo compulsório*. É uma contradição que afronta a natureza das coisas. Ora, empréstimo pressupõe uma manifestação de vontade daquele que empresta, favorável àquele que recebe emprestado. É ato jurídico contratual, da atividade negocial. Pressupõe o desejo do prestador. Se for de bens fungíveis haverá mútuo, e comodato caso sejam eles infungíveis, tal como previsto no art. 1248 e seguintes, do Código Civil, inseridos no Capítulo V — *Do Empréstimo*.

1.3. Assim, é óbvio que este compulsório nada tem de empréstimo, pois os emprestadores não foram consultados em momento algum. Instituiu-se o tributo "como medida complementar ao Programa de Estabilização Econômica" — art. 10 do Decreto-Lei 2288/86 — como ato de soberania do Poder Público, no exercício de sua competência tributária.

1.4. Em segundo lugar, a própria definição legal de tributo, contida no art. 3.º da Lei Ordinária Federal n.º 5172, de 25-10-1966, é suficiente, ao conceituar "tributo como toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada", para evidenciar que o *tributo restituível* (empréstimo compulsório) é um *tributo*.

1.5. Aliás, a própria Carta Outorgada de 1969, em seu artigo 21, § 2.º, manda aplicar ao empréstimo compulsório "as disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais de direito tributário".

1.6. Por outro lado, a Comissão Especial do Código Tributário Nacional deixou indiscutível que os empréstimos compulsórios equiparam-se aos tributos (Trabalhos da Comissão Especial do CTN, Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda, 1954, páginas 114 e 115).

1.7. Há, ainda, na esfera estritamente legal, o art. 4.º, I, do Código Tributário Nacional, pelo qual a denominação e demais carac-

terísticas formais adotadas pela lei são irrelevantes para qualificar a natureza jurídica do tributo. Esta é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, *in casu*, o consumo de gasolina, ou álcool, para veículos automotores e a aquisição de automóveis de passeio e utilitários.

1.7.1. Logo, não será a nomenclatura legal de "empréstimo compulsório" eficaz para disfarçar o tributo ora instituído.

1.8. Em endosso à posição ora exposta há a opinião de vários autores, entre eles, Rubens Gomes de Souza, Alfredo A. Becker, Aliomar Baleeiro, Amílcar Falcão, Alcides Jorge Costa, Fábio Fanucci, Geraldo Ataliba e Luiz Gallotti e, mais recentemente, Maria de Fátima Ribeiro, na monografia "A Natureza Jurídica do Empréstimo Compulsório no Sistema Tributário Nacional", Rio de Janeiro, Forense, 1985.

2. *Da ausência de lei complementar definidora dos casos legais de instituição de empréstimo compulsório*

2.1. A Emenda Constitucional n.º 18/65, que alterou a Constituição Federal de 1946, em seu art. 4.º estabeleceu o seguinte:

"Art. 4.º — Somente a União, em casos excepcionais definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios."

2.2. Na vigência de tal Emenda Constitucional foi votada e sancionada uma Lei Ordinária, de n.º 5.172, de 25-10-66, cuja ementa original "Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de Direito Tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios" teve a sua parte inicial alterada pelo Ato Complementar n.º 36, de 13-03-67, art. 7.º para — "Dispõe sobre o Código Tributário Nacional e..."

2.3. Assim, logo se infere que o CTN, Lei Ordinária que é, e sempre foi, desde a origem do seu processo de elaboração legislativa, não é a Lei Complementar indicada na Constituição Federal.

2.4. Conclui-se, por conseguinte, que o art. 15 do CTN, cujo teor trata dos empréstimos compulsórios, é inócuo para os fins a que se destina, isto porque instituído em lei ordinária, e não complementar, esta superior àquela na hierarquia das leis, e diferente daquela quanto ao *quorum* de aprovação legislativa.

2.5. Falta, pois, a lei complementar que embase o empréstimo compulsório ora instituído, por mais que se argumente o contrário. *O Código Tributário Nacional não é uma Lei Complementar*. Desta verdade não se pode afastar.

3. Do desrespeito ao princípio constitucional da anterioridade ou anualidade tributária

3.1. Reza o art. 153, § 29, da atual Constituição Federal, que “nenhum tributo será... cobrado, em cada exercício, sem que a lei que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início financeiro,...”

3.2 Tal princípio, que alguns chamam de *vocatio legis* constitucional, como deseja *Fabio Fanucchi* (*Proposições Tributárias*. São Paulo, Resenha Tributária, 1975 págs. 66 e seguintes), outros de *anualidade* (*Baleeiro, Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar*, Rio de Janeiro, Forense, 1977, págs. 4 e seguintes), consagrado universalmente, surgiu para prevenir o contribuinte contra os tributos a serem cobrados no ano seguinte, para que entrassem na coluna de despesas do orçamento familiar. Justo, coerente e civilizado.

3.3. Ressalte-se que no âmbito jurisprudencial há reiteradas decisões ratificadas do princípio, entre as quais podemos salientar recente acórdão unânime, na Remessa *Ex-Officio* n.º 104.579-MG, da 4.ª Turma do Tribunal Federal de Recursos, de 11-11-85, cuja ementa diz o seguinte, *verbis* (*in* ADV-COAD, 986, Ementa n.º 28.438):

“Tributário — Empréstimo Compulsório — Anualidade. O princípio de que a arrecadação de empréstimo compulsório não estava sujeita à prévia autorização orçamentária, somente predominou até a edição da Emenda Constitucional n.º 2, de 1969, cujo artigo 21, parágrafo 2.º, estabeleceu que ao dito empréstimo aplicar-se-iam as disposições constitucionais relativas aos tributos” (grifos nossos).

3.4. Cremos, por conseguinte, ser notória a absoluta inconstitucionalidade do tributo, ora instituído com o apelido de “empréstimo compulsório”, a ensejar um posicionamento firme do Estado-Jurisdição, seja de ofício, — no desempenho de suas atribuições de aplicador da Constituição e das Leis, seja por provocação da parte, no caso concreto, ou do Procurador-Geral da República, — para a norma em tese, em representação de inconstitucionalidade.

MARCIO KLANG

Promotor de Justiça

A INFLUÊNCIA DO DIREITO CANÔNICO NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

1. Os Direitos Romano, Germânico e Canônico foram os que mais influência tiveram na estruturação legal dos povos de organização jurídica superior.

O Direito da Igreja Católica, conhecido como Direito Canônico, está contido nos decretos compilados pelo canonista e teólogo Graciano (*Concordia discordantium Canonum*), nos *Decretali* de Gregório IX, no *Liber Sextus* de Bonifácio VII e no *Liber Septimus Decretalium* de João XXII.

Toda essa legislação foi enfeixada numa única compilação, denominada de *Corpus Iuris Canonici*, pelo Concílio de Basiléia (1431-1443). O Direito contido nesse antigo monumento jurídico vigorou até 1917, servindo de fonte imediata à legislação vigente em muitos países. Para aferir essa poderosa influência, basta lembrar que, na época do Governo-Geral, tivemos o Código Sebastião, que muito modificou as Ordenações Manuelinas e que dava extraordinária importância ao Direito Canônico e às resoluções do Concílio de Trento. O *Corpus Iuris Canonici*, enfim, influiu poderosamente na estruturação das instituições de Direito de Família e nos direitos reais.

Houve intensa elaboração de normas, no seio da Igreja Católica, tanto na esfera das relações eclesiásticas, como no campo da vida política e privada. Entretanto, não foram os padres da Igreja Católica juristas como os romanos e, por isso, o papel da equidade exerceu sempre importância fundamental nesse Direito, o que se explica pelo anseio de aproximar, nos casos concretos, a lei do ideal de justiça.

Direito iluminado pelo Evangelho, o *Corpus Iuris Canonici* humanizou o mundo jurídico, tornando-o mais harmonioso na sua complexidade, sem prescindir da estrutura lógica do Direito.

Esse Direito da Igreja Católica, de fundo justinianeus, contribuiu para a formação do direito privado medieval. A partir dos anos 1200, com a autoridade dos canonistas Azzone, Tancredi, Graziano, Damaso, Di Benevento, Inocencio IV e Hostiensis, infatigáveis na sistematização das instituições jurídicas, chegou a ocorrer, na península itálica, disputa de hegemonia entre o direito romano e o direito canônico.

Os canonistas italianos alargaram consideravelmente o conceito de vários institutos jurídicos, de modo a abranger aspectos concretos que o direito romano não conhecia ou não levava em consideração, tudo a revelar perfeito conhecimento da vida, na infinidade de suas manifestações.

Proporcionando completa visão de tudo o que constitui objeto da relação jurídica, evidente a projeção do direito canônico sobre

todo o Direito em geral, especialmente sobre o direito civil, que, sob muitos aspectos, ainda conserva a mesma fisionomia de outrora.

As raízes históricas e culturais do Direito Civil Ocidental originaram-se do direito privado romano (*jus civilis* e *jus gentium*), do antigo direito germânico, dos direitos consuetudinários da Idade Média e do direito canônico.

Por sua vez, as raízes culturais e a normatividade do Direito Civil Brasileiro estruturaram-se sob dois aspectos: ou através do Direito Português, sofrendo a poderosa influência do direito romano do direito germânico, da moral cristã e do direito canônico, ou diretamente, inspirando-se no individualismo e no liberalismo e nos códigos civis europeus do século XIX.

Bem por isso, a finalidade precípua deste trabalho é aferir a influência do Direito Canônico na estrutura interna do Código Civil Brasileiro de 1916. A leitura deste monumento legislativo mostra, a cada passo, a decisiva e palpável influência do Direito da Igreja Católica.

2. O Direito de Família, impregnado de ética que compõe a lei e o homem, revela-se fortemente influenciado pelo Direito Canônico.

A doutrina dos impedimentos matrimoniais foi arquitetada à luz dos princípios formulados pelos canonistas e teólogos italianos.

O Direito Canônico, com acentuada preocupação moralizadora, jamais condescende com o ilícito e o desonesto. Daí o impedimento matrimonial resultante do adultério (*impedimentum criminis adulterio*). O Código Civil Brasileiro não logrou vencer a influência do Direito Canônico, proibindo o casamento do cônjuge adúltero com o seu co-réu, por tal condenado (artigo 183, n.º VII, da lei civil).

A idade nupcial provocou outrora sério dissídio entre sabinianos e proculeanos (*Arangio-Ruiz, Historia del Derecho Romano*, pág. 338). O Concílio de Trento, de 1545 a 1563, optou pela solução preconizada pelos proculeanos (Código de Direito Canônico, cân. n.º 1067), estabelecendo o limite de idade para o casamento. O Código Civil pátrio fixou a idade mínima para o casamento, não sobre o vazio, mas tendo em vista o *substratum* que se encontrava estabelecido pelo Direito Canônico, no qual a idade nupcial era de doze anos para a mulher e de quatorze para o homem.

O Concílio de Trento, de 1545 a 1563, regulou pormenorizadamente o instituto do casamento, adotando a publicação dos proclamas de matrimônio, através de avisos denominados banhos. Assim, é de origem canônica a disposição consagrada no artigo 181 da lei civil brasileira, que adota a prática da publicação dos proclamas de casamento, mediante edital afixado no lugar onde residem os nubentes.

A Igreja Católica insurgiu-se veementemente contra o concubinato. Santo Agostinho e Santo Ambrósio combateram a união livre, sem casamento. Por fim, o Concílio de Trento condenou o concubinato, de maneira absoluta, sem exceção alguma. O Código de Direito Canônico chegou até a dispor a respeito de sanções particulares contra os concubinos (Cânones 1.078, 2.357, § 2.º e 2.358). O legislador brasileiro de 1916, baseado em razões de moralidade familiar, não se mostrou imune à influência do Direito Canônico, jamais condescendendo com o concubinato. Essa influência apresenta-se bem nítida na proibição de doações do cônjuge adúltero ao seu cúmplice (artigo 1.177), da nulidade da instituição da concubina como beneficiária do contrato de seguro de vida (artigo 1.474), na incapacidade testamentária passiva da concubina (artigo 1.719, inciso III, combinado com artigo 1.720) e na proibição de reconhecimento de filhos adulterinos (artigo 358).

Ao disciplinar a posse do estado de casado, a nossa lei civil também se inspirou no Direito da Igreja Católica. A regra do *in dubio pro matrimonio* (artigo 206) é oriunda do Direito Canônico: *Matrimonio gaudet favore juris* (Cânon n.º 1.014). Cuida-se, inquestionavelmente, de preceito salutar, impregnado de profunda sabedoria. Com efeito, a posse do estado de casados se interpõe como motivo superior, preconizando a subsistência do casamento.

O Papa Benedito XIV criou a figura do curador do vínculo (A. Esmein, *Le Mariage en Droit Canonique*, 2.ª ed., 2/327). Deve o curador ou defensor do vínculo à *outrance* pugnar em juízo a validade do matrimônio. É, portanto, de origem canônica a disposição consagrada no artigo 222, a exigir a intervenção de um curador do vínculo na ação de nulidade ou anulação de casamento.

O casuísmo do Direito Canônico a respeito do erro sobre a pessoa é altamente expressivo: *Error alius est personae alius fortunae, alius conditionis, alius qualitatis*. Trata-se de tema em que o canonista e teólogo Graciano fez resplandecer com mais brilho sua sagacidade. Consoante decreto do canonista Graciano, só o erro sobre a pessoa e suas condições tinha força suficiente para acarretar a anulação do casamento. Inspirou-se o artigo 218 da lei civil pátria no Direito Canônico, embora tenha impresso ao erro sobre a pessoa cunho especial.

O Código Civil Brasileiro não cogita do dolo como causa de anulação do casamento, atendo-se, ainda aqui, ao critério do Direito Canônico.

O casamento putativo (artigo 221) é da tradição do direito luso-brasileiro. O direito romano não conhecia a putatividade do casamento, que é também criação do Direito Canônico (*Planiol, Traité Élémentaire de Droit Civil*, 7.ª ed., 1915, vol. I, n.º 1.094; Pires de Lima, *Casamento Putativo*, Coimbra, 1929, n.º 6).

O Direito Romano não continha disposição sobre o desquite, embora já conhecesse o divórcio, sob as formas de *bona gratia* e *repudium*. Trata-se de instituto jurídico que é fruto do Direito Canônico (*separatio quoad thorum et quoad habitationem*). Nota-se, em tal matéria de direito matrimonial, a influência do direito da Igreja Católica, ao inspirar a norma contida no artigo 315, inciso III, do Código Civil Brasileiro, agora revogada pela Lei n.º 6.515, de 26 de dezembro de 1977.

Outrossim, a contagem de graus de parentesco em linha reta (artigo 333) é oriunda do direito romano e do direito canônico.

Não precisamos ir além para deixar sublinhada a infinita riqueza de aplicações práticas do Direito de Família oriundas do Direito Canônico.

3. O próprio Direito das Coisas, em numerosos preceitos, abeberou-se no Direito Canônico, como sucede na distinção entre direitos reais e direitos pessoais, na ação de reintegração de posse (artigo 499), na legitimidade do direito de propriedade privada e na proibição do pacto comissório (artigo 765).

Examinemos cada um deles isoladamente.

Os jurisconsultos romanos, embora conhecessem a subdivisão das ações de direito privado em *actio in rem* e *actio in personam*, não chegaram a elaborar uma teoria sobre os direitos reais. Originou-se a teoria, elaborada pelo Direito Canônico, no século XII, cunhando as expressões técnicas *jus in re* e *jus ad rem*, que se tornou divisão fundamental em todas as legislações contemporâneas.

Por outro lado, o Direito Canônico alargou consideravelmente a noção de posse e enriqueceu o elenco das ações possessórias, com o acréscimo do *summarius possessorium* e da *actio spoli*, aspectos concretos do sistema processual que os antigos interditos do direito romano não abrangiam (*Digesto*, Liv. 43, Tit. 1.º, Frag. 2.º). Assim, o interdito de reintegração de posse é consagração do velho princípio de direito canônico *spoliatus ante omnia restituendus* e seus cânones fundamentais se encontram no artigo 499 da lei civil pátria.

Outrossim, a posição legal da propriedade na democracia ocidental (países de direito latino, germânico e anglo-saxônico) deflui de uma cosmovisão bem nítida da legitimidade do direito de propriedade, dada pela teoria da natureza humana, exposta pela doutrina da Igreja Católica (Encíclica Quadragésimo Ano, de Pio XI).

O Direito Canônico sempre se pôs de acordo com os fins éticos, que inspiram e animam a ordem jurídica. Sendo uma legalidade que se ampara à justiça, um direito-caridade, sempre atua na defesa dos interesses dos incapazes e fracos, na hipossuficiência, por assim dizer, do devedor. Daí a proibição do pacto comissório (*lex comisso-*

ria), mecanismo pelo qual o credor fica com o bem dado em garantia se a dívida não for paga no vencimento (artigo 765). Inspirado em altos sentimentos humanitários, esse princípio, originário do Direito Canônico, é hoje predominante em todos os países de organização jurídica superior.

4. O Direito da Igreja, de fundo justinianeu, teve larga aplicação pelo desdobramento de sua jurisdição a relações de natureza não espiritual. Portanto, sobre a base do direito canônico repousam muitas relações jurídicas de natureza patrimonial.

Assim, não escapou também o Direito das Obrigações à influência do Direito Canônico, como se percebe claramente do instituto da compensação.

Originária do direito romano, a instituição jurídica da compensação não desempenhou papel de grande relevo naquele direito, onde apresentava, aliás, estrutura bastante singela (*Lomonaco, Istituzioni di Diritto Civile Italiano*, 2.^a ed., 5/314).

Por razões de ordem política e fiscal, a compensação entrou em declínio na Idade Média (*Lomonaco, ob. cit.*). No Direito Canônico, porém, o instituto sofreu profundas modificações, passando a desfrutar de grande favor no direito privado medieval e inspirando todas as legislações modernas.

O Direito Romano, fortemente impregnado do estoicismo filosófico, só admitia compensação entre obrigações que apresentassem identidade de causa. Esse era o princípio dominante no direito romano, em atenção à causa da obrigação, naquele instituto jurídico.

Entretanto, suavizando o primitivo rigor daquela regra do direito romano, o Direito da Igreja Católica estabeleceu o princípio de que a diversidade de causa entre as obrigações não impede a compensação. Do Direito Canônico, essa regra geral irradiou-se para quase todas as legislações contemporâneas e entre nós está consagrada pelo artigo 1.015 do Código Civil, que assim reza: "A diferença de causa nas dívidas não impede a compensação, exceto: I. Se uma provier de esbulho, furto ou roubo. II. Se uma se originar de comodato, depósito ou alimento. III. Se uma for de coisa não suscetível de penhorar".

5. O Direito pátrio, em matéria de Sucessões, como as demais legislações contemporâneas, conformou-se ao sistema legado pelo direito romano, pelo antigo direito germânico e pelo direito canônico.

Assim, cumpre ressaltar a inegável influência do Direito Canônico na estruturação da sucessão intestada e que se evidencia no direito de representação, pelo qual se opera a vocação indireta da sucessão legítima, quando o herdeiro é convocado a suceder em lugar de outro sucessor, anteriormente pré-morto.

O Código Civil Brasileiro conserva ainda essa mesma fisionomia de outrora, posta em relevo em seus artigos 1.620 e 1.625.

Por outro lado, a sucessão testamentária sempre foi alvo de numerosas impugnações e censuras, convertendo-se em polêmico instituto jurídico que se apresentaria contrário à ética e ao direito natural. Muito se discutiu sobre a legitimidade da sucessão testamentária, que, aliás, era desconhecida no antigo direito germânico.

Entretanto, o Direito Canônico defendeu a absoluta liberdade de testar, como expressão de individualidade humana, desprezando o princípio segundo o qual *Deus, non homo, heredem facit (Troplong, Donations Entre-Vifs et Testaments, prefácio, pág. XVIII)*.

A lei civil vigente, seguindo a esteira do direito canônico e a tradição do direito luso-brasileiro, aceitou a sucessão testamentária, disciplinando-a nos artigos 1.626 a 1.769.

6. Na Parte Geral do Código Civil Brasileiro avulta a influência do Direito Canônico. Para que se tenha idéia da relevância desse influxo, considere-se apenas duas instituições dos quadros do Direito Positivo Brasileiro: O Registro Civil das Pessoas Naturais e a personalidade jurídica.

Os serviços concernentes ao Registro Civil das Pessoas Naturais, estabelecidos pelo artigo 12 do Código Civil, configuram criação original e autêntica da Igreja Católica. Desde 1564, a Igreja Católica, pelo Concílio de Trento, foi incumbida de proceder ao assentamento em livros próprios dos nascimentos e óbitos. E assim permaneceu o sistema, até a posterior separação da Igreja e do Estado, quando a Revolução Francesa atribuiu a este disciplinar a instituição do Registro Civil. No Brasil, esses assentamentos só foram atribuídos ao Estado com o advento da Lei n.º 1.829, de 1871, que criou o Registro Civil entre nós.

Outrossim, o Direito Romano não continha disposição sobre as pessoas jurídicas, embora já conhecesse certas associações, como *universitates, sodalitates, corpora* e *collegia*. O velho direito germânico também desconheceu o conceito da personalidade jurídica.

Os canonistas da Idade Média entreviram nitidamente os elementos integrantes da pessoa jurídica, mostrando-se incansáveis na sistematização do instituto, alargando consideravelmente seu conceito, com o desenvolvimento das fundações conhecidas pela expressão *corpus mysticum (Calogero Gangi, Persone Fisiche e Giuridiche, pág. 195)*. Oriundas do direito canônico, as pessoas jurídicas acham-se universalmente difundidas, em diplomas legais da mais alta qualidade técnica e perfeição doutrinária.

Outros institutos poderiam ser ainda invocados; os já mencionados são, porém, suficientes para evidenciar a projeção do direito canônico no cenário jurídico estruturado pelo legislador civil de 1916.

OSVALDO HAMILTON TAVARES

Procurador de Justiça

Bibliografia

- 1) Arnaldo Bertola, *Diritto Canonico*, in *Nuovo Digesto Italiano*, vol. IV, 1938, págs. 920-924.
- 2) Raoul Bompard, *Le Pape et Le Droit des Gens*, Paris, 1888.
- 3) Jean des Gravières, *Le Droit Canonique*, Paris, 1958.
- 4) Código de Direito Canônico.
- 5) Montero y Gutierrez, *Derecho Publico Eclesiástico*, Madrid, 1948.
- 6) G. Bloch, *L'Empire Romain/Évolution et Décadence*, Paris, 1922.
- 7) Ebert Chamoun, *Instituições de Direito Romano*.
- 8) Voci, *Instituzioni di Diritto Romano*.
- 9) Armijon, Nolde et Wolff, *Traité de Droit Comparé*, Paris, 1950.
- 10) René David, *Traité Élémentaire de Droit Civil Comparé*, Paris.
- 11) Arangio-Ruiz, *História del Derecho Romano*.
- 12) A. Esmein, *Le Mariage en Droit Canonique*.
- 13) Planiol, *Traité Élémentaire de Droit Civil*, 1915.
- 14) Pires de Lima, *Casamento Putativo*, Coimbra, 1929.
- 15) Abé Leclercq, *Leçons de Droit Naturel*, 1947.
- 16) Mommsen, Th., e Krueger, P., *Corpus Juris Civilis*, Berlim, 16.^a edição, 1954.
- 17) Giovanni Lomonaco, *Instituzioni di Diritto Civile Italiano*, 2.^a ed., Napoli,
- 18) Calogero Gangi, *Persone Fisiche e Giuridiche*.



ATUALIDADES

NOVOS PROCURADORES DE JUSTIÇA

Noticiamos, com muita alegria, a promoção dos Drs. *Pedro Nogueira Fontoura* e *Eugênio Carvalho do Nascimento Filho* ao cargo final da carreira do Ministério Público, após anos de dedicação à Instituição.

"Revista de Direito" consigna o fato com prazer e cumprimento os novos Procuradores de Justiça pelo êxito alcançado, fruto sem exceção, do trabalho que desenvolveram desde o início de suas carreiras.

NOVOS PROMOTORES DE JUSTIÇA

Vem de ser concluído Concurso para ingresso na Carreira do Ministério Público, tendo logrado, ao final, aprovação, 56 candidatos nomeados por Decreto Governamental e empossados pelo Exmo. Sr. Governador do Estado em solenidade que teve lugar no Palácio Guanabara em 30 de outubro de 1986:

- | | |
|--|---|
| 1.º <i>Poul Erik Dylund</i> | 15.º <i>Marcelo de Lyra Filho</i> |
| 2.º <i>Maurício Assayag</i> | 16.º <i>Amadeu Mendes Campanati</i> |
| 3.º <i>José Ricardo de Siqueira Regueira</i> | 17.º <i>Luiz Carlos Motta Machado</i> |
| 4.º <i>Leila Maria Rodrigues Pinto</i> | 18.º <i>Angela da Rocha Pombo</i> |
| 5.º <i>Frederico Alberto Ribeiro Canellas</i> | 19.º <i>Maria de Nazaré Martins Guimarães</i> |
| 6.º <i>José Rodrigues Pinheiro</i> | 20.º <i>Ana Cristina Augusto Gentil da Silva</i> |
| 7.º <i>João Batista Filgueiras</i> | 21.º <i>Daisy Monnerat dos Santos Silva</i> |
| 8.º <i>Inês da Trindade Chaves de Melo</i> | 22.º <i>Paulo Sérgio Prestes dos Santos</i> |
| 9.º <i>Wilney Magno de Azevedo Silva</i> | 23.º <i>Rosângela Carrozzino</i> |
| 10.º <i>André Gustavo Corrêa de Andrade</i> | 24.º <i>Heloisa Maria Daltro Leite Guanaes de Miranda</i> |
| 11.º <i>Dóris de Sá Manzini</i> | 25.º <i>Cairo Ítalo França David</i> |
| 12.º <i>Lígia Portes Santos</i> | 26.º <i>Conceição Aparecida Mousnier Teixeira de Araújo</i> |
| 13.º <i>Guilherme Couto de Castro</i> | |
| 14.º <i>Alda Santarosa Freire Oliveira e Silva</i> | |

- | | |
|---------------------------------------|---|
| 27.º Paula Andrade Mello | 43.º Lúcia Ramos Serão de Sant'Anna |
| 28.º José Avelino Atalla | 44.º Elizabeth José Barreto |
| 29.º Pedro Elias Sanglard | 45.º Manoel Ciridião Buarque |
| 30.º Cláudio Luís Braga Dell'Orto | 46.º Martha Pires da Rocha Hisse |
| 31.º Rogério de Oliveira Souza | 47.º Miriam Cristina Mendonça Real |
| 32.º Gilmar Augusto Teixeira | 48.º Ricardo Ribeiro Martins |
| 33.º Laucy Esteves | 49.º Maria Celeste Cardoso de Brito Pereira |
| 34.º Joaquim Domingos de Almeida Neto | 50.º Huascar de Castro |
| 35.º Karla Maria da Cruz Carvalho | 51.º Ricardo Zouein |
| 36.º Gisele Lobão Salgado | 52.º Léa Barbosa Vianna Freire |
| 37.º Marcus Quaresma Ferraz | 53.º Antonio José Martins Gabriel |
| 38.º Carlos Alberto Firmo Oliveira | 54.º João Carlos Miranda Freire |
| 39.º Luiz Carlos Vivas Vieira | 55.º Julieta Raila Bernstein Selxas |
| 40.º Suell Carreira da Silva | 56.º Luiz Fabião Guasque |
| 41.º Dilson Neves Chagas | |
| 42.º Guilherme Novis Dias | |

Na ocasião, foi proferido pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça o seguinte discurso:

"Ao dar-vos posse, hoje, no cargo de Promotor de Justiça, cuja nomeação alcançastes após rigoroso e exigente concurso público, faço-o impregnado da mesma emoção de que sois invadidos, tal a magnitude das funções a que vos propusestes exercer.

Fora como retroceder no tempo e reviver o compromisso que ireis prestar, de servir ao Ministério Público e à Sociedade, fiscalizando a aplicação das leis e da Constituição...

Nada mais se faz necessário para definir a grandeza da missão que vos espera.

Pertencer ao Ministério Público, na atualidade, antes do que sempre, é dedicar-se à tarefa e mister dos mais relevantes para a Sociedade brasileira, em particular, a fluminense.

Nesta fase de transição política, social, econômica, tecnológica, em que voraz aceleração histórica transmuta a face do Universo, acentua-se a responsabilidade do Ministério Público como agente e guarda pretoriano da paz com que inexoravelmente se promovem aquelas mudanças.

Sob o pálio das leis, da construção de um Mundo Novo à égide da Justiça, o Promotor desempenha papel indeclinável ao velar pelo império das normas jurídicas e pela tutela dos interesses coletivos,

que correspondem ao *bem comum*, reclamo maior e diretiva única da Sociedade contemporânea.

É consciente e imbuído destes valores que ireis ingressar em um Ministério Público que se prepara para enfrentar não apenas os desafios de agora, sequer de um século, mas do novo milênio que bate às portas da Civilização, cuja rota não poderá ser outra que a da aproximação entre povos e nações, de solidariedade entre os homens, da cooperação em lugar de desagregadora competição, da fraternidade universal, enfim.

Por tudo isto, o Promotor de Justiça deverá estar atento aos ideais da Sociedade, que representa, fiscalizando o cumprimento das leis, que encarna, com olhos postos no futuro.

No plano nacional, pelo Ministério Público, como guardião do ordenamento jurídico, passa a edificação da Democracia, em hora cruciante para o País, erigindo-se em um dos seus pilares, na defesa do Primado do Direito.

Estas, as graves responsabilidades que vos aguardam.

Delas deveis, todavia, desincumbir-vos, guardando os mandamentos do Decálogo do Promotor de Justiça, que vai do culto à Divindade a todos os preceitos que ornaram a natureza e dignidade do ser humano: probidade, bravura, coragem, independência, sem arroubos, temperadas pelos atributos do equilíbrio e da serenidade, a comporem, todos, a nobreza do Homem.

Havereis de ter presentes os agradecimentos que se impõem. Ao Criador, que vos concedeu rara e feliz oportunidade de tanta realização profissional. Aos familiares e amigos, enfim, a quantos concorreram para este jubiloso evento.

Ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Engenheiro Leonel Brizola que, em sua administração, tem dado provas e demonstrações do apreço e elevada consideração para com a Instituição, sensível a suas aspirações e empenhado em dotá-la de meios para a consecução de seus fins, não hesitando em lavrar o ato de vossas nomeações em hora tormentosa.

Acresça-se a grata colaboração do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Justiça, Dr. Eduardo Seabra Fagundes, de tradições de respeito ao Ministério Público, na área que lhe foi confiada.

Muitas homenagens e exemplos se podem invocar no *Parquet*, mas preferimos simbolizá-los, a todos, na figura do antigo Procurador de Justiça, Dr. Ferdinando de Vasconcellos Peixoto, que foi líder nacional do Ministério Público, aqui presente, e que, por sua fé, combatividade e perseverança, na carreira e na vida, retrata o perfil do Promotor de Justiça.

Longo e árduo é o caminho. Não se colhem só flores. Atitude e energia de nós espera a Sociedade. Que não se abata jamais o desânimo, que crepita a chama do ideal e desabroche a Esperança.

Meus parabéns, felicidades e que o Senhor vos proteja."

ELEIÇÃO DOS NOVOS MEMBROS DO ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES E DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

No dia 17 de dezembro de 1986, teve lugar eleição para escolha de 10 (dez) Procuradores de Justiça que passarão a integrar, no biênio 86-88, o Órgão Especial do Colégio de Procuradores.

Procedida à votação, foi apurado o seguinte resultado:

Membros Eleitos

- Dr. Mauro Campello
- Dr. Everardo Moreira Lima
- Dra. Mariza Clotilde Villela Perigault
- Dr. Vitor André de Soveral Junqueira Ayres
- Dr. Armando de Oliveira Marinho
- Dr. Atamir Quadros Mercês
- Dr. Luiz Sérgio Wigderowitz
- Dr. José da Silveira Lobo
- Dr. Sávio Soares de Sousa
- Dr. Cezar Augusto de Farias

Membros Suplentes

- Dr. Paulo de Salles Guerra
- Dr. Jefferson Machado de Góes Soares
- Dr. Wilson Cavalcanti de Farias
- Dr. Ivan Anátocles da Silva Ferreira
- Dr. Simão Isaac Benjó
- Dr. David Milech
- Dr. Wilson de Andrade Campello
- Dr. Ulysses Leocádio
- Dr. Francisco Massá Filho
- Dr. José Ivanir Gussem
- Dr. Roberto Bernardes Barroso
- Dr. Gastão Lobão da Costa Araújo
- Dr. Virgílio Augusto da Costa Val
- Dr. Nader Couri Raad

No dia 22 de dezembro de 1986, realizou-se, também eleição para escolha, entre os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça, de 2 (dois) representantes da Classe junto ao Egrégio Con-

selho Superior do Ministério Público, tendo sido eleitos os Drs. José da Silveira Lobo e Cezar Romero de Oliveira Soares, respectivamente.

A posse dos novos membros dos Órgãos Colegiados será no próximo dia 02 de fevereiro de 1987, na sala de Sessões do Conselho Superior do Ministério Público.

CONFIRMADOS NA CARREIRA OS NOVOS PROMOTORES DE JUSTIÇA

Por decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, de 09 de dezembro de 1986, foram confirmados na Carreira, após cumprimento de estágio probatório, os Promotores de Justiça de 2.^a Categoria abaixo relacionados:

Antonio Borromeu Fernandes
Maria Luiza Cabral Vieira
Eunice Ferreira Caldas
Vania Maria Carrano Benjô
Elizabeth Carneiro de Lima
Maria Cristina da Silva Gaertner
Cristina Teresa Gaulia Bormann
José Carlos Paes
Marília de Castro Neves Vieira
Joel Teixeira de Araujo
Ida Maria Moulin Alledi
Maria Alexandra Bastos Malheirô de Oliveira da Silva Tonim
Ana Lucia Abeid
Branca Maria Moreira Alves
Annabella Vera Grazia Herczog

Maria da Conceição Lopes de Souza Santos
Alberto Henrique de Pinho Cannellas
Eliane Bahiense de Albuquerque
Regina Lúcia Natal de Carvalho
Vicente Silvio Ferreira do Nascimento
Sonia Maria Rocha e Silva
Márcia Rodrigues de Oliveira
Patrícia Silveira Rosa
Marco Antonio Ibrahim
Geraldo Luiz Mascarenhas Prado
Marcia Alvares Pires Rodrigues
Denise Freitas Fabião Guasque
Lúcia Maria Lacerda

VII ENCONTRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FLUMINENSE

Realizou-se, de 06 a 09 de novembro de 1986, o *VII Encontro do Ministério Público Fluminense*, tendo como tema central "*O Ministério Público e a Constituição*".

O Encontro se desenvolveu em clima de pleno conagraçamento, com a intensa participação de todos os colegas nos painéis, nas comissões de trabalho e nos eventos sociais, contando, inclusive, com a presença dos Promotores de Justiça recém-empossados.

A sessão solene de abertura teve lugar no dia 06, às 20:30 horas, no Salão Nobre do Clube Higino, com palestra do Dr. Nilo Batista, DD. Secretário de Estado de Polícia Civil, sobre o tema "*O Ministério Público e a Constituição*".

Todos os trabalhos apresentados revelaram excepcional nível jurídico, tendo sido premiados os abaixo indicados, após minuciosa e difícil seleção:

Prêmio Constituição

"Reflexões sobre as limitações do Poder Constituinte Derivado — Sugestões a uma Constituinte", dos Drs. José Muiños Piñeiro Filho e Kleber Couto Pinto

Prêmio Pontes de Miranda

"Prestações de Alimentos em Atraso devidas a Menor", do Dr. Simão Isaac Benjó

Prêmio Anibal Bruno

"Os Grandes Movimentos de Política Criminal de nosso Tempo", do Dr. João Marcello de Araújo Júnior

Como resultado da conferência inaugural e dos painéis realizados foi aprovada, em Sessão Plenária de Encerramento, a "*Moção de Teresópolis*", que será remetida pela AMPERJ à CONAMP e ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais.

SOLENIDADES COMEMORATIVAS AO DIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ao ensejo do transcurso do "*Dia Nacional do Ministério Público*", a Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, como parte das comemorações programadas, promoveu, no dia 13 de dezembro de 1986, às 21:00 horas, jantar de confraternização, no Rio Othon Palace Hotel.

No dia anterior, 12 de dezembro de 1986, às 11:00 horas, havia sido celebrada Missa na Igreja de São José.

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DR. LUIZ ROLDÃO DE FREITAS GOMES
AGRACIADO COM O "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO"**

De conformidade com a Resolução n.º 14, de 02 de dezembro de 1974, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro outorgou ao Dr. *Luiz Roldão de Freitas Gomes* o "Colar do Mérito Judiciário", com que homenageia personalidades que tenham prestado relevantes serviços à cultura jurídica e ao Judiciário Fluminense.

A entrega da Comenda deu-se por ocasião das comemorações do "Dia da Justiça" pelo que "Revista de Direito", ao registrar o evento, congratula-se com o homenageado por justa e merecida distinção.

**PROCURADOR DE JUSTIÇA HAMILTON CARVALHIDO NOMEADO
VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO PENITENCIÁRIO**

É com prazer que noticiamos a nomeação de nosso colega *Dr. Hamilton Carvalhido* para exercer o cargo de Vice-Presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro.

“Revista de Direito” não poderia deixar de dar o devido relevo ao importante acontecimento, que constitui motivo de orgulho para toda a nossa Instituição.

**PROMOTOR DE JUSTIÇA ALDNEY ZACHARIAS PEIXOTO NOMEADO DIRETOR DO
INSTITUTO PENAL VIEIRA FERREIRA NETO**

Com muita alegria noticiamos a nomeação de nosso colega *Dr. Aldney Zacharias Peixoto* para exercer o cargo de Diretor do Instituto Penal Vieira Ferreira Neto, formulando ao ilustre colega votos de pleno êxito no exercício da árdua função que passará a exercer.

**PROCURADOR DE JUSTIÇA ULYSSES LEOCÁDIO E PROMOTORES DE JUSTIÇA
BRAZILMAR MORAES PINHEIRO E MARIA CRISTINA PALHARES DOS ANJOS
DESIGNADOS COORDENADORES**

Por ato do Procurador-Geral de Justiça, foram designados para exercer as funções de Coordenadores junto às Coordenadorias das Curadorias Cíveis, Coordenadorias das Promotorias Criminais e Coordenadorias de Menores nossos colegas *Drs. Ulysses Leocádio Brazilmar Moraes Pinheiro e Maria Cristina Palhares dos Anjos*.

**PROCURADOR DE JUSTIÇA GASTÃO LOBÃO DA COSTA ARAÚJO E PROMOTOR
DE JUSTIÇA JOÃO BATISTA PETERSEN MENDES DESIGNADOS PARA
SIMPÓSIO INTERNACIONAL**

Por ato do Procurador-Geral de Justiça nossos colegas *Gastão Lobão da Costa Araújo e João Batista Petersen Mendes* foram designados para representar o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro no Simpósio Internacional sobre “Legislação de Pesticidas”, promovido pela Sociedade Brasileira de Direito do Meio-Ambiente, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 1986.

Os ilustres colegas, além de amplo conhecimento da matéria, têm se destacado por sua combatividade na defesa dos interesses difusos, elevando e engrandecendo o nome de nossa Instituição.

**PROCURADOR DE JUSTIÇA HOMERO DAS NEVES FREITAS AGRACIADO COM O
TÍTULO DE BENEMÉRITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, através de Resolução n.º 590, publicada no “Diário Oficial” de 10-10-1986,

concedeu ao Dr. *Homero das Neves Freitas* o título de "Benemérito do Estado do Rio de Janeiro".

A "Revista de Direito", ao registrar o fato, parabeniza o nobre colega pela homenagem merecida.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO DE DIREITO COMPARADO LUSO-BRASILEIRO E A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Visando o intercâmbio de notícias científicas de natureza jurídica entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a Procuradoria-Geral da República de Portugal e promovendo, assim, o interesse pelos estudos de Direito Comparado e o estreitamento das relações existentes entre os sistemas jurídicos dos dois Países, foi celebrado convênio com o Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, tendo por objeto o compromisso daquele Instituto de facultar ao Ministério Público Fluminense amplo acesso a todo acervo de informações e subsídios jurídicos.

CRIAÇÃO DE GRUPO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Com a finalidade de estudar o posicionamento do Ministério Público e preparar a interposição de recursos cabíveis, foi criado, junto ao Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, através da Resolução n.º 237, o Grupo de Recurso Extraordinário, assim constituído:

- Dr. Gastão Lobão da Costa Araujo (Coordenador)
- Dra. Maria Teresa Moreira Lima
- Dr. Helcio Alves de Assumpção
- Dr. José dos Santos Carvalho Filho
- Dr. Luiz Carlos Humbert de Albuquerque Maranhão
- Dr. Maurício Caldas Lopes
- Dr. Aldney Zacharias Peixoto

NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Realizou-se, no dia 07 de julho do ano em curso, a eleição para a renovação da Diretoria e do Conselho Deliberativo da AMPERJ, para o biênio 86/88. Concorreram ao pleito a "Chapa Azul", encabeçada pelo Procurador de Justiça Dr. *Waldy Genuíno de Oliveira* e a "Chapa Constituinte e Independência", tendo à frente o colega Dr. *Vitor André de Soveral Junqueira Ayres*.

A eleição, que congregou a quase totalidade dos associados, foi marcada por um clima de fidalguia e interesse pelo destino de nosso órgão de classe, acabando por apontar a vitória da primeira concorrente, liderada pelo companheiro Dr. *Waldy Genuíno de Oliveira*.

A Diretoria e o Conselho Deliberativo da AMPERJ ficaram, assim, constituídos:

Chapa Azul

Diretoria

Presidente: Waldy Genuíno de Oliveira

Vice-Presidente: João Batista Petersen Mendes

Secretário-Geral: Eunice Ferreira Caldas

Diretor Cultural: Elio Gitelman Fischberg

Diretor Tesoureiro: Ferdinaldo do Nascimento

Diretora Social: Fátima Maria Ferreira Mello

Diretor Assistencial: Aldney Zacharias Peixoto

Diretora de Relações Externas: Evangelina Fontelas Rosado Spinelli

Conselho Deliberativo

- 1 — Afranio Silva Jardim
- 2 — Cezar Romero de Oliveira Soares
- 3 — Denise Souza Soares
- 4 — Everardo Moreira Lima
- 5 — Francisco Habib Otoch
- 6 — Hedel Luiz Nara Ramos
- 7 — Homero das Neves Freitas
- 8 — Hugo Jerke
- 9 — José Muñõs Piñeiro Filho
- 10 — José Ricardo Lopes Guimarães
- 11 — Leonel dos Santos
- 12 — Marija Yrneh Rodrigues de Moura
- 13 — Sídali João de Moraes Guimarães
- 14 — Stênio Lutgardes Neves
- 15 — Valneide Serrão Vieira

A cerimônia de posse teve lugar no dia 01 de setembro, às 18:00 horas, no Salão Nobre do Clube Ginástico Português.

Aos colegas que irão gerir a AMPERJ nos próximos dois anos, "Revista de Direito" formula votos de um mandato repleto de êxito.

PROCURADOR DE JUSTIÇA ROBERVAL CLEMENTINO COSTA DO MONTE NOMEADO DESEMBARGADOR

Por decreto do Exmo. Sr. Governador do Estado, foi nosso colega Dr. *Roberval Clementino Costa do Monte* nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

A cerimônia de posse teve lugar no dia 15-12-1986, em Sessão do Órgão Especial, ocasião em que o Procurador-Geral de Justiça, saudando os novos Desembargadores, proferiu o seguinte discurso:

"Reservou-me o Destino a insigne honra de, como Chefe do Ministério Público, saudar dois eminentes Magistrados, recém-chegados e que ora se empossam nesta Egrégia Corte: os Drs. *João Carlos Pestana de Aguiar Silva* e *Roberval Clementino Costa do Monte*, este, a singularizar o evento, egresso de nossa carreira.

Ambos, juristas de densa e substanciosa formação o que os identifica neste acesso em conjunto.

O Dr. *João Carlos Pestana de Aguiar*, Juiz aplicado e rigoroso no cumprimento de seus deveres de Magistrado, máxime no de distribuir justiça com eficiência e rapidez, inda que sob o ônus do sacrifício pessoal, ingressou, como Juiz Substituto, na Magistratura do antigo Estado da Guanabara, em 1967, logrando brilhante classificação nas provas a que se submeteu.

Após percorrer quase todas as Varas especializadas em primeira instância, vindo, em seguida ter pleno exercício, com proficiência, durante 13 anos, na 15.^a Vara Cível, foi removido, por merecimento em 1983, e ora promovido, também por mérito, ao nobre cargo de Desembargador desta Venerável Corte.

A despeito de sua intensa atividade judicante, dedicou-se, não com menor denodo, às tarefas culturais e ao magistério público. Desarte, há se destacado, como professor de vários cursos e conferencista, notabilizando-se nas áreas processual, comercial e civil. De infatigável labor, tem deixado em obras acatadas em nossa literatura jurídica, assim os *Comentários ao Código de Processo Civil*, da coleção da Revista dos Tribunais, e a *Nova Lei do Inquilinato Comentada*, o repositório de suas reflexões, experiência e conhecimentos adquiridos.

A V. Exa., Desembargador Dr. *João Carlos Pestana de Aguiar*, que, jovem e na plenitude das forças, ascende ao mais alto grau da Magistratura estadual, as homenagens do Ministério Público e a convicção de que prosseguirá no mesmo itinerário, a bem da justiça.

Do Desembargador Dr. *Roberval Clementino Costa do Monte* falam, simultaneamente, as razões do reconhecimento e os impulsos do coração.

Difícil, assinala-se, deve ter sido, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, como em outras listas, a escolha do nome a preencher a vaga de Desembargador pelo quinto constitucional do Ministério Público, dadas as inúmeras qualidades de V. Exa., Desembargador Dr. Roberval, e de seus pares naquela relação, todos nivelados pelos mais assinalados atributos de inteligência, cultura, probidade e de-

dicação à causa de servir. Poder-se-ia até dizer que, em gesto raro, ao selecionar um, teria optado por todos. A eles e a este Colendo Tribunal, pela sabedoria na composição de nomes em lista para aquele fim, sem qualquer demérito para os que a não vieram integrar, os louvores do Ministério Público.

O Desembargador Dr. Roberval deixa, em sua vida no Ministério Público — muito mais que efêmera passagem — marcas indeléveis.

Integrou-se, em sua totalidade, com o *Parquet*, no qual ingressou, por concurso público de títulos e provas, em 1951, havendo sido promovido, sempre por merecimento, aos cargos de Promotor Substituto, Promotor Público, Curador de Justiça e Procurador de Justiça, seu ápice.

Exerceu, recordávamos dias antes, quase todos os cargos da Procuradoria-Geral da Justiça, menos, para sua sorte, o de Diretor-Geral de sua Secretaria. Foi Assistente, Assessor, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral, Corregedor-Geral do Ministério Público e Subprocurador-Geral da Justiça, havendo, interinamente, ocupado o cargo máximo da Chefia da Instituição.

Estudioso, preocupado com temas jurídicos, sobretudo os que mais de perto dizem ao Ministério Público, exarou inúmeros pareceres, lastreados com solidez de pesquisa e esmeradas conclusões, citados alguns em julgados deste e de outros respeitáveis Pretórios de Estados diversos da Federação. Mas, seu interesse pelo Direito ultrapassa o estudo do caso concreto e se envereda e espraia na vasta planície da cultura jurídica. Publica, em nossa "Revista", sistematicamente, estudos e monografias, como a respeito da "Cláusula *Rebus Sic Stantibus*", onde revela pendor comparatista, e, em sucessivas etapas, "Os Recursos no Processo Civil", a comporem livro já em fase de preparação. Destinatário de incontáveis elogios, seu perfil como profissional, dos mais capazes, do Ministério Público e de jurista, põem à mostra razões que devem, por certo, haver inspirado sua indicação e escolha.

Mas, se não lhe faltam predicados intelectuais, outros, de sumo relevo para a missão de julgar, por igual, não lhe falecem: as qualidades humanas. Revelou-se sempre o amigo de horas as mais diversas e contraditórias, o companheiro sempre pronto e receptivo a toda a consideração que aflija o ser em sua existência, o fidalgo que, educado e gentil, sabe respeitar e conviver com as peculiaridades alheias em nobreza de gestos, com matiz muita vez, de humildade, que só dignificam e elevam o homem.

Desembargador Roberval, V. Exa. não parte do Ministério Público. Nele continua a viver por intermédio de seus amigos, companheiros e toda uma gama de reminiscências de seu passado, timbrado em não deixar de fazer o bem.

Lamentamos sua saída, como a de outro companheiro que fosse, que se portava a seu lado para a árdua tarefa da opção.

Mas, regozijamo-nos, em paradoxo inevitável, quando estamos conscientes de que ela se dará para o indiscutível enriquecimento do Poder Judiciário, cuja grandeza é e será sempre motivo de orgulho para o Ministério Público.

Eminentes Desembargadores ora empossados. A missão de julgar, das mais graves e nobilitantes de que pode se investir o homem, é exercida por delegação divina: "Se perseguires a justiça, alcançá-la-ás, e a vestirás qual manto de glória", diz o Eclesiástico (27,8), completando os Provérbios (21,21):

"O que exerce a justiça e a misericórdia encontrará a vida e a glória."

Que V. Exas., como delegatários de tão Augusta Junção, venham dela a desincumbir-se com cabal êxito e felicidade.

"Revista de Direito", registrando o acontecimento, congratula-se com o colega por mais esta conquista.

APOSENTADORIAS

PROMOTOR DE JUSTIÇA DR. JOSÉ PERELMITER

Por ato de 07 de agosto de 1986, publicado no dia imediato, resultou a aposentadoria do Dr. José Perelmiter.

Ingressou o ilustre colega nas fileiras do M.P. do antigo Estado do Rio de Janeiro em 1967, logrando sucessivas promoções por merecimento, até alcançar, em 1974, o cargo de Promotor de Justiça de 3.^a Entrância, transformado, com o advento do novo Estado do Rio de Janeiro, em de 1.^a Categoria.

A atuação de S. Exa. no *Parquet* foi assinalada, de modo muito particular, em área territorial de extrema complexidade, no que respeita às ocorrências criminais, como sói ser a Baixada Fluminense. Ali, desenvolveu o Dr. Perelmiter incansável trabalho, na minuciosa condução dos procedimentos penais, orientando os inquéritos, cobrando as providências necessárias, e, em sede de ação penal, formulando acuradas denúncias e pugnando pelo acolhimento às pretensões nelas deduzidas pelo Ministério Público.

Problemas de saúde, verificados a partir de 1983, terão, certamente, influído na resolução do ilustre colega em pleitear, ainda jovem, a sua passagem à inatividade.

Ao ensejo, auguramos ao Dr. Perelmiter um usufruir tranqüilo do merecido resultado de sua dedicação ao Ministério Público.

PROMOTORA DE JUSTIÇA DRA. NANCY MENDES DE ARAGÃO

Ato Governamental, de 15 de agosto de 1986, publicado no "Diário Oficial" de 18 de agosto de 1986, consubstanciou a aposentadoria, a pedido, da Dra. Nancy Mendes de Aragão.

Relativamente breve foi a passagem da ilustre colega pelos quadros do *Parquet* fluminense, nos quais ingressou, por concurso de provas e títulos, em 1977, no cargo de Promotor de Justiça de 3.^a Categoria, passando, por transformação de cargo, à 2.^a Categoria em 1982 sendo, finalmente, promovida, por merecimento, à 1.^a Categoria em 1983.

A vivência da Dra. Nancy na área jurídica já era, entretanto, bem mais longa, eis que exerceu ela, durante muito tempo, atividades de assessoria junto ao Conselho Nacional de Águas e Energia, à Procuradoria da República do Estado da Guanabara, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e ao Tribunal de Justiça do Estado.

Dedicou-se, ainda, durante muito tempo, ao preparo de candidatos que se habilitavam à prestação de concursos públicos, granjeando a consideração geral, mercê suas qualidades de operosidade e eficiência.

Tais qualidades, transplantou-as a Dra. Nancy para o Ministério Público, pelo que a "Revista de Direito", interpretando o sentimento de todos os colegas, deseja-lhe uma aposentadoria plena de atividades pessoais, em todos os aspectos que lhe gratifiquem o espírito.

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. ANTONIO AUGUSTO DE VASCONCELLOS NETO

Em 19 de novembro de 1986, aposentou-se o Procurador de Justiça Dr. Antonio Augusto de Vasconcellos Neto que ingressara no Ministério Público do Rio de Janeiro em 17 de janeiro de 1946, como Promotor Substituto.

Promotor Público, por merecimento, em 1951, Curador de Família, por merecimento em 1960, chegou Antonio Augusto, em 1969, também por merecimento, ao ápice da carreira.

Já próximo do limite etário legal, passou o Dr. Antonio Augusto de Vasconcellos Neto à inatividade e, em conseqüência, a dispor de um tempo maior para o exercício de suas outras tarefas pessoais e ao merecido desfrute do trabalho de toda vida dedicada e digna.

A "Revista de Direito", ao proceder à notícia de sua aposentadoria, augura ao ilustre colega votos de plena felicidade.

FALECIMENTOS

PROMOTOR DE JUSTIÇA DR. JOÃO DE ALMEIDA BARBOSA RIBEIRO

Noticiamos, com pesar, o falecimento do Promotor de Justiça aposentado Dr. João de Almeida Barbosa Ribeiro.

O ilustre colega ingressou nos quadros do Ministério Público em 1943, no cargo de Promotor de Justiça de 3.^a Categoria, tendo exercido o cargo de Procurador-Geral de Justiça no antigo Estado do Rio de Janeiro no período de 17-03-1967 a 13-05-1969.

Durante a atividade, serviu com dedicação e empenho a nossa Instituição.

PROMOTOR DE JUSTIÇA DR. RAUL DE FIGUEIREDO MEIRELES

Faleceu, no último dia 31 de julho, o Promotor de Justiça aposentado Dr. Raul de Figueiredo Meireles.

Originário do Ministério Público do antigo Estado do Rio de Janeiro, dedicou-se a nossa Instituição durante mais de três décadas.

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. ARNÓBIO TENÓRIO WANDERLEY

O falecimento do Procurador de Justiça Arnóbio Tenório Wanderley, 6 anos após sua passagem à inatividade, reacendeu na memória de todos aqueles que o conheceram a lembrança de um homem sério, no sentido mais literal e rigoroso da palavra, e que, durante 40 anos, dia a dia, emprestou sua colaboração ao *Parquet*, nos mais diversos setores de atuação do Ministério Público.

Ao ser nomeado, em 1946, para o cargo de 30.º Promotor Público, ainda no Distrito Federal, trazia o Dr. Arnóbio um já longo *background* jurídico em seu natal Estado de Pernambuco, onde exerceu, além de funções do próprio Ministério Público, as de Secretário de Estado de Justiça e Procurador-Geral do Estado.

Em 13 anos de atuação na antiga Capital Federal, o Dr. Arnóbio foi sucessivamente promovido, até atingir, em 1959, o cargo máximo da Carreira, em o qual se manteve até alcançar a idade limite para permanência no Serviço Público.

Ao afastar-se, por força de dispositivo legal, desfrutava nosso colega, indubitavelmente, de plenas condições físicas e mentais, conseqüências de uma têmpera de sertanejo e de uma vida pessoal morigerada, dedicada à família e ao trabalho.

Em todos os setores do *Parquet* aos quais prestou sua colaboração, conferiu o Dr. Arnóbio os traços marcantes de sua persona-

lidade, tais sejam, a competência, a enorme capacidade de trabalho, e, acima de tudo, uma jamais desmentida seriedade, quase chegando às raias da severidade. Por isso, foram-lhe confiadas relevantes e difíceis tarefas específicas, das quais se desincumbiu airoso.

Seus pareceres, tanto em sede civil, como criminal, mereciam geral admiração e acatamento, mercê de sua precisão e esmero no manejo do idioma, este fruto de uma formação filosófica primorosa.

Inúmeros elogios ornaram a pasta funcional do Dr. Arnóbio, que, ao se afastar do serviço ativo, ainda logrou, por vários anos, haurir a merecida tranquilidade, fruto da certeza do dever cumprido.

A homenagem da "Revista de Direito" a uma figura que, sem dúvida, deixa saudades, e que se constitui em exemplo para as gerações vindouras.

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. MOZART MATTOS

O concurso realizado em 1951, ainda no antigo Distrito Federal, objetivando o ingresso na carreira do Ministério Público, trouxe, para o seio da Instituição, algumas das melhores figuras que por ela passaram. Alguns, felizmente, ainda em plena atividade funcional (Everardo Moreira Lima, Mariza Perigault), outros, aposentados, mas desfrutando, amiúde, do convívio dos colegas (Marcelo Domingues, Nerval Cardoso). Alguns, porém, são doridas saudades, e, ao rol deles, para pesar de todos, incorporou-se, em 17 de outubro de 1986, o nome de Mozart Mattos.

Em 29 anos de carreira, ascendeu o ilustre colega do cargo de Defensor Público (o então inicial) ao de Procurador de Justiça, logrando quase todas as suas promoções por merecimento — e, no seu caso, o merecimento era efetivo, real, palpável merecimento.

Trabalhador infatigável, metódico, dono de um raciocínio impecavelmente cartesiano, transplantava-o Mozart para os processos através de pareceres lúcidos, concisos, ferindo, implacavelmente, o *punctum dolens* da matéria. Quantos arestos consagram, *tout court*, os pronunciamentos de Mozart como razões de convencimento.

Educado, discreto, Mozart não se exibia. Apenas entre os amigos mais chegados, em especial aqueles que integravam a mesa diária de almoço do Ginástico, é que deixava fluir toda a sua *verve*, sua presença de espírito, seu aguçado senso de humor.

Profundo conhecedor de todos os ramos da ciência jurídica, nutria Mozart especial apreço pela área cível. Além da atuação funcional específica (com realce maior na área de Massas Falidas), o ilustre colega dedicou-se à advocacia, sem que, porém, tal atividade interferisse, de longe, na do Promotor, do Procurador, sempre exercitada com brilho e presteza, pois, nas mãos de Mozart, o processo não parava.

Ao se aposentar, em 1985, após uma brilhante atuação de quase 40 anos, ao longo da qual logrou inúmeras referências elogiosas em sua folha funcional, tudo levava a crer que o ilustre colega, desfrutando, ainda, de excelentes condições de saúde, pudesse usufruir o prêmio de uma vida inteira dedicada ao trabalho. Infelizmente, poucos meses após, desencadeou-se pertinaz e fulminante processo patológico, que, em curto prazo, privou-nos da presença física de Mozart, deixando, porém, a lembrança de um grande Promotor e de uma excelente figura humana.

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. ROBERTO FREDERICO SANCHEZ

Os mesmos problemas de saúde que deram origem à precoce aposentadoria do Dr. Roberto Frederico Sanchez resultaram em seu falecimento, aos 23 de novembro de 1986, com 59 anos de idade.

Durante quase 30 anos, emprestou o ilustre colega seu talento e sua dedicação ao Ministério Público, no qual ingressou em 1957, e onde galgou todos os patamares da carreira, até ascender, em 1985, ao cargo de Procurador de Justiça.

A profícua atividade funcional do Dr. Sanchez foi, basicamente, exercitada em Comarcas do Vale do Paraíba e da Baixada Fluminense, as mais das vezes em órgãos de atuação extremamente difíceis. O apreço geral com que o trabalho do ilustre colega foi recebido decorreu não apenas de suas qualificações técnico-profissionais, mas, igualmente, da extrema gentileza com que o Dr. Sanchez recebia a todos os que o procuravam com os imagináveis problemas jurídicos e pessoais, e aos quais dava ele a máxima atenção, na busca das soluções possíveis, numa atuação que transcendia a simples esfera da atividade do Promotor, para alcançar a de conselheiro e ouvinte paciente.

O passamento do Dr. Sanchez deixa grandes saudades no espírito daqueles que tiveram a ventura de conhecê-lo. A "Revista de Direito" se associa ao pesar da família do Ministério Público.

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA DINIZ

O segundo semestre de 1986 revelou-se particularmente duro para o Ministério Público, subtraindo, do convívio de seus integrantes, inúmeras e marcantes figuras. Dentre elas, avulta o nome do Procurador de Justiça aposentado Dr. José Francisco de Oliveira Diniz.

Ingressando na Instituição em 1946, viu-se o Dr. Diniz promovido, sempre por merecimento, a Promotor Substituto (1951), Pro-

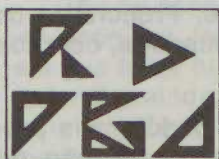
motor Público (1954), Curador (1960), e, finalmente, Procurador de Justiça (1966), em o qual se manteve até sua aposentadoria, ocorrida em 1979.

O longo tempo decorrido e a inexistência de dados mais precisos em sua folha funcional não permitem situar a atuação do Dr. Diniz na área da Promotoria Pública. Encontramo-lo, porém, em 1964, no exercício de Curadoria de Família, mais especificamente junto à 3.^a Vara, onde deixou a marca indelével de profissional tecnicamente impecável e de ser humano sensível, apto a conjugar o rigor da lei com as peculiaridades da matéria de família, em que tal sensibilidade é fundamental para conferir solução adequada aos delicados problemas específicos do setor.

Ao ser guindado ao posto máximo da carreira, foi o Dr. Diniz designado para a 1.^a Câmara Cível do Tribunal de Alçada, onde permaneceu por longos anos, emitindo pareceres eruditos, frequentemente adotados como supedâneo de arestos.

Tranquilo, discreto, deixou o Dr. Diniz a marca de homem educado, incapaz de uma grosseria, amigo de seus amigos. Sua atuação funcional mereceu várias referências elogiosas a seu trabalho, seja no respeitante ao volume físico, seja no concernente à qualidade de seus pronunciamentos.

A "Revista de Direito" associa-se ao pesar de todos aqueles que privaram do convívio e da amizade do Dr. Diniz.



BIBLIOGRAFIA

JULITA LEMGRUBER, *Cemitério dos Vivos — Análise sociológica de uma prisão de mulheres*, Rio de Janeiro, Ed. Achiamé, 1983.

Trata-se de pesquisa importante, em termos de informação e conscientização, embora se deva ressaltar que não traz qualquer novidade acerca das condições de vida nas prisões e sobre as perspectivas do sistema punitivo, vindo através de cuidadoso trabalho reforçar tudo o que se tem dito a esse respeito.

O objetivo da obra é a análise de uma prisão de mulheres, tendo sido escolhido o Instituto Penal Talavera Bruce ou, melhor dizendo, segundo as próprias internas, o *Cemitério dos Vivos*, denominação esta que confere perfeitamente com o tipo de vida a que são submetidas as pessoas que fugiram de algum modo às regras que disciplinam o convívio social.

Esse estabelecimento foi escolhido tendo-se em vista, principalmente, a sua pequena população carcerária, que não ultrapassava, na época, de duzentas pessoas, facilitando desse modo a observação e as entrevistas.

Essa obra é resultado de pesquisa durante aproximadamente dois anos, no decorrer dos quais, os colaboradores do trabalho de campo participaram do dia-a-dia das internas, observando seu *modus vivendi*, seu relacionamento com as guardas e a administração, suas necessidades, e também fazendo comparações e as entrevistando.

A maior parte dos dados foi obtida através de entrevistas informais com as presas.

Poder-se-ia pensar que, devido a esse contato tão próximo, fosse possível ser desenvolvida uma forma de identificação e protecionismo para com as internas, contudo, ao se ler o livro de Julita Lemgruber, o que se encontra é um relato honesto, em que a autora manteve uma posição justa, porém, bastante realista da situação do mundo carcerário feminino, dando um enfoque especial ao tema das instituições totais e ao processo de "prisonização", que sofre o homem encarcerado; temas esses já amplamente debatidos.

O livro, ao fazer comparação entre as taxas de criminalidade feminina e masculina, indica como provável causador do aumento desta primeira o movimento de libertação da mulher.

É interessante observar que a posição das mulheres na vida econômica e social vem há alguns anos se modificando inteiramente, e à medida que elas vão se igualando aos homens, em termos de relevância sócio-econômica, deixam a posição passiva tradicional para tornarem-se elementos ativos verificando-se então uma maior incidência na criminalidade. Este é um aspecto límpido e um tanto óbvio pois tudo se passa como numa corrente em que os elos se entrelaçam; a mulher passa a lutar pela sobrevivência tal qual o homem, contribuindo no sustento da família e muitas vezes, elas mesmas, assumindo todas as responsabilidades. Isso vem corroborar as estatísticas feitas de que 60% dos delitos praticados são crimes contra o patrimônio, em sua maioria furtos.

O leitor bem poderá constatar que não há, nem de longe, parcialidade no trabalho realizado.

Nas pesquisas criminológicas defrontam-se os pesquisadores com o temor por parte dos presos de que quaisquer informações dadas possam prejudicá-los caso cheguem ao conhecimento da administração. Esse temor se observa principalmente quando a repressão se faz a níveis psicológicos, como é o caso, na época, no Talavera Bruce, em que ameaças e perdas de privilégios constituem a estrutura básica da manutenção de ordem interna.

Então, a partir desse ponto, para que se consiga realizar uma pesquisa com dados reais, faz-se necessário conquistar a confiança dos presos, mostrando que, o que se objetiva, é realizar um trabalho que traga à sociedade a realidade do sistema carcerário, seus problemas e vicissitudes.

Nos fins do século XVIII e início do século XIX, vai desaparecendo o corpo como o alvo principal da punição e surgindo castigos mais dirigidos ao espírito e à mente do homem (*Foucault*), e a partir daí são desenvolvidos mais a mais todos os tipos de repressão psicológica. No afã de retribuir, punir, acaba-se violando gravemente o princípio da personalidade da pena, porque esta acaba se estendendo à família do preso. Novamente se atenta para a transferência que é feita do estigma da mulher para seus filhos. O livro muito inteligentemente questiona sobre até que ponto os atos da mãe marcarão seus filhos por toda a vida, principalmente no caso de serem pequenos e estarem na creche do estabelecimento, que acaba sendo uma espécie de prisão também para eles.

A regra que deveria ser rigidamente obedecida é a de que o preso perde apenas seus direitos atingidos pela sentença, mas não é o que acontece. O trabalho deixa de ser um direito natural para ser prêmio, a assistência religiosa também deixa de ser direito, passando a ser uma concessão, quando não é o caso até da cessação obrigatória do culto religioso como o da Umbanda, e se formos nos estender, verificaremos que até os direitos de mãe são retirados da detenta devido aos inúmeros obstáculos e dificuldades que se impõem à mãe presa de relacionar-se e conviver com seus filhos.

Quando da leitura desse pequeno, porém, rico volume, o que mais nos chama a atenção é o problema tão sério e tão vastamente discutido do homossexualismo. O ponto mais realçado pela autora é o significante paralelo que é feito entre a posição da mulher desde sempre e as influências que se operam dentro da própria prisão.

A mulher desde priscas eras carrega o estigma da fragilidade e do recato, da figura doce e subserviente, quando não omissa ou inteiramente passiva. Não é de estranhar que, até mesmo no mundo carcerário feminino, a repressão ao homossexualismo se faça mais intensamente que no masculino, que é o que ocorre. Por causa disso, hoje em dia, segundo estatísticas, o lesbianismo ocorre com menor frequência nas prisões femininas do que há alguns anos atrás, pois a repressão a ele é feita com muito rigor. Mas, mesmo assim, não se pode dizer que esse é um fato que está rareando na prisão de mulheres, porque de um modo ou de outro ele serve de "válvula de escape" das tensões do encarceramento e um modo de externar as carências da mulher presa.

Confirmando o fato de o homossexualismo ser, talvez, uma das principais constantes na pauta dos problemas carcerários, basta ver o interessante glossário esquematizado no final do livro com "a linguagem carcerária". A maior parte das gírias se refere ao homossexualismo e sua prática.

A obra em questão, por tudo isso e muito mais que esta modesta análise certamente não alcançou, é da maior importância pela retidão e veracidade com que foi conduzida a pesquisa, abrindo oportunidade para discussões a respeito da temática e propondo alternativas válidas.



LEGISLAÇÃO

LEI COMPLEMENTAR N.º 54 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1986

Dispõe sobre nova redação e revogação de artigos da Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º — A Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I — o inciso II do artigo 65 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido o artigo de um parágrafo a ser numerado como § 3.º:

“Art 65 —

II — ajuda de custo, para moradia, nas localidades em que não houver residência oficial à disposição do Magistrado.

.....

§ 3.º — Caberá ao respectivo Tribunal, para aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo, conceder ao Magistrado auxílio-transporte em até 25% (vinte e cinco por cento), auxílio-moradia em até 30% (trinta por cento), calculados os respectivos percentuais sobre os vencimentos e cessando qualquer benefício indireto que, ao mesmo título, venha sendo recebido (vetado)”.

II — os artigos 93 (vetado) passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 93 — Aplica-se à Justiça do Trabalho, inclusive quanto à convocação de Juiz de Tribunal Regional do Trabalho para substituir Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, o disposto no artigo 118 desta Lei Complementar.

.....

(vetado).”

III — o *caput* do artigo 118 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe um parágrafo, a ser numerado com § 4.º, na forma abaixo:

“Art. 118 — Em caso de vaga ou afastamento, por prazo superior a 30 (trinta) dias, de membro dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais, dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais de Alçada, (vetado) poderão ser convocados Juizes, em substituição (vetado) esco-

lhidos (vetado) por decisão da maioria absoluta do (Tribunal) respectivo, ou, se houver, de seu Órgão Especial:

.....
§ 4.º — Em nenhuma hipótese, salvo vacância do cargo, haverá redistribuição de processos aos Juízes convocados."

IV — o artigo 124 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 124 — O Magistrado que for convocado para substituir, em 1.ª ou 2.ª Instância, perceberá a diferença de vencimentos correspondentes ao cargo que passa a exercer, inclusive diárias e transporte, se for o caso."

V — ficam revogados (vetado) os artigos (vetado) e 115.

Art. 2.º — Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República

Paulo Brossard

LEI N.º 7.510 — DE 4 DE JULHO DE 1986

Dá nova redação a dispositivos da Lei n.º 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, com as alterações posteriores, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Os artigos 1.º e 4.º da Lei n.º 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º — Os Poderes Públicos Federal e Estadual, independentemente da colaboração que possam receber dos municípios e da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, concederão assistência judiciária aos necessitados, nos termos desta lei, (vetado).
.....

Art. 4.º — A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

§ 1.º — Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

§ 2.º — A impugnação do direito à assistência judiciária não suspende o curso do processo e será feita em autos apartados".

Art. 2.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário, (vetado).

José Sarney — Presidente da República

Paulo Brossard

LEI N.º 7.511 — DE 7 DE JULHO DE 1986

Altera dispositivos da Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Os números da alínea "a", do artigo 2.º, da Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal, passam a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

"Art. 2.º —

a)

1 — de 30,00m (trinta metros) para os rios de menos de 10,00m (dez metros) de largura;

2 — de 50,00m (cinquenta metros) para os cursos que tenham de 10,00 (dez) a 50,00m (cinquenta metros) de largura;

3 — de 100,00m (cem metros) para os cursos d'água que meçam entre 50,00 (cinquenta) e 100,00m (cem metros) de largura;

4 — de 150,00m (cento e cinquenta metros) para os cursos d'água que possuam entre 100,00m (cem) e 200,00m (duzentos metros) de largura;

5 — igual à distância entre as margens para os cursos d'água com largura superior a 200,00m (duzentos metros)."

Art. 2.º — O artigo 19 da Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19 — Visando a rendimentos permanentes e à preservação de espécies nativas, os proprietários de florestas explorarão a madeira somente através de manejo sustentado, efetuando a reposição florestal, sucessivamente, com espécies típicas da região.

§ 1.º — É permitida ao proprietário a reposição com espécies exóticas nas florestas já implantadas com estas espécies.

§ 2.º — Na reposição com espécies regionais, o proprietário fica obrigado a comprovar o plantio das árvores, assim como os tratos culturais necessários à sua sobrevivência e desenvolvimento."

Art. 3.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República

Iris Rezende Machado

LEI N.º 7.513 — DE 9 DE JULHO DE 1986

Modifica o artigo 649 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, acrescentando dispositivo que torna impenhorável o imóvel rural até um módulo.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, no exercício do cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — A Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil — passa a vigorar com o seu artigo 649 acrescido de um inciso numerado como X, com a seguinte redação:

“Art. 649 —

X — o imóvel rural, até um módulo, desde que este seja o único de que disponha o devedor, ressalvada a hipoteca para fins de financiamento agropecuário.”

Art. 2.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

José Carlos Moreira Alves — Presidente da República em exercício
Paulo Brossard

LEI N.º 7.514 — DE 9 DE JULHO DE 1986

Assegura aos partidos políticos e candidatos o direito de usar os números a eles atribuídos na eleição anterior e dá outras providências.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, no exercício do cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — (Vetado).

Art. 2.º — Quando o partido político não tiver Diretório Regional organizado, comporão, também, a Convenção Regional, para deliberar sobre coligação e escolha de candidatos, os Delegados dos Diretórios Municipais já organizados.

Art. 3.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

José Carlos Moreira Alves — Presidente da República em exercício
Paulo Brossard

LEI N.º 7.533 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1986

Autoriza o Governo do Distrito Federal a constituir uma Fundação com a finalidade de amparar o trabalhador preso, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Governo do Distrito Federal autorizado a constituir uma Fundação com a finalidade de amparar o trabalhador preso do Distrito Federal, a qual reger-se-á por esta Lei, pela legislação complementar que lhe for aplicável e pelo estatuto aprovado por decreto do Governador.

Art. 2.º — A Fundação, sem fins lucrativos, será vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, terá prazo de duração indeterminado, sede e foro em Brasília e jurisdição em todo o Distrito Federal e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição do seu ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ao qual juntar-se-ão o estatuto e o respectivo decreto de aprovação.

Art. 3.º — A Fundação terá por objetivo contribuir para a recuperação social do preso e para a melhoria de suas condições de vida, mediante a elevação do nível de sanidade física e mental, o aprimoramento moral, o adestramento profissional e o oferecimento de oportunidade de trabalho remunerado, propondo-se, para tanto, a:

I — concorrer para a melhoria do rendimento do trabalho executado pelos presos;

II — oferecer ao preso novos tipos de trabalho, compatíveis com sua situação na prisão;

III — proporcionar a formação profissional do preso, em atividades de desempenho viável após a sua libertação;

IV — colaborar com os órgãos governamentais integrados ao Sistema Penitenciário do Distrito Federal e com outras entidades, na solução de problemas de assistência médica, moral e material ao preso, à sua família e à família de suas vítimas;

V — concorrer para o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho do preso, com vista à melhoria, qualitativa e quantitativa, de sua produção, mediante a elaboração de planos especiais para as atividades industriais, agrícolas e artesanais, promovendo a comercialização dos respectivos produtos;

VI — promover estudos e pesquisas relacionados com seus objetivos e sugerir aos Poderes competentes medidas necessárias ou convenientes para atingir suas finalidades;

VII — apoiar as entidades públicas ou privadas que promovam ou incentivem a formação ou aperfeiçoamento profissional dos internos; e

VIII — desempenhar outros encargos que visem à consecução de seus fins.

Art. 4.º — Para o desempenho de suas atividades, a Fundação poderá, mediante convênios, contar com a colaboração de instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 5.º — O patrimônio da Fundação será constituído:

I — pelos bens móveis e semoventes destinados à produção agropecuária, industrial e artesanal existentes no Núcleo de Custódia de Brasília e no Centro de Internamento e Reeducação;

II — pelos bens e direitos que lhe forem doados por órgãos governamentais, entidades públicas ou privadas e por pessoas físicas; e

III — pelos bens que vier a adquirir a qualquer título.

Parágrafo único — No caso de extinção da Fundação, seus bens, direitos e obrigações passarão para o patrimônio do Distrito Federal.

Art. 6.º — Constituem a receita da Fundação:

I — as dotações consignadas no Orçamento do Distrito Federal;

II — os legados, doações, auxílios, contribuições e subvenções proporcionados por instituições públicas ou privadas e pessoas físicas;

III — as rendas provenientes de seus bens patrimoniais, de serviços executados pelos presos e outras de qualquer natureza; e

IV — os recursos decorrentes de convênios firmados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

Art. 7.º — Os recursos da Fundação serão utilizados, exclusivamente, para sua manutenção e consecução dos seus fins.

Art. 8.º — Constituem a estrutura básica da Fundação:

I — a Presidência;

II — o Conselho Deliberativo;

III — o Conselho Fiscal; e

IV — a Diretoria Executiva.

Parágrafo único — A Presidência é órgão de direção superior; o Conselho Deliberativo é órgão superior de deliberação coletiva; o Conselho Fiscal executará a fiscalização dos atos e fatos administrativos, e a Diretoria Executiva exercerá a coordenação e a execução das atividades da Fundação.

Art. 9.º — O Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal será o Presidente nato da Fundação e do Conselho Deliberativo.

Art. 10 — A denominação, a composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e os mandatos de seus membros, o provimento das funções da Diretoria Executiva, bem como a estrutura orgânica e as tabelas de pessoal serão disciplinados mediante ato do Governador do Distrito Federal.

Art. 11 — O regime jurídico do pessoal da Fundação será o da legislação trabalhista.

Art. 12 — Quando a Fundação não dispuser de pessoal necessário ao cumprimento de suas finalidades, poderão ser postos à sua disposição funcionários ou servidores da Administração Direta e Indireta, inclusive de Fundações instituídas pelo Poder Público do Governo Federal e do Distrito Federal, observadas as normas pertinentes.

Art. 13 — Ficam dispensadas de licitação as compras que órgãos e entidades da Administração Pública vierem a fazer à Fundação, desde que relativas a produtos decorrentes da atividade dos trabalhadores presos.

Art. 14 — Fica assegurada à Fundação a imunidade prevista na alínea "c", do inciso III, do artigo 19, da Constituição Federal.

Art. 15 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, em favor do Distrito Federal, o crédito especial de Cz\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzados), a ser transferido à Fundação para atendimento aos encargos decorrentes de sua implantação.

Art. 16 — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 — Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República
Paulo Brossard

LEI N.º 7.538 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1986

Suspende a execução de sentença em ações de despejo, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Nas ações de despejo relativas a prédios urbanos residenciais e não residenciais, regidas pela Lei n.º 6.649, de 16 de maio de 1979, nenhuma sentença será executada, a partir da data da vigência desta Lei até o dia 1.º de março de 1987, ressalvado o disposto no artigo 4.º desta Lei.

Parágrafo único — Se, na data da vigência desta Lei já houver decorrido o prazo fixado pelo Juiz para a desocupação, e a retomada ainda não se tiver efetivado, suspender-se-á a sua execução até o dia 1.º de março de 1987.

Art. 2.º — O prazo fixado pelo Juiz para a desocupação do prédio, nas ações de que trata o artigo anterior, não correrá entre a data da vigência desta Lei e o dia 1.º de março de 1987.

Parágrafo único — O prazo suspenso recomeçará a correr no dia 2 de março de 1987, por tempo igual ao que faltava para a sua complementação.

Art. 3.º — Ficam suspensos, a partir da data da vigência desta Lei, e até o dia 1.º de março de 1987, os processos de revisão judicial do aluguel (§§ 4.º e 5.º, do artigo 49, da Lei n.º 6.649, de 16 de maio de 1979 modificada pela Lei n.º 6.698, de 15 de outubro de 1979).

§ 1.º — Nas ações de revisão do aluguel, ajuizadas na vigência desta Lei, suspender-se-á o processo imediatamente após a citação do réu.

§ 2.º — Findo o prazo da suspensão, o escrivão fará os autos conclusos ao Juiz, que ordenará o prosseguimento do processo.

Art. 4.º — Não se aplicam as disposições desta Lei:

I — às locações de prédios urbanos previstas no inciso II, do artigo 54, da Lei n.º 6.649, de 16 de maio de 1979;

II — às locações de prédios urbanos residenciais e não residenciais cuja retomada tenha por fundamento:

- a) a falta de pagamento do aluguel ou dos demais encargos;
- b) a infração pelo locatário de qualquer outra obrigação legal ou contratual;
- c) a rescisão do contrato de trabalho, quando a ocupação do imóvel se relacionar com o emprego;
- d) a necessidade de efetuar reparações urgentes no prédio locado, determinadas por autoridade pública, que não possam ser normalmente executadas com permanência do locatário no imóvel, ou, podendo ser, ele se recuse em consenti-las;
- e) a necessidade, manifestada pelo proprietário, promitente-comprador ou promitente-cessionário de um único imóvel residencial (vetado), e que esteja residindo em prédio alheio ou dele se utilizando, de retomar o prédio locado para uso próprio.

Art. 5.º — As disposições desta Lei aplicar-se-ão desde logo aos processos pendentes, ressalvados aqueles cujas ações de despejo para a retomada de prédios urbanos residenciais tenham sido propostas antes de 28 de fevereiro de 1986, com

fundamento no inciso III ou no inciso X, do artigo 52, da Lei n.º 6.649, de 16 de maio de 1979.

Art. 6.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República

Paulo Brossard

DECRETO-LEI N.º 2.287 — DE 23 DE JULHO DE 1986

Altera dispositivos da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Os dispositivos abaixo enumerados da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 — O saldo do imposto a pagar poderá ser recolhido em até 8 (oito) quotas iguais, mensais e sucessivas, observado o seguinte:

I — nenhuma quota será inferior a Cz\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzados) e o imposto de valor inferior a Cz\$ 500,00 (quinhentos cruzados) será pago de uma só vez;

II — a primeira quota ou quota única será paga no mês de abril do exercício financeiro;

III — as quotas vencerão no último dia útil de cada mês.”

“Art. 17 — As pessoas jurídicas cujo lucro real ou arbitrado, no exercício de 1985 ou 1986, tenha sido igual ou superior a 40.000 (quarenta mil) ORTNs (artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1.967), de 23 de novembro de 1982) serão tributadas com base no lucro real ou arbitrado, apurado semestralmente nos meses de junho e dezembro de cada ano.

Parágrafo único

“Art. 22 — O imposto será pago em quotas mensais iguais, vencíveis a partir do mês fixado para a entrega da declaração, não podendo exceder a 9 (nove) quotas, no caso do artigo 16 desta Lei, e a 6 (seis) quotas, no caso do artigo 17.

§ 1.º —

§ 2.º —

§ 3.º — O valor de cada quota não será inferior a Cz\$ 1.000,00 (um mil cruzados); o imposto de valor inferior a Cz\$ 2.000,00 (dois mil cruzados) será pago de uma só vez, até o último dia útil do mês fixado para a apresentação da declaração de rendimentos.”

“Art. 34 — Integrarão a base de cálculo do Imposto sobre a Renda, na declaração semestral ou anual, os rendimentos e ganhos de capital auferidos por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, exceto os mencionados no artigo 42.

§ 1.º — O imposto retido na fonte será considerado antecipação do devido na declaração. A compensação do imposto sobre rendimentos

de capital se fará na proporção da permanência do título ou obrigação no ativo do beneficiário.

§ 2.º — O Imposto sobre a Renda incidente sobre rendimentos e ganhos de capital é devido exclusivamente na fonte quando o beneficiário for pessoa física, condomínios, inclusive fundos, ou quaisquer pessoas jurídicas que não sejam tributadas com base no lucro real.

§ 3.º — O disposto neste artigo não se aplica aos rendimentos de participações societárias, que continuam disciplinadas pela legislação em vigor."

"Art. 36 —

§ 1.º — As restituições de até Cz\$ 105.450,00 (cento e cinco mil, quatrocentos e cinquenta cruzados) serão efetuadas de uma só vez; quando superiores a Cz\$ 105.450,00 (cento e cinco mil, quatrocentos e cinquenta cruzados) e inferiores a Cz\$ 421.800,00 (quatrocentos e vinte e um mil e oitocentos cruzados) serão divididas de forma que somente a última parcela seja inferior a Cz\$ 105.450,00 (cento e cinco mil, quatrocentos e cinquenta cruzados).

§ 2.º —

"Art. 39 — Fica sujeito à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte o rendimento produzido por títulos, obrigações ou aplicações sujeitos à atualização monetária por qualquer índice, ou que tenha remuneração calculada com base em taxas variáveis.

§ 1.º — A alíquota do imposto será de 40% (quarenta por cento).

§ 2.º — Consideram-se rendimentos quaisquer valores que constituam remuneração do capital aplicado, independentemente da denominação que lhe seja dada, tais como juros, ágios, deságios, prêmios e comissões.

§ 3.º — O imposto será retido pela pessoa jurídica que pagar ou creditar o rendimento, no ato do pagamento ou crédito, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 4.º — O deságio concedido na primeira colocação de títulos ou obrigações será tributado, no momento da colocação, à alíquota de 50% (cinquenta por cento)."

"Art. 42 — Fica alterada para 50% (cinquenta por cento) a alíquota estabelecida no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 2.027, de 9 de junho de 1983, a qual incidirá, exclusivamente na fonte, sobre rendimentos auferidos por quaisquer beneficiários, inclusive instituições financeiras.

Parágrafo único — No caso de rendimentos tributados na forma deste artigo, o Imposto sobre a Renda não será dedutível e o rendimento real da aplicação poderá ser excluído do lucro líquido da pessoa jurídica tributada com base no lucro real."

"Art. — 43 —

I —

II —

III — excluir de tributação os rendimentos e ganhos de capital produzidos por títulos e obrigações emitidos pelo Poder Público."

"Art. 45 — Fica revogada a atualização monetária de que trata o artigo 14 do Decreto-Lei n.º 1.967, de 23 de novembro de 1982.

Parágrafo único — A revogação de que trata este artigo aplicar-se-á em relação aos períodos-base encerrados a partir de janeiro de 1986."

"Art. 85 — Os valores expressos em cruzados na legislação tributária serão atualizados segundo critérios fixados por decreto do Presidente da República."

"Art. 100 — Fica isento do Imposto sobre a Renda o lucro obtido, por pessoas físicas, na alienação de imóveis de valor não superior a Cz\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzados), desde que não tenha ocorrido outra alienação nas mesmas condições, no espaço de 5 (cinco) anos."

Art. 2.º — Os valores em ORTN, constantes dos artigos 25, 27 e 28 da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, passam a ser expressos em cruzados, com a seguinte correspondência:

I — Cz\$ 4.256.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil cruzados), quando se referirem a 40.000 (quarenta mil) ORTNs;

II — Cz\$ 2.128.000,00 (dois milhões, cento e vinte e oito mil cruzados), quando se referirem a 20.000 (vinte mil) ORTNs.

Art. 3.º — O artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 1.736, de 20 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º — Os débitos para com a Fazenda Nacional, de natureza tributária, não pagos no vencimento, serão acrescidos de multa de mora, consoante o previsto neste Decreto-Lei.

Parágrafo único — A multa de mora será de 20% (vinte por cento), reduzida a 10% (dez por cento) se o pagamento for efetuado no prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir da data em que o tributo for devido."

Art. 4.º — Os §§ 14 e 16, do artigo 11, do Decreto-Lei n.º 352, de 17 de junho de 1968, acrescidos pelo artigo 68 da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação, revogado o § 15:

"Art. 11 —

§ 14 — O débito consolidado, na forma do parágrafo anterior, será dividido pela quantidade de parcelas mensais concedidas."

"§ 16 — O valor de cada parcela mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês-calendário ou fração, contados a partir do mês seguinte àquele em que o débito tiver sido consolidado e até o mês em que estiver ocorrendo o pagamento da parcela."

Art. 5.º — Segundo critérios a serem fixados pelo Ministério da Fazenda, o descumprimento das disposições do Decreto-Lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986, sujeitará o infrator à perda dos incentivos fiscais que lhe tenham sido outorgados pelo Poder Público Federal e impedirá seu acesso aos créditos de qualquer natureza concedidos por órgãos e entidades da Administração Federal, Direta ou Indireta, ou por seus agentes repassadores.

Art. 6.º — A partir do mês seguinte ao da publicação deste Decreto-Lei, os rendimentos mensais de aluguéis e *royalties* previstos nos artigos 21, 22 e 23 da Lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964, pagos ou creditados por pessoas jurídicas a pessoas físicas, ficam sujeitos ao desconto do Imposto sobre a Renda na fonte mediante a aplicação de alíquotas progressivas de acordo com a tabela constante do artigo 4.º da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985.

Parágrafo único — O imposto de que trata este artigo será compensado com o apurado na declaração do beneficiário dos rendimentos.

Art. 7.º — A Secretaria da Receita Federal, antes de proceder à restituição ou ao ressarcimento de tributos, deverá verificar se o contribuinte é devedor à Fazenda Nacional.

§ 1.º — Existindo débito em nome do contribuinte, o valor da restituição ou ressarcimento será compensado, total ou parcialmente, com o valor do débito.

§ 2.º — O Ministério da Fazenda disciplinará a compensação prevista no parágrafo anterior.

Art. 8.º — O Ministro da Fazenda poderá reduzir as alíquotas do Imposto sobre a Renda na fonte de que tratam os artigos 52 e 53 da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, tendo em vista peculiaridades da atividade exercida pela pessoa jurídica.

Art. 9.º — Os limites de receita bruta previstos para tributação pelo lucro presumido (Lei n.º 6.468, de 11 de novembro de 1977, artigo 1.º) e para isenção das Microempresas (Lei n.º 7.256, de 27 de novembro de 1984, artigo 2.º) passam a se expressar em cruzados, pelos valores de Cz\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzados) e Cz\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzados), respectivamente.

Art. 10 — A isenção concedida às Microempresas (Lei n.º 7.256/84, artigo 2.º), não se estende aos rendimentos auferidos pelas pessoas físicas, sócias da pessoa jurídica ou titulares da empresa individual, as quais serão tributadas de acordo com critérios fixados pelo Ministro da Fazenda.

Art. 11 — As penalidades previstas na legislação tributária, expressas em ORTNs, ficam convertidas para cruzados tomando por base a OTN no valor de Cz\$ 106,40 (cento e seis cruzados e quarenta centavos).

Art. 12 — Os débitos para com a Fazenda Nacional, decorrentes de tributos ou penalidades, e para com o Fundo de Participação PIS/PASEP, não liquidados até o vencimento, serão atualizados segundo critérios fixados por decreto do Presidente da República.

Art. 13 — O adicional referido no parágrafo único, do artigo 25, da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, passará a ser de 10% (dez por cento) a partir do exercício financeiro de 1987.

Art. 14 — No exercício financeiro de 1987 o Imposto sobre a Renda progressivo das pessoas físicas será calculado de acordo com a seguinte Tabela:

Classe de Renda			Renda Líquida Cz\$		Alíquota %
01			até	21.600,00	Isento
02	de	21.601,00	até	35.000,00	5
03	de	35.001,00	até	58.750,00	10
04	de	58.751,00	até	86.750,00	15
05	de	86.751,00	até	120.400,00	20
06	de	120.401,00	até	152.450,00	25
07	de	152.451,00	até	210.250,00	30
08	de	210.251,00	até	339.600,00	35
09	de	339.601,00	até	462.200,00	40
10	de	462.201,00	até	610.450,00	45
11			acima de	610.450,00	50

Parágrafo único — Os valores de abatimentos e deduções vigentes no exercício financeiro de 1986 serão multiplicados pelo coeficiente 2,1 (dois vírgula um).

Art. 15 — Ressalvadas as disposições deste Decreto-Lei, as atualizações monetárias previstas na legislação tributária, cessadas em 28 de fevereiro de 1986, serão calculadas tendo por limite o coeficiente determinado com base na OTN de Cz\$ 106,40 (cento e seis cruzados e quarenta centavos).

Art. 16 — As pequenas e médias empresas de que participem sociedades de capital de risco poderão excluir do lucro líquido do exercício, para efeito de determinar o lucro real, o valor dos dividendos, bonificações em dinheiro, lucros e outros interesses distribuídos àquelas sociedades.

Art. 17 — Os dividendos, bonificações em dinheiro, lucros e outros interesses distribuídos às sociedades de capital de risco, assim como os resultados por elas auferidos na alienação ou liquidação de participações societárias, não se sujeitam ao desconto do Imposto sobre a Renda na fonte e serão excluídos da determinação do lucro real.

Art. 18 — Os rendimentos distribuídos pelas sociedades de capital de risco a seus sócios, assim como o ganho de capital na alienação ou liquidação de quotas por ações dessas sociedades, serão tributados pelo Imposto sobre a Renda, na fonte, à alíquota de 23% (vinte e três por cento), a título de antecipação de imposto que for devido na declaração.

Art. 19 — Consideram-se de capital de risco, para os efeitos deste Decreto-Lei, aquelas sociedades cujo único objeto social seja a aplicação de capital próprio na subscrição de ações ou quotas de pequenas e médias empresas e que atendam aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 20 — Atc do Poder Executivo estabelecerá o conceito de pequena e média empresa, bem como os requisitos para efeito do tratamento tributário previsto nos artigos 17 a 19.

Art. 21 — O disposto no artigo 34 da Lei n.º 7.450/85, com a redação dada por este Decreto-Lei, aplicar-se-á aos rendimentos de títulos emitidos após a data de publicação deste Decreto-Lei e aos ganhos de capital auferidos a partir da mesma data; o disposto no artigo 39 da Lei n.º 7.450/85, com a redação dada por este Decreto-Lei aplicar-se-á aos títulos emitidos após a data de publicação deste Decreto-Lei e, em relação aos títulos com taxas variáveis, a partir do primeiro reajuste das referidas taxas após essa mesma data.

Art. 22 — Fica revogado o regime de correção monetária das demonstrações financeiras, de que tratam os artigos 39 a 52 do Decreto-Lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977, ressalvado o disposto no § 1.º.

§ 1.º — As pessoas jurídicas que ainda não tiverem efetuado a correção monetária, deverão realizá-la com base no valor da Obrigação do Tesouro Nacional, fixado em Cz\$ 106,40 (cento e seis cruzados e quarenta centavos).

§ 2.º — O lucro inflacionário acumulado (Decreto-Lei n.º 1.598/77, artigo 52, § 2.º) existente no encerramento do último período-base em que tenha sido efetuada correção monetária, segundo o disposto no parágrafo anterior, será submetido à tributação de acordo com o artigo 53 do Decreto-Lei n.º 1.598/77, e alterações posteriores.

Art. 23 — A partir dos períodos-base a serem encerrados em 1987 (Lei n.º 7.450/85, artigos 16 e 17), os efeitos da modificação do poder de compra da

moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do período-base serão computados na determinação do lucro real mediante atualização a ser efetuada com base em critérios a serem fixados pelo Poder Executivo.

Art. 24 — O § 4.º, do artigo 50, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 50 —

§ 4.º — As quotas de Fundos Mútuos de Investimento constituídos em condomínio, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, poderão ser emitidas sob a forma nominativa, endossável ou ao portador, podendo assumir a forma escritural.”

Art. 25 — As instituições financeiras, autorizadas pelo Banco Central do Brasil a emitir letras hipotecárias, poderão sacar, independentemente de tradição efetiva, letras da mesma espécie, garantidas pelo penhor de múltiplas cédulas hipotecárias, conferindo aos seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal e juros nelas estipulados.

§ 1.º — A letra hipotecária será nominativa ou endossável.

§ 2.º — O certificado da letra conterá as seguintes declarações:

- a) o nome da instituição financeira emitente e as assinaturas de seus representantes;
- b) o número de ordem, o local e a data de emissão;
- c) a denominação “Letra Hipotecária”;
- d) o valor nominal e a data de vencimento;
- e) os juros, que poderão ser fixos ou flutuantes;
- f) o lugar do pagamento do principal e dos juros;
- g) a identificação das cédulas hipotecárias empenhadas e seu valor;
- h) o nome do titular e a declaração de que a cédula é transferível por endosso, se endossável.

Art. 26 — As letras hipotecárias poderão contar com garantia fidejussória adicional de instituição financeira.

Art. 27 — O Banco Central do Brasil estabelecerá o prazo mínimo, a ser observado pelas instituições financeiras, para resgate da letra hipotecária.

Art. 28 — A letra hipotecária pode ser garantida pelo penhor de uma ou mais cédulas hipotecárias, mas a soma do principal das letras hipotecárias, emitidas pela instituição financeira, não excederá, em hipótese alguma, o valor total das cédulas em poder dessa instituição.

§ 1.º — A letra hipotecária poderá ter prazo de vencimento inferior ao prazo de vencimento das cédulas hipotecárias cujo penhor lhe serve de garantia.

§ 2.º — A cédula hipotecária empenhada poderá, a qualquer tempo, ser substituída por outra garantia, a critério do emissor da letra hipotecária ou por solicitação do credor da letra.

Art. 29 — O endossante da letra hipotecária responde pela veracidade do título, mas contra ele não será admitido direito de cobrança regressiva.

Art. 30 — O Conselho Monetário Nacional, no uso de suas atribuições legais, fica autorizado a baixar as normas complementares aos dispositivos deste Decreto-Lei relativos à letra hipotecária.

Art. 31 — Ficam revogados o artigo 22 do Decreto-Lei n.º 1.338, de 23 de julho de 1974; o artigo 54, *caput* do Decreto-Lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977; o artigo 241 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976; o parágrafo único do artigo 4.º, o § 1.º do artigo 6.º, os §§ 1.º e 2.º do artigo 8.º, o parágrafo único do artigo 9.º, os artigos 20, 21, 23 e 24, o inciso I do artigo 33 e o § 4.º, do artigo 40, da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985.

Art. 32 — Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

José Sarney — Presidente da República

Dilson Domingos Funaro

João Sayad

DECRETO-LEI N.º 2.290 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1986

Estabelece normas sobre a desindexação da economia, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Os artigos 6.º e 12 do Decreto-Lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6.º — A Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional — ORTN, de que trata a Lei n.º 4.357, de 16 de julho de 1964, passa a denominar-se Obrigação do Tesouro Nacional — OTN e a emitida a partir de março de 1986 tem o valor de Cz\$ 106,40 (cento e seis cruzados e quarenta centavos), inalterado até 28 de fevereiro de 1987. A partir de março de 1987, o critério de reajuste da OTN será fixado pelo Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único — Na atualização do valor nominal da OTN, em 1.º de março de 1987, serão computadas as variações do IPC ocorridas até 30 de novembro de 1986 e o rendimento das Letras do Banco Central do Brasil, entre 1.º de dezembro de 1986 e 1.º de março de 1987.”

“Art. 12 — Os saldos das cadernetas de poupança, bem como os do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço — FGTS e do Fundo de Participação PIS/PASEP, serão corrigidos pelos rendimentos das Letras do Banco Central do Brasil, mantidas as taxas de juros previstas na legislação correspondente.

§ 1.º — Até o dia 30 de novembro de 1986, fica assegurado o reajuste, pelo IPC, dos saldos do FGTS e do Fundo de Participação PIS/PASEP.

§ 2.º — Os saldos das contas de poupança existentes no dia da vigência deste Decreto-Lei serão, até a próxima data, estabelecidos contratualmente para lançamento de créditos, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor — IPC, ou pelos rendimentos das Letras do Banco Central do Brasil, adotando-se o que maior resultado obtiver.

§ 3.º — A taxa de juros incidente sobre os depósitos de caderneta de poupança será, no mínimo, de 6% (seis por cento) ao ano, podendo ser majorada pelo Conselho Monetário Nacional.”

Art. 2.º — Somente as obrigações contratuais por prazo igual ou superior a 12 (doze) meses poderão conter cláusula de revisão livremente pactuada pelas partes, vinculada a índices setoriais de preços ou custos, que não incluam variação cambial.

§ 1.º — As obrigações contratuais realizadas no mercado financeiro serão reguladas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2.º — O devedor, sempre que adimplir, total ou parcialmente, a obrigação decorrente de negócio contratual, em que se preveja reajuste vinculado à OTN, sujeitar-se-á, mesmo no período em que aquele índice esteja inalterado, a solvê-la proporcionalmente à variação ocorrida até a amortização ou liquidação antecipada.

§ 3.º — Os contratos de locação de imóveis poderão conter cláusula de revisão do aluguel, por período igual ou superior a 12 (doze) meses.

Art. 3.º — O item XXXII do artigo 4.º e o parágrafo único, do artigo 35, da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4.º —

XXXII — regular os depósitos a prazo de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, inclusive entre aquelas sujeitas ao mesmo controle acionário ou coligadas;

.....
Art. 35 —

Parágrafo único — As instituições financeiras que não recebem depósito do público poderão emitir debêntures desde que previamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil, em cada caso."

Art. 4.º — O artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 1.454, de 7 de abril de 1976, modificado pelo artigo 15 do Decreto-Lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4.º — O Banco Central do Brasil estabelecerá os períodos mínimos a serem observados pelas instituições autorizadas no recebimento de depósito a prazo fixo e na emissão de letras de câmbio de aceite dessas."

Art. 5.º — As oscilações do nível de preços de que trata o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986, aferidas pelo Índice de Preços ao Consumidor — IPC, serão calculadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

§ 1.º — Para a aferição de que trata este artigo, o IBGE adotará metodologia análoga àquela utilizada no Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor.

§ 2.º — O IPC se referirá a uma cesta básica de consumo de famílias com rendimento de 1 (um) a 5 (cinco) salários-mínimos, com exclusão de fatores sazonais e irregulares, além de impostos indiretos e despesas com fumo e bebidas alcoólicas.

§ 3.º — Fica o IBGE autorizado a realizar pesquisa de orçamentos familiares, visando atualizar os procedimentos metodológicos de cálculo do IPC.

§ 4.º — Até que, por ato do Poder Executivo, se proceda à atualização prevista no parágrafo anterior, os métodos de cálculo do IPC serão os mesmos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor/Faixa de Renda Restrita — INPC, limitado aos itens essenciais do consumo básico do trabalhador, isto é, alimentação, transporte e moradia.

§ 5.º — O método de cálculo a que se refere o parágrafo anterior passa a ser aplicado na aferição de preços a partir do dia 1.º de novembro de 1986, observando-se a compatibilização técnica com o método anterior de cálculo do IPC pelas normas regulamentares vigorantes até 30 de outubro de 1986.

Art. 6.º — Os débitos resultantes de condenação judicial e os créditos habilitados em liquidação extrajudicial serão reajustados pelos índices de variação das OTNs, na forma estabelecida no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 2.284, de 1.º de março de 1986, com a redação dada por este Decreto-Lei.

Parágrafo único — As instituições financeiras, que encerrarem as respectivas liquidações antes de 1.º de março de 1987, terão, na data do encerramento, seus passivos atualizados, proporcionalmente, pelos critérios estabelecidos neste artigo.

Art. 7.º — Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986.

José Sarney — Presidente da República
Dilson Domingos Funaro
João Sayad

DECRETO-LEI N.º 2.291 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1986

Extingue o Banco Nacional da Habitação — BNH e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — É extinto o Banco Nacional da Habitação — BNH, empresa pública de que trata a Lei n.º 5.762, de 14 de dezembro de 1971, por incorporação à Caixa Econômica Federal — CEF.

§ 1.º — A CEF sucede ao BNH em todos os seus direitos e obrigações, inclusive:

a) na administração, a partir da data de publicação deste Decreto-Lei, do ativo e passivo, do pessoal e dos bens móveis e imóveis;

b) na gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do Fundo de Assistência Habitacional e do Fundo de Apoio à Produção de Habitação para a População de Baixa Renda;

c) na coordenação e execução do Plano Nacional de Habitação Popular — PLANHAP e do Plano Nacional de Saneamento Básico — PLANASA, observadas as diretrizes fixadas pelo Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente;

d) nas relações individuais de trabalho, assegurando os direitos adquiridos pelos empregados do BNH e, a seu critério, estabelecendo normas e condições para o aproveitamento deles;

e) nas operações de crédito externo contraídos pelo BHN, com a garantia do Tesouro Nacional, cabendo à CEF e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pro-

mover as medidas necessárias à celebração de aditivos aos instrumentos contratuais pertinentes.

§ 2.º — Ficam extintos os mandatos e cessada a investidura do Presidente, dos Diretores e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do BNH, sem prejuízo da responsabilidade pelos respectivos atos de gestão e fiscalização.

Art. 2.º — O exercício financeiro do BNH encerra-se na data da publicação deste Decreto-lei, cabendo à CEF, em conjunto com a Secretaria de Controle Interno do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente:

I — elaborar as correspondentes demonstrações financeiras e prestação de contas, a serem submetidas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, que as encaminhará ao Tribunal de Contas da União;

II — proceder, até 31 de dezembro de 1986, ao inventário dos bens móveis e imóveis do BNH, que serão discriminados e avaliados antes de sua entrega formal à CEF.

§ 1.º — Concluído o inventário de que trata o item II e ultimada a transferência a que se refere o artigo 3.º, a CEF promoverá a venda, mediante licitação pública, dos imóveis em que se encontram as instalações do BNH.

§ 2.º — Os bens móveis que, a critério da CEF, não sejam aproveitados nos seus serviços, incorporar-se-ão ao patrimônio da União, mediante termo lavrado na Secretaria de Administração Pública da Presidência da República — SEDAP/PR, que os cederá aos diversos órgãos da Administração Federal Direta.

Art. 3.º — Far-se-á a transferência, para a CEF, dos imóveis de propriedade do BNH, mediante o registro, no Ofício competente de ata lavrada no órgão próprio daquela empresa pública, com observância do disposto no artigo 225 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e que terá força de escritura pública, para todos os efeitos de direito.

Art. 4.º — Os créditos do BNH junto a instituições financeiras em liquidação extrajudicial serão transferidos à CEF, depois de apurados e recebidos, em dinheiro, cédulas hipotecárias ou bens imóveis, pelo Banco Central do Brasil.

§ 1.º — No pagamento dos créditos de que trata este artigo, em imóveis pertencentes às massas devedoras, é obrigatória a avaliação prévia e conjunta pelo Banco Central do Brasil e CEF, e, se houver divergência, cada qual elaborará laudo em separado, dando as razões em que se fundar, para decisão do Conselho Monetário Nacional.

§ 2.º — Os créditos do BNH, a que se refere este artigo, bem como os dos Fundos por ele administrados, serão obrigatoriamente atualizados pelos índices de correção monetária vigentes à época de cada liquidação, de acordo com a Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, e, após 28 de fevereiro de 1986, pelos índices de variação do IPC, até 30 de novembro de 1986. A partir desta data, serão reajustados pelos índices de variação das Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, na forma estabelecida no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 2.284 de 10 de março de 1986, com a redação dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 2.290, de 21 de novembro de 1986.

§ 3.º — No encerramento das liquidações ou pagamentos de débitos, pela massa, antes de 1.º de março de 1987, o passivo será, na forma do parágrafo anterior, reajustado proporcionalmente.

Art. 5.º — Nas relações processuais já instauradas, em que o BNH seja parte, assistente ou oponente, ficam suspensos os prazos nos respectivos processos, até que a CEF venha a ser intimada por mandado, de ofício pelo Juiz, ou a requerimento das partes ou do Ministério Público.

Art. 6.º — Compete ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente — MDU a formulação de propostas de política habitacional e de desenvolvimento urbano.

Art. 7.º — Ao Conselho Monetário Nacional, observado o disposto neste Decreto-Lei compete:

I — exercer as atribuições inerentes ao BNH, como órgão central do Sistema Financeiro da Habitação, do Sistema Financeiro do Saneamento e dos sistemas financeiros conexos, subsidiários ou complementares daqueles;

II — deferir a outros órgãos ou instituições financeiras federais a gestão dos fundos administrados pelo BNH, ressalvado o disposto no artigo 1.º, § 1.º, alínea "b"; e

III — orientar, disciplinar e controlar o Sistema Financeiro da Habitação.

Art. 8.º — Compete ao Banco Central do Brasil fiscalizar as entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação e aplicar as penalidades previstas.

Art. 9.º — O mutuário do Sistema Financeiro da Habitação — SFH poderá, a qualquer tempo, liquidar, desde que integralmente, o respectivo saldo devedor, com abatimento sobre o valor do débito no dia do pagamento, observados os termos e condições estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1.º — O Fundo de Compensação de Variações Salariais poderá compensar os agentes do SFH pelos abatimentos concedidos nos termos deste artigo, em montantes, condições e prazos a serem igualmente fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2.º — Idêntico benefício poderá ser concedido na hipótese de venda do imóvel financiado, sem prejuízo de refinanciamento ao comprador.

Art. 10 — A Caixa Econômica Federal fica autorizada a negociar, sob critério que entender viável, a absorção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH — PREVHAB pela Fundação dos Economistas Federais ou transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações.

Art. 11 — O Ministro da Fazenda expedirá as instruções que forem necessárias à execução deste Decreto-Lei.

Art. 12 — Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 — Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o artigo 12 da Lei n.º 5.107, de 13 de setembro de 1966.

José Sarney — Presidente da República
Dilson Domingos Funaro
Deni Lineu Schwartz
João Sayad

DECRETO-LEI N.º 2.297 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1986

Isenta do Imposto sobre a Renda o ganho auferido, por pessoas físicas, na alienação de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica isento do Imposto sobre a Renda o lucro imobiliário apurado, por pessoa física, na alienação de imóvel residencial que, nesta data, esteja financiado com recursos do Sistema Financeiro da Habitação, desde que atendidas as seguintes condições:

I — o financiamento tenha sido concedido anteriormente a 28 de fevereiro de 1986;

II — não tenha havido transferência de mutuário no período compreendido entre 28 de fevereiro de 1986 e a data de publicação deste Decreto-Lei; e

III — o contribuinte não tenha se beneficiado, na liquidação do saldo devedor do imóvel, de recursos do fundo de Compensação de Variações Salariais.

Art. 2.º — A isenção concedida por este Decreto-Lei limita-se ao lucro de até CzS 500.000,00 (quinhentos mil cruzados) e vigorará até 31 de dezembro de 1987

Art. 3.º — O Ministro da Fazenda poderá baixar instruções necessárias à execução do disposto neste Decreto-Lei.

Art. 4.º — Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República

Dilson Domingos Funaro

DECRETO-LEI N.º 2.298 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1986

Dispõe sobre mercado de títulos e valores mobiliários incentivados.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Compete à Comissão de Valores Mobiliários, sem prejuízo de suas demais atribuições:

I — fiscalizar e disciplinar as sociedades beneficiárias de recursos oriundos de incentivos fiscais para a aplicação em participações societárias;

II — regulamentar a negociação e a intermediação de títulos e valores mobiliários emitidos pelas sociedades de que trata o item anterior,

Art. 2.º — A Comissão de Valores Mobiliários exercerá as atribuições previstas neste Decreto-Lei para o fim de:

I — assegurar condições de acesso ao mercado de títulos e valores mobiliários incentivados; e

II — proteger os titulares de títulos e valores mobiliários incentivados e os investidores do mercado contra:

a) emissões e negociações irregulares;

b) atos ilegais de administradores e acionistas controladores das emissoras de títulos e valores mobiliários e demais participantes do mercado.

III — assegurar o acesso dos acionistas e do público investidor a informações sobre as companhias emissoras e os títulos e valores mobiliários negociados;

IV — assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado e evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta e preço de títulos e valores mobiliários incentivados.

Art. 3.º — No exercício de suas atribuições, a Comissão de Valores Mobiliários poderá:

I — expedir normas relativas a:

- a) registro de companhia emissora;
- b) registro de distribuição primária ou secundária e de operações especiais de títulos e valores mobiliários incentivados;
- c) informações a serem prestadas pelas companhias emissoras, seus acionistas controladores e administradores, pelos intermediários e pelas entidades que administrem centros ou sistemas de negociação de títulos e valores mobiliários incentivados;
- d) elaboração e auditoria das demonstrações financeiras das companhias emissoras;
- e) procedimentos, métodos e práticas que devam ser observados no mercado secundário de títulos e valores mobiliários incentivados, inclusive referentes a registro das operações a ser mantido pelas entidades participantes desse mercado;
- f) credenciamento e responsabilidade dos intermediários e das entidades que administrem centros ou sistemas de negociação, ou que prestem serviços de agente emissor e de custódia de títulos e valores mobiliários incentivados;
- g) configuração, nesse mercado, de práticas não equitativas, modalidades de fraude e de manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta e preço.

II — apurar, mediante inquérito administrativo, atos ilegais e práticas não equitativa de administradores e acionistas das companhias emissoras, dos intermediários e dos demais participantes do mercado de títulos e valores mobiliários incentivados;

III — aplicar aos infratores deste Decreto-Lei, da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976), das normas por ela expedidas, bem como de outras normas legais cujo cumprimento lhe caiba fiscalizar, as penalidades previstas na Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976;

IV — examinar registros contábeis, livros ou documentos:

- a) das companhias emissoras, dos intermediários e das entidades que administrem centros ou sistemas de negociação de títulos e valores mobiliários incentivados;
- b) de quaisquer outras pessoas, naturais ou jurídicas, que participem do mercado, ou de negócios no mercado, quando houver suspeita de irregularidade.

V — intimar as pessoas referidas no item anterior a prestar informações ou esclarecimentos, podendo, pelo não atendimento à intimação, aplicar multa, que não poderá exceder a Cz\$ 1.200,00 (um mil e duzentos cruzados) por dia;

VI — requisitar informações de qualquer órgão público ou entidade sujeita ao controle direto ou indireto da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios;

VII — suspender a negociação ou cancelar operações envolvendo títulos ou valores mobiliários incentivados;

VIII — suspender ou restringir as atividades dos centros ou sistemas de negociação.

Art. 4.º — A Comissão de Valores Mobiliários especificará os títulos e valores mobiliários que estarão sujeitos ao regime deste Decreto-Lei, e poderá cele-

brar convênios com órgãos e autarquias federais, com vistas ao exercício de suas atribuições previstas neste ato, excluídas as matérias que envolvam sigilo.

Art. 5.º — Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República
Dilson Domingos Funaro

DECRETO-LEI N.º 2.299 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1986

Altera o Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Os dispositivos adiante indicados do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4.º —

§ 1.º —

§ 2.º — As fundações instituídas em virtude de lei federal ou de cujos recursos participe a União integram também a Administração Federal Indireta, para os efeitos de:

a) subordinação aos mecanismos e normas de fiscalização, controle e gestão financeira;

b) inclusão de seus cargos, empregos, funções e respectivos titulares no Plano de Classificação de Cargos instituídos pela Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

§ 3.º — Excetua-se do disposto na alínea "b" do parágrafo anterior as fundações universitárias e as destinadas à pesquisa, ao ensino e às atividades culturais."

"Art. 178 — As autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem assim as fundações criadas pela União ou mantidas com recursos federais, sob supervisão ministerial, e as demais sociedades sob o controle direto ou indireto da União, que acusem a ocorrência de prejuízos, estejam inativas, desenvolvam atividades já atendidas satisfatoriamente pela iniciativa privada ou não previstas no objeto social, poderão ser dissolvidas ou incorporadas a outras entidades, a critério e por ato do Poder Executivo, resguardados os direitos assegurados, aos eventuais acionistas minoritários, nas leis e atos constitutivos de cada entidade."

Art. 2.º — Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário, em particular o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 900, de 29 de setembro de 1969 e o parágrafo único, do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 968, de 13 de outubro de 1969.

José Sarney — Presidente da República
Dilson Domingos Funaro
João Sayad
Aluizio Alves

DECRETO-LEI N.º 2.301 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1986

Institui caderneta de poupança do tipo pecúlio.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica instituída a caderneta de poupança do tipo pecúlio — Caderneta-Pecúlio, junto às instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro da Habitação, destinada à formação voluntária de poupança para desfrute durante a aposentadoria do poupador.

Parágrafo único — As condições operacionais de retorno e de movimentação das cadernetas serão regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 2.º — Para efeito de determinar a renda líquida anual da pessoa física titular da Caderneta-Pecúlio, serão observadas as seguintes normas:

I — as importâncias depositadas durante o ano-base poderão ser abatidas da renda bruta, desde que seu total não exceda Cz\$ 100.000,00 (cem mil cruzados), nem 30% (trinta por cento) do rendimento bruto do trabalho, e observado o limite previsto no artigo 9.º da Lei n. 4.506, de 30 de novembro de 1964;

II — os rendimentos produzidos pela caderneta ficarão isentos do Imposto sobre a Renda;

III — os valores resgatados, depois de expurgados, de acordo com critérios fixados pelo Conselho Monetário Nacional, do valor acumulado dos rendimentos, constituirão rendimento da cédula "H" da declaração de rendimentos do depositante ou, quando for o caso, do beneficiário da meação, herança ou legado.

Art. 3.º — Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República
Dilson Domingos Funaro

DECRETO-LEI N.º 2.302 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1986

Dispõe sobre escala móvel de salário, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, itens I e II, da Constituição,

Considerando que a escala móvel de salários instituída pelo Decreto-Lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986, é uma defesa dos assalariados contra os efeitos da inflação que se refletem sobre o seu poder aquisitivo;

Considerando que a manutenção do referido sistema de reajuste dos salários é medida de justiça social que se mostra aconselhável nesta oportunidade;

Considerando a conveniência de explicitar o mecanismo de compensação das antecipações salariais concedidas pelos empregadores aos trabalhadores, previstos na Instrução Normativa n.º I, do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, decreta:

Art. 1.º — Os salários, vencimentos, soldos, pensões, proventos de aposentadoria e remunerações serão reajustados, automaticamente, pela variação acumu-

lada do IPC, toda vez que tal acumulação atingir 20% (vinte por cento), no curso do período de 12 (doze) meses, contados a partir da última data-base ocorrida após 28 de fevereiro de 1986.

Parágrafo único — O reajuste, de que trata este artigo, não excederá a 20% (vinte por cento), ainda que a variação acumulada do IPC, no período fixado, supere esse percentual, hipótese em que o excedente será computado nos cálculos subseqüentes.

Art. 2.º — Completado o período a que se refere o artigo 1.º e não atingida a acumulação de 20% (vinte por cento), far-se-á, na data-base, a revisão dos salários de acordo com os índices atingidos até essa ocasião, observado o disposto pelo artigo 20, parágrafo único, do Decreto-Lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986.

Art. 3.º — A partir de cada data-base será iniciada a contagem progressiva visando à escala móvel dos salários.

Art. 4.º — O reajuste automático será considerado como antecipação na subseqüente revisão salarial.

Art. 5.º — Nos reajustes salariais procedidos na data-base e nos reajustes automáticos previstos no artigo 1.º, serão compensados, salvo acordo expresse em contrário, os aumentos salariais, espontâneos ou compulsórios, verificados no curso do período de 12 (doze) meses precedentes, exceto os resultantes de:

- a) término de aprendizagem;
- b) implemento de idade;
- c) promoção por antigüidade ou merecimento;
- d) transferência de cargo, função, estabelecimento ou localidade;
- e) equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

Art. 6.º — Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República
Dilson Domingos Funaro
João Sayad
Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO-LEI N.º 2.303 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1986

Altera a legislação tributária federal, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

Modificações na Legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados

Art. 1.º — Ficam elevadas aos percentuais constantes do Anexo deste Decreto-Lei as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, relativas aos produtos ali indicados, de acordo com os códigos de classificação da

Tabela de Incidência aprovada pelo Decreto n.º 89.241, de 23 de dezembro de 1983, com as modificações na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, ora incorporadas àquela Tabela, efetuadas pelas Resoluções n.ºs 69 e 70, de 26 de dezembro de 1984, e 72, de 30 de dezembro de 1985, do Comitê Brasileiro de Nomenclatura.

Art. 2.º — A Nota Complementar NC (87-6) ao Capítulo 87 da Tabela referida no artigo 1.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"NC (87-6) — Fica acrescida de 20 (vinte) pontos percentuais a alíquota do IPI incidente sobre os veículos movidos a óleo diesel, classificados no Código 87.02.03.03, exceto aqueles com tração nas 4 (quatro) rodas".

CAPÍTULO II

Modificações na Legislação do Imposto sobre a Renda

Art. 3.º — Ficam isentos do Imposto sobre a Renda os juros e dividendos de cadernetas de poupança de instituições financeiras autorizadas a receber tais depósitos pagos ou creditados a pessoas físicas até 31 de dezembro de 1988.

Art. 4.º — Fica sujeito à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte, à alíquota de 40% (quarenta por cento), o rendimento real produzido por títulos, obrigações ou aplicações financeiras.

§ 1.º — Considera-se rendimento real o rendimento que exceder à taxa referencial para tal finalidade definida pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2.º — Considera-se rendimento toda remuneração do capital alheio, sob qualquer denominação, tal como juros, ágios, deságios, prêmios, comissões ou atualização monetária por qualquer índice.

§ 3.º — O imposto será retido pela pessoa jurídica que pagar ou creditar o rendimento, no ato do pagamento ou crédito.

§ 4.º — O Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministério da Fazenda, poderá:

a) elevar em até 20 (vinte) pontos percentuais ou reduzir a alíquota do imposto de que trata este artigo;

b) excluir da base de cálculo do imposto de que trata este artigo o deságio concedido na primeira colocação de títulos ou obrigações.

§ 5.º — Quando o beneficiário do rendimento for pessoa jurídica sujeita à tributação com base no lucro real, o imposto retido constituirá antecipação do devido na declaração. Nos demais casos, o imposto será devido exclusivamente na fonte.

§ 6.º — O imposto retido na fonte, incidente sobre os títulos ou aplicações que lastrearem operações consideradas de curto prazo, não será compensado na declaração de rendimentos.

Art. 5.º — O disposto no artigo anterior aplicar-se-á aos rendimentos produzidos por títulos emitidos e aplicações efetuadas a partir de 1.º de dezembro de 1986.

Art. 6.º — A partir de 1.º de janeiro de 1987, os limites colegial e individual a que se refere o artigo 16 do Decreto-Lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968, com a alteração promovida pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 1.089, de 2 de março de 1970, passam a ser de Cz\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzados) e Cz\$ 20.000,00 (vinte mil cruzados), respectivamente.

Art. 7.º — Equiparam-se a pessoas jurídicas, para os efeitos da legislação do Imposto sobre a Renda, as sociedades em conta de participação.

Parágrafo único — Na apuração dos resultados dessas sociedades, assim como na tributação dos lucros apurados e dos distribuídos, serão observadas as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

Art. 8.º — O item I, do artigo 19, do Decreto-Lei n.º 1.598, de 23 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I — a diferença positiva entre a soma das receitas financeiras (artigo 17) com as variações monetárias ativas (artigo 18) e soma das despesas financeiras (artigo 17, parágrafo único) com as variações monetárias passivas (artigo 18, parágrafo único)."

Art. 9.º — As entidades, pessoas e empresas mencionadas no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1.718, de 27 de novembro de 1979, que deixarem de fornecer, nos prazos marcados, as informações ou esclarecimentos solicitados pelas repartições da Secretaria da Receita Federal será aplicada multa de Cz\$ 10.000,00 (dez mil cruzados) a Cz\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzados), sem prejuízo de outras sanções legais que couberem.

Art. 10 — As pessoas jurídicas poderão deduzir do Imposto sobre a Renda devido, apurado na declaração de rendimentos, as quantias efetivamente pagas a título e contribuição para o Programa de Integração Social — PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP incidente sobre o faturamento decorrente da exportação de produtos manufaturados nacionais, de acordo com os critérios que forem fixados pelo Ministro da Fazenda.

Art. 11 — Para efeito do disposto no artigo 1.º, letra "c", do Decreto-Lei n.º 815, de 4 de setembro de 1969, com a redação dada pelo artigo 87 da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, os bancos autorizados a operar em câmbio poderão comprovar a aplicação dos créditos obtidos no exterior no financiamento de exportações brasileiras, mediante o confronto dos pertinentes saldos contábeis globais diários, na forma que vier a ser determinada pelo Banco Central do Brasil.

Art. 12 — Feito o confronto de que trata o artigo anterior, o imposto incidente sobre os valores não efetivamente vinculados a exportações será recolhido no prazo que for estabelecido pelo Ministro da Fazenda.

Parágrafo único — O Imposto sobre a Renda devido será calculado tomando-se como base a taxa de juros mais elevada dentre aquelas previstas no conjunto de obrigações por linhas de crédito em moedas estrangeiras, no dia em que ocorrer a existência de recursos não aplicados no financiamento de exportações brasileiras.

Art. 13 — O Ministério da Fazenda poderá autorizar que o montante a ser excluído do lucro líquido da pessoa jurídica, correspondente ao lucro na exportação de produtos manufaturados nacionais, na forma do Decreto-Lei n.º 1.158, de 16 de maio de 1971, e alterações posteriores, seja ajustado para levar em conta o diferencial de lucratividade entre os mercados interno e externo.

Art. 14 — Até o exercício financeiro de 1988, será concedida redução do adicional do Imposto sobre a Renda de que trata o Decreto-Lei n.º 1.704, de 23 de outubro de 1979, e alterações posteriores, aos exportadores de produtos

manufaturados nacionais relacionados mediante ato do Ministro da Fazenda de acordo com a seguinte Tabela:

Percentagem da receita de exportação incentivada sobre a receita total	Alíquota do adicional %
Até 25%	7
De 25% até 50%	4
Mais de 50%	0

Art. 15 — A partir do exercício financeiro de 1987, não se aplicará o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1.503, de 23 de dezembro de 1976.

Art. 16 — O artigo 10 da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, alterado pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 2.287, de 23 de julho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 — O saldo do imposto a pagar poderá ser recolhido em até 6 (seis) quotas iguais, mensais e sucessivas, observado o seguinte:

I —

II — a primeira quota ou quota única será paga no mês de março do exercício financeiro;

III —”

CAPÍTULO III

Modificações na Legislação do Imposto sobre Operações Financeiras

Art. 17 — O item IV, do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 1.783, de 18 de abril de 1980, alterado pelo Decreto-Lei n.º 1.844, de 30 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“IV — operações de câmbio: 130% (cento e trinta por cento) sobre o valor da operação.”

Parágrafo único — A alteração de que trata este artigo somente produzirá efeitos a partir de 1.º de janeiro de 1987.

CAPÍTULO IV

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 18 — Não ensejará instauração de processo fiscal, com base em acréscimo patrimonial a descoberto, a inclusão, na declaração relativa ao exercício financeiro de 1987, de bens ou valores não incluídos em declarações já apresentadas pelo contribuinte, pessoa física, observado o disposto neste Decreto-Lei.

Art. 19 — O valor do acréscimo patrimonial a que se refere o artigo anterior ficará sujeito à incidência do Imposto sobre a Renda a uma alíquota especial de 3% (três por cento).

Art. 20 — Os bens e valores de que trata o artigo 18 serão, para todos os efeitos fiscais, considerados como incorporados ao patrimônio do contribuinte, pessoa física, em 31 de dezembro de 1986, desde que:

- I — os bens tenham a respectiva compra devidamente comprovada; e
- II — os valores, em dinheiro ou títulos, sejam depositados ou custodiados em estabelecimento bancário até aquela data.

Parágrafo único — O Ministro da Fazenda poderá estabelecer outras formas de comprovação ou de custódia.

Art. 21 — Com fundamento na declaração de bens regularizada, na forma do artigo 18, que servirá de base, apenas, para incidência do imposto de que trata o artigo 19, não será permitido:

- I — instaurar processo de lançamento de ofício por inexactidão ou falta de declaração de rendimentos;
- II — exigir comprovação de origem daqueles valores, bens ou depósitos; ou
- III — aplicar sanções, de qualquer natureza, administrativa ou penal.

Art. 22 — O contribuinte, pessoa física, que não apresentou declaração no exercício financeiro de 1986, poderá fazê-lo incluindo os valores e bens omitidos, com os benefícios dos artigos 18 e 21, observado o disposto no artigo 19.

Art. 23 — O tratamento fiscal instituído nos artigos anteriores não se aplica aos fatos geradores que já tenham sido objeto de processo fiscal administrativo ou judicial instaurado até a data de publicação deste Decreto-Lei.

Art. 24 — Os débitos de natureza tributária, para com a Fazenda Nacional, vencidos até 28 de fevereiro de 1986 inscritos ou não como Dívida Ativa da União, ajuizados ou não, poderão ser pagos, de uma só vez, com:

- I — dispensa da multa e dos juros de mora, até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação deste Decreto-Lei;
- II — redução à metade do valor da multa e dos juros de mora, até 90 (noventa) dias após o término do prazo mencionado no item anterior; e
- III — redução em 25% (vinte e cinco por cento) do valor da multa e dos juros de mora, até 60 (sessenta) dias após o término do prazo referido no item precedente.

§ 1.º — Os débitos decorrentes tão-somente do valor das multas ou penalidades, de qualquer origem ou natureza, poderão ser pagos, nos prazos previstos neste artigo, com o valor reduzido, respectivamente, em 75% (setenta e cinco por cento), 50% (cinquenta por cento) e 25% (vinte e cinco por cento).

§ 2.º — Se o débito tiver sido parcialmente solvido aplicar-se-ão os benefícios previstos neste artigo somente sobre o valor remanescente.

§ 3.º — O pagamento, nos prazos estabelecidos neste artigo, de débitos relativos ao Imposto sobre Produtos Industrializados ou Imposto sobre a Renda implicará a extinção dos correspondentes ilícitos penais.

§ 4.º — O disposto neste artigo aplica-se aos débitos espontaneamente declarados pelo sujeito passivo da obrigação tributária.

§ 5.º — O disposto neste artigo aplica-se ao encargo de que tratam o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 1.025, de 21 de outubro de 1969, o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 1.569, de 8 de agosto de 1977, e o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 1.645, de 11 de dezembro de 1978.

Art. 25 — Os débitos de natureza não tributária para com a Fazenda Nacional, inscritos como Dívida Ativa da União, bem assim os relativos ao Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL, à Taxa de Melhoramentos dos Portos — TMP, ao Programa de Integração Social — PIS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP, poderão ser pagos, de uma só vez, nos prazos e com os benefícios previstos no artigo anterior.

Art. 26 — Os contribuintes com débitos em regime de parcelamento poderão usufruir dos benefícios previstos no *caput* do artigo 24 em relação ao saldo remanescente, desde que paguem, nos prazos ali estabelecidos e de uma só vez, o restante da dívida.

Art. 27 — O disposto nos artigos 24 a 26 e 29 a 30 não implicará restituição de quantias pagas, nem compensação de dívidas.

Art. 28 — As execuções judiciais para cobrança dos créditos referidos nos artigos 24 a 26 não se suspendem, nem se interrompem, em virtude do disposto neste Decreto-Lei.

Art. 29 — Ficam cancelados, arquivando-se, conforme o caso, os respectivos processos administrativos, os débitos de valor originário igual ou inferior a Cz\$ 500,00 (quinhentos cruzados) ou consolidado igual ou inferior a Cz\$ 10.000,00 (dez mil cruzados):

I — de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, inscritos como Dívida Ativa da União até 28 de fevereiro de 1986;

II — concernentes ao Imposto sobre a Renda, ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto sobre a Importação, ao Imposto sobre Operações Relativas a Combustíveis, Energia Elétrica e Minerais do País, ao Imposto sobre Transportes, às contribuições para o Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL e à Taxa de Melhoramentos dos Portos — TMP, bem como a multas de qualquer natureza previstas na legislação em vigor, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 28 de fevereiro de 1986;

III — decorrentes de pagamentos feitos pela União a maior, de 28 de fevereiro de 1986, a servidores públicos civis ou militares, ativos ou inativos, bem como a pensionistas do Tesouro Nacional; e

IV — relativos a foros e taxas de ocupação anuais de terrenos da União, correspondentes a exercícios anteriores ao de 1986.

§ 1.º — Valor originário do débito para efeito deste artigo é o definido no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 1.736, de 20 de dezembro de 1979.

§ 2.º — Por valor consolidado, para efeito deste Decreto-Lei, entende-se o débito, devidamente atualizado e convertido em cruzados, em 28 de fevereiro de 1986, de acordo com a legislação de regência, com:

I — a multa de mora, a multa proporcional ao valor do tributo, dívida ou contribuição e os juros de mora na forma da legislação aplicável; e

II — o encargo a que se referem o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 1.025, de 21 de outubro de 1969, o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 1.569, de 8 de agosto de 1977, e modificações posteriores.

§ 3.º — Os autos das execuções fiscais relativos aos débitos de que trata este artigo serão arquivados mediante despacho do Juiz, ciente o representante da União.

Art. 30 — A partir do exercício de 1987, não será exigido o pagamento de foro de valor igual ou inferior a Cz\$ 50,00 (cinquenta cruzados), extintos os

débitos relativos a foro e taxas de ocupação anuais anteriores ao exercício de 1980.

Art. 31 — O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 2.052, de 3 de agosto de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5.º — A omissão do nome do empregado ou a declaração inexata ou falsa sobre o salário e o seu tempo de serviço, bem assim sobre outros dados cadastrais, sujeitará o empregador ou aquele legalmente responsável pela prestação dessas informações, aos seguintes encargos:

I — ressarcimento dos prejuízos causados aos participantes, por não terem sido creditadas, nas respectivas contas individuais, as importâncias de que tratam o artigo 7.º da Lei Complementar n.º 7, de 7 de setembro de 1970, e o artigo 4.º da Lei Complementar n.º 8, de 3 de dezembro de 1970, bem como as parcelas referidas no artigo 3.º da Lei Complementar n.º 26, de 11 de setembro de 1975; e

II — multa de 15% (quinze por cento) em favor do Fundo de Participação PIS-PASEP, calculada sobre o valor apurado na forma do inciso anterior.

Parágrafo único — O depósito do ressarcimento de que trata o inciso I deste artigo será efetuado na conta individual do participante prejudicado a partir do efetivo recolhimento da receita correspondente.”

Art. 32 — Aos depósitos apurados na forma do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 2.052, de 3 de agosto de 1983, com a redação que lhe deu o artigo anterior, aplica-se o disposto no artigo 74 da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985.

Art. 33 — As entidades de fins não lucrativos, que tenham empregados assim definidos pela legislação trabalhista, continuarão a contribuir para o Programa de Integração Social — PIS à alíquota de 1% (um por cento) incidente sobre a folha de pagamento.

Art. 34 — Ficam isentos do Imposto sobre a Renda os rendimentos e ganhos de capital decorrentes de operações realizadas em nome e com recursos do Fundo de Participação PIS—PASEP, observadas as instruções expedidas pelo Ministro da Fazenda.

Art. 35 — O Fundo de Participação PIS—PASEP, representado ativa e passivamente em juízo nos termos do artigo 74 da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, terá os privilégios processuais da Fazenda Nacional.

Art. 36 — Ficam revogados o artigo 47 da Lei n.º 6.251, de 8 de outubro de 1975, a Nota Complementar NC (87-7) da Tabela de Incidência aprovada pelo Decreto n.º 89.241, de 23 de dezembro de 1983; o artigo 13 do Decreto-Lei n.º 1.338, de 18 de julho de 1974; o parágrafo único, do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 2.052, de 3 de agosto de 1983; o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1.979, de 22 de dezembro de 1982; o inciso IV acrescentado ao artigo 19 do Decreto-Lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977, pelo artigo 20 do Decreto-Lei n.º 2.065, de 26 de outubro de 1983; os artigos 148 e 150 do Decreto-Lei n.º 5.844, de 23 de setembro de 1943; o artigo 30 da Lei n.º 3.470, de 28 de novembro de 1958, as alíneas “a”, “b”, “d” e “e” acrescentadas ao artigo 149 do Decreto n.º 40.702, de 31 de dezembro de 1956, pelo artigo 32 da Lei n.º 3.470, de 28 de novembro de 1958; o § 3.º acrescentado pelo artigo 71 da Lei n.º 3.470, de 28 de novembro de 1958, ao artigo 38 do Decreto n.º 40.702, de 31 de dezembro de 1956; o parágrafo único, do artigo 7.º, da Lei n.º 4.154, de 28 de novembro de 1962;

os §§ 1.º e 2.º, do artigo 24, da Lei n.º 4.357, de 16 de julho de 1964; o § 2.º, do artigo 30, da Lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964, no que se refere às multas nele previstas; o artigo 4.º e a alínea "a", do artigo 21, do Decreto-Lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968.

Art. 37 — Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação, ressaltado o disposto nos artigos 1.º e 2.º, cuja eficácia operar-se-á a partir do dia seguinte ao de sua vigência.

José Sarney — Presidente da República
Dilson Domingos Funaro

DECRETO-LEI N.º 2.313 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1986

Altera a redação do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2.303, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2.303, de 21 de novembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º — Ficam isentos do Imposto sobre a Renda os juros, dividendos e rendimentos de cadernetas de poupança e de letras hipotecárias, pagos ou creditados à pessoa física, até 31 de dezembro de 1988, por instituições financeiras autorizadas a receber depósitos em poupança ou a emitir letra hipotecária.

Parágrafo único — O Conselho Monetário Nacional fixará as condições de emissão e circulação de letras hipotecárias para os efeitos da isenção de que trata este artigo."

Art. 2.º — Permanece sujeito ao Imposto sobre a Renda na fonte, à alíquota de 50% (cinquenta por cento), o rendimento auferido em operações financeiras de aquisição e subsequente transferência ou resgate a curto prazo, de títulos ou valores mobiliários.

§ 1.º — Compete ao Conselho Monetário Nacional:

a) definir o conceito de curto prazo e os tipos de operações financeiras compreendidas nas disposições deste artigo;

b) aumentar de até 50% (cinquenta por cento) ou reduzir a alíquota prevista neste artigo;

c) estabelecer a forma de apuração do rendimento.

§ 2.º — O imposto de que trata este artigo é devido exclusivamente na fonte, sobre os rendimentos auferidos por quaisquer beneficiários.

§ 3.º — Quando o beneficiário for pessoa jurídica tributada com base no lucro real, o Imposto sobre a Renda não será dedutível e o rendimento real da aplicação poderá ser excluído do lucro líquido.

Art. 3.º — Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário, em especial o § 1.º, do artigo 8.º, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965.

José Sarney — Presidente da República
Dilson Domingos Funaro

DECRETO-LEI N.º 2.314 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1986

Altera a legislação do Imposto sobre a Renda.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 2.286, de 23 de julho de 1986, somente será aplicável em relação aos contratos celebrados a partir de 1.º de janeiro de 1988. Em relação aos contratos celebrados anteriormente a essa data, os ganhos auferidos por pessoas físicas ficam isentos do Imposto sobre a Renda.

Art. 2.º — Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República
Dilson Domingos Funaro

DECRETO N.º 93.200 — DE 1.º DE SETEMBRO DE 1986

Dá nova redação ao § 8.º, do artigo 9.º, do Decreto n.º 78.276, de 17 de agosto de 1976.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 6.º da Lei Complementar n.º 26, de 11 de setembro de 1975, decreta:

Art. 1.º — O § 8.º, do artigo 9.º, do Decreto n.º 78.276, de 17 de agosto de 1976, alterado pelo Decreto n.º 84.129, de 29 de outubro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9.º —

§ 8.º — O Conselho-Diretor fica investido da representação ativa e passiva do Fundo de Participação PIS-PASEP, que será representado e defendido, em Juízo, por Procurador da Fazenda Nacional.”

Art. 2.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República
Dilson Domingos Funaro

DECRETO N.º 93.217 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1986

Dispõe sobre a competência para autorização de viagens de servidores ao exterior e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens I e III, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 37 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 e no artigo 12 do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, decreta:

Art. 1.º — Os artigos 3.º e 4.º do Decreto n.º 91.800, de 18 de outubro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º — É delegada competência ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República para autorizar as viagens ao exterior de que trata este Decreto.

Art. 4.º — O pedido de autorização para afastamento do País, na conformidade com o disposto neste Decreto, deverá ser encaminhado ao Gabinete Civil da Presidência da República e conterá:

- I — o nome, cargo, função ou emprego do servidor;
- II — o tipo de enquadramento da viagem, como previsto no artigo 1.º;
- III — a finalidade devidamente justificada da viagem, indicando o local onde será prestado o serviço ou desenvolvido o aperfeiçoamento;
- IV — as datas do início e do término da viagem, o montante de seu custo já incluída a despesa de permanência no exterior, e a especificação do valor e categoria da passagem e das diárias a serem concedidas.

Parágrafo único — A autorização de que trata este artigo, se concedida, deverá ser publicada no “Diário Oficial” da União, até a data marcada para início da viagem ou da prorrogação dessa. Em casos excepcionais, de comprovada urgência, a critério do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, o servidor a quem foi concedida a autorização para a viagem poderá afastar-se do País antes da publicação do ato.”

Art. 2.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República
Marco Maciel

DECRETO N.º 93.237 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1986

Regula as atividades de Advocacia Consultiva da União, no Poder Executivo.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e

Considerando o propósito do Governo de aperfeiçoar os mecanismos de controle interno da legalidade da ação do Estado;

Considerando a necessidade de, para tal, serem reguladas e dotadas de coerência e unidade doutrinárias as atividades dos órgãos de consultoria e assessoramento jurídicos da União e das entidades a esta vinculadas;

Considerando a Reforma da Administração Pública Federal, em implantação;

Considerando o disposto no Decreto n.º 92.889, de 7 de julho de 1986, decreta:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1.º — A Advocacia Consultiva da União, no Poder Executivo, destina-se a:

I — zelar pela observância da Constituição, das leis e dos tratados, bem assim dos atos emanados na Administração Federal;

II — desempenhar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da Administração Federal.

Art. 2.º — Para os fins deste Decreto, consideram-se integrantes da Administração Federal, além dos órgãos públicos, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, as fundações sob supervisão ministerial e as demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União.

CAPÍTULO II

Da Composição

Art. 3.º — A Advocacia Consultiva da União compreende:

I — a Consultoria-Geral da República;

II — a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no Ministério da Fazenda;

III — as Consultorias Jurídicas dos demais Ministérios, do Estado-Maior das Forças Armadas, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República;

IV — as Procuradorias-Gerais ou os Departamentos Jurídicos das autarquias;

V — os órgãos jurídicos das empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações sob supervisão ministerial e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União.

§ 1.º — Integram, ainda, a Advocacia Consultiva da União, no Poder Executivo, os órgãos jurídicos dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e do Serviço Nacional de Informações, que continuam sujeitos à disciplina normativa própria.

§ 2.º — A Consultoria-Geral da República é a instância máxima das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da Administração Federal.

§ 3.º — A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e as Consultorias Jurídicas são as instâncias superiores das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, no contexto dos respectivos Ministérios, ou órgãos integrantes da Presidência da República, e das entidades vinculadas a uns e outros.

CAPÍTULO III

Das Competências

Art. 4.º — A Consultoria-Geral da República compete:

I — fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Federal;

II — assistir o Presidente da República no controle interno da legalidade dos atos da Administração, mediante:

- a) o exame de antepropostas, anteprojetos e projetos a ela submetidos;
- b) a proposta de declaração de nulidade de ato administrativo praticado na Administração Direta.

III — uniformizar a jurisprudência administrativa federal, garantir a correta aplicação das leis e prevenir controvérsias entre os órgãos e entidades da Administração Federal;

IV — solucionar as divergências entre órgãos jurídicos componentes da Advocacia Consultiva da União;

V — coordenar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos dos órgãos integrantes da Advocacia Consultiva da União.

Art. 5.º — A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e às Consultorias Jurídicas compete, referentemente à estrutura administrativa que integram e às concernentes entidades vinculadas:

I — cumprir e velar pelo cumprimento da orientação normativa emanada da Consultoria-Geral da República;

II — fixar, nos casos não resolvidos pela Consultoria-Geral da República, a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e demais atos normativos, a ser uniformemente seguida;

III — assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos da administração, mediante:

a) o exame de antepropostas, anteprojetos e projetos, bem como de minutas de atos normativos outros, de iniciativa do Ministério, ou órgão integrante da Presidência da República;

b) a elaboração de atos, quando isso lhes solicite o Ministro de Estado;

c) a proposta de declaração de nulidade de ato administrativo praticado no âmbito do Ministério ou órgão integrante da Presidência da República.

IV — examinar as minutas de edital de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes que devam ser assinados pelas autoridades do Ministério ou órgão integrante da Presidência da República;

V — elaborar estudos e preparar informações, em virtude de solicitação dos Poderes Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público.

CAPÍTULO IV

Das Controvérsias Interadministrativas

Art. 6.º — As controvérsias entre a União e suas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, ou entre umas e outras, serão solucionadas pela autoridade administrativa, na forma deste Decreto, sem prejuízo do acesso ao Poder Judiciário e ressalvado o que vier a dispor a lei prevista no artigo 205 da Constituição.

Art. 7.º — A solução das controvérsias tratadas neste Capítulo ocorrerá mediante decisão fundamentada:

I — de Ministro de Estado, quando divergirem órgãos ou entidades que lhe sejam subordinados ou vinculadas;

II — dos Ministros de Estado envolvidos, contida em ato conjunto, nos casos em que estejam a divergir órgãos ou entidades subordinados ou vinculadas a diferentes Ministérios;

III — do Presidente da República, caso:

- a) dissintam órgãos da Presidência da República, ou entes a eles vinculados;
- b) exista, na hipótese do item II, divergência entre Ministros de Estado.

§ 1.º — O Presidente da República poderá avocar e decidir qualquer controvérsia, em todas as fases do processo, inclusive para rever decisão de Ministro de Estado.

§ 2.º — Aos Ministros de Estado, nas respectivas áreas de competência, será possível avocar e decidir qualquer controvérsia, em todas as fases do processo.

§ 3.º — As decisões referidas neste artigo poderão, a juízo de seus prolatoros, ser publicadas no "Diário Oficial", acompanhadas, ou não, dos pareceres jurídicos nos quais se lastrearem.

§ 4.º — Nos casos sujeitos a processo administrativo regulado em legislação específica, somente após findo este a controvérsia poderá ser levada ao Ministro de Estado.

Art. 8.º — Os processos administrativos referentes às controvérsias tratadas no artigo 6.º serão, obrigatoriamente, instruídos com o parecer:

I — da Consultoria-Geral da República, quando a decisão couber ao Presidente da República;

II — da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quando a decisão couber ao Ministro da Fazenda; e

III — das respectivas Consultorias Jurídicas, quando a decisão couber aos outros Ministros de Estado.

§ 1.º — Nos casos do item I, os processos administrativos submetidos à Consultoria-Geral da República deverão conter o pronunciamento dos Ministros de Estado interessados e os pareceres dos respectivos órgãos jurídicos.

§ 2.º — Se a questão versar matéria fiscal, o processo administrativo, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, será instruído com parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 9.º — Não serão delegadas as competências estabelecidas neste Capítulo.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais

Art. 10 — Os pareceres emitidos pelos órgãos componentes da Advocacia Consultiva da União serão passíveis de certificação apenas quando fundamentarem decisões administrativas ou por estas forem referidos.

Art. 11 — Submetem-se à disciplina deste Decreto os servidores que prestarem assessoramento jurídico aos Ministros Extraordinários.

Art. 12 — A Consultoria-Geral da República e os demais servidores (artigo 11) e órgãos mencionados neste Decreto ressalvados os referidos no § 1.º do artigo 3.º, desenvolverão as atividades que lhes prevê este ato ademais das atribuições a eles conferidas pela legislação atinente.

Parágrafo único — Os órgãos e servidores a que se refere este artigo sujeitar-se-ão à orientação da Consultoria-Geral da República, sem prejuízo da subordinação que lhes assinala lei ou regulamento.

Art. 13 — Este Decreto vigorará a partir de sua publicação.

Art. 14 — Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República

Paulo Brossard

Aluizio Alves

DECRETO N.º 93.240 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1986

Regulamenta a Lei n.º 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Para a lavratura de atos notariais, relativos a imóveis, serão apresentados os seguintes documentos e certidões:

I — os documentos de identificação das partes e das demais pessoas que comparecerem na escritura pública, quando julgados necessários pelo Tabelião;

II — o comprovante do pagamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos, quando incidente sobre o ato, ressalvadas as hipóteses em que a lei autorize a efetivação do pagamento após a sua lavratura;

III — as certidões fiscais, assim entendidas:

a) em relação aos imóveis urbanos, as certidões referentes aos tributos que incidam sobre o imóvel, observado o disposto no § 2.º, deste artigo;

b) em relação aos imóveis rurais, o Certificado de Cadastro emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, com a prova de quitação do último Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural lançado ou quando o prazo para o seu pagamento ainda não tenha vencido, do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural correspondente ao exercício imediatamente anterior.

IV — a certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias, relativas ao imóvel, e a de ônus reais, expedidas pelo Registro de Imóveis competente, cujo prazo de validade, para este fim, será de 30 (trinta) dias;

V — os demais documentos e certidões, cuja apresentação seja exigida por lei.

§ 1.º — O Tabelião consignará na escritura pública a apresentação dos documentos e das certidões mencionadas nos incisos II, III, IV e V, deste artigo.

§ 2.º — As certidões referidas na letra "a", do inciso III, deste artigo, somente serão exigidas para a lavratura das escrituras públicas que impliquem a transferência de domínio e a sua apresentação poderá ser dispensada pelo adquirente que, neste caso, responderá, nos termos da lei, pelo pagamento dos débitos fiscais existentes.

§ 3.º — A apresentação das certidões previstas no inciso IV, deste artigo, não eximirá o outorgante da obrigação de declarar na escritura pública, sob pena de responsabilidade civil e penal, a existência de outras ações reais e pessoais reipersecutórias, relativas ao imóvel, e de outros ônus reais incidentes sobre o mesmo.

Art. 2.º — O Tabelião fica desobrigado de manter, em cartório, o original ou cópias autenticadas das certidões mencionadas nos incisos III e IV, do artigo 1.º, desde que transcreva na escritura pública os elementos necessários à sua identificação, devendo, neste caso, as certidões acompanhar o traslado da escritura.

Art. 3.º — Na escritura pública relativa a imóvel urbano cuja descrição e caracterização conste da certidão do Registro de Imóveis, o instrumento poderá consignar, a critério do Tabelião, exclusivamente o número do registro ou matrícula no Registro de Imóveis, sua completa localização, logradouro, número, bairro, cidade, Estado e os documentos e certidões mencionados nos incisos II, III, IV e V, do artigo 1.º.

Art. 4.º — As disposições deste Decreto aplicam-se, no que couberem, ao instrumento particular previsto no artigo 61, da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, modificada pela Lei n.º 5.049, de 29 de junho de 1966, ao qual se anexam os documentos e as certidões apresentadas.

Art. 5.º — Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República
Paulo Brossard

DECRETO N.º 93.253 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1986

Regulamenta o artigo 7.º da Lei n.º 7.508, de 4 de julho de 1986, que institui normas para a propaganda eleitoral.

O Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 7.508, de 4 de julho de 1986, decreta:

Art. 1.º — As emissoras de rádio e televisão, obrigadas à divulgação gratuita de propaganda eleitoral nos termos do disposto na Lei n.º 7.508, de 4 de julho de 1986, poderão excluir do lucro líquido do exercício, para efeitos de apuração do lucro real, valor correspondente a 0,8 (oito décimos) do resultado da multiplicação do preço do espaço comercializável pelo tempo que seria efetivamente utilizado pela emissora em programação destinada à publicidade comercial.

§ 1.º — O preço do espaço comercializável é o preço de propaganda da emissora, comprovadamente vigente no dia 28 de fevereiro de 1986.

§ 2.º — O tempo que seria efetivamente utilizado em publicidade pela emissora não poderá ser superior a 33 (trinta e três) minutos e 45 (quarenta e cinco) segundos diários.

Art. 2.º — Fica o Ministro da Fazenda autorizado a expedir atos normativos que se fizerem necessários à execução deste Decreto.

Art. 3.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

José Fragelli — Presidente da República em exercício
Paulo Brossard
João Manuel Cardoso de Mello

DECRETO N.º 93.630 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1986

Altera dispositivos do Decreto n.º 88.351, de 1.º de junho de 1983, modificado pelo Decreto n.º 91.305, de 3 de junho de 1985, que regulamentou as leis que dispõem sobre a Política Nacional do Meio-Ambiente e a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição e, tendo em vista o disposto na Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, decreta:

Art. 1.º — Os artigos 5.º, 6.º e 9.º, do Decreto n.º 88.351, de 1.º de junho de 1983, alterado pelo Decreto n.º 91.305, de 3 de junho de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5.º — O Conselho Nacional do Meio-Ambiente constitui-se de:

- I — Plenário;
- II — Câmaras Técnicas;
- III — Secretaria Executiva.

“Art. 6.º — O Conselho Nacional do Meio-Ambiente constitui-se de:

.....

II — Conselheiros, representantes:

- a) do Ministério da Justiça — o Presidente do Conselho Nacional de Trânsito;
- b) do Ministério da Marinha — o Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar;
- c) do Ministério das Relações Exteriores;
- d) do Ministério dos Transportes — o Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Transportes;
- e) do Ministério da Agricultura — o Secretário Nacional de Defesa Agropecuária, o Superintendente do Desenvolvimento da Pesca e o Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal;
- f) do Ministério da Educação — o Secretário Executivo do Conselho Federal de Educação;
- g) do Ministério do Trabalho — o Secretário de Segurança e Medicina do Trabalho;
- h) do Ministério de Saúde — o Diretor da Divisão Nacional de Ecologia Humana e Saúde Ambiental e o Presidente da Fundação Serviço de Saúde Pública;
- i) do Ministério da Indústria e do Comércio — o Secretário-Executivo do Conselho Nacional do Alcool, o Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Industrial e o Presidente da Empresa Brasileira de Turismo;
- j) do Ministério das Minas e Energia — o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, o Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, o Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S/A.;
- l) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República — o Presidente do Instituto de Planejamento Econômico e Social;

m) do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

n) do Ministério da Ciência e Tecnologia — o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos;

o) do Ministério da Cultura — o Secretário-Geral do Ministério da Cultura e o Secretário do Patrimônio Histórico Artístico Nacional;

p) do Ministério do Interior;

q) do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente — o Secretário-Executivo do Conselho Nacional do Desenvolvimento Urbano;

r) do Estado-Maior das Forças Armadas — EMFA;

s) do Ministério da Fazenda;

t) do Departamento Nacional de Obras de Saneamento — o Diretor-Geral;

u) da Comissão Nacional de Energia Nuclear — o Presidente.

VII — os Presidentes das Confederações Nacionais da Indústria, da Agricultura e do Comércio.

§ 1.º — Os representantes mencionados no inciso VIII serão nomeados pelo Presidente da República e os demais pelo Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, conforme o disposto no artigo 6.º deste Decreto.

§ 2.º — O mandato dos representantes a serem nomeados, mencionados nos incisos VIII e IX terá a duração de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 4.º — Nos seus impedimentos, o Ministro de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente será substituído na Presidência do CONAMA pelo Secretário-Executivo e na ausência deste por um membro indicado pelo Plenário.

Art. 9.º — O Plenário do CONAMA poderá instituir Câmaras Técnicas, constituídas por membros Conselheiros, sendo sua composição e competência previstas no seu Regimento Interno."

Art. 2.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República

Deni Lineu Schwartz

LEIS ESTADUAIS

LEI COMPLEMENTAR N.º 49 — DE 15 DE JULHO DE 1986

Acrescenta um parágrafo ao artigo 22 da Lei Complementar n.º 6, de 12 de maio de 1977.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O artigo 22 da Lei Complementar n.º 6, de 12 de maio de 1977, com a redação que lhe deram a Lei Complementar n.º 18, de 26 de junho de 1981, e a Lei Complementar n.º 41, de 24 de agosto de 1984, fica acrescido de um § 4.º, com a seguinte redação:

“Art. 22 —

§ 4.º — A Assistência Judiciária deverá manter Defensores Públicos nos estabelecimentos penais sob administração do Estado do Rio de Janeiro, para atendimento permanente aos presos e internados juridicamente necessitados. Competirá à Administração do estabelecimento penal divulgar amplamente os dias e horários de expediente, no local, dos Defensores Públicos, reservar-lhes instalações adequadas ao seu trabalho, fornecer-lhes apoio administrativo, prestar-lhes informações e assegurar-lhes o acesso à documentação sobre os presos e internados, aos quais não poderá, sob fundamento algum, negar o direito de entrevista com os Defensores Públicos.”

Art. 2.º — Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola

Governador do Estado

LEI COMPLEMENTAR N.º 50 — DE 17 DE JULHO DE 1986

Altera a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (Lei Complementar n.º 3, de 22 de setembro de 1976), dispondo sobre a concessão do direito real de uso de Bens Públicos Municipais.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O § 1.º, do artigo 82, da Lei Complementar n.º 3, de 22 de setembro de 1976 (com a redação dada pela Lei Complementar n.º 25, de 6 de dezembro de 1981) passa a ter a seguinte redação:

“Art. 82 —

§ 1.º — A utilização onerosa por terceiros far-se-á mediante as modalidades de permissão, cessão ou concessão de uso e será regulada em lei”.

Art. 2.º — Fica acrescido ao artigo 82 da Lei Complementar n.º 3, de 22 de setembro de 1976, o § 6.º do seguinte teor:

"Art. 82 —

§ 6.º — A concessão de uso, mediante remuneração ou imposição de encargos, terá por objeto, apenas, terrenos, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social, observados os demais requisitos estabelecidos na lei municipal e as disposições da legislação federal que disciplinam esse direito real resolúvel."

Art. 3.º — Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

LEI COMPLEMENTAR N.º 51 — DE 5 DE AGOSTO DE 1986

Regulamenta o artigo 227 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Os substitutos que preenchem os requisitos à efetivação no cargo de titular da serventia, quando da vacância, nos termos dos artigos 208 da Constituição Federal e 227 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, somente poderão ser dispensados de suas funções em caso de falta grave, apurada em regular procedimento administrativo.

Art. 2.º (Vetado).

Art. 3.º — Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

LEI N.º 1.010 — DE 2 DE JULHO DE 1986

Aprova o Regimento de Custas Judiciais.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1.º — As custas referentes aos feitos judiciais de qualquer natureza, processados pela Justiça do Estado do Rio de Janeiro, serão cobradas de acordo com as Tabelas anexas e com as normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 2.º — Anualmente, a 1.º de janeiro, os valores fixados no presente Regimento serão atualizados com base na variação do valor nominal das Obrigações do Tesouro Nacional nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

Parágrafo único — O Corregedor-Geral da Justiça divulgará, anualmente, os valores atualizados nos termos deste artigo, desprezadas as frações de 10 (dez) cruzados, salvo quanto ao valor previsto na Tabela XV, com relação ao qual serão desprezados os centavos.

Art. 3.º — As custas serão devidas pelo seu valor na data do respectivo pagamento, não se exigindo qualquer acréscimo por ulterior majoração legal.

Art. 4.º — Quando houver complementação de custas, em virtude de erro ou de alteração dos valores sobre os quais devam incidir, eventual atualização, com base no índice previsto no artigo 2.º, só incidirá sobre o valor acrescido.

Art. 5.º — Consideram-se custas:

- I — os valores e percentuais previstos nas Tabelas anexas;
- II — as despesas com remessa, comunicação, publicação e atos processuais de qualquer natureza, quando não incluídas nas Tabelas anexas e suportadas diretamente pelas partes;
- III — as despesas com a guarda e conservação dos bens apreendidos judicialmente;
- IV — as multas impostas às partes nos termos das leis processuais.

Parágrafo único — A taxa judiciária, cujo pagamento obedecerá às normas da legislação tributária, será computada como despesa judicial, para os efeitos processuais.

Art. 6.º — Ressalvadas as parcelas consideradas por esta Lei como indenização de despesas, constituem receita do Estado as custas devidas pelos atos das Secretarias dos Tribunais e dos serventuários da Justiça remunerados pelos cofres públicos.

CAPTÍTULO II

Das Isenções

Art. 7.º — São isentos do pagamento de custas:

- I — a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, os Territórios Federais e as respectivas autarquias, salvo as devidas a peritos, arbitadores e intérpretes;
- II — o réu pobre, nos feitos criminais;
- III — o beneficiário da assistência judiciária, observado o que dispuser a legislação federal específica;
- IV — o Ministério Público;
- V — as revisões criminais, os processos e recursos de *habeas-corpus* e os referentes a menores abandonados ou em situação irregular.

§ 1.º — A isenção prevista neste artigo não dispensa o vencido, salvo quando dela também for beneficiário, da condenação nas custas que seriam devidas.

§ 2.º — As pessoas de direito público interno deverão fornecer os meios para a realização das diligências que requererem, bem como, quando vencidas, reembolsar a parte vencedora das custas e demais despesas que efetivamente tiver suportado.

CAPTÍTULO III

Do Pagamento

Art. 8.º — As custas referentes aos feitos de competência originária dos Juízes de primeiro grau serão pagas, ressalvado o disposto no artigo 20, § 3.º:

I — antes da distribuição ou do registro juntamente com a taxa judiciária, as devidas por atos:

- a) do distribuidor e do escrivão, ressalvado o disposto em o n.º V;
- b) do Oficial de Justiça, pelas citações ou intimações requeridas na petição inicial;
- c) do contador, nas execuções por título executivo extrajudicial.

II — após a interposição do recurso e dentro do prazo previsto pelas leis processuais, as devidas por atos das Secretarias dos Tribunais;

III — quando houver determinação judicial, as devidas por atos dos inventariantes, leiloeiros, liquidantes, testamenteiros, tutores e depositários;

IV — antes da prática do ato, nos demais casos, tais como penhora, arresto, seqüestro, perícia, avaliação, busca e certidão;

V — após o cálculo, as custas devidas ao escrivão quando cobradas proporcionalmente.

Art. 9.º — As custas referentes às ações de competência originária dos Tribunais serão pagas:

I — antes da distribuição ou do registro, juntamente com a taxa judiciária, as devidas por atos:

- a) da Secretaria do Tribunal;
- b) do Oficial de Justiça, pelas citações ou intimações requeridas na petição inicial.

II — antes da prática do ato, nos demais casos.

Art. 10 — Os percentuais previstos no artigo 81 serão pagos sempre que houver recolhimento das custas devidas por atos dos serventuários da Justiça ou das Secretarias dos Tribunais.

Parágrafo único — (Vetado).

Art. 11 — A extinção do processo por abandono, desistência ou transação, em qualquer fase, não dispensa o responsável pelo pagamento das custas, nem implica restituição.

Art. 12 — No caso de redistribuição do processo por incompetência do Juízo, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) não haverá restituição de custas;
- b) o autor ou requerente fará novo pagamento das custas e taxa judiciária quando o processo provier de Juízo não integrante da Justiça Estadual;
- c) o autor ou requerente ficará dispensado de novo pagamento das custas devidas por atos do escrivão ou da Secretaria do Tribunal, quando o processo provier de Juízo integrante da Justiça Estadual, inclusive nos casos em que o Juiz declinar de sua competência para órgão de segundo grau, ou vice-versa.

Art. 13 — Os recursos dependentes de instrumento estão sujeitos ao preparo previsto na tabela respectiva além das despesas com as cópias reprográficas para a formação do instrumento.

§ 1.º — Determinado o processamento do recurso, o recorrente, sob pena de deserção, e o recorrido, sob pena de prosseguimento imediato, deverão providenciar, nos prazos legais ou fixados pelo Juiz, as peças necessárias ou o depósito da importância correspondente às despesas com a formação do instrumento.

§ 2.º — O recurso de litisconsorte, assistente, oponente, terceiro interveniente ou prejudicado, quando interposto em petição autônoma, estará sujeito às mesmas disposições que regem, quanto às custas e demais despesas, os recursos das partes.

Art. 14 — Ressalvados os casos de falência e outros previstos em leis federais, não terá andamento o processo ou recurso se não houver, nos autos, prova do pagamento das custas, sem prejuízo, quanto aos recursos, da decretação da deserção nas hipóteses previstas em lei.

§ 1.º — As partes serão intimadas no valor das custas a serem recolhidas para fins de tramitação dos recursos que tenham interposto.

§ 2.º — Serão distribuídos ou registrados, independentemente do pagamento prévio, os feitos judiciais em que houver pedido simultâneo de gratuidade ou dispensa provisória das custas.

§ 3.º — Indeferido, total ou parcialmente, o pedido, mencionado no parágrafo anterior, o requerente recolherá as parcelas devidas, sob pena de cancelamento do registro ou da distribuição, vencido o prazo previsto no artigo 257 do Código de Processo Civil.

Art. 15 — Incumbe ao Juiz, com a colaboração do escrivão, e às Secretarias dos Tribunais, verificar o exato recolhimento das custas e taxa judiciária.

Parágrafo único — Nos processos em fase de recurso, tal verificação, em se tratando de atos anteriores à interposição, não obstará a subida e o andamento na instância superior, devendo o recolhimento da diferença, acaso existente, ser efetuado depois de baixados os autos ao Juízo de origem.

Art. 16 — Os processos findos não poderão ser arquivados sem que o escrivão ou a Secretaria do Tribunal certifique nos autos estarem integralmente pagas as custas e taxa judiciária devidas, ou sem que faça extrair certidão em que sejam especificadas essas parcelas, para fins de inscrição como Dívida Ativa, quando se tratar de receita do Estado.

§ 1.º — Antes de extrair a certidão referida neste artigo, o escrivão ou a Secretaria do Tribunal providenciará a notificação postal do responsável, para pagamento do débito.

§ 2.º — Não sendo atendida a notificação dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da expedição, a certidão extraída será encaminhada ao órgão competente para a inscrição como Dívida Ativa do Estado.

§ 3.º — Não será extraída certidão quando o débito relativo às custas e taxa judiciária, que constituam receita do Estado, for inferior a Cz\$ 130,00 (cento e trinta cruzados).

§ 4.º — O disposto neste artigo não impede o cancelamento do registro ou da distribuição, vencido o prazo de 30 (trinta) dias previsto pelo artigo 257 do Código de Processo Civil, ou quando o requerente não for o responsável nem o sucumbente.

Art. 17 — Poderá ser exigido o depósito prévio da importância necessária à garantia das despesas de perícia ou de qualquer diligência a ser efetuada.

§ 1.º — Para os atos que houverem de ser praticados fora do auditório ou cartório, caberá àquele que requerer ou provocar a diligência fornecer condução adequada aos Juizes e auxiliares da Justiça, salvo àqueles que façam jus à gratificação de locomoção instituída por lei.

§ 2.º — Não sendo fornecida condução, aplicar-se-á o disposto no *caput* deste artigo.

Art. 18 — Nos processos criminais de ação privada aplicam-se as normas estabelecidas para os processos cíveis; nos de ação pública, as custas serão pagas pelo réu, a final, se condenado.

Art. 19 — Sem prejuízo da gratuidade, quando concedida nos termos das leis federais, as custas e a taxa judiciária serão pagas a final:

- I — na ação popular;
- II — nos litígios relativos a acidentes do trabalho;
- III — na ação civil pública.

Art. 20 — As custas serão recolhidas através de estabelecimentos bancários indicados pelo Secretário de Estado de Fazenda, juntando-se os comprovantes aos respectivos autos, independentemente de petição.

§ 1.º — Compete ao Secretário de Estado de Fazenda estabelecer normas e aprovar modelos para o recolhimento das custas devidas pelas partes.

§ 2.º — O Secretário de Estado de Fazenda pode determinar que as custas devidas ao Estado e a terceiros sejam recolhidas com o emprego de documentos de arrecadação diversos, ainda que os recolhimentos devam ser realizados simultaneamente. Em qualquer hipótese, as quantias devidas a terceiros serão repassadas diretamente, pelo estabelecimento bancário, aos respectivos beneficiários, mediante depósito em conta bancária por eles indicada.

§ 3.º — Quando o feito deva ou possa ser distribuído à Serventia não oficializada, o Secretário de Estado de Fazenda pode estabelecer:

I — o recolhimento das custas de que trata o artigo 8.º, inciso I, após a distribuição ou registro, hipótese na qual também a taxa judiciária poderá ser paga nesta oportunidade;

II — o recolhimento sob a forma de depósito para conversão em receita ou entrega a serventuário não remunerado pelos cofres públicos, conforme o caso, após a distribuição.

§ 4.º — É vedado a qualquer serventuário da Justiça, remunerado ou não pelos cofres públicos, receber custas diretamente das partes, por atos praticados nos feitos judiciais.

§ 5.º — Os percentuais previstos no artigo 81, se não forem diretamente recolhidos aos seus destinatários através dos estabelecimentos bancários autorizados a receber custas (§ 2.º), serão repassados de imediato às entidades nele referidos, mediante depósito em conta bancária por elas indicada.

Art. 21 — Não havendo ou encontrando-se encerrado o expediente bancário, o Juiz poderá autorizar a prática de atos urgentes independentemente de recolhimento prévio das custas devidas.

§ 1.º — Obriga-se o requerente a recolher as custas no 1.º (primeiro) dia subsequente em que houver expediente bancário, sob pena de pagá-las em dobro.

§ 2.º — A multa prevista no parágrafo anterior será considerada como receita do Estado.

CAPÍTULO IV

Da Contagem das Custas

Art. 22 — As custas serão contadas sempre que os autos forem remetidos ao contador.

§ 1.º — A conta compreenderá todos os atos praticados no processo que não tenham sido contados, ainda que as respectivas custas já estejam pagas, observado o disposto no artigo 4.º.

§ 2.º — Por ocasião da contagem das custas, serão calculadas e recolhidas eventuais diferenças devidas em razão dos percentuais previstos no artigo 81.

Art. 23 — Os autos serão remetidos ao contador:

I — para o levantamento do valor da condenação;

II — para o levantamento do valor do depósito, nos casos de purgação da mora;

III — após o despacho autorizando a citação e antes da expedição do mandado, para o levantamento do valor da execução, incluindo as custas pagas ou devidas e honorários eventualmente arbitrados, nas execuções fiscais e demais execuções por título executivo extrajudicial;

IV — quando houver desistência da ação ou for requerido o cancelamento de sua distribuição;

V — para cálculo nos processos de inventário, arrolamento, sub-rogação e extinção de cláusulas;

VI — para verificação da exatidão das prestações de contas, inclusive de tutores, curadores e administradores de bens alheios.

Parágrafo único — O disposto neste artigo, n.º VI, não se aplica à prestação de contas de tutores, liquidantes, inventariantes e depositários judiciais, depositários públicos, corretores e leiloeiros, quando não houver impugnação das contas apresentadas.

Art. 24 — Excetuado o disposto no artigo 23, n.º IV, não se remeterão os autos ao contador exclusivamente para a contagem de custas ou cálculo da taxa judiciária, salvo:

I — para o efeito de confirmação, retificação ou esclarecimento de conta anterior;

II — nos casos de dúvida fundamentada, sobre o valor das custas ou da taxa judiciária, já recolhidas ou exigidas, suscitada pelas partes ou por auxiliares da Justiça, se o Juiz assim entender conveniente;

III — para levantamento do valor da pena pecuniária e das custas processuais, nos feitos criminais.

CAPÍTULO V

Da Fiscalização e das Penalidades

Art. 25 — Incumbe ao Corregedor-Geral da Justiça, aos Juízes e aos órgãos do Ministério Público, nos processos em que funcionarem, a fiscalização sobre a cobrança de custas.

Art. 26 — É obrigatória, em todas as Serventias de Justiça, a fixação, em lugar visível, de um quadro com dimensões mínimas de 1,00m por 0,50m, contendo a tabela desta Lei para os atos respectivos.

Art. 27 — O serventuário da Justiça, que receber custas indevidas ou em desacordo com esta Lei, fica obrigado a restituí-las e incorrerá em multa equivalente ao dobro do valor recebido, a ser recolhida como receita do Estado.

§ 1.º — Aquele que exigir custas em desacordo com esta Lei ficará sujeito à multa de Cz\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzados) a Cz\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta cruzados).

§ 2.º — A restituição e o pagamento da multa deverão ser efetivados dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da decisão que julgar comprovada a falta, sob pena de suspensão das suas funções até o cumprimento da obrigação.

Art. 28 — As penalidades pecuniárias previstas no artigo anterior serão aplicadas independentemente de outras sanções disciplinares ou penas previstas em lei.

CAPÍTULO VI

Das Secretarias dos Tribunais

Art. 29 — O preparo do recurso será efetuado no Juízo de origem, competindo ao respectivo escrivão, sob pena de responsabilidade, fazer consignar o valor correspondente na intimação para prepará-lo.

Art. 30 — Com as ressalvas feitas nos artigos seguintes, as custas da Tabela I remuneram todos os atos das Secretarias dos Tribunais necessários ao processamento, julgamento e remessa do feito a outro Tribunal ou Juízo, tais como mandados, cartas, ofícios, traslados e autuações em separado.

Art. 31 — São isentos de custas:

I — o agravo retido;

II — o recurso interposto para o mesmo Tribunal, a exemplo dos embargos de declaração, embargos infringentes de acórdão e agravos regimentais;

III — o processamento do recurso extraordinário, inclusive agravo e arguição de relevância, sendo cobrada, apenas, as custas devidas ao Supremo Tribunal Federal.

Art. 32 — A critério do respectivo Tribunal, as partes fornecerão cópias reprográficas das peças que devam instruir mandados, contraféis, traslados, cartas, ofícios e certidões, ou indenizações aos custos correspondentes, conforme tabela elaborada pelo órgão competente. Não serão cobradas custas adicionais pela autenticação das cópias reprográficas.

Art. 33 — Serão cobradas de acordo com as demais tabelas:

I — as diligências dos Oficiais da Justiça e outras determinadas pelo Tribunal;

II — os atos que, igualmente por determinação do Tribunal, devam ser praticados no Juízo de primeiro grau, caso em que as custas devidas pertencerão às respectivas serventias.

Art. 34 — Cabe às partes prover as despesas com:

I — porte ou tarifa de cartas, telegramas, radiogramas e telefonemas, excetuada a remessa do processo ao Juízo de origem ou a outro órgão julgador;

II — publicação de edital;

III — custas devidas no Juízo deprecado ou ao qual for remetida carta de ordem.

CAPÍTULO VII

Dos Escrivães

Art. 35 — Com as ressalvas feitas nos artigos seguintes, as custas da Tabela II remuneram todos os atos dos escrivães necessários ao processamento e julgamento do feito, bem como mandados, cartas, guias, ofícios, alvarás, formais de partilha, cartas de sentença, arrematação ou adjudicação, resultantes do julgamento.

Art. 36 — São isentos das custas previstas na Tabela II, mesmo quando atuados em separado:

I — os incidentes não expressamente mencionados na referida tabela, tais como assistências, nomeação à autoria, denunciação da lide, chamamento ao processo, ação declaratória incidental, reconvenção e impugnação do valor da causa;

II — o processamento de recursos para a instância superior;

III — os recursos para o próprio Juízo, a exemplo dos embargos de declaração e dos embargos infringentes em causas de alçada;

IV — a liquidação da sentença por cálculo;

V — a execução de sentença líquida.

Art. 37 — Compete às partes fornecer cópias reprográficas das peças que devam instruir mandados, contraféis, traslados, cartas, formais, ofícios e certidões, ou indenizar os custos correspondentes, conforme tabela elaborada pelo Corregedor-Geral da Justiça. Não serão cobradas custas adicionais pela autenticação das cópias reprográficas.

Art. 38 — Cabe às partes prover as despesas com:

I — porte ou tarifa de cartas, telegramas, radiogramas e telefonemas;

II — publicação de editais, avisos e anúncios no órgão oficial e em outros jornais;

III — remessa do processo para o Tribunal ou outro Juízo;

IV — custas devidas no Juízo deprecado.

CAPÍTULO VIII

Dos Contadores

Art. 39 — Os atos dos contadores serão remunerados de acordo com a Tabela III, observado o seguinte:

I — na conta de custas está compreendido o cálculo da taxa judiciária;

II — nos cálculos para execução e outros de qualquer natureza estão incluídos os demais necessários, desde que realizados simultaneamente.

Art. 40 — Não serão devidas custas nos casos de novo cálculo, por erro do contador, ou quando lhe forem solicitados esclarecimentos pelo Juiz, na forma do artigo 24, n.º II.

Parágrafo único. — As custas serão devidas pela metade:

I — quando o valor da condenação for inferior a Cz\$ 12.000,00 (doze mil cruzados);

II — quando o valor dos bens for inferior a Cz\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzados);

III — quando se tratar de reajustamento de cálculo anterior.

Art. 41 — Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias para as contas e cálculos, de um modo geral.

Parágrafo único — O prazo previsto neste artigo será prorrogado por até mais 10 (dez) dias quando os cálculos envolverem rateios, correção monetária de prestações periódicas ou o emprego de fórmulas mais complexas do que simples operações aritméticas.

Art. 42 — Os feitos, quando não preparados no contador dentro de 30 (trinta) dias de seu recebimento, serão devolvidos à serventia de origem e levados à conclusão do Juiz.

Art. 43 — Em cada parcela ou rubrica das contas serão feitas referências precisas às folhas dos autos em que figuram os atos, e aos correspondentes números, tabelas e artigos desta Lei.

Parágrafo único — Pela inobservância deste artigo, ou pelo abono das custas indevidas ou excessivas, quem fizer a conta incorrerá em falta funcional punível de acordo com a legislação específica.

CAPÍTULO IX

Dos Partidores

Art. 44 — Os atos dos partidores serão remunerados de acordo com a Tabela IV.

Parágrafo único — Funcionando mais de um partidor, as custas do ato serão divididas proporcionalmente.

Art. 45 — As custas serão devidas pela metade:

I — quando o passivo absorver 80% (oitenta por cento) ou mais de valor do ativo;

II — quando o monte for igual ou inferior a Cz\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzados) na data da avaliação ou, na sua falta, do cálculo para pagamento do imposto ou taxa judiciária.

CAPÍTULO X

Dos Oficiais de Justiça Avaliadores

Art. 46 — As custas da Tabela V remuneram todos os atos dos Oficiais de Justiça Avaliadores necessários à execução da medida, tais como condução, arrombamento, remoção, depósito, avaliação prévia e intimação das partes ou de terceiros para testemunharem a diligência.

§ 1.º — As despesas com eventual arrombamento ou remoção de bens correm por conta do requerente.

§ 2.º — Aplicar-se-á a Tabela VI quando o Oficial de Justiça Avaliador apreçar nas praças ou leilões, por designação do Juiz, em virtude da inexistência de porteiro de auditório ou leiloeiro judicial na comarca.

§ 3.º — Nos casos em que, para a prática dos atos, for necessária a atuação de mais de um, as custas previstas na Tabela V remunerarão os atos de cada Oficial de Justiça Avaliador.

Art. 47 — Nas ações de despejo e possessórias, as custas da Tabela V, n.º 1, não poderão exceder, no total, o limite de Cz\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzados).

Art. 48 — Não serão devidas custas:

I — pelas intimações de órgão do Ministério Público, da Assistência Judiciária ou servidores da Justiça, nos feitos em que funcionarem;

II — pelas certidões negativas de citação ou intimação que não encerrem o cumprimento do mandado.

CAPÍTULO XI

Dos Leiloeiros e Porteiros dos Auditórios

Art. 49 — Os atos dos leiloeiros judiciais e dos porteiros dos auditórios serão remunerados de acordo com a Tabela VI.

Parágrafo único — Os arrematantes ou adjudicatários remissos não ficarão dispensados do pagamento da percentagem.

Art. 50 — Nos editais de praça ou nos anúncios de leilão, bem como nos pregões, será obrigatória a informação das custas ou comissão devidas pela realização do ato.

Art. 51 — Os leiloeiros públicos e os corretores de imóveis, quando funcionarem em feitos judiciais, perceberão do adquirente a comissão prevista no regulamento da profissão, não lhes sendo devida qualquer remuneração pelo alienante ou comitente, nem se lhes aplicando as custas da Tabela VI.

Art. 52 — Não serão devidas custas pelos pregões em audiência.

CAPÍTULO XII

Dos Avaliadores Judiciais

Art. 53 — As custas da Tabela VII remuneram todos os atos e diligências dos avaliadores judiciais necessários à avaliação, inclusive despesas de condução.

Parágrafo único — Como ressarcimento das despesas de condução, os avaliadores judiciais remunerados pelos cofres públicos, farão jus a 20% (vinte por cento) das custas recolhidas pelos respectivos atos, percentual que lhes será repassado conforme dispuserem as normas previstas no artigo 20, § 1.º, desta Lei.

Art. 54 — Funcionando mais de um avaliador, as custas do ato serão divididas proporcionalmente.

Art. 55 — Não serão devidas custas nos casos de nova avaliação ou retificação do laudo anterior, em virtude de impugnação acolhida pelo Juiz.

Art. 56 — As custas serão devidas pela metade:

I — quando a avaliação incidir sobre um único imóvel residencial com área construída igual ou inferior a 100,00m² (cem metros quadrados);

II — nas avaliações de fração ideal de bem ou direito, igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento).

Art. 57 — Quando o conjunto de bens móveis ou valores mobiliários for, notoriamente, de pequeno valor, não excedendo a Cz\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzados), o Juiz, a requerimento do interessado, fixará a remuneração do avaliador em 1% (um por cento) da estimativa feita pela parte, porém, em não menos de Cz\$ 130,00 (cento e trinta cruzados).

Art. 58 — Caso a avaliação comprove que a estimativa estava incorreta, com diferença para mais superior a 20% (vinte por cento) e ultrapassando o limite estabelecido no artigo 57, as custas serão devidas de acordo com a Tabela VII, observado o disposto nos artigos anteriores.

Parágrafo único — Convencendo-se o Juiz de que a estimativa incorreta foi proposital, poderá determinar que a parte recolha, ainda, 1% (um por cento) sobre a diferença entre a estimativa e a avaliação, importância que será convertida em receita do Estado.

CAPÍTULO XIII

Dos Depositários Judiciais e Públicos

Art. 59 — Os atos dos depositários judiciais e dos depositários públicos serão remunerados de acordo com as Tabelas VIII e IX, respectivamente.

Art. 60 — Não serão devidas custas quando puder ficar como depositário dos bens apreendidos o próprio executado ou requerido, excetuado o caso de expressa determinação do Juiz, de ofício ou a requerimento da parte.

Art. 61 — Sob pena de responsabilidade:

I — o Oficial de Justiça certificará no auto de depósito as circunstâncias que o levaram a entregar o bem ao depositário judicial, tais como incapacidade do executado ou requerido, ausência ou recusa em ficar como depositário;

II — o depositário judicial não assinará o auto de depósito que não contenha a certificação acima mencionada.

Art. 62 — Quando a apreensão judicial incidir apenas sobre rendimentos, será devido somente o percentual previsto nas Tabelas VIII e IX, n.º 1.

Art. 63 — Os percentuais da Tabela VIII, n.º 2 e da Tabela IX, n.ºs 2 e 3, incidirão apenas sobre o valor dos bens depositados ou armazenados, mas base de cálculo terá como limite o valor da causa, se este for inferior ao valor dos bens.

Art. 64 — Quando o bem apreendido já estiver em depósito público, o percentual de armazenamento será cobrado pela metade.

Art. 65 — Quando o depósito consistir em dinheiro ou valores, recolhidos a estabelecimento bancário, não serão devidas custas.

Art. 66 — As custas remuneratórias dos atos do depositário não excluem a indenização das despesas justificadas e comprovadas com o recebimento de importâncias, guarda, fiscalização, conservação e administração dos bens depositados.

Art. 67 — Não serão expedidos mandados de levantamento sem que tenha sido comprovado o recolhimento das custas do depósito, bem como pagas as despesas feitas com os bens depositados.

CAPÍTULO XIV

Dos Peritos

Art. 68 — Os atos dos peritos serão remunerados de acordo com a Tabela X.

Art. 69 — Nos exames e vistorias de maior complexidade, que exijam verificação demorada, despesas incomuns ou técnicas especializadas, o perito poderá, antes de efetuar a diligência, estimar o valor da sua remuneração e submetê-la à aprovação do Juiz, mediante petição fundamentada.

Art. 70 — Salvo as causas de valor superior a Cz\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil cruzados), na data do ajuizamento, o arbitramento da remuneração não poderá exceder a 5 (cinco) vezes as custas previstas na Tabela X.

Art. 71 — Sempre que o perito requerer remuneração de valor superior ao da Tabela, proceder-se-á da seguinte forma:

I — o Juiz arbitrará provisoriamente a remuneração, cujo valor será depositado à disposição do Juízo por quem deva antecipá-la, na forma das leis processuais;

II — entregue o laudo, o Juiz, após ouvir as partes e o órgão do Ministério Público, nas causas em que deva intervir, arbitrará a remuneração definitiva;

III — não havendo recurso, o Juiz autorizará que o perito levante o valor arbitrado, cabendo ao depositante levantar o remanescente, se houver;

IV — havendo recurso, o perito só poderá levantar a parcela impugnada mediante caução destinada a garantir eventual devolução.

Art. 72 — As causas devidas aos peritos serão sempre depositadas em estabelecimento bancário autorizado, à disposição do Juízo.

Art. 73 — Nas ações de divisão e demarcação de imóveis rurais, a remuneração do perito agrimensor será arbitrada pelo Juiz, observadas as normas legais e o disposto no artigo 71 desta Lei.

Art. 74 — É facultado aos peritos contratar o valor e forma de pagamento de sua remuneração, desde que todas as partes interessadas concordem, submetendo-se o contrato à aprovação do Juiz.

CAPÍTULO XV

Dos Intérpretes e Tradutores

Art. 75 — Os atos dos tradutores e intérpretes serão remunerados de acordo com a Tabela XI.

Art. 76 — As custas da Tabela XI, n.º 3, serão calculadas sobre a tradução.

Art. 77 — Os tradutores e intérpretes comerciais perceberão exclusivamente os emolumentos fixados na tabela organizada pela autoridade a que estão subordinados.

Art. 78 — As custas da Tabela XI serão pagas diretamente aos tradutores, mediante recibo que será anexado aos autos; as devidas aos intérpretes, na forma do artigo 73 desta Lei.

CAPÍTULO XVI

Das Demais Serventias

Art. 79 — Os atos dos inventariantes, liquidantes, testamentários e tutores serão remunerados de acordo com as Tabelas XII, XIII e XIV, respectivamente.

Art. 80 — A distribuição e o registro de feitos judiciais serão remunerados de acordo com a Tabela XV.

§ 1.º — Observado o disposto no artigo 20, nas comarcas onde houver mais de um distribuidor, as custas previstas neste artigo serão rateadas igualmente entre todos, independentemente do número de atos praticados.

§ 2.º — Pela prática de outros atos, tais como buscas, certidões ou "vistos", os distribuidores e escritórios de registro de distribuição dos feitos judiciais farão jus às custas previstas na legislação em vigor para os demais distribuidores (Decreto-Lei n.º 23, de 15 de março de 1975, modificado pelo Decreto-Lei n.º 274, de 22 de julho de 1975).

CAPÍTULO XVII

Dos Advogados

Art. 81 — Nos feitos judiciais de qualquer natureza, os advogados terão direito a 10% (dez por cento) sobre as custas previstas neste Regimento dos quais:

I — 9,3% (nove e três décimos por cento) serão entregues à Caixa de Assistência dos Advogados;

II — 0,7% (sete décimos por cento) serão entregues ao Instituto dos Advogados Brasileiros.

Art. 82 — O pagamento e a entrega dos percentuais estabelecidos no artigo anterior serão feitos de acordo com o disposto nos artigos 10, 20, §§ 2.º e 5.º e 22, § 2.º, desta Lei.

CAPÍTULO XVIII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 83 — Quando houver remissão ou cancelamento de crédito do Estado, de Município ou de entidade da Administração Indireta Estadual ou Municipal, ficarão cancelados os créditos relativos a custas e taxa judiciária referentes às correspondentes execuções ou ações de cobrança, procedendo-se ao cancelamento do registro da distribuição e arquivamento dos respectivos autos, automaticamente, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único — O disposto neste artigo aplica-se aos processos pendentes, contando-se o prazo nele previsto a partir da data de entrada em vigor da presente Lei.

Art. 84 — As custas devidas pelos atos notariais e outros praticados nas Serventias Extrajudiciais e Escritórios de Justiça, bem como seus acréscimos, continuam disciplinados pelo Decreto-Lei n.º 23/75, alterado pelo Decreto-Lei n.º 274/75, pelas Leis n.ºs 489, de 19 de novembro de 1981 e 590, de 21 de outubro de 1982, que alterou a redação do § 1.º, do artigo 10, do Decreto-Lei n.º 122, de 13 de agosto de 1969, do antigo Estado da Guanabara, e pelo artigo 19 da Lei n.º 713, de 26 de dezembro de 1983, com a nova redação dada pela Lei n.º 723, de 30 de março de 1984.

Art. 85 — Esta Lei aplica-se aos feitos ajuizados antes de sua vigência, observadas as seguintes normas:

- I — em nenhum caso haverá restituição de custas já pagas;
- II — não haverá dispensa do pagamento de custas relativas a atos anteriormente praticados;
- III — não se exigirá preparo complementar dos feitos em processamento nos tribunais ou de recursos já preparados;
- IV — as custas devidas pelos atos dos escrivães, segundo a Tabela II, serão apuradas de acordo com o valor vigente no exercício, compensando-se com as custas já pagas, corrigidas monetariamente até 28 de fevereiro de 1986 e reajustadas, daí em diante, nos termos do disposto no artigo 2.º;
- V — a compensação ocorrerá na primeira oportunidade que, nos termos desta Lei, os autos forem remetidos ao contador;
- VI — não se remeterão os autos ao contador exclusivamente para apuração e compensação das custas devidas pelos atos dos (vetado) escrivães.

Art. 86 — Desde que o requeriram, fica assegurado aos titulares de Serventias Judiciais não oficializadas o direito à oficialização, salvo se exercerem cumulativamente atribuições de Serventias Extrajudiciais.

Parágrafo único — O disposto neste artigo aplica-se igualmente aos titulares de ofícios de registro de distribuição.

Art. 87 — Serão aproveitados sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho os servidores contratados das serventias oficializadas nos termos desta Lei, cuja contratação tenha sido comunicada à Corregedoria-Geral da Justiça, até o dia 31 de dezembro de 1985 ou que tenham sido admitidos de acordo com o disposto na Lei n.º 934, de 6 de dezembro de 1985.

Art. 88 — (Vetado).

Art. 89 — O Secretário de Estado de Fazenda expedirá, dentro de 30 (trinta) dias, as instruções previstas no artigo 20 desta Lei.

Art. 90 — No exercício de 1987, a atualização prevista no artigo 2.º deste Regimento será efetuada em 1.º de março, com base no índice da variação da Obrigação do Tesouro Nacional.

Art. 91 — Excetuado o disposto no artigo 86, de eficácia imediata, e ressalvado o disposto no artigo 92, esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação, revogadas as tabelas e normas do Decreto-Lei n.º 23/75, alterado pelo Decreto-Lei n.º 274/75, que digam respeito a feitos judiciais, bem como as disposições em contrário.

Art. 92 — Durante o exercício de 1986, fica facultado às partes que o desejarem pagar as custas devidas pelo processamento de feitos judiciais de acordo com as tabelas e normas do Decreto-Lei n.º 23/75, alterado pelo Decreto-Lei n.º 274/75.

§ 1.º — Considerar-se-á exercida a faculdade prevista neste artigo se a parte, após a presente data, realizar recolhimento com base nas tabelas do Decreto-Lei n.º 23/75.

§ 2.º — Uma vez recolhidas as custas por um dos regimes, não poderá a parte, daí por diante, fazê-lo de acordo com o outro.

Leonel Brizola
Governador do Estado

TABELA I

Ato das Secretarias dos Tribunais		Cz\$
1.	Ação penal (originária)	250,00
2.	Ação rescisória	250,00
3.	Mandado de segurança:	
	a) um impetrante	250,00
	b) por impetrante que exceder	60,00
4.	Recursos cíveis e criminais	130,00
5.	Procedimentos cautelares	130,00
6.	Certidões:	
	a) até 5 (cinco) páginas datilografadas	30,00
	b) por grupo de 5 (cinco) páginas ou fração que exceder	30,00

TABELA II

Ato dos Escrivães		Cz\$
A) Das Varas Cíveis		
1.	Procedimento ordinário	500,00
2.	Procedimento sumaríssimo	250,00
3.	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa:	
	a) consignação em pagamento, despejo e depósito	370,00
	b) anulação e substituição de títulos ao portador, prestação de contas, possessórias, nunciação de obra nova, usucapião, reserva de domínio e Juízo arbitral	500,00
	c) divisão e demarcação	750,00
	d) habilitação e restauração de autos	130,00
	e) outros procedimentos	500,00
4.	Oposição e embargos de terceiro	370,00
5.	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária	250,00
6.	Procedimentos cautelares:	
	a) arresto, seqüestro, busca e apreensão	370,00
	b) caução, produção antecipada de provas, justificação e atentado	250,00
	c) exibição judicial, protestos, notificação ou interpe-lação	130,00
	d) outros procedimentos	250,00
7.	Liquidação da sentença:	
	a) por artigos	370,00
	b) por arbitramento	250,00

Atos dos Escrivães		Cz\$
8.	Execução por título executivo extrajudicial	250,00
9.	Embargos:	
	a) à execução fundada em sentença, à arrematação ou adjudicação	250,00
	b) à execução fundada em título executivo extrajudicial	370,00
10.	Cumprimento de cartas de ordem, rogatórias ou precatórias:	
	a) para citação ou intimação e para produção de provas	130,00
	b) para execução ou providências cautelares: as mesmas custas previstas nesta Tabela	
	c) para outras finalidades	250,00
B) Das Varas de Falências e Concordatas		
1.	Falência ou insolvência civil	500,00
2.	Concordata	1.000,00
3.	Habilitação ou impugnação de créditos	60,00
4.	Habilitação retardatária de crédito	130,00
5.	Outros procedimentos: as mesmas custas previstas nesta Tabela, alínea "A"	
C) Das Varas de Acidente do Trabalho		
1.	Ação de acidente do trabalho	500,00
2.	Outros procedimentos: as mesmas custas previstas nesta Tabela, alínea "A"	
D) Das Varas da Fazenda Pública		
1.	Mandado de segurança:	
	a) um impetrante	250,00
	b) por impetrante que exceder	60,00
2.	Ação popular	500,00
3.	Execução fiscal	130,00
4.	Outros procedimentos: as mesmas custas previstas nesta Tabela, alínea "A"	
E) Das Varas de Órfãos e Sucessões		
1.	Apresentação de testamento	130,00
2.	Tutelas	130,00
3.	Interdições	250,00
4.	Inventário ou arrolamento:	
	a) com bens a partilhar ou adjudicar:	
	(vetado)	
	(vetado)	500,00
	(vetado)	(vetado)
	b) negativo	130,00

Ato dos Escrivães		Cz\$
5.	Sub-rogação, extinção de fideicomisso, liquidação de firma individual e apuração de haveres em sociedades: 1% (um por cento) sobre o valor do bem ou do patrimônio líquido	
	Mínimo	400,00
	Máximo	1.800,00
6.	Cancelamento de cláusulas ou gravames	400,00
7.	Alvarás ou mandados, em processos destinados exclusivamente a obtê-los	100,00
8.	(Vetado)	
9.	Outros procedimentos: as mesmas custas previstas nesta Tabela, alínea "A"	
F) Das Varas de Família		
1.	Separação judicial ou divórcio	250,00
2.	Separação ou divórcio consensual	130,00
3.	Inventário em virtude de separação ou divórcio: as mesmas custas previstas nesta Tabela, alínea "E", n.º 4	
4.	Ações relativas a alimentos	250,00
5.	Nulidade ou anulação de casamento e investigação de paternidade	500,00
6.	Interdições	250,00
7.	Tutela ou emancipação de menores	130,00
8.	Prestação de contas, suprimentos e autorizações	130,00
9.	Busca e apreensão de menor	130,00
10.	Outros procedimentos: as mesmas custas previstas nesta Tabela, alínea "A"	
G) Das Varas de Registros Públicos		
1.	Averbações, cancelamentos, retificações, anotações e dúvidas concernentes a registros públicos	130,00
2.	Matrícula de periódicos, oficina impressora, empresa de radiodifusão e de agenciamento de notícias, inclusive alvará	250,00
3.	Outros procedimentos: as mesmas custas previstas nesta Tabela, alínea "A"	
H) Das Varas Criminais		
1.	Processo perante o Tribunal do Júri	500,00
2.	Processo perante Juiz singular por crime doloso	370,00
3.	Processo por crime culposos	250,00
4.	Processo por contravenção	130,00
5.	Reabilitação	130,00

Atos dos Escrivães		Cz\$
I) Das Varas de Menores		
1.	Autorização (diversões)	250,00
2.	Auto de infração (Código de Menores)	250,00
J) De Prática Comum		
1.	Desarquivamento de processos findos:	
	a) até 5 (cinco) anos	60,00
	b) com mais de 5 (cinco) anos	250,00
2.	Certidões (páginas com um mínimo de trinta linhas datilografadas):	
	a) até 5 (cinco) páginas	50,00
	b) por grupo de 5 (cinco) páginas ou fração que exceder	50,00
3.	Pela prática de atos extrajudiciais: as mesmas custas previstas na legislação em vigor para a prática de igual ato nas Serventias Extrajudiciais	
4.	Arrematação: 1% (um por cento) sobre o seu valor, a ser pago pelo arrematante, até o máximo de	1.200,00

TABELA III

Atos dos Contadores		Cz\$
1.	Contas de custas	80,00
2.	Cálculos para execuções e outros de qualquer natureza, incluída a conta de custas	190,00
3.	Cálculo nos processos de inventário	500,00
4.	Cálculos nos processos de arrolamento, sub-rogação e extinção de cláusulas	250,00
5.	Verificação da exatidão das prestações de contas, inclusive de tutores, curadores ou administradores de bens alheios	370,00

TABELA IV

Atos dos Partidores		Cz\$
1.	Esboço de partilha, sobrepartilha ou rateio: 0,5% (meio por cento) sobre o valor rateado	
	Mínimo	250,00
	Máximo	1.250,00
2.	Reforma ou emenda de esboço: metade das custas de n.º 1, salvo se resultante de erro do serventuário, hipótese em que nada será devido	

TABELA V

Atos dos Oficiais de Justiça Avaliadores		Cz\$
1.	Citação ou intimação:	
	a) uma pessoa	40,00
	b) por pessoa que exceder, no mesmo endereço	30,00
	c) por pessoa que exceder, em endereço diferente	40,00
2.	Diligências de verificação	40,00
3.	Penhora, seqüestro e arresto, inclusive a avaliação prévia	60,00
4.	Despejo, busca e apreensão, imissão ou reintegração de posse	130,00
5.	Arrolamento de bens	130,00
6.	Outras diligências não especificadas	60,00

TABELA VI

Atos dos Leiloeiros Judiciais e Porteiros dos Auditórios
Praça ou leilão judicial — 5% (cinco por cento) sobre o valor pelo qual forem os bens arrematados, vendidos, adjudicados ou remidos

TABELA VII

Atos dos Avaliadores Judiciais	Cz\$
1. Prédios urbanos, por unidade, autônoma, inclusive benfeitorias e terreno	620,00
2. Terrenos urbanos, inclusive benfeitorias	500,00
3. Imóveis rurais, inclusive benfeitorias	750,00
4. Estabelecimentos agrícolas, comerciais e industriais	1.000,00
5. Bens móveis ou semoventes (por unidade, inclusive acessórios)	50,00
6. Títulos ou valores mobiliários: por título ou grupo de títulos de um mesmo emitente	30,00
7. Coleções	250,00
8. Outros bens não especificados, por unidade	50,00
Máximo por laudo	1.250,00
9. Renda ou valor de contrato	50,00
10. Retificação de laudo de avaliação, em virtude de erro ou omissão na descrição dos bens, não atribuível ao avaliador — 1/5 (um quinto) das custas taxadas em os números anteriores	

TABELA VIII

Atos dos Depositários Judiciais		Cz\$
1.	Sobre os rendimentos líquidos dos bens depositados: 5% (cinco por cento)	
2.	Sobre o valor dos bens, observado o limite estabelecido no artigo 63:	
	a) até Cz\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzados): 3% (três por cento)	
	b) sobre o que exceder de Cz\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzados) até Cz\$ 5.000,00 (cinco mil cruzados): mais 2% (dois por cento)	
	c) sobre o que exceder de Cz\$ 5.000,00 (cinco mil cruzados) até Cz\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos cruzados): mais 1% (um por cento)	
	d) sobre o que exceder de Cz\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos cruzados): mais 0,5% (meio por cento)	
	Mínimo	50,00
	Máximo	1.500,00

TABELA IX

Atos dos Depositários Públicos		Cz\$
1.	Sobre os rendimentos líquidos dos bens depositados: 5% (cinco por cento)	
2.	Sobre o valor dos bens:	
	a) até Cz\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzados): 3% (três por cento)	
	b) sobre o que exceder de Cz\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzados) até Cz\$ 5.000,00 (cinco mil cruzados): mais 2% (dois por cento)	
	c) sobre o que exceder de Cz\$ 5.000,00 (cinco mil cruzados) até Cz\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos cruzados): mais 1% (um por cento)	
	d) sobre o que exceder de Cz\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos cruzados): mais 0,5% (meio por cento)	
	Mínimo	50,00
	Máximo	1.500,00
3.	Armazenagem:	
	a) de 1 (um) até 3 (três) meses: 2% (dois por cento)	

Atos dos Depositários Públicos	Cz\$
b) de 3 (três) até 6 (seis) meses: 3% (três por cento)	
c) de 6 (seis) meses até 9 (nove) meses: 4% (quatro por cento)	
d) de 9 (nove) até 12 (doze) meses: 5% (cinco por cento)	
e) excedente de 12 (doze) meses: até 1% (um por cento) por mês Máximo	1.500,00

TABELA X

Atos dos Peritos	Cz\$
1. Avaliação:	
a) de caução, multa ou do valor sobre o qual esta deva incidir	500,00
b) do valor da causa	370,00
c) de honorários devidos a profissionais liberais ou de remuneração por serviços de outra natureza	750,00
d) de pensões alimentícias	750,00
e) de frutos e interesses	750,00
2. Perícia ou vistoria em bens imóveis, móveis ou semoventes, incluindo avaliação de perdas e danos	1.000,00
3. Perícias médicas, inclusive em processos de acidentes do trabalho:	
a) clínica, psiquiatria, oftalmologia, otologia (inclusive audiograma)	250,00
b) cardiologia, inclusive ECG	370,00
c) eletroencefalograma	370,00
d) eletromiografia	620,00
e) radiologia:	
médico signatário do laudo	230,00
técnico, com ônus do fornecimento do material	330,00
f) local e nexos	750,00
4. Perícias contábeis:	
a) apuração de haveres	1.000,00
b) outras	500,00
5. Perícias grafotécnicas ou similares	750,00

TABELA XI

Atos dos Intérpretes e Tradutores	Cz\$
1. Intervenção em depoimento, interrogatório ou outro ato judicial:	
a) pela primeira hora indivisível	250,00
b) por hora subsequente divisível em quartos de hora	200,00

Atos dos Intérpretes e Tradutores		Cz\$
2.	Tradução de documentos:	
	a) até 25 linhas datilografadas de, no mínimo, 50 batidas cada	90,00
	b) por três linhas que excederem, ou fração	10,00
3.	Exame para verificação da exatidão da tradução: — metade das custas do n.º 2	

TABELA XII

Atos dos Inventariantes Judiciais		Cz\$
1.	Sobre o monte partível ou sub-rogável, deduzidas as dívidas passivas, a comissão será arbitrada pelo Juiz no processo, observadas, no que for aplicável, as disposições dos artigos 96 e seguintes da Lei n.º 4.215, de 27 de abril de 1963 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), mas não excedente de 3,5% (três e meio por cento)	
2.	Sobre as importâncias ou valores recebidos para dar destino imediato: 1% (um por cento), até o máximo, por ato, de	1.500,00
3.	Pela diligência e assinatura de escritura	130,00

TABELA XIII

Atos dos Liquidantes Judiciais		Cz\$
1.	Sobre o ativo verificado: 2,5% (dois e meio por cento)	
2.	Sobre as importâncias ou valores recebidos para dar destino imediato: 1% (um por cento) até o máximo, por ato, de	1.500,00

TABELA XIV

Atos dos Testamenteiros e Tutores Judiciais		Cz\$
1.	Como testamenteiro, a vintena arbitrada na forma da lei civil	
2.	Como tutor, sobre a receita líquida: 5% (cinco por cento) até o máximo, por ato de administração, de	1.500,00

TABELA XV

Atos dos Distribuidores de Processos Judiciais		Cz\$
Distribuição ou registro de feitos judiciais, qualquer que seja o número das partes, incluindo posterior retificação, anotação, averbação, exclusão e inclusão e cancelamento da distribuição ou do registro		10,00

LEI N.º 1.012 — DE 15 DE JULHO DE 1986

Dispõe sobre a inscrição, como Dívida Ativa, dos créditos não tributários do Estado e de suas Autarquias, e estabelece normas relativas ao lançamento.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Os créditos não tributários do Estado e suas Autarquias, após apurada a sua liquidez e certeza, serão inscritos como Dívida Ativa, depois de vencido o prazo para pagamento fixado em ato normativo ou decisão final proferida em processo regular.

§ 1.º — Poderão ser inscritos quaisquer créditos não tributários, desde que sua inscrição esteja autorizada por lei.

§ 2.º — Os créditos de que trata este artigo serão reajustados monetariamente, a partir de seu vencimento, de acordo com os mesmos índices adotados para a correção dos créditos tributários.

§ 3.º — Sobre o valor do crédito, reajustado monetariamente, incidirá o acréscimo de 1% (um por cento) por mês ou fração do mês que se seguir ao vencimento.

§ 4.º — O termo inicial para o cálculo do reajustamento monetário e seus acréscimos será a data correspondente à do término do prazo para o pagamento do crédito.

§ 5.º — Feito o depósito, parcial ou total, da importância reclamada, dentro do prazo fixado para pagamento, nos cofres da pessoa de direito público credora ou em estabelecimento bancário indicado pelo Poder Executivo, sobre a importância depositada não incidirão o reajustamento e demais acréscimos.

Art. 2.º — A inscrição como Dívida Ativa dos créditos de que trata esta Lei far-se-á até 60 (sessenta) dias após transcorrido o prazo para cobrança amigável.

Parágrafo único — O Estado e suas Autarquias não promoverão nem prosseguirão na cobrança de Dívida Ativa prescrita.

Art. 3.º — O termo de inscrição e a respectiva certidão obedecerão ao disposto em lei federal.

Art. 4.º — São considerados líquidos e certos, independentemente a sua inscrição do procedimento contencioso adiante previsto, os créditos não tributários originários:

I — das decisões definitivas proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado, em processo de sua competência;

II — de multas administrativas impostas por órgãos da Administração ou entidades a ela vinculadas, estas no exercício de competência delegada, quando resultantes de procedimentos administrativos já previstos em lei ou ato normativo;

III — de multas aplicadas por órgãos do Poder Judiciário, ressalvadas as resultantes de sentenças penais condenatórias ou impostas à parte contrária nos processos em que a Fazenda foi parte, as quais serão cobradas mediante execução de sentença;

IV — de honorários arbitrados nos processos criminais em que tenha intervido Defensor Público quando o réu for absolvido;

V — de indenização;

1. por operações de socorro, salvamento ou resguardo da segurança pública, quando seu valor estiver fixado em lei ou ato normativo; e

2. pela extração de minerais, quando seu valor estiver fixado em lei, ato normativo ou decisão judicial, sendo conhecidos a quantidade e o valor da extração;

VI — de quaisquer títulos de crédito aos quais a lei federal atribuir força executiva.

Art. 5.º — O lançamento relativo aos créditos não tributários será feito na repartição ou entidade à qual estiver vinculado o fato gerador da obrigação pecuniária.

§ 1.º — Quando o crédito tenha por base, ou tome em consideração o valor, a quantidade ou o preço de bens, direitos, ou serviços, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitraré aquele valor, quantidade ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou esclarecimentos prestados, ou documentos emitidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, a avaliação contraditória administrativa.

§ 2.º — Proceder-se-á na forma deste artigo sempre que o sujeito passivo ou terceiro legalmente obrigado não prestar as informações dentro do prazo de 10 (dez) dias, contado de sua intimação para prestá-las.

Art. 6.º — Compete à Secretaria de Estado de Fazenda lançar os créditos originários de outros Poderes ou órgãos independentes, bem como os créditos que não se vincularem especificamente a nenhuma outra repartição ou entidade.

Art. 7.º — Salvo nos casos mencionados no artigo 4.º desta Lei, são recoráveis pelo sujeito passivo ou terceiro juridicamente interessado:

I — para o Governador do Estado, sem efeito suspensivo, as decisões originariamente proferidas por Secretário de Estado ou dirigente de órgãos que lhe forem diretamente subordinados;

II — para a autoridade imediatamente superior na escala hierárquica até Secretário de Estado ou dirigente de órgão diretamente subordinado ao Governador do Estado, com efeito suspensivo, as decisões proferidas por outras autoridades.

Parágrafo único — Sempre que o recorrente alegar relevante questão de direito será ouvida obrigatoriamente a Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 8.º — Ressalvado o disposto no artigo 4.º desta Lei na apuração de créditos não tributários aplicar-se-ão, no que couber, as disposições do processo administrativo-tributário concernentes a lançamento de ofício, intimações, provas, impugnações, prazos, recursos e organização do processo em geral.

Art. 9.º — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 30 (trinta) dias, podendo:

I — centralizar em órgãos integrantes da estrutura da Secretaria de Estado de Fazenda a inscrição, como Dívida Ativa, de crédito não tributário;

II — atribuir competência exclusiva à Procuradoria-Geral do Estado para promover a cobrança judicial da Dívida Ativa decorrente de crédito não tributário originário de autarquia estadual.

Art. 10 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

LEI N.º 1.020 — DE 17 DE JULHO DE 1986

Altera dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias, criando o Cartório da Dívida Ativa do Estado e o 7.º Contador, e dá outras providências.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O artigo 97, do Título III, Capítulo VI, do Livro I, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, fica acrescido de um § 3.º, com a seguinte redação:

“Art. 97 —

§ 3.º — Caberá a um dos Juizes das Varas da Fazenda Pública, designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, a direção dos serviços administrativos do Cartório da Dívida Ativa do Estado e do 7.º Contador”.

Art. 2.º — O artigo 60, do Título I, Capítulo XII, e o artigo 120, do Título VII, do Livro III, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 60 — Na Comarca da Capital, os contadores, em número de 7 (sete) exercerão suas funções;

.....
VI — o 7.º Contador, em regime oficializado, junto às Varas da Fazenda Pública, ao qual incumbe elaborar as contas e os cálculos nos processos do Cartório da Dívida Ativa do Estado.

.....
Art. 120 — Ficam criadas as seguintes escriturarias:

1 — na Comarca da Capital:

.....
e) a do Cartório da Dívida Ativa do Estado, em regime oficializado”.

Art. 3.º — Ao Cartório da Dívida Ativa do Estado incumbe atender aos Juizes das Varas da Fazenda Pública no processamento de:

- I — execuções fiscais requeridas pelo Estado e suas Autarquias;
- II — feitos que tenham por objeto matéria tributária, nos quais sejam interessados o Estado ou suas Autarquias;
- III — cartas precatórias pertinentes à matéria.

Parágrafo único — Reconhecida a conexão entre feito de qualquer natureza com outro que tenha por objeto a matéria prevista no presente artigo, serão os autos remetidos ao Cartório da Dívida Ativa do Estado.

Art. 4.º — A distribuição das execuções fiscais far-se-á de acordo com os critérios que forem estabelecidos pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 5.º — Ficam criados os cargos discriminados no Anexo que acompanha esta Lei.

Art. 6.º — Será provido no cargo de Titular do Cartório da Dívida Ativa do Estado o Titular de 1.ª Categoria que o requerer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei.

§ 1.º — O Corregedor-Geral da Justiça emitirá parecer sobre as pretensões manifestadas e o encaminhará ao Governador do Estado para o ato de transferência, na forma do artigo 38, da Lei n.º 2.085-A, de 5 de setembro de 1972.

§ 2.º — Se não houver concorrentes à transferência, o cargo será provido na forma da legislação em vigor.

§ 3.º — Até o provimento do cargo de que trata este artigo, responderá pela serventia o servidor designado pelo Corregedor-Geral da Justiça.

§ 4.º — O provimento do cargo de 7.º Contador obedecerá, no que couber, aos critérios estabelecidos no presente artigo.

Art. 7.º — O Cartório da Dívida Ativa do Estado e a Serventia do 7.º Contador deverão ser instalados no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei.

Art. 8.º — O Juiz responsável pela direção do Cartório da Dívida Ativa do Estado e da Serventia do 7.º Contador poderá, sempre que necessário, requisitar servidores de outros Poderes a fim de atender aos serviços, inclusive para o exercício da função de Oficial de Justiça-Avaliador *ad hoc*.

Art. 9.º — Os processos em curso, referentes às matérias de que trata o artigo 3.º, deverão ser encaminhados pelas serventias das Varas da Fazenda Pública diretamente ao Cartório da Dívida Ativa do Estado, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua instalação, mediante relação, em 2 (duas) vias uma delas destinada ao Cartório de Distribuição, para efeito de anotação em seus registros.

Parágrafo único — A remessa far-se-á independentemente de pagamento de custas.

Art. 10 — (Vetado).

Art. 11 — As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários à sua execução.

Art. 12 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

ANEXO A LEI N.º 1.020, DE 17 DE JULHO DE 1986

Titular de 1ª Categoria	1 (um)
Contador de 1.ª Categoria	1 (um)
Técnico Judiciário	5 (cinco)
Auxiliar Judiciário	6 (seis)
Auxiliar de Cartório	13 (treze)
Oficial de Justiça Avaliador	20 (vinte)

LEI N.º 1.034 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1986

Dispõe sobre a entrada em vigor da Lei n.º 1.010, de 2 de julho de 1986, e prorroga o prazo para a instalação das Serventias Judiciais criadas pela Lei n.º 1.020, de 17 de julho de 1986.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O Regimento de Custas Judiciais baixado pela Lei n.º 1.010, de 2 de julho de 1986, entrará em vigor no dia 1.º de outubro de 1986, mantidas a exceção e a ressalva previstas em seu artigo 91.

Art. 2.º — O prazo para a instalação do Cartório da Dívida Ativa do Estado e da Serventia do 7.º Contador, previsto no artigo 7.º da Lei n.º 1.020, de 17 de julho de 1986, fica prorrogado para 1.º de novembro de 1986.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

LEI N.º 1.037 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1986

Altera a redação do artigo 115 da Resolução n.º 5, de 24 de março de 1977 (Livro III do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro).

O Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O artigo 115 da Resolução n.º 5, de 24 de março de 1977 (Livro III do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 115 — Nos atos translativos de domínio, referentes a imóveis, será obrigatória a apresentação dos seguintes documentos: de identificação das partes, inclusive o pertinente ao Cadastro de Inscrição de Contribuintes — CIC, de comprovação do pagamento do Imposto sobre a Transmissão *inter vivos*, certidões negativas de débitos fiscais, de comprovação da capacidade civil do alienante, referentes a ônus reais incidentes sobre o imóvel e a feitos de jurisdição contenciosa ajuizados em face do alienante.

§ 1.º Sendo alienante empresa prevista no artigo 142 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, deverá ser apresentada, outrossim, a certidão negativa de débito para com a Previdência Social.

§ 2.º Para os fins do disposto no parágrafo único, do artigo 4.º, da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, modificada pela Lei n.º 7.182, de 27 de março de 1984, considerar-se-á prova de quitação de despesas de condomínio a declaração feita pelo alienante, ou seu procurador, sob pena de responsabilidade criminal.

§ 3.º Dispensa-se a transcrição do teor dos documentos apresentados, devendo, porém, o Tabelião fazer constar do instrumento

sua apresentação, enumerando-os, bem como conservá-los, no Cartório, sejam originais ou cópias autenticadas.

§ 4.º A existência de distribuição de quaisquer feitos de jurisdição contenciosa em face do alienante não impede que se lavre a escritura pública, cabendo, porém, ao Tabelião prevenir o adquirente para os riscos que eventualmente corre consignando o fato no texto do ato notarial.

§ 5.º O disposto neste artigo se aplica, no que couber, ao instrumento particular a que alude o artigo 61, da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, modificada pela Lei n.º 5.049, de 29 de junho de 1966.

§ 6.º O Oficial do Registro de Imóveis não poderá proceder ao registro do contrato sem a comprovação do cumprimento do que dispõe o parágrafo anterior."

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

LEI N.º 1.049 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1986

Altera o Regimento de Custas Judiciais.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — São introduzidas na Lei n.º 1.010, de 2 de julho de 1986, que dispõe sobre o Regimento de Custas Judiciais, as seguintes alterações:

"Art. 2.º —

§ 1.º Se em 1.º de janeiro o valor nominal das Obrigações do Tesouro Nacional não tiver sido alterado, a atualização de que trata este artigo será efetuada 30 (trinta) dias após a vigência do novo índice.

§ 2.º O Corregedor-Geral da Justiça divulgará, anualmente, os valores atualizados nos termos deste artigo, desprezadas as frações de Cz\$ 10 (dez) cruzados, salvo quando se tratar de valores inferiores a Cz\$ 100,00 (cem cruzados) com relação aos quais serão desprezados apenas os centavos."

"Art. 8.º —

V — metade quando da distribuição e a outra metade, inclusive eventual diferença apurada, na ocasião do cálculo (artigo 1.013, § 2.º, do CPC), as devidas aos escrivães nos processos de inventário e arrolamento.

Parágrafo único — Nos inventários e arrolamentos processados na forma da Lei federal n.º 7.019, de 31 de agosto de 1982, os valores atribuídos a bens imóveis, para efeito de contagem e cobrança de custas, não poderão ser inferiores aos valores venais que serviram de base para lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial ou Territorial no exercício imediatamente anterior ao da abertura do processo, incumbindo ao inventariante fazer a respectiva prova."

"Art. 39 —

I —

II — ressalvado o disposto nos parágrafos deste artigo, nos cálculos para a execução e outros de qualquer natureza estão incluídos todos os demais necessários, desde que realizados simultaneamente.

§ 1.º — Os cálculos que se destinem a instruir outros processos, tais como o de verificação de diferença de aluguéis em ações renovatórias, serão contados autonomamente.

§ 2.º — Em casos de litisconsórcio e quando a condenação não for uniforme, exigindo cálculos distintos para cada um dos litisconsortes, por cálculo adicional será cobrada metade das custas previstas na Tabela III, n.º 2.

Art. 40 — Não serão devidas custas nos casos de novo cálculo, por erro do contador, ou quando lhe forem solicitados esclarecimentos pelo Juiz a respeito de cálculos elaborados.

Parágrafo único.

I —

II — quando o valor dos bens for inferior a Cz\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzados);

III — quando se tratar de reajustamento de cálculo anterior, salvo nos casos de prestações sucessivas em número superior a 6 (seis)."

"Art. 45 —

I —

II — quando o monte bruto for igual ou inferior a Cz\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzados), na data da avaliação ou, na sua falta, do cálculo para pagamento do imposto ou da taxa judiciária."

"Art. 90 —

Parágrafo único — Aplica-se ao reajustamento previsto neste artigo a regra contida no § 1.º do artigo 2.º se em 1.º de março de 1987 o valor nominal das Obrigações do Tesouro Nacional não for alterado."

"Art. 92 —

§ 1.º —

§ 2.º — Uma vez recolhidas as custas por um dos regimes, não poderá a parte que optou pelo regime do Decreto-Lei n.º 23, de 15 de março de 1975, daí por diante, fazê-lo de acordo com o regime desta Lei.

§ 3.º — A opção pelo regime do Decreto-Lei n.º 23/75 prevalecerá apenas até 31 de dezembro de 1986, data a partir da qual serão obrigatoriamente aplicadas as Normas e Tabelas desta Lei, inclusive o disposto no artigo 85."

Art. 2.º — São introduzidas as seguintes alterações nas Tabelas anexas à Lei n.º 1.010, de 2 de julho de 1986:

TABELA II

"E) Das Varas de Órfãos e Sucessões:

1 —	
2 —	
3 —	
4 — Inventário ou arrolamento:	
a) com bens a partilhar ou adjudicar:	
I — monte bruto, qualquer que seja o seu valor, sem bens imóveis	Cz\$ 1.000,00
II — monte bruto, qualquer que seja o seu valor, contendo até 1 (um) imóvel residencial com área construída igual ou inferior a 60m2, ou alternativamente, 1 (um) lote de terreno de área igual ou inferior a 400m2	Cz\$ 1.000,00
III — monte bruto, qualquer que seja o seu valor, contendo até 1 (um) imóvel residencial com área construída superior a 60m2 ou, alternativamente, 1 (um) lote de terreno de área superior a 400m2 e não superior a 2.000m2	Cz\$ 2.000,00
IV — monte bruto, não enquadrável nas hipóteses anteriores	Cz\$ 4.000,00
b)	
5 —	
6 —	
7 —	
8 — Por formal de partilha que exceder de 1 (um), inclusive 2.ªs vias	Cz\$ 200,00
9 — Por alvará que exceder de 4 (quatro), em um mesmo processo	Cz\$ 40,00
10 — Por mandado que exceder de 4 (quatro), em um mesmo processo	Cz\$ 40,00
11 — Outros procedimentos: as mesmas custas previstas nesta Tabela, alínea "A".	

J) De Prática Comum:

I — Desarquivamento de processos findos:

a) até cinco anos	Cz\$ 60,00
b) com mais de cinco anos	Cz\$ 100,00

TABELA III

1 — Conta de custas ou informação prevista no artigo 24, II	Cz\$ 80,00
2 — Cálculos para execuções e outros de qualquer natureza, incluída a conta de custas	Cz\$ 220,00

TABELA IV

Atos dos Partidores:

1 — Esboço de partilha, sobrepilha ou rateio: 0,5% (meio por cento) sobre o valor rateado.

Mínimo	Cz\$ 100,00
Máximo	Cz\$ 2.000,00

2 — Reforma ou emenda de esboço: metade das custas de n.º 1, salvo se resultante de erro do serventuário, hipótese em que nada será devido."

Art. 3.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

LEI N.º 1.053 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1986

Cria os Juizados Especiais de Pequenas Causas na Justiça do Estado, e dá outras providências.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Ficam criados como órgãos do Poder Judiciário os Juizados Especiais de Pequenas Causas e os respectivos Conselhos Recursais, constituídos por 3 (três) Juizes em exercício no 1.º grau de jurisdição, de acordo com o estabelecido pela Lei Federal n.º 7.244, de 7 de novembro de 1984.

Art. 2.º — Poderão ser instalados Juizados Especiais de Pequenas Causas, na Comarca da Capital, em cada Região Administrativa ou grupo de regiões e nas do interior, na sede e nos respectivos distritos.

§ 1.º — As atribuições dos Juizados de Pequenas Causas serão exercidas, na Comarca da Capital, pelos Juizes da Região Judiciária Especial, e, no interior, pelos Juizes em exercício nas Varas de competência cível.

§ 2.º — O Corregedor-Geral da Justiça providenciará a lotação dos servidores necessários ao pleno funcionamento dos Juizados.

Art. 3.º — A função de Conciliador será exercida... (vetado)... por Bacharel em Direito, preferencialmente.

Art. 4.º — Os árbitros serão escolhidos dentre advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 5.º — A assistência judiciária será prestada por Defensores Públicos designados pelo órgão competente.

Art. 6.º — Os Curadores necessários serão designados pelo Procurador-Geral da Justiça.

Art. 7.º — Fica instituído também, em caráter experimental, o Juizado Informal de Conciliação, com base no artigo 56, item I, da Lei Federal n.º 7.244, de 7 de novembro de 1984, para causas não abrangidas por essa Lei.

Art. 8.º — A instalação e o funcionamento dos Juizados de Pequenas Causas e respectivos Conselhos Recursais, bem como dos Juizados Informais de Conciliação, serão disciplinados, através de resolução, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Art. 9.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

LEI N.º 1.054 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1986

Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço anteriormente prestado sob o regime da CLT, para efeito de concessão de licença-prêmio

O Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Para efeito de apuração de quinquênio de efetivo exercício prestado ao Estado, ou a suas autarquias, para concessão de licença-prêmio, será considerado o tempo de serviço anteriormente prestado pelo funcionário efetivo, em emprego regido pelo regulamento da CLT, desde que prestado também ao Estado ou a suas autarquias.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

LEI N.º 1.060 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1986

Institui o Fundo Especial de Controle Ambiental — FECAM, e dá outras providências.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 5.º, do artigo 45, da Constituição Estadual, promulga a Lei n.º 1.060, de 10 de novembro de 1986, oriunda do Projeto de Lei n.º 1.009, de 1986:

Art. 1.º — Na forma do disposto na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, o Governo do Estado zelará para que o desenvolvimento econômico seja estimulado de forma a conciliar-se com a proteção do meio ambiente, para preservá-lo de alterações físicas, químicas ou biológicas que, direta ou indiretamente, sejam nocivas à saúde, à segurança e ao bem-estar das populações, ou ocasionem danos à fauna e à flora.

Art. 2.º — Para atender às necessidades financeiras dos projetos e programas instituídos para apoio ou execução da Política Estadual de Controle Ambiental, fica o Poder Executivo autorizado a criar um fundo de natureza contábil a se denominar Fundo Especial de Controle Ambiental — FECAM.

Art. 3.º — Constituem-se em recursos do FECAM:

a) 10% (dez por cento) da indenização prevista pelo artigo 27 e seus parágrafos da Lei Federal n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação dada pela Lei Federal n.º 7.453, de 27 de dezembro de 1985;

b) produto das multas e indenizações referentes a infrações à legislação de proteção ambiental federal e estadual aplicadas ou recolhidas pelo Estado do Rio de Janeiro, inclusive as provenientes de condenações fundamentadas na Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985;

c) produto de arrecadação de taxas ou contribuições pela utilização de recursos ambientais;

- d) dotações e créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- e) empréstimos, repasses, doações, subvenções, auxílios, contribuições, legados ou quaisquer outras transferências de pessoas físicas ou jurídicas nacionais, estrangeiras ou internacionais, de direito público ou privado, diretamente ou através de convênios;
- f) rendimentos provenientes de suas operações ou aplicações financeiras;
- g) outros recursos eventuais.

Art. 4.º — O Fundo será gerido por um Conselho integrado pela Secretaria de Estado de Obras e Meio-Ambiente, que o presidirá; pelo Presidente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio-Ambiente, que o substituirá em suas ausências ou impedimentos eventuais, e por 1 (um) representante de cada um dos seguintes órgãos ou entidades:

- I — Procuradoria-Geral de Justiça;
- II — Secretaria de Estado de Fazenda;
- III — Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro;
- IV — Federação das Associações de Meio-Ambiente — FAMA.

§ 1.º — O Presidente do Conselho designará o Secretário-Executivo, que participará das reuniões, sem direito a voto.

§ 2.º — Os serviços prestados pelos integrantes do Conselho e pelo Secretário-Executivo serão considerados de relevante interesse para o Estado, não sendo remunerados, a qualquer título.

Art. 5.º — Os recursos destinados ao FECAM serão depositados em estabelecimento oficial de crédito, em conta especial, à disposição do Conselho gestor do FECAM.

Art. 6.º — Os estabelecimentos de crédito comunicarão imediatamente ao Conselho os depósitos realizados a crédito do FECAM.

Art. 7.º — O Conselho do FECAM, mediante entendimento a ser mantido com o Poder Judiciário e o Ministério Público, será informado da propositura de toda a ação civil pública, de depósito judicial e de sua natureza, bem assim do trânsito em julgado.

Art. 8.º — Os recursos oriundos de condenação judicial por danos ambientais, com fundamento na Lei n.º 7.347/85, serão contabilizados separadamente dos demais e terão plano de aplicação específica, destinados exclusivamente à reparação de danos ambientais.

Art. 9.º — Caberá ao Conselho mencionado no artigo anterior:

- a) aprovação de planos de aplicação e do Regulamento do FECAM;
- b) fixação de critérios para aplicação dos recursos do Fundo;
- c) aprovação de orçamentos e condições gerais de operação e a fiscalização da execução das operações;
- d) aprovação dos contratos, convênios e acordos a serem firmados pelo FECAM.

Art. 10 — O Conselho do FECAM terá um prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de sua instalação, para elaborar seu regimento interno.

Art. 11 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Eduardo Chuahy
Presidente da Assembléia Legislativa

(*) LEI N.º 1.063 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1986

Revigora prazo de opção do regime celetista para o regime estatutário de que trata, a Lei n.º 612, de 30 de novembro de 1982.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica revigorado até 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta lei, o prazo a que se refere o parágrafo 2.º do artigo 8.º, da Lei n.º 612, de 30 de novembro de 1982.

§ 1.º — O disposto neste artigo aplica-se aos atuais servidores do PRODERJ, regidos pela legislação trabalhista.

§ 2.º — Aos servidores que optarem pelo regime jurídico estatutário, dentro do prazo estabelecido no *caput* deste artigo, aplicam-se, no que couber, os preceitos da Lei n.º 612, de 30 de novembro de 1982.

Art. 2.º — Para o enquadramento no Quadro I, da Administração Direta e Autárquica no prazo de opção do artigo 1.º, aplicam-se aos contratados, quanto à exigência de escolaridade, as regras da escolaridade suprida de que trata o Decreto n.º 3.322/81 e legislação complementar.

Art. 3.º — Os funcionários celetistas que optarem pelo regime Estatutário, por força da Lei n.º 612/82, e que comprovaram o desvio de função, através de processo regular que se encontra, atualmente, em grau de recurso, serão enquadrados nos cargos pleiteados pelo instituto de transformação.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1986.

Leonel Brizola

Teodoro Buarque de Hollanda

Luis Fernando Ribeiro Matos

Shirley de Oliveira Pinto

(*) Republicada por ter saído com incorreção no D.O. de 14-11-86.

LEI N.º 1.084 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1986

Dispõe sobre a concessão de pensão especial à viúva de servidor público acometida de moléstia grave, pela forma que especifica, e dá outras providências.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão especial igual à remuneração mensal do marido, à viúva de servidor público acometida de moléstia especificada em lei.

§ 1.º — Para efeito do disposto neste artigo, originará direito à pensão especial os casos de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante) ou outra moléstia que a lei indicar com base nas conclusões da medicina especializada.

§ 2.º — Entende-se como remuneração o vencimento que o servidor público faria jus se em atividade estivesse, acrescido de toda e qualquer gratificação ou vantagem por ele recebida em caráter permanente.

§ 3.º — A pensão especial será deferida em qualquer época, desde que constatada a moléstia, mediante exame médico feito pelo órgão especial competente.

§ 4.º — A pensão instituída nesta Lei não é acumulável com quaisquer outros proventos recebidos dos cofres públicos, nem será concedida à viúva que tenha economia própria.

§ 5.º — Todos os documentos necessários à habilitação da pensão especial são isentos de qualquer taxa ou emolumentos.

Art. 2.º — A pensão especial prevista nesta Lei será deferida também nos casos:

I — em que a morte do servidor público tenha ocorrido em razão de acidente em serviço ou moléstia profissional;

II — quando a morte decorrer de moléstia grave especificada em lei ou de qualquer outro evento em razão do qual o servidor público foi ou seria aposentado por invalidez.

Art. 3.º — A pensão especial definida no artigo precedente será concedida também aos filhos menores do *de cujus*, incluindo, ainda, filho ou filha maior de idade que vivia sob sua exclusiva dependência econômica, procedendo-se, no tocante à fixação das cotas respectivas, ao disposto na legislação previdenciária pertinente.

Art. 4.º — Equipara-se à espôsa, para efeito objetivado por esta lei, a companheira, aplicando-se, no caso, o disposto na legislação previdenciária pertinente.

Art. 5.º — O disposto nesta Lei aplica-se na atualização das pensões decorrentes da implantação de Plano de Classificação de Cargos, inclusive as decorrentes de legislação específica.

Parágrafo único — Sempre que houver alteração, a qualquer título, dos padrões de vencimentos dos servidores públicos ativos, a pensão especial de que

trata esta Lei será automaticamente reajustada, computando-se toda e qualquer gratificação ou vantagem recebida em caráter permanente.

Art. 6.º — O disposto nesta Lei não restringirá, em hipótese alguma, pensão especial já prevista em legislação específica, devendo prevalecer aquela que for mais favorável.

Art. 7.º — O Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro — IPERJ pagará a pensão previdenciária a que a viúva tiver direito, calculada de acordo com a legislação vigente, cabendo ao Tesouro Estadual pagar a diferença em relação ao valor fixado para a pensão especial.

Art. 8.º — O Poder Executivo baixará decreto regulamentando o disposto nesta Lei, aplicando-se, no que couber, o disposto nos Decretos Federais n.º 452, de 4 de janeiro de 1962 e n.º 76.954, de 30 de dezembro de 1975.

Art. 9.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

DECRETO N.º 9.064 — DE 16 DE JULHO DE 1986

Estabelece a competência, aprova a Estrutura Básica da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, e dá outras providências.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, decreta:

CAPÍTULO I

Objetivos

Art 1.º — A Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, criada pelo Decreto n.º 8.953, de 8 de maio de 1986, compete:

I — promover assentamentos urbanos e rurais, em terras públicas ou privadas;

II — disciplinar a forma de ocupação de áreas de terra de interesse social;

III — estimular a utilização racional e produtiva das pequenas e médias propriedades, objetos de ação de política fundiária;

IV — promover a regularização fundiária das áreas de propriedade do Estado e de suas autarquias;

V — intermediar junto ao Governo Federal e suas autarquias visando à regularização de suas áreas ocupadas no Estado;

VI — promover medidas, inclusive judiciais, que se fizerem necessárias à solução de conflitos fundiários;

VII — elaborar e executar projetos especiais, na área rural, em consonância com a política fundiária;

VIII — apoiar o desenvolvimento, implantação e funcionamento de cooperativas nas comunidades assistidas;

IX — promover e apoiar a comercialização dos produtos finais, oriundos das propriedades envolvidas nos programas de assentamentos;

X — promover entendimentos com organismos regionais, visando à harmonia de esforços na execução de serviços e trabalhos no setor de desenvolvimento agrário;

XI — estudar e propor a celebração de contratos, acordos e convênios com entidades públicas ou particulares, objetivando assentamento de áreas rurais;

XII — estudar e propor solução de questões de terras, onde haja desassossego e tensão social provocadas por litígios possessórios ou dominiais;

XIII — manter estreito entendimento e cooperação com os órgãos federais, visando obter apoio técnico e financeiro para suas atividades;

XIV — manter permanente articulação com o Departamento de Patrimônio Imobiliário da Secretaria de Estado de Justiça e Interior, objetivando estudar e propor normas e diretrizes para a alienação de terras devolutas e patrimoniais, bem como para as operações de compra e venda de imóveis rurais, para efeito de assentamentos.

CAPÍTULO II

Organização e Estrutura

SEÇÃO I

Disposições Especiais

Art. 2.º — A Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais será dirigida por um Secretário-Extraordinário que, em seus impedimentos, será substituído pelo Subsecretário-Extraordinário.

SEÇÃO II

Estrutura Básica

Art. 3.º — A Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais tem a seguinte estrutura básica:

I — Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Secretário:

1. Gabinete do Secretário.

II — Órgão de Planejamento:

1. Subsecretaria.

III — Órgão Colegiado:

1. Conselho de Assuntos Fundiários.

IV — Órgãos de Apoio Técnico:

1. Departamento-Geral de Assuntos Jurídicos;

2. Departamento-Geral de Organização e Promoção;

3. Departamento-Geral de Projetos e Assentamentos.

V — Órgão de Apoio Administrativo e Financeiro:

1. Departamento-Geral de Administração.

CAPÍTULO III

Competência dos Órgãos

SEÇÃO I

Subsecretaria

Art. 4.º — A Subsecretaria compete colaborar com o Secretário-Extraordinário no desempenho de suas atribuições e exercer as atividades que lhe forem especificamente delegadas.

Parágrafo único — A Subsecretaria Extraordinária vincula-se tecnicamente à Secretaria de Estado de Planejamento e Controle, relativamente às atividades de planejamento e modernização administrativa e, em conjunto, com a Secretaria de Estado de Fazenda no que se refere a orçamento.

SEÇÃO II

Gabinete do Secretário

Art. 5.º — Ao Gabinete do Secretário compete assistir-lhe em suas representações social e funcional.

SEÇÃO III

Conselho de Assuntos Fundiários

Art. 6.º — Ao Conselho de Assuntos Fundiários compete:

I — coordenar o desempenho dos órgãos estaduais envolvidos nas questões relativas a assuntos fundiários, assentamentos humanos e projetos especiais, visando evitar duplicidade de atuação;

II — encaminhar soluções adequadas para os litígios fundiários, de maneira a propiciar a manutenção de famílias que dependam da terra para moradia ou desenvolvimento de atividade produtiva.

Parágrafo único — O Conselho de Assuntos Fundiários será constituído pelo Secretário-Extraordinário de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, que será seu Coordenador, pelos Secretários de Estado de Justiça e do Interior, de Agricultura e Abastecimento, de Planejamento e Controle, de Trabalho e Habitação, para o Desenvolvimento da Região Metropolitana e pelo Procurador-Geral do Estado.

SEÇÃO IV

Departamento-Geral de Assuntos Jurídicos

Art. 7.º — Ao Departamento-Geral de Assuntos Jurídicos compete emitir pareceres em processos e assuntos que envolvam matéria jurídica e cujo exame lhe seja determinado pelo Secretário-Extraordinário ou pelo Subsecretário-Extraordinário; encaminhar e acompanhar as ações discriminatórias; promover regularização de terras devolutas e dominiais, prestando assistência jurídica às comunidades envolvidas, bem como colaborar com a Procuradoria-Geral do Estado nas ações que estejam em jogo interesses da Secretaria Extraordinária ou relacionadas com o domínio das terras públicas, sempre que assim determinar o Secretário-Extraordinário.

SEÇÃO V

Departamento-Geral de Organização e Promoção

Art. 8.º — Ao Departamento-Geral de Organização e Promoção compete planejar, programar, supervisionar, estabelecer normas e coordenar programas de assentamentos e de desenvolvimento de áreas rurais estagnárias; incentivar o associativismo rural e promover a criação de cooperativas de produção e consumo, oferecendo assistência técnica, bem como garantir a participação das organizações dos trabalhadores rurais da região na discussão da política fundiária e agrícola do Estado.

SEÇÃO VI

Departamento-Geral de Projetos e Assentamentos

Art. 9.º — Ao Departamento-Geral de Projetos e Assentamentos compete planejar, programar e coordenar projetos de mapeamento sistemático, cadastral, temático especial; executar e fiscalizar levantamentos e demarcação de terras de domínio público ou particular; executar trabalhos técnicos nas discriminações administrativas e judiciais, bem como planejar, programar e supervisionar a execução de projetos de desenvolvimento de áreas rurais, e coordenar a preparação da assistência técnica aos assentamentos e aos pequenos produtores.

SEÇÃO VII

Departamento-Geral de Administração

Art. 10 — Ao Departamento-Geral de Administração, órgão tecnicamente vinculado à Secretaria de Estado de Administração, compete exercer todas as atividades de apoio administrativo relacionadas com Pessoal, Material, Patrimônio, Documentação e Serviços Gerais, necessárias ao funcionamento da Secretaria Extraordinária.

CAPÍTULO IV

Dos Dirigentes dos Órgãos da Secretaria Extraordinária

Art. 11 — Os Órgãos competentes da estrutura básica da Secretaria Extraordinária serão dirigidos:

- I — a Subsecretaria, por um Subsecretário-Extraordinário, símbolo SS;
- II — o Órgão Colegiado, por seu Coordenador;
- III — o Gabinete do Secretário, por um Chefe de Gabinete, símbolo DAS-9;
- IV — os Departamentos-Gerais, por Diretores-Gerais, símbolo DAS-9.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 12 — Ficam transferidos, do Quadro Permanente do Poder Executivo da Secretaria de Estado de Governo para a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais 3 (três) cargos em comissão símbolo DAS-7, sendo 1 (um) criado pelo Decreto-Lei n.º 25, de 15 de março de 1975, um pelo Decreto n.º 843, de 12 de agosto de 1976 e 1 (um) pelo Decreto n.º 5.788, de 8 de julho de 1982 e 4 (quatro) cargos em

comissão símbolo DAS-6, criados pelo Decreto-Lei n.º 182, de 10 de julho de 1975, todos da Secretaria de Estado de Saúde e Higiene; 1 (um) cargo em comissão símbolo DAS-7, criado pelo Decreto-Lei n.º 25/75 e 8 (oito) cargos em comissão símbolo DAS-6, sendo 7 (sete) criados pelo Decreto-Lei n.º 25/75 e 1 (um) pelo Decreto n.º 6.897, de 13 de dezembro de 1983 e 4 (quatro) cargos em comissão símbolo DAI-6, criados pelo Decreto n.º 22, de 15 de março de 1975, todos da Secretaria de Estado de Fazenda, cargos estes objeto do Decreto n.º 6.624, de 15 de março de 1983, e transformado, sem aumento de despesa, em 1 (um) cargo em comissão de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-9, 4 (quatro) cargos em comissão de Diretor-Geral, símbolo DAS-9 e 8 (oito) cargos em comissão de Assistente, símbolo DAS-6.

Art. 13 — Fica alterada para Secretário-Executivo do Conselho de Assuntos Fundiários, a denominação do cargo em comissão de Secretário-Executivo da Comissão de Assuntos Fundiários.

Art. 14 — Com a criação, na estrutura básica da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, do Conselho de Assuntos Fundiários, fica extinta a Comissão de Assuntos Fundiários, prevista no Decreto n.º 6.854, de 1.º de novembro de 1983.

Art. 15 — Fica o Secretário-Extraordinário de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais autorizado a:

I — efetuar indicações ao Governador do Estado para preenchimento dos cargos em comissão existentes na estrutura organizacional da Secretaria Extraordinária;

II — expedir o Regimento Interno da Secretaria Extraordinária, estabelecendo o desdobramento operacional da estrutura básica, a competência e funcionamento de suas unidades e as atribuições de seus servidores, ouvida a Secretaria de Estado de Planejamento e Controle.

Art. 16 — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

DECRETO N.º 9.109 — DE 29 DE JULHO DE 1986

Estabelece condições para a realização de operações de arrendamento mercantil (*leasing*).

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1.º — As operações de arrendamento mercantil (*leasing*), no âmbito da Administração Estadual, somente poderão ser realizadas com expressa autorização do Governador do Estado, inclusive nos órgãos da Administração Indireta e Fundações.

Parágrafo único — Os contratos já realizados serão objeto de reavaliação, devendo os órgãos da Administração Estadual encaminhar cópia dos mesmos à Secretaria de Estado de Planejamento e Controle, num prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

DECRETO N.º 9.113 — DE 31 DE JULHO DE 1986

Estabelece condições especiais para a prestação de serviços de produção e veiculação de matéria publicitária de interesse do Estado e de seus entes da Administração Indireta, inclusive Fundações, e dá outras providências.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade de regulamentar os contratos de prestação de serviços de publicidade de interesse dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, inclusive fundações, de maneira a preservar, na sua execução, quando dela participarem mais de uma agência de propaganda, o princípio de igualdade de participação e de justa remuneração pelos serviços e despesas efetivamente realizadas;

Considerando que são insítos à Administração Pública Estadual os poderes de declarar, unilateralmente, rescindido qualquer contrato, quando assim o reclame o interesse público;

Considerando que o inciso XI, do artigo 83, do Decreto n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, que regulamentou o Título XI do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado, aprovado pela Lei n.º 287, de 4 de dezembro de 1979, autoriza a rescisão administrativa de contrato por "razões de interesse do serviço público", decreta:

Art. 1.º — A partir da data da publicação do presente Decreto, todos os contratos de prestação de serviços de publicidade de interesse do Estado e de seus entes da Administração Indireta, inclusive fundações, dos quais participem mais de uma agência de propaganda (*pool*), deverão conter cláusula especial que estabeleça a igualdade de participação das agências na remuneração percebida por todos os trabalhos realizados pelo *pool*.

Parágrafo único — As agências de propaganda integrantes do *pool* escolherão aquela que administrará a execução do contrato, concedendo-lhe poderes integrais de representação, inclusive para firmar novos compromissos em nome das representadas, a qual fará jus, em razão disso, a uma retribuição especial previamente deduzida do valor global a ser partilhado entre as agências.

Art. 2.º — Caberá à Comissão Especial de Propaganda da Secretaria de Estado de Governo da Governadoria do Estado, em nome dos órgãos e entidades públicas estaduais interessados, a solicitação e a distribuição das tarefas a serem realizadas pelas agências participantes do *pool*.

Art. 3.º — Os contratos de prestação de serviços de publicidade atualmente em vigor, no âmbito do Estado, cujas cláusulas estiverem em discordância com o disposto neste Decreto, serão considerados rescindidos administrativamente, com base no inciso XI, do artigo 83, do Decreto n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, salvo se as contratadas assentirem na assinatura de novo instrumento que resguarde os princípios estabelecidos no presente Decreto.

Art. 4.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

DECRETO N.º 9.310 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1986

Antecipa para o dia 27 de outubro de 1986 as comemorações do Dia do Funcionário Público.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Estadual n.º 894, de 19 de setembro de 1985, decreta:

Art. 1.º — Não haverá expediente nos órgãos, entidades e fundações da Administração Estadual no próximo dia 27 de outubro do ano em curso, segunda-feira, em antecipação às comemorações do Dia do Funcionário Público, salvo nas repartições públicas cujos serviços sejam considerados indispensáveis, a critério dos respectivos titulares.

Art. 2.º — Os servidores estaduais que estejam à disposição da Justiça Eleitoral, ou venham a ser por ela requisitados obedecerão, no dia 27 de outubro, ao expediente que for determinado pelas autoridades judiciais às quais estejam juridicionados.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

DECRETO N.º 9.345 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1986

Estabelece critérios para a concessão das gratificações de lotação prioritária e adicional de insalubridade, instituídas pela Lei n.º 720, de 30 de dezembro de 1983, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 961, de 27 de dezembro de 1985.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 4.º da Lei n.º 961, de 27 de dezembro de 1985, que deu nova redação ao artigo 37 da Lei n.º 720, de 30 de dezembro de 1983, e o que consta do Processo n.º E-01/4636/86, decreta:

Art. 1.º — A gratificação adicional de insalubridade, de que trata o artigo 37, item I, da Lei n.º 720, de 30 de dezembro de 1983, com a redação dada no artigo 4.º da Lei n.º 961, de 27 de dezembro de 1985, corresponderá a 20% (vinte por cento) da referência 44 e será concedida aos funcionários com exercício em unidades prestadoras de serviços de saúde de qualquer órgão da Administração Direta e Autárquica cuja atividade seja desempenhada em permanente contato com pacientes ou material contaminado.

Parágrafo único — Consideram-se unidades prestadoras de serviço de saúde os órgãos integrantes da estrutura da Secretaria de Estado de Saúde e Higiene e os hospitais, institutos, laboratórios especializados, centros e ambulatórios de outros órgãos da Administração Direta ou Autárquica.

Art. 2.º — A gratificação de lotação prioritária, de que trata o artigo 37, item II, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 720, de 30 de dezembro de 1983, com a redação dada pelo artigo 4.º da Lei n.º 961, de 27 de dezembro de 1985, será concedida aos servidores com exercício na Secretaria de Estado de Saúde e Higiene e suas Autarquias ou em unidades prestadoras de serviços de saúde de outras secretarias ou órgãos da Administração Autárquica, com valor básico correspondente a 50% (cinquenta por cento) da respectiva retribuição básica do servidor de nível médio ou elementar, e com valor básico correspondente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração da referência 57 do Plano de Cargos e Vencimentos, para os ocupantes de cargos ou empregos de nível superior.

§ 1.º — A gratificação de lotação prioritária poderá ser acrescida em 25% (vinte e cinco por cento) da referência 57 do Plano de Cargos e Vencimentos para até 25% (vinte e cinco por cento) dos ocupantes de cargos de nível superior da área de Saúde e Higiene, com exercício nas unidades de saúde classificadas como prioridade máxima (P.1) em função da carência de recursos médicos sanitários na área, conforme resolução a ser baixada pelo Secretário de Estado de Saúde e Higiene.

§ 2.º — Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior consideram-se profissionais da área de saúde de nível superior os relacionados no Anexo I — Quadro Especial da Área de Saúde e Higiene — Subgrupo 10 — Atividades Profissionais de Natureza Especial: A — Nível Superior, da Lei n.º 961, de 27 de dezembro de 1985.

§ 3.º — O acréscimo do valor da gratificação de lotação prioritária a que se refere este artigo será atribuído em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira em 1.º de janeiro de 1986 e a segunda em 1.º de abril de 1986, sem prejuízo do reajuste previsto no artigo 1.º da Lei n.º 811, de 20 de dezembro de 1984.

Art. 3.º — Caberá aos titulares das Secretarias de Estado e Autarquias conceder, cancelar ou substituir as gratificações de que trata este Decreto.

Art. 4.º — As gratificações de que trata este Decreto poderão ser percebidas cumulativamente com os vencimentos dos cargos em comissão DAS ou DAI.

Art. 5.º — A percepção da gratificação de lotação prioritária exclui qualquer outra vantagem devida em decorrência da lotação do servidor.

Art. 6.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação produzindo efeito financeiro a partir de 1.º de janeiro de 1986, ressalvado o estabelecido pelo § 3.º do artigo 2.º, revogadas as disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

DECRETO N.º 9.430 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1986

Dispõe sobre os órgãos de atuação da Assistência Judiciária, e dá outras providências.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 24 e 25 da Lei Complementar n.º 6, de 12 de maio de 1977, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar n.º 41, de 24 de agosto de 1984, decreta:

Art. 1.º — Os órgãos de atuação da Assistência Judiciária do Estado do Rio de Janeiro são:

- I — 16 (dezesseis) no 2.º Grau de Jurisdição;
- II — 145 (cento e quarenta e cinco) na Comarca da Capital;
- III — 166 (cento e sessenta e seis) nas Comarcas de 1.ª e 2.ª Entrâncias.

Art. 2.º — O Secretário de Estado de Justiça discriminará, por resolução, os órgãos de atuação previstos neste Decreto, estabelecendo, quando for o caso, sua correspondência com os órgãos judiciários existentes.

Art. 3.º — Os Defensores Públicos de 2.ª Categoria, que não estiverem lotados em órgãos de atuação nas Comarcas de 1.ª e 2.ª Entrâncias, poderão ser designados para exercício em auxílio ou substituição nos órgãos de atuação dessas Comarcas e da Capital.

Art. 4.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos n.ºs 6.389, de 2 de dezembro de 1982, 4.280, de 10 de julho de 1981, 2.749, de 10 de outubro de 1979, 2.361, de 31 de janeiro de 1979 e 1.289, de 1.º de junho de 1977, e demais disposições em contrário.

Leonel Brizola
Governador do Estado

DECRETO N.º 9.453, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1986

Cria a Ordem do Ministério Público Fluminense, dispõe sobre sua regulamentação e dá outras providências.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a alta relevância da atuação do Ministério Público, como legítimo representante da sociedade e guardião da Constituição e das Leis;

Considerando o dia Nacional do Ministério Público, que se comemora no dia 14 de dezembro;

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada, no âmbito do Executivo Estadual, a Ordem do Mérito do Ministério Público Fluminense, destinada a premiar os seus membros que se distinguirem no exercício de seu cargo e, excepcionalmente, a personalidade ou instituições, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços à Instituição.

Art. 2.º — A Ordem do Mérito do Ministério Público Fluminense, será concedida nos graus de *Grã-Cruz*, *Grande Oficial*, *Comendador*, *Oficial* e *Cãvaleiro*.

Art. 3.º — O Governador do Estado é o *Grão-Mestre* da Ordem do Mérito do Ministério Público e o Procurador-Geral de Justiça o seu Chanceler.

Art. 4.º — Fica aprovado o Regulamento da Ordem do Mérito do Ministério Público Fluminense, o qual acompanha este Decreto:

Art. 5.º — A despesa com a execução deste Decreto correrá à conta de dotação orçamentária da Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 6.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1986.

Eduardo Chuahy
Luiz Roldão de Freitas Gomes

REGULAMENTO DA ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FLUMINENSE

CAPÍTULO I

Da Finalidade

Art. 1.º — A Ordem do Mérito do Ministério Público Fluminense destina-se a premiar Procuradores de Justiça, Promotores e Curadores de Justiça, que se distinguirem no exercício de seu cargo e, excepcionalmente, a personalidades e

instituições, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços à instituição do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO II

Dos Graus e Insígnias da Ordem

Art. 2.º — A Ordem do Mérito do Ministério Público Fluminense, constará de cinco (5) graus, assim denominados:

- I — Grã-Cruz
- II — Grande Oficial
- III — Comendador
- IV — Oficial
- V — Cavaleiro.

Art. 3.º — A insígnia e diploma correspondentes ao grau, placa, faixa, fita, passador, barrete e roseta, bem como seus desenhos e especificações são os constantes dos Anexos que acompanham este Regulamento.

Art. 4.º — A cada grau corresponde uma insígnia que é usada da seguinte forma:

- I — em solenidades públicas:
 - a — Grã-Cruz — pendente de fita passada a tiracolo, da direita para a esquerda e numa placa dourada, no lado esquerdo do peito;
 - b — Grande Oficial — pendente do pescoço e numa placa montada em prata, do lado esquerdo do peito;
 - c — Comendador — pendente do pescoço, montada em dourado;
 - d — Oficial — do lado esquerdo do peito, montada em prata;
 - e — Cavaleiro — do lado esquerdo do peito, montada em prata.
- II — demais solenidades ou no cotidiano:
 - a — Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial — roseta na lapela esquerda;
 - b — Cavaleiro — uma fita estreita ou laço com cores da Ordem na lapela

CAPÍTULO III

Dos Quadros da Ordem

Art. 5.º — Os graduados com a Ordem do Mérito do Ministério Público Fluminense serão classificados nos seguintes quadros:

- I — Quadro ordinário — constituído por membros do Ministério Público em atividade;
- II — Quadro suplementar — constituído por:
 - a — personalidades ou instituições;
 - b — membros do Ministério Público aposentados;
 - c — autoridades transferidas.

Art. 6.º — O Quadro Ordinário terá o seguinte efetivo:

- I — Grã-Cruz — 12
- II — Grande Oficial — 22
- III — Comendador — 68
- IV — Oficial — 178
- V — Cavaleiro — 188.

Parágrafo único — As vagas no Quadro Ordinário dar-se-ão por promoção, transferência, exclusão ou morte.

Art. 7.º — O Quadro Suplementar não terá efetivo estabelecido.

CAPÍTULO IV

Da Direção, Competência e Funcionamento

Art. 8.º — A Ordem do Mérito do Ministério Público Fluminense, tendo por Grão-Mestre o Governador do Estado e por Chanceler o Procurador-Geral de Justiça, é administrada por um Conselho.

Art. 9.º — O Conselho da Ordem do Mérito do Ministério Público Fluminense é constituído pelos seguintes membros:

- I — Presidente e Chanceler, exercido pelo Procurador-Geral de Justiça;
- II — Vice-Presidente, exercido pelo 1.º Subprocurador-Geral de Justiça;
- III — Secretário, exercido pelo 2.º Subprocurador-Geral de Justiça;
- IV — Natos, em número de quatro (4), exercidos pelos Chefe de Gabinete, Corregedor do Ministério Público e pelos dois Membros do Ministério Público mais antigos na carreira.

Art. 10 — Ao Conselho da Ordem compete:

- I — o exame das propostas apresentadas;
- II — a decisão a respeito dessas propostas;
- III — a salvaguarda e conservação do bom nome da Ordem;
- IV — o zelo pela execução deste Regulamento.

Art. 11 — Ao Presidente do Conselho incumbe:

- I — presidir as sessões do Conselho;
- II — exercer o direito de voto;
- III — fazer cumprir as decisões do Conselho;
- IV — aplicar a pena de suspensão;
- V — decidir *ad referendum* do Conselho; em caso de urgência, sobre os assuntos relevantes de interesse da Ordem;
- VI — convocar, extraordinariamente, reuniões do Conselho;
- VII — assinar, juntamente com o Grão-Mestre, os diplomas.

Art. 12 — Ao Vice-Presidente do Conselho incumbe:

- I — substituir, eventualmente, o Presidente;
- II — participar das reuniões do Conselho;

- III — pronunciar-se sobre os assuntos em pauta;
- IV — exercer o direito de voto.

Art. 13 — Aos Membros Natos do Conselho incumbe:

- I — substituir, eventualmente, o Vice-Presidente;
- II — participar das reuniões do Conselho;
- III — pronunciar-se sobre os assuntos em pauta;
- IV — exercer o direito de voto.

Art. 14 — Ao Secretário do Conselho incumbe:

- I — expedir avisos e editais para as reuniões do Conselho;
- II — receber, expedir e controlar a correspondência;
- III — secretariar as reuniões;
- IV — lavrar as respectivas atas;
- V — exercer o direito de voto;
- VI — controlar e manter atualizado o livro de Registro da Ordem;
- VII — ter sob sua guarda e conservação o arquivamento da Ordem;
- VIII — promover a aquisição de medalhas e demais honrarias.

Art. 15 — O Conselho da Ordem do Mérito do Ministério Público, com sede no Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, reunir-se-á:

- I — ordinariamente, na primeira quinzena de março;
- II — extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente.

CAPÍTULO V

Da Classificação nos Graus

Art. 16 — Os cinco (5) graus de que se compõe a Ordem do Mérito do Ministério Público serão concedidos conforme a seguinte classificação:

I — Grã-Cruz — Membro do Ministério Público em exercício atual ou anterior em cargo de Chefia da Instituição, Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a nível federal e estadual, Ministros de Estado, Presidente do Tribunal de Contas da União, Cardeais, Arcebispos, Chefes de Embaixadas estrangeiras e outras personalidades de hierarquia equivalente;

II — Grande Oficial — Membro do Ministério Público com exercício atual ou anterior nos cargos de Subprocuradores-Gerais, Corregedor do Ministério Público, no Conselho Superior do Ministério Público e no Órgão Especial do Ministério Público, Vice-Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Ministros dos Tribunais Superiores, Desembargadores, Juizes de 2.º Instância, Oficiais-Generais das Forças Armadas, Procuradores-Gerais de Justiça e do Estado, Presidente e Membros de Tribunais e Conselhos de Contas, Secretários de Estado, Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, Ordens e Conselhos e outras autoridades de igual graduação, bem como Presidente de entidades de economia mista, da Administração Direta ou Indireta federais e estaduais;

III — Comendador — Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça com exercício atual ou anterior em cargo de Direção e Assistência Superior, Subsecretários de Estado, Procuradores de Justiça, Escritores, Cientistas, Educadores, Literatos, Filósofos, Juristas, Profissionais Liberais, Oficiais Superiores das Forças Armadas e Corporações Auxiliares, Presidentes ou Representantes das Classes Produtoras, Associações, Ordens Religiosas e outras Autoridades de igual categoria;

IV — Oficial — Promotores de Justiça, Juízes, Defensores Públicos, Procuradores do Estado, Delegados de Polícia, Oficiais das Forças Armadas e Corporações Auxiliares, Membros de Embaixadas, Consulados e outras Autoridades de igual categoria;

V — Cavaleiro — Funcionários da Procuradoria-Geral de Justiça, Servidores Públicos — federais, estaduais, municipais ou estrangeiros, outros funcionários públicos de igual categoria e Personalidades Ilustres.

CAPITULO VI

Da Admissão e Promoção

Art. 17 — A admissão é o ingresso no Quadro da Ordem do Mérito do Ministério Público correspondente, pelo recebimento de honraria.

§ 1.º — O Governador do Estado e o Procurador-Geral de Justiça, ao tomarem posse nos respectivos cargos, serão admitidos ou promovidos, automaticamente, ao cargo de Grã-Cruz.

Art. 18 — A Proposta de admissão será apresentada por Membro do Conselho, devidamente instituída na forma do artigo seguinte e entregue à Secretaria no período de 1.º de fevereiro até 15 de março.

Parágrafo único — A critério do Presidente do Conselho será apreciada proposta recebida no período não compreendido nesse artigo.

Art. 19 — São condições para admissão do Membro do Ministério Público:

I — ter no mínimo dez (10) anos na carreira, sem qualquer punição;

II — distinguir-se no círculo da classe, pelo valor pessoal, dedicação ao serviço, capacidade de ação, direção, qualidades de integridade moral e inteligência.

Art. 20 — A admissão de personalidades e instituições nacionais ou estrangeiras ocorrerá desde que tenham prestado relevantes serviços ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 21 — A promoção é a passagem do Membro do Ministério Público para o grau mais elevado na Ordem do Mérito do Ministério Público.

Art. 22 — São condições para promoção:

I — o interstício, no mínimo, no grau de dois (2) anos;

II — o estatuído no inciso II do artigo 19, após admissão.

Art. 23 — A promoção de graduado nacional importará em devolução da Insígnia anterior ao Conselho.

Art. 24 — Aplica-se à promoção o disposto ao instituto da admissão, naquilo que não colidir.

CAPÍTULO VII

Da Transferência e Exclusão

Art. 25 — A transferência é a passagem do Membro do Ministério Público para o Quadro Suplementar em virtude de sua aposentadoria.

Art. 26 — O Membro do Ministério Público integrante do Quadro Suplementar poderá ser promovido, observadas as condições do art. 22.

Art. 27 — A exclusão é o afastamento do agraciado dos Quadros da Ordem desde que ocorra:

- I — perda de nacionalidade;
- II — condenação transitada em julgado, por infração penal;
- III — cometimento de falta contrária à dignidade e à honra inerentes à função pública e/ou ao conceito da Instituição;
- IV — ofensa à dignidade nacional ou conduta indigna da honraria recebida.

CAPÍTULO VIII

Dos Diplomas e Condecorações

Art. 28 — A admissão, promoção e exclusão serão efetivadas por Decreto e a transferência por ato do Conselho.

Art. 29 — Publicado o Decreto no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, o Procurador-Geral de Justiça mandará expedir o diploma, por ele assinado e pelo Governador com a transcrição nos assentamentos funcionais dos agraciados.

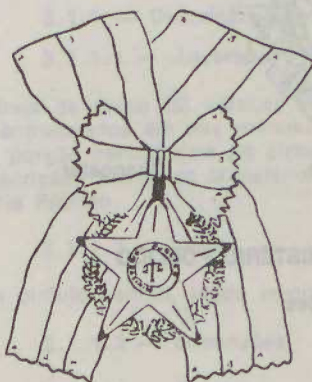
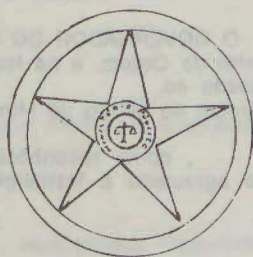
Art. 30 — A entrega das Insígnias e Diplomas far-se-á, sempre, em solenidade pública promovida pela Procuradoria-Geral de Justiça, em local previamente designado, na presença de todos os membros do Conselho, Autoridades e convidados, preferencialmente, no dia 14 de dezembro.

Art. 31 — A solenidade, no caso do artigo anterior, será coordenada pelo Diretor-Geral de Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça.

CAPÍTULO IX

Disposição Final

Art. 32 — Os casos omissos serão solucionados através de decisão unânime do Conselho da Ordem do Mérito do Ministério Público.



Placa

Placa



ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, na qualidade de Grão-Mestre da Ordem, e na forma do Decreto n.º 9.453, de 5 de dezembro de 1986, concede ao

a Ordem do Mérito do Ministério Público no grau de

, como reconhecimento dos relevantes e meritórios serviços prestados pelo agraciado à Instituição.

Rio de Janeiro,

de

de



Grão-Mestre

Agraciado

Chanceler

ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Especificações

1 — Da Insígnia

1.1 — Descrição Heráldica

A Insígnia da Ordem do Mérito do Ministério Público significa o reconhecimento da Procuradoria-Geral de Justiça aos Membros do Ministério Público ou não, que se destaquem na vida pública, contribuindo, de forma relevante e meritória, em prol da segurança e tranquilidade pública.

Os ramos de Louro simbolizam o reconhecimento do Mérito; o prêmio pela vitória conquistada.

A Estrela simboliza a autoridade legitimamente delegada ao Estado; o poder do direito.

O Emblema do Ministério Público, o símbolo da Instituição.

1.2 — Descrição Geométrica

1.2.1 — Anverso

Estrela de cinco (5) vértices ou pontas, circundada por dois (2) ramos de Louro, entrelaçados em sua extremidade inferior e separados na superior, tendo em sua porção central dois (2) círculos concêntricos, contendo o maior ou externo a inscrição: Ministério Público; e o menor ou interno, o emblema do Ministério Público.

1.2.2 — Verso

Apenas um círculo interior tendo inscrito ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

2. — Da Placa

2.1 — Descrição Heráldica

O Resplendor, constituído pelos raios de uma fonte luminosa, simboliza a grandeza da obra dos agraciados.

2.2 — Descrição Geométrica

A Placa é formada pelos raios de um resplendor, seccionados transversalmente.

3 — Da Grã-Cruz

3.1 — Insígnia

3.1.1 — Descrição Geométrica

3.1.1.1 — Anverso

Estrela de cinco (5) vértices ou pontas, circundada por dois (2) ramos de Louro, entrelaçados em sua extremidade, inferior e separados na superior, tendo em sua porção central dois (2) círculos concêntricos, contendo o maior ou externo a Inscrição: Mérito do Ministério Público; e o menor ou interno o emblema do Ministério Público.

3.1.1.2 — Verso

Um círculo central, tendo inscrito ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

3.1.1.3 — Dimensões

Insígnia — 71 mm

3.1.2 — Descrição Cromática

Amarelo-ouro

3.1.3 — Descrição Física

Confeccionada em metal dourado e colocada, pendente de um laço superposto no cruzamento das extremidades de uma Faixa, usada no sentido transversal do ombro direito para o quadril esquerdo.

3.2 — Placa

3.2.1 — Descrição Geométrica

Formada pelos raios de um resplendor seccionados transversalmente, tendo superposta, em relevo, a Insígnia.

3.2.1.1 — Dimensão

Placa — 91 mm

Insígnia — 62 mm

3.2.2 — Descrição Cromática

Amarelo-ouro

3.2.3 — Descrição Física

Confeccionada em metal dourado, tendo incrustada, em relevo, uma insígnia, para ser usada sobre o peito esquerdo.

3.3 — Faixa

3.3.1 — Descrição Física

Confeccionada em gorgurão chamalotado, constituída de três (3) listras iguais, no sentido longitudinal.

3.3.1.1 — Dimensão

Largura — 102 mm

3.3.2 — Descrição Cromática

As duas (2) listras laterais, na cor azul, e a central, em branco.

3.4 — Barreta

3.4.1 — Descrição Geométrica

Constituída de um retângulo metálico, tendo ao centro, superposta, uma Roseta.

3.4.2 — Descrição Cromática

Retângulo em amarelo-ouro, parte interna em azul e branco; Roseta, em amarelo-ouro.

3.5 — Roseta

3.5.1 — Descrição Geométrica

De forma circular, superposta a um retângulo, cuja altura é menor que seu diâmetro e largura maior.

3.5.1.1 — Dimensão

Diâmetro — 10 mm

Retângulo — altura — 6 mm
largura — 14 mm

4 — Do Grande Oficial

4.1 — Insígnia

4.1.1 — Descrição Geométrica

4.1.1.1 — Anverso

Estrela de cinco (5) vértices ou pontas, circundada por dois (2) ramos de Louro, entrelaçados em sua extremidade inferior e separados na superior, tendo em sua porção central, dois (2) círculos concêntricos, contendo o maior ou ex-

terno a inscrição: Mérito do Ministério Público; e o menor ou interno, o emblema do Ministério Público.

4.1.1.2 — Verso

Um círculo interno, tendo inscrito ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

4.1.1.2.1 — Dimensão

Insígnia — 62 mm

4.1.2 — Descrição Cromática

Prateada

4.1.3 — Descrição Física

Confeccionada em metal dourado, sendo usada pendente de um Colar, no pescoço.

4.2 — Placa

4.2.1 — Descrição Geométrica

Formada pelos raios de um resplendor seccionados, transversalmente, tendo superposta, em relevo, a Insígnia.

4.2.1.1 — Dimensão

Placa — 72 mm

Insígnia — 62 mm

4.2.2. — Descrição Cromática

Prateada

4.2.3 — Descrição Física

Confeccionada em metal dourado, tendo incrustada, em relevo, uma Insígnia, usada sobre o lado esquerdo do peito.

4.3 — Colar

4.3.1 — Descrição Física

Confeccionado em gorgurão chamalotado, constituído de três (3) listas ou faixas em sentido longitudinal, usado no pescoço, tendo pendente uma Insígnia.

4.3.1.1 — Dimensão

Largura — 45 mm

4.3.2. — Descrição Cromática

Listras laterais azuis e a central em branco.

4.4 — Barreta

4.4.1 — Descrição Geométrica

Constituída por um retângulo, tendo superposto uma Roseta.

4.4.2 — Descrição Cromática

Retângulo prateado, parte interna, azul e branco; Roseta, prateada.

4.5 — Roseta

4.5.1 — Descrição Geométrica

Constituída de um botão de forma circular, superposto a um retângulo.

4.5.2 — Descrição Cromática

Prateada

5 — Do Comendador

5.1 — Insígnia

5.1.1 — Descrição Geométrica

5.1.1.1 — Anverso

Estrela de cinco (5) vértices ou pontas, circundada por dois (2) ramos de Louro, entrelaçados em sua extremidade interior e separados na superior, tendo em sua porção central dois (2) círculos concêntricos, contendo o maior ou externo a inscrição: Mérito do Ministério Público; e o menor ou interno o emblema do Ministério Público.

5.1.1.2 — Verso

Um círculo central tendo inscrito ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

5.1.1.3 — Dimensão

Insígnia — 63 mm

5.1.2 — Descrição Cromática

Amarelo-ouro

5.1.3 — Descrição Física

Confeccionada em metal dourado, pendente de um colar usado ao redor do pescoço.

5.2 — Colar

5.2.1 — Descrição Física

Confeccionado em gorgurão chamalotado, constituído de três (3) listras ou faixas em sentido longitudinal usado no pescoço, tendo pendente uma Insígnia.

5.2.1.1 — Dimensão

Largura — 45 mm

5.2.2 — Descrição Cromática

Listras laterais em azul e a central em branco.

5.3 — Barreta

5.3.1 — Descrição Geométrica

Constituída por um retângulo metálico, tendo superposto no centro uma Roseta.

5.3.2 — Descrição Cromática

Retângulo em amarelo-ouro, parte interna em azul e branco. Roseta em amarelo-ouro.

5.4 — Roseta

5.4.1 — Descrição Geométrica

Constituída por um botão de circular, superposto a um retângulo.

5.4.2 — Descrição Cromática

Amarelo-ouro

6 — Do Oficial

6.1 — Insígnia

6.1.1 — Descrição Geométrica

6.1.1.1 — Anverso

Estrela de cinco (5) vértices ou pontas, circundada por dois (2) ramos de Louro, entrelaçados em sua extremidade inferior e separados na superior, tendo em sua porção central dois (2) círculos concêntricos, contendo o maior ou externo a inscrição: Mérito do Ministério Público; e o menor ou interno o emblema do Ministério Público.

6.1.1.2 — Verso

Um círculo central tendo inscrito ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

6.1.1.3 — Dimensão

Insígnia — 52 mm

6.1.2 — Descrição Cromática

Prateada

6.1.3 — Descrição Física

Confeccionada em metal amarelo dourado, pendente de uma Fita, usada sobre o peito esquerdo.

6.2 — Fita

6.2.1 — Descrição Física

Confeccionada em gorgurão chamalotado, constituído de três (3) listras ou faixas, usada pendente do peito esquerdo.

6.2.1.1 — Dimensão

Largura — 39 mm

Comprimento — 45 mm

6.2.2 — Descrição Cromática

Listras laterais em azul e a central em branco.

6.3 — Barreta

6.3.1 — Descrição Geométrica

Constituída de um retângulo metálico, tendo superposto ao centro uma Roseta.

6.3.2 — Descrição Cromática

Retângulo em prateado, parte interna em azul e branco; Roseta em prateado.

6.4 — Roseta

6.4.1 — Descrição Geométrica

Constituída de um botão de forma circular, superposto a um retângulo.

6.4.2 — Descrição Cromática

Prateado

7 — Do Cavaleiro

7.1 — Insígnia

7.1.1 — Descrição Geométrica

7.1.1.1 — Anverso

Estrela de cinco (5) vértices ou pontas, circundada por dois (2) ramos de Louro, entrelaçados em sua extremidade inferior e separados na superior, tendo em sua porção central dois (2) círculos concêntricos, contendo o maior ou externo a inscrição: Mérito do Ministério Público; e o menor, ou interno, o emblema do Ministério Público.

7.1.1.2 — Verso

Um círculo interior, tendo inscrito ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

7.1.1.3 — Dimensão

Insígnia — 52 mm

7.1.2 — Descrição Física

Confeccionada em metal prateado, usada pendente de uma Fita sobre o peito esquerdo.

7.1.3 — Descrição Cromática

Prateado

7.2 — Fita

7.2.1 — Descrição Física

Confeccionada em gorgurão chamalotado, constituída de três (3) listras ou faixas, usada pendente do peito esquerdo.

7.2.1.1 — Dimensão

Largura — 39 mm

Comprimento — 45 mm

7.2.2 — Descrição Cromática

Listras laterais em azul e a central em branco.

7.3 — Barreta

7.3.1 — Descrição Geométrica

Constituída por um retângulo metálico, tendo superposto ao centro uma Roseta.

7.3.2 — Descrição Cromática

Retângulo prateado, parte interna em azul e branco; Roseta prateada.

7.4 — Roseta

7.4.1 — Descrição Geométrica

Constituída de um botão de forma circular superposto a um retângulo.

7.4.2 — Descrição Cromática

Prateada

DECRETO N.º 9.524 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1986

Dota, sem aumento de despesa, o Ministério Público de condições efetivas para o desempenho de suas atribuições, especialmente aquelas pertinentes à defesa das garantias constitucionais e dos direitos humanos.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que o Decreto Estadual n.º 7.165, de 3 de fevereiro de 1984, criou, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, a Consultoria de Assuntos de Defesa das Garantias Constitucionais e de Direitos Humanos;

Considerando a existência de órgãos assemelhados, assim no Brasil como no exterior, especialmente a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas — ONU;

Considerando estudos e trabalhos de organismos nacionais e estrangeiros sobre os direitos da pessoa humana;

Considerando a necessidade de intercâmbio de experiências, nesta área, entre a Procuradoria-Geral de Justiça e as instituições que têm por objeto a defesa dos direitos humanos, tanto a nível interno como internacional;

Considerando que é dever do Ministério Público, por força de sua vocação institucional, participar, ativamente, junto com outras instituições, públicas ou privadas, do processo de erradicação da tortura e de todas as outras formas de abuso de autoridade, decreta:

Art. 1.º — O Ministério Público, sem prejuízo das atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas, atuará na formulação, execução e acompanhamento de programas, planos ou projetos governamentais relacionados com a política de defesa das garantias constitucionais e dos direitos humanos.

Art. 2.º — Para os fins do artigo anterior, quando necessário, o Procurador-Geral de Justiça promoverá a celebração de acordos, convênios e demais instrumentos com entidades internas e internacionais, públicas ou particulares, que se

dediquem a atividades relacionadas com a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Art. 3.º — A Procuradoria-Geral de Justiça acompanhará iniciativas dos demais Estados da Federação, da União ou de Estados estrangeiros, que tiverem por objeto a defesa dos direitos individuais e das liberdades fundamentais da pessoa humana, sugerindo, se for o caso, ações similares, na ordem jurídica estadual.

Art. 4.º — A celebração dos instrumentos previstos nos artigos anteriores não deverá gerar, em qualquer hipótese, despesas não previstas na lei orçamentária.

Art. 5.º — O Procurador-Geral de Justiça deverá indicar ao Governador do Estado membros do Ministério Público para participarem, assistirem ou acompanharem, quando necessário, congressos, conclaves, seminários, cursos e demais atividades, promovidas ou executadas por qualquer ente jurídico público ou privado, nacional ou estrangeiro, que digam respeito à defesa dos direitos e das liberdades da pessoa humana.

Art. 6.º — Na forma do disposto no artigo 7.º do Decreto n.º 7.165, de 3 de fevereiro de 1984, poderá o Procurador-Geral de Justiça instituir atendimento ininterrupto à população do Estado, em horário diurno e noturno, para o exercício das atribuições da Consultoria de Assuntos de Defesa das Garantias e dos Direitos Humanos.

Art. 7.º — Para os fins do disposto no artigo anterior, poderá o Procurador-Geral de Justiça promover a requisição aos demais órgãos públicos estaduais de funcionários, material e demais meios necessários, devendo os órgãos solicitados atribuir absoluta prioridade ao atendimento das requisições.

Art. 8.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Eduardo Chuahy

Governador do Estado em exercício

LEI MUNICIPAL

DECRETO N.º 6.293 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1986

Reorganiza o Sistema de Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e

Considerando que o governo tem como uma de suas prioridades estabelecer um Sistema de Defesa Civil com a participação harmoniosa da comunidade e do Poder Público, à altura dos anseios e necessidades da população;

Considerando a justificativa da Coordenação Geral do Sistema de Defesa Civil, onde está explícita a preocupação pela prevenção e não apenas pela execução do socorro;

Considerando que é fundamental para a Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro a reorganização não só do sistema como da coordenação deste;

Considerando o apelo da comunidade técnica da Cidade do Rio de Janeiro por intermédio da Sociedade Brasileira de Engenharia de Segurança — SOBES, que se traduz em conscientizar a população e otimizar recursos na prevenção a fim de minimizar as consequências de desastres;

Considerando que os custos para otimizar meios são irrisórios quando se trata de prevenir acidentes que ceifam anualmente centenas de vidas de nossos concidadãos,

DECRETA:

Art 1.º — Defesa Civil, para os fins do presente decreto, é o efeito do somatório de esforços e comportamentos da comunidade e do governo de forma organizada e coordenada. Ela visa a prevenir ou minimizar as consequências de ameaça ou desencadeamento de fatos anormais e adversos, a fim de salvaguardar a vida da população e seus bens, e incluem as providências necessárias à reparação dos serviços essenciais.

Art. 2.º — Entende-se por Sistema de Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro o conjunto de órgãos e serviços da Administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, de órgãos subordinados a outros poderes e entidades não governamentais que, operando harmonicamente, se destinam a atender às necessidades da população em face da ocorrência de fatos adversos.

Art. 3.º — O Sistema de Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro, para efeito de atuação dentro das suas finalidades, terá a seguinte composição:

I — Coordenação-Geral do Sistema de Defesa Civil — COSIDEC, subordinada diretamente ao Prefeito e constituída de um Coordenador-Geral, um Assessor, uma Coordenação de Operações, uma Coordenação de Engenharia e uma Coordenação de Apoio;

II — Coordenação-Regional de Defesa Civil — REDEC/RIO, que será constituída pelo Coordenador das Regiões Administrativas e seus auxiliares diretos;

III — Coordenações Distritais de Defesa Civil — CODEC, uma em cada Região Administrativa e constituídas pelos Administradores Regionais e seus auxiliares imediatos;

IV — Núcleos Comunitários de Defesa Civil — NUDEC, que serão organizados em bairros, favelas, conjuntos habitacionais, vilas e condomínios, pelas Coordenações Distritais de Defesa Civil;

V — Conselho de Entidades Não Governamentais — CENG, que se constituirá de entidades não governamentais, convidadas pela COSIDEC.

Art. 4.º — Para efeito de atividades específicas de defesa civil fica criado o vínculo funcional, como segue:

I — as Coordenações Distritais de Defesa Civil — CODEC serão vinculadas à Coordenação-Regional de Defesa Civil — REDEC/RIO;

II — a Coordenação Regional de Defesa Civil — REDEC/RIO será vinculada à COSIDEC;

III — os Núcleos Comunitários de Defesa Civil — NUDEC, por serem de comunidades e formados no âmbito das associações comunitárias, se reportarão à CODEC;

IV — o Conselho de Entidades Não Governamentais — CENG será coordenado pelo Assessor do Coordenador-Geral do Sistema de Defesa Civil — COSIDEC.

Art. 5.º — Os Secretários Municipais, o Diretor-Presidente da Companhia Municipal de Limpeza Urbana — COMLURB, o Presidente da Comissão Municipal de Energia — CME e o Diretor-Presidente da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. — RIOTUR designarão um servidor como representante no Sistema de Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro, e dois substitutos eventuais, com poder de decisão e capazes de acionar todo o sistema do órgão a que pertencem a fim de agilizar o atendimento às solicitações da COSIDEC.

Parágrafo único — Os representantes de que trata este artigo, pertencentes ao quadro de pessoal efetivo da Administração Municipal, sempre que possível, constituirão o Grupo de Atividades Coordenadas — GRAC, diretamente ligado à COSIDEC.

Art. 6.º — O Sistema de Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro atuará permanentemente, segundo as seguintes fases:

I — PREVENTIVA, que compreende o período de normalidade, sem perspectiva de ocorrência de eventos desastrosos imediatos, quando as ações estarão voltadas para a identificação e erradicação de pontos críticos e para a conscientização preventiva da população;

II — SOCORRO, que compreende o período em que todas as ações estarão voltadas para o controle do fato adverso ou a minimização dos seus efeitos;

III — ASSISTENCIAL, que compreende o período imediato às ações de socorro ou concomitantes a estas e visam, basicamente, às pessoas atingidas direta ou indiretamente pelo fato adverso;

IV — RECUPERATIVA, que compreende o período em que a ação se volta para o completo retorno à normalidade.

Art. 7.º — O Sistema funcionará em caráter de vigilância e alerta, mantendo plantões durante todos os dias do ano, determinados pela COSIDEC.

Art. 8.º — O Sistema de Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro permanecerá em situação de alerta máximo no período compreendido entre 1.º de dezembro e 31 de março, a fim de prevenir ou minimizar os efeitos das chuvas que se abatam sobre a cidade, sem prejuízo de outros atendimentos à população.

§ 1.º — De acordo com a necessidade e por solicitação do Coordenador-Geral do Sistema, esse período poderá ser prorrogado.

§ 2.º — No período de que se trata, por solicitação do Coordenador-Geral do Sistema e determinação do Coordenador Regional, serão implantados plan-

tões permanentes e contínuos em todas ou algumas Coordenações Distritais de Defesa Civil — CODEC para atendimento das solicitações de emergência locais.

§ 3.º — Para atender ao disposto neste artigo, o Sistema de Defesa Civil obedecerá ao seguinte regime de trabalho:

I — SOBREAVISO: em que todos os servidores serão obrigados a manter contato com o órgão a que estiverem subordinados;

II — ALERTA, em que os órgãos contarão permanentemente no mínimo com a metade do efetivo disponível;

III — PRONTIDÃO, em que os órgãos contarão permanentemente com todo o efetivo disponível.

§ 4.º — Esses regimes especiais de trabalho, de acordo com as necessidades, poderão ser determinados para todos ou apenas alguns órgãos da Administração Municipal direta ou indireta.

Art. 9.º — O Chefe do Poder Executivo Municipal, à vista de evolução do fato adverso, poderá:

I — declarar SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, por solicitação do Coordenador-Geral do Sistema de Defesa Civil, quando os fatos adversos atingirem a população com gravidade que o justifique;

II — decretar CALAMIDADE PÚBLICA, quando o fato adverso se agravar e o Município tiver exaurido sua capacidade de controle.

§ 1.º — O decreto de declaração de calamidade pública terá vigência pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, podendo ser renovado.

§ 2.º — Nos casos em que haja declaração de situação de emergência, a coordenação das ações de defesa civil será exercida diretamente pelo Prefeito, sempre assessorado pela Coordenação-Geral do Sistema de Defesa Civil — COSIDEC.

Art. 10 — Nas anormalidades que se restringirem a fatos isolados de atuação específica, tais como incêndios, desmoronamentos, ameaças de rolamento de pedras, enchentes etc., a iniciativa do acionamento dos órgãos locais será de responsabilidade da Coordenação-Distrital de Defesa Civil — CODEC onde tais fatos ocorrerem, dando-se conhecimento imediato à COSIDEC.

Parágrafo único — As interdições emergenciais são de competência da Coordenação-Geral do Sistema de Defesa Civil — COSIDEC, bem como as respectivas desinterdições.

Art. 11 — A participação dos órgãos estaduais e federais localizados na área do Município, nas atividades de defesa civil executadas pelo Sistema Municipal, se processará em forma de apoio e mediante solicitação direta na fase de socorro, e por intermédio da Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro durante as demais fases.

Art. 12 — É obrigatória a participação de todos os servidores do Poder Executivo do Município em atividades de defesa civil, diante de cujas necessidades a COSIDEC fará chamado geral.

§ 1.º — Uma vez acionado, todo servidor deverá comparecer o mais rápido possível ao seu local de trabalho.

§ 2.º — Em caso de impossibilidade para o cumprimento da determinação do parágrafo anterior, o servidor deverá apresentar-se ao órgão descentralizado de sua Secretaria ou à sede da Coordenação Distrital de Defesa Civil — CODEC

mais próxima de sua residência, cabendo a esse órgão fazer o competente registro dessa apresentação.

§ 3.º — O chefe do órgão em que se apresentar o servidor o utilizará em atividade compatível com a sua habilitação funcional até que seja possível encaminhá-lo à repartição a que pertence.

Art. 13 — Nas situações emergenciais de grande vulto, em que seu efetivo fique comprometido em virtude do trabalho a executar, a COSIDEC poderá requisitar funcionários de outros órgãos.

Parágrafo único — Os órgãos do Poder Executivo Municipal da Administração Direta ou Indireta colocarão à disposição da COSIDEC os servidores por ela requisitados, que serão apresentados imediatamente.

Art. 14 — Para atender às necessidades de transporte para as atividades rotineiras de defesa civil, a Superintendência de Transportes Oficiais — STO, da Secretaria Municipal de Administração, deverá manter uma frota de, no mínimo, 4 (quatro) viaturas na Coordenação-Geral do Sistema de Defesa Civil.

Parágrafo único — Para suprir suas necessidades de transporte, em situações emergenciais, a Coordenação-Geral do Sistema de Defesa Civil — COSIDEC solicitará tantas viaturas quantas forem necessárias para o cumprimento da sua missão, ficando a Superintendência de Transportes Oficiais — STO responsável, prioritariamente, pelo suprimento de tal recurso. Em situações de impossibilidade de atendimento pela STO, a COSIDEC estará autorizada a solicitar as viaturas de outros órgãos do Poder Executivo Municipal, que terão a responsabilidade de atender.

Art. 15 — Fica a Divisão de Telecomunicações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos encarregada de suprir e manter a rede de telecomunicações do Sistema de Defesa Civil.

Art. 16 — As disposições do presente decreto que eventualmente alterem as atribuições normais das estruturas administrativas do Município são aplicáveis apenas nas situações de emergência e nos estados de calamidade pública.

Art. 17 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, em especial, o Decreto n.º 1.496, de 6 de abril de 1978.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1986 — 422.º de Fundação da Cidade.

Roberto Saturnino Braga

Jó Antonio de Rezende

Antonio Cerqueira da Silva

José Antonio de Souza Batista

Antonio Pedro Borges de Oliveira

José Augusto Assumpção Brito

Maurício Azêdo

Flavio de Oliveira Ferreira

Maria Lucia Couto Kamache

Marcio Pereira Guimarães

Antonio Carlos de Moraes

Luiz Edmundo H. B. da Costa Leite

Tito Bruno Bandeira Ryff

José Eberienos Assad

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N.º 217 — DE 11 DE JULHO DE 1986

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 3.º do Decreto n.º 6.967, de 08 de dezembro de 1983;

Considerando estar sendo havida por inconstitucional a participação direta de estagiários na execução de atos privativos dos membros do Ministério Público;

Considerando a necessidade de outras adaptações formais dos termos do Regulamento aprovado pela Resolução n.º 146, de 12 de janeiro de 1984;

Resolve aprovar novo Regulamento, nos termos seguintes:

Regulamento do Estágio Forense Junto aos Órgãos de Atuação do Ministério Público

Disposições Gerais

Art. 1.º — O Estágio Forense, junto aos órgãos de atuação do Ministério Público, será realizado pelo Corpo de Estagiários, constituído por bacharéis em Direito, até um ano após formados, e de alunos que estejam cursando um dos quatro últimos semestres em Faculdade de Direito Oficial ou fiscalizada pelo Governo Federal, e localizada no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º — Os estagiários serão admitidos pelo prazo de dezoito meses, salvo em relação aos já bacharéis, cujo estágio não ultrapassará a data em que se completar um ano da respectiva colação de grau.

Art. 3.º — Os estagiários são livremente dispensáveis durante qualquer fase do estágio, o qual será prestado sem ônus para o poder público.

Art. 4.º — Aos estagiários incumbe auxiliar os órgãos de atuação do Ministério Público, no exercício das respectivas atribuições, de acordo com o que dispõem a legislação pertinente, o presente Regulamento e atos normativos complementares da Supervisão do Estágio Forense.

Da Inscrição e Admissão dos Candidatos ao Estágio

Art. 5.º — A inscrição dos candidatos será aberta pelo prazo constante de edital expedido pela Supervisão do Estágio Forense e publicado no Diário Oficial do Estado.

Art. 6.º — O requerimento de inscrição será instruído com a seguinte documentação:

I — Certidão expedida pela Faculdade, de que conste:

a) matrícula do candidato no curso de Bacharelado em Direito ou, se bacharel, prova de conclusão do curso há menos de seis meses;

b) as notas obtidas nas disciplinas das séries ou períodos que o candidato houver cursado;

c) declaração de não haver o aluno sofrido penalidade disciplinar.

II — Afirmação do candidato de nunca ter sido sujeito passivo em qualquer feito cível ou criminal ou, quando for o caso, declaração circunstanciada sobre

o processo, sua natureza, andamento e o teor da decisão nele proferida, se já houver sido julgado.

III — Preenchimento da ficha contendo dados pessoais nela especificados e com a indicação do nome de dois Magistrados, membros do Ministério Público ou Professores Universitários que possam informar a respeito do conceito e da conduta do candidato.

IV — Apresentação de certidão da OAB-RJ se já for inscrito como Advogado ou estagiário.

V — Entrega de três fotografias de frente, recentes, do formato 3x4.

§ 1.º — Serão rejeitados os pedidos de inscrição que não estejam instruídos nos termos deste artigo.

§ 2.º — O candidato deverá comparecer periodicamente ao Serviço do Estágio Forense para acompanhar o andamento do seu processo e de sua admissão ao estágio. O não comparecimento do candidato poderá importar o cancelamento de sua inscrição ou admissão.

Art. 7.º — Não poderá requerer nova inscrição o estagiário que:

I — tenha sido desligado, por qualquer dos motivos previstos nos arts. 25 e 34 deste Regulamento;

II — tenha sido excluído do estágio, como sanção disciplinar.

Art. 8.º — Os candidatos admitidos à prestação do estágio, por decisão do Supervisor do Estágio Forense, prestarão o compromisso de que trata o art. 11 deste Regulamento.

Das Vagas

Art. 9.º — O número de vagas a serem preenchidas será fixado pela Supervisão do Estágio Forense, respeitado o limite máximo de um terço (1/3) do número de órgãos do Ministério Público.

Art. 10 — Caberá à Supervisão do Estágio Forense designar os estagiários para os órgãos do Ministério Público cujos ocupantes os aceitarem.

Parágrafo único — Ao Supervisor caberá a remoção dos estagiários de modo a propiciar-lhes aprendizado nas diversas áreas de atuação do Ministério Público, atendidas sempre as conveniências do serviço.

Do Compromisso e do Exercício

Art. 11 — O acadêmico ou Bacharel admitido à prestação de estágio firmará um termo de compromisso quanto a exercer as incumbências que lhe forem cometidas com probidade, zelo e discrição. O compromisso será tomado pelo Supervisor do Estágio Forense, sendo o termo respectivo lavrado em livro próprio.

§ 1.º — Prestado o compromisso a que se refere este artigo, será o estagiário designado, por portaria do Supervisor do Estágio Forense, para atuar junto a um dos órgãos do Ministério Público.

§ 2.º — De posse da portaria de designação, deverá o estagiário apresentar-se no órgão do Ministério Público em que terá exercício, a fim de iniciar sua atividade.

Art. 12 — Será tornada sem efeito a admissão de estagiários que não comparecerem para prestar compromisso no prazo de 30 (trinta) dias da publicação do ato respectivo, bem como do que deixar de apresentar-se ao órgão do Ministério Público em que deverá atuar, no prazo de 5 (cinco) dias de sua designação.

Parágrafo único — Os prazos para firmar o Termo de Compromisso e para entrar em exercício serão prorrogáveis, a pedido, por tempo não superior a 60 (sessenta) dias, desde que apresentado, para tanto, motivo justo.

Da Frequência

Art. 13 — A frequência mínima do estagiário deverá ser 8 (oito) comparecimentos mensais com a duração de 3 (três) horas, obedecido o critério fixado pelo titular do órgão do Ministério Público junto ao qual servir.

§ 1.º — Será considerado de efetivo exercício o dia de obrigatório comparecimento do estagiário, se no mesmo não houver expediente forense.

§ 2.º — Será desligado o estagiário que tiver 12 (doze) faltas não justificadas, consecutivas ou interpoladas, no período de estágio.

§ 3.º — A frequência será atestada bimestralmente pelo Membro do Ministério Público, em formulário próprio e nos prazos fixados pelo Supervisor do Estágio Forense.

Da Licença

Art. 14 — O estagiário poderá ser licenciado pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, comprovada a necessidade do afastamento e ciente o ocupante do órgão junto ao qual estiver servindo.

Art. 15 — A licença deverá ser requerida com antecedência, permanecendo o requerente em exercício até o deferimento do pedido.

§ 1.º — Antes de decorridos seis meses do início do estágio não será concedida licença, salvo por motivos de força maior, devidamente comprovados.

§ 2.º — Quando se tratar de licença por motivo urgente, o estagiário deverá encaminhar o requerimento à Supervisão do Estágio Forense, antes que seja totalizado o número de faltas que determine seu desligamento (art. 13, § 2.º).

Art. 16 — Cabe ao Superior do Estágio Forense, em qualquer caso, a concessão da licença.

Art. 17 — O prazo de licença não é computável para nenhum efeito, ressalvada a possibilidade de prorrogação do período de estágio, pelo mesmo prazo, para compensação do afastamento.

Art. 18 — O estagiário que necessitar de licença por prazo superior a 90 (noventa) dias, será desligado do estágio.

Da Remoção

Art. 19 — O estagiário poderá ser removido, pelo Supervisor do Estágio Forense, de um para outro órgão de atuação do Ministério Público:

I — a pedido;

II — *ex-officio*.

Art. 20 — A remoção a pedido somente poderá ser concedida após três meses de exercício no órgão de atuação.

Parágrafo único — O estagiário que solicitar remoção permanecerá em exercício no órgão em que estiver servindo, até ser expedido o ato correspondente.

Art. 21 — A remoção *ex-officio* far-se-á por necessidade do serviço ou por conveniência do aprendizado do estagiário.

Da Prática do Estágio

Art. 22 — O estagiário auxiliará o Membro do Ministério Público no exercício de suas funções, dele recebendo a orientação e as instruções pertinentes.

Art. 23 — Ao Membro do Ministério Público que estiver sendo auxiliado por estagiário incumbe:

I — facultar ao estagiário o exame e estudo de autos, inclusive de inquéritos policiais, solicitando-lhe o que julgar pertinente;

II — proporcionar ao estagiário o comparecimento a cartórios, secretarias, tribunais e repartições públicas relacionadas com as atividades do Ministério Público;

III — atribuir ao estagiário a realização de pesquisas de doutrina e jurisprudência sobre a matéria afeta a sua atuação funcional;

IV — determinar ao estagiário a realização de outras tarefas a serem cumpridas, tais como acompanhamento de processos, obtenção de certidões ou de documentos, desde que tais atividades não sejam privativas do próprio Membro do Ministério Público.

Parágrafo único — É defeso ao estagiário participar de atos processuais como auxiliar do membro do Ministério Público, bem como assinar qualquer peça do processo, ainda que juntamente com ele.

Art. 24 — Durante o estágio poderão ser promovidos seminários, conferências e debates sobre matérias de interesse dos estagiários.

Da Avaliação e Comprovação do Estágio

Art. 25 — Bimestralmente, o Membro do Ministério Público avaliará a atuação do estagiário, atribuindo-lhe notas variáveis de 0 (zero) a 5 (cinco), correspondentes a cada um dos seguintes aspectos:

I — interesse;

II — aproveitamento;

III — conduta.

Parágrafo único — O estagiário que não obtiver o mínimo de 8 (oito) pontos, em dois bimestres consecutivos, ou não, será desligado do estágio.

Art. 26 — Para comprovação das atividades desenvolvidas durante o estágio, o estagiário deverá apresentar à Supervisão do Estágio Forense relatório bimestral de suas atividades, ao qual deverá ser aposto o visto do Membro do Ministério Público junto ao qual estiver estagiando.

Art. 27 — A Supervisão do Estágio Forense fixará os prazos em que lhe devem ser encaminhados os relatórios e as fichas de conceito.

Art. 28 — O estagiário que não apresentar as fichas de frequência e de avaliação e os relatórios bimestrais, no prazo que lhe for assinado, será desligado.

Da Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil

Art. 29 — Até a apresentação do segundo relatório bimestral, o estagiário, salvo se já estiver inscrito como advogado ou estagiário, deverá comprovar ter requerido inscrição no Quadro de Estagiários ou de Advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, sob pena de desligamento.

Parágrafo único — O estagiário deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, comunicar à Supervisão a obtenção da carteira, com a indicação dos dados pertinentes, bem como informar, em igual prazo, qualquer alteração de sua situação na OAB.

Art. 30 — Para os fins de direito, a Supervisão do Estágio Forense encaminhará ao Conselho Seccional da OAB relação dos admitidos à prestação do estágio forense junto ao Ministério Público.

Dos Deveres e Proibições

Art. 31 — Além das restrições constantes do Estatuto da OAB (Lei n.º 4.215, de 27.04.63) é vedado ao estagiário:

I — patrocinar, particularmente, interesse de partes em qualquer espécie de feito em que funcione o Ministério Público;

II — atuar, como procurador constituído, em Vara ou serventia, judicial ou extrajudicial, perante a qual funcione o órgão do Ministério Público junto ao qual estiver estagiando;

III — receber, a qualquer título, quantias, valores ou bens em razão da sua função;

IV — valer-se do estágio para captar clientela ou obter vantagem para si ou para outrem;

V — usar documento comprobatório de sua condição para fins estranhos à função;

VI — manter sob sua guarda, sem autorização, papéis ou documentos relativos ao órgão do Ministério Público em que estagiar.

Art. 32 — É dever dos estagiários:

I — acatar as instruções e determinações do Membro do Ministério Público junto ao qual estiverem cumprindo o estágio;

II — respeitar Membros do Ministério Público, Magistrados, advogados, serventuários e partes e a todos tratar com urbanidade;

III — observar sigilo quanto à matéria dos procedimentos a que tiverem acesso em razão do estágio, especialmente nos que tramitam em segredo de Justiça;

IV — restituir ao Membro do Ministério Público no prazo determinado, os autos que lhes tiverem sido entregues para estudo.

Do Desligamento

Art. 33 — Em qualquer fase do estágio, o estagiário poderá desligar-se voluntariamente, mediante requerimento dirigido à Supervisão do Estágio Forense, devidamente instruído com o relatório de suas atividades e fichas de frequências e avaliação até a data de seu afastamento.

Art. 34 — Além das demais hipóteses previstas neste Regulamento, poderá ser sumariamente desligado pelo Supervisor do Estágio Forense o estagiário que evidenciar desinteresse e falta de aproveitamento, ouvido a respeito o Membro do Ministério Público junto ao qual estiver estagiando.

Parágrafo único — Tendo em vista as circunstâncias do caso, o Supervisor do Estágio Forense poderá, ao invés de desligar o estagiário, interromper o exercício do estagiário e assinalar-lhe prazo para o cumprimento da exigência.

Das Sanções Disciplinares

Art 35 — São aplicáveis aos estagiários as seguintes sanções disciplinares:

- I — advertência;
- II — suspensão;
- III — exclusão.

Art. 36 — Caberá a pena de advertência nos casos de falta leve.

Art. 37 — A suspensão, pelo período de um a quinze dias, será aplicada em caso de:

- I — reincidência específica em falta punível com advertência;
- II — falta grave que, por sua natureza, não enseje exclusão.

§ 1.º — Será também suspenso, como medida preventiva, o estagiário a que for imputada falta passível de punições com a exclusão, enquanto se realizarem as sindicâncias necessárias, até o máximo de 60 (sessenta) dias. Se o resultado das sindicâncias for favorável ao estagiário, a suspensão será considerada afastamento sem conotação disciplinar.

§ 2.º — O período de suspensão não é computável para nenhum efeito.

Art. 38 — A exclusão ocorrerá nos casos de:

- I — violação de preceito ético de qualquer natureza;
- II — negligência ou desobediência de que tenha advindo prejuízo para o serviço público.

Art. 39 — As penalidades serão impostas pelo Supervisor do Estágio Forense, ao qual caberá presidir as sindicâncias pertinentes, em que será sempre ouvido o estagiário.

Parágrafo único — Da aplicação de qualquer pena ao estagiário, caberá recurso para o Procurador-Geral, no prazo de 5 (cinco) dias da respectiva ciência pelo punido, sem efeito suspensivo.

Art. 40 — O desligamento ou a imposição de sanções disciplinares não exclui a aplicação das sanções civis e penais cabíveis, nem a apreciação do fato pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Da Supervisão e do Núcleo do Estágio Forense

Art. 41 — O 2.º Subprocurador-Geral de Justiça será o Supervisor do Estágio Forense.

Art. 42 — Diretamente subordinado ao Supervisor funcionará o Núcleo do Estágio Forense, que é o órgão administrativo de apoio da Supervisão, incumbindo-lhe especialmente, os serviços burocráticos de protocolo, mecanografia, de cadastro e de arquivo referente ao estágio.

Art. 43 — As certidões e declarações referentes ao estágio serão expedidas pela Supervisão do Estágio Forense.

Art. 44 — Ao Supervisor do Estágio Forense incumbirá expedir as ordens de serviço necessárias ao cumprimento deste Regulamento, bem como resolver os casos omissos.

Art. 45 — Aos estagiários que houverem completado 18 (dezoito) meses de estágio será conferido certificado de conclusão do mesmo, firmado pelo Supervisor do Estágio Forense.

Art. 46 — Do edital e abertura de inscrição para o Estágio Forense constará o critério de seleção dos candidatos.

Art. 47 — O presente Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Resoluções n.ºs 146/84, 214/86 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1986.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 218 — DE 04 DE AGOSTO DE 1986

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, e atendendo à solicitação que, nos termos dos arts. 52, da Lei Complementar Federal n.º 40, de 14.12.81 e 206, da Lei Complementar Estadual n.º 28, de 21.05.82, lhe foi feita pelo Exmo. Sr. Procurador Chefe, substituto, da Procuradoria da República neste Estado, através do Ofício PR/RJ/CH 3.453/86, de 18.07.86,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica constituído, no âmbito desta Procuradoria-Geral de Justiça, um Grupo Especializado de Promotores de Justiça para atuação em matéria eleitoral, com atribuições de requisitar a instauração de inquéritos policiais, de documentos necessários à comprovação de ilícitos penais de natureza eleitoral e de propor as ações penais cabíveis, ressalvados os casos de competência especial por prerrogativa de função do agente (arts. 356, § 2.º e 357 do Código Eleitoral).

Art. 2.º — Os Promotores de Justiça com atribuições junto à Justiça Eleitoral nas Comarcas do interior e na Capital, inclusive junto à Coordenação de Fiscalização Eleitoral, deverão:

I — Comunicar, de imediato, ao Grupo Especializado ora constituído, para as providências previstas no artigo anterior, a ocorrência de qualquer fato capaz de configurar a prática de crime eleitoral, com os elementos de prova de que dispuser;

II — Transmitir ao mesmo Grupo Especializado as notícias de prática desses delitos, que lhes forem encaminhadas pelas autoridades públicas em geral, inclusive do Poder Judiciário, ou por qualquer pessoa que tenha conhecimento de infração penal eleitoral;

III — Reduzir a termo, firmado pelo comunicante qualquer informação verbal de fato infrigente da legislação eleitoral, encaminhando-o ao Grupo Especializado, juntamente com os elementos de prova dos fatos ou da indicação dos meios adequados à sua apuração.

Art. 3.º — Nos casos de crimes contra honra cometidos na propaganda eleitoral (arts. 324, 325 e 326 do Código Eleitoral), os Membros do Ministério Público, com atribuições em matéria eleitoral, deverão receber do ofendido a comunicação do fato havido como criminoso e os elementos de evidenciação de sua materialidade e autoria, para remessa ao Grupo Especializado ora constituído. O ofendido poderá, ainda, fazer a comunicação do fato na Procuradoria-Geral de Justiça, ao Grupo Especializado já referido.

Art. 4.º — Os Partidos Políticos e os seus Diretórios poderão comunicar, por escrito, à Procuradoria-Geral de Justiça, quaisquer restrições que sofrerem no direi-

to de propaganda eleitoral lícita, capazes de configurar os delitos previstos nos arts. 331 e 332 do Código Eleitoral, para as providências cabíveis por parte do Grupo Especializado constituído por esta Resolução.

Art. 5.º — O Grupo Especializado ora constituído funcionará junto à Consultoria de Assuntos Criminais desta Procuradoria-Geral de Justiça, sediada na Avenida Nilo Peçanha, nº 12 — 2.º andar, para onde deverão ser encaminhados todos os expedientes a que se refere a presente Resolução.

Art. 6.º — O Grupo Especializado poderá acompanhar os inquéritos cuja instauração requisitar, sem prejuízo de atuação dos Promotores de Justiça designados para atuar junto aos Órgãos locais de Justiça Eleitoral, salvo no tocante ao oferecimento da denúncia, que será de sua atribuição exclusiva. Recebida a denúncia, prosseguirá o processo com a atuação do Promotor de Justiça competente.

Art. 7.º — Qualquer dúvida de atribuições decorrente desta Resolução será dirimida por decisão do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 8.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 219 — DE 05 DE AGOSTO DE 1986

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que tramitam no Congresso Nacional proposições da mais alta relevância e do mais amplo alcance, sob o aspecto da segurança pública e da paz social, relativas à repressão da criminalidade violenta, da proliferação de armas em mãos de delinquentes e de pessoas não autorizadas, como também à regulamentação das atividades particulares de vigilância armada e de transporte de valores, — medidas essas englobadas sob o expressivo título de "Mutirão contra a violência";

Considerando que é dever do Ministério Público por força de sua vocação institucional, assumir posição clara e efetiva em face desses temas, de inquestionável e urgente atualidade, contribuindo de forma objetiva, para a solução dos problemas que eles envolvem, sobretudo para o aperfeiçoamento da legislação pertinente;

RESOLVE:

Constituir comissão, integrada pelos Drs. Sávio Soares de Sousa, 1.º Subprocurador-Geral de Justiça, Hamilton Carvalhido, Procurador de Justiça, Antonio José Azevedo Pinto, João Marcello de Araújo Júnior e Paulo Cezar Pinheiro Carneiro, Promotores de Justiça, para, sob a presidência do primeiro, e no prazo de 30 dias, proceder ao estudo dos textos propostos ao Poder Legislativo, especialmente os Projetos de Lei n.ºs 7.859/86, 7.860/86 e 7.865/86, em curso na Câmara dos Deputados, sobre eles opinando e formulando ou recolhendo as sugestões que se afigurem adequadas ao aprimoramento do sistema, a fim de que sejam estas encaminhadas aos poderes competentes, à guisa de colaboração do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro no "Mutirão contra a violência".

A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 1986.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 220 — DE 12 DE AGOSTO DE 1986

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as ponderações do Exmo. Sr. Presidente da Comissão Estadual de Entorpecentes, dado o grande acúmulo de material entorpecente apreendido em precário depósito.

RESOLVE:

Recomendar a todos os Promotores de Justiça em exercício em Varas Criminais que, uma vez completada a prova material do crime em que ocorra apreensão de substância entorpecente, requeiram ao respectivo Juízo expedição de ofício à Delegacia de Entorpecentes, liberando a substância apreendida, para que seja encaminhada ao Departamento-Geral de Higiene e Vigilância Sanitária, para sua destruição.

Esta Resolução revoga a de número 609, de 16 de julho de 1986 (Prot. E-15/4.620/86).

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1986.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 222 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1986

Ratifica e explicita as razões de edição da Resolução n.º 220, de 18 de agosto de 1986.

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando as ponderações do Exmo. Sr. Dr. Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, constantes do Ofício n.º 140, de 04 de agosto de 1986, concernentes a material entorpecente apreendido;

Considerando o grande acúmulo de produtos tóxicos que são carreados por todas as Delegacias Policiais do Estado para a Delegacia de Entorpecentes;

Considerando que tais produtos são de grande valor econômico e que são mantidos em precário depósito de difícil custódia e conservação;

Considerando que a própria Lei dos Tóxicos, no § 2.º do art. 40, permite, em casos de difícil transporte ou apreensão, o recolhimento de quantidade suficiente para o necessário exame pericial, com destruição do restante do material;

RESOLVE:

Ratificar a Resolução n.º 220, de 18 de agosto de 1986, e recomendar a todos os Promotores de Justiça em exercício junto às Varas Criminais, em casos de crimes em que ocorra a apreensão de substâncias entorpecentes:

1.º — que, completada a prova pericial de crime, requeiram ao respectivo Juízo a expedição de ofício à Delegacia da qual se originou o procedimento, para remessa do produto apreendido através da Delegacia de Entorpecentes, ao Departamento-Geral de Higiene e Vigilância Sanitária, para sua destruição;

2.º — que solicitem seja recomendada, no mesmo ofício, a conservação de quantidade suficiente para eventual exame pericial suplementar;

3.º — que requisitem da Autoridade Policial cópia de encaminhamento da substância ao Departamento antes mencionado e o respectivo recibo em que se discriminem a qualidade e quantidade, para juntada dos autos;

4.º — que requeiram da Autoridade Policial discriminação da qualidade e quantidade da mesma substância conservada, tendo em vista o fim colimado no item 2.º desta Resolução, para juntada dos autos;

5.º — que, uma vez transitada em julgado a decisão, fiscalizem a sua comunicação à Autoridade Policial, para encaminhamento do produto retido em depósito à repartição competente, a fim de que se proceda à respectiva destruição, observadas as cautelas previstas nos itens 3.º e 4.º;

6.º — que requisitem, concomitantemente, através do Juízo, à Autoridade Policial competente, cópia do ofício de encaminhamento da substância à autoridade sanitária mencionada, bem como o recibo discriminando a quantidade e a natureza da substância por ela recebida, para juntada aos autos;

7.º — que requisitem, de igual modo, da Autoridade Policial, a remessa de comprovante especificativo da quantidade retida, para os fins previstos no item 2.º.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1986.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 223 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1986

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam designados os Promotores de Justiça em exercício nos órgãos de atuação especificados no Quadro Anexo para proceder a visitas de verificação, com a periodicidade necessária, nas Unidades de Polícia Judiciária e Administrativa e nas Unidades da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros deste Estado, a fim de apurar o que for pertinente, nos limites desta Resolução, ao interesse da persecução criminal e à preservação dos direitos e garantias individuais, inclusive a regular custódia de presos.

Art. 2.º — A cada visita deverá corresponder a apresentação de Relatório, em duas vias, nos moldes aprovados em circular da Corregedoria-Geral do Ministério Público, para o fim de adoção de medidas cabíveis, de ordem processual penal e administrativa, bem como para consignar, o exato desempenho, por parte do membro do Ministério Público, das funções para as quais designado por esta Resolução.

Parágrafo único — As vias do Relatório serão remetidas à 1.ª Subprocuradoria-Geral da Justiça e à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Art. 3.º — Independentemente da designação constante do art. 1.º desta Resolução, poderão os integrantes da Consultoria de Assuntos de Defesa das Garantias Constitucionais e de Direitos Humanos — inspecionar qualquer órgão da Administração Pública estadual em que possam existir pessoas encarceradas, detidas ou internadas, por qualquer razão e para qualquer fim.

Art. 4.º — Os membros do Ministério Público destinatários das disposições desta Resolução poderão, sempre, requisitar, através da Corregedoria de Polícia, ou, diretamente, à Delegacia Policial respectiva, conforme o caso, a instauração de inquéritos policiais, para a apuração dos fatos que especificarem.

Art. 5.º — Poderão, ainda, os membros do Ministério Público com atribuições perante as Unidades referidas no artigo 1.º requisitar o exame de registros e peças informativas de infrações penais específicas de que tenham notícia sem necessidade de formalizar a requisição.

Art. 6.º — Nas visitas a Unidades referidas no art. 1.º, ou em locais nos quais se encontrem pessoas detidas ou internadas, exercendo atribuições decorrentes das disposições desta Resolução, os membros do Ministério Público verificarão e farão constar de seu Relatório especialmente o seguinte:

1 — Número de pessoas recolhidas presas, mencionando o título que oferece legalidade à prisão e sua origem;

2 — Tempo de permanência, na carceragem policial, de pessoas já condenadas;

3 — Verificação do integral respeito aos direitos e garantias individuais; da humanidade no tratamento dos presos; do fornecimento de alimentação, vestuário e material de higiene pessoal; das condições de habitabilidade das celas, no que respeita ao espaço físico, aeração, segurança e lotação ideal; da assistência médica e regime de banhos de sol;

4 — Informações consideradas úteis, a critério dos Promotores de Justiça, inclusive no que tange à violação dos direitos e garantias individuais — de vítimas, ofendidos, lesados e quaisquer outros interessados na atuação dos órgãos policiais;

5 — Informações sumárias das requisições de instauração de inquéritos policiais na forma do artigo 3.º desta Resolução.

Parágrafo único — Para adoção de medidas eventualmente necessárias, decorrentes de fatos indicados nos itens 1 a 4 deste artigo, a 1.ª Subprocuradoria-Geral da Justiça remeterá, quando for o caso, a via do Relatório de visita, que tiver examinado, à Consultoria de Assuntos de Defesa das Garantias Constitucionais e de Direitos Humanos.

Art. 7.º — A 1.ª Subprocuradoria-Geral da Justiça incumbirá a coordenação do grupo de Promotores de Justiça especialmente designados para proceder ao exame das cópias das Atas de Correição recebidas da Corregedoria de Polícia. Em decorrência desse exame os mesmos Promotores de Justiça poderão verificar diretamente, na Corregedoria de Polícia, as peças informativas das infrações penais constantes de tais atas, objetivando requisitar, quando entenderem necessária, a instauração de inquéritos policiais.

Art. 8.º — A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Resoluções n.ºs 194/85, 199/86, 203/86 e 211/86, do Procurador-Geral de Justiça, e quaisquer outras disposições em contrário.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

Quadro Anexo de designação de Promotores de Justiça para visitas de verificação, nas Unidades de Polícia Judiciária e Administrativa e nas Unidades de Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros deste Estado, a que se refere o art. 1.º, da Resolução n.º 223, de 15 de setembro de 1986, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

Promotorias de Justiça junto à	Delegacias Policiais
1. ^a Vara Criminal da Capital (1. ^a Promotoria de Justiça)	— 1. ^a Delegacia (Pça. Mauá e Delegacia de Homicídios)
2. ^a Vara Criminal da Capital (2. ^a Promotoria de Justiça)	— 2. ^a Delegacia (Saúde)
3. ^a Vara Criminal da Capital (1. ^a Promotoria de Justiça)	— 3. ^a Delegacia (Castelo)
4. ^a Vara Criminal da Capital (1. ^a Promotoria de Justiça)	— 4. ^a Delegacia (Pça. da República)
5. ^a Vara Criminal da Capital	— 5. ^a Delegacia (Mem de Sá)
6. ^a Vara Criminal da Capital	— 6. ^a Delegacia (Cidade Nova)
7. ^a Vara Criminal da Capital	— 7. ^a Delegacia (Santa Teresa)
8. ^a Vara Criminal da Capital	— 8. ^a Delegacia (Rio Comprido)
9. ^a Vara Criminal da Capital	— 9. ^a Delegacia (Flamengo)
10. ^a Vara Criminal da Capital	— 10. ^a Delegacia (Botafogo)
12. ^a Vara Criminal da Capital	— 12. ^a Delegacia (Copacabana)
13. ^a Vara Criminal da Capital	— 13. ^a Delegacia (Copacabana)
14. ^a Vara Criminal da Capital	— 14. ^a Delegacia (Leblon)
15. ^a Vara Criminal da Capital	— 15. ^a Delegacia (Gávea)
16. ^a Vara Criminal da Capital	— 16. ^a Delegacia (Barra da Tijuca)
17. ^a Vara Criminal da Capital	— 17. ^a Delegacia (São Cristóvão)
18. ^a Vara Criminal da Capital	— 18. ^a Delegacia (Praça da Bandeira)
19. ^a Vara Criminal da Capital	— 19. ^a Delegacia (Tijuca)
20. ^a Vara Criminal da Capital	— 20. ^a Delegacia (Grajáú)
21. ^a Vara Criminal da Capital	— 21. ^a Delegacia (Bonsucesso)
22. ^a Vara Criminal da Capital	— 22. ^a Delegacia (Penha)
23. ^a Vara Criminal da Capital	— 23. ^a Delegacia (Méier)
24. ^a Vara Criminal da Capital	— 24. ^a Delegacia (Piedade)
25. ^a Vara Criminal da Capital	— 25. ^a Delegacia (Engenho Novo)
26. ^a Vara Criminal da Capital	— 26. ^a Delegacia (Encantado)
27. ^a Vara Criminal da Capital	— 27. ^a Delegacia (Vicente de Carvalho)
28. ^a Vara Criminal Regional de Madureira	— 28. ^a Delegacia (Madureira)
29. ^a Vara Criminal da Capital	— 29. ^a Delegacia (Magno)
30. ^a Vara Criminal da Capital	— 30. ^a Delegacia (Ricardo de Albuquerque)
31. ^a Vara Criminal da Capital	— 31. ^a Delegacia (<i>idem</i>)
32. ^a Vara Criminal Regional de Jacarepaguá	— 32. ^a Delegacia (Jacarepaguá)
33. ^a Vara Criminal da Capital	— 33. ^a Delegacia (Realengo)
2. ^a Vara Criminal Regional de Bangu	— 34. ^a Delegacia (Bangu)
2. ^a Vara Criminal Regional de Campo Grande	— 35. ^a Delegacia (Campo Grande)
2. ^a Vara Criminal Regional de Santa Cruz	— 36. ^a Delegacia (Santa Cruz)
2. ^a Vara Criminal Regional da Ilha do Governador	— 37. ^a Delegacia (Ilha do Governador)

38.^a Vara Criminal da Capital
 39.^a Vara Criminal da Capital
 37.^a Vara Criminal da Capital
 28.^a Vara Criminal da Capital
 32.^a Vara Criminal da Capital

33.^a Vara Criminal da Capital

35.^a Vara Criminal da Capital

36.^a Vara Criminal da Capital

11.^a Vara Criminal da Capital

Integrantes da Consultoria da Defesa
 das Garantias Constitucionais e de Di-
 reitos Humanos

Auditoria Militar

Vara de Mangaratiba

Vara Criminal de Itaguaí

Vara de Paracambi

1.^a Vara Criminal de Nova Iguaçu

2.^a Vara Criminal de Nova Iguaçu

3.^a Vara Criminal de Nova Iguaçu

6.^a Vara Criminal de Nova Iguaçu

7.^a Vara Criminal de Nova Iguaçu

Vara Criminal de Nilópolis

1.^a Vara Criminal de Duque de Caxias

2.^a Vara Criminal de Duque de Caxias

3.^a Vara Criminal de Duque de Caxias

5.^a Vara Criminal de Duque de Caxias

2.^a Vara Criminal de São João de Meriti

1.^a Vara Criminal de Petrópolis

2.^a Vara Criminal de Petrópolis

Vara Criminal de Magé

Vara Criminal de Magé

2.^a Vara de Itaboraí

1.^a Vara Criminal de São Gonçalo

2.^a Vara Criminal de São Gonçalo

3.^a Vara Criminal de São Gonçalo

— 38.^a Delegacia (Irajá)

— 39.^a Delegacia (Pavuna)

— 40.^a Delegacia (Honório Gurgel)

— Delegacia de Entorpecentes

— Delegacia de Roubos e Furtos de
 Automóveis (Benfica)

— Departamento de Investigações Es-
 peciais (DIE) da Secretaria de Polí-
 cia Civil

— Delegacia de Defraudações

— Divisão de Roubos e Furtos da Se-
 cretaria de Polícia Civil (DRF)

— Divisão de Segurança e Proteção ao
 Menor da Secretaria de Polícia Ci-
 vil (DSPM)

— Delegacias de Vigilância e Capturas
 — Centro Rio-Sul (Barra da Tiju-
 ca) — Rio-Norte (Pilarés) — Rio-
 Oeste (Senador Camará) e Projeções
 — Quartéis e Destacamentos de Poli-
 cimento Ostensivo (DPO) da Polí-
 cia Militar, e Quartéis do Corpo de
 Bombeiros

— 49.^a Delegacia (Mangaratiba)

— 50.^a Delegacia (Itaguaí)

— 51.^a Delegacia (Paracambi)

— 52.^a Delegacia — Nova Iguaçu (Cen-
 tro)

— 53.^a Delegacia — Nova Iguaçu (Mes-
 quita)

— 54.^a Delegacia e Delegacia de Vigi-
 lância e Capturas — Nova Iguaçu
 (Belfort Roxo)

— 55.^a Delegacia — Nova Iguaçu
 (Queimados)

— 56.^a Delegacia — Nova Iguaçu (Co-
 mandador Soares)

— 57.^a Delegacia — Nilópolis (Centro)

— 59.^a Delegacia — Duque de Caxias
 (Centro)

— 60.^a Delegacia — Duque de Caxias
 (Campos Elísios)

— 61.^a Delegacia — Duque de Caxias
 (Xerém)

— 62.^a Delegacia — Duque de Caxias
 (Imbariê)

— 64.^a Delegacia — São João de Me-
 riti (Vilar dos Teles)

— 67.^a Delegacia — Petrópolis

— 68.^a Delegacia — Itaipava

— 69.^a Delegacia — Magé (Centro)

— 70.^a Delegacia — Magé (Piabetá)

— 71.^a Delegacia — Itaboraí

— 72.^a Delegacia — São Gonçalo
 (Centro)

— 73.^a Delegacia — São Gonçalo
 (Neves)

— 74.^a Delegacia — São Gonçalo
 (Alcântara)

5.^a Vara Criminal de São Gonçalo

1.^a Vara Criminal de Niterói

2.^a Vara Criminal de Niterói

3.^a Vara Criminal de Niterói

4.^a Vara Criminal de Niterói

5.^a Vara Criminal de Niterói

Vara de Maricá

Vara de Angra dos Reis

Vara de Parati

2.^a Vara de Barra do Piraí

2.^a Vara de Resende

Vara Criminal de Barra Mansa

1.^a Vara de Valença

Vara de Rio das Flores

Vara de Paraíba do Sul

Vara Criminal de Três Rios

Vara de Sapucaia

Vara de Rio Claro

2.^a Vara Criminal de Volta Redonda

Vara de Piraí

Vara de Vassouras

Vara de Miguel Pereira

Vara de Mendes

Vara de Eng.^o Paulo de Frontin

Vara Criminal de Nova Friburgo

Vara Criminal de Teresópolis

Vara de Sumidouro

Vara de Carmo

Vara de Duas Barras

Vara de Cantagalo

Vara de Cordeiro

Vara de São Sebastião do Alto

Vara de Santa Maria Madalena

Vara de Trajano de Moraes

Vara de Bom Jardim

2.^a Vara Criminal de Campos

Vara de Itaocara

Vara de Santo Antonio de Pádua

Vara de Miracema

Vara de Lage de Muriaé

Vara de Porciúncula

Vara de Natividade

Vara de São Fidélis

Vara de Cambuci

2.^a Vara de Itaperuna

— 75.^a Delegacia — São Gonçalo (Rio D'ouro)

— 76.^a Delegacia e Delegacia de Vigilância e Capturas — Niterói (Centro)

— 77.^a Delegacia — Niterói (Santa Rosa)

— 78.^a Delegacia — Niterói (Fonseca) e Delegacia de Entorpecentes — Niterói (Centro)

— 79.^a Delegacia — Jurujuba e 81.^a Delegacia — Itaipu

— 80.^a Delegacia e Delegacia de Defraudações — Niterói (Barreto e Centro)

— 82.^a Delegacia — Maricá

— 83.^a Delegacia — Angra dos Reis

— 84.^a Delegacia — Parati

— 85.^a Delegacia — Barra do Piraí

— 86.^a Delegacia — Resende

— 87.^a Delegacia — Barra Mansa

— 88.^a Delegacia — Valença

— 89.^a Delegacia — Rio das Flores

— 90.^a Delegacia — Paraíba do Sul

— 91.^a Delegacia — Três Rios

— 92.^a Delegacia — Sapucaia

— 93.^a Delegacia — Rio Claro

— 94.^a Delegacia — Volta Redonda

— 95.^a Delegacia — Piraí

— 96.^a Delegacia — Vassouras

— 97.^a Delegacia — Miguel Pereira

— 98.^a Delegacia — Mendes

— 99.^a Delegacia — Eng.^o Paulo de Frontin

— 100.^a Delegacia — Nova Friburgo

— 101.^a Delegacia — Teresópolis

— 102.^a Delegacia — Sumidouro

— 103.^a Delegacia — Carmo

— 104.^a Delegacia — Duas Barras

— 105.^a Delegacia — Cantagalo

— 106.^a Delegacia — Cordeiro

— 107.^a Delegacia — São Sebastião do Alto

— 108.^a Delegacia — Santa Maria Madalena

— 109.^a Delegacia — Trajano de Moraes

— 110.^a Delegacia — Bom Jardim

— 111.^a Delegacia — Campos

— 113.^a Delegacia — Itaocara

— 114.^a Delegacia — Santo Antonio de Pádua

— 115.^a Delegacia — Miracema

— 116.^a Delegacia — Lage de Muriaé

— 117.^a Delegacia — Porciúncula

— 118.^a Delegacia — Natividade

— 119.^a Delegacia — São Fidélis

— 120.^a Delegacia — Cambuci

— 121.^a Delegacia — Itaperuna

Vara de Bom Jesus do Itabapoana	— 122. ^a Delegacia — Bom Jesus do Itabapoana
Vara de São João da Barra	— 123. ^a Delegacia — São João da Barra
Vara de Araruama	— 124. ^a Delegacia — Araruama
Vara de Rio Bonito	— 125. ^a Delegacia — Rio Bonito
Vara de Cachoeiras de Macacu	— 126. ^a Delegacia — Cachoeiras de Macacu
Vara de Silva Jardim	— 127. ^a Delegacia — Silva Jardim
Vara de Casimiro de Abreu	— 128. ^a Delegacia — Casimiro de Abreu
Vara de Conceição de Macabu	— 129. ^a Delegacia — Conceição de Macabu
Vara Criminal de Macaé	— 130. ^a Delegacia — Macaé
Vara de Saquarema	— 131. ^a Delegacia — Saquarema
Vara de São Pedro da Aldeia	— 132. ^a Delegacia — São Pedro da Aldeia
Vara Criminal de Cabo Frio	— 133. ^a Delegacia — Cabo Frio

RESOLUÇÃO N.º 226 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1986

Cria a Coordenadoria das Promotorias de Justiça, junto às Varas Criminais das Comarcas da Capital e do Interior.

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, notadamente as que prescrevem os incisos V e XVII do artigo 10 da Lei Complementar Estadual n.º 28, de 21 de maio de 1982,

Considerando a relevância, a complexidade e a responsabilidade decorrente da atribuição do Ministério Público em matéria criminal,

RESOLVE:

Artigo 1.º — Fica criada, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, vinculada à Consultoria de Assuntos Criminais, a Coordenadoria das Promotorias de Justiça, junto às Varas Criminais da Capital e do Interior, cabendo-lhe:

I — entrosar as atividades de todas as Promotorias de Justiça com atuação na área criminal;

II — coligir e definir as sugestões alvitradas, visando a unificar o pensamento da instituição na respectiva área de atuação;

III — sugerir providências administrativas necessárias ao provimento de meios materiais e técnicos de que careçam as Promotorias de Justiça para o desempenho de suas funções e prestar aos órgãos de execução a colaboração que, com os meios disponíveis, lhe seja possível.

Art. 2.º — O Coordenador será auxiliado por Subcoordenadores, atendendo à especialização das Promotorias de Justiça, existentes na estrutura orgânica do Ministério Público.

Art. 3.º — A função de Coordenador das Promotorias de Justiça será exercida por Assistente da Procuradoria-Geral de Justiça, sem prejuízo de outras atribuições de seu cargo, mediante designação do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único — A designação dos Subcoordenadores recairá em membros do Ministério Público indicado pelo Coordenador, obedecida a especialização de cada qual.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 227 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1986

Cria a Coordenadoria das Curadorias das Comarcas da Capital e do Interior.

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a relevância, a complexidade e a responsabilidade decorrentes das atribuições do Ministério Público em matéria cível,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica criada, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, vinculada à Consultoria de Assuntos Cíveis, a Coordenadoria das Curadorias das Comarcas da Capital e do Interior, excluídas as de Menores, cabendo-lhe

I — entrosar as atividades das Curadorias, nas respectivas especialidades;

II — coligir e definir as sugestões apresentadas, visando a unificar a atuação dos órgãos da Instituição no desempenho de suas atribuições;

III — sugerir providências administrativas necessárias ao provimento de meios materiais e técnicos de que careçam as Curadorias no exercício de suas funções e prestar-lhes a colaboração que lhe seja possível.

Artigo 2.º — O Coordenador será auxiliado por Subcoordenadores, atendendo à especialização das Curadorias existentes na estrutura orgânica do Ministério Público.

Artigo 3.º — A função de Coordenador das Curadorias será exercida por Assistente da Procuradoria-Geral de Justiça, sem prejuízo de outras atribuições de seu cargo, mediante designação do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único — A designação dos Subcoordenadores recairá em membros do Ministério Público indicados pelo Coordenador obedecida a especialização de cada qual.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 229 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1986

Cria a Coordenadoria das Curadorias de Menores do Estado do Rio de Janeiro.

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a relevância, a complexidade e a responsabilidade decorrente das atribuições do Ministério Público em matéria de Menores,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica criada, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, vinculada à Consultoria de Assuntos Cíveis, a Coordenadoria das Curadorias de Menores no Estado do Rio de Janeiro, cabendo-lhe:

I — entrosar as atividades de todas as Curadorias de Justiça com atribuição na área de Menores;

II — coligir e definir as sugestões apresentadas, visando unificar a atuação dos órgãos da Instituição no desempenho de suas atribuições;

III — sugerir providências administrativas necessárias ao provimento de meios materiais e técnicos de que careçam aquelas Curadorias de Justiça no exercício de suas funções e prestar-lhes a colaboração que lhe seja possível.

Artigo 2.º — O Coordenador será auxiliado por Subcoordenadores Regionais, sem prejuízo das respectivas atribuições, atendendo às necessidades locais e ao apoio técnico-assistencial.

Artigo 3.º — A função de Coordenador das Curadorias de Menores será exercida por Curador de Menores, sem prejuízo das atribuições de seu cargo, mediante designação do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único — A designação dos Subcoordenadores recairá em membro do Ministério Público indicados pelo Coordenador.

Artigo 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 230 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1986

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica instituído um Curso de Adaptação Funcional, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, destinado aos Promotores de Justiça recém-empossados nos cargos iniciais da carreira, com a finalidade básica de lhes transmitir o enfoque institucional do Ministério Público com relação às diferentes áreas especializadas de sua atuação judicial e extrajudicial e à deontologia do *Parquet*.

Parágrafo único — O curso a que se refere este artigo será de frequência obrigatória para os Promotores de Justiça aos quais se destina, constituindo atividade funcional sujeita à avaliação dos requisitos exigíveis para a confirmação dos mesmos, na carreira, nos termos do art. 81 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Regulamento da Comissão de Estágio Confirmatório.

Art. 2.º — O curso será dirigido pelo Coordenador do Estágio, designado pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, nos termos do Regulamento do Estágio Confirmatório e terá caráter eminentemente objetivo e tratamento das matérias precipuamente sob o enfoque do exercício funcional nos órgãos de atuação do M.P.

Art. 3.º — A frequência, a assiduidade, a participação e o aproveitamento dos Promotores de Justiça em estágio serão levados em consideração para efeito

do relatório a que se refere o artigo 81, § 3.º, da LC n.º 28/82 da avaliação e relatório final, previstos nos artigos 11 e 13 do Regulamento do Estágio Confirmatório.

Art. 4.º — A exposição das matérias e a coordenação dos debates dela decorrentes ficarão a cargo dos membros do M.P. designados pelo Procurador-Geral de Justiça, mediante indicação do Coordenador do Curso.

Parágrafo único — A participação dos expositores será voluntária, sem ônus para os cofres públicos, constituindo serviço relevante prestado ao Ministério Público, a ser anotado nos seus assentamentos funcionais.

Art. 5.º — As exposições e conseqüentes debates versarão questões objetivas e práticas, atinentes às seguintes matérias: a) o Ministério Público; b) Direito Penal; c) Direito Processual; d) Direito Civil; e) Direito Processual Civil; f) Direito Administrativo; g) Direito Constitucional; h) Registro Civil das Pessoas Naturais; i) Registros Públicos; j) Acidentes de Trabalho; l) Direito Eleitoral; m) Direito Municipal; n) Direito do Menor.

Art. 6.º — O Curso terá início no primeiro dia útil seguinte à data da posse dos concursados e será realizado de 2.ª a 6.ª feira, no horário de 9:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 17:00 horas, com a duração de 15 dias úteis, observado o calendário organizado pelo Coordenador.

Art. 7.º — O expositor poderá incumbir o Promotor de Justiça em estágio da execução de tarefas específicas atinentes à elaboração de peças técnicas relativas aos assuntos versados no Curso.

Art. 8.º — Encerrado o Curso, o Promotor de Justiça em estágio apresentará, no prazo de 15 dias, a cada expositor, relatório circunstanciado da matéria e trabalhos por este ministrados, acompanhados de cópias das peças técnicas e dos trabalhos de que tenha sido incumbido.

Parágrafo único — À vista desse relatório e anexos o expositor fará uma análise sucinta quanto ao aproveitamento do Promotor de Justiça em estágio, atribuindo-lhe conceito nos termos do Regulamento do CECON.

Art. 9.º — Atendidas as providências previstas no artigo anterior, o Coordenador comunicará o encerramento de resultado do Curso ao Presidente da Comissão do Estágio Confirmatório para os fins próprios.

Parágrafo único — O resultado obtido pelo Promotor de Justiça em estágio será lançado em sua ficha individual junto à CECON, servindo de orientação para a respectiva lotação em órgão de atuação do Ministério Público, e para designações especiais.

Art. 10 — O Curso poderá ser freqüentado pelos candidatos aprovados e ainda não nomeados, aplicando-se-lhes as normas da presente Resolução, no que couber.

Art. 11 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comissão do Estágio Confirmatório, com recurso para o Procurador-Geral de Justiça.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 231 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1986

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica revogada a Resolução n.º 197, de 14 de novembro de 1985, publicada no Diário Oficial de 16 de novembro de 1985, Seção I, página 31.

Art. 2.º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Luiz Roldão de Freltas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 232 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1986

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a alta responsabilidade e relevante missão do Ministério Público na fiscalização das eleições de 15 de novembro, visando ao pleno exercício dos direitos políticos e à apuração escoreita da vontade popular:

1 — Recomenda aos membros do Ministério Público a observância da correta aplicação das disposições da Lei Eleitoral, sobretudo no que se refere a uma efetiva e eficiente fiscalização no período da entrega dos títulos eleitorais, do processo de votação e apuração do pleito; e

2 — Resolve estabelecer a escala de atuação dos representantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro (exceto na Comarca da Capital), na forma seguinte:

ANGRA DOS REIS — Regina Lúcia Natal de Carvalho e João Carlos Miranda Freire

ARARUAMA — Alberto Henrique de Pinho Canellas

BARRA MANSA — 91.ª Z.E. — Francisco Chagas Bruno e Miriam Cristina Mendonça Real

94.ª Z.E. — Poul Erik Dyrland e Martha Pires da Rocha Hisse

BARRA DO PIRAÍ — Luiz Gonzaga de Lima Costa Júnior e Cristina Tereza Gaulia Borrmann

BOM JARDIM — Marilene Gomes Fernandes

BOM JESUS DO ITABAPOANA — Joel Teixeira de Araújo

CABO FRIO — Sebastião Fador Sampaio e Vania Maria Carrano Benjó

CACHOEIRAS DE MACACU — Leonardo Cavalcanti Cerqueira

CAMBUCI — Huascar de Castro

CAMPOS — 75.ª Z.E. — Elizabeth José Barreto e Marcus Quaresma Ferraz

76.ª Z.E. — Adilse de Oliveira Ramos e Ricardo Zouein

98.ª Z.E. — Maria Eugenia Macedo Flório e Ricardo Ribeiro Martins

99.ª Z.E. — Anderson Albuquerque de Souza Lima e Léa Barbosa Vianna Freire

100.ª Z.E. — Luiz Fabião Guasque e Julieta Raila Bernstein Seixas

CANTAGALO — Gilberto Machado Simões

- CARMO — Álvaro Homero Xavier de Brito Martins Baptista
- CASIMIRO DE ABREU — José Francisco de Martino
- CONCEIÇÃO DE MACABU — Dilson Neves Chagas
- CORDEIRO — Elizabeth Carneiro de Lima
- DUAS BARRAS — Geraldo Antonio Rangel de Azeredo Coutinho
- DUQUE DE CAXIAS — 66.^a Z.E. — Evandro Ramos Lourenço e Heloisa Maria Daltrio Leite Guanaes de Miranda
- 77.^a Z.E. — Maria Tereza Kezen Vieira e Fátima Maria Ferreira Melo
- 78.^a Z.E. — Antonio Augusto Chaves Meirelles e Joaquim Armindo Thomaz
- 79.^a Z.E. — Luiz Otávio de Freitas e Leila Maria Rodrigues Pinto
- 103.^a Z.E. — Silvio Ambrosi de Miranda Valverde e Dirce Ribeiro de Abreu
- ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN — José Dias Barroso
- ITABORAÍ — Antonio Borromeu Fernandes e Nilo Cairo Lamarão Branta
- ITAGUAÍ — Marcos Mizrahi e Ana Maria de Almeida Nogueira
- ITAOCARA — Vicente Silvio Ferreira do Nascimento
- ITAPERUNA — Onédio Francisco Gonçalves e José Rodrigues Pinheiro
- LAGE DE MURIAÉ — Sonia Maria Rocha e Silva
- MACAÉ — Maria Cristina da Silva Gaertner e Maria da Conceição Lopes de Souza Santos
- MAGÉ — Jayme Duarte Vieira, Dilmo Solon Valladares do Lago e Rosângela Carrozzino
- MANGARATIBA — José Antonio Costa Gonçalves
- MARICÁ — Marília de Castro Neves Vieira
- MENDES — Mônica da Silveira França
- MIGUEL PEREIRA — Wilson de Pontes Cardoso
- MIRACEMA — Annabella Vera Grazia Herczog
- NATIVIDADE — Márcia Álvares Pires Rodrigues
- NILÓPOLIS — Luiz Roberto Saraiva Salgado, Roberto Moura Costa Soares, Ângela da Rocha Pombo e Lúcia Ramos Serão de Sant'Anna
- NITERÓI — 71.^a Z.E. — Edmo Rodrigues Lutterbach e Maria Elisa Hingst Manzollilo
- 72.^a Z.E. — Luiz Carlos Silva e Dóris de Sá Manzini
- 113.^a Z.E. — Mário Antonio de Carvalho e Daisy Monnerat dos Santos Silva
- 114.^a Z.E. — Ruy Soares Barbosa Junior e Maria Lenígia Pires de Carvalho
- 115.^a Z.E. — Gerardo Rangel dos Santos e Inês da Trindade Chaves de Melo
- NOVA FRIBURGO — 26.^a — Olegário Maciel Cólly e Hédel Luiz Nara Ramos
- 81.^a — Alexandre Araripe Marinho e Pedro Elias Sanglard
- NOVA IGUAÇU — 27.^a — Ana Maria Goldemberg, Guilherme Couto de Castro e Conceição Aparecida Mousnier Teixeira de Araújo
- 67.^a — José Carlos Paes, Regina Machado Tedesco e Paula Andrade Mello
- 82.^a — Eduardo da Silva Lima Neto, Lígia Portes Santos e Zelia Salles de Vasconcelos

83.^a — Claudia Maria Oliveira dos Santos, Maria do Carmo dos Santos Casa Nova e Claudio Luís Braga Dell'Orto

84.^a — Maria Elizabeth Riente Lima, Laucy Esteves e João Batista Filgueiras PARACAMBI — José Araújo dos Santos

PARAÍBA DO SUL — Sérgio Antonio de Carvalho

PARATI — Theobaldo Lisboa

PETRÓPOLIS — 29.^a — David Borensztajn e Mario Ferreira dos Reis

65.^a — Paulo Rodolpho Maximiliano de Gomes Tostes e Maria Celeste Cardoso de Brito Pereira

85.^a — Mauro Silva Guedes e Alda Santa Rosa Freire Oliveira e Silva

PIRAÍ — Geraldo Luiz Mascarenhas Prado

PORCIÚNCULA — Luiz Carlos Vivas Vieira

RESENDE — Arilda Sandra da Silva Nunes e Maria Dionísia Freire Gonçalves de Almeida

RIO BONITO — Maurício Assayag

RIO CLARO — Diamantino Ferreira

RIO DAS FLORES — Eunice Ferreira Caldas

SANTA MARIA MADALENA — Paulo Sérgio Prestes dos Santos

SANTO ANTONIO DE PÁDUA — Patrícia Silveira da Rosa

SÃO FIDÉLIS — Eliane Bahiense de Albuquerque

SÃO GONÇALO — 36.^a — Maria Luíza Cabral Vieira, Frederico Alberto Ribeiro Canellas, Wilney Magno de Azevedo Silva, Maria de Nazaré Martins Guimarães, Ana Cristina Augusto Gentil da Silva, José Avelino Atalla e Gilmar Augusto Teixeira

68.^a — Henrique Ernesto Claudio Dagna, Joaquim Domingos de Almeida Neto e Fernando Lúcio Lagoeiro de Magalhães

69.^a — Maria de Lourdes de Oliveira Ribeiro, Edilma Raposo dos Santos e Eduardo Othelo Gonçalves Fernandes

86.^a — Wander Cesar Moreira, Carlos Alberto Firmo Oliveira e Álvaro Hungria Ferreira Pinto

87.^a — Naudila Terezinha Honorato Neves, Nelson José Martins e Marcelo de Lyra Filho

SÃO JOÃO DA BARRA — Luís Carlos Mota Machado

SÃO JOÃO DE MERITI — 46.^a — Edilon Miranda de Oliveira, Carlos Eduardo de Miranda Ferraz e Karla Maria da Cruz Carvalho

88.^a — Edson Pereira da Silva, Gisele Lobão Salgado e Lourdes Gamba

89.^a — Maria Helena Pereira da Cunha, Ecknéa Antonia de Andrade e Rogério de Oliveira Souza

SÃO PEDRO DA ALDEIA — Márcia Rodrigues de Oliveira

SÃO SEBASTIÃO DO ALTO — Antonio José Martins Gabriel

SAPUCAIA — Amadeu Mendes Campanati

SAQUAREMA — Maria de Fátima da Rocha Novais

SILVA JARDIM — Cairo Ítalo França David

SUMIDOURO — José Ricardo de Siqueira Regueira

TERESÓPOLIS — Roberto Abranches e Renato Gonçalves Pereira

TRAJANO DE MORAIS — Manoel Ciridião Buarque

TRÊS RIOS — Waldyr Novelino e Arthur Leonardo de Sá Earp

VALENÇA — Anamaria de Luna Borges Saraiva e André Gustavo Corrêa de Andrade

VASSOURAS — Ana Lúcia Abeid

VOLTA REDONDA — 47.^a — Gabriel Villela Junior e Sueli Carreira da Silva
90.^a — José Maria Leoni Lopes de Oliveira e Guilherme Novis Dias

3 — Permanecem em vigor as designações feitas anteriormente para representar o Ministério Público perante as Zonas Eleitorais do Estado.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 233 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1986

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a alta responsabilidade e relevante missão do Ministério Público na fiscalização das eleições de 15 de novembro, visando ao pleno exercício dos direitos políticos e à apuração escoreita da vontade popular:

1 — Recomenda aos membros do Ministério Público a observância da correta aplicação das disposições da Lei Eleitoral, sobretudo no que se refere a uma efetiva e eficiente fiscalização no período da entrega dos títulos eleitorais, do processo de votação e apuração do pleito; e

2 — Resolve estabelecer a escala de atuação dos representantes do Ministério Público na Comarca da Capital, na forma seguinte:

- 1.^a Z.E. — Kleber Couto Pinto e Vera Maria Florencio Berto
- 2.^a Z.E. — Ricardo Canellas Rinaldi e Denise Camolez
- 3.^a Z.E. — Lúcia Maria Guinhas da Cunha e Neida Mirna Dalcolmo
- 4.^a Z.E. — Luiz Antonio Pacca Campos Mello e Flávio Curi Vitari
- 5.^a Z.E. — Déa Araujo de Azeredo, Gerson Nicácio Garcia e Norton Esteves Pereira de Mattos
- 6.^a Z.E. — Reinaldo Moreira Glioche e Paulo Cezar Pinheiro Carneiro
- 7.^a Z.E. — Bernardo Buarque Schiller e Fernando Fernandy Fernandes
- 8.^a Z.E. — Neje Hamaty e Celso Benjó
- 9.^a Z.E. — José Geraldo Antonio e Duval Vianna
- 10.^a Z.E. — Nelma Glória Trindade de Lima e Nádia de Araújo
- 11.^a Z.E. — Ângela Maria dos Reis Parise e Antonio Carlos Coelho dos Santos
- 12.^a Z.E. — Gizelda Leitão Teixeira e Leonardo de Souza Chaves
- 13.^a Z.E. — Ângelo Moreira Glioche, Eduardo Portella e Paulo Ivan de Oliveira Teixeira
- 14.^a Z.E. — Jorge Vacite Filho, Eduardo Pinto Martins e José Augusto de Araújo Neto
- 15.^a Z.E. — Maria Aparecida Monteiro de Barros e Paolina Leone Candia Hryniewicz
- 16.^a Z.E. — Fernando Chaves da Costa e Marfan Martins Vieira
- 17.^a Z.E. — Dalva Pieri Nunes e Rosa Maria dos Reis Parise
- 18.^a Z.E. — Sergio Bastos Viana de Souza e Antonio Ricardo Binato de Castro
- 19.^a Z.E. — Afranio Silva Jardim, Margarida Maria de Barcelos Carvalho e Fernanda Jorgensen de Luna Dias
- 20.^a Z.E. — Assy Mirza Abraham, Vera de Souza Leite e Edmundo José Anjo Coutinho
- 21.^a Z.E. — Julio Cesar Souza Oliveira e Luiz Carlos Rodrigues da Costa
- 22.^a Z.E. — José Ricardo Lopes Guimarães, Adolfo Borges Filho e Francisco Eduardo Marcondes Nabuco

- 23.^a Z.E. — Luiz Antonio Ferreira de Araújo e Leny Costa de Assis
24.^a Z.E. — Francisco Vaz e Antonio Carlos da Graça Mesquita
25.^a Z.E. — Suely da Silva Jardim Marinho e Victória Abi Rihan
117.^a Z.E. — Marli Ribeiro e Maria Cristina Menezes de Azevedo

3 — Permanecem em vigor as designações feitas anteriormente para representar o Ministério Público perante as Zonas Eleitorais do Estado.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 234 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1986

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os ditames da Lei Complementar n.º 30, de 30 de junho de 1982, que trata da extinção dos órgãos de atuação perante os Grupos e Seções e do exercício cumulativo dos integrantes das Procuradorias de Justiça junto às Câmaras dos Tribunais de Justiça e Alçada, a ser feito em revezamento pelos Drs. Procuradores de Justiça;

Considerando as dificuldades de comunicação em massa aos referidos membros do Ministério Público sobre as modificações que ocorrerão a cada mês ou bimestre;

Considerando ainda, a necessidade de previsão quanto a todos os membros do Ministério Público disponíveis para a elaboração da movimentação para o período subsequente;

RESOLVE:

1) Recomendar que, nos meses pares, os Drs. Procuradores de Justiça junto às Câmaras de numeração par acumulem os órgãos junto aos Grupos (que estejam extintos ou vagos temporariamente) e que a elas correspondam e, nos meses ímpares, igual designação para os Drs. Procuradores de Justiça junto às Câmaras de numeração ímpar, iniciando-se tal procedimento em janeiro de 1987 (mês ímpar), ratificando, para o bimestre novembro/dezembro de 1986, a movimentação já publicada relativa aos referidos Grupos e Seções;

2) Recomendar que os pedidos de férias e licenças especiais, para todos os membros do Ministério Público, sejam feitos até 45 dias antes do início do primeiro mês do bimestre, para qualquer dos meses pretendidos, salvo fundamentada necessidade, a critério da administração.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 235 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1986

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o grande número de Promotores de Justiça escalados pela Resolução n.º 233, de 31.10.86, publicada no DO de 4.11.86 para atuarem na fiscalização do processo de votação e apuração do pleito de 15 de novembro,

RESOLVE:

Recomendar aos demais Promotores de Justiça, não designados para funções eleitorais, que exerçam, em substituição e durante o período mencionado, nos ter-

mos da Resolução n.º 161/84, as atribuições nos órgãos de atuação, cujos membros estejam afastados em razão das referidas funções.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 236 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1986

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Re-ratificar a escala de atuação dos Representantes do Ministério Público que fiscalizarão o processo de votação e apuração do pleito a que se referem as Resoluções n.º 232, de 31.10.86, publicada no D.O. de 03.11.86 e 233, de 31.10.86, publicada no D.O. de 04.11.86, para que conste:

1 — Comarca da Capital

1.^a ZONA ELEITORAL — Mario Robert Mannheimer

7.^a ZONA ELEITORAL — Fernando Chaves da Costa, em lugar de Fernando Fernandy Fernandes

12.^a ZONA ELEITORAL — Paulo Ivan de Oliveira Teixeira, em lugar de Gize'da Leitão Teixeira

13.^a ZONA ELEITORAL — Beatriz Marilda Alves Campos, em lugar de Paulo Ivan de Oliveira Teixeira

16.^a ZONA ELEITORAL — Fernando Fernandy Fernandes, em lugar de Fernando Chaves da Costa

18.^a ZONA ELEITORAL — Nelia Nahid de Carvalho, em lugar de Antonio Ricardo Binato de Castro

19.^a ZONA ELEITORAL — Elizabeth Regina de Oliveira Melo, em lugar de Afra-nio Silva Jardim

2 — Comarca do Interior

BARRA MANSÁ — 94.^a ZONA ELEITORAL — José Ricardo de Siqueira Reguei-ra, em lugar de Martha Pires da Rocha Hisse

DUQUE DE CAXIAS — 66.^a ZONA ELEITORAL — Dirce Ribeiro de Abreu, em lugar de Heloisa Maria Daltro Leite Guanaes de Miranda

103.^a ZONA ELEITORAL — Heloisa Maria Daltro Leite Guanaes de Miranda, em lugar de Dirce Ribeiro de Abreu

NITERÓI — 71.^a ZONA ELEITORAL — Dóris de Sá Manzini, em lugar de Maria Elisa Hingst Manzanillo

72.^a ZONA ELEITORAL — Maria Elisa Hingst Manzanillo, em lugar de Dóris de Sá Manzini

113.^a ZONA ELEITORAL — Edilma Raposo dos Santos, em lugar de Daisy Mon-nerat dos Santos Silva

NOVA IGUAÇU — 27.^a ZONA ELEITORAL — Tania Maria Sales Moreira, em lugar de Ana Maria Goldemberg

82.^a ZONA ELEITORAL — Lucia Neves de Oliveira, em lugar de Zelia Salles de Vasconcelos

84.^a ZONA ELEITORAL — Zelia Salles de Vasconcelos, em lugar de João Ba-tista Filgueiras

SÃO GONÇALO — 36.^a ZONA ELEITORAL — Lucia Ramos Serão de Sant' Anna, em lugar de Maria Nazaré Martins Guimarães

69.^a ZONA ELEITORAL — Daisy Monnerat dos Santos Silva, em lugar de Edilma Raposo dos Santos

SÃO PEDRO DA ALDEIA — João Batista Filgueiras, em lugar de Márcia Rodrigues de Oliveira

SUMIDOURO — Martha Pires da Rocha Hisse, em lugar de José Ricardo de Siqueira Regueira

Permanecem em vigor as demais designações.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 237 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1986

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica criado, para atuar junto ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, um grupo especial de Membros do Ministério Público que se denominará "Grupo de Recurso Extraordinário" destinado a estudar o posicionamento do Ministério Público em matéria de Recursos Extraordinários e a preparar a interposição dos recursos cabíveis.

Art. 2.º — O Grupo de Recurso Extraordinário desenvolverá seu trabalho objetivando apresentar ao Procurador-Geral:

a) estudos jurídicos que possam resultar na formulação de teses que serão sustentadas nos recursos extraordinários;

b) peças consubstanciando recursos extraordinários, agravos de instrumento e embargos de declaração a serem interpostos pelo Procurador-Geral de Justiça;

c) sugestão de petições diversas nos processos em curso no Supremo Tribunal Federal com atuação do Ministério Público estadual;

d) memoriais de sustentação dos recursos interpostos, a serem presentes aos Senhores Juizes que deles devem conhecer;

e) organizar arquivo de jurisprudência sobre recurso extraordinário.

Art. 3.º — O Grupo de Recurso Extraordinário terá a Coordenação de um dos Consultores ou Assistentes da Procuradoria-Geral de Justiça e se comporá de outros 6 (seis) membros assim distribuídos:

a) três (3) membros do Ministério Público com especialização em matéria penal;

b) três (3) membros do Ministério Público com estudos dedicados à área extrapenal.

Art. 4.º — Caberá ao Coordenador do Grupo:

a) dirigir suas atividades;

b) despachar com o Procurador-Geral de Justiça.

Art. 5.º — As sugestões de recurso extraordinário preparadas pelo Grupo terão por fundamento teses previamente fixadas pelo Grupo.

§ 1.º — Qualquer membro do Ministério Público e bem assim as Consultorias da Procuradoria-Geral de Justiça poderão sugerir teses, encaminhando-as diretamente ao Grupo.

§ 2.º — As teses serão formuladas pelo Grupo e publicadas para que, em prazo prefixado, sobre elas opinem os membros do Ministério Público.

§ 3.º — Decorrido o prazo do parágrafo anterior, serão as teses encaminhadas ao Procurador-Geral, com parecer do Grupo no sentido de sua adoção ou não.

§ 4.º — O Procurador-Geral de Justiça, ouvido o órgão especial do Colégio dos Procuradores no prazo que lhe estipular, aprovará ou não as teses.

§ 5.º — As teses aprovadas serão divulgadas.

Art. 6.º — Os Procuradores de Justiça, ao tomarem conhecimento de casos que versem tema das teses aprovadas, deles darão imediata notícia à Chefia do Ministério Público, com vistas à possível interposição do recurso extraordinário cabível, salvo se eles próprios interpuserem tal recurso.

Art. 7.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 239 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1986

Cria o Núcleo de Informática da Procuradoria-Geral de Justiça.

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica criado, na Procuradoria-Geral de Justiça, um Núcleo de Informática, com a finalidade de desenvolver estudos e atividades necessárias à implantação e execução do processamento de dados no Ministério Público Estadual.

Art. 2.º — Um Coordenador, a ser designado pelo Procurador-Geral de Justiça e a este diretamente vinculado, responderá pelas atividades do Núcleo ora criado.

Art. 3.º — O Coordenador terá as seguintes atribuições:

a) diligenciar a elaboração de estudos de viabilização do uso de sistemas eletrônicos de processamento de dados no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, inicialmente, e, posteriormente, segundo as possibilidades técnicas e administrativas, nos demais órgãos do Ministério Público Estadual, e propor a estrutura de recursos humanos e materiais necessários ao Núcleo, tais como levantamento de dados, elaboração de projetos de sistemas, análises, programação, treinamento de pessoal, implantação do serviço e acompanhamento de sua execução;

b) manter contatos necessários junto a qualquer unidade da Procuradoria-Geral de Justiça e demais órgãos do Ministério Público Estadual, com vistas ao levantamento de dados relativos à elaboração dos estudos iniciais e finais, bem como, receber informações, documentos e estudos existentes no Estado e destinados à informatização, com vistas às diligências necessárias à implementação das atividades e objetivos do Núcleo;

c) propor ao Procurador-Geral de Justiça as medidas necessárias ao funcionamento do Núcleo, em assuntos técnicos e administrativos.

Art. 4.º — Para efeito da execução das tarefas ora atribuídas, o Coordenador do Núcleo de Informática poderá estabelecer entendimentos preliminares com quaisquer órgãos da administração central ou descentralizada, federal, estadual e municipal, bem como com entidades classistas e de pesquisas, para coletar informações necessárias às atividades do Núcleo de Informática, com vistas ao estabelecimento de convênios de ação conjugada ou à aceleração da implementação dos objetivos do Núcleo, especialmente a maior eficiência do processamento de dados de interesse do Ministério Público, em termos de quantidades de serviços disponíveis, qualidade das informações ou modicidade de custos, resguardado o interesse técnico específico da Instituição.

Art. 5.º — A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 240 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1986

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições de seu cargo e tendo em vista o disposto nos artigos 18 e seu § 1.º e 20, e respectivo parágrafo único, da Lei Complementar n.º 28, de 21-05-82, baixa as seguintes instruções para regularem a eleição de membro do Conselho Superior do Ministério Público e seus suplentes.

INSTRUÇÕES PARA A ELEIÇÃO PARA O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1.º — O Conselho Superior do Ministério Público é integrado, dentre outros membros, por um Procurador de Justiça eleito pelos Promotores de Justiça, mediante escrutínio secreto, para um mandato com duração de 01-01-87 a 31-12-88.

Parágrafo único — Pelo mesmo processo serão eleitos 2 (dois) Suplentes, também Procuradores de Justiça.

Art. 2.º — Todos os Procuradores de Justiça, exceto os que estejam impedidos na forma da Lei Complementar n.º 28, de 21-05-82, são elegíveis.

Art. 3.º — O voto é direto, pessoal e secreto, sendo somente admitido seu exercício na forma adiante regulada.

Art. 4.º — A eleição processar-se-á em turno único, tendo como colégio eleitoral todos os Promotores de Justiça.

Art. 5.º — O Procurador-Geral expedirá edital da convocação da eleição, nele fixando dia, hora e local de votação.

Parágrafo único — O edital de convocação da eleição será publicado no Diário Oficial, com antecedência de até três dias da data do pleito.

CAPÍTULO II

Da Mesa Receptora e Apuradora

Art. 6.º — A Mesa Receptora e Apuradora dos votos será integrada pelo Procurador-Geral, que a presidirá, pessoalmente ou por delegação, e por quatro membros do Ministério Público por ele designados.

Parágrafo único — No curso dos trabalhos, ocorrendo necessidade, poderá o presidente da Mesa convocar até dois membros do Ministério Público presentes, para auxiliar ou substituir os componentes da Mesa.

Art. 7.º — Os membros da Mesa Receptora e Apuradora serão inelegíveis para o Conselho Superior, sendo do seu dever guardar absoluta imparcialidade na condução dos trabalhos e na aplicação das disposições normativas pertinentes.

Art. 8.º — A Mesa Receptora e Apuradora verificará, antes de instalar seus trabalhos, se o local destinado a seus trabalhos está dotado dos meios indispensáveis aos mesmos.

Parágrafo único — O Presidente da Mesa designará um de seus membros para servir de secretário.

Art. 9.º — A ata dos trabalhos registrará as ocorrências da eleição e consignará o resultado da votação, especificando o número de votos de cada Procurador de Justiça.

CAPÍTULO III

Do Processo de Votação

Art. 10 — A Mesa Receptora e Apuradora instalará seus trabalhos no dia e local determinados para a realização da votação, iniciando-se a recepção dos votos às 9 horas e encerrando-se às 17 horas.

Parágrafo único — À hora do encerramento da votação, existindo eleitores aguardando a sua vez para o exercício do voto, ser-lhes-á entregue a competente senha para oportuna chamada, não sendo admitido o recebimento de votos de eleitores retardatários.

Art. 11 — Os eleitores exercerão o voto inscrevendo na cédula oficial, à máquina ou de forma legível, o nome de 1 (hum) Procurador de Justiça. A cédula será encerrada na sobrecarta própria, rubricadas ambas pelo Presidente da Mesa ou membro dessa por ele designado, e depositada pelo eleitor na urna existente junto à Mesa, após lançar sua assinatura na relação de votantes.

Art. 12 — Encerrada a recepção dos votos, passará a Mesa à respectiva apuração, após contagem e conferência das sobrecartas colocadas na urna com o número de eleitores que lançaram sua assinatura na relação de votantes.

Art. 13 — Não serão computados os votos que:

- a) forem formalizados em cédulas que não sejam as oficiais ou que não se encontrem rubricadas devidamente;
- b) forem lançadas na urna em sobrecartas diferentes daquelas fornecidas pela Mesa ou não devidamente rubricadas;
- c) contiverem indicações ou sinais que permitam a quebra do sigilo do voto, pela identificação do eleitor;
- d) apresentem mais de 1 (hum) nome inscrito.

Art. 14 — Abertas as sobrecartas e apurados os votos válidos pela Mesa, serão os resultados anunciados e, de imediato, proclamado eleito para o Conselho Superior o Procurador de Justiça mais votado.

Parágrafo único — Serão proclamados eleitos, como Suplentes do Conselho assim eleito, os Procuradores de Justiça que se seguirem na ordem decrescente de votação.

Art. 15 — O empate que ocorrer na votação resolver-se-á em favor do mais antigo na classe e, caso persista o empate, do mais idoso.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Art. 16 — As questões suscitadas perante a Mesa Receptora e Apuradora, relativas ao processo eleitoral e à proclamação dos eleitos, serão por ela decididas na ocasião, por maioria, soberana e irrecorivelmente.

Parágrafo único — Qualquer impugnação à recepção ou apuração de voto ou à proclamação dos eleitos deverá ser formulada, imediatamente, para apreciação pela Mesa, sob pena de preclusão.

Art. 17 — A Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça caberá prover a Mesa, antecipadamente, dos meios materiais necessários à realização do pleito.

Art. 18 — Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Receptora e Apuradora, com fundamento nas praxes e nos princípios gerais de direito.

Art. 19 — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1986.

Luiz Roldão de Freitas Gomes
Procurador-Geral de Justiça

LISTA DE ANTIGÜIDADE DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Em 31.12.1986)

Procuradores de Justiça

- | | |
|--|--|
| 1.º Emerson Luiz de Lima | 46.º Mario Portugal Fernandes Pinheiro |
| 2.º Amaro Cavalcanti Linhares | 47.º Paulo Roberto Pinheiro Torres |
| 3.º Paulo Chermont de Araújo | 48.º Francisco Massá Filho |
| 4.º Jorge Guedes | 49.º Luiz Sergio Wigderowitz |
| 5.º Marcelo Maria Domingues de Oliveira | 50.º Carlos Eduardo Bernardi Montauray Pimenta |
| 6.º Laudelino Freire Junior | 51.º Simão Isaac Benjó |
| 7.º Raul Caneco de Araújo Jorge | 52.º Newton Lourenço Jorge |
| 8.º Mario Tobias Figueira de Mello | 53.º Nader Couri Raad |
| 9.º Carlos Dodsworth Machado | 54.º Rodolfo Antonio Avena |
| 10.º Francisco Habib Otoch | 55.º Luiz Brandão Gatti |
| 11.º Eladio de Carvalho Werneck | 56.º Albino Angelo Santa Rossa |
| 12.º Maurício Ruas Pereira | 57.º Fernando Paciello |
| 13.º Ellis Hermidio Figueira | 58.º Adolpho Lerner |
| 14.º Octávio Freitas | 59.º Arthur Pontes Teixeira |
| 15.º Sávio Soares de Sousa | 60.º Ivan Anátocles da Silva Ferreira |
| 16.º Cezar Augusto de Farias | 61.º Roberto Bernardes Barroso |
| 17.º José Augusto Pereira dos Santos | 62.º Jarcléa Pereira Gomes |
| 18.º Nicanor Médici Fischer | 63.º Albênzio Pinheiro Rangel |
| 19.º Paulo de Salles Guerra | 64.º Waldy Genuíno de Oliveira |
| 20.º Everardo Moreira Lima | 65.º Ulysses Leocádio |
| 21.º Jefferson Machado de Góes Soares | 66.º Danilo Domingues de Carvalho |
| 22.º Alberto de Almeida e Albuquerque | 67.º Carlos Augusto Vianna de Albuquerque |
| 23.º Álvaro Duncan Ferreira Pinto | 68.º Ferdinando José Bianchini Latgé |
| 24.º Martinho da Rocha Doyle | 69.º Luiz Roldão de Freitas Gomes |
| 25.º Regina Maria Corrêa Parisot | 70.º José Ivanir Gussem |
| 26.º Armando de Oliveira Marinho | 71.º Hamilton Carvahido |
| 27.º Helio Cezar Pena e Costa | 72.º Antonio Francisco Feteira Gonçalves |
| 28.º Mariza Clotilde Villela Perigault | 73.º João Baptista Storduto de Carvalho |
| 29.º Antonio Claudio Bocayuva Cunha | 74.º Carlos de Mello Porto |
| 30.º Rafael Carneiro da Rocha | 75.º David Milech |
| 31.º Hortencio Catunda de Medeiros | 76.º Virgílio Augusto da Costa Val |
| 32.º Cyro de Carvalho Santos | 77.º Heitor Pedrosa Filho |
| 33.º Wilson de Andrade Campello | 78.º Omar Gama Ben Kauss |
| 34.º Alberto Canellas | 79.º Sálua Bunahum |
| 35.º Julio Agostinho Horta Barbosa de Bergallo | 80.º Otto Frederico Campean |
| 36.º Sergio de Andréa Ferreira | 81.º Cezar Romero de Oliveira Soares |
| 37.º Fernando José Pessoa da Silva | 82.º Pedro Paulo Geraldo Pires de Mello |
| 38.º José da Silveira Lobo | 83.º Gastão Lobão da Costa Araújo |
| 39.º Mauro Campello | 84.º Eugenio Carvalho do Nascimento Filho |
| 40.º Vitor André de Soveral Junqueira Ayres | 85.º Antonio Carlos Silva Biscaia |
| 41.º Paulo Frederico Bandeira de Mello Thedim Lobo | 86.º Pedro Nogueira Fontoura |
| 42.º Wilson Cavalcanti de Farias | |
| 43.º Sergio Demoro Hamilton | |
| 44.º Antonio Vicente da Costa Junior | |
| 45.º Atamir Quadros Mercês | |

Promotores de Justiça

1.ª Categoria

- 1.º Geraldo de Freitas Caldas
- 2.º Heitor Costa Junior
- 3.º Max Fontes Perlingeiro
- 4.º Leôncio de Aguiar Vasconcellos
- 5.º Aquilino Pinto Figueiredo
- 6.º Anatólio Wainstok
- 7.º Santos Levy
- 8.º Francisco Baptista de Oliveira
- 9.º Hugo Gonçalves Roma
- 10.º Dilmo Solon Valadares do Lago
- 11.º Tellius Alonso Avelino Memória
- 12.º Guy Benigno Brasil
- 13.º Jacyr Villar de Oliveira
- 14.º Luiz Gonzaga de Noronha Luz Neto
- 15.º Sylvio Tito Carvalho Coelho
- 16.º Juary Silva
- 17.º Paulo Bouçada Tassara
- 18.º Sergina Mello
- 19.º Carlos Alberto Perlingeiro dos Santos
- 20.º Emanuel Roberto de Nora Serra
- 21.º Roberto Abranches
- 22.º Francisco Chagas Bruno
- 23.º Edmo Rodrigues Lutterbach
- 24.º Mario Ferreira dos Reis
- 25.º Maurício Helayel
- 26.º Gerson Nicacio Garcia
- 27.º Eloysio Vieira de Almeida
- 28.º Francisco José Vaz
- 29.º Hermesinda Oliveira Cavalcanti da Rocha
- 30.º Brazilmar Moraes Pinheiro
- 31.º Norton Esteves Pereira de Mattos
- 32.º Giuseppe Ítalo Brasilino Vitagliano
- 33.º Wander Cezar Moreira
- 34.º Denise Souza Soares
- 35.º Maria Lenigia Rocha Pires de Carvalho
- 36.º Gabriel Vilela Junior
- 37.º João Batista Lopes de Assis Filho
- 38.º Eduardo Portela
- 39.º Inácio Nunes
- 40.º Edson Affonso Guimarães
- 41.º Marcia Paiva Arellano
- 42.º Hédel Luiz Nara Ramos
- 43.º Henrique Ernesto Cláudio Dagna
- 44.º Adir Maria de Andrade Barros Corrêa
- 45.º Renato Gonçalves Pereira
- 46.º Arthur Leonardo de Sá Earp
- 47.º Maria Henriqueta do Amaral Fonseca Lobo
- 48.º Celso Fernando de Barros
- 49.º João Marcello de Araújo Júnior
- 50.º Jocymar Dias de Azevedo
- 51.º Arion Sayão Romita
- 52.º Ivan Rezende Pereira Leal
- 53.º Rosa Déa Veiga da Silva
- 54.º José Carlos da Cruz Ribeiro
- 55.º Valneide Serrão Vieira
- 56.º Homero das Neves Freitas
- 57.º Ruth Sarah Hirschfeldt
- 58.º Antonio Paiva Filho
- 59.º Ângelo Moreira Glioché
- 60.º Assy Mirza Abraham
- 61.º Lafredo Lisboa Vieira Lopes
- 62.º Ítala Cremer
- 63.º Renato Pereira França
- 64.º Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque
- 65.º Paulo Monteiro Barbosa
- 66.º Rodolfo Carmelo Ceglia
- 67.º Hélio Zaghetto Gama
- 68.º Demóstenes Garcia
- 69.º Eduardo Valle de Menezes Côrtes
- 70.º Vera de Souza Leite
- 71.º Roberto Mendonça de Andrade
- 72.º Telma Musse Diuana
- 73.º Mauro José Ferraz Lopes
- 74.º Marija Yrneh Rodrigues de Moura
- 75.º José Diniz Pinto Bravo
- 76.º Marly Macedônio
- 77.º Domingos Henrique Leal Braune
- 78.º Denise Camolez
- 79.º Jorge Joaquim Lobo
- 80.º Ronaldo Tostes Mascarenhas
- 81.º Sídali João de Moraes Guimarães
- 82.º Edmundo José Anjo Coutinho
- 83.º Luís Fernando Ribeiro Matos
- 84.º Sergio Castanheira
- 85.º Lucy Lopes Kratz
- 86.º Cypriano Lopes Feijó
- 87.º Mario Robert Mannheimer
- 88.º José Augusto de Araujo Neto
- 89.º Newton Campos de Medeiros
- 90.º Evandro Barbosa Steele
- 91.º Laercio Guarçoni
- 92.º Gerardo Rangel dos Santos
- 93.º Fernando Araripe de Moraes Quadros
- 94.º Drausio Rodrigues Lourenço
- 95.º Evangelina Fontelas Rosado Spinelli
- 96.º Ricardo Hungria Ferreira Pinto
- 97.º Mauro Silva Guedes

- 98.º Maria de Lourdes de Oliveira Ribeiro
- 99.º Julio Cezar Souza Baltharejo
- 100.º Antonio José Azevedo Pinto
- 101.º José Ricardo Lopes Guimarães
- 102.º Zilma de Castro Cunha Almeida
- 103.º Sonia Maria Moret Freire Lourenço
- 104.º Waldyr Novelino
- 105.º Marcelo Antonio de Menezes Oliveira
- 106.º Leonel dos Santos
- 107.º Evandro Ramos Lourenço
- 108.º Victoria Siqueira Soares Le Coq D'Oliveira
- 109.º Levy de Azevedo Quaresma
- 110.º Marly de Almeida Leite Perorázio Tavares
- 111.º José Bianchini
- 112.º Ronaldo Simão
- 113.º Roberto Pontes Dias
- 114.º Eduardo Othelo Gonçalves Fernandes
- 115.º Maria do Carmo Alves Garcia
- 116.º Temístocles de Faria Lima
- 117.º Lourineide de Arruda Xavier
- 118.º Paulo Ferreira Rodrigues
- 119.º Tereza de Paula Tavares Henriques
- 120.º Joaquim Armindo Thomaz
- 121.º Marly Ribeiro
- 122.º Ana Maria Gattás Bara
- 123.º Fernando Lúcio Lagoeiro Magalhães
- 124.º Claudio Ramos
- 125.º Eduardo Luiz Peixoto Martins Silveira
- 126.º Necisia Maia dos Santos Carvalho Arce dos Santos
- 127.º Mario Tobias Figueira de Mello Filho
- 128.º Luiz Carlos Silva
- 129.º Carlos Antonio da Silva Navega
- 130.º Antonio Carlos da Fonseca Passos
- 131.º Eljo Gitelman Fischberg
- 132.º Dalva Pieri Nunes
- 133.º Regina Celia de Oliveira Calmon
- 134.º Leny Costa de Assis
- 135.º Katia Costa Marques de Faria
- 136.º Maria Cristina Palhares dos Anjos
- 137.º Carlos Magno Maia Przewodowski
- 138.º Ronaldo de Medeiros e Albuquerque
- 139.º Wanderley de Andrade Monteiro
- 140.º Bernardo Buarque Schiller
- 141.º Aldney Zacharias Peixoto
- 142.º Ana Maria de Resende Chaves
- 143.º Mary Virgínia Northrup
- 144.º Adolfo Borges Filho
- 145.º José dos Santos Carvalho Filho
- 146.º Paulo Cezar Pinheiro Carneiro
- 147.º Luiz Antonio Ferreira de Araujo
- 148.º Liliane Magalhães Lustosa
- 149.º Édila Davies de Moura
- 150.º Mariana de Oliveira
- 151.º Neje Hamaty
- 152.º Luiz Carlos Humbert de Albuquerque Maranhão
- 153.º Alma Rubens Alvim de Carvalho
- 154.º Regina Celi Silva Machado
- 155.º Anna Affonso Delecave
- 156.º Anthero da Silva Gaspar
- 157.º Ceres Feijó
- 158.º Cristina Maria dos Santos Caetano da Silva
- 159.º Ekel Luiz Sêrvio de Souza
- 160.º Luiz Antonio Pacca Campos Mello
- 161.º Flavio Curi Vitari
- 162.º Irenice Nunes Azevedo Lima
- 163.º Maria Amélia Couto Carvalho
- 164.º Duval Vianna
- 165.º Henrique Nogueira da Costa
- 166.º Affonso Alípio Pernet de Aguiar
- 167.º Jackson Lopes Corrêa
- 168.º Julio Cesar de Souza Oliveira
- 169.º Fernando Chaves da Costa
- 170.º Maria Cristina Pacini de Medeiros e Albuquerque
- 171.º Carlos Eduardo Costa e Silva
- 172.º Reinaldo Moreira Glioche
- 173.º Francisco das Neves Baptista
- 174.º Ana Maria de Andrade Pinheiro
- 175.º Alexandre Arbach
- 176.º Maximino Gonçalves Fontes Neto
- 177.º Ugo Soares Pinheiro Chagas
- 178.º Eduardo Pinto Martins
- 179.º Bonni dos Santos
- 180.º Aldegy do Nascimento
- 181.º Déa Araujo de Azeredo
- 182.º Hugo Jerke
- 183.º Décio Luiz Gomes
- 184.º Avelino Gomes Moreira Neto
- 185.º Maria Cristina Pasquinelli Bacha de Almeida
- 186.º Edson Pereira da Silva
- 187.º Ruy Soares Barbosa Junior
- 188.º Mauricio Caldas Lopes
- 189.º Luíza Thereza Baptista de Mattos
- 190.º Antonio Ricardo Binato de Castro
- 191.º João Batista Petersen Mendes
- 192.º Jorge Euclides Pereira Ninho
- 193.º Olegario Maciel Cólly
- 194.º José Francisco Basílio de Oliveira
- 195.º Pedro Moreira Alves de Brito

- 196.º Geraldo Matos Maia
- 197.º Murillo Bernardes Miguel
- 198.º Margarida Maria de Barcelos Nogueira
- 199.º Dirce Ribeiro de Abreu
- 200.º Raphael Cesário
- 201.º Helcio Alves de Assumpção
- 202.º Neida Mirna Dalcolmo
- 203.º Hisashi Kataoka
- 204.º Carlos Machado Vianna
- 205.º Sergio Bastos Viana de Souza
- 206.º Maria Teresa Moreira Lima
- 207.º Manoel Geraldo Areunete
- 208.º Elisabeth de Moraes Cassar Ferraz Alves
- 209.º Sergio Zettermann
- 210.º Ertulei Laureano Matos
- 211.º Alvaro Hungria Ferreira Pinto
- 212.º Heloisa Helena Pires dos Santos
- 213.º Luiz Carlos Rodrigues da Costa
- 214.º Vera Maria Florêncio Berto
- 215.º Francisco Antonio Souto e Faria
- 216.º Sonia Simões Corrêa Fortes
- 217.º Ricardo Canellas Rinaldi
- 218.º Jorge Vacite Filho
- 219.º Marcio Klang
- 220.º Antonio Carlos Martins
- 221.º Afranio Silva Jardim
- 222.º Roberto Ribeiro França
- 223.º Nilda Maria Benevides de Miranda
- 224.º Nildson Araujo da Cruz
- 225.º José Maria Leoni Lopes de Oliveira
- 226.º Vera Maria Barreira Jatamy
- 227.º Elaine Costa da Silva
- 228.º Edilma Raposo dos Santos
- 229.º Helio José Ferreira Rocha
- 230.º Vanda Menezes Rocha
- 231.º Luiz Carlos de Oliveira Lopes
- 232.º Laíza de Paula Rossi
- 233.º Heloisa Helena Brandão
- 234.º Lucia Maria Cuinhas da Cunha
- 235.º Antonio Carlos Coelho dos Santos
- 236.º José Geraldo Antonio
- 237.º Maria Lucia das Chagas Gomes de Sá
- 238.º Celia de Araujo Costa
- 239.º Mario Antonio de Carvalho
- 240.º Cristiano Cullen de Sampaio Vianna
- 241.º Adelia Barboza de Carvalho
- 242.º Marfan Martins Vieira
- 243.º Silvio Ambrosi de Miranda Valverde
- 244.º Gevan Carvalho Almeida
- 245.º Hevelise Scheer
- 246.º José Antonio Leal Pereira
- 247.º Celso Benjó
- 248.º Paulina Leone Candia Hryniewicz
- 249.º Suely da Silva Jardim Marinho
- 250.º Luiz Carlos de Araujo
- 251.º Nélia Nahid de Carvalho
- 252.º Vitória Abi Rihan
- 253.º Augusto Dourado
- 254.º Israel Stoliar
- 255.º Heloisa Maria Alcofra Miguel
- 256.º Ivonildes Luiz Altino de Lima
- 257.º Nelma Gloria Trindade de Lima
- 258.º Daysi Palmieri da Costa
- 259.º Ana Maria Schmidt
- 260.º Luiz Otavio de Freitas
- 261.º Delma Eyer Harris
- 262.º Lúcia Gloria Bastos Alves de Araujo
- 263.º Naudila Terezinha Honorato Neves
- 264.º Fernaldo do Nascimento
- 265.º Elizabeth Regina Gomes de Oliveira Melo
- 266.º Alexandre Araripe Marinho
- 267.º Antonio Augusto Chaves Meireles
- 268.º Ana Maria Goldemberg
- 269.º Paulo Ivan de Oliveira Teixeira
- 270.º Adelângela Saggioro Garcia
- 271.º Maria Helena Pereira da Cunha
- 272.º Regina Machado Tedesco
- 273.º Everardo de Góes Fischer
- 274.º Anderson Albuquerque de Souza Lima
- 275.º Vera Lucia de Sant'Anna Gomes
- 276.º Maria Tereza de Andrade Ramos Ferraz
- 277.º Lucia Neves de Oliveira
- 278.º José Roberto Paredes
- 279.º Jayme Duarte Vieira
- 280.º Roberto Moura Costa Soares
- 281.º Maria Eugenia de Macedo Florio
- 282.º Maria Eugenia Monteiro Cavalcanti
- 283.º Wilséa Gaspar Fernandes
- 284.º Edilon Miranda Oliveira
- 285.º Regina Buaiz
- 286.º Sandra Muniz Melo Ramos de Castro
- 287.º Fernando Fernandy Fernandes
- 288.º Fátima Maria Ferreira Mello
- 289.º Arci Cavalcanti Albuquerque Figueiredo
- 290.º Regina Olivia da Rocha Werneck
- 291.º Maria da Gloria Franco
- 292.º Lourdes Gamba
- 293.º Maria Elizabeth Riente Lima
- 294.º Maria Tereza Kezen Vieira
- 295.º Rosa Maria dos Reis Parise
- 296.º Francisco Eduardo Marcondes Nabuco

- | | |
|--|---|
| 297.º Virginia de Barros Moreira | 307.º Gizelda Leitão Teixeira |
| 298.º Eduardo da Silva Neto | 308.º Kleber Couto Pinto |
| 299.º Lilia Izaguirre de Toledo Malta | 309.º Ariadne Mitropoulos Esteves Dias |
| 300.º Carlos Eduardo de Miranda Ferraz | 310.º Maria Elisa, Hingst Manzollilo |
| 301.º Nelson de Sá | 311.º Angela Maria dos Reis Parise |
| 302.º Maria do Carmo dos Santos Casa Nova | 312.º Maria Aparecida Araujo Monteiro de Barros |
| 303.º Marilza Matos Mendes | 313.º Enos da Costa Palma |
| 304.º Celma Pinto Duarte de Carvalho Alves | 314.º Verônica Elisa Rosa Aguiar |
| 305.º Gelcy Migon Pinto de Oliveira | 315.º Dário Michéli Gadêlha |
| 306.º Rosane Orichio de Siqueira Mello | 316.º Ana Alice de Belly Antony |
| | 317.º Ecknéa Antonia Andrade |
| | 318.º José Muños Piñeiro Filho |

2.ª Categoria

- | | |
|---|---|
| 1.º Sebastião Fador Sampaio | 39.º Flavia Pereira Nóvoa |
| 2.º Maria Dionizia Freire Gonçalves de Almeida | 40.º Nilo Cairo Lamarão Branta |
| 3.º Paulo Rodolfo Maximiliano de Gomes Tostes | 41.º José Francisco de Martino |
| 4.º Anamaria de Luna Borges Saraiva | 42.º David Borensztajn |
| 5.º Marilene Gomes Fernandes | 43.º Maria Helena Rodrigues da Silva |
| 6.º Nelson José Martins | 44.º Marcos Mizrahi |
| 7.º Maria de Fátima Rocha Novaes | 45.º Maria da Conceição Pereira Cardoso dos Reis |
| 8.º Miriam Rocha Mello | 46.º Marília Bulhões dos Santos Carneiro |
| 9.º Beatriz Marilda Alves Campos | 47.º Adilse de Oliveira Ramos |
| 10.º Leonardo Cavalcanti Cerqueira | 48.º Augusta Vitória Piclum |
| 11.º Charles Van Hombeeck Junior | 49.º Theobaldo Lisboa |
| 12.º Fernanda Jorgensen de Luna Dias | 50.º João Martins Freitas |
| 13.º Luiz Gonzaga de Lima Costa | 51.º José Dias Barroso |
| 14.º Wilson Pontes Cardoso | 52.º José Antonio Costa Gonçalves |
| 15.º Alvaro Homero Xavier de Brito Martins Baptista | 53.º Flavio Cunha Monteiro de Carvalho |
| 16.º Vera Maria José Rollas | 54.º Onédio Francisco Gonçalves |
| 17.º Gilberto Machado Simões | 55.º Carlos Domingues da Venda |
| 18.º Maria Cristina Menezes Azevedo | 56.º Nadia de Araújo |
| 19.º Luiz Roberto Saraiva Salgado | 57.º Antonio Carlos da Graça Mesquita |
| 20.º Fátima Pacca Dias Araujo | 58.º Antonio Borromeu Fernandes |
| 21.º Elso Vaz | 59.º Maria Luíza Cabral Vieira |
| 22.º Zelia Salles de Vasconcelos | 60.º Eunice Ferreira Caldas |
| 23.º Diamantino Ferreira | 61.º Vania Maria Carrano Benjó |
| 24.º Silvia Liz Xavier Dell'Ome | 62.º Elizabeth Carneiro de Lima |
| 25.º Marlene Cardoso Gonzalez | 63.º Maria Cristina da Silva Gaertner |
| 26.º Helda Meireles Penna Franca | 64.º Cristina Tereza Gaulia Borrmann |
| 27.º Sergio Antonio Carvalho | 65.º José Carlos Paes |
| 28.º Tania Maria Sales Moreira | 66.º Marília de Castro Neves Vieira |
| 29.º Ana Maria Silva Gonçalves | 67.º Joel Teixeira Araujo |
| 30.º Gladys Mary Licinio Holanda | 68.º Ida Maria Moulin Alledi |
| 31.º Mônica Silveira Franca | 69.º Maria Alexandra Bastos Malheiro de Oliveira da Silva Tonim |
| 32.º Angela Maria Castro Leite Andrade Cordeiro de Mattos | 70.º Ana Lucia Abeid |
| 33.º José Araujo dos Santos | 71.º Branca Maria Moreira Alves |
| 34.º Ana Maria Almeida Nogueira | 72.º Annabella Vera Grazia Herzog |
| 35.º Arilda Sandra da Silva Nunes | 73.º Maria da Conceição Lopes de Souza Santos |
| 36.º Leonardo Souza Chaves | 74.º Alberto Henrique de Pinho Canellas |
| 37.º Geraldo Antonio Rangel de Azeredo Coutinho | |
| 38.º Claudia Maria Oliveira dos Santos | |

- 75.º Eliane Bahiense Albuquerque
- 76.º Regina Lúcia Natal de Carvalho
- 77.º Vicente Silvío Ferreira do Nascimento
- 78.º Sonia Maria Rocha Silva
- 79.º Marcia Rodrigues Oliveira
- 80.º Patrícia Silveira da Rosa
- 81.º Marco Antonio Ibrahim
- 82.º Geraldo Luiz Mascarenhas Prado
- 83.º Marcia Alvares Pires Rodrigues
- 84.º Denise Freitas Fabião Guasque
- 85.º Lúcia Maria Lacerda
- 86.º Manoel Ciridião Buarque
- 87.º Martha Pires da Rocha Hisse
- 88.º Miriam Cristina Mendonça Real
- 89.º Ricardo Ribeiro Martins
- 90.º Maria Celeste Cardoso de Brito Pereira
- 91.º Huascar de Castro
- 92.º Ricardo Zouein
- 93.º Léa Barbosa Vianna Freire
- 94.º Antonio José Martins Gabriel
- 95.º João Carlos Miranda Freire
- 96.º Julieta Raila Bernstein Seixas
- 97.º Luiz Fabião Guasque
- 98.º Poul Erik Dyrlund
- 99.º Maurício Assayag
- 100.º José Ricardo de Siqueira Regueira
- 101.º Leila Maria Rodrigues Pinto
- 102.º Frederico Alberto Ribeiro Canellas
- 103.º José Rodrigues Pinheiro
- 104.º João Batista Filgueiras
- 105.º Inês da Trindade Chaves de Melo
- 106.º Wilney Magno de Azevedo Silva
- 107.º André Gustavo Corrêa de Andrade
- 108.º Dóris de Sá Manzini
- 109.º Ligia Portes Santos
- 110.º Guilherme Couto de Castro
- 111.º Alda Santarosa Freire Oliveira e Silva
- 112.º Marcelo Lyra Filho
- 113.º Amadeu Mendes Campanati
- 114.º Luiz Carlos Motta Machado
- 115.º Angela da Rocha Pombo
- 116.º Maria de Nazaré Martins Guimarães
- 117.º Ana Cristina Augusto Gentil da Silva
- 118.º Daisy Monnerat dos Santos Silva
- 119.º Paulo Sergio Prestes dos Santos
- 120.º Rosângela Carrozzino
- 121.º Heloisa Maria Daltro Leite Guanaes de Miranda
- 122.º Cairo Italo França David
- 123.º Conceição Aparecida Mousnier Teixeira de Araujo
- 124.º Paula Andrade Mello
- 125.º José Avelino Atalla
- 126.º Pedro Elias Sanglard
- 127.º Claudio Luís Braga Dell'Orto
- 128.º Rogério de Oliveira Souza
- 129.º Gilmar Augusto Teixeira
- 130.º Laucy Esteves
- 131.º Joaquim Domingos de Almeida Neto
- 132.º Karla Maria da Cruz Carvalho
- 133.º Gisele Lobão Salgado
- 134.º Marcus Quaresma Ferraz
- 135.º Carlos Alberto Firmo de Oliveira
- 136.º Luiz Carlos Vivas Vieira
- 137.º Sueli Carreira da Silva
- 138.º Dilson Neves Chagas
- 139.º Guilherme Novis Dias
- 140.º Lucia Ramos Serão de Sant'Anna
- 141.º Elizabeth José Barreto

ÍNDICE DE AUTORES

ADOLPHO LERNER

- Livramento Condicional. Desconstituição da decisão concessiva (Pareceres) 88

AFRANIO SILVA JARDIM

- Notas sobre a Teoria da Jurisdição (Doutrina) 27

CARLOS DE MELLO PORTO

- Arguição de inconstitucionalidade de lei (Pareceres) 92

CARLOS MAGNO MAIA PRZEWODOWSKI

- Notas sobre a Correção Monetária (Estudos) 203

CELSO BENJÓ

- O Ministério Público segundo nossa proposta de enquadramento (Doutrina) 47

CEZAR AUGUSTO DE FARIAS

- *Reformatio in pejus*. Inadmissibilidade (Pareceres) 95

DALVA PIERI NUNES

- Carta Testemunhável. Recurso do Ministério Público contra decisão com que concordara o antecessor (Pareceres) 97

EDUARDO VALLE DE MENEZES CÔRTEZ

- Responsabilidade Civil. Ação do sacado que honrou o pagamento de cheque contra a emitente (Pareceres) 101

ELISABETH DE MORAES CASSAR FERRAZ ALVES

- Nulidade insanável (Pareceres) 107

ELLIS HERMYDIO FIGUEIRA

- Estágio experimental. Expectativa de direito (Pareceres) 109

EVERARDO MOREIRA LIMA

- Revogação de mandato conferido por instrumento público (Pareceres) 112

GISELE CANTUÁRIA SEIXAS

- *Cemitério dos Vivos*, de Julita Lemgruber (Bibliografia) 244

HELICIO ALVES DE ASSUMPCÃO

- Liquidação extrajudicial. Arresto (Pareceres) 115

JOÃO MARCELLO DE ARAÚJO JÚNIOR

- Os grandes movimentos de política criminal de nosso tempo (Doutrina) 57
— Roberto Lyra Filho (Biografias) 197

LUIZ OTAVIO DE FREITAS

- Contrato de *leasing* (Pareceres) 124

MARCIO KLANG

- O Empréstimo Compulsório previsto no Decreto-Lei n.º 2.288, de 23.07.1986. Diversos aspectos de inconstitucionalidade (Estudos) 217

MARIO SLERCA JR.

- A informação privilegiada — *insider trading* — nas bolsas de valores e o estelionato (Doutrina) 69

MAURÍCIO CALDAS LOPES

- Reclamação Correicional (Pareceres) 133

NEJE HAMATY

- Crime comum praticado por Vereador. Inexistência de foro especial por prerrogativa de função (Pareceres) 136

OSVALDO HAMILTON TAVARES

- A Influência do Direito Canônico no Código Civil Brasileiro (Estudos) 220

PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO

- O Ministério Público nos Estados Unidos da América do Norte e na Inglaterra — Sistema da *Common Law* (Doutrina) 73

PAULO FERREIRA RODRIGUES

- Nulidade de Testamento (Pareceres) 140

RONALDO DE MEDEIROS E ALBUQUERQUE

- Imposto sobre Serviços. Limite temporal da eficácia do julgamento exequendo (Pareceres) 147

SERGIO DE ANDRÉA FERREIRA

- Competência dos Tribunais Estaduais: Inconstitucionalidade da LOMAN (Doutrina) 80

SERGIO DEMORO HAMILTON

- Recurso em sentido estrito. Impossibilidade de integração analógica (Pareceres) 159

SILVIO AMBROSI DE MIRANDA VALVERDE

- Retificação de sentença. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil (Pareceres) 162

WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA

- Benefícios previdenciários de prestação continuada. Revisão e reajuste (Pareceres) 165

ÍNDICE DE ASSUNTOS

AÇÃO

- Responsabilidade Civil (*vide*) 101

APOSENTADORIAS

- Promotor de Justiça Dr. José Perelmiter, Promotora de Justiça Dra. Nancy Mendes de Aragão e Procurador de Justiça Dr. Antonio Augusto de Vasconcellos Neto (Atualidades) 238

ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

- Argüição de inconstitucionalidade de lei (Carlos de Mello Porto — Pareceres) 92
- Competência dos Tribunais Estaduais: Inconstitucionalidade da LOMAN (Sergio de Andréa Ferreira — Doutrina) 80

ARRESTO

- Liquidação extrajudicial (*vide*) 115

ASSUNTOS (Índice de) 385

ATUALIDADES 227

AUTORES (Índice de) 383

BIBLIOGRAFIA

- *Cemitério dos Vivos*, de Julita Lemgruber (Gisele Cantuária Seixas) 244

BIOGRAFIAS

- Roberto Lyra Filho (João Marcello de Araújo Júnior) 197

CANÔNICO (Direito)

- A influência do Direito Canônico no Código Civil Brasileiro (Osvaldo Hamilton Tavares — Estudos) 220

CARTA TESTEMUNHÁVEL

- Recurso (*vide*) 97

CASAMENTO

- O casamento realizado *in articulo mortis* por ministro religioso competente pode ser inscrito no registro público mediante requerimento do nubente sobrevivente (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro — 1.^a Câmara Cível — Jurisprudência Cível) 187

CHEQUE SEM SUFICIENTE PROVISÃO DE FUNDOS

- Responsabilidade civil (*vide*) 101

COMERCIAL (Direito)

- A informação privilegiada — *insider trading* — nas bolsas de valores e o estelionato (Mário Slerca Jr. — Doutrina) 69
- Contrato de *leasing* (Luiz Otávio de Freitas — Pareceres) ... 124
- Notas sobre a Correção Monetária (Carlos Magno Maia Przewowski — Estudos) 203

COMPETÊNCIA

- Arguição de inconstitucionalidade (*vide*) 80 e 92

CONCURSO

- Concurso para ingresso na Classe Inicial da Carreira do Ministério Público. Posse dos novos Promotores de Justiça (Atualidades) 227

CONCUSSÃO

- Sentença (*vide*) 194

CONSTITUCIONAL (Direito)

- Arguição de inconstitucionalidade (*vide*) 80 e 92

CONVÊNIO

- Convênio celebrado entre o Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro e a Procuradoria-Geral de Justiça (Atualidades) 234

CORREÇÃO MONETÁRIA

- Comercial (Direito) (*vide*) 203

CORRUPÇÃO ATIVA

- Sentença (*vide*) 194

CORRUPÇÃO PASSIVA

- Sentença (*vide*) 194

CRIMINOLOGIA

- Os grandes movimentos de política criminal de nosso tempo (João Marcello de Araújo Júnior — Doutrina) 57

EFICÁCIA

- Sentença (*vide*) 147

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

- O Empréstimo Compulsório previsto no Decreto-Lei n.º 2.288, de 23.07.1986. Diversos aspectos de inconstitucionalidade (Marcio Klang — Estudos) 217

ENCONTRO

- VII Encontro do Ministério Público Fluminense (Atualidades) 231

ESTAGIO EXPERIMENTAL

- *Estágio experimental* alça-se como instituto diverso do *estágio probatório*, adotado aquele como critério jurídico de aferição de aptidão prévia ao processo de provimento de cargo no serviço público estadual, segundo disposição legislada. A eficácia jurídica só nasce se há incidência de lei sobre o fato e a incidência só cabe no mundo das realidades objetivas. Expectativa de direito sem agasalho na rígida linha do *mandamus* (Ellis Hermydio Figueira — Pareceres) 109

EXPECTATIVA DE DIREITO

- *Estágio experimental (vide)* 109

FALECIMENTOS

- Promotor de Justiça Dr. João de Almeida Barbosa Ribeiro; Promotor de Justiça Dr. Raul de Figueiredo Meireles; Procurador de Justiça Dr. Arnóbio Tenório Wanderley; Procurador de Justiça Dr. Mozart Mattos; Procurador de Justiça Dr. Roberto Frederico Sanchez e Promotor de Justiça Dr. José Francisco de Oliveira Diniz (Atualidades) 240

FORO ESPECIAL

- *Prerrogativa de função (vide)* 136

IMPUTAÇÃO

- *Sentença (vide)* 194

INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA

- *Comercial (Direito) (vide)* 69

INSTRUMENTO DE MANDATO

- 1. Uniformização de Jurisprudência requerida pelo Curador de Registros Públicos em face da controvérsia sobre a competência do juiz de Registros Públicos para o procedimento de revogação de mandatos conferidos por instrumento público.
2. Prevê o art. 84, I, a, do CODRJ a competência privativa dos juízes de direito em matéria cível para os feitos de jurisdição voluntária de natureza civil.
3. O procedimento de revogação de mandato conferido por instrumento público constitui feito de jurisdição voluntária de natureza civil (art. 1.318 C.C.).
4. Opinião pela incompetência absoluta do juiz de Registros Públicos (Everardo Moreira Lima — Pareceres) 112

INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

- *Investigação de paternidade cumulada com ação anulatória de atos jurídicos e petição de herança.*

I. O argumento da doação simulada foi desautorizado na origem e não há como aboná-lo em instância extrema sem o revolver da prova.

II. Os efeitos da sentença que reconhece a paternidade *post mortem* não atingem a situação já consolidada dos descendentes, em favor de pessoas, na época, desvestidas dessa qualidade jurídica. Inocorrência de afronta ao artigo 1.132 do Código Civil.

Recurso extraordinário não conhecido (STF — Segunda Turma — Jurisprudência Cível)

178

JURISDIÇÃO

- Notas sobre a Teoria da Jurisdição (Afranio Silva Jardim — Doutrina)

27

JURISPRUDÊNCIA

- Jurisprudência Cível
- Jurisprudência Criminal

178

190

LEGISLAÇÃO

- Atos do Procurador-Geral de Justiça
- Leis Estaduais
- Leis Federais
- Leis Municipais

349

285

246

345

LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

1. Mandado de Segurança contra decisão judicial concessiva de arresto fundado na Lei 6.024/74. Inadmissibilidade, ante a falta de demonstração da tempestividade da impetração e do oferecimento do recurso cabível.
2. Improcedência. O arresto previsto na Lei 6.024/74, que disciplina a intervenção e liquidação extrajudicial, pode alcançar bens que se tenham tornado indisponíveis por força do art. 36 do aludido diploma. Não é ilegal a concessão liminar do arresto, se se reputam presentes os respectivos requisitos. A indisponibilidade e ao arresto se sujeitam os membros do Conselho de Administração da sociedade sob intervenção ou liquidação extrajudicial. Não sendo ilegal o ato atacado, não há motivo para atribuir-se ao recurso efeito suspensivo, expressamente negado pela Lei (Helcio Alves de Assumpção — Pareceres)

115

LIVRAMENTO CONDICIONAL

- Agravo. Livramento condicional. Decisão concessiva do benefício a sentenciado cujo prontuário registra várias punições aplicadas ao longo de sua vida carcerária, em virtude de apuradas práticas de graves transgressões disciplinares. Referências que necessariamente induzem à conclusão consistente em que o condenado não ostenta comportamento satisfatório durante a execução da pena. Inteligência do disposto no art. 83, III, 1.^a parte do Código Penal. Sentenciado que, assim, não faz jus à liberalizada medida, cujo deferimento em seu caso específico há de ser precedido de redobradas cautelas e comedimento, tratando-se de delinqüente averbado de perigoso. Parecer no sentido do conhecimento e acolhimento da súplica ministerial para o objetivado fim de ser desconstituída a impugnada decisão concessiva do livramento condicional, com o conseqüente retorno do condenado ao primitivo regime de cumprimento das penas (Adolpho Lerner — Pareceres)

88

MINISTÉRIO PÚBLICO

- Confirmados na Carreira os Novos Promotores de Justiça (Atualidades) 231
- Criação de Grupo de Recurso Extraordinário (Atualidades) .. 234
- Eleição dos Novos Membros do Órgão Especial do Colégio de Procuradores e do Conselho Superior do Ministério Público (Atualidades) 230
- Nova Diretoria da Associação do Ministério Público (Atualidades) 234
- Novos Procuradores de Justiça (Atualidades) 227
- Novos Promotores de Justiça (Atualidades) 227
- O Ministério Público nos Estados Unidos da América do Norte e na Inglaterra — Sistema da *Common Law* (Paulo Cezar Pinheiro Carneiro — Doutrina) 73
- O Ministério Público segundo nossa proposta de enquadramento (Celso Benjó — Doutrina) 47
- Procurador de Justiça Gastão Lobão da Costa Araújo e Promotor de Justiça João Batista Petersen Mendes designados para Simpósio Internacional (Atualidades) 233
- Procurador de Justiça Hamilton Carvalhido nomeado Vice-Presidente do Conselho Penitenciário (Atualidades) 233
- Procurador de Justiça Homero das Neves Freitas agraciado com o título de Benemérito do Estado do Rio de Janeiro (Atualidades) 233
- Procurador de Justiça Roberval Clementino Costa do Monte nomeado Desembargador (Atualidades) 235
- Procurador de Justiça Ulysses Leocádio e Promotores de Justiça Brazilmar Moraes Pinheiro e Maria Cristina Palhares dos Anjos designados Coordenadores (Atualidades) 233

389

— Procurador-Geral de Justiça Dr. Luiz Roldão de Freitas Gomes agraciado com o “Colar do Mérito Judiciário” (Atualidades)	233
— Promotor de Justiça Aldney Zacharias Peixoto nomeado Diretor do Instituto Penal Vieira Ferreira Neto (Atualidades) ...	233
NULIDADE	
— Nulidade de Testamento (Paulo Ferreira Rodrigues — Pareceres)	140
— Recurso Extraordinário admitido pela alínea d do art. 119, inciso III, da Constituição Federal. Dissídio Jurisprudencial demonstrado. Conselho de Sentença no qual tomou parte jurado menor de 21 anos. Nulidade insanável. Inexistência do ato. Farecer pelo conhecimento e desprovimento do recurso (Elisabeth de Moraes Cassar Ferraz Alves — Pareceres)	107
PETIÇÃO DE HERANÇA	
— Investigação de paternidade (<i>vide</i>)	178
PRERROGATIVA DE FUNÇÃO	
— Crime comum praticado por Vereador. Inexistência de foro especial por prerrogativa de função. Inconstitucionalidade das Emendas n.º 6 e n.º 13 à Constituição estadual, em face da competência exclusiva da União para legislar sobre processo. Ineficácia <i>erga omnes</i> da lei inconstitucional.	
Disparos de arma de fogo constitutivos do crime, em tese, a ser apurado em inquérito. Necessidade de pesquisa do elemento subjetivo para fixação da competência do Júri ou do Juízo singular (Neje Hamaty — Pareceres)	136
PRESCRIÇÃO	
— Sentença (<i>vide</i>)	190
PREVIDENCIÁRIO (Direito)	
— Benefícios previdenciários de prestação continuada. Revisão e reajustes (Wilney Magno de Azevedo Silva — Pareceres) ..	165
PROCESSO CIVIL	
— Sentença (<i>vide</i>)	190
RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	
— Recursos (<i>vide</i>)	133
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	
— Recursos (<i>vide</i>)	159

RECURSOS

- Carta Testemunhável. Recurso do Ministério Público contra decisão com que concordara o antecessor (Dalva Pieri Nunes — Pareceres) 97

- Não se sabendo ao certo a data em que o advogado do réu tomou conhecimento da decisão, o recurso por ele interposto deve ser havido como tempestivo.

Determinação do Juiz-Relator no sentido da juntada da procuração outorgada ao advogado pelo sentenciado, pena de não-conhecimento da manifestação recursal.

No regime anterior, o recurso cabível da decisão que determinava ou não a aplicação da lei nova a fato julgado por sentença condenatória transitada era o recurso em sentido estrito (art. 13 § 1.º LICPP). Desnecessidade de invocação analógica para o caso, até porque em hipóteses de recurso no sentido estrito estão, taxativamente, previstas em lei. Impossibilidade de integração analógica. Conhecimento do recurso como agravo (art. 197 LEP). Aplicação do princípio da fungibilidade (art. 579 CPP).

A atenuante da confissão da autoria, no regime atual, não exige, para seu reconhecimento, que a autoria seja ignorada ou atribuída a outrem. A lei nova dispensou esses requisitos. Aplicação da lei mais favorável (art. 2.º § único CP). Diminuição da pena-base, mantendo-se os demais cálculos da sentença não atingidos pela lei nova (Sergio Demoro Hamilton — Pareceres) 159

- Reclamação. Dela não se conhece, quando do ato impugnado cabe recurso específico (Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro — 4.ª Câmara Cível — Jurisprudência Cível) 189

- Reclamação Correicional (Maurício Caldas Lopes — Pareceres) 133

- Recurso do Ministério Público contra decisão com que concordara o antecessor. Possibilidade. A unidade do Ministério Público não implica em ficar o Promotor vinculado às opiniões do antecessor. Assim, pode ele recorrer contra decisão favorável ao réu, com que o antecessor concordara expressamente (Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro — 3.ª Câmara Criminal — Jurisprudência Criminal) .. 196

REFORMATIO IN PEJUS

- Sentença (*vide*) 190

RESPONSABILIDADE CIVIL

- Responsabilidade civil de indenização decorrente de emissão de cheque sem provisão de fundos. Ação do sacado que honrou o pagamento do cheque contra a emitente. Possibilidade. Interpretação do art. 159 C. Civil. Súmula 400. Transação em outro pleito do sacado com terceiros, devedores solidários da emitente. Art. 1.031, § 3.º, Cód. Civil. Extinção da dívida desta. Chamamento no processo pela ré dos devedores solidários. Direito negado. Violação ao art.

77, III, CPC. Dissídio pretoriano configurado na exegese deste dispositivo. Admissão do recurso extraordinário (Eduardo Valle de Menezes Côrtes — Pareceres)	101
--	-----

SENTENÇA

— Imposto sobre Serviços. Limite temporal da eficácia do julgado exequendo (Ronaldo de Medeiros e Albuquerque — Pareceres)	147
— Imputação inicial de corrupção, ativa e passiva, de que resulta a condenação de um dos acusados, policial civil, pelo delito definido no art. 317, <i>caput</i> , do Código Penal. Quadro probatório que induz à tipificação do crime de <i>concussão</i> . Impossibilidade, contudo, da capitulação dada na denúncia e admitida na sentença, diante do princípio que veda a <i>reformatio in pejus</i> . Confirmação da absolvição no que toca aos acusados de corrupção ativa, visto que os mesmos agiram por <i>metu publicae potestatis</i> , cedendo à exigência do concussionário. Impossibilidade processual de exclusão da interdição de direito aplicada ao réu condenado e traduzida na interdição temporária de exercer cargo público, com a substituição da pena privativa da liberdade, imposta de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, visto que a defesa, no recurso, não pleiteia tal extinção que, na verdade, só prejudicaria ao sentenciado, que ficaria sujeito ao cumprimento da pena reclusiva, pois não merecedor do respectivo <i>sursis</i> (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro — 3. ^a Câmara Criminal — Jurisprudência Criminal)	194
— Penal. Reformatio in pejus indireta. <i>Prescrição. Aplicação da Lei n.º 7.902/84.</i> Se a sentença condenatória é anulada em virtude de recurso do réu, a nova sentença não lhe pode impor pena superior àquela anteriormente fixada. Precedentes. E não podendo ser aumentada a pena imposta na sentença anulada, é de ter-se como de logo incidente a prescrição — que atinge a própria ação penal, segundo resulta da nova Parte Geral do Código Penal (Lei n.º 7.209/84, art. 110, § 1.º) — sem necessidade, em consequência, de ser o réu submetido a novo julgamento (STF — Segunda Turma — Jurisprudência Criminal)	190
— <i>Reformatio in pejus</i> . Inadmissibilidade (Cezar Augusto de Farias — Pareceres)	95
— Retificação de sentença. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil (Sílvio Ambrosi de Miranda Valverde — Pareceres)	162

SOLENIIDADES

— Solenidades Comemorativas ao Dia Nacional do Ministério Público (Atualidades)	232
---	-----

VEREADOR

— Prerrogativa de função (<i>vide</i>)	136
--	-----



